

ANAIS DO 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDITORES E PESQUISADORES NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA DE
GESTÃO E ENSINO EM
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Anderson Gustavo Torres

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública

Ana Cristina Melo Santiago

Diretor de Ensino e Pesquisa

Ricardo Magno Teixeira Fonseca

Coordenação-Geral de Pesquisa e Pós-Graduação

Márcia Machado Alencar

Vinícius Augusto de Mattos Lambert Soares

Antonio Carlos José Britto

Ana Paula Santos Meza

João Alberto Maciel de Sousa

Mônica Renata Dantas Mendonça

Rafael Marcos Costa Pimentel

Tatiane Ferreira Vilarinho

Zaqueu Isaque Alves Cabral

Comissão Científica

Antônio Hot Pereira de Faria, Polícia Militar de Minas Gerais, Brasil.

Carlos Roberto Bacila, Universidade Federal do Paraná e Polícia Federal, Brasil.

Charles de Azevedo Gonçalves, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Polícia Militar do Rio Grande do Sul, Brasil.

Clayton da Silva Barcelos, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Cleiton Luiz Tonello, Polícia Rodoviária Federal, Brasil.

Cristiano Correa, Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, Brasil.

Daniele de Sousa Alcântara, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasil.

Eli Narciso da Silva Torres, Departamento Penitenciário Nacional, Brasil.

Elida Damasceno Braga, Polícia Militar de Sergipe, Brasil.

Eliomar da Silva Pereira, Polícia Federal, Brasil.

Fábio Gomes de França, Polícia Militar da Paraíba, Brasil.

Fábio Ferreira Real, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasil.

Gabriel Eliseu Silva, Polícia Militar de Goiás.

Georgios A. Antonopoulos, Teesside University, Reino Unido.

Gustavo Camilo Baptista, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasil.

Hugo Pereira Pinto Gama, Polícia Militar de Goiás, Brasil.

Ivone Freire Costa, Universidade Federal da Bahia, Brasil.

João Carlos Labossiere Ambrosio, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Polícia Federal, Brasil.

Leticia de Sousa Moreira, Polícia Militar do Estado do Tocantins, Brasil.

Luciano Loiola da Silva, Polícia Militar do Distrito Federal, Brasil.

Manuel Monteiro Guedes Valente, Universidade Autônoma de Lisboa, Portugal.

Márcia Alencar Machado da Silva, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Polícia Federal, Brasil.

Márcio Júlio da Silva Mattos, Universidade de Brasília, Brasil.

Nazareno Marcineiro, Polícia Militar de Santa Catarina, Brasil.

Nelson Gonçalves de Souza, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasil.

Oliene Isabel Sarmento Corrêa, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasil.

Priscila de Castro Busnello, Departamento de Polícia Federal, Brasil.

Ricardo Barbosa Lima, Universidade Federal de Goiás, Brasil.

Ricardo M. Teixeira Fonseca, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil do Distrito Federal.

Stephane Silva de Araújo, Departamento Penitenciário Nacional, Brasil.

Tarcísio M. Nogueira Fernandes, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Polícia Federal, Brasil.

Tatiane Ferreira Vilarinho, Polícia Militar de Goiás, Brasil.

Wilquerson Felizardo Sandes, Polícia Militar do Mato Grosso, Brasil.

Comissão Executiva

Djalma Romualdo Sousa Brito Galvão

Heitor Romero B. Lima de Oliveira

Lorena Meireles da Silva

Organização

Mônica Renata Dantas Mendonça

Tatiane Ferreira Vilarinho

Ana Paula Santos Meza

Comunicação

Assessoria de Comunicação – ASCOM

Coordenação de Inovação e Tecnologia Aplicada

Jimmy Felipe Gomes dos Santos

Lúcio André Amorim

Ozandia Castilho Martins

Wagner Henrique Varela da Silva



ANAIS

Brasília
MJSP
2021

As ideias e conceitos emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, e não representam, necessariamente, o posicionamento da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública e do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Todos os direitos da publicação são reservados, nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais (Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 - Lei dos Direitos Autorais), e será permitida a reprodução parcial dos artigos mediante citação da fonte.

Ficha Catalográfica – Anais 1º Seminário Internacional de Editores e Pesquisadores na Área de Segurança Pública.

M665 Seminário Internacional de Editores e Pesquisadores na Área de Segurança Pública (1.: 2021: Brasília, DF)

Anais [recurso eletrônico] do I Seminário Internacional de Editores e Pesquisadores na Área de Segurança Pública. 24 a 26 de dezembro de 2021 / Ministério da Justiça e Segurança Pública/SEGEN/DEP/CGPA. – Brasília/DF: EDITORA, 2021.

Modo de acesso:

ISBN

1. Editores - seminário 2. Pesquisadores – seminário 3. Segurança Pública - seminário. I. Secretaria de Gestão de Ensino e Pesquisa. II. Diretoria de Ensino e Pesquisa. III. Coordenação-Geral de Pesquisa Aplicada.

CDU 37(063)

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
EIXO 1 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	11
REDUÇÃO DO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 E SUAS ASSOCIAÇÕES COM SURGIMENTO DE DOENÇAS NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA	12
GESTÃO DE COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS NA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA, BRASIL.....	33
AFASTAMENTOS MÉDICOS POR CID “M” E “S” E POR “DOR LOMBAR” EM POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19	41
REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL AO VETERANO	48
PERFIL DOS SUICÍDIOS ENTRE AGENTES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	60
PREVALÊNCIA DE DOR LOMBAR CRÔNICA EM AGENTES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	70
DA CIÊNCIA À GESTÃO: A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMO MODELO HÍBRIDO NA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA.....	82
SOFRIMENTO PSÍQUICO E TRABALHO POLICIAL: ANÁLISE DOS FLUXOS DE BUSCA DE ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL NA POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL	97
POLICIAL PESQUISADOR: DESAFIOS DA PESQUISA PARTICIPANTE NO CONTEXTO POLICIAL	114
INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO COMO POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: NOVAS PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ	125
NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DO BOMBEIRO MILITAR EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19.....	138
MONITORAMENTO DA SÍNDROME PÓS-COVID-19: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E CUIDADO COM O POLICIAL MILITAR DO TOCANTINS	150
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: PARA ALÉM DAS MATRIZES CURRICULARES	157
AValiação INTEGRADA DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: PROPOSTA PARA OS CURSOS DE FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR.....	169
ANÁLISE SOBRE O FLUXO DE NOTIFICAÇÕES DE SUICÍDIOS NA SEGURANÇA PÚBLICA NO BR: UMA REVISÃO COMPARATIVA ENTRE O ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP) E O BOLETIM (IPPES) – 2018/2019	181
TEMPOS DE PANDEMIA E A INSALUBRIDADE DO TRABALHO REALIZADO POR BOMBEIRAS MILITARES	201
FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM SEGURANÇA PÚBLICA: A DICOTOMIA ENTRE O ENSINO MILITAR E CIVIL E SEU IMPACTO NA (NÃO) CONSOLIDAÇÃO DE UM CAMPO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	213
EIXO 2 - INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA.....	226
TÉCNICAS DA INTELIGÊNCIA E DO SENSORIAMENTO REMOTO APLICADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS	227

O MODELO CONTÍNUO E A GESTÃO DA QUALIDADE NA INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	239
SOLUÇÕES ÁGEIS PARA CONSTRUÇÃO DE <i>SOFTWARE</i> NO CONTEXTO DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	252
A PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO PROCESSO DECISÓRIO POR MEIO DO OLHAR DO GESTOR	265
SURGIMENTO E EXPANSÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL COMO FACÇÃO CRIMINOSA ORGANIZADA NO BRASIL	277
RELEVÂNCIA DO COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO INTERORGANIZACIONAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	288
EIXO 3 - ESTUDOS DE FRONTEIRA.....	301
VIOLENÇA NA FRONTEIRA BRASILEIRA: DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS DOLOSOS EM MUNICÍPIOS DO AMAZONAS	302
O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL COMO AMEAÇA À SEGURANÇA TRANSNACIONAL – O CASO DA TRÍPLICE FRONTEIRA SUL-AMERICANA.....	315
INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS POLICIAIS NA REGIONAL DO JURUÁ COM ENFOQUE NO ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO.....	326
ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS INTERNACIONAIS E SEU CARÁTER TRANSNACIONAL	336
EIXO 4 - PRÁTICAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	347
USO DA FORÇA NA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO: UMA AUTOETNOGRAFIA SOBRE A PERCEPÇÃO DAS TROPAS ESPECIAIS.....	348
O RISCO DE ACIDENTES POR ANIMAIS SILVESTRES AQUÁTICOS NO MERGULHO DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO	360
PARA ALÉM DO POLICIAMENTO MONTADO: O EMPREGO “NÃO CONVENCIONAL” DO CAVALO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO PARA UNIDADES DE CAVALARIA	371
A PESQUISA COMO APOIO À ATIVIDADE DE COMBATE A INCÊNDIO: A EXPERIÊNCIA DO CBMDF	383
EIXO 5 - VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE.....	394
UMA ABORDAGEM CONCRETA DA CRIMINALIDADE SOB A ÓPTICA DAS CIÊNCIAS POLICIAIS	395
ORIGEM DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	410
DESGUALDADE DE RENDA E A GEOGRAFIA DOS FURTOS A RESIDÊNCIAS: UMA ANÁLISE INTRA-URBANA DE DUAS CIDADES BRASILEIRAS	422
MECANISMOS NEUROLÓGICOS E PSICOLÓGICOS NO COMBATE À CORRUPÇÃO: O FOMENTO DE UMA CULTURA DE RECHAÇO À CORRUPÇÃO	433
VIOLÊNCIA POLICIAL NA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO	445
CULTURA E CONDUTA POLICIAL: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA ACERCA DE SEUS ATRIBUTOS	457
OPERAÇÕES DE CHOQUE: ORIGENS DA DOCTRINA BRASILEIRA.....	468

FEMINICÍDIOS EM SANTA CATARINA: CARACTERIZAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE DADOS DE 2020 481

EIXO 6 - MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA..... 491

ESTUDO DA REPRODUÇÃO DE PESSOAS, OBJETOS EM AMBIENTES TRIDIMENSIONAIS ATRAVÉS DO USO DE TECNOLOGIAS DO *CONTINUUM* REALIDADE-VIRTUALIDADE E SUAS APLICAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA..... 492

ESTABELECENDO PARÂMETROS PARA FABRICAÇÃO DE CAMBURÕES MAIS RESISTENTES 507

PADRONIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE COLETA, ARMAZENAMENTO E TRATAMENTO DE DADOS BIOMÉTRICOS APLICADOS À POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ..... 518

UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL: UM ESTUDO SOBRE O USO DE COLETES BALÍSTICOS NA VISÃO DE PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA 531

IMPLEMENTAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE ANÁLISES FORENSES EM OBRAS DE ARTE ENVOLVIDAS EM CRIMES DE ESTELIONATO, VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS E LAVAGEM DE DINHEIRO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 544

RASPBERRY PI E SUA UTILIZAÇÃO NO MAPEAMENTO DE REDES COM FILTROS *PROBE REQUEST* 556

EIXO 7 - GESTÃO, INTEGRAÇÃO, ARTICULAÇÃO E GOVERNANÇA 567

GESTÃO DE RISCOS EM AGÊNCIAS DE APLICAÇÃO DA LEI: PROPOSTA DE UM MODELO PARA ATIVIDADES OPERACIONAIS..... 568

A IMPORTÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA ÁREA DA BALÍSTICA FORENSE NAS UNIDADES DO INTERIOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA DA BAHIA 581

GOVERNANÇA EM POLÍCIA OSTENSIVA: AS LIÇÕES DO *PLAN CUADRANTE DE SEGURIDAD PREVENTIVA* DO CHILE 593

SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VERDE NA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL 605

ESTUDO DAS EMISSÕES DE ÓXIDO DE NITROGÊNIO (NO_x) E MATERIAL PARTICULADO (MP) DO TRANSPORTE MARÍTIMO 618

IDENTIFICAÇÃO DAS VULNERABILIDADES A DESASTRES POR INUNDAÇÕES RELACIONADAS AO CANAL DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO - PARAÍBA/BRASIL 627

VIGILÂNCIA EM SAÚDE OCUPACIONAL PARA POLICIAIS MILITARES: GERENCIAMENTO PELO MÉTODO PDCA 640

A ATUAÇÃO INTEGRADA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E SEUS IMPACTOS A PARTIR DE 2019..... 652

UMA METODOLOGIA MULTICRITÉRIO DE APOIO A DECISÃO COM POTENCIAL PARA GERENCIAR O SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP)..... 665

FATORES DE RISCOS PSICOSSOCIAIS AO SUICÍDIO POLICIAL E A AMBIÊNCIA PROTETIVA INSTITUCIONAL: ANÁLISE TEMÁTICA ENTREINTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS... 679

POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA E DE ABORDAGEM EDUCACIONAL: FORÇA VERDE MIRIM DA PMPR..... 690

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR APLICADO À DOCTRINA DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE AUTORIDADES: DESDOBRAMENTOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLO DE

ATUAÇÃO	700
DESCENTRALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS LABORATORIAIS NO ÂMBITO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DE GOIÁS: EXAMES DE CONSTATAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE DROGAS E SUBSTÂNCIAS CORRELATAS	712
GUARDA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENTRE POTENCIALIDADES E DESAFIOS	725
EIXO 8 - POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	737
GARANTISMO HIPERBÓLICO MONOCULAR X SEGURANÇA PÚBLICA: TRANSMISSIBILIDADE E IMPLICAÇÕES DAS DECISÕES JUDICIAIS NO COTIDIANO E NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	738
A INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM GOIÁS	750
PORNOGRAFIA DE VINGANÇA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO PARÁ: UM OLHAR PARA O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO	763
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS	776
O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDO DE CASO DECORRENTE DA ANÁLISE DA ADI Nº 70072533011/TJRS ...	789

APRESENTAÇÃO

O conhecimento científico é uma construção social mediada pela atividade de pesquisa realizada entre vários setores da sociedade. Nesse aspecto, precisa ser refletido, debatido e, sobretudo, divulgado.

Os eventos científicos se constituem em meios eficientes para a divulgação dos avanços e descobertas inovadoras nas mais variadas áreas e possui grande importância no processo de construção do conhecimento, tendo em vista a sua característica mais rápida de comunicação que os meios formais.

Nesse sentido, o 1º Seminário Internacional de Editores e Pesquisadores na Área de Segurança Pública, promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública reuniu profissionais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), instituições parceiras do Brasil e de outros países, especialmente pesquisadores e editores na área para a troca e transmissão de ideias e fatos.

Devido à situação pandêmica causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) vivenciada pelo país e pelo mundo e em consonância com as orientações das autoridades sanitárias do Brasil e as normas do MJSP, o evento aconteceu no período de 24 a 26 de novembro de 2021, no formato híbrido, com transmissão simultânea pelo *Microsoft Teams*.

Ainda assim, tal situação maximizou o empenho de seus organizadores e enalteceu o brilho dos participantes, ecoando o som diferenciado que envolveu a magia de todo o evento. Sedimentando o compartilhamento de conhecimento e o compromisso social dos envolvidos e constituindo um marco na segurança pública.

No caso do 1º SEINTER, o compartilhamento se fez presente nas apresentações dos trabalhos que agora estão materializados nesta publicação. Reunido em oito eixos temáticos que foram apresentados em sessões de comunicação oral, totalizando 68 comunicações orais e de 85 Pôsteres ([Pôsteres · Seminário SUSP \(mj.gov.br\)](#)). Os pesquisadores apresentaram seus estudos e pesquisas, quer em andamento ou concluídos, proporcionando a interação, de natureza síncrona, entre todos os participantes.

Convidamos o leitor para adentrar na publicação e conhecer as comunicações apresentadas no 1º SEINTER, na certeza de um reencontro, num futuro próximo.

Equipe 1º SEINTER

1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE **EDITORES E PESQUISADORES**

NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

EIXO TEMÁTICO

**Valorização dos Profissionais de Segurança
Pública**

REDUÇÃO DO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 E SUAS ASSOCIAÇÕES COM SURGIMENTO DE DOENÇAS NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA

REDUCTION IN THE LEVEL OF PHYSICAL ACTIVITY DURING THE COVID-19 PANDEMIC AND ITS ASSOCIATIONS WITH THE EMERGENCE OF DISEASES IN THE MILITARY FIRE DEPARTMENT IN PARAÍBA

**Alessandro Amâncio Carneiro
Vitor Bruno Cavalcanti Torres**

RESUMO

A literatura tem apresentado evidência de uma possível redução de atividade física durante a pandemia justificado pelo isolamento social. Neste sentido, é imprescindível analisar a possibilidade de redução desse nível de atividade física e seus potenciais riscos para os militares do Corpo de Bombeiros da Paraíba. (CBMPB). O objetivo deste estudo foi comparar o nível de atividade física antes e durante a pandemia analisando a associação com o surgimento de doenças. Foram incluídos neste estudo 747 militares do CBMPB que preencheram o questionário enviado via link *WhatsApp*. Dentre as perguntas, procurou-se saber a quantidade de atividade física (em dias) antes e durante a pandemia e o surgimento de doenças durante a pandemia. Os achados deste estudo apresentaram uma redução do nível de atividade física durante a pandemia, com probabilidades maiores de surgimento de doenças principalmente para os militares que realizaram apenas uma atividade por semana ou nenhuma e isto foi mais presente nos indivíduos com maior tempo de serviço.

Palavras-chave: covid-19; saúde militar; comportamento sedentário.

ABSTRACT

The literature has shown evidence of a possible reduction in physical activity during the pandemic justified by social isolation. In this sense, it is essential to analyze the possibility of reducing this level of physical activity and its potential risk to military Fire Department of Paraíba (CBMPB). This study aimed to compare the level of physical activity before and during the pandemic and to analyze the association with the emergence of diseases during the pandemic. A total of 747 CBMPB military personnel who completed the questionnaire sent via *WhatsApp* links were included in this study. Among the questions, we sought to know the amount of physical activity (in days) before and during the pandemic and the appearance of diseases. The findings of this study showed a reduction in the level of physical activity during the pandemic. With greater probabilities of onset of diseases, especially for military personnel who performed only one activity a week or none at all, and this was more present in individuals with longer service years.

Keywords: covid-19; military health; sedentary behavior.

1 INTRODUÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB) por meio do Departamento de Educação Física e Desporto (DEFID) regulamentou e implementou no ano de 2012 um programa de treinamento físico sistematizado para a tropa, descrito em sua diretriz para o treinamento físico e aplicação de testes de aptidão física na corporação (DEFID, 2012). A partir desta diretriz, o efetivo do CBMPB passou a ser avaliado fisicamente duas vezes por ano. No ano de 2018, os dados obtidos nos últimos cinco anos foram analisados, e os resultados apresentaram uma melhora significativa em toda a tropa, principalmente nos testes relacionados a resistência muscular localizada (flexão no solo, abdominal e flexão na barra fixa) (CARNEIRO, 2018). Esta melhora foi atribuída à aplicação de recursos materiais e humanos nas unidades para orientar e direcionar quanto à prática de atividade física e avaliação continuada do condicionamento físico, o que gerou uma cultura de atividade física e cuidados com a saúde dos militares. Diante desses avanços, no ano de 2020 a diretriz passou por uma atualização, que acarretou em mudanças como o aumento de faixa etárias, substituição de testes e reformulação de índices para pontuação (DEFID, 2020).

A prática da atividade física e a busca por melhora nos índices no CBMPB passou a ser um atrativo e estímulo para os militares, todo o efetivo, anualmente, buscava ultrapassar suas melhores marcas como mostra os dados do estudo de (CARNEIRO, 2018). Contudo, no Brasil e no mundo, o ano de 2020 foi marcado pelo surgimento de um poderoso vírus (Sars-CoV-2), que por consequência resultou na reclusão social da maioria da população brasileira em seus domicílios (BRASIL, 2020). A falta de conhecimento científico sobre as medidas de prevenção e terapêuticas específicas contra o COVID-19 e ainda, a taxa de transmissibilidade alta levou a considerar que os indivíduos deveriam ficar em casa para evitar a interação social e conter a propagação do vírus.

Estas orientações de isolamento social acarretaram em fechamento temporários dos estabelecimentos para a prática de atividade física como academias, praças e calçadões das praias. De mesmo modo, todas as unidades do CBMPB cumpriram os decretos que orientavam o fechamento destes estabelecimentos. O isolamento e os decretos de fechamento dos espaços para a prática de atividade física provavelmente resultaram em uma diminuição nos níveis de atividade física de

moderada a vigorosa, e aumento no comportamento sedentário dos bombeiros militares. Embora, até o presente momento nenhum estudo científico trouxe informações sobre a verdadeira magnitude e impacto das reduções de atividade física, esta possível redução pode ser justificada pelos estudos que tem apresentado uma diminuição nos níveis globais de atividade física durante o período de isolamento social (PECANHA et al., 2020), além deste, a Fitbit Inc., uma empresa americana que desenvolveu tecnologias vestíveis, no qual, rastreiam o nível de atividade física de um indivíduo, apresentou dados relativos de 30 milhões de usuários, com uma redução na contagem média de passos em todo o mundo comparado ao mesmo período do ano anterior (FITBIT, 2020).

Ao mesmo tempo, as atividades essenciais como o serviço de segurança pública continuaram com suas ações, em especial, os bombeiros militares são caracterizados como um público de grande risco de infecção com Sars-CoV-2 devido a exposição a indivíduos com COVID-19, com agravante a saúde pelo fato da exposição a fumaças, padrões de sono interrompidos e altos níveis de estimulação nervosa simpática (GRAHAM et al., 2021). Além disso, mais especificamente no nordeste brasileiro, um estudo apontou um alto índice de infecção pelo Sars-CoV-2 nos bombeiros militares (BORGES et al., 2021).

Essas evidências preliminares sugerem que o isolamento social pode provocar um declínio substancial nos níveis de atividade física. Os achados, com base em metanálises, sugerem que um maior tempo de sedentarismo é associado a maior mortalidade em indivíduos menos ativos (EKELUND et al., 2020). E ainda, outra metaanálise destaca a associação perigosa da tensão no trabalho e o estilo de vida pouco saudável com um maior risco de doenças arterial coronariana (KIVIMÄKI et al., 2013).

Portanto, este cenário da associação da redução nos níveis de atividade física e um aumento nos níveis de estresse perante a alta exposição inerente a profissão bombeiro, gerou uma preocupação por parte da gestão e se fez justificado a importância de entender os níveis de atividade física bem como possíveis associações com o surgimento de doenças durante a pandemia. Assim o objetivo do estudo foi comparar o nível de atividade física antes e durante a pandemia e analisar a associação com o surgimento de doenças durante a pandemia.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Sujeitos

A amostra foi composta por 747 militares, entre homens e mulheres do CBMPB que assinaram o termo consentimento livre e esclarecido. Atualmente o CBMPB conta com 1300 servidores assim, a amostra do estudo correspondeu a 62,25% de todo efetivo.

2.2 Procedimento de coleta de dados

O estudo refere-se a uma pesquisa transversal e descritiva, com características quantitativas. A pesquisa foi realizada de forma online com o envio dos links pelo aplicativo *WhatsApp* para todo efetivo do CBMPB. A primeira página do questionário (*Google Forms*) possuía uma explicação sobre a pesquisa, em seguida o preenchimento dos dados gerais como matrícula, idade, tempo de serviço, posto/graduação, unidade que trabalha, peso e estatura e em sequência assinavam a alternativa “li e aceito” no final do TCLE (termo de consentimento livre e esclarecido). O questionário foi dividido em mais duas partes, a primeira diz respeito as informações antes da pandemia. Questões como doenças pré-existentes antes da pandemia: hipertensão, diabetes, doenças do sistema digestório (estômago ou intestino), doenças pulmonares, musculares e articulações, câncer de qualquer tipo e depressão ou outros problemas psicológicos etc. Em seguida, a quantidade de vezes por semana que fazia algum tipo de atividade física, depois, quais as modalidades que praticava (corrida, natação, musculação etc.). Em seguida foi perguntado em que local geralmente você realizava atividade física? (quartel, academia, áreas públicas, clubes etc.).

Em continuidade, a terceira parte do questionário, que tinha o objetivo de colher informações durante a pandemia, trazia questões como doenças que surgiram durante a pandemia: hipertensão, diabetes, doenças do sistema digestório (estômago ou intestino), doenças pulmonares, musculares e articulações, câncer de qualquer tipo e depressão ou outros problemas psicológicos etc, em seguida, a quantidade de vezes por semana que fazia algum tipo de atividade física durante a pandemia, continuava questionando quais as modalidades que praticava neste momento (corrida, natação, musculação etc.). ainda, se já havia contraído COVID-19 e a quanto tempo.

As informações foram coletadas e depois foram exportadas para o *software excel* pacote *Office*. Os dados foram analisados e indivíduos com respostas em branco foram excluídos do estudo, para efeito de análise estatística. Para este estudo utilizamos apenas as informações do tempo de serviço, quantidade de atividade física antes e durante a pandemia (em dias), doenças antes e durante a pandemia.

2.3 Tratamento das variáveis

No questionário foi perguntado quantos dias por semana os militares estavam realizando atividade física antes e durante a pandemia. Para as respostas existiam as seguintes opções: nenhum dia, um dia, dois dias, três dias, quatro dias e 5 dias ou mais. Para a análise estatística essa variável foi transformada em uma variável binária no qual 0 foram os militares que não realizaram nenhuma atividade ou pelo menos um dia e 1 os militares que realizaram pelo menos dois dias por semana. Esta divisão teve como base o fato de uma um dia de atividade física talvez não fosse suficiente como recomenda o colégio americano de medicina do esporte (GARBER et al., 2011). Para as doenças já existentes antes da pandemia e as acometidas durante a pandemia, foi perguntado aos militares com as seguintes opções: a) Câncer de qualquer tipo, b) Hipertensão, c) Diabetes, d) Depressão ou outros problemas psicológicos, e) Doenças do sistema digestório (estômago ou intestino), f) Doenças relacionadas ao sistema circulatório, não se enquadra doenças do coração, g) Doenças exclusivas do coração, h) Doenças pulmonares, i) Musculares e articulações e j) Nenhuma destas. Para a análise estatística, foi adotado o 0 para os militares que marcaram a opção “Nenhuma destas” e 1 para aqueles que marcaram algum tipo de doença. De modo semelhante, para a variável tempo de serviço, os militares foram divididos em três grupos: com mais até 10 anos de serviço, de 11 a 20 anos de serviço e de 21 anos mais.

2.4 Análise estatística

Após análise da normalidade dos dados por meio do teste de Komogorov Sminov, os dados foram considerados não paramétricos. Os resultados foram apresentados como mediana e intervalo de confiança de 95%. Nas comparações entre a frequência de treino antes e durante a pandemia foi utilizado o teste de

Wilcoxon para amostra pareadas. Associações pelo teste de Qui-quadrado foram aplicados entre as frequências de treinos durante a pandemia e o tempo de serviço, em relação a doenças que surgiram no período da pandemia. Para todos os testes foi adotado o nível de significância de 0,05.

2.5 Resultados

Na comparação entre as frequências de treinos antes e durante a pandemia diferenças foram observadas ($Z = -13,053$; $p < 0,001$) com uma redução da frequência de treino durante a pandemia, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Mediana (Md) e intervalo de confiança de 95% (IC95%) das frequências de treino antes e durante a pandemia.

Antes da pandemia	Durante a pandemia
Md [IC95%]	Md [IC95%]
3,0 [3,10-3,29]	3,0 [2,33-2,55]*

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

* Diferença significativa ($p < 0,05$) em relação ao grupo antes da pandemia

O teste de qui-quadrado mostrou uma associação [$X^2(1) = 14,242$; $p < 0,001$], entre a frequência de treino e o surgimento de alguma doença durante a pandemia, conforme a tabela 2.

Tabela 2 - Análise de associação pelo teste qui-quadrado entre frequência de treino e o surgimento de alguma doença durante a pandemia.

Freq. De treinos durante a pandemia	Doenças durante a pandemia		Total (%)
	Sim (%)	Não (%)	
Um dia ou nenhum	63 (31,2)	139 (68,8)	202 (27,0)
Pelo menos dois dias	100 (18,3)	445 (81,7)	545 (73,0)

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O teste de qui-quadrado mostrou uma associação [$X^2(2) = 31,510$; $p < 0,001$], entre o tempo de serviço e o surgimento de alguma doença durante a pandemia, conforme a tabela 3.

Tabela 3 - Análise de associação pelo teste qui-quadrado entre tempo de serviço e o surgimento de alguma doença durante a pandemia.

Tempo de serviço	Doenças durante a pandemia		Total (%)
	Sim (%)	Não (%)	
Até 10 anos	29 (10,7)	242 (89,3)	271 (36,3)
De 11 a 20 anos	84 (27,0)	227 (73,0)	311 (41,6)
21 anos mais	50 (30,3)	115 (69,7)	165 (22,1)

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

2.6 Discussão

O objetivo do presente estudo foi comparar o nível de atividade física antes e durante a pandemia e analisar a associação com o surgimento de doenças durante a pandemia. Como principais resultados, houve uma redução significativa da quantidade de atividade em dias durante a pandemia comparada com antes. E uma associação deste comportamento sedentário e o surgimento de doenças durante a pandemia, isto foi mais presente em indivíduos com mais tempo de serviço.

Uma recente revisão sistemática e meta-análise analisou a associação entre medidas objetivas de atividade física e todas as causas de mortalidade. Em seus resultados, independentemente da intensidade do exercício físico (leve, moderado e vigorosa), os indivíduos que se encontram nas categorias mais altas destas intensidades, a partir de métricas objetivas, menores são os riscos de mortalidade em comparação com indivíduos na categoria mais baixa de atividade física leve, moderada a vigorosa e total (RAMAKRISHNAN et al., 2021). Os resultados do presente estudo mostraram uma redução significativa da quantidade de dias relacionado a prática de atividade física durante a pandemia em relação ao momento antes da pandemia, o que corrobora com as evidências anunciadas em estudos anteriores (FITBIT, 2020; PECANHA et al., 2020). Em valores médios, os nossos dados apresentaram $3,19 \pm 1,28$ dias de atividade física antes da pandemia contra $2,44 \pm 1,50$ durante a pandemia. Antes da pandemia, 17 indivíduos se declaram não realizar nenhum tipo de atividade física, enquanto durante a pandemia 101 auto declaram não realizar nenhum tipo de atividade, um aumento de 590%.

É importante destacar que, a meta-análise acima mencionada comparou indivíduos que praticavam algum tipo de atividade física mesmo sendo leve, moderada

ou vigorosa. Neste estudo destacamos uma redução na quantidade em dias de atividade física, o que pode ser ainda pior. No momento de maior necessidade da manutenção da prática de atividade física, houve uma redução, a literatura, recente, tem mostrado que a prática regular de atividade física está associada a uma redução de risco de 31% de doenças infecciosas e 37% de redução do risco de mortalidade por doenças infecciosas. Além disso, para aqueles que praticam habitualmente atividade física há uma maior concentração de anticorpos após a vacinação (CHASTIN et al., 2021). Dados relevantes para o combate contra o COVID-19.

Outro ponto importante de destaque, foi a associação entre os indivíduos que relataram não realizar nenhum tipo de atividade física durante a pandemia e o surgimento de doenças neste mesmo período. Um total de 202 indivíduos relataram realizar um dia de atividade física ou não realizam nenhum tipo de atividade física, destes, 63 (31,2%) apresentaram algum tipo de enfermidade. Ao mesmo tempo em que, as evidências científica demonstram os efeitos benéficos do exercício é indiscutível (GARBER et al., 2011), os resultados deste estudo apresentam o processo inverso, a redução de atividade física foi associada com o surgimento de doenças. O que corrobora com achados anteriores, Ekelund et al. (2020) destaca que, mesmo aqueles indivíduos que realizam níveis baixos ou muito baixos de atividade física de intensidade moderada e vigorosa, ao mesmo tempo que apresentam um nível alto de sedentarismo (> 10,7 horas por dia), apresentam associação a maior risco de mortalidade.

Os indivíduos do estudo foram divididos em dois grupos (um dia de treino ou nenhum dia de treino e pelo menos dois dias de treino). Mais uma vez os dados corroboram com estudos anteriores que demonstram que mesmo atividade física aliada a uma grande quantidade de comportamento sedentário pode apresentar um alto risco de mortalidade (EKELUND et al., 2020; RAMAKRISHNAN et al., 2021). Ekelund et al. (2020) enfatizam e recomendam de 150-300 min de atividade física de intensidade moderada a vigorosa por semana. O posicionamento do Colégio Americano de Medicina do Esporte destaca que adultos devem realizar treinos cardiorrespiratórios de intensidade moderada maior que 30 min por dia, pelo menos 5 vezes por semana. Para os exercícios cardiorrespiratórios de intensidade vigorosa o tempo igual ou superior a 20 min, pelo menos 3 vezes por semana. Ainda, adultos também devem

realizar exercícios de resistência e exercícios neuromotores envolvendo equilíbrio, agilidade e coordenação, assim como séries de exercícios de flexibilidade (GARBER et al., 2011). Assim, parece impraticável a realização de todas essas atividades em apenas um dia.

É importante destacar que, a tabela 3 fornece as informações inerentes a associação do surgimento dessas doenças com o tempo de serviço dos militares. Os resultados apresentaram uma associação com o maior tempo de serviço e maior quantidade de indivíduos com novas doenças durante a pandemia. O que não é de se estranhar, pois os militares com maior tempo de serviço, também são aquelas com maior média de idade. A literatura é bem sólida quanto aos aspectos relacionados ao avanço da idade e o declínio fisiológico e estrutural atrelado ao surgimento de doenças (CHODZKO-ZAJKO et al., 2009). O declínio da capacidade aeróbica e do desempenho muscular é algo natural no processo de envelhecimento e os valores basais em adultos de meia-idade predizem riscos futuros (CHODZKO-ZAJKO et al., 2009). Assim, a atividade física regular aumenta a expectativa média de vida por meio de sua influência no desenvolvimento de doenças crônicas (CHODZKO-ZAJKO et al., 2009).

Este estudo apresenta algumas limitações como a utilização de questionários subjetivos, os quais, deixam a cargo e responsabilidade do participante sobre a veracidade dos dados. No que diz respeito principalmente a quantidade de atividade física e o surgimento de doenças antes e durante a pandemia, não se sabe se os militares já possuem um laudo médico a respeito das enfermidades assinaladas por eles no questionário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a redução do nível de atividade física durante a pandemia devido a restrição social, acarretou em surgimento de novas doenças nos militares do CBMPB. Com probabilidades maiores de surgimento de doenças principalmente para os militares que realizaram apenas uma atividade por semana ou nenhuma e isto foi mais presente nos indivíduos com maior tempo de serviço, ou seja, os militares mais idosos da instituição.

4 REFERÊNCIAS

BORGES, L. P. et al. Estimated SARS-CoV-2 infection and seroprevalence in firefighters from a Northeastern Brazilian state: A cross-sectional study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 15, p. 2–7, 2021.

BRASIL. **Recomendação nº 022, de 09 de abril de 2020**, 2020.

CARNEIRO, A. A. **Análises da intervenção na aptidão física dos militares pelo departamento de educação física do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba**. [s.l.] Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba, 2018.

CHASTIN, S. F. M. et al. Effects of Regular Physical Activity on the Immune System, Vaccination and Risk of Community-Acquired Infectious Disease in the General Population: Systematic Review and Meta-Analysis. **Sports Medicine**, v. 51, n. 8, p. 1673–1686, 2021.

CHODZKO-ZAJKO, W. J. et al. Exercise and physical activity for older adults. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 41, n. 7, p. 1510–1530, 2009.

DEFID. **Diretrizes para o treinamento e avaliação física de militares do CBMPB**. Brasil CBMPB, 2012.

DEFID. **Diretrizes para o treinamento e avaliação física de militares do CBMPB**, 2020.

EKELUND, U. et al. Joint associations of accelerometer measured physical activity and sedentary time with all-cause mortality: A harmonised meta-analysis in more than 44 000 middle-aged and older individuals. **British Journal of Sports Medicine**, v. 54, n. 24, p. 1499–1506, 2020.

FITBIT, I. **The Impact of Coronavirus on Global Activity (Online)**.

GARBER, C. E. et al. Quantity and quality of exercise for developing and maintaining cardiorespiratory, musculoskeletal, and neuromotor fitness in apparently healthy adults: Guidance for prescribing exercise. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 43, n. 7, p. 1334–1359, 2011.

GRAHAM, E. L. et al. Firefighters and COVID-19: an occupational health perspective. **Journal of Occupational & Environmental Medicine**, v. Publish Ah, p. 556–563, 2021.

KIVIMÄKI, M. et al. Associations of job strain and lifestyle risk factors with risk of coronary artery disease: a meta-analysis of individual participant data. **Canadian Medical Association Journal**, v. 185, n. 9, p. 763–769, 11 jun. 2013.

PECANHA, T. et al. Social isolation during the COVID-19 pandemic can increase physical inactivity and the global burden of cardiovascular disease. **American Journal of Physiology - Heart and Circulatory Physiology**, v. 318, n. 6, p. H1441–H1446, 2020.

RAMAKRISHNAN, R. et al. Objectively measured physical activity and all cause mortality: A systematic review and meta-analysis. **Preventive Medicine**, v. 143, p. 106356, 2021.

ANEXO

Formulário de pesquisa (Google Forms):

21/10/2021 15:41

PESQUISA

PESQUISA

Nós do Departamento de Educação Física e Desporto (DEFID) queremos saber como foi sua atividade física durante a pandemia. Para isso, elaboramos esse questionário online que norteará o DEFID em ações de intervenção.

Os dados coletados neste formulário serão sigilosos e só serão publicados as quantidades gerais, os resultados individuais não.

***Obrigatório**

ATENÇÃO

Neste formulário será solicitado o seu peso atual, e a sua pressão arterial, é aconselhável providenciar esses dados antes de iniciar. A pressão arterial pode ser aferida no DEFID ou CEFID, as nossas viaturas AR ou AMR também possuem esse equipamento, ou em algum posto de saúde mais próximo.

1. Matrícula (colocar sem ponto e traço ex. 9876542) *

2. Quanto tempo de Serviço *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 0 a 5 anos
☐ 6 a 10 anos
☐ 11 a 15 anos
☐ 16 a 20 anos
☐ 21 a 25 anos
☐ 26 a 30 anos
☐ mais de 30 anos

3. Nome de guerra *

4. Peso em Kg atual (Exemplo: 80) *

21/10/2021 15:41

PESQUISA

5. Estatura em cm (Exemplo 176) *

6. Pressão Arterial, utilize o modelo sistólica/diastólica. Exemplo: 12/8

7. Você chegou a contrair a doença Covid-19? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não
- ☐ Sim a mais de 9 meses
- ☐ Sim a mais de 6 meses
- ☐ Sim a mais de 3 meses
- ☐ Sim recentemente

ANTES DE
DEZEMBRO DE
2019

Todas as questões abaixo são relacionadas à sua condição antes da pandemia, até dezembro de 2019

8. Você já sentiu desconforto no peito com esforço? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

9. Já sentiu uma falta de ar súbita? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

21/10/2021 15:41

PESQUISA

10. Já sentiu queimação ou câimbras nos membros inferiores ao caminhar distâncias curtas? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

11. Marque quais doenças abaixo você já foi acometido antes de dezembro de 2019

Marque todas que se aplicam.

☐ Câncer de qualquer tipo

☐ Hipertensão

☐ Diabetes

☐ Depressão ou outros problemas psicológicos

☐ Doenças do sistema digestório (estômago ou intestino)

☐ Doenças relacionadas ao sistema circulatório, não se enquadra doenças do coração

☐ Doenças exclusivas do coração

☐ Doenças pulmonares

☐ Musculares e articulações

☐ Nenhuma destas

Outro: ☐ _____

12. Marque quantas vezes por semana você realizava atividade física antes da Pandemia, dezembro de 2019 *

Marcar apenas uma oval.

☐ 0

☐ 1

☐ 2

☐ 3

☐ 4

☐ 5 ou mais

21/10/2021 15:41

PESQUISA

13. Antes da Pandemia, quais modalidades você costumava praticar?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Natação
- ☐ Musculação
- ☐ Corrida
- ☐ Funcional(Crossfit e semelhantes)
- ☐ triathlon
- ☐ Desportos (esportes em geral, que sejam constantes pelo menos 1 vez por semana)
- ☐ Ciclismo
- ☐ Lutas

Outro: ☐ _____

14. Antes da pandemia, em que local geralmente você realizava atividade física?
Pode marcar mais de uma opção.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Quartel
- ☐ Academia
- ☐ Áreas públicas
- ☐ Em casa
- ☐ Clubes

Outro: ☐ _____

15. Antes da pandemia, qual a intensidade dos treinamentos em média?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Leve em sua maioria
- ☐ Algumas leves e outras moderadas
- ☐ Moderadas em sua maioria
- ☐ Algumas moderadas e outras intensas
- ☐ Intensas em sua maioria

E HOJE, COMO
ESTAMOS?

As questões a seguir tratam do período atual, de Dezembro de 2019 até os dias de hoje.

21/10/2021 15:41

PESQUISA

16. Atualmente foi possível identificar o surgimento de alguma nova doença? Qual?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Câncer de qualquer tipo
- ☐ Hipertensão
- ☐ Diabetes
- ☐ Depressão ou outros problemas psicológicos
- ☐ Doenças do sistema digestório (estômago ou intestino)
- ☐ Doenças relacionadas ao sistema circulatório, não se enquadra doenças do coração
- ☐ Doenças exclusivas do coração
- ☐ Doenças pulmonares
- ☐ Musculares e articulações
- ☐ Nenhum destes

Outro: ☐ _____

17. Durante esse período da pandemia com que frequência você vem praticando atividade física. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 0
- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5 ou mais

21/10/2021 15:41

PESQUISA

18. Qual das opções abaixo melhor descreve a relação da atividade física e a pandemia para você?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Parei totalmente a atividade física no início da pandemia e não retomei ainda.
- ☐ Parei totalmente durante o início da pandemia mas voltei a menos de 3 meses
- ☐ Parei totalmente durante o início da pandemia mas voltei a mais de 3 meses
- ☐ Apenas diminui a atividade física e não retomei a frequência anterior
- ☐ Apenas diminui a atividade física no início mas já retomei
- ☐ Nunca parei a atividade física.

19. Após a pandemia houve mudança no seu local de treinamento? Marque as opções abaixo.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Quartel
- ☐ Academia
- ☐ Áreas públicas
- ☐ Em casa
- ☐ Clubes

Outro: ☐ _____

20. Quais das alternativas abaixo representam uma barreira na realização constante da atividade física? Pode marcar mais de uma opção.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Falta de tempo
- ☐ Medo do corona virus
- ☐ alguma doença.
- ☐ falta de companhia
- ☐ falta de local apropriado
- ☐ meu chefe não permite
- ☐ falta estímulo para isso
- ☐ não acho importante

Outro: ☐ _____

21/10/2021 15:41

PESQUISA

21. Como você avalia a relação da atividade física e sua saúde durante a pandemia.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Com a redução da atividade física, observei piora nas minhas condições de saúde
- ☐ Com a redução da atividade física, não observei alteração na minha saúde
- ☐ Com a redução da atividade física, observei melhora nas minhas condições de saúde
- ☐ Mantive a atividade física e observei uma piora nas minhas condições de saúde
- ☐ Mantive a atividade física e não observei alterações nas minhas condições de saúde
- ☐ Mantive a atividade física e observei uma melhora nas minhas condições de saúde
- ☐ Aumentei a atividade física e observei uma piora nas minhas condições de saúde
- ☐ Aumentei a atividade física e não observei alteração dos quadros de saúde
- ☐ Aumentei a atividade física e observei melhora nas condições de saúde

22. Se você contraiu Covid e já se recuperou, relate as diferenças percebidas durante a atividade física após a doença.

DEFID - NOS AJUDE A MELHORAR

CEFID = Coordenador de Educação Física e Desportos

23. Você conhece o CEFID da sua unidade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

21/10/2021 15:41

PESQUISA

24. Você utiliza as instalações da sua unidade de trabalho para a prática de atividade física? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

25. Você já solicitou alguma orientação na área de atividade física ao seu CEFID? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

26. Se respondeu SIM na questão anterior, foi satisfatório para você?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Parcialmente

27. Numa escala de 0 a 10, onde 0 significa Insatisfatório e 10 significa Satisfatório, Como você avalia o trabalho desenvolvido pelo CEFID na sua unidade? *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

21/10/2021 15:41

PESQUISA

28. Durante a Pandemia, como você classifica a importância do trabalho do DEFID para o CBMPB? Onde 0 significa sem nenhuma importância e 10 significa muito importante *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

29. Marque as palavras que melhor representam atividade física para você. *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ nenhuma das alternativas abaixo
- ☐ Lazer
- ☐ Obrigação
- ☐ Emagrecimento
- ☐ Saúde
- ☐ Cansativo
- ☐ Passa tempo
- ☐ Diversão
- ☐ Relaxante
- ☐ Animador
- ☐ Superação
- ☐ Desnecessário

Outro: ☐ _____

30. Em sua concepção, um bombeiro militar precisa manter sua boa condição física, sendo determinante em sua prestação de serviço a sociedade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

21/10/2021 15:41

PESQUISA

31. Quais destas verdades sobre atividade física você tinha conhecimento:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Controla a pressão arterial
- ☐ Controla a diabetes
- ☐ O estresse do treino é semelhante ao ocasionado pelas doenças inflamatórias, deixando o organismo mais preparado.
- ☐ Após os 30 anos há uma perda da massa muscular de cerca de 1% ao ano, portanto devemos manter a musculação constantemente.
- ☐ Aumenta a capacidade cardiorrespiratória, promovendo com que o organismo funcione normalmente aliviado e em caso de doenças garante uma maior capacidade de oxigenação.

32. Nos deixe uma sugestão para melhorar nosso trabalho e aproveite para deixar também um comentário, qualquer coisa, um elogio ou uma reclamação.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

GESTÃO DE COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS NA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA, BRASIL

COMPETENCE-BASED MANAGEMENT IN THE CIVIL POLICE OF SANTA CATARINA, BRAZIL

**Ana Silvia Serrano Ghisi
Vanessa Laner G. Costa
Diogo P. Soares
Lilian C. Shulze**

RESUMO

O conceito de competências é amplamente compreendido pelo tripé: conhecimentos, habilidades e atitudes. Verificou-se na Polícia Civil de Santa Catarina a demanda por profissionais com formações e habilidades técnicas específicas para determinadas funções. O objetivo do estudo foi analisar as competências de policiais civis em formação na Academia de Polícia Civil. Foram aplicados questionários e realizadas 280 entrevistas com os policiais, bem como entrevistas com gestores. Os relatórios de competências foram triados e encaminhados aos gestores de acordo com as competências identificadas, sendo indicados 88 policiais para as diversas gerências demandantes, resultando em 34 efetivações após o processo. O estudo cumpriu o objetivo de identificar competências individuais dentro da Polícia Civil de Santa Catarina, com intuito suprir as demandas de vagas específicas expressas pelos gestores, sempre atentando para a busca por profissionais com potencial de crescimento, versatilidade e pensamento estratégico.

Palavras-chave: polícia; competências; gestão de pessoas.

ABSTRACT

The concept of competences is widely understood by the tripod: knowledge, skills and attitudes. There was a demand in the Civil Police of Santa Catarina for professionals with specific training and technical skills for certain functions. The aim of the study was to analyze the skills of civil police officers in training at the Civil Police Academy. Questionnaires were applied and 280 interviews were conducted with police officers, as well as interviews with managers. The competence reports were sorted and sent to the managers according to the competences identified, with 88 police being appointed to the various demanding managements, resulting in 34 hirings after the process. The study fulfilled the objective of identifying individual competences within the Civil Police of Santa Catarina, in order to meet the demands for specific vacancies expressed by managers, always paying attention to the search for professionals with potential for growth, versatility and strategic thinking.

Keywords: police; competencies; people management.

1 INTRODUÇÃO

O modelo de Gestão por Competências é considerado relevante tendo em vista que aproxima as necessidades da organização de trabalho e os objetivos individuais dos trabalhadores, contudo é sabido que este modelo se torna atípico em instituições públicas, carecendo de estudos que possam subsidiar a implementação desta prática. O conceito de competências é amplamente compreendido pelo tripé: conhecimentos, habilidades e atitudes. O primeiro elemento refere-se à informações e dados acomodados nos esquemas mentais do indivíduo; o segundo refere-se ao ter habilidade para efetivar os conhecimentos armazenados, e por fim o terceiro componente do tripé refere-se à aspectos relacionais no ambiente de trabalho, que pode ser descrito como uma inclinação e intencionalidade do indivíduo para realizar ou não determinada ação (PUENTE-PALACIOS; BRITO, 2017).

O conceito de competências pode ser aplicado em três níveis dentro das organizações de trabalho: macronível, mesonível e micronível - também reconhecidos como nível organizacional, grupal e individual (BRUNO-FARIA; BRANDÃO, 2003). Sendo assim, tem-se que no primeiro nível a organização é considerada em seu todo, e as competências organizacionais diferenciam as empresas em termos de competitividade; já no mesonível identifica-se as competências das equipes de trabalho, onde é possível notar o fenômeno das competências coletivas - somatório das competências individuais; por fim, no micronível o indivíduo é considerado o foco de análise onde é observado o desempenho individual de cada trabalhador diante à determinada atribuição (PUENTE-PALACIOS; BRITO, 2017).

O processo de mapeamento de competências objetiva identificar as lacunas de competências em determinada organização de trabalho, ou seja: verificar qual a diferença entre as competências internas já disponíveis e aquelas necessárias para efetivação de determinado objetivo organizacional. A ausência de processos como este pode expandir para uma tendência ao aumento desta lacuna, portanto torna-se fundamental mapear, e planejar a captação ou desenvolvimento de competências desejadas periodicamente (BRANDÃO, BAHRY, 2005). De acordo com os autores, a aplicação do mapeamento de competências no ambiente de

trabalho ocasiona um desempenho profissional que pode ser observado pelos comportamentos individuais e as consequências desses comportamentos traduzidos em resultados profissionais. A relevância do elemento atitudes dentro do conceito de competências ganhou espaço na psicologia de forma que na atualidade os conhecimentos (componente cognitivo) e habilidades (componente psicomotor) não se antepõe às atitudes, uma vez que há um entendimento que as atitudes são aspectos altamente relevantes.

Portanto, o trabalhador competente é aquele que além de possuir os conhecimentos e habilidades para realizar bem uma determinada atribuição tem à predisposição para desempenhá-la, de forma que à dimensão atitudinal passou a ser compreendida como fator central para o conceito de competência. (PUENTE-PALACIOS; BRITO, 2017). De acordo com Brandão et al. (2012) o conceito de competência identifica uma sinergia entre os três conceitos: conhecimentos e habilidades (compreendidos como capacidade), juntamente com atitudes (depreendido como intencionalidade).

Verificou-se na Polícia Civil de Santa Catarina a demanda por profissionais com formação na área de exatas, a exemplo engenheiros civis para à Gerência de Edificações Técnicas, programadores para a Gerência de Tecnologia da Informação, bem como habilidades de Departamento de Pessoal para a Gestão de Pessoas da Instituição. Portanto, identificou-se a necessidade de buscar profissionais com determinadas competências para melhor aproveitamento de suas potencialidades dentro da instituição. Sendo assim, para realização do projeto aproveitou-se o período de formação de aproximadamente 280 policiais civis em formação na Academia de Polícia Civil.

Visando atuar no micronível de análise da Gestão de Competências da Polícia Civil de Santa Catarina, foi elaborada uma proposta com o objetivo de analisar as competências de policiais civis em formação na Academia de Polícia Civil (Acadepol). 1) pesquisar com os gestores as competências individuais almeçadas para funções específicas; 2) investigar competências técnicas (teóricas e práticas) e atitudinais de policiais civis em formação na Acadepol. Foi realizado um estudo exploratório, por meio da aplicação de questionários e entrevistas sobre conhecimentos, habilidades e atitudes. A relevância do estudo foi subsidiar

ações de planejamento da Gerência de Gestão de Pessoas (GEPES) e da Diretoria da Acadepol, visando o direcionamento do estágio, a seleção de pessoas para funções específicas e a facilitação do processo de decisão nas escolhas profissionais individuais.

2 MÉTODO

O estudo teve caráter exploratório e qualitativo. Os instrumentos utilizados incluíram entrevistas semiestruturadas e questionários. O método envolveu 1) entrevistas com gestores de áreas específicas; 2) sensibilização coletiva para cada cargo na data da posse de novos policiais civis; 3) aplicação de questionários; 4) entrevistas individuais com policiais em formação.

As entrevistas com os gestores seguiram um roteiro que visou obter detalhes sobre as atribuições da função demandada e do setor em questão. Além disso, foi explorado junto aos gestores quais áreas de formação, conhecimentos e habilidades seriam desejáveis para o bom desempenho da função.

A elaboração de questionário para aplicação online nos policiais em formação contemplou dados básicos, área de formação e expectativas. Segundo Brandão e Bahry (2005), o questionário é a técnica mais empregada para o mapeamento de competências no contexto organizacional. O roteiro de entrevistas foi elaborado com o objetivo de confirmar, explorar e aprofundar os temas incluídos no questionário, bem como abordar questões específicas que não foram incluídas. De uma forma geral, foram coletados dados sociodemográficos, ocupacionais e aspectos das competências. Os domínios específicos das competências, investigados no questionário e nas entrevistas incluíram: 1) formação acadêmica e outros cursos; 2) experiência profissional e prática acadêmica/pesquisa; 3) motivações individuais para 3.1) região de lotação (fatores determinantes para a escolha e para eventual desistência), 3.2) tipo de atividade desejada para atuação (perfil profissional percebido, limitações e locais que acredita não ter aptidão ou perfil adequado), 3.3) planejamento profissional (cursos em andamento ou pretendidos, concursos), 3.4) motivações gerais e contexto da escolha pela posição atual (polícia civil, Estado de Santa Catarina, histórico de concursos anteriores com aprovação ou não, aguardando chamada,

expectativas gerais e visão a médio e longo prazo).

Os gestores foram entrevistados sobre demandas relacionadas a formação e experiência prévias de policiais civis, foram levantadas atribuições específicas de cada vaga, realizado alinhamento de expectativas, identificado o número de vagas por setor, investigados conhecimentos técnicos necessários, habilidades e atitudes desejadas.

A primeira etapa de coleta de dados com os policiais em formação envolveu a aplicação do questionário de forma online. Foram coletadas as informações de contato dos policiais civis a partir do banco de dados da GEPES relacionado à posse. Os questionários foram aplicados na primeira semana do curso de formação, a partir do encaminhamento de link diretamente no e-mail individual de cada policial. O questionário foi compilado na plataforma *Google Forms*.

Posteriormente, foram realizadas 280 entrevistas com os policiais civis em formação, ocorridas entre os meses de janeiro e julho de 2021. As entrevistas ocorreram de forma presencial ou remotamente. A duração média das entrevistas foi de quarenta minutos. As entrevistas presenciais ocorreram em salas individuais na Academia de Polícia Civil e, na modalidade remota, as entrevistas ocorreram a partir de um estúdio disponibilizado na Academia de Polícia Civil para os alunos, mas algumas exceções ocorreram a partir da residência dos participantes quando estavam em aulas remotamente. As entrevistas foram realizadas por sete psicólogos policiais civis e uma delegada de polícia da equipe da GEPES.

Os dados resultantes de questionários e entrevistas foram tratados, inventariados e, a partir deles, foram emitidos relatórios de competências individuais. Uma planilha foi gerada contendo as principais informações. A planilha de dados concentrava informações relativas a cada candidato, seus dados pessoais: nome, e-mail de contato, telefone, cargo, área de formação, áreas de conhecimento, data de formatura; e outras informações pertinentes ao setor coordenador do projeto: entrevistador responsável, indicações para determinadas vagas, setor onde o candidato realizou seu estágio e respostas do questionário aplicado. Além disso, era possível acessar por esta planilha informações relativas às entrevistas com os gestores, informações para operacionalização das entrevistas como disponibilidade de estúdio para atendimento on-line, contato dos

líderes de turma para organização da agenda de entrevistas, e propriamente as datas e horários de agendamento.

A partir dos relatórios de competências foi realizada uma devolutiva para os gestores e uma reunião com a coordenadoria pedagógica da Acadepol para assessoramento na organização do estágio por áreas de formação.

3 RESULTADOS

Foram produzidos 272 relatórios de competências, uma vez que 8 dos candidatos entrevistados foram exonerados durante o curso de formação da Acadepol, logo, seus dados não foram utilizados neste mapeamento para produção de relatório. As entrevistas levaram em consideração informações acerca das áreas de formação, cursos e conhecimentos relatados pelos entrevistados, assim como informações relativas às experiências profissionais anteriores, questões relacionadas à aspectos atitudinais de autopercepção, vivências anteriores mapeadas por meio de perguntas situacionais. Por fim, buscou-se identificar as expectativas e pretensões dos candidatos com relação a identificação com determinadas atribuições, áreas de maior interesse para atuação, como por exemplo crimes cibernéticos, estelionatos, e delegacias especializadas, bem como as regiões do estado onde gostariam de fixar residência.

Foram identificados policiais civis com formação e prática em inúmeras áreas de interesse, incluindo 1) Tecnologia da Informação (programação, sustentação e infraestrutura de sistemas); 2) Contabilidade; 3) Economia; 4) Comunicação Social (publicidade e propaganda, jornalismo); 5) Engenharias (Civil, Ambiental, Elétrica, Agronomia); 6) Arquitetura e Urbanismo; 7) entre outras como Psicologia e Geografia.

Foram indicados para estagiar em setores específicos 109 candidatos entrevistados - levando em consideração as demandas apontadas pelos gestores, e as competências dos candidatos. Destes, resultaram 66 acolhimentos dos gestores por indicações da equipe para a realização de estágio na formação inicial dos policiais civis. Ao final do curso de formação foram efetivados 34 policiais de acordo com a indicação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo cumpriu o objetivo de identificar competências individuais dentro da Polícia Civil de Santa Catarina, com intuito de suprir as demandas de vagas específicas expressas pelos gestores, sempre atentando para a busca por profissionais com potencial de crescimento, versatilidade e pensamento estratégico. Outro ponto importante acerca de projetos de gestão por competências dentro das organizações de trabalho, refere-se ao desenvolvimento de competências nos profissionais. Isto pode ser dar por meio de cursos, palestras e treinamentos, e neste sentido algumas instituições trabalham com a ideia de universidade corporativa, em que o desenvolvimento dos profissionais deve ser alinhado ao planejamento estratégico da instituição, situação essa verificada na Polícia Civil de Santa Catarina, que além de proporcionar aos seus profissionais um extenso curso de formação para a atividade, oportuniza ainda que estes profissionais realizem cursos de aperfeiçoamento, e curso de pós graduação na Academia de Polícia Civil, oportunizando desta forma o desenvolvimento de sua equipe.

Sendo assim, o sucesso nas organizações de trabalho é fruto da habilidade em articular as competências do macro, meso e micronível com sua estratégia de atuação. Ainda que tenham origem distintas, as competências dos diferentes níveis se relacionam, uma vez que as competências individuais são o alicerce das competências organizacionais, e o desenvolvimento das organizações de trabalho ocorre por meio do desenvolvimento do indivíduo. Portanto, os benefícios da gestão por competência se tornam um diferencial tão pertinente às organizações de trabalho quanto aos profissionais por ela beneficiados.

Ao pensarmos a gestão de pessoas, estamos investindo nos servidores, e na instituição. É uma via de mão dupla em que o policial tem a oportunidade de desenvolvimento profissional ao passo que oportuniza à instituição a utilização de seus aprendizados e competências.

5 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. P.; BAHRY, C. P. **Revista do Serviço Público**. Brasília, 56 (2): 179-194. Abr/Jun 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/224/229>. Acesso em: 30 set. 2021.

FLEURY, A. **Estratégias empresariais e formação de competências**: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira. São Paulo (SP): Atlas; 2000.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea** [online]. 2001, v. 5, n. spe, pp. 183-196.

FURUKAWA, P. O.; CUNHA, I. C. K. O. Da gestão por competências às competências gerenciais do enfermeiro. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. 2010, v. 63, n. 6, pp. 1061-1066. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000600030>. Acesso: 30 set. 2021.

KAPLAN, S.; LAPORT, K.; WALLER, M. J. The role of positive affectivity in team effectiveness during crises. **Journal of Organizational Behavior**, n. 34, 473-491.

PUENTE-PALACIOS, K.; BRITO, L. S. Impacto das Competências de Equipes sobre o Desempenho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online]. 2017, v. 33. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3352>. Acesso em: 24 set. 2021.

AFASTAMENTOS MÉDICOS POR CID “M” E “S” E POR “DOR LOMBAR” EM POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19

SICK LEAVES DUE TO ICD “M” AND “S” AND BY “LOW BACK PAIN” ON POLICE OFFICERS FROM PARANÁ: A COVID-19 PANDEMIC IMPACT ANALYSIS

**Cristian Andres de Jesus
André Luiz Felix Rodacki
Anderson Caetano Paulo
Alexandre dos Santos Cabral**

RESUMO

Durante a pandemia da COVID-19 diversas alterações na rotina e nos hábitos das pessoas ocorreram. Este estudo visou analisar os efeitos da pandemia sobre os afastamentos médicos por CID “M”, “S” e “dor lombar” em policiais da Polícia Militar do Paraná entre os anos de 2019 e 2020. Houve uma redução significativa nos CID M+S ($p < 0,001$) em 2020. Todavia, o número de afastamentos por dor lombar e o período de afastamento em ambas as estratificações (“CID M+S” e “dor lombar”) permaneceram inalterados. A redução encontrada pode estar associada às mudanças na escala de serviço e ações voltadas ao isolamento social pelo poder público, as quais possivelmente diminuíram a carga de trabalho.

Palavras-chave: Polícia Militar; Sars-CoV-2; saúde; segurança pública; isolamento social; dorsalgia; atestado médico.

ABSTRACT

During the COVID-19 pandemic, several changes in people's routine and habits occurred. This study aimed to analyze pandemic effects on sick leaves due to ICD “M” and “S” and also by “back pain” in officers from Military Police of Paraná between 2019 and 2020. There was a significant reduction in ICD M+S ($p < 0.001$). However, number of sick leaves due to low back pain and the period of absence in both categories (“ICD M+S” and “back pain”) remained unchanged. The reduction in number of absences may be associated with schedule changes and actions aimed at social isolation by government, which probably reduced the workload.

Keywords: Police officer; Sars-CoV-2; health; public safety; low back pain; sick note; sick leave.

1 INTRODUÇÃO

A dor lombar é a principal causa de incapacidade em 160 países (OMS, 2021) e constitui um problema de relevância na saúde mundial ao atingir cerca de 80% da população em algum momento da vida (BADE *et al.*, 2017; ANDRADE; ARAÚJO; VILAR, 2005). Atividades laborais que demandam constante levantamento ou sustentação de cargas por períodos prolongados têm sido relacionadas à incidência

de dor lombar (BAKKER *et al.*, 2009; WADDELL; BURTON, 2001) e podem provocar limitações e incapacidade funcional (TAVARES, 2019). Dentre os policiais, existe maior incidência de dor lombar do que em relação à população em geral (BROWN *et al.*, 1998; CARDOSO *et al.*, 2018; GEORGE *et al.*, 2011).

No contexto pandêmico da COVID-19 as alterações de hábitos (ex. atividade física, alimentação, rotina de trabalho, lazer) e os impactos em fatores diversos (ex. estresse, depressão, sono, alterações metabólicas) podem ter repercutido sobre os afastamentos médicos. De fato, a Polícia Militar do Paraná (PMPR) promoveu alterações nas escalas de trabalho e remanejamento de efetivo visando reduzir a exposição dos policiais ao Coronavírus (PMPR, 2020a; PMPR, 2020b). Portanto, as mudanças na rotina laboral de policiais militares podem ter influenciado os afastamentos. Não são claros se os tipos de afastamento foram influenciados de forma similar.

Este estudo visou verificar o impacto da pandemia sobre o número e o período de afastamento de policiais militares relacionadas ao sistema osteomuscular e tecido conjuntivo (CID M) ou traumatismos e ferimentos (CID S). As hipóteses de que houve redução significativa do total de afastamentos e no tempo médio de afastamento foram testadas. Esta análise contribui cientificamente às futuras análises e deliberações do Comando e dos órgãos de saúde da corporação em relação ao contexto analisado.

2 MATERIAIS E MÉTODO

Os dados foram obtidos através do acesso aos prontuários da Junta Médica da Diretoria de Saúde da PMPR relativos aos anos de 2019 e 2020. O ano de 2019 foi utilizado para representar o período regular de atividades, enquanto o de 2020 representou o período de pandemia. O estudo fez parte das ações de ensino, pesquisa e extensão do Programa de Extensão Treinamento Físico-Esportivo: Saúde e Performance (TFESP) junto à PMPR e sua condução foi solicitada formalmente e autorizada conforme E-protocolo nº 17.972.415-4. A identidade dos policiais foi preservada.

Os códigos internacionais de doenças foram estratificados e os CID M (doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo) e CID S (traumatismos e ferimentos), foram selecionados. Os afastamentos foram reagrupados em duas

categorias para análise neste estudo. A primeira categoria consistiu no agrupamento das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (CID M) e de traumatismos e ferimentos (CID S). A segunda categoria foi formada pelos afastamentos associados ao CID M54.5 (dor lombar).

Os dados foram reportados através de descritiva padrão (média e desvio-padrão). O teste de qui-quadrado foi empregado para comparar a proporção de afastamentos por categoria (CID M+S e CID M54.5) e entre anos (2019 e 2020). Para identificar diferenças entre o número de dias de afastamentos entre os anos em função da pandemia, o teste T para medidas independentes foi utilizado. O nível de significância adotado foi de 5% e as análises foram realizadas no software SPSS Statistics.

3 RESULTADOS

O número de afastamentos para os anos de 2019 e 2020 estão apresentados na Tabela 1. Foi encontrado menor número para os CID M+S em função da pandemia. Por outro lado, não houve influência da pandemia no número de afastamentos específicos por dor lombar (CID M54.5).

Tabela 1 – Número de afastamentos em 2019 (antes da pandemia) e em 2020 (durante a pandemia) em relação aos CID M+S e CID M54.5 na Polícia Militar do Paraná.

	2019 (Antes da Pandemia)		2020 (Durante a Pandemia)		χ^2	p
	Observado	Esperado	Observado	Esperado		
CID M+S	2.773	2.531	2.289	2.531	46,28	<0,001*
CID M54.5	149	141	133	141	0,91	0,341

CID M+S = doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (CID M) e traumatismos e ferimentos (CID S); CID M54.5 = dor lombar.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A tabela 2 mostra o número médio de dias de afastamento pra os anos de 2019 e 2020. Não foram encontradas alterações para os dias de afastamentos médicos de CID M+S (doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e traumatismos e ferimentos) e CID M54.5 (dor lombar).

Tabela 2 – Número médio de dias de afastamentos em 2019 (antes da pandemia) e 2020 (durante a pandemia) em relação aos CID M+S e CID M54.5 na Polícia Militar do Paraná.

	2019 (antes da pandemia)	2020 (durante a pandemia)	“t” e “p”
CID M+S	59,4 ± 78,1	58,1 ± 87,9	t=0,56; p=0,57
CID M54.5	61,7 ± 86,3	50,2 ± 62,8	t=1,26; p=0,21

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

4 DISCUSSÃO

O presente estudo visou analisar o impacto da pandemia sobre o número e o período de afastamento de policiais militares por CID M+S, e especificamente por dor lombar (CID M54.5). O principal achado foi que houve alteração no número de afastamentos durante a pandemia para os CID M+S, porém tais diferenças não ocorreram quando apenas a dor lombar foi analisada. O número de dias de afastamento também não foi influenciado por conta da pandemia quando os CID M+S foram analisados ou quando apenas a dor lombar foi considerada.

A suposição inicial de que as alterações nas rotinas de trabalho decorrentes da pandemia pudessem reduzir o número de afastamentos por acometimentos osteomusculares e do tecido conjuntivo e acometimentos decorrentes de traumatismos e ferimentos foi confirmada. Provavelmente, as medidas de restrição e isolamento social instituídas pelos órgãos e poderes públicos paranaenses (PARANÁ, 2020a), possam ter reduzido a carga de trabalho de policiais militares. Por exemplo, a proibição de abertura de ambientes com concentração de pessoas em comércios e bares, o estabelecimento de restrições de horário para circulação de pessoas em vias públicas e de atividades não essenciais, ações de isolamento social e outras determinações legais (PARANÁ, 2020b) podem ter culminado na redução da quantidade de ocorrências em que há resistência, embate físico, e outras atividades que demandem ou exponham os policiais a maior risco físico (inclusive à sustentação de posturas constantes com material de proteção durante períodos prolongados), o que pode ter reduzido um conjunto de patologias ocupacionais. De fato, em 2020 foi observada forte redução nos indicadores de criminalidade.

Por outro lado, o número de afastamentos relacionados às dores lombares se manteve inalterado. Uma redução nestes afastamentos era esperada, uma vez que

as demandas ocupacionais e físicas foram reduzidas. Neste sentido, mesmo que a redução das demandas das escalas operacionais ordinárias (PMPR, 2020a; PMPR, 2020b) tenham tido um efeito positivo sobre os afastamentos por CID M+S, tais benefícios não foram observados para as dores lombares – CID M54.5. Ainda que a exposição tenha sido reduzida, as cargas aplicadas permaneceram inalteradas, ou seja, a magnitude das cargas sustentadas durante a jornada de trabalho (equipamentos de proteção – até 10% do peso corporal) ainda parecem ser elevadas para que uma menor exposição seja benéfica. Pode-se ainda especular que o caráter crônico associado às dores lombares, não tenha permitido reduções importantes que pudessem diminuir o número de afastamentos associados ao CID M54.5. Portanto, as reduções nas cargas associadas aos materiais protetivos parece ser um aspecto importante a ser considerado. Ainda, embora um meio para redução da dor lombar seja a realização de exercícios de fortalecimento para o abdômen (GRANI *et al.*, 2021) bombeiros militares da PMPR tiveram redução significativa da prática da atividade (FERREIRA, 2020) o que pode ratificar os achados.

O número médio de dias de afastamento para ambas estratificações permaneceu inalterado. Tal resultado contrariou as expectativas uma vez que uma redução das demandas pudesse ser traduzida em um menor período de afastamento das atividades laborais. Por outro lado, o tempo médio de recuperação não parece depender da demanda, mas da existência da condição clínica e do tempo necessário para a reabilitação.

Os resultados obtidos precisam ser interpretados com cautela pois alguns fatores podem ter influenciado: não foram consideradas as alterações na quantidade do efetivo ativo da corporação, a pandemia gerou impactos mais fortes a partir de meados de março de 2020 e não houve análise específica em relação às características das patologias na coluna lombar (ex. tipo de lesão, características de imagem das lesões, existência de procedimentos cirúrgicos prévios e o tempo destes procedimentos).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo constatou a redução significativa no número de afastamentos por CID M+S em função da pandemia em policiais militares no estado

do Paraná. Todavia, não foram encontradas diferenças significativas nos afastamentos das atividades laborais associados às dores lombares ou nos períodos de afastamento médico.

Sugere-se que estes e outros fatores sejam incorporados em análises futuras a fim de controlar os efeitos de possíveis variáveis intervenientes (ex., nível de atividade física, alterações na massa corporal), bem como a inclusão de afastamentos relacionados a outras doenças de elevada prevalência em policiais (ex., transtornos mentais e comportamentais do CID F) pois é preponderante o estudo organizacional de Higiene Ocupacional para a melhoria da qualidade de vida dos militares estaduais.

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Polícia Militar do Paraná pelo apoio. Este estudo foi parcialmente financiado pelo Fundo Paraná (SETI) e Programa Universidade Sem Fronteiras (USF).

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. C.; ARAUJO, A. G. R.; VILAR, M. J. P. Escola de Coluna: revisão histórica e sua aplicação na lombalgia crônica. **Rev. Bras. Reumatol**, 2005.

BADE, M.; COBO-ESTEVEZ, M.; NEELEY, D.; PANDYA, J.; GUNDERSON, T.; COOK, C. **Effects of manual therapy and exercise targeting the hips in patients with low-back pain-A randomized controlled trial**. J Eval Clin Pract, 2017.

BAKKER, E. W; VERHAGEN, A. P.; TRIJFFEL, E. V.; LUCAS, C.; KOES, B. W. **Spinal mechanical load as a risk factor for low back pain: a systematic review of prospective cohort studies**. Spine, 2009.

BROWN, J. J.; WELLS, G. A.; TROTTIER, A. J.; BONNEAU, J.; FERRIS, B. **Back pain in a large Canadian police force**. Spine, 1998.

CARDOSO, E. S.; FERNANDES, S. G. G.; CORREA, L. C. A. C.; DANTAS, G. A. F.; CÂMARA, M. A. Low back pain and disability in military police: na epidemiological study. **Fisioterapia em Movimento**, 2018.

FERREIRA, L. M. **Nível de atividade física e frequência de ocorrências para o bombeiro militar em tempo de pandemia da COVID-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

GEORGE, S. Z.; CHILDS, J. D.; TEYHEN, D. S.; WU, S. S.; WRIGHT, A. C.; DUGAN, J. L.; ROBINSON, M. E. **Brief psychosocial education, not core stabilization, reduced incidence of low back pain: results from the Prevention of Low Back Pain in the Military (POLM) cluster randomized trial.** BMC Medicine, 2011.

GRANI, G.; RODACKI, C.; LUBAS, H.; RESENDE, E. F.; HOINATSKI, R.; SENTONE, R. G.; ORR, R.; PAULO, A. C. **Can training trunk musculature influence musculoskeletal pain and physical performance in military police officers?** Ergonomics, 2021.

OMS. **Musculoskeletal conditions, 2021.** Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/musculoskeletal-conditions>. Acesso em: 26 maio. 2021.

PARANÁ. Comunicado nº 031/2020. Departamento de Recursos Humanos e Previdência. **Atos normativos que estabelecem medidas de enfrentamento a pandemia pelo coronavírus (COVID-19),** 2020a.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 4.230 de 16 de março de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19,** 2020b.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Subcomando-Geral da PMPR. Memorando nº 016 de 24 de março de 2020. **Ajustes de escalas e medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus – COVID-19,** 2020a.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Subcomando-Geral da PMPR. Memorando nº 018 de 31 de março de 2020. **Apoio do efetivo do BPEC aos CRPMs,** 2020b.

TAVARES, J. M. A. **Efeitos de dois programas de exercício físico sobre o controle postural e a dor lombar em policiais militares: pilates x exercícios isométricos.** Dissertação (Mestrado em Educação Física, Ciências do Movimento Humano). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

WADDELL, G.; BURTON, A. K. **Occupational health guidelines for the management of low back pain at work: evidence review.** Occupational Medicine, 2001.

REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL AO VETERANO

VETERAN SOCIAL SAFETY NET

Danilo Alexandre M. Azolini

RESUMO

A valorização do agente de segurança pública se perfaz de uma complexa dinamização que envolve variados setores da subjetividade e se coaduna envolta de elementos psicossociais e sociológicos da vida humana. O processo de transição do serviço ativo para a reserva remunerada/aposentadoria se concretiza como algo desafiador no contexto da segurança pública, exigindo-se uma gama qualificada de retaguarda social para a preservação e o acolhimento do policial, ora chamado respeitosamente de veterano. Faz-se, portanto, de grande importância a estruturação em redes de proteção social para materializar todo o processo cognitivo, jurídico, sociológico e humano para a manutenção da qualidade de vida nonovo ciclo que se inicia. A rede de proteção social ao veterano, como exemplo a que aqui se demonstra, da cidade de Londrina- PR, representa a verdadeira imbricação institucional de amparo, prevenção psicossocial e valorização humana do policial.

Palavras-chave: veteranos; aposentadoria policial; rede de proteção social.

ABSTRACT

The valuation of the public security agent is made up of a complex dynamization that involves various sectors of subjectivity and is consistent around psychosocial and sociological elements of human life. The transition process from activeservice to paid reserve or retirement is materialized as something challenging in the context of public security, requiring a qualified range of social support for the preservation and reception of the police officer now called veteran. It is, therefore, of great importance to structure social protection networks to materialize the entire cognitive, legal, sociological and human process for the maintenance of quality of life in the new cycle that is beginning. Veteran social protection networks, as an example that will be demonstrated in the city of Londrina-PR, represent the true institutional overlap of support, psychosocial prevention and human valorization of the police officer.

Keywords: veterans; police retirement; social safety net.

1 INTRODUÇÃO

Após décadas de serviços prestados na aplicação da lei e em defesa da sociedade, o agente de segurança pública se depara com uma inevitável transição do serviço ativo para a reserva remunerada/aposentadoria, a qual se apresenta de modo desafiador, em especial ao agente de segurança pública.

No presente estudo, por meio de análise legal e doutrinária, pesquisa de campo e observação sociológica da realidade fática da cidade de Londrina- PR,

aborda-se a temática de valorização do policial, visando compreender os efeitos positivos da estruturação em rede de proteção social ao idoso, ora denominado respeitosamente como veterano, no complexo entreame subjetivo enquanto pessoa de direitos e na retaguarda preventiva do Programa psicossocial denominado PRUMOS, da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Busca-se, do mesmo modo, analisar academicamente a trajetória do grupo “Militares e Amigos” da cidade de Londrina - PR e sua atuação humana e social em prol dos veteranos em situação de vulnerabilidade, a fim de compreender a importância e os impactos sociais de uma estruturação dos veteranos em forma de rede de proteção social na transformação e na preservação de vidas.

2 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A APOSENTADORIA

O policial que se aposenta passa a compor os quadros da reserva remunerada/aposentadoria, após dezenas de anos trabalhados e dedicados em prol da sociedade no serviço policial ativo, não poucas vezes, acaba alcançando a aposentadoria próximo dos 60 (sessenta) anos ou, a depender do caso e da Força de Segurança Pública que compõe, já tendo alcançado ou superado essa idade.

Somado a essa questão, é importante considerar que o processo de transição para a reserva remunerada/aposentadoria pode gerar grandes efeitos para a vida do policial o que, a depender do caso, pode inseri-lo em situações de maior vulnerabilidade.

Ao longo do tempo o conceito de aposentadoria sofreu modificações, definindo-se, na atualidade, como uma obrigação social do Estado, apoiando financeiramente o indivíduo em uma etapa da vida na qual decaí sua força física e a própria aptidão para o trabalho. Esse conceito é fundamentado no princípio de que o trabalhador, após expressiva contribuição à sociedade, deve ser ajudado nesse momento de transição (FONTOURA, 2010, p. 10).

Desse modo, faz-se de grande relevância o Estado dispor de mecanismos e metodologias eficazes para preparar o policial de todas as Forças de Segurança Pública para a respectiva transição e, inserto nesta complexidade subjetiva, estabelecer redes de proteção para que esse processo de passagem para a reserva/aposentadoria seja realizado de modo saudável, sustentável, acolhedor e, acima de

tudo, que valorize o policial que arriscou sua vida por dezenas de anos envergando a farda, aplicando a lei e defendendo a sociedade.

No caso dos militares, as dificuldades percebidas nesse processo geralmente são compreendidas de forma mais acentuada tendo em vista a relação que este servidor estabeleceu com seu papel profissional e seu tempo livre – em regra, escasso. Se para esse sujeito o trabalho é entendido como um dos meios mais importantes de constituição de sua identidade, então a aposentadoria poderá produzir uma reorganização global da sua subjetividade, suscitando efeitos significativos em seu modo de vida (DIAS, 2017, p. 10).

2.1 Os direitos do idoso e o acesso ao sistema de garantia de direitos

O amparo legal voltado à pessoa idosa vem com o intuito de fornecer prioridade e proteção às pessoas que logram êxito em alcançar os 60 (sessenta) anos de idade, de modo que o sistema de prestação de serviços, principalmente os públicos, possa ser fornecido com prioridade e eficiência.

A passagem para a reserva remunerada/aposentadoria marca uma vitória por parte do agente de segurança pública, após anos dedicados na defesa da sociedade e incontáveis situações de risco à própria vida no enfrentamento da criminalidade, inclusive em muitos casos carregando marcas da atuação policial em seu corpo e sua mente.

Faz-se imperiosa a necessidade de se observar o policial aposentado como uma pessoa que venceu todas as adversidades e riscos do trabalho policial e, com a aposentadoria, deve receber todo o respeito, valorização, honra e gratidão da sua Instituição, devido a toda uma vida de dedicação para com a causa pública.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 230, que o amparo às pessoas idosas é dever do Estado, da sociedade e da família, em corresponsabilidade social, assegurando sua participação na comunidade, defendendo e garantindo o acesso ao sistema de garantia de direitos.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL, 1988, p. 133).

2.2 A política nacional do idoso

No ano de 1994, a Lei Federal nº 8.842 dispôs sobre a Política Nacional do Idoso, iniciando o processo de normatização, detalhamento e regulamentação das condições de proteção social da pessoa idosa estabelecidos constitucionalmente.

A regulamentação da referida Lei Federal se deu um pouco mais adiante, por meio do Decreto Federal nº 1.948 de 1996, o qual vigorou por vários anos, sendo então substituído recentemente pelo Decreto Federal nº 9.921 de 2019, que consolidou atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal nas disposições atinentes à pessoa idosa e sendo parcialmente alterado pelo Decreto Federal nº 10.604 de 2021.

A Lei Federal nº 8.842/94 reflete o protagonismo sociológico, jurídico e social de acolhimento e proteção social à pessoa idosa, indicando que a Política Nacional do Idoso tem como principais objetivos assegurar seus direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, sendo regida pelos princípios de respeito ao direito de cidadania, dignidade e combate a toda forma de violação de direitos ou discriminação.

Art. 3º A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:
I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei (BRASIL, 1994, p. 1).

2.3 O enfrentamento às violações de direitos do veterano

Merece guarida, dada a sua importância o fato de que, quando há um caderno normativo, um compêndio nas leis e normas para a atuação do Poder Público e da sociedade em geral voltado a um grupo específico, principalmente grupos considerados vulneráveis socialmente, como é o caso dos veteranos, deve-se ter em plena observância que a lei, quando não cumprida, omitida ou quando rechaçada de

qualquer forma, pode gerar situações de violência contra o grupo de pessoas o qual a lei propõe defender e proteger.

Quando se fala em violência contra as pessoas idosas, pensa-se imediatamente na violência física, mas esta não é a única, pois há inúmeras formas de violência, veladas e mascaradas. A violência também pode manifestar-se como psicológica, econômica, moral, sexual, pode ser familiar, social, institucional, estrutural e pode resultar de atos de omissão e negligência [...] (PASCHOAL, 2007, p. 10).

As normas que dispõem a respeito dos direitos da pessoa idosa, em especial representada no âmbito federal pelo Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741/03, representam a determinação legal de que sejam colocadas em prática e ofertadas aos idosos todas as prerrogativas legais em sua plenitude, seja por meio de políticas públicas e sociais desenvolvidas pelo Estado ou pelo respeito e observância cotidiana a serem exercidos pelas pessoas da sociedade em todo local em que o idoso deseje acessar ou no que se relaciona a todo serviço que seja utilizado.

A violência contra o veterano surge, portanto, quando algum direito que deveria, em tese, ser colocado à sua disposição, pelas mais variadas possibilidades legais e sociais, não alcança sua finalidade precípua por omissão, desconhecimento, incompetência ou, intencionalmente, nos casos em que é possível o estabelecimento do direito e o ente, seja público ou privado, seja jurídico ou natural, assim não o faz.

Em 2020, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa produziu uma cartilha intitulada *Violência contra a pessoa idosa, vamos falar sobre isso?*, por meio da campanha nacional de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, oportunidade em que se esclarecem diversas dúvidas a respeito dos direitos dos idosos no Brasil e se auxilia a identificar possíveis situações de violência e as providências cabíveis a depender de cada caso.

Ainda em 2017, o Brasil superou a marca dos 30,2 milhões de idosos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios, divulgada pelo IBGE. Este crescimento substancial do número de pessoas idosas no país revela novos problemas e desafios a serem superados, como é o caso da violência praticada contra os idosos (BRASIL, 2020, p. 12).

Segundo a referida Cartilha Nacional, as violências contra a pessoa idosa podem ser visíveis ou invisíveis, aquelas que são chamadas de visíveis podem ser

percebidas e notadas pelas mortes e lesões praticadas contra a pessoa idosa, isto é, aquelas em que ficam marcas físicas que permitem a descoberta pelas autoridades públicas do ato por meio da observação, ao passo que as invisíveis são as violências que não deixam marcas, ou seja, que são praticadas por sofrimento, desesperança, depressão e medo, por exemplo, e devem ser constantemente enfrentadas pelo Poder Público.

2.4 O Programa PRUMOS e o atendimento psicossocial ao veterano

Como foi possível observar, toda a linha estrutural de normatizações epolíticas públicas instituídas nacionalmente trazem à lume todo o aparato público necessário para que a pessoa idosa receba um atendimento amplo, eficaz e de qualidade.

No ano de 2020, o Estado do Paraná criou o Programa PRUMOS, com a finalidade de realizar atendimento psicossocial aos agentes estaduais de segurança pública de todas as Forças Policiais do Estado, tendo como arrimo estrutural a finalidade de aprimorar ações, concretizar medidas, robustecer planejamentos, melhorar a qualidade de vida e ampliar o atendimento em saúde mental fornecido aos policiais, tanto aos da ativa, como também, e inclusive, aos policiais que já se encontram na reserva remunerada/aposentados.

Tendo como alicerce de sua criação a Lei Federal nº 13.675/18, norma que criou o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e, de modo conjunto, pela alínea “e” do inciso II de seu art. 8º, instituiu o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida), o Estado do Paraná, pela Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos (APEP) da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), desenvolveu o Programa PRUMOS, a fim de fornecer suporte em saúde mental a todos agentes estaduais de segurança pública, como policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, policiais penais, policiais científicos, bem como seus dependentes legais.

O Programa PRUMOS foi criado pelo Decreto Estadual nº 6.297 de 2020, o qual instituiu o Programa de Saúde Mental aos Profissionais da Segurança Pública do Estado do Paraná, demonstrando a importância do tema, o ensejo de esforços para a valorização do policial e a ampliação, cada vez maior, de medidas relativas à saúde mental voltadas aos policiais de todo o estado.

Figura 1 – Logotipo do Programa PRUMOS.



Fonte: Assessoria de PEGPSSP do Paraná (2021).

Com a contratação de psicólogas e assistentes sociais em variadas cidades do Estado do Paraná, foi possível afixar Seções de Atendimento Psicossocial (SAPs), localizadas nas sedes das Forças de Segurança Pública em todo o estado, como Batalhões de Polícia Militar, Delegacias de Polícia Civil, Escritórios Sociais do DEPEN e sedes do Instituto de Polícia Científica e, nas cidade de Curitiba e Londrina, as maiores do estado, houve a criação de uma estrutura mais elaborada, denominada Centro de Atendimento Psicossocial (CAPs), estrutura com sede destacada que vem sendo ampliada para demais cidades.

2.6 A trajetória do grupo “Militares e Amigos” e a rede de proteção ao veterano em situação de vulnerabilidade

O grupo Militares e Amigos, criado há aproximadamente 5 (cinco) anos, é a demonstração viva que a união entre todos pode se concretizar diante da realidade social observada. Apesar de inúmeros percalços, desafios inimagináveis e obstáculos dantescos, nada retirou o mais puro desejo de estenderem a mão e se unirem para ajudar o próximo que está diante de alguma necessidade, acompanhando a ele e sua família por todo o transcorrer do período.

Grupo que, hodiernamente, é referência nacional no contexto de atuação protetiva aos veteranos policiais, o grupo “Militares e Amigos”, originário da cidade de Londrina - PR, conta atualmente com mais de 500 (quinhentos) membros, entre policiais da ativa e policiais veteranos de todas as Forças Estaduais de Segurança Pública e, também, amigos da sociedade civil organizada, colocando em prática o ato de amor ao próximo por uma série de ações sociais, humanas e humanitárias.

Uma das frentes de atuação do grupo é na área de reforma e construção das moradias de veteranos que estejam em situação de vulnerabilidade, tendo sido

realizadas inúmeras ações nesse sentido, com auxílio gratuito a partir do puro voluntariado; de tal modo, beneficiam-se veteranos que, por exemplo, estavam com sua residência desabando, com graves infiltrações e, até mesmo, com a reconstrução de casas pertencentes a policiais que foram destruídas por incêndio.

Além desse eixo de atuação voltado à questão de moradia e da qualidade de vida em ambiente familiar, o grupo apoia variadas ações junto a veteranos que estejam necessitando de alimentos, remédios, intervenções médicas e várias outras frentes de apoio assistenciais, inclusive dispendo de arrecadação voluntária de recursos pelos membros para adquirir cadeira de rodas, muletas, demais equipamentos para tratamento de saúde e de recuperação física e mental.

Os encontros intergeracionais, reuniões e rodas de conversa também são atividades que os veteranos realizam, fornecendo todo o apoio a outros policiais que estejam em situação de vulnerabilidade e com as mais variadas dificuldades, como casos de agravamento em quadro de saúde e, em algumas situações, devido à impossibilidade de deslocamento aos locais de encontro, o grupo se desloca até a casa do veterano e lá realiza a interação social.

Figura 2 – Veteranos do grupo “Militares e Amigos” em confraternização.



Fonte: AVMPMPR (2018).

A essência do grupo, portanto, é resgatar os veteranos que estejam em situação de vulnerabilidade e necessitem de ajuda, atuando-se de todos os modos possíveis e realizando o processo de integração com as redes públicas municipal,

estadual e federal, bem como a sociedade civil organizada para prestar todo o auxílio necessário para a demanda que se apresenta.

No grupo “Militares e Amigos”, analisando-se sob a óptica sociológica, há uma união estabelecida como nunca antes vista, observada pela interação e cuidados dos membros, das ações realizadas, da humanidade colocada em prática diante das necessidades, da adaptação estrutural para a superação das demandas sociais e da dedicação inabalável que os faz perdurar na luta para que todos os veteranos sejam resgatados e possam ser acolhidos.

A sociologia é um olhar disciplinado que analisa ‘como’ procedemos em nossa vida cotidiana e aloca os detalhes oriundos dessa análise em um ‘mapa’ que se estende para além de nossas experiências imediatas. Podemos então ver como os territórios que habitamos se encaixam e se relacionam com um mundo que não temos a oportunidade de explorar sozinhos, mas que, não obstante, pode conformar e estruturar nossa vida (BAUMAN; MAY, 2010, p. 20).

Importante mencionar que a atuação do grupo não se dá somente com relação aos veteranos que passam para a reserva remunerada por idade ou tempo de serviço, mas também àqueles veteranos que, infelizmente, são reformados devido a situações ocorridas no transcorrer de sua trajetória.

Quando ocorre a necessidade da reforma do policial, trata-se de uma decorrência de lesão física ou mental que incapacite o policial para o trabalho, sendo possível citar como exemplo a invalidez relacionada a acidentes de trânsito, disparos de arma de fogo, lesões físicas por intervenção de força policial, mutilação de membros e toda outra forma de lesão que esteja envolta à realidade de aplicação e enfrentamento da criminalidade ou que se relacione com a vida policial.

A rede de proteção, quando estabelecida, gera cada vez mais ações alicerçadas pelas instituições sociais, inclusive pelo Poder Público, em prol da finalidade do exercício dos direitos fundamentais e sociais da pessoa humana, tornando possível e viável a quebra de paradigmas e, com a dedicação de todos os profissionais para com a causa, de fato, mais vidas são salvas e mais acolhimento, carinho, respeito e amor é proporcionado a todos os membros das Forças de Segurança Pública e, do mesmo modo, à sociedade.

Dentro deste contexto, a rede de proteção, portanto, traduz-se no emaranhado de conexões e interligações estabelecidas entre os diversos entes de responsabilidade social, de forma multiprofissional, interdisciplinar e interinstitucional, com a finalidade de promover, integrar, aprimorar, fortalecer e enrijecer condutas e políticas públicas, visando a proteção de determinados grupos que, em face de sua vulnerabilidade, fazem-se necessários sua atenção e cuidado (AZOLINI, 2020, p. 18).

Cada veterano traz consigo uma história de muita luta, sofrimento, dor, superação e vitórias que conquistou ao longo de sua trajetória e, certamente, cada um representa a verdadeira essência do que é o amor em servir à sociedade, apesar de todas as adversidades que sofreram e, bravamente, resistiram dia após dia para que hoje pudessem compor o quadro de veteranos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizou-se com este artigo uma breve análise legal sobre os direitos vigentes no ordenamento jurídico pátrio relativos aos idosos, tanto na esfera nacional, quanto em relação ao Estado do Paraná e, também, relatou-se um pouco da trajetória do grupo “Militares e Amigos”, o qual representa atualmente uma das principais redes de proteção ao veterano existentes e em pleno funcionamento no âmbito das Forças Estaduais de Segurança Pública do Brasil.

A análise das principais normatizações vigentes no país, no tocante aos direitos do idoso, demonstram-se de extrema significância, trazendo à lume conquistas sociais desde a promulgação da atual Constituição Federal do Brasil e do início da ampliação dos direitos do idoso na década de 1990, como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

A articulação entre os Órgãos e Instituições se mostra imprescindível para que toda a política pública relacionada aos direitos do idoso no país seja efetivamente colocada em prática; ainda, há muito o que se avançar, observa-se um processo de evolução e desenvolvimento, o qual deve ser fomentado e incentivado por todos.

A partir das informações apresentadas, foi possível compreender a importância da estruturação da rede de proteção ao veterano para a manutenção de direitos, proteção social, enfrentamento à violência, acesso ao sistema de garantia de direitos e preservação de sua integridade física e psicológica, insculpindo-se como um panorama de grande importância para a valorização do policial.

O respeito aos direitos fundamentais, cláusulas pétreas constitucionais, é o

verdadeiro azimute da atuação estatal em segurança pública que hoje se observa na cidade de Londrina-PR, afixado no mais alto patamar legal e recebendo os esforços governamentais de modo efetivo e com representatividade social.

Foi possível delinear a respeito dos aspectos estruturais do Programa PRUMOS, criado pelo Estado do Paraná, a fim realizar todo o cuidado em saúde mental e qualidade de vida aos agentes estaduais de segurança pública e seus dependentes legais, demonstrando o esforço, dedicação e empenho público para a valorização e cuidado do policial e de sua família.

Após toda a análise legal dos direitos do idoso no país e também no Estado do Paraná, bem como o estudo acerca de questões doutrinárias envoltas na rede de proteção ao idoso, ora denominado respeitosamente como veterano, repercutiu-se a trajetória do grupo “Militares e Amigos”, criado por iniciativa dos próprios veteranos e que, desde sua criação, vem desenvolvendo um trabalho humano e social de extrema relevância, gerando transformação na vida de muitos veteranos que estavam em situação de vulnerabilidade e risco social.

Atualmente, na cidade de Londrina-PR, é possível visualizar uma rede de proteção ao veterano constituída, com a atuação brilhante do grupo “Militares e Amigos”, com a presença de psicólogos e assistentes sociais do Programa PRUMOS, o apoio da sociedade civil organizada, o apoio de órgãos de defesa de direitos, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a disponibilidade de programas oferecidos à comunidade pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e diversas outras estruturas que enrijecem o panorama de proteção ao veterano.

A rede de proteção social ao veterano, portanto, está em constante processo de desenvolvimento, seja pelo aperfeiçoamento de metodologias, pela ampliação de serviços, pela qualificação profissional ou pela lapidação constante que todos os órgãos realizam, de modo que sempre há possibilidades para que novos grupos, projetos, órgãos e demais instituições sejam integradas à rede, permitindo cada vez mais a extensão e diversificação do atendimento para seus principais objetivos, valorizar o policial e salvar vidas.

4 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DA VILA MILITAR. **Almoço do Grupo Militares e Amigos é**

realizado em Londrina. Disponível em: <http://www.avmpmpr.com.br/site/almoco-do-grupo-militares-e-amigos-e-realizado-em-londrina/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

AZOLINI, D. **Rede de proteção, a polícia militar junto às redes de proteção aos grupos em situação de vulnerabilidade social.** Londrina: Editora Thoth, 2020.

BAUMAN, Z., MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/04/Aprendendo-a-Pensar-com-a-Socio-Zygmunt-Bauman.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.675**, de 11 de junho de 2018. Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25212052/do1-2018-06-12-lei-n-13-675-de-11-de-junho-de-2018-25211917. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.842.** Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. **Estatuto do Idoso.** Lei Federal nº 10.741/03. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

DIAS, F. C. L. **Enlaces e desenlaces identificatórios dos policiais militares em processo de reserva.** 2016, 117 páginas. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

FONTOURA, A. C. P. **O planejamento de vida do militar aposentado.** Dissertação (Mestrado em Gerontologia Biomédica). Inst. de Geriatria e Gerontologia da Pontifícia Universidade católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PASCHOAL. **Violência doméstica contra a pessoa idosa:** orientações gerais. In: Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS. Secretaria municipal da Saúde de São Paulo. São Paulo: SMS, 2007.

PERFIL DOS SUICÍDIOS ENTRE AGENTES DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

SUICIDES PROFILE IN FEDERAL HIGHWAY POLICE OFFICERS

Flávio Castagna de Freitas
José R. E Vasconcelos Junior
Eduardo Frio Marins
Geovana F. A. Alves Dutra
Rodrigo Wiltgen Ferreira
Eduardo L. Caputo

RESUMO

O suicídio é considerado um problema de saúde pública. Os policiais são um grupo populacional com maior risco de cometer suicídio. O objetivo deste trabalho é descrever o perfil sociodemográfico e ocupacional dos suicídios ocorridos em Agentes da Polícia Rodoviária Federal (APRF), entre os anos de 2001 e 2020. Trata-se de um estudo retrospectivo que utilizou informações sócio-ocupacionais disponibilizadas pela Polícia Rodoviária Federal sobre casos de suicídios de APRF. As estatísticas descritivas foram resumidas em frequências absolutas e relativas. Ao longo dos 20 anos, 35 suicídios foram identificados, dos quais 32 (91,4%) utilizaram a arma de fogo e 20 (57,1%) APRF cometeram suicídio em sua residência. Ainda, a maioria deles era do sexo masculino (n=33, 94,3%), com menos de 40 anos de idade (n=22, 62,9%), com 10 ou mais anos de serviço como APRF (n=20, 57,1%), casados (n=23, 65,7%) e realizavam suas atividades em regime de trabalho por turnos (n=19, 54,2%). Conclusões: Os resultados do estudo indicam um perfil de risco ao suicídio de APRF multifatorial. Assim é necessário a coordenação de esforços governamentais para implementação de políticas de saúde mental adequadas a prevenção do suicídio em APRF.

Palavras-chave: suicídio; polícia; saúde mental.

ABSTRACT

Suicide is considered a public health issue. Police officers presents a high suicide risk. The objective of this study is to describe the sociodemographic and occupational characteristics related to suicides in Federal Highway Police Officers (FHPO), between 2001 and 2020. This is a retrospective study that used socio-occupational information provided by the Federal Highway Police about FHPO suicide cases. Descriptive statistics were summarized in absolute and relative frequencies. Over 20 years, 35 suicides were identified, of which 32 (91.4%) used a firearm and 20 (57.1%) FHPO committed suicide in their home. Also, most of them were male (n=33, 94.3%), under 40 years of age (n=22, 62.9%), with 10 or more years of service as FHPO (n= 20, 57.1%), married (n=23, 65.7%) and performed their activities in shift work (n=19, 54.2%). The study results indicate a multifactorial FHPO suicide risk profile. Thus, government efforts are necessary to implement adequate mental health policies to prevent suicide in FHPO.

Keywords: suicide; police; mental health.

1 INTRODUÇÃO

O suicídio é um dos grandes problemas de saúde pública mundial, sendo uma das principais causas de morte em todo o mundo, alcançando cerca de 703.000 mortes, em 2019 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021a). Além disso, um estudo sobre o perfil epidemiológico da população mundial (*Global Burden of Disease Study*) demonstrou, ao longo de 20 anos (2000-2019), um aumento nas taxas de suicídios padronizadas por idade na região das Américas, assim como a maioria das mortes (77%) por suicídio ocorreu em países de baixa e média renda, como o Brasil (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021a). Ademais, evidências consistentes sugerem que profissionais policiais possuem taxas e risco aumentados de morte por suicídio quando comparados com a população em geral (GOMES; DE ARAÚJO; GOMES, 2018; STANLEY; HOM; JOINER, 2016).

O perfil sociodemográfico e ocupacional da mortalidade por suicídio entre agentes de segurança pública no Brasil é um tanto escasso, prevalecendo dados entre as polícias militares (GOMES; DE ARAÚJO; GOMES, 2018; PEREIRA; MADRUGA; KAWAHALA, 2020). Dados de um boletim sobre as notificações de mortes violentas intencionais (suicídios) indicou que agentes de segurança pública do sexo masculino, com idade média de 40 anos, casados, na ativa e ocupantes de baixos cargo/patente/graduação apresentam risco aumentado de mortes por suicídio. Ainda, o uso de arma de fogo foi o meio utilizado de forma mais frequente pelas vítimas (MIRANDA et al., 2020).

Ainda, no Brasil, estudo recente reportou, ao longo de uma série temporal de 20 anos (2001-2020), o suicídio como a 4ª. principal causa de morte entre os Agentes da Polícia Rodoviária Federal (APRF) da ativa (JUNIOR et al., 2021). Portanto, considerando que o suicídio policial é um fenômeno complexo e multifatorial, cujo impacto alcança níveis individuais e coletivos, é evidente a necessidade de pesquisas voltadas para descrever o perfil dos policiais, não somente os militares, que cometem suicídio.

Assim, o esforço de se desenvolver um estudo para conhecer o perfil das mortes por suicídio em APRF parte da necessidade de mapear e analisar informações que fomentem e orientem a formulação, implementação e avaliação

de políticas públicas e estudos na área da saúde mental desses agentes de segurança pública. Porém, a ausência e/ou insuficiência de dados empíricos confiáveis não somente compromete a compreensão do problema, como também impede o esclarecimento, enfrentamento e prevenção dessa questão no âmbito da PRF, bem como dificulta a criação de políticas públicas de saúde voltadas aos APRF.

O ineditismo do tema dentro da população em questão (APRF), tendo em vista a escassez de dados, e seu possível impacto à categoria policial e à sociedade, bem como pelo interesse da gestão da Polícia Rodoviária Federal (PRF), fundamentam a realização desse estudo. Além disso, é necessário identificar o perfil das vítimas a fim de auxiliar no planejamento e implementação de políticas de saúde ocupacional pela PRF com base em evidências científicas para auxiliar na prevenção do suicídio.

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico e ocupacional dos APRF que cometeram suicídio no Brasil, durante o período entre 2001 e 2020.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Delineamento do estudo

Trata-se de um estudo epidemiológico de série histórica, de cunho observacional, descritivo e caráter quantitativo, o qual se utilizou de dados retrospectivos secundários sobre as mortes por suicídio de APRF, ocorridos em todo o território brasileiro entre os períodos de 2001 a 2020.

2.2 Local do estudo

Os dados de suicídios, no período de 2001 a 2020, foram analisados pelos registros de óbitos obtidos a partir dos arquivos enviados pela Divisão de Cadastro (DICAD) da PRF, bem como acesso às certidões de óbitos, via sistemas internos físicos, da administração nos estados, e eletrônicos, do governo federal (Sistema de Gestão de Acesso - SIGAC). Posteriormente, foi realizada a filtragem dos dados de mortalidade de modo a excluir dados de servidores técnicos, administrativos e aposentados. O estudo abrangeu todos os APRF em todos os

Estados do Brasil.

2.3 População e amostra

A população foi composta por todos os casos de óbitos de APRF entre 2001 e 2020. A amostra deste estudo foram os APRF que tiveram como causa de morte o suicídio, no período de 2001-2020, registrado nos arquivos da PRF.

Porém, é relevante destacar que, embora todos os casos classificados como suicídio foram acessados por esta pesquisa, ainda existe, dentro dos próprios registros oficiais, subnotificações, uma vez que existem casos de mortes classificadas como “indeterminadas” que podem ser suicídios.

2.3.1 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos no estudo todos os APRF em efetivo exercício da profissão (ativa), no período entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2020, que tiveram os óbitos por suicídio informados.

Foram excluídos os casos de suicídios entre servidores técnicos administrativos, assim como policiais que já estavam em regime de aposentadoria.

2.4 Coleta de dados

A coleta foi realizada pelos autores a partir dos registros informados pelo setor responsável da PRF, bem como após projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas (nº do protocolo: 47809721.8.0000.5313).

A privacidade e sigilo das informações dos participantes da pesquisa foram preservadas, de forma que antes das análises os dados pessoais não fossem identificados.

2.4.1 Variáveis do estudo

Foram utilizadas as seguintes informações, acessadas via sistema de recursos humanos: i) dados sociodemográficos: sexo, idade, escolaridade, estado civil, região onde trabalha; ii) características do suicídio: meio utilizado e local do

óbito; iii) dados ocupacionais: regime de trabalho e tempo de serviço. Todas as mortes foram apuradas por procedimentos internos de checagem e confirmação, bem como por outros meios não oficiais (matérias de jornais ou websites locais), os quais possuem similaridade com pesquisas prévias (KLINOFF; VAN HASSELT; BLACK, 2015; MIRANDA et al., 2020; VIOLANTI, 2007).

2.5 Análise estatística

As variáveis numéricas foram apresentadas descritivamente como média e desvio padrão (DP). Já as variáveis categóricas estão apresentadas como dados absolutos e relativos (%) por meio do *software* estatístico Stata (versão 15.1).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período analisado (2001-2020) foram registrados 35 óbitos por suicídio em APRF que estavam na ativa. Os policiais incluídos tinham no momento do óbito 39,6 (DP 9,5) anos e trabalharam na PRF por 12,3 (DP 9,5) anos. De acordo com a Tabela 1, os APRF do sexo masculino, com menos de 40 anos de idade, casados, que trabalhavam por 10 anos ou mais na PRF e exerciam suas atividades em regime de turnos estão entre os mais acometidos pelo suicídio.

Tabela 1 – Distribuição dos suicídios entre os Agentes da Polícia Rodoviária Federal segundo características sociodemográficas e ocupacionais. Brasil, 2001-2020. n= 35.

Características	N.º	%
Sexo		
Masculino	33	94,3
Feminino	2	5,7
Idade (anos)		
< 40	22	62,9
≥ 40	13	37,1
Tempo de serviço na PRF (anos)		
< 10	15	42,9
≥ 10	20	57,1
Escolaridade		
Fundamental/Médio	18	51,4
Superior	17	48,6
Região		
Norte	3	8,6
Centro-Oeste	6	17,1
Nordeste	9	25,7
Sudeste	9	25,7
Sul	8	22,9
Estado civil		

Separado/divorciado	4	11,4
Casado	23	65,7
Solteiro	8	22,9
Regime de trabalho		
Administrativo	8	22,9
Trabalho por turnos	19	54,2
Afastado	8	22,9

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Resultados são expressos em números absolutos (N.º) e relativos (%).

O meio mais comum utilizado pelos APRF para cometer suicídio foi a arma de fogo. O local de ocorrência do óbito por suicídio foi na residência do APRF (Tabela 2).

Tabela 2 – Características das circunstâncias dos casos de suicídios entre os Agentes da Polícia Rodoviária Federal. Brasil, 2001-2020. n= 35.

Características	N.º	%
Meio utilizado		
Arma de fogo	32	91,4
Outras formas	3	8,6
Local de ocorrência		
Carro	5	14,3
Residência	20	57,1
Local de trabalho	4	11,4
Outros	6	17,2

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Resultados são expressos em números absolutos (N.º) e relativos (%).

Globalmente os homens cometem mais suicídio que as mulheres (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021a), assim como no Brasil dados recentes indicaram que homens apresentam um risco 3,8 vezes maior de morte por suicídio que mulheres (BRASIL, 2021). Ainda, outros estudos com policiais corroboram os achados do nosso estudo em que prevalecem os óbitos por suicídio em APRF do sexo masculino (GOMES; DE ARAÚJO; GOMES, 2018; MIRANDA et al., 2020; PEREIRA; MADRUGA; KAWAHALA, 2020). Isso se justifica, pelo fato de os homens procurarem ajuda com menor frequência do que as mulheres (MÖLLER-LEIMKÜHLER, 2003), e em virtude dos estigmas e tabus impostos, inconscientemente, pela profissão policial (MIRANDA et al., 2020).

A análise da idade é um fator relevante para o entendimento do perfil dos óbitos por suicídio, uma vez que dados recentes do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021) indicaram a faixa etária entre 20-39 anos como a segunda maior taxa de suicídio no Brasil, em 2019. Esses dados corroboram com os achados do presente estudo e de

outro com policiais militares do Rio Grande do Sul (PMRS), Brasil. Gomes; De Araújo; Gomes (2018) reportaram uma média de idade de 35,7 ($\pm 8,8$) anos em PMRS que cometeram suicídio entre os anos de 2006 a 2016, assim como indicaram que a categoria de menor idade (< 40 anos) foi um fator de risco independente para suicídio, ao comparado com a categoria superior (40 ou mais). Esses achados podem ser justificados, em parte, porque os policiais mais jovens costumam ser aqueles que realizam o combate direto à criminalidade, estando mais expostos aos transtornos de estresse pós-traumáticos (TEPT), diretamente relacionados ao desfecho suicídio (KLONSKY; MAY; SAFFER, 2016).

O estado civil, normalmente, é considerado pela literatura internacional como um fator de proteção ao suicídio, em que indivíduos casados apresentam o menor número de casos (ARRUDA et al., 2021). Entretanto, entre policiais, os resultados divergem ao perfil da população mundial e nacional em geral, visto que estudos com policiais têm apresentado os casados/com união estável como os casos mais prevalentes de suicídio (KAPUSTA et al., 2010; PEREIRA; MADRUGA; KAWAHALA, 2020), assim como encontrado neste estudo com APRF. Entretanto, as conclusões acerca desse aspecto sofrem limitações e devem ser elaboradas com cautela, visto que informações como conflitos de relacionamento entre os cônjuges não foram obtidas, uma vez que tal informação poderia indicar a real situação matrimonial das vítimas, comprometendo o *status* do fator de proteção estado civil.

O predomínio dos suicídios dos APRF com maior tempo de serviço na PRF corrobora com estudo de policiais mortos por suicídio em uma corporação policial militar do estado de Santa Catarina, Brasil (PEREIRA; MADRUGA; KAWAHALA, 2020). Pereira; Madruga; Kawahala (2020) reportou, a partir da análise de dados retrospectivos, o perfil de policiais militares de Santa Catarina mortos por suicídio entre os anos de 2012 e 2016, sendo que a maior parte (71,4%) dos policiais tinham mais de 10 anos de tempo de serviço na instituição policial. Mesmo essa pesquisa tendo englobado também os óbitos de policiais aposentados ($n=2$), os resultados convergem ao deste estudo. Esses resultados podem ter relação com o maior tempo de exposição a fatores de estresse da profissão, como confrontos armados, perseguições a criminosos, dentre outras situações características da profissão que estão associadas ao suicídio policial (CUMMINGS, 1996).

A relação entre suicídios e regime de trabalho na população policial ainda necessita de evidências consistentes para ser estabelecida. Entretanto, nosso estudo apresentou a prevalência de óbitos por suicídio entre APRF que realizavam suas atividades em regime de turnos de trabalho. Os resultados encontrados neste estudo podem ter relação com as características do regime de trabalho por turnos (ex., privação de sono, má qualidade de sono e prejuízo no descanso noturno) com sintomas depressivos, que, por sua vez, estão associados com casos de suicídio e de ideação suicida (VIOLANTI et al., 2008).

Embora no Brasil, o principal instrumento utilizado para o suicídio seja o envenenamento (BRASIL, 2021), entre os agentes de segurança pública, bem como nos APRF, a arma de fogo é o meio mais utilizado, o que também está de acordo com achados anteriores em instituições policiais nacionais (MIRANDA et al., 2020; SOUSA, 2016) e internacionais (COSTA; PASSOS; QUEIROS, 2019; ENCRENAZ et al., 2016; GRASSI et al., 2019; KAPUSTA et al., 2010). A disponibilidade de armas de fogo explica a preferência como meio de suicídio entre policiais. Nesse contexto, uma das primeiras estratégias indicadas para prevenção ao suicídio pelos órgãos internacionais de saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2021b) e aplicadas por diversas organizações policiais é a restrição a arma de fogo do policial nos casos de adoecimento mental, como depressão, TEPT, dentre outros (OUVIDORIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019).

Nesse contexto, a implementação de ações e programas de saúde na PRF, através do suporte psicoemocional ao servidor e incentivo a procura por ajuda, podem ajudar a reduzir estigmas relacionados ao adoecimento mental e suicídio no âmbito policial, a fim de evitar mortes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil dos APRF que cometeram suicídio foi de policiais homens, com menos de 40 anos de idade, casados, com 10 ou mais anos de serviço na PRF e que trabalhavam em regime de turnos. A arma de fogo e a residência foram o meio utilizado e o local do óbito mais prevalentes, respectivamente.

Por fim, espera-se que o presente estudo contribua para a elaboração de um banco de dados confiável que contenham aos registros dos casos de suicídio, bem

como as características sociodemográficas e ocupacionais destes policiais, permitindo aos gestores da PRF monitorarem os casos de suicídio a fim de auxiliar na formulação e implementação de políticas de prevenção de mortes por suicídio de acordo com as características e especificidades no âmbito de sua instituição.

Pesquisas futuras podem examinar as circunstâncias que levaram ao suicídio dos APRF por meio de estudos com a utilização outras fontes de informação, como amigos, colegas, familiares e chefes, ou seja, por meio da metodologia de autopsias psicológica, a fim de examinar outros fatores associados ao desfecho suicídio.

5 REFERÊNCIAS

ARRUDA, V. L.; *et al.* Suicídio em adultos jovens brasileiros: série temporal de 1997 a 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2699–2708, 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. **Boletim Epidemiológico**, v. 52, p. 1–10, 2021.

COSTA, T.; PASSOS, F.; QUEIROS, C. Suicides of Male Portuguese Police Officers – 10 years of National Data. **Crisis**, v. 40, n. 5, p. 360–364, 2019.

CUMMINGS, J. P. Police Stress and the Suicide Link. **Journal Police Chief**, v. 63, n. 10, p. 85–96, 1996.

ENCRENAZ, G. *et al.* Suicide dans la Police nationale française : trajectoires de vie et facteurs associés. **L'Encéphale**, v. 42, n. 4, p. 304–313, 2016.

GOMES, D. A. R.; DE ARAÚJO, R. M. F.; GOMES, M. S. Incidence of suicide among military police officers in South Brazil: An 11-year retrospective cohort study. **Comprehensive Psychiatry**, v. 85, p. 61–66, 2018.

GRASSI, C. *et al.* Suicide among Italian police officers from 1995 to 2017. **Rivista di psichiatria**, v. 54, n. 1, p. 18–23, 2019.

JUNIOR, J. R. V. *et al.* Análise de Mortalidade de Policiais Rodoviários Federais. In: 3º Congresso estadual dos policiais rodoviários federais 2021, Gramado. **Infográfico gerado dos dados do Grupo de Trabalho Causa Mortis**. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/rio-grande-do-sul/maior-estudo-sobre-causa-de-mortalidade-entre-prfs-e-divulgado-em-congresso>. Acesso em: 18 maio 2021.

KAPUSTA, N. D.; VORACEK, M.; ETZERSDORFER, E.; NIEDERKROTENTHALER, T.; DERIC, K.; PLENER, P. L.; SCHNEIDER, E.; STEIN, C.; SONNECK, G. Characteristics of Police Officer Suicides in the Federal Austrian Police Corps.

Crisis, v. 31, n. 5, p. 265–271, 2010.

KLINOFF, V. A.; VAN HASSELT, V. B.; BLACK, R. A. Homicide-suicide in police families: an analysis of cases from 2007-2014. **Journal of Forensic Practice**, v. 17, n. 2, p. 101–116, 2015.

KLONSKY, E. D.; MAY, A. M.; SAFFER, B. Y. Suicide, Suicide Attempts, and Suicidal Ideation. **Annual Review of Clinical Psychology**, v. 12, n. 1, p. 307–330, 2016.

MIRANDA, D.; CRUZ, F. N.; FONTE, M.; NAPOLIÃO, P.; PEREIRA, T. G. S.; CERATTI, N. F. **Boletim IPPES 2020: Notificação de Mortes Violentas Intencionais entre Profissionais de Segurança Pública no Brasil**. Rio de Janeiro.

MÖLLER-LEIMKÜHLER, A. M.. The gender gap in suicide and premature death or: why are men so vulnerable? **European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience**, v. 253, n. 1, p. 1-8, 2003.

OUVIDORIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Uma análise crítica sobre Suicídio Policial**. São Paulo, 2019.

PEREIRA, G. K.; MADRUGA, A. B.; KAWAHALA, E.. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 500–509, 2020.

SOUSA, J. E. P. **Tentativas de suicídio e suicídios em profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará: magnitude, perfil e fatores associados, 2000 a 2014**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Medicina. Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Fortaleza, 2016.

STANLEY, I. H.; HOM, M. A.; JOINER, T. E. A systematic review of suicidal thoughts and behaviors among police officers, firefighters, EMTs, and paramedics. **Clinical Psychology Review**, v. 44, p. 25–44, 2016.

VIOLANTI, J. M. Homicide-suicide in police families: aggression full circle. **International journal of emergency mental health**, v. 9, n. 2, p. 97–104, 2007.

VIOLANTI, J. M.; CHARLES, L. E.; HARTLEY, T. A.; MNATSAKANNOVA, A.; ANDREW, M. E.; FEKEDULEGN, D.; VILA, B.; BURCHFIEL, C. M. Shift-work and suicide ideation among police officers. **American Journal of Industrial Medicine**, v. 51, n. 10, p. 758–768, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Suicide worldwide in 2019: global health estimates**. Geneva: World Health Organization, 2021a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Live life: an implementation guide for suicide prevention in countries**. Geneva.

PREVALÊNCIA DE DOR LOMBAR CRÔNICA EM AGENTES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

CHRONIC LOW BACK PAIN PREVALENCE IN FEDERAL HIGHWAY POLICE OFFICERS

Eduardo Frio Marins
Eduardo L. Caputo, Flavio C.
Freitas, Airton J. Rombaldi,
Marcelo C. da Silva
Cristine L. Alberton

RESUMO

A dor lombar (DL) é um problema de saúde pública mundial, o qual acomete principalmente profissões com altas demandas físicas. A profissão policial é umas das ocupações mais fisicamente desafiadoras em que seus profissionais estão expostos a características ocupacionais específicas, as quais podem acarretar um risco aumentado de DL. O objetivo deste trabalho é descrever a prevalência da DL crônica (DLC) em agentes da polícia rodoviária federal (APRF) do Estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil, e avaliar quais fatores (sociodemográficos, comportamentais e ocupacionais) estão associados a sua ocorrência. Trata-se de um estudo transversal, com 208 APRF do Estado do RS. Os APRF preencheram um formulário eletrônico contendo questões sociodemográficas, comportamentais, ocupacionais e de DLC. A análise dos dados compreendeu estatísticas descritivas e regressão de *Poisson*. DLC apresentou prevalência de 67% em APRF. Participantes que moravam com companheiro (Razão de prevalência (RP) = 0,80; IC95% 0,64; 0,99) e o trabalhavam como APRF a mais de 11 anos (RP = 1,32; 95%IC 1,06; 1,63) apresentaram maior probabilidade de reportar DLC. A alta prevalência de DLC em APRF indica que há uma necessidade de esforços coordenados da gestão da instituição policial e dos seus setores de saúde para fornecer um gerenciamento adequado da DLC.

Palavras-chave: prevalência; dor lombar; policiais; estudos transversais.

ABSTRACT

Low back pain (LBP) is a worldwide public health problem, which mainly affects physically demanding professions. The police profession is one of the most physically challenging occupations in which professionals are exposed to specific occupational characteristics, increasing the risk of experiencing LBP. This study aimed to describe the prevalence of chronic LBP (CLBP) in federal highway police officers (FHPO) in the State of Rio Grande do Sul (RS), Brazil, and to evaluate its associations with sociodemographic, behavioral, and occupational characteristics. This is a cross-sectional study, with 208 APRF from the State of RS. The FHPO filled out an electronic form containing sociodemographic, behavioral, occupational and CLBP questions. Data analyzes included descriptive statistics and Poisson regression. The prevalence of CLBP was 67%. Participants who lived with a partner (Prevalence ratio (PR) = 0.80; 95%CI 0.64; 0.99) and worked for more than 11 years as FHPO (PR = 1.32; 95% CI 1.06; 1.63) were more likely to experience CLBP. The high prevalence of CLBP in FHPO indicates that there is

a need for coordinated efforts by the management of the police institution and its health sectors to provide adequate management of CLBP in that institution.

Keywords: prevalence; low back pain; police officers; cross-sectional studies.

1 INTRODUÇÃO

A dor lombar (DL) é a principal causa de anos vividos com incapacidade, bem como o principal problema de saúde na população trabalhadora em todo o mundo (JAMES et al., 2018). Assim, a DL afeta negativamente a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, resultando em taxas mais altas de absenteísmo e questões econômicas para empregadores e sistemas de saúde (MEZIAT FILHO; SILVA, 2011). Somado a isso, evidências consistentes apontam que profissões que expõem seus profissionais a tarefas de levantamento, flexão e rotação de tronco, bem como ao carregamento de peso e posições em pé, como as executadas por policiais (MARINS et al., 2020b), possuem um risco aumentado de desenvolver DL (GARCIA et al., 2014; GONZALEZ et al., 2021).

A profissão policial é uma das ocupações mais perigosas, estressantes e fisicamente desafiadoras (MARINS et al., 2020c; MONA; CHIMBARI; HONGORO, 2019; VIOLANTI et al., 2017). Os Agentes da Polícia Rodoviária Federal (APRF) do Brasil têm como competência realizar o policiamento ostensivo das rodovias federais. Esses profissionais estão expostos a características ocupacionais específicas, como longos períodos sentados/dirigindo veículos policiais; sobrecarga física devido a ficar de pé e sentado com equipamentos de proteção pessoal (EPP) pesado (por exemplo, colete balístico e cinto policial) por longos períodos em diferentes condições climáticas (MARINS et al., 2020b); jornada longa de trabalho; tarefas de levantar/empurrar/puxar objetos pesados (MARINS et al., 2020b); e situações geradoras de estresse mental, as quais podem estar associadas a dores musculoesqueléticas, entre as quais a DL.

Nesse contexto, policiais podem ter um risco maior de serem acometidos por DL (BENYAMINA DOUMA; CÔTÉ; LACASSE, 2017). Dados de um estudo transversal com policiais de Quebec, Canadá, indicaram uma prevalência de dor lombar crônica (DLC) de 28,7%. Ainda, um maior tempo de serviço como policial foi associado a um risco elevado de DL (BENYAMINA DOUMA; CÔTÉ; LACASSE, 2017). No Brasil, um estudo transversal realizado com APRF de

Pelotas, sul do Brasil, revelou que 41,5% dos APRF relataram DL nos últimos 12 meses (MARINS; DEL VECCHIO, 2017). No entanto, em virtude da falta de evidências científicas referentes a DLC nessa população, novos estudos são importantes a fim de explorar os fatores associados a DLC na população policial.

Dito isso, o esforço de se desenvolver um estudo para medir a prevalência e os fatores associados a DLC em APRF parte da necessidade de que essa é uma das abordagens mais comuns para quantificar a carga da DL de uma profissão (HOY et al., 2012). Além disso, o ineditismo do tema dentro da população em questão (APRF), tendo em vista a escassez de dados, e seu possível impacto à categoria policial e à sociedade, bem como pelo interesse da gestão da PRF, fundamentam a realização desse estudo. Ainda, o estudo deste tema, poderá auxiliar no planejamento e implementação de políticas de saúde ocupacional, pela gestão da PRF, com base em evidências científicas, a fim de contribuir para a redução desse problema.

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo descrever a prevalência de DLC entre APRF do estado do RS. Um segundo objetivo foi investigar possíveis fatores associados com a prevalência de DLC nessa amostra.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Delineamento do estudo

Este estudo transversal de caráter descritivo-analítico recrutou APRF do Estado do Rio Grande do Sul, região Sul do Brasil, no período de março a dezembro de 2019, para participar do estudo. A aprovação ética foi fornecida pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil (CAAE19921119.0.0000.5313).

Os participantes elegíveis receberam um convite por e-mail com um link para acessar o questionário.

2.2 Local do estudo

Dois APRF autores desta pesquisa (EFM e FCF) foram autorizados pela Superintendência da PRF do Rio Grande do Sul para a realização do estudo. Após a autorização do estudo, foi fornecida uma lista com todos os agentes da PRF do Rio Grande do Sul. Nessas circunstâncias, um e-mail contendo um

convite para participar do estudo, dar seu consentimento e o link do questionário foi enviado para os participantes elegíveis.

2.3 Participantes

Os critérios de inclusão foram APRF em efetivo exercício das funções; trabalhando no Estado do Rio Grande do Sul; e ter acesso ao e-mail institucional. Portanto, os participantes em licença médica durante a coleta de dados não tiveram acesso ao e-mail institucional e não foram incluídos.

Foram excluídos os trabalhadores de cargos técnicos-administrativos (carreira não policial), visto que esses trabalhadores não desempenham funções policiais, bem como não usam arma de fogo ou colete à prova de balas e sua inclusão afetaria os resultados.

2.4 Coleta de dados

A coleta de dados on-line foi realizada por meio de um questionário semiestruturado projetado de forma on-line e hospedado na plataforma *Google Forms*. Inicialmente, os participantes foram questionados sobre o consentimento em participar do estudo. Caso o participante respondesse sim, todo o questionário era exibido. Em caso de resposta negativa, o formulário era encerrado e enviado diretamente aos pesquisadores. Um segundo e-mail foi enviado para aqueles que não responderam ao questionário 15 dias após a primeira mensagem para evitar perdas e recusas e aumentar a taxa de resposta (SCHLEYER; FORREST, 2000).

2.4.1 Variáveis do estudo

Foram avaliadas as seguintes variáveis de exposição: 1) sociodemográficas: sexo (feminino; masculino), idade (até 40; 41 a 45; 46 ou mais anos), situação conjugal (com; sem companheiro), escolaridade (ensino médio; superior); 2) comportamentais: tabagismo (sim; não), atividade física (ativo; insuficientemente ativo), estado nutricional (normal; sobrepeso; obeso); 3) ocupacional: tempo de trabalho na PRF (anos), turno de trabalho (outro/indefinido; 8 horas; >8 horas), peso do EPP (< 10 kg; ≥ 10 kg) e tempo de uso do EPP (< 12 horas; ≥12).

2.4.1.1 Estado nutricional e atividade física

O estado nutricional foi categorizado com base na classificação do cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) ($\text{massa corporal}/(\text{estatura})^2$) em normal ($18,5 \leq \text{IMC} \leq 24,9$), sobrepeso ($25,0 \leq \text{IMC} \leq 29,9$) ou obeso ($\text{IMC} \geq 30,0$) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2000). A massa corporal (em quilogramas) e a estatura (em metros) foram autorreferidas a partir do questionário.

A atividade física foi medida pela versão brasileira do *International Physical Activity Questionnaire* (IPAQ) versão curta (MATSUDO et al., 2001). Foram consideradas as atividades realizadas na semana anterior ao preenchimento do questionário. Os participantes foram classificados em: a) ativos (participantes que realizaram pelo menos 150 minutos semanais de atividade física), ou b) insuficientemente ativos (participantes que realizaram menos de 150 minutos semanais). Os escores de atividade física foram gerados multiplicando-se para cada intensidade de atividade (moderada, vigorosa e caminhada) os dias x minutos e somando-os para cada tipo de atividade.

2.4.1.2 Exposições ocupacionais

O turno de trabalho foi avaliado por meio da pergunta: “Que tipo de turno de trabalho você exerce? (Trabalho x descanso)”. As opções de resposta foram: 1) 12h x 36h; 2) 24h x 72h; 3) 24h x 96h; 4) 8h diárias; 5) outro. As pontuações foram categorizadas de acordo com o tempo de trabalho (1 = 8h, 2 = > 8h, 3 = outro ou indefinido).

Duas questões avaliaram o peso e o tempo com o uso dos EPP. Primeiramente foi feito o seguinte questionamento: “Quais equipamentos de proteção individual você usa/carrega no corpo durante o seu turno de trabalho?”. As opções de resposta incluíram vários EPP usados por policiais (por exemplo, colete à prova de balas, coldre, algemas, armas, etc.). Posteriormente, os pesos de cada EPP utilizado foram consultados em documento oficial (REF), e a variável foi dicotomizada em: 1) < 10 kg; 2) ≥ 10 kg. A segunda pergunta questionou: “Quanto tempo, em média, você usa o seu equipamento mencionado durante o seu turno regular de trabalho?” As pontuações foram dicotomizadas em < 12 horas e ≥ 12 horas.

2.4.1.3 Dor lombar crônica

Primeiramente, os participantes foram questionados sobre qualquer dor ou desconforto: “*Você teve algum problema (como dor, desconforto ou dormência) contínuo por mais de 3 meses na região lombar?*”. Juntamente a pergunta, uma imagem de um corpo humano, em posição anatômica, foi incluída com a região lombar destacada. Tal definição foi baseada em estudos anteriores que objetivaram investigar a DLC em policiais (BENYAMINA DOUMA; CÔTÉ; LACASSE, 2017; LARSEN et al., 2018; MARINS; DEL VECCHIO, 2017).

2.5 Análise estatística

Os dados descritivos são apresentados como frequências relativas e absolutas. Análises de regressão de *Poisson* bruta e ajustada foram usadas para avaliar a relação entre DLC (desfecho) e variáveis de exposição (sociodemográficas, comportamentais e ocupacionais). Todas as variáveis foram incluídas nas análises ajustadas, independentemente do seu valor de *p* nas análises brutas. Os resultados foram apresentados como Razão de Prevalência (RP) e seus respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%). Todas as análises foram realizadas no *software* estatístico Stata 15.1 for Windows, e um valor de $p < 0,05$ foi adotado para significância estatística.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, 651 APRF da PRF no Rio Grande do Sul foram convidados a participar do estudo, dos quais 208 (32%) consentiram e responderam ao questionário online. A maioria dos participantes era do sexo masculino (92,8%), com idade igual ou superior a 41 anos (62%), vivia com companheiro (88,0%), possuía curso superior (83,7%) e foram classificados como sobrepeso (60,1%). Em relação às características comportamentais, a maioria dos participantes não fumava (95,7%) e era fisicamente ativa (81,7%), com mediana de 355 (IIQ 200-600) minutos/semana. A maioria dos participantes trabalhava como APRF há 11 anos ou mais (62%) com um tempo médio de trabalho como APRF de $13,4 \pm 7,5$ anos. Em relação aos EPP, a maioria dos participantes relatou usar menos de 10 kg de EPP (67,8%) e usar 12 ou mais horas por turno (58,2%). A prevalência de DLC foi de 67,8% (Tabela 1).

Tabela 1 – Características sociodemográficas, comportamentais e ocupacionais dos Agentes da Polícia Rodoviária Federal das delegacias do Rio Grande do Sul, Brasil. n= 208.

Características	N.º	%
Gênero		
Feminino	15	7,2
Masculino	193	92,8
Idade (anos)		
≤ 40	79	38,0
41 a 45	53	25,5
≥ 46	76	36,5
Tempo de serviço na PRF (anos)		
Até 10	79	38
≥ 11	129	62
Escolaridade		
Médio	34	16,4
Superior	174	83,7
Situação conjugal		
Sem companheiro (a)	25	12,0
Com companheiro (a)	183	88,0
IMC		
Normal	54	26,0
Sobrepeso	125	60,1
Obeso	29	13,9
Tabagismo		
Não	199	95,7
Sim	9	4,3
AF (min/semana)		
< 150	38	18,3
≥ 150	170	81,7
Peso do EPP (kg)		
< 10	141	67,8
≥ 10	67	32,2
Tempo de uso do EPP (horas)		
< 12	87	41,8
≥ 12	121	58,2
DLC		
Não	67	32,2
Sim	141	67,8

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Resultados são expressos em números absolutos (N.º) e relativos (%). AF: atividade física; DLC: dor lombar crônica; EPP: equipamentos de proteção pessoal; IMC: Índice de Massa Corporal.

A Tabela 2 mostra os resultados das análises brutas e ajustadas entre as variáveis sociodemográficas, comportamentais e ocupacionais e o desfecho de DLC. Os participantes que viviam com um companheiro tiveram 20% (IC95% 0,64; 0,99)

menos probabilidade de relatar DLC quando comparados a seus pares que moravam sozinhos. Ainda, trabalhar como APRF por 11 anos ou mais esteve associado à DLC (RP 1,32 IC95% 1,06; 1,63).

Tabela 2 – Análises brutas e ajustadas para dor lombar crônica e fatores sociodemográficos, comportamentais e ocupacionais em Agentes da Polícia Rodoviária Federal da delegacia do Rio Grande do Sul, Brasil (n = 208).

Características	Dor lombar crônica			
	Bruta RP (IC95%)	p	Ajustada RP (IC95%)	p
Gênero		0,924		0,789
Feminino	1		1	
Masculino	1,02 (0,7; 1,48)		0,95 (0,66; 1,37)	
Idade (anos)				
≤ 40	1	0,162	1	0,099
41 a 45	0,97 (0,74; 1,25)		0,99 (0,76; 1,29)	
≥ 46	1,16 (0,94; 1,43)		1,19 (0,97; 1,47)	
Tempo de serviço na PRF (anos)		0,016		0,012*
Até 10	1		1	
11-15	1,31 (1,05; 1,62)		1,32 (1,06; 1,63)	
Escolaridade		0,693		0,881
Médio	1		1	
Superior	0,95 (0,75; 1,21)		1,02 (0,79; 1,31)	
Situação conjugal		0,093		0,042*
Sem companheiro (a)	1		1	
Com companheiro (a)	0,83 (0,66; 1,03)		0,80 (0,64; 0,99)	
IMC		0,251		0,433
Normal	1		1	
Sobrepeso	0,95 (0,76; 1,18)		0,92 (0,73; 1,15)	
Obeso	1,16 (0,89; 1,50)		1,10 (0,84; 1,44)	
Tabagismo		0,437		0,537
Não	1		1	
Sim	1,16 (0,8; 1,66)		1,12 (0,78; 1,61)	
Atividade Física (min/semana)		0,355		0,358
< 150	1		1	
≥ 150	0,90 (0,73; 1,12)		0,9 (0,61; 1,14)	
Peso dos EPP (kg)		0,3		0,188
< 10	1		1	
≥ 10	0,89 (0,72; 1,11)		0,87 (0,7; 1,07)	
Tempo de uso dos EPP (horas)		0,540		0,610
<12	1		1	
≥ 12	0,94 (0,78; 1,13)		0,95 (0,79; 1,15)	

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

IMC: Índice de Massa Corporal.

A prevalência de DLC dos policiais deste estudo foi maior (67,8%) em comparação com a relatada em uma recente revisão sistemática sobre a frequência de sintomas musculoesqueléticos em policiais (MARINS et al., 2020a). A revisão anterior mostrou uma alta frequência de DL, com uma prevalência de DLC variando de 28,7-54,9% (BENYAMINA DOUMA; CÔTÉ; LACASSE, 2017; BROWN et al., 1998; LARSEN et al., 2018).

A discrepância desses resultados pode ser explicada pelo fato de grande parte dos estudos incluídos terem sido realizados em populações policiais com idade média inferior (BENYAMINA DOUMA; CÔTÉ; LACASSE, 2017; LARSEN et al., 2018) e pela heterogeneidade nas definições de DL utilizadas.

O tempo de trabalho na PRF de ≥ 11 anos teve associação com a presença de DLC. Alguns estudos indicam que entre populações táticas (policiais, membros das forças armadas) o risco de ter DL aumenta com os anos de serviço (BENYAMINA DOUMA; CÔTÉ; LACASSE, 2017; GUN et al., 2021).

A associação observada entre tempo de trabalho na PRF e a prevalência de DLC pode ser explicada pelo fato de que maior tempo de trabalho na ocupação policial indicar maior idade e os efeitos funcionais a ela associados, também indicam um maior tempo de exposição a fatores de risco da profissão policial como o estresse físico na coluna (ex., vibração quando dirigindo uma viatura policial) e o estresse psicológico (ex. depressão, transtorno de estresse pós-trauma), os quais tem relação com o desenvolvimento de DL (PARREIRA et al., 2018).

Ainda, a associação encontrada entre a situação conjugal (conviver com um parceiro) e a ocorrência de DLC (proteção de 20%; Tabela 2) pode ser explicada pelo fato de que, os companheiros influenciam seus parceiros a realizar comportamentos mais saudáveis, como atividade física, alimentação adequada etc. (FERREIRA; DOMINGUES, 2021). Outra possível explicação é que, pelo fato de que a maioria da amostra estudada ser composta por homens, normalmente companheiras mulheres tem maiores preocupações com aspectos relacionados à saúde comportamental de seus parceiros, o que influenciaria na adoção de comportamentos saudáveis por parte dos companheiros homens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prevalência de DLC em APRF do sul do Brasil foi elevada. O tempo de trabalho na PRF entre 11 e 15 anos esteve associado à prevalência de DLC, bem como conviver com um parceiro foi associado à proteção contra o desenvolvimento de DLC.

Por fim, acredita-se que os resultados deste estudo poderão auxiliar os APRF e a gestão da PRF a elucidarem algumas questões sobre características associadas a ocorrência de DLC e, principalmente, aos setores de saúde do servidor, que geralmente são os responsáveis pela implementação de políticas e programas de promoção de saúde e prevenção de afastamentos por doenças e lesões em policiais.

Além disso, esses achados podem contribuir com a sociedade como um todo, que recebem a prestação de um serviço de segurança com maior qualidade. Para os policiais, saber a quantidade e quais são os fatores associados à DLC pode alertar sobre a necessidade de cuidados em relação ao desempenho da profissão, estimulando hábitos de vida mais saudáveis. A identificação da elevada prevalência de DLC em APRF pode incentivar pesquisadores e setores de saúde ocupacional a desenvolverem programas eficazes para redução da frequência dessa morbidade nessa população, reduzindo o tempo de afastamento e os gastos com o tratamento, bem como promover a volta ao trabalho de forma mais segura.

Pesquisas futuras podem propor a realização de estudos de acompanhamento (longitudinais/coortes) visto sua importância para estabelecer relações de causa-efeito entre DLC e os fatores estudados. Assim como para verificar as características dessa dor (intensidade) e suas consequências (absenteísmo e incapacidade em virtude da dor).

5 REFERÊNCIAS

BENYAMINA DOUMA, N.; CÔTÉ, C.; LACASSE, A. Quebec Serve and Protect Low Back Pain Study. **Spine**, v. 42, n. 19, p. 1485–1493, 2017.

BROWN, J. J.; WELLS, G. A.; TROTTIER, A. J.; BONNEAU, J.; FERRIS, B. Back Pain in a Large Canadian Police Force. **Spine**, v. 23, n. 7, p. 821–827, 1998.

FERREIRA, R. W.; DOMINGUES, M. R. Can your partner influence your physical activity? The role of social support provided by partners. **Revista Brasileira de**

Atividade Física & Saúde, v. 26, p. 1–9, 2021.

GARCIA, J. B. S. et al. Prevalence of low back pain in Latin America: A systematic literature review. **Pain Physician**, v. 17, n. 5, p. 379–391, 2014.

GONZALEZ, G. Z. et al. Low back pain prevalence in Sao Paulo, Brazil: A cross-sectional study. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, 2021.

GUN, B. K.; BANAAG, A.; KHAN, M.; KOEHLMOOS, T. P. Prevalence and Risk Factors for Musculoskeletal Back Injury Among U.S. Army Personnel. **Military Medicine**, 2021.

HOY, D.; BAIN, C.; WILLIAMS, G.; MARCH, L.; BROOKS, P.; BLYTH, F.; WOOLF, A.; VOS, T.; BUCHBINDER, R. A systematic review of the global prevalence of low back pain. **Arthritis & Rheumatism**, v. 64, n. 6, p. 2028–2037, 2012.

JAMES, S. L. et al. Global, regional, and national incidence, prevalence, and years lived with disability for 354 diseases and injuries for 195 countries and territories, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. **The Lancet**, v. 392, n. 10159, p. 1789–1858, 2018.

LARSEN, L. B.; ANDERSSON, E. E.; TRANBERG, R.; RAMSTRAND, N.. Multi-site musculoskeletal pain in Swedish police: associations with discomfort from wearing mandatory equipment and prolonged sitting. **International Archives of Occupational and Environmental Health**, v. 91, n. 4, p. 425–433, 2018.

MARINS, E. F.; ANDRADE, L. S.; PEIXOTO, M. B.; SILVA, M. C. Frequency of musculoskeletal symptoms among police officers: systematic review. **Brazilian Journal of Pain**, 2020a.

MARINS, E. F.; DEL VECCHIO, F. B. Health's Patrol Program: Health indicators from federal highway policemen. **Scientia Medica**, v. 27, n. 2, 2017.

MARINS, E. F.; BARBOSA, O.; MACHADO, E.; ORR, R.; DAWES, J.; DEL VECCHIO, F. Profile of Self-Reported Physical Tasks and Physical Training in Brazilian Special Operations Units: A Web-Based Cross-Sectional Study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 19, p. 7135, 2020. b

MARINS, E. F.; CABISTANY, L.; FARIAS, C.; DAWES, J.; DEL VECCHIO, F. B. Effects of Personal Protective Equipment on Metabolism and Performance During an Occupational Physical Ability Test for Federal Highway Police Officers. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 34, n. 4, p. 1093–1102, 2020. c.

MATSUDO, S.; ARAUJO, T.; MATSUDO, V.; ANDRADE, D.; ANDRADE, E.; OLIVEIRA, L. C.; BRAGGION, G. International Physical Activity Questionnaire (IPAQ): study of validity and reliability in Brazil. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 6, n. 2, 2001.

MEZIAT FILHO, N.; SILVA, G. A. Invalidez por dor nas costas entre segurados da Previdência Social do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 494–502, 2011.

MONA, G. G.; CHIMBARI, M. J.; HONGORO, C. A systematic review on occupational hazards, injuries and diseases among police officers worldwide: Policy implications for the South African Police Service. **Journal of Occupational Medicine and Toxicology**, v. 14, n. 1, p. 2, 2019.

PARREIRA, P.; MAHER, C. G.; STEFFENS, D.; HANCOCK, M. J.; FERREIRA, M. L. Risk factors for low back pain and sciatica: an umbrella review. **The Spine Journal**, v. 18, n. 9, p. 1715–1721, 2018.

SCHLEYER, T. K. L.; FORREST, J. L. Methods for the Design and Administration of Web-based Surveys. **Journal of the American Medical Informatics Association**, v. 7, n. 4, p. 416–425, 2000.

VIOLANTI, J. M. et al. Police stressors and health: a state-of-the-art review. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 40, n. 4, p. 642-656, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity**: preventing and managing the global epidemic. Report of a WHO consultation (WHO technical report series 894). Geneva: WHO, 2000.

DA CIÊNCIA À GESTÃO: A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMO MODELO HÍBRIDO NA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

FROM SCIENCE TO THE MANAGEMENT: THE ACADEMIC PRODUCTION OF A POSTGRADUATE COURSE AS A HYBRID MODEL IN THE MILITARY POLICE OF PARAÍBA

Fábio Gomes França
José Ronildo Souza da Silva

RESUMO:

Pretende-se neste artigo refletir-se sobre como tem ocorrido a produção acadêmica em um curso de Pós-Graduação na Polícia Militar da Paraíba. Para tanto, por meio de uma pesquisa qualitativa de cunho documental, a análise recaiu sobre os temas de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) com o objetivo de compreender qual é o tipo de modelo existente no curso em relação à construção do conhecimento científico. Nesse sentido, visto que, geralmente, o saber científico nas Academias PMs é direcionado por uma perspectiva jurídico-operativa com pouco espaço para reflexões críticas devido à cultura organizacional militarista, o que constatamos é que o modelo adotado no Estado da Paraíba contempla tanto saberes com viés pragmático (com TCCs que visam à aplicação dos resultados à realidade voltando-se à cultura operativa PM), bem como, pesquisas realizadas sob um ponto de vista crítico, o que demonstra que esse processo educativo merece uma compreensão melhor para que sirva, talvez, de modelo para outras instituições PM em nosso país.

Palavras-chave: polícias militares; ensino policial; pós-graduação.

ABSTRACT: The paper analyzes how the academic production has occurred in a PostGraduate course in the Military Police of Paraíba. We conducted a qualitative documentary research on Course Conclusion Papers themes to understand what type of model exists to the construction of scientific knowledge. In closing, we found that unlike scientific production in the Military Police (MPs) Academies based on an uncritical model due to the militaristic organizational culture, the adopted model in the State of Paraíba has a double perspective: a pragmatic knowledge to apply the results to the police reality and other with a critical point of view. This demonstrates that the educational process studied can be better understood perhaps to serve as a model for other MP institutions in our country.

Keywords: military police; police teaching; postgraduate.

1 INTRODUÇÃO

Ao contrário da formação de muitos profissionais (médicos, enfermeiros, engenheiros, arquitetos, economistas, dentre outros), a qual ocorre no Brasil nas universidades públicas e privadas, a profissão policial militar, seguindo o modelo utilizado pelo Exército, sempre formou seus integrantes nos quartéis, apartados da

sociedade como um todo. Nesse contexto, se antes de atuarem nas ruas e na burocracia institucional os PMs passam, obrigatoriamente, por um período de profissionalização nas casernas, este modelo pedagógico ocorre desde cursos técnicos como os de Formação de Soldados (função base da hierarquia institucional PM), passando pela Formação de Oficiais (que funciona em regime de Graduação) até chegarmos aos cursos de Pós-Graduação. Sobre os dois primeiros, tem-se vasta literatura¹ no campo acadêmico, mas dos últimos, pouco se sabe.

Esses cursos de Pós-Graduação nas PMs são, exclusivamente, especializações ou mestrados profissionais para capitães, geralmente denominados de Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), ou doutorados profissionais ofertados para Majores e Tenentes-Coronéis² conhecidos por Curso Superior de Polícia (CSP). Nas duas situações, os cursos são critério obrigatório para preparar os Oficiais a estarem aptos para assumirem postos imediatamente posteriores no caso dos Capitães, que ascendem ao posto de Major, e quanto aos Majores e Tenentes-Coronéis, o CSP prepara-os para exercerem o posto de Comandante-Geral da instituição, desde que sejam promovidos a Coronel, o mais alto da hierarquia PM.

No caso em específico do CAO³, que é o objeto de estudo desta pesquisa, mas que na Paraíba recebe o nome de Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP), reside a ideia de preparar os Capitães para desenvolverem formas de gestão que possam auxiliá-los quando da incumbência de funções de comando estratégico. Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre como ocorre a aproximação entre o conhecimento acadêmico construído nesse curso de Especialização e o aprimoramento da gestão institucional.

¹ Sobre a produção acadêmica que teve o Curso de Formação de Soldados como objeto de pesquisa destacamos Garcia (2013); Nummer (2014); Silva A. (2002). Acerca dos estudos sobre a formação dos alunos-oficiais das PMs destacamos Albuquerque (1999); França (2012); Rudnick (2007); Sá (2002); Silva R. (2011).

² Na hierarquia PM, como modelo copiado do Exército, temos o Círculo das Praças (soldados, cabos, terceiros-sargentos, segundos-sargentos, primeiros-sargentos e subtenentes), que teoricamente são os elementos de execução e, o Círculo dos Oficiais (segundos-tenentes, primeiros-tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis), que exercem as funções de comando.

³ A denominação de CAO também é mais uma herança organizacional do mesmo modelo adotado pelo Exército, mas que vem ganhando novas denominações em alguns Estados como Curso de Especialização em Segurança Pública em Minas Gerais, Curso de Gestão em Segurança Pública e Cidadania no Rio Grande do Norte ou, Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, em São Paulo.

Para tanto, metodologicamente falando, a análise baseou-se em uma pesquisa qualitativa de cunho documental, com caráter exploratório, tendo em vista a quase não existência de produção acadêmica sobre o tema. Foram analisados alguns dos temas dos artigos produzidos ao final do curso como TCC de modo comparativo em um período histórico dado para que fosse percebida, digamos que, certa mudança de paradigma sobre o que se pesquisa. Os dados foram obtidos com a devida autorização do Comandante-Geral da PMPB e os nomes dos autores dos TCCs foram omitidos na análise como forma de preservar suas imagens.

Geralmente, *a priori*, as especializações e mestrados profissionais nas PMs perseguem objetivos pragmáticos e aplicáveis, diferentemente das Pós-Graduações *stricto sensu*, que visam à produção do conhecimento por ele mesmo. No entanto, como a Polícia Militar na Paraíba tem desenvolvido a ideia de gestão organizacional a partir do CESP? Que tipo de conhecimento científico é produzido tendo em vista a dificuldade de pesquisas com viés crítico devido aos regulamentos institucionais?

Ao considerar-se que o conhecimento científico produzido no CESP busca aprimorar os futuros gestores PM, de modo que o TCC final de curso surge como uma resposta à sociedade pelo que é investido nos alunos Capitães para que façam de suas pesquisas um produto que melhore as formas de policiamento e tratamento do PM para com a sociedade, vislumbra-se então a importância de reflexões de objetos tão pouco explorados como o ensino continuado nas PMs. Nesse esteio, inicialmente, este artigo mostrará uma breve reflexão sobre o ensino PM no Brasil, destacando as principais questões que o envolve para, em sequência, analisar-se o que se conceitua ser um modelo pragmático-crítico no CESP da PM paraibana.

2 O ENSINO POLICIAL MILITAR NO BRASIL: BREVES REFLEXÕES

Desde o pioneirismo de Fernandes (1974, 1979) ao estudar os policiais militares de São Paulo ainda na década de 1970 (incluindo-se, nesse sentido, a análise do desenvolvimento ao longo do século XX das formas de profissionalização que se traduzem no treinamento e aperfeiçoamento de Praças e Oficiais) até o momento atual, pode-se afirmar que o ensino PM no Brasil tem passado por processos de mudança que acompanham a configuração social de nossa sociedade, a qual também está atrelada diretamente ao contexto histórico-político que a tangencia. De

todo modo, o que permanece constante nesses processos é que estamos diante de uma profissão híbrida no sentido de termos policiais (função civil) que são caracterizados pelo emblema do militarismo (função bélica advinda do Exército) e que, desde a criação das instituições PM como Corpos de Guardas Municipais Permanentes em 1831, no Rio de Janeiro, desenvolveu-se um “modelo de policiamento profissional tradicional” (PONCIONI, 2007), o qual se constitui pela junção da aplicação da lei e do aparato burocrático-militar.

Isso significa dizer que, destacadamente após o período de exceção política no Brasil (1964-1985) tem-se pensado, especialmente no campo acadêmico e no campo da militância pelos Direitos Humanos, sobre a atuação PM no período do regime civil-militar. Uma das principais críticas suscitadas é exatamente o fato de que existe uma correlação do ensino e treinamento sob uma perspectiva militar, como herança do modelo de organização do Exército, com certa violência ilegítima praticada por PMs em todo o país, especialmente aqueles(as) que trabalham diretamente nas ruas no policiamento ostensivo. Tal crítica ainda se reforça pelo fato de que, a Constituição de 1988, cunhada de “cidadã”, manteve em seu texto as Polícias ostensivas como órgãos militares e forças auxiliares do Exército. Em meio a essa perspectiva, restou às PMs adaptarem-se ao novo regime democrático buscando modelos pedagógicos que transversalizassem os Direitos Humanos nos currículos de formação. No entanto, essa busca por uma formação mais humanista fortalece o argumento de que a formação anterior, com aspectos estritamente militares, gerava problemas de socialização criando uma visão bélica dos profissionais em relação à atuação em sociedade.

Logo, a permanência de uma polícia estadual militarizada responsável pela ordem pública que visa uma atuação mais humanizada passou a revelar dificuldades na busca de um equilíbrio na formação profissional de seus agentes, fato esse que pôde ser vislumbrado por diversos autores a partir da década de 1990 (ALBUQUERQUE, 1999; FRANÇA, 2012; NUMMER, 2014; SÁ, 2002; SILVA A., 2002; SILVA, R., 2011). Mesmo que tenha havido mudanças significativas no currículo formal com a inserção, por exemplo, de disciplinas humanistas, mas ainda prevalecia o currículo informal ou cultural (LEAL, 2011) dos trotes militares cotidianos, dos regulamentos disciplinares e dos acampamentos e semanas de adaptação com testes

de sobrevivência que simulam situações de guerra, assim como experienciado pelas Forças Armadas (ALBUQUERQUE e MACHADO, 2001; BEM e SANTOS, 2016).

Foi por conta dessa problemática que a partir de meados da década de 1990 e início dos anos 2000, algumas PMs em todo o Brasil como a do Rio Grande do Sul e Ceará, por exemplo, promoveram certa aproximação com as universidades contratando professores para lecionar aos futuros soldados, alunos-oficiais e oficiais em cursos de especialização, o que passou a causar, na ótica de alguns estudiosos, certa tensão no modelo militar de formação (BARREIRA e BRASIL, 2002; RUDNICKI, 2007; SANTOS, 2009), cujo paradigma baseia-se exatamente na distinção entre militares e paisanos como nos ensina Castro (2004). De todo modo, as formações dos policiais militares em todo o Brasil continuam a ocorrer nos quartéis, baseadas nos dois modelos curriculares citados: o formal (organizado com base nas disciplinas curriculares) e o informal, também conhecido por currículo cultural ou oculto (sustentado pelas regras culturais e regulamentos da caserna).

Outra estratégia desenvolvida para achar um ponto de equilíbrio na formação PM diante da presença do currículo oculto foi a criação e utilização por diversas PMs da Matriz Curricular Nacional (MCN). Em suas três versões (2003, 2009 e 2014), sempre sofrendo revisões e novas implementações, a MCN surgiu, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), como uma tentativa de padronizar os aspectos do modelo formativo dos profissionais de Segurança Pública em todo o Brasil, incluindo-se os PMs, visando “o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para a reflexão e discussão, pelos docentes, dos pontos contidos na Matriz” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009, p. 31, citado por BEM e SANTOS, 2016, p. 487). Mesmo assim, em meio aos avanços alcançados, já que observamos que muitos comportamentos autoritários do modelo estritamente militar anterior a essas políticas de mudança têm perdido força, ainda persistem críticas aos processos formativos PM, novamente devido à presença de características do currículo cultural que dialoga com a tentativa do uso dos princípios presentes na MCN (BEM e SANTOS, 2016).

Deve ser ressaltado também que o ingresso na carreira PM passou a ter como critério de seleção um melhor grau de escolaridade, tendo em vista que no período anterior ao novo regime democrático vigente era comum a entrada de novos soldados

recém-saídos do Exército que precisavam apenas realizar testes básicos de português e matemática (FRANÇA, 2012). De certo modo, essa situação indica que a robustez corporal era um item valorizado pelas PMs, já que seus integrantes precisavam ser socializados em treinamentos rígidos para aprender a obedecer à autoridade sem questionar de forma a estarem aptos ao combate ideológico contra um inimigo interno reconhecido como comunista (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006).

Com a abertura político-democrática, inicialmente, as PMs passaram a adotar o ensino médio como exigência no concurso para Soldados e, posteriormente, ao longo dos anos, algumas PMs começaram a fazer experimentações como exigir o diploma de nível superior para os candidatos nos concursos tanto para Soldados quanto para o Curso de Formação de Oficiais (CFO) como ocorreu no Distrito Federal (COSTA; MATTOS e SANTOS, 2012). A aposta passou a ser de que, “a educação superior permitiria um policial mais tolerante, capacitado a lidar com as diferenças sociais e as complexidades do mundo contemporâneo” (RICCIO, 2017, p. 1113). No Rio Grande do Sul, por exemplo, em 2004, teve início a primeira turma do CFO com exigência do Bacharelado em Direito no concurso de ingresso (RUDNICKI, 2007). Mas essas mudanças, como sempre em qualquer processo que envolve as PMs no Brasil, foram marcadas por contradições quando se passa a colocar em suspenso os ditames da hierarquia e disciplina, vigas mestras das instituições militares de modo geral. No caso gaúcho, os alunos-oficiais com Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais receberam o epíteto de *data venia*, o que revela o questionamento dos superiores hierárquicos por parte desses alunos como demarcador desse processo, pois,

Uma vez em sala de aula, esses alunos recebem o **epíteto de questionadores**, eis que perguntam, reivindicam, ‘ponderam’. Como exemplo, uma situação acontecida com a terceira turma, que pretendeu reduzir o tempo de duração do curso. Para tanto, falaram com um capitão que respondeu que os dois anos de duração referiam-se a um prazo legal e, portanto, estaria fora das possibilidades da Brigada alterá-lo. A ele foi colocado, então, que a Lei nº 10.992/97, em seu artigo 3º, § 2º, diz apenas que o curso dura até dois anos, podendo, sim, a Corporação, em desejando, diminuí-lo. Situações como essa geram confrontos e demonstram a falta de preparo para tratar com os novos alunos-oficiais (RUDINICKI, 2008, p. 118, grifo nosso).

Esse mesmo processo observado no caso gaúcho também foi percebido em Minas Gerais, a partir de 2014, quando foi implementada a entrada na carreira PM como Soldado com o diploma de curso superior (RICCIO, 2017). Como afirma Riccio (2017, p. 1124), “o modelo organizacional vigente, de duas carreiras (de Praças e Oficiais), é problemático. O policial com educação superior tende a ser crítico e isso gera conflitos em uma instituição militar”.

Em meio a essas contradições que envolvem o ensino PM no Brasil, e dada a ausência de trabalhos acadêmicos sobre as Pós-Graduações PM, passamos a focar nosso olhar sobre um curso de Especialização como forma de refletirmos se no campo do ensino para a gestão, as ambiguidades anteriormente apontadas também se verificam. De antemão, o que se percebe é que estamos diante de um processo de mudanças que envolve muitas estruturas culturalmente operantes que ganharam legitimidade ao longo de muitas décadas. Tendo em vista que não haja prognóstico de mudanças substanciais no aparato policial militar brasileiro ao ponto de termos a extinção dessas instituições, analisar o CESP na Paraíba é um mote interessante para vislumbrarmos a possibilidade de haver certo equilíbrio na seara do ensino PM, o que valida contemplar a perspectiva institucional de viés militar (de cunho jurídico-operacional), com valores humanistas (por uma dimensão crítica).

3 A PÓS-GRADUAÇÃO PM NA PARAÍBA: DO MODELO JURÍDICO-OPERATIVO-MILITARISTA AO MODELO PRAGMÁTICO-CRÍTICO

Segundo Lima (2013), em consonância com a Constituição Federal de 1934, que definiu as PMs como forças auxiliares do Exército pela primeira vez em uma Carta Constitucional, a Lei Federal nº 192, de 17 de janeiro de 1936, estabeleceu nova organização para as PMs ao mesmo tempo em que modificou o processo de promoções para Praças e Oficiais. Assim, “passou-se então a se exigir a criação de Cursos em todos os níveis de postos e graduações, inclusive os de aperfeiçoamento de Oficiais e Praças. As promoções, então, ficaram condicionadas a realização desses cursos” (LIMA, 2013, p. 206). Foi nesse contexto que foi criado na Paraíba o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), de modo que:

A Lei Federal nº 192, que exigia a criação de Cursos, também estabelecia que o Curso de Formação de Oficiais só poderia ser ministrado por Oficiais portadores de Cursos de Formação na Polícia Militar ou no Exército. Na Polícia Militar (da Paraíba) não existia oficial com essa qualificação até 1939. Como a lei definia que para a promoção ao posto de Major o Oficial tinha que possuir o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) foi dado prioridade a realização de um CAO com os Oficiais mais antigos. Assim, ministrado por um grupo de Oficiais do 22º BC (Batalhão de Cavalaria), Unidade do Exército aquartelada na Capital Paraibana, foi realizado um Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, o primeiro Curso de Oficiais a ser realizado na Paraíba, e que teve início em junho de 1939 (LIMA, 2013, p. 207-208).

Percebe-se de imediato, pelo histórico do CAO na Paraíba, que se tratava de um curso com currículo sob uma perspectiva estritamente militarizada, visto que era algo comum o emprego dos PMs em atividades do Exército devido à política exercida no período ditatorial varguista (LIMA, 2013). Ainda que tenha sido realizado mais um CAO em 1941, a Lei nº 192 foi modificada em 1939, suspendendo a exigência do curso para promoção, o que só retornou em 1967, por meio do Decreto-Lei nº 317. Mesmo antes desse retorno como exigência legal do CAO para a promoção a Major, alguns Oficiais paraibanos tinham realizado o curso entre os anos de 1963 e 1965 em outros Estados como Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal, de maneira que participar do curso em outros Estados, depois de 1967, tornou-se uma praxe, já que a PM paraibana não ofertava o CAO desde 1941 (LIMA, 2013).

Com a criação de uma Academia de Formação própria em 1990, na Paraíba, em 09 de março de 1994 foi criado o Decreto nº 16.144 estabelecendo oficialmente o CAO na Paraíba, a nível de Pós-Graduação, com o primeiro curso tendo a participação de 22 Capitães. É neste ponto que se concentra nossa análise, pois, a partir de 1994 o curso passou a ter certa regularidade, mas conformando uma perspectiva que chamamos de “jurídico-operativo-militarista” nos TCCs realizados pelos Capitães-alunos. É o que podemos constatar na tabela abaixo, quando passamos a observar alguns dos temas de pesquisa dos Capitães pelo ano de produção a partir de uma amostragem coletada do total de trabalhos realizados no período citado.

Tabela 1 – Temas de TCCs CAO/CESP na Paraíba (1994-2012).

Tema de TCC	Ano
Recrutamento e seleção na Polícia Militar da Paraíba	1994
Criação do Grupo de Operações Especiais (uma proposta)	1994
Implantação da 5ª Seção nas unidades operacionais da PMPB	1994
A musculação no condicionamento físico do policial militar de Choque	1994
Implantação do policiamento montado na Polícia Militar da Paraíba: projeto a nível de esquadrão	1996
Policiamento comunitário na Polícia Militar da Paraíba – uma proposta de implantação	1996
A implantação de uma corregedoria na Polícia Militar da Paraíba	1996
Sanção disciplinar e a privação da liberdade	2001
Planejamento operacional na PMPB: uma proposta de padronização de procedimentos e de documentos	2001
Companhia de Policiamento Turístico: proposta de implantação	2001
Análise do regulamento disciplinar da PMPB: propostas de reformulação	2003
Prevenção e combate à criminalidade pela RP no município de Santa Rita – PB	2004
Segurança pública e a educação no trânsito: entre a orientação do condutor e a punição do infrator	2004
Valorização do trabalho com cães e sua influência na melhoria da segurança pública paraibana	2004
(In)segurança pública e sociedade: tentativas e fugas ocorridas na Penitenciária do Serrotão entre 2003 a 2006	2006
Viabilidade de implantação de presídio militar no Estado da Paraíba	2007
Aviação policial: um modelo aplicável à Polícia Militar da Paraíba	2007
Avenida Eptácio Pessoa: via de maior número de acidentes de trânsito em João Pessoa – PB	2009
Atividade de inteligência na PMPB: uma proposta de reestruturação	2010
A PM no combate às drogas: atuação da RP da 3ª Cia do 1º BPM da PB	2011
O espetáculo da violência e o poder midiático: a construção da imagem estereotipada do profissional de segurança pública através da música regional nordestina	2012
Jornada de trabalho: fundamentos teóricos para a sua regulamentação na Polícia Militar da Paraíba	2012

Fonte: Arquivos da Coordenação de Pós-Graduação da PMPB.

A tabela 1 mostra um extrato de alguns temas de TCCs⁴ realizados no então CAO da PM paraibana entre os anos de 1994 a 2012, quando os trabalhos finais eram realizados em forma de monografias. Foi a partir do ano de 2001 que o curso passou a se chamar Curso de Especialização em Segurança Pública, deixando de adotar a nomenclatura de CAO. No entanto, quando olhamos para os temas destacados, não

⁴ Os autores reconhecem o caráter incipiente da análise, tendo a consciência de que ela pode ser aprofundada em outro momento com a análise dos resumos e resultados desses trabalhos, por exemplo. Mas, por uma questão de respeito às regras para as quais o artigo foi construído (a exigência foi de 12 páginas para todo o artigo), a análise ficou restrita apenas aos temas de TCCs.

encontramos nenhum tipo de mudança que indique uma perspectiva crítica de análise neles. Neste caso, entenda-se a crítica como a formulação de situações-problema que destaquem circunstâncias de pesquisa que problematizem o *status quo* institucional. O que se vê na tabela 1 acima são temas que traduzem o modelo aqui chamado de jurídico-operativo-militarista, pois o destaque das pesquisas fica por conta da criação ou implantação de algum novo setor, local físico ou modelo de policiamento na PMPB (Grupo de Operações Especiais, policiamento montado, Companhia de Policiamento Turístico, presídio militar, aviação policial, dentre outros), problematizações jurídicas que destacam a relação com os regulamentos disciplinares e situações que envolvem o *modus operandi* PM sob o ponto de vista de uma atuação que reforça o modelo já existente.

Claro que um curso de especialização desse nível visa resultados mais aplicáveis que ajudam a instituição a detectar, compreender e resolver problemas múltiplos, mas em uma instituição militarizada, não sobra espaço para temas que desnudem “situações críticas” que envolvam a imagem institucional ou falhas na gestão superior, ou ainda a análise de comportamentos abusivos, assediadores ou autoritários que são vistos como naturais em um modelo organizacional regido pela obediência estrita à autoridade.

Só que, nosso olhar se debruça a partir do ano de 2014 quando mudanças estruturais passaram a ser adotadas na política pedagógica do curso. Primeiro, a mudança do nome de CAO para CESP indica uma valorização dos problemas a serem estudados visando à gestão estratégica de futuros comandantes, pois o foco passa do aperfeiçoamento dos Oficiais (que destaca a visão militar da gestão) para o processo, digamos assim, da segurança pública. Isso é denotativo para indicar que o curso trata de uma miríade de possibilidades de pesquisa que envolvem, para além do protecionismo institucional, um campo complexo como se apresenta a segurança pública no Brasil e marcadamente quando diz respeito às PMs.

Além disso, a partir de 2016 o formato de ingresso no curso foi modificado, sendo organizado um processo seletivo interno aos moldes de uma Pós-Graduação das universidades, cujas etapas passaram a ter uma prova dissertativa escrita, a feitura e defesa de um anteprojeto de pesquisa perante uma banca examinadora e análise curricular com destaque para títulos e experiência acadêmica. Essa mudança

mostra um salto significativo tendo em vista que as vagas anteriormente eram preenchidas por meio do critério de antiguidade, ou seja, pelo tempo de serviço no posto de Capitão. Quem possuísse mais tempo, ou seja, fosse mais antigo, tinha prioridade às vagas ofertadas em edital. Assim, como se vê na Tabela 2, abaixo, é indicativo de uma mudança a partir de 2014 que se consolida com a reformulação no processo de ingresso no curso em 2016 e com a participação da geração mais jovem de Capitães que ingressaram na carreira PM a partir de 2000.⁵ Além disso, ao invés de monografias, os TCCs passaram a ser artigos científicos.

Tabela 2 – Temas de TCCs CAO/CESP na Paraíba (2014-2019).

Tema de TCC	Ano
“Se não aguentar, corra!”: um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar	2014
A instrução de tiro para o curso de formação de soldados	2014
Ampliação da licença-maternidade para as policiais militares do Estado da Paraíba: uma questão de isonomia no serviço público estadual	2014
Memórias de caserna: uma autobiografia antropológica sobre relações de gênero na polícia militar	2016
Assédio de gênero: um estudo sobre a trajetória profissional das mulheres na polícia militar da Paraíba	2016
A violência (velada) nos cursos de formação	2016
Cangaço e criminalidade: uma perspectiva histórico-comparativa de roubos contra instituições bancárias na Paraíba	2016
Um estudo sobre assédio moral com mulheres na PMPB	2018
O <i>sniper</i> a legítima defesa de terceiros no gerenciamento de crises: um estudo jurídico-penal	2018
“Em nome da vida”: os grupos de ações táticas policiais e os direitos humanos	2018
O princípio da insignificância nos crimes militares praticados por policiais militares	2018
Ser “choqueana”: dilemas e conflitos de mulheres policiais na tropa de choque da PMPB	2019
O evento crítico do ônibus 174 à luz da fenomenologia de Claude Romano	2019
A relação corpo e militarismo e a inclusão de pessoas com deficiência física nas polícias militares do Brasil	2019
O geoprocessamento como ferramenta de análise criminal no bairro Mangabeira em João Pessoa-PB	2019
Proposta de planejamento estratégico integrado da gerência de inteligência e segurança orgânica penitenciária da Paraíba	2019

Fonte: Arquivos da Coordenação de Pós-Graduação da PMPB.

⁵ Informação obtida a partir da própria experiência profissional dos autores que trabalham no setor de Pós-Graduação da PMPB.

Como podemos notar, passaram a surgir temas com certa criticidade, que desvelam outras propostas analíticas como o processo pedagógico-profissional dos alunos PMs envolvidos por uma “pedagogia do sofrimento”; os direitos das PMs femininas em relação à licença-maternidade; vários trabalhos destacando estudos sobre a presença do assédio moral nas relações *intra corporis*, o que sempre foi considerado tema tabu, digamos assim, devido ao questionamento das formas de autoridade culturalmente forjadas no ambiente militar. Sobre o assédio moral, destacam-se estudos realizados especialmente por policiais femininas (inclusive na tropa operacional de choque como visto na tabela acima). Até mesmo um estudo que questiona o não ingresso de pessoas com deficiência física nos quadros das PMs, visto o caráter de uma profissão que exige um corpo perfeito para o combate ao crime nas ruas.

No entanto, essa abordagem crítica percebida nos temas não impede ou desmotiva outros autores que continuam a produzir trabalhos mais próximos do modelo anterior, caracterizando o formato atual dessa Pós-Graduação na Paraíba como um modelo híbrido pragmático-crítico. Como se vê acima, tem-se trabalhos voltados à prática de tiro por alunos soldados ou proposta de planejamento estratégico no sistema de inteligência penitenciário ou ainda formas de melhor compreender a criminalidade envolvida em roubos a instituições bancárias, pesquisas essas que mostram claramente o interesse por assuntos estritamente operativos da profissão PM.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste artigo refletiu sobre a construção do conhecimento acadêmico em um Curso de Pós-Graduação na Polícia Militar da Paraíba. Foi traçado um olhar exploratório sobre o diálogo entre dois modelos que foram percebidos nos temas de TCCs realizados pelos alunos: são confeccionados trabalhos que visam tanto a aplicação dos resultados de pesquisa à realidade organizacional PM como um todo (modelo jurídico-operativo-militarista) como pesquisas críticas sobre temas que por muito tempo foram tabus nas instituições PM devido à cultura e aos regulamentos militares como o assédio moral, a condição das mulheres na PM, os direitos dos PMs frente aos regulamentos, dentre outros.

Nesse caminho, parece que o modelo de produção acadêmica paraibano revela certo avanço, mesmo que incipiente, para que as instituições PM percebam que podem “evoluir” em uma sociedade democrática através do conhecimento científico desvelando, na verdade, situações-problema que, por meio da crítica cientificamente orientada, podem ser analisadas na tentativa de buscar melhorias como o combate ao assédio moral e ao autoritarismo que se desenvolvem devido ao modo como os indivíduos fazem uso da estrutura hierárquica nessas organizações. Ademais, ressalta-se que o tema em estudo neste artigo merece novas reflexões, de modo que se possa mapear, a nível de Brasil, como as PMs têm utilizado a ciência como instrumento de melhoria de suas estruturas organizativas, já que, nosso artigo demonstra ser possível um diálogo entre a “inovação” e a “tradição”.

5 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. L. **Escola de bravos**: cotidiano e currículo numa academia de polícia militar. 1999. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, 1999.

ALBUQUERQUE, C. L.; MACHADO, E. P. O currículo da selva: ensino, militarismo e ethos guerreiro nas academias brasileiras de polícia. **Capítulo Criminológico**, v. 29, nº 4, p. 5–33, dez 2001. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r06732.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BARREIRA, C.; BRASIL, G. M. “Academias de polícia e universidade: Parcerias e resistências”. In: Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul (org.). **As universidades e a construção de novos modelos de polícia**. Porto Alegre: Corag, 2002. p. 151-164.

BEM, A. S.; SANTOS, S. S. Entre a tradição e a inovação: A Matriz Curricular Nacional e a formação policial em Alagoas. **Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 3, p. 481-504, set/dez 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/issue/view/612>. Acesso em: 16 abr. 2019.

CASTRO, C. **O espírito militar**: Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

COSTA, A. T. M.; MATTOS, M. J. S.; SANTOS, L. M. Os novos padrões de seleção na polícia militar do Distrito Federal. **Desigualdade & Diversidade – PUC-Rio**, n. 11, p. 115-132, ago/dez, 2012. Disponível em: [6artigo11.pdf \(puc-rio.br\)](#). Acesso em: 17 ago. 2021.

FERNANDES, H. R. **Política e segurança**: força pública do Estado de São Paulo: fundamentos histórico-sociais. São Paulo: Editora Alfa-Ômega Ltda., 1974.

FERNANDES, H. R. **Os militares como categoria social**. São Paulo: Global Ed., 1979.

FRANÇA, F. G. **Disciplinamento e humanização**: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

GARCIA, C. H. **“O que está faltando aqui é disciplina de formar polícia”**: Análise da introdução da disciplina direitos humanos na formação policial militar no Espírito Santo. 2013. 169 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, 2013.

HUGGINS, M. K.; HARITOS-FATOUROS, M.; ZIMBARDO, P. G. **Operários da violência**: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

LEAL, G. R. **Currículo cultural**: Uma autoetnografia na Academia de Polícia Militar Costa Verde. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2011.

LIMA, J. B. **A briosa: história da Polícia Militar da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2013.

NUMMER, F. V. **Ser polícia, ser militar**: o curso de formação na socialização do policial militar. 2 ed. Niterói, EdUFF, 2014.

PONCIONI, P. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Ano 1, Edição 1, p. 22-31, 2007. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/issue/view/2>. Acesso em: 14 abr. 2019.

RICCIO, V. Diploma para quê? A educação superior e as praças da Polícia Militar de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1111-1126, out./dez., 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/141102>. Acesso em: 15 abr. 2019.

RUDNICKI, D. **A formação social de oficiais da polícia militar**: análise do caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2007. 365 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

RUDNICKI, D. O ingresso de bacharéis em direito na polícia militar gaúcha. **Sociologias**, ano 10, n. 20, p. 108-137, jul./dez. 2008. Disponível em: Redalyc. O ingresso de Bacharéis em Direito na Polícia Militar gaúcha. Acesso em: 17 ago. 2021.

SÁ, L. D. **Os filhos do Estado**: Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da polícia militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SANTOS, J. V. T. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SILVA, A. J. **Praça Velho**: um estudo sobre o processo de socialização policial militar. 2002. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, 2002.

SILVA, R. R. **Entre a caserna e a rua**: o dilema do “pato”: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói: Editora da UFF, 2011.

SOFRIMENTO PSÍQUICO E TRABALHO POLICIAL: ANÁLISE DOS FLUXOS DE BUSCA DE ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL NA POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL

PSYCHIC SUFFERING AND POLICE WORK: ANALYSIS OF MENTAL HEALTH CARE SEARCH FLOWS IN THE CIVIL POLICE OF RIO GRANDE DO SUL

**Fernanda Bassani
Matheus Maciel Lamego**

RESUMO

O artigo apresenta resultados de pesquisa quantitativa em um centro de atendimento em saúde mental da Polícia Civil do Rio Grande do Sul. A pesquisa baseou-se na análise de 543 fichas de triagem de policiais que buscaram atendimento psicossocial na instituição entre os anos de 2015 a 2020. O objetivo do artigo é compor um panorama das características de gênero, etárias, institucionais e psicossociais dos policiais que manifestaram os primeiros sinais de sofrimento psíquico, procurando entender como se dá o fluxo na busca de auxílio e os motivos que levam policiais a iniciar tratamento em saúde mental. A discussão dos dados foi feita com base no conceito de “sofrimento psíquico” de Dejours, na noção de “cultura policial” de Monjardet e nos pressupostos da Psicologia Institucional. A pesquisa observou que são as mulheres policiais quem, proporcionalmente, mais busca atendimento; que os policiais iniciam sofrimento psíquico nos primeiros anos de ingresso na instituição; que os motivos principais são conflitos nas relações conjugais, sintomas depressivos e psicossomáticos.

Palavras-chave: Polícia Civil; Psicologia Institucional; trabalho policial; adoecimento mental; sofrimento psíquico.

ABSTRACT

The article presents the results of a quantitative research in a mental health care center of the Civil Police of Rio Grande do Sul. The research was based on the analysis of 543 screening forms of police officers who sought psychosocial care in the institution between the years 2015 to 2020. The objective of the article is to compose an overview of the gender, age, institutional and psychosocial characteristics of the police officers who showed the first signs of psychological distress, trying to understand how the flow in the search for help occurs and the reasons that lead police officers to start mental health treatment. The discussion of the data was based on the concept of “psychic suffering” by Dejours, on the notion of “police culture” by Monjardet and on the assumptions of Institutional Psychology. The survey noted that it is women police officers who, proportionally, seek assistance the most; that police officers begin psychological distress in the first years of entry into the institution; that the main reasons are conflicts in marital relationships, depressive and psychosomatic symptoms.

Keywords: Civil Police; Institutional Psychology; police work; mental illness; psychic suffering.

1 INTRODUÇÃO

Recentemente as relações entre *saúde mental*, *violência* e *trabalho policial* têm estimulado matérias jornalísticas⁶ de grande repercussão no Brasil. O tema vem ganhando destaque devido aos altos índices de violência e vitimização policial que o país vem alcançando em nível mundial. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), morreram mais policiais por suicídio em 2019 do que em confronto com criminosos, numa proporção de 91 suicídios para 62 mortes em serviço. Tal fato aponta para o elevado impacto que o sofrimento psíquico não acolhido e tratado pode produzir sobre a vida dos profissionais responsáveis pela proteção das nossas vidas.

Por outro lado, as polícias brasileiras foram consideradas as que mais matam entre as corporações mundiais, fazendo 5.660 vítimas civis em 2019 (FBSP, 2020). Os relatórios apontam diferenças regionais e entre as corporações. Por exemplo, as polícias civis, foco deste artigo, possuem uma letalidade muito inferior as polícias militares; além disso, nas corporações gaúchas a taxa de letalidade é uma das baixas, 1 pessoa por 100 mil habitantes, enquanto a média nacional é de 3 por 100 mil habitantes (FBSP, 2020). De qualquer forma, os números instigam a pensar se questões psicossociais estariam sobrepondo-se à técnica de trabalho, que deveria ser baseada no uso progressivo e racional da força (ALBERNAZ, 2009).

Tanto a vitimização quanto a letalidade policial têm gerado questionamentos sobre a saúde mental dos policiais, em especial, sobre a forma como os profissionais têm gerenciado emoções e sobre a responsabilidade das instituições no tratamento destes conflitos. Para melhorar esta realidade, políticas públicas nacionais têm surgido: como o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), criado em 2018 (Lei nº 13.675/18) - ainda em implementação – e o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança (PRÓ-VIDA). Mas ainda escasso o conhecimento científico⁷ sobre os fatores geradores de sofrimento psíquico e os motivos que levam os policiais a procurar tratamento psicológico ou social.

Este artigo visa contribuir com o tema, apresentando resultados de pesquisa realizada na Divisão de Saúde (DSA) da Polícia Civil do Rio Grande do Sul (PC/RS),

⁶<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/09/15/no-brasil-pelo-menos-43-pms-sao-afastados-por-dia-por-transtornos-psiquiatricos.ghtml> and <https://globoplay.globo.com/v/7919260/>.

⁷Com os descritores “polícias brasileiras” AND “sofrimento psíquico” OR “adoecimento mental” foram encontrados 13 artigos nas bases Scielo, Pubmed e BVS no período de 2015 a 2020.

serviço de saúde mental oferecido pela instituição. A pesquisa analisou dados de 543 *entrevistas de triagem* realizadas entre os anos de 2015 a 2020, cujos questionários representam o primeiro contato do servidor com um profissional de saúde mental da instituição, preservando o sigilo técnico dos dados de identificação.

A pesquisa é fruto de parceria com a Seção de Psicologia Institucional da DSA da PC/RS, setor voltado ao tratamento de sintomas que possuem relação direta ou transversal com o trabalho (DEJOURS, 1997). Desta parceria resultaram os objetivos do artigo: 1) Mapear as características dos policiais que procuram atendimento psicossocial; 2) Analisar relações entre os motivos do sofrimento psíquico com as características, condições e formas de organização do trabalho policial.

Considerando que o efetivo da PC/RS é de 5.200 policiais (DEPLAN, PCRS, 2020), a pesquisa abrangeu 11% da instituição, tornando-se uma amostra relevante. Os resultados apresentados são uma aproximação da realidade, pois não há uma tradição de registros eletrônicos em saúde mental de policiais no Brasil (FBSP, 2020). Por fim, o artigo espera contribuir no debate sobre as relações entre *trabalho policial, saúde mental e políticas de segurança* no Brasil, a partir de uma análise longitudinal que aponte caminhos de intervenção mais eficientes.

2 “MISSÃO DADA É MISSÃO CUMPRIDA?”: TRABALHO POLICIAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO

Mesmo com as modificações recentes trazidas pela tecnologia, o trabalho ainda é um dos mais importantes pilares da identidade social dos sujeitos em sociedade (DEJOURS, 1988). No caso de policiais, esta influência torna-se mais intensa pelas características de uma profissão que, por lei (Art. 301, CPP) exige dedicação 24 horas e um senso de permanente proteção à sociedade.

Ao analisar a psicodinâmica do trabalho, Dejours (1988) adotou a noção de “sofrimento psíquico”, afirmando que *sofrimento* e *prazer* são inerentes ao trabalho, num equilíbrio delicado que, ao longo da vida, pode promover dois tipos de sofrimento: o criativo e o patológico (DEJOURS, 1988). O “sofrimento criativo” seria o agenciador da realização do verdadeiro trabalho, alavanca do processo criativo e da evolução do sujeito na profissão e internamente. O “sofrimento patológico”, por sua vez, surge

quando as defesas de ego falham diante dos desafios, gerando um sentimento de incapacidade, sintomas corporais – como ansiedade e insônia – e emoções como a tristeza, a raiva e a desesperança. Sentimentos que podem repercutir não apenas no ambiente laboral, mas nas relações familiares, nos espaços de lazer e na autoestima, gerando transtornos mentais difíceis de discernir sua origem: se de ordem pessoal ou institucional.

Uma das formas mais debatidas de “sofrimento psíquico” entre policiais tem sido o *estresse*, cuja profissão é considerada uma das mais estressantes do mundo (SANTANAS, SABINO, 2012). O “estresse” seria uma reação do organismo a partir de componentes psicológicos, físicos, mentais e hormonais, que ocorre quando surge a necessidade de alerta e de grande adaptação a um evento (MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO, 2008, p. 45). No caso de policiais, o risco de vida, a exposição constante à violência e transtornos pós-traumáticos são três dos fatores mais relacionados ao estresse (SACRAMENTO, 2007). No Brasil, ainda são frequentes práticas de assédio moral, conflitos burocráticos e hierárquicos, falta de recursos adequados e ausência de programas de saúde mental abrangentes.

Em pesquisa realizada com policiais, Minayo, Souza e Constantino (2008) concluíram que os policiais acreditam que a imagem que a sociedade tem deles é negativa, considerando-a “truculenta, corrupta e ineficaz” (p. 56). Bretas (2007) destaca que esta visão nem sempre corresponde à realidade, pois há muita ambivalência sobre a figura do policial, que é comumente associado ao mito do “herói” ou ao “guardião da ordem”:

O herói não possui uma profissão mas mergulha com devoção em sua missão, ou seja, nasceu para servir e se caracteriza por seus comportamentos e aspectos físicos, às vezes encantador e noutras agressivo, no entanto ele vai, faz e cumpre seu dever; sendo conhecido muitas vezes por ser guerreiro ou combatente ‘corajoso e ousado’ (BRANDÃO, 2002, p. 86).

O mito do “herói” se faz presente, por exemplo, em um dito popular que circula entre os policiais brasileiros para caracterizar sua relação com o trabalho “Missão dada, é missão cumprida”⁸. Na perspectiva de Dejours (1988), este poderia ser

⁸ A frase foi popularizada no filme brasileiro “Tropa de Elite”, de José Padilha (2007).

entendido como o “trabalho prescrito”, isto é, a tarefa que é imposta ao trabalhador pela organização, que é diferente do “trabalho real”, aquilo que é possível realizar dadas as condições e forma de organização do trabalho. O “trabalho real” não é visível para quem está de fora ou em outro nível hierárquico, pois as normas consolidadas, culturalmente ou pelas relações interpessoais, atuam como limitadores da atividade, fazendo com que a realidade de execução seja diferente do modelo idealizado nos dispositivos técnicos (DEJOURS, 1997). No caso do policial, mesmo diante da precariedade de recursos, o “trabalho prescrito” é o de cumpri-lo a qualquer custo, gerando frustrações que podem constituir transtornos psicológicos.

3 CULTURA POLICIAL: RITOS, REGRAS E VALORES DE UM MUNDO À PARTE

Diversos autores (MUNIZ, 2001; MONDJARDET, 2002; BRETAS, 2007) destacam que a ambivalência em torno da figura do policial, sujeito temido e ao mesmo tempo admirado por seu poder, geraria um fechamento do mundo policial em relação às outras pessoas. Para Mondjardet (2002) ocorreria uma separação subjetiva “nós-eles” (p. 78), onde não só atividades profissionais, mas de lazer e de relações conjugais, passariam a ser realizada entre pares, como estratégia de proteção e por um reconhecimento subjetivo difícil de ser construído com pessoas que não partilham de um cotidiano de trabalho tão exigente.

Neste “mundo policial” à parte, o policial é estimulado por ambientes historicamente masculinizados das corporações policiais que, no Brasil, só no século XX, começaram a autorizar a presença feminina em seus postos (SACRAMENTO, 2007). Atividades construídas sobre imagens de vigor, força e agressividade tenderiam a reforçar o “machismo”, como traço típico destas instituições (SACRAMENTO, 2007). Mondjardet (2002) destaca que as corporações policiais de todo mundo tendem a manter alguns traços culturais em comum, cuja força de sua expressividade levou a cunhar a expressão “cultura policial”, como importante dispositivo de análise dos principais conflitos de cada instituição policial. Para Mondjardet (2002) a “cultura policial” é “um conjunto de valores, normas, perspectivas e práticas compartilhadas pelos policiais de várias partes do mundo, que guia grande parte de suas ações.” (p. 45).

Neste sentido, Bretas (2007) aponta que o organograma das polícias civis

possibilita dois tipos de conflitos principais: “conflitos de natureza da atividade” (p. 87), entre atividades operacionais de rua, que são distintas de funções burocráticas e internas à delegacia; “conflitos de nível hierárquico” (p. 88), proporcionados pela carreira dupla, dividida entre *Delegados de Polícia* de um lado, e *Agentes de Polícia* de outro. O autor destaca também duas atividades especialmente estressantes: o *Investigador* de rua que realiza “campanas”⁹ e escutas telefônicas, enfrentando riscos e cargas horárias excessivas; e o *Plantonista*, o policial que realiza plantões de até 24 horas em Delegacias, atendendo as vítimas, ao mesmo tempo em que lavra os *Autos de Prisão em Flagrante*¹⁰ e faz custódia de detentos. Realidade que exigiria grande esforço psíquico em trocar em pouco tempo a postura acolhedora para escutar vítimas de crimes, com a firmeza no trato com detentos (BRETAS, 2007, p. 89).

Por fim, deve-se lembrar que as angústias e conflitos vivenciados por policiais geram redução da motivação ao trabalho, absenteísmo, acidentes de serviço e, assim, ampliam, estigmas sobre os agentes policiais, além de trazer altos custos econômicos e sociais. Daí que identificar os fatores associados ao comprometimento da qualidade de vida de uma forma minimamente categorizada, pode auxiliar a subsidiar intervenções nos pontos de maior incidência (Política Nacional de Promoção da Saúde, 2006).

4 POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E IDENTIDADE

Em termos organizacionais a PC/RS é regida pela Lei nº 10.994 (1997) atualizada em 2018 pela Lei nº 15.120 do RS. Dispõe em seu quadro de servidores de duas formas de carreira: a primeira, formada por *Escrivães de Polícia* (voltados às rotinas administrativas) e *Inspetores de Polícia* (voltados à investigação e cumprimento de mandados), ambos podendo chegar ao cargo máximo de *Comissário de Polícia*. A segunda é formada por *Delegados de Polícia*, servidores formados em Direito e que devem atuar em cargos de gestão e chefia. Atualmente o efetivo da PC/RS é de 5.210 profissionais, sendo 465 Delegados e 4.745 agentes de polícia,

⁹Observação discreta nas imediações de uma localidade, com a finalidade de apuração dos fluxos sociais e individuais de supostos suspeitos (MINGARDI, 2000).

¹⁰Documento que contém as informações advindas da prisão em flagrante: oitiva do condutor, testemunhas, vítima, interrogatório do conduzido, laudos e relatórios (MISSE, 2010).

entre Escrivães, Inspetores e Comissários de Polícia¹¹.

Ainda com relação a identidade institucional, a PC/RS é hoje a mais feminina dos órgãos de segurança pública locais. Em torno de 38% da corporação é composta por mulheres e 32% dos cargos de chefia são ocupados pelas mesmas, em comparação a uma média de 10% de mulheres na Polícia Militar, sendo somente 10% dos cargos de chefia ocupados pelas mulheres (UGEIRM, 2020). Este cenário de maior igualdade de gênero na ocupação dos cargos é recente, sendo que as primeiras mulheres ingressaram na década de 1970 (UGEIRM, 2020), alcançando seu ápice em 2019 com a indicação da primeira Chefe de Polícia mulher, a Delegada Nadine Anflor. Para Sacramento (2007), esta transformação possui pontos ainda a serem abordados, como um “discurso velado” que restringiria a participação de mulheres em funções operacionais e que não consideram as especificidades de gênero na gestão, procedendo à lotação de mulheres policiais em cidades distante de seus filhos.

5 DIVISÃO DE SAÚDE: PRECURSORA NO ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS NO RS

O Brasil ainda não possui uma política pública estruturada de atendimento em saúde mental para policiais (FBSP, 2020). A maior parte das corporações policiais do país não dispõe de quadros de psicologia ou serviço social próprios, nem de unidades específicas para o atendimento em saúde mental compondo seu organograma institucional.

Diante deste precário cenário nacional, a Polícia Civil do RS destaca-se como o primeiro órgão de segurança pública do Estado a proporcionar atendimento em saúde mental para policiais. Criada em 1980 como Assessoria Assistencial, foi renomeada como Divisão de Saúde (DSA) no ano de 2014, devido ao crescimento da procura por atendimentos psicológicos e sociais, conforme o site da PC/RS, com acesso em julho de 2021. A título de comparação, a Brigada Militar local instituiu a sua Assessoria Biopsicossocial somente em 2004 (BM/RS, 2021). Já a SUSEPE criou um ano antes, em 2003, a Seção de Atendimento ao Servidor da Susepe (SUSEPE, 2021).

¹¹Os dados podem sofrer alterações a depender da data da solicitação da informação (PC/RS, junho 2021).

Desde o ano de 2018, a Divisão de Saúde (DSA) da PC/RS localiza-se em prédio próprio¹², o que diminuiu a exposição social de quem busca atendimento em saúde mental. A sede possui dois andares, sendo que no térreo situa-se o Serviço de Policlínica, oferecendo 12 especialidades médicas. Já, no 2º andar situa-se o Serviço Psicossocial, composto por 18 profissionais, entre psicólogos, assistentes sociais e estagiários. Ambos os setores funcionam em horário comercial e não é necessário agendamento anterior. A pesquisa que embasou este artigo teve por campo apenas o Serviço Psicossocial da DSA, local que oferece os seguintes serviços: I) Acompanhamento Psicológico individual; II) Atendimento Social (Auxílio-funeral, Acidente de Trabalho, Construção de rede para dependência química; Construção de rede para aposentados); III) Grupos operativos (Preparação para a Aposentadoria, Tabagismo; Programa de Acompanhamento a Plantonistas e Programa de Acompanhamento ao Policial em Estágio Probatório).

Quanto aos fluxos de ingresso, existem três possibilidades principais: 1. Procura espontânea do próprio policial no local; 2. Encaminhamento pela Chefia (em casos de conflito na equipe, dependência química, risco de suicídio ou outros desentendimentos); 3. Convocação para participação em grupos terapêuticos obrigatório.

6 MÉTODO DA PESQUISA

A pesquisa desenvolveu-se a partir de método quantitativo e descritivo, baseada na análise da *ficha de triagem*, documento que permite a abertura do *prontuário técnico* da DSA. À exceção dos participantes dos Grupos de Acompanhamento, todos os policiais atendidos pela DSA passam pela *entrevista de triagem*, que consiste em um atendimento privativo com um técnico a partir de um questionário estruturado com 20 questões, que abrange as áreas de dados pessoais, familiares, histórico de saúde e descrição da queixa. Esta anamnese é feita por *psicólogo* ou *assistente social* e traz a percepção inicial do sofrimento que levou o policial a procurar auxílio. A partir daí, este pode ser encaminhado para psicoterapia, atendimento com assistente social ou para a rede externa, diante de casos de maior

¹² A estrutura autônoma é uma conquista recente, regulamentada pelo Decreto nº 54.406 da PC/RS (2018).

complexidade.

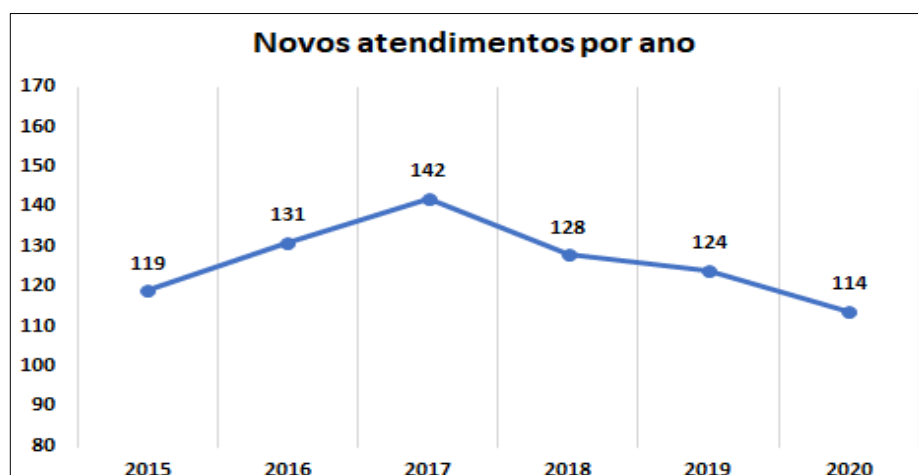
Fizeram parte do estudo 758 *fichas de triagem* de pacientes atendidos pelo Serviço Psicossocial entre os anos de 2015 a 2020, compreendendo 6 anos de atendimentos. A fim de compor uma amostra exclusiva de policiais, excluiu-se *fichas* de dependentes, como filhos ou cônjuges, restando 543 (85,6%) *fichas de triagem* de policiais ativos e inativos. Dados que foram transpostos à uma única planilha, composta das seguintes variáveis: *número de prontuário, data de abertura, sexo, data de nascimento, cargo, local de lotação e motivo da triagem*. Com relação a variável *motivo da triagem*, foram construídas categorias analíticas, posteriormente associadas a siglas identificatórias: *Categoria Psicológica, Laboral, Psiquiátrica, Familiar, Uso e abuso de substância e Outras*.

7 PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

7.1 Busca por Atendimento Psicossocial

Nos últimos 6 anos, registrou-se uma média de 108,6 *novos atendimentos individuais ao ano de policiais civis*. No Gráfico 1 pode-se observar que o ano de 2017, foi aquele com maior procura, com 142 novas buscas por atendimento. Já o ano em que se registrou a menor demanda foi o de 2020, com 100 novas buscas ou 28% a menos que o ano de maior procura.

Gráfico 1 – Novos atendimentos psicossociais DSA/PC - 2015-2020.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Na análise dos dados, ressalta-se que o ano de 2020, caracteriza-se pelo início da pandemia de Covid-19¹³ o que, em um primeiro momento, pode ter levado a uma retração na busca de atendimentos presenciais. Já o ano de 2017, aquele de maior procura, coincide com um dos mais altos índices de aposentadorias, cerca de 590 solicitações, em comparação a 462 solicitações do ano anterior, isto é um aumento de 22% (DEPLAN, PC/RS). Dados que podem relacionar-se com efeitos de médio prazo do parcelamento salarial, implementado pela primeira vez no Estado no ano de 2015¹⁴, associado a uma ampla crise do campo da segurança pública, que levou a manutenção de presos em delegacias por longo período (BASSANI, 2020). Ambos os fatores já haviam sido indicados como produtores de estresse e sobrecarga de trabalho nos posicionamentos dos sindicatos locais (UGEIRM, 2017).

A amostra de policiais que procurou o serviço psicossocial entre os anos de 2015 a 2020 (n=543) representa 11% do efetivo policial total da instituição. Da amostra utilizada, 504 policiais (92,8%) buscaram o serviço de forma espontânea, enquanto somente 7,18% (n=39) policiais foram encaminhados por suas chefias. Esse dado aponta para um processo gradativo de redução do estigma em torno do tratamento em saúde mental, relacionada a popularização dos serviços oferecidos na instituição há mais de três décadas.

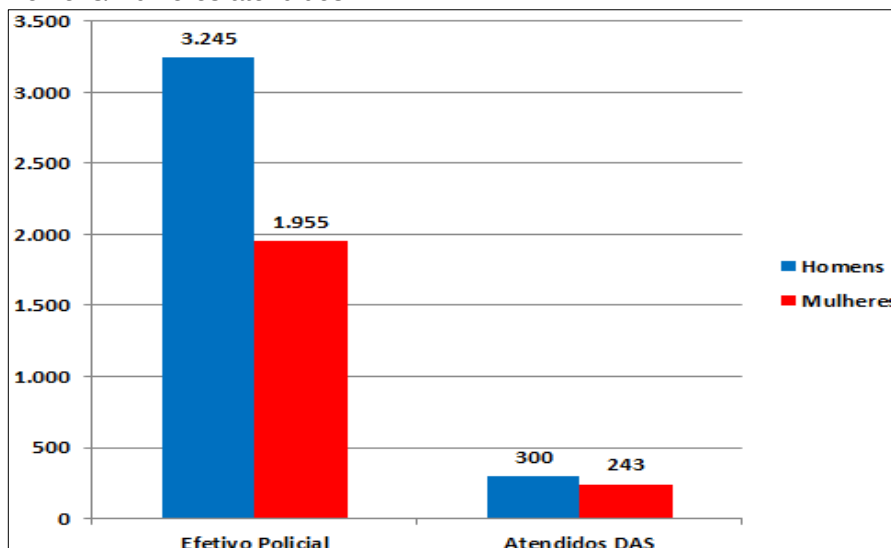
7.2 Atendimento por gênero

Dentre os policiais atendidos entre 2015 a 2020, percebe-se que 55% eram do sexo masculino e 45% do sexo feminino. Se em termos absolutos os homens são maioria entre os novos atendimentos psicossociais, em termos proporcionais o dado se inverte. A PC/RS (n=5.200) é composta por 62% (3.245) de homens e 38% de mulheres (1.955), porém no percentual de novos atendidos, os homens representaram um índice 7% inferior a sua incidência no quadro geral, enquanto que os atendimentos das mulheres são 7% superiores.

13 <https://www.pc.rs.gov.br/nota-tecnica-atendimento-ao-publico-durante-pandemia-do-covid-19>.

14 <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/08/salarios-de-agosto-dos-servidores-do-rs-serao-pagos-em-quatro-parcelas.html>.

Gráfico 2 - Percentual de homens/mulheres na PC x Percentual de homens/mulheres atendidos.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

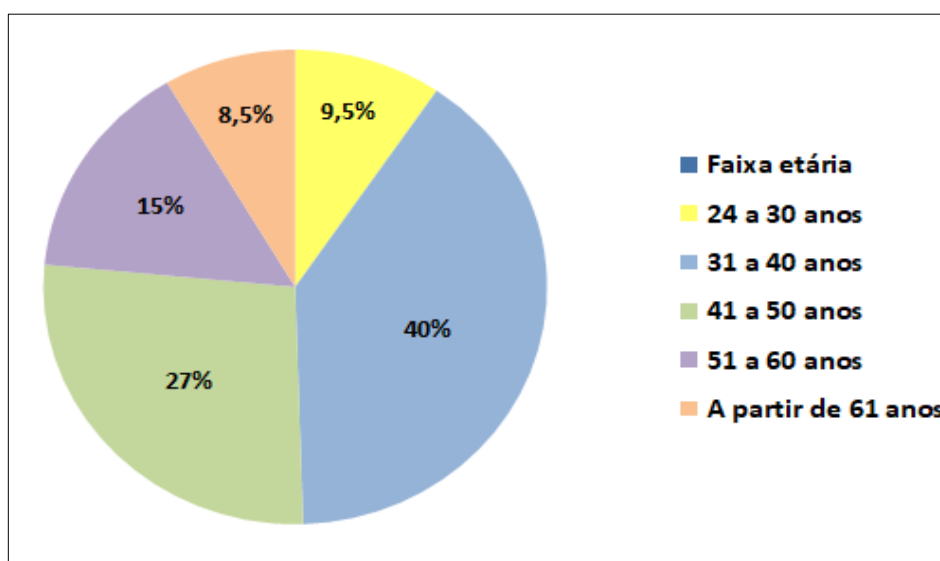
A maior procura proporcional das mulheres pode relacionar-se tanto a uma maior aceitação da possibilidade de auxílio como característica do gênero feminino, como indicar maior pressão vivenciada na vida profissional e pessoal associada as características de gênero, em uma instituição historicamente machista, como já reportada nas análises sobre a “cultura policial” (BRETAS, 1997; MONJARDET, 2002). Trata-se, portanto, de um dado significativo que reivindica uma investigação mais apurada, podendo justificar políticas públicas voltadas a mulher policial (SACRAMENTO, 2007).

7.3 Atendimento por faixa etária

Dentre os policiais que buscaram atendimento psicológico e/ou social, 9,2% estão na faixa dos 21 aos 30 anos, 39,8% entre 31 e 40 anos, 26,9% na faixa dos 41 aos 50 anos, 14,4% entre 51 e 60 anos e 11,5% acima de 60 anos. A média de idade dos policiais ao ingressar na instituição é de 31 anos¹⁵. Com base nisso, pode-se perceber que 40% do total de policiais que buscaram atendimento psicossocial estavam em seus primeiros anos na instituição, conforme pode-se observar:

¹⁵ O número é a média calculada sobre a idade dos policiais em estágio probatório dos últimos 6 anos da PC/RS (Fonte: Setor Psicologia Institucional, DAS, PC/RS).

Gráfico 3 - Policiais que buscaram atendimento psicossocial por faixa etária.



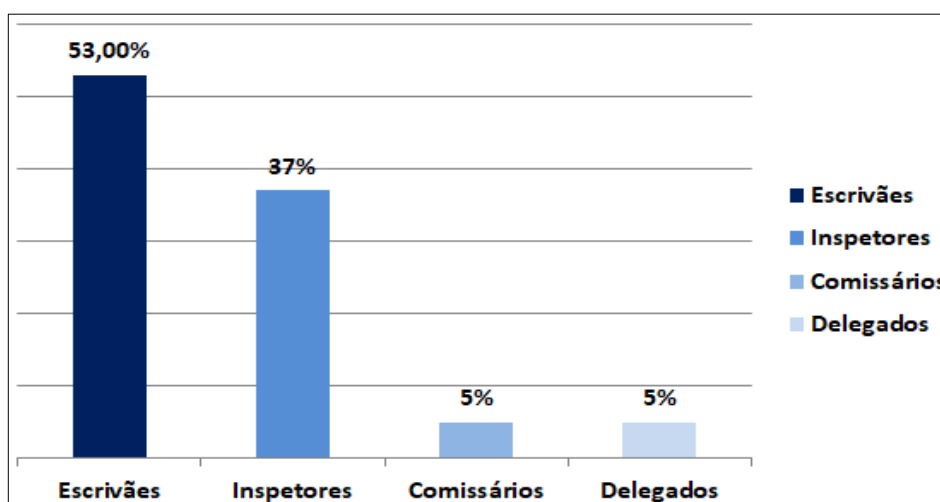
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Esse dado pode estar associado a dois aspectos principais: I) Os policiais ingressam na instituição com uma visão idealizada do trabalho policial e frustrações perante a realidade do trabalho podem os impelir à busca de auxílio; II) A instituição policial, em sua forma de organização, torna-se promotora de sofrimento psíquico; III) Há transtornos psicológicos anteriores ou perfis psicossociais incompatíveis com o tipo de trabalho e que não foram detectados adequadamente no exame psicotécnico.

7.4 Atendimento por cargo institucional

Os policiais que mais buscaram atendimento foram os *Escrivães*, correspondendo a 53% (n=289) do total, seguidos pelos *Inspetores*, 37% (n=201) de atendidos e *Comissários*, correspondendo a 5% (n=28) dos atendidos. Juntos, esses 3 cargos compreendem 95% (n=518) do total de servidores. Cabe destacar que 204 (37,6%) policiais buscaram atendimento enquanto atuavam na *função de plantonistas*, atividade em que a carga horária pode chegar a 24 horas ininterruptas (24h x 72hs de folga).

Gráfico 4 – Atendimento psicossocial por cargo.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

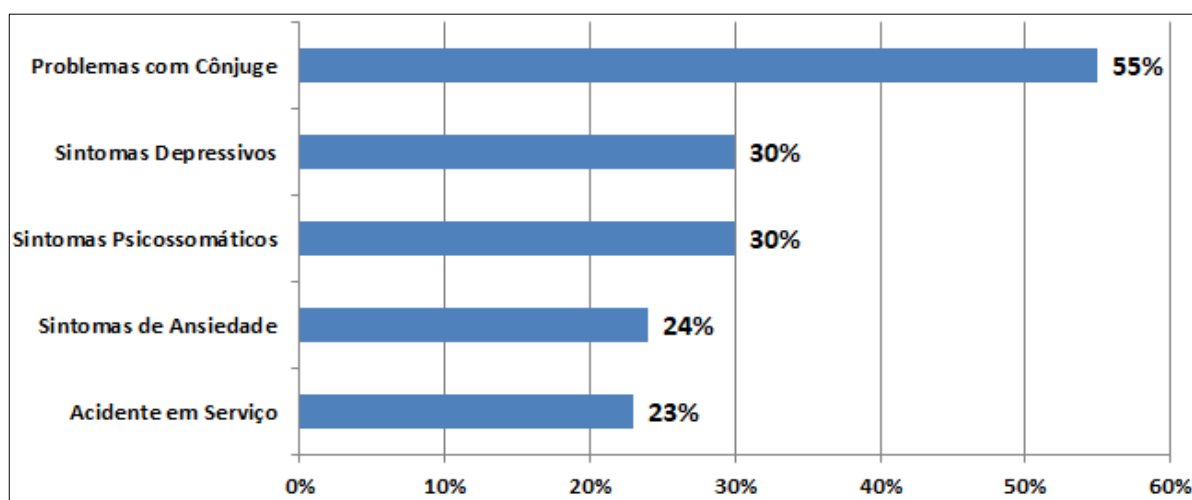
Contudo, deve-se lembrar que na Polícia Civil é a categoria de *Inspetores* a que possui um maior número de policiais, com 1.975 servidores, seguida da de *Escrivães* com 1.930 pessoas, depois *Comissários*, com 800 pessoas e, por fim, *delegados*, com 495 pessoas. Logo, proporcionalmente a incidência populacional por cargo, foram atendidos cerca de 15% dos Escrivães, 10% dos Inspetores, 3,5% dos Comissários e 5% dos delegados.

Evidencia-se, então, que os servidores que mais buscam atendimento são os escrivães de polícia, encarregados em geral das tarefas mais burocráticas e internas a delegacia. Outro dado importante é que, do total de escrivães ($n=1.930$), quase 55% são mulheres (1.049 ou 54,4%), isto é, trata-se do único cargo onde a incidência feminina é superior a masculina.

7.5 Motivos da busca por atendimento

Ao procurar atendimento os policiais apresentavam múltiplos fatores de sofrimento e sinais de adoecimento, envolvendo questões laborais, conflitos familiares (cônjuge e/ou filho e/ou pais), sintomas psicológicos, sintomas psicossomáticos, uso/abuso de substâncias, início de atendimento psiquiátrico e/ou acidentes de trabalho. Desta maneira os motivos foram quantificados no total de vezes em que apareceram no discurso inicial dos policiais, conforme pode-se observar no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Motivos mais incidentes da busca de atendimento psicossocial.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

A análise aponta que a “queixa” mais presente, com 55% de incidência (n=295) reúne preocupações ou eventos relacionadas ao campo das *relações conjugais* (violência psicológica ou física, traições, discussões recorrentes, afastamentos, dificuldades com separação, dificuldades para manter relacionamentos saudáveis, etc). O segundo e terceiro motivo, são *sintomas depressivos* (falta de motivação, desesperança, tristeza, falta de vontade de viver, isolamento social, etc) e *sintomas psicossomáticos* (insônia, aumento de peso, dores no corpo, doenças de pele, etc) apresentado por 161 policiais cada. Os *sintomas de ansiedade* (dificuldade de “desligar do trabalho”, medos recorrentes, pensamentos repetitivos, etc.) foram apresentados por 130 policiais. Por fim, aparecem questões relacionadas ao processo de reconhecimento de *acidente em serviço*, apresentado por 120 policiais.

Tais dados não compõem um perfil dos sintomas psicológicos mais incidentes entre policiais civis, mas indica quais são os motivos cuja intensidade mais pressionam os policiais a buscar ajuda. Neste sentido, é surpreendente perceber que o campo das relações conjugais, aparentemente exterior ao campo do trabalho, seja aquele que gere sinais mais visíveis aos policiais de que algo está em desequilíbrio e requer auxílio especializado. Pode-se inferir que os conflitos laborais podem se estender ao ambiente privado, como resquícios emocionais não elaborados e projetados naqueles em que possuímos maior intimidade.

8 CONSIDERAÇÃO FINAIS

Tende-se a pensar a instituição policial como marcada pela dominação masculina, pelo ideal do policial herói ou pelo viés de força e poder a eles associados no imaginário social. Em territórios assim, descobrir-se vulnerável e reconhecer para outros sua vulnerabilidade torna-se um ato complexo, que pode só se tornar possível quando outras áreas da vida, dentre elas a esfera íntima, começa a ser prejudicada.

O *prejuízo das relações conjugais* apareceu como principal motivo que tem levado os policiais a procurar auxílio psicossocial na Polícia Civil do RS nos últimos 6 anos. Tal dado aponta para uma possível extensão de conflitos e emoções vivenciados no trabalho para dentro do universo doméstico e vice-versa. Neste sentido, torna-se importante questionar até que ponto a entrega integral exigida aos policiais não pode estar produzindo efeitos nocivos em áreas as quais a própria instituição policial não tem a tradição de prestar amparo.

De outro lado, a pesquisa demonstrou que a Polícia Civil do RS tem sofrido transformações, como a maior incidência de mulheres na corporação, levando a flexibilização de antigos padrões. Mas, o ingresso crescente de mulheres policiais tem trazido novos problemas, como o não reconhecimento de especificidades de gênero na gestão do trabalho ou relações interpessoais cotidianas sem equidade. A maior vulnerabilidade psicossocial das mulheres foi evidenciada em dois dados: 1. Em termos proporcionais, as mulheres foram 14% mais presentes que os homens nas buscas de atendimento psicossocial na DSA; 2. O cargo de *Escrivão*, que é a única categoria onde a presença feminina supera a de homens policiais, foi o mais incidente entre os policiais que buscaram atendimento psicossocial.

Com relação a faixa etária, a pesquisa identificou que são nos primeiros 9 anos que os policiais adoecem e buscam auxílio, sugerindo que pode haver um choque entre a idealização da função policial e a realidade encontrada. Neste sentido, a instituição policial parece radicalizar a distância entre o “trabalho prescrito” e o “trabalho real”, conforme conceitos já abordados de Dejours (1987). De outro lado, a maior procura de policiais neste período também pode indicar uma melhor aceitação do trabalho psicossocial como algo positivo e não como uma mácula grupal.

Por fim, entende-se que os dados da pesquisa demonstram a importância da qualificação dos registros de atendimento em saúde mental. Ação que poderia

subsidiar políticas públicas mais assertivas, diminuindo o sofrimento psíquico de policiais, gerando um melhor gerenciamento de seus conflitos laborais e familiares, além de propiciar amparo às importantes transformações que a Era Moderna vem trazendo às instituições policiais.

9 REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, E. **Uso progressivo da força**: dilemas e desafios. Cadernos Temáticos da Conseg. 2009.

BASSANI, F. **A Divina Comédia da Segurança Pública**: territorialidades e produção da transgressão do percurso punitivo do RS. 2020. Tese (Doutorado). UFRGS, 2020.

BRANDÃO, J. S. **Mitologia Grega**, vol. III. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

AZEVEDO, R. G. D.; VASCONCELLOS, F. B. D. O inquérito policial em questão: situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre as fragilidades do modelo brasileiro de investigação criminal. **Sociedade e Estado**, 26, 59-75. 2011.

BRETAS, M. L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo social**. 2007.

BRASIL, **Lei nº 13.675**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). 2018.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. In: **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 1988.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: casos clínicos. SP: Ed. Dublinense, 1997.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

MINGARDI, G. **Tiras, Gansos e Trutas**: Segurança Pública e Polícia Civil em São Paulo (1983-1990). Porto Alegre: Corag. Coleção Estado e Sociedade, 2000.

MONJARDET, D. O que faz a polícia: sociologia da força pública. In: **O que faz a polícia**: sociologia da força pública (pp. 327-327). 2002.

MINAYO, M. C. D. S.; SOUZA, E. R. D.; CONSTANTINO, P. **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008.

MISSE, M. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. Dossiê: Inquérito Policial no Brasil, **Soc. Estado**. 26 (1). Abr 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/3X65HgfGRdF59Dwd9G3dKbM/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.

MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro/RJ. 2001. Tese (Doutorado) - PPG IUPERJ, 2001.

SACRAMENTO, J. S. D. **Polícia e Gênero**: percepções de delegados e delegadas da Polícia Civil do Rio Grande do Sul acerca da mulher policial. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15001/000674427.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out. 2021.

POLICIAL PESQUISADOR: DESAFIOS DA PESQUISA PARTICIPANTE NO CONTEXTO POLICIAL

POLICE RESEARCHER: CHALLENGES OF PARTICIPANT RESEARCH IN POLICE CONTEXT

Joara de Paula Campos

RESUMO

A pesquisa participante consiste na integração do pesquisador ao grupo estudado, o que faz com que a objetividade da pesquisa empírica clássica não seja observada. As instituições policiais têm características muito distintas, com presença da disciplina e hierarquia, normas rígidas e forte identidade profissional. E a polícia é muito presente no cotidiano das pessoas, o que faz com que elas já tenham um pré-julgamento sobre a instituição. Este trabalho bibliográfico discute os principais desafios da pesquisa participante no contexto policial, abordando aspectos relacionados ao pesquisador ser pertencente ou não à instituição. Conclui-se que o viés do pesquisador sempre poderá afetar a análise dos dados, mas que apenas o pesquisador policial terá uma visão holística, pois teve vivência fora e verdadeiramente inserido no contexto policial, sendo os fatos insitucionais melhor analisados por quem realmente é participante, sendo necessário estar dentro da instituição para entendê-la.

Palavras-chave: pesquisa participante; polícia; representações sociais; ciências policiais.

ABSTRACT

Participant research consists of integrating the researcher into the studied group, which means that the objectivity of classical empirical research is not observed. Police institutions have very different characteristics, with the presence of discipline and hierarchy, rigid rules and a strong professional identity. And the police are very present in people's daily lives, which means that they already have a judgment on the institution. This bibliographical work discusses the main challenges of participatory research in the police context, addressing aspects related to the researcher being a member of the institution or not. It is concluded that the researcher's bias can always affect the data analysis, but that only the police researcher will have a holistic view, as he had experience outside and truly inserted in the police context, with institutional facts being better analyzed by those who are really participant, it is necessary to be inside the institution to understand it.

Keywords: participant research; police; social representations; police sciences.

1 INTRODUÇÃO

Quando se trata de estudos relacionados a grupos específicos, há dúvidas quanto a melhor forma de se desenvolver a pesquisa. No caso da pesquisa participante, há a possibilidade de o pesquisador ser um membro de fora da

instituição ou um membro interno. Ambos os casos podem existir vantagens e desvantagens.

No caso das instituições policiais, há contextos históricos e sociais que devem ser considerados, pois trata-se de uma instituição muito conhecida, com normas rígidas, e aspectos particulares. Por muitos anos o contexto policial foi estudado por acadêmicos das ciências sociais, os quais muitas vezes receberam fortes críticas do objeto pesquisado alegando que não retratavam a realidade da instituição e de seus participantes.

Com a inserção das Ciências Policiais como área do conhecimento, a tendência é aumentar o número de policiais pesquisadores. Porém, a crítica agora ocorre no sentido contrário, com a argumentação da parcialidade do pesquisador quando este é parte do grupo pesquisado.

Nesse sentido, este trabalho bibliográfico tem o intuito de discutir como a instituição policial e o pesquisador podem afetar a pesquisa participante e qual a sua melhor abordagem no contexto policial.

2 A INSTITUIÇÃO

Instituições são normas sociais implícitas ou explícitas que regem a maneira como a sociedade interage, sendo uma estrutura importante na esfera social (HODGSON, 2006). Searle (2005) explica a instituição como tendo uma ontologia subjetiva, pois necessita da experiência subjetiva dos seres humanos para que exista, diferente das placas tectônicas, a fotossíntese ou a gravidade, que existem independentemente da existência humana. As instituições são, portanto, um sistema de regras constitutivas as quais determinam um status que depende da aceitação coletiva (SEARLE, 2005).

As instituições podem ser vistas como as regras do jogo, pois definem como o jogo será jogado. Do ponto de vista externo, são os comportamentos e rotinas compartilhados em uma população; do ponto de vista interno, são modelos mentais compartilhados da interação social, sendo que as instituições (regras do jogo) favorecem a criação de organizações (jogadores), que são grupos de indivíduos formados com um objetivo em comum (NORTH; MANTZAVINOS; SHARIQ, 2004).

Com o crescimento da sociedade, ela se torna mais impessoal e com a

confiança entre os indivíduos que a compõem diminuída, e dessa forma surge a necessidade de um mecanismo de controle da segurança dos cidadãos, assim nasce o estado e seu poder legítimo em exercer a violência para o controle social (WEBER, 2004). A polícia, então, é um grupo que está autorizada a regular as relações interpessoais da sociedade com o uso da força física (BAYLEY, 2001).

Como mantenedora da ordem pública, a polícia também assume papéis muitas vezes sociais ou assistencialistas, pois encontra-se presente sempre que uma situação tiver possibilidade de exigência do uso da força, configurando como a presença física do estado em diversas situações comunitárias, seja a escolta de uma autoridade pública, controlar o trânsito ou uma briga entre vizinhos (BITTNER, 2003). Portanto, a polícia está presente na comunidade sempre em momentos de tensão permanente, onde haja possibilidade de confronto, para exercer sua atividade de prevenção e repressão (MONJARDET, 2002).

A polícia torna-se não só a organização responsável pela segurança pública, mas também uma instituição quando o poder de polícia preenche os requisitos apontados por Searle (2005): é definida por um conjunto de regras constitutivas; essas regras determinam funções de status, que são reconhecidas e aceitas coletivamente; essas funções de status são executáveis apenas em virtude do reconhecimento e aceitação coletivos, e não em virtude das características independentes do observador da situação apenas; as funções de status carregam poderes deontológicos reconhecidos e aceitos.

A organização policial é pautada pela disciplina e hierarquia e, em alguns casos, possui caráter militarizado, o que intensifica ainda mais essas características. Nas polícias militarizadas, inclusive, há códigos de conduta, crimes e punições próprios, regidos pelo Código Penal Militar (BRASIL, 1969). Ressalta-se também a forte presença de valores e a utilização de símbolos e linguagem própria com códigos e jargões profissionais.

A maneira verticalizada como são organizadas as instituições policiais trazem um cunho autoritário ao seu trabalho, pois as tarefas são distribuídas hierarquicamente e as decisões a nível estratégico, tático e operacional são tomadas pela hierarquia superior, as quais são executadas por um grupo operacional, o qual não possui poder de participação nas deliberações (KING, 2005).

O que torna a instituição com poder e autoridade normativa são os hábitos compartilhados de pensamento. Agindo sobre os hábitos individuais, pois as instituições têm o poder de restringir e estruturar o comportamento dos indivíduos por suas regras, elas adquirem sua perpetuação porque moldam os comportamentos e aspirações individuais causando um feedback positivo que é a base para a sua existência (HODGSON, 2006).

3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Existem representações e valores em uma sociedade que fazem com que os indivíduos formem crenças (opiniões, símbolos e rituais) que garantam sua convivência mútua, e isso produz um impacto na maneira como esses indivíduos se relacionam e na maneira como vivem (MOSCOVICI, 2003). A sociedade necessita desses valores para existir, os quais são inerentes a ela e não seu reflexo, pois é a paixão comum transmitida através de gerações o que une os indivíduos criando a sociedade, sendo que a representação social contribui para a formação da identidade do grupo no sentido de que, por compartilhar uma representação social, os membros do grupo passam a sentir uma identidade comum (MOSCOVICI, 1993).

Esse conjunto de crenças age como autoridade normativa, influenciando nas motivações, expectativas e ações dos indivíduos, coagindo-os a agir de acordo com a norma (WEBER, 2004). O homem é um ser social pois ele pensa e age através de conceitos coletivos, e não percepções individuais (DURKHEIM, 1996).

A cultura, ou seja, convicções coletivas de uma comunidade, é uma espécie de erro sistemático o qual é historicamente acumulado, sendo, portanto, a cultura e a razão opostas, isso quer dizer que fatores sociais provocam distorções e desvios na nossa capacidade de produzir conhecimento verdadeiro enquanto indivíduo (GELLNER, 1992).

A polícia é uma representação social, ou seja, um grupo de indivíduos com valores, crenças e cognições, bem como um objetivo em comum, o que a faz com uma identidade de grupo com instrumentos próprios de ação e comunicação. O membro desse grupo passa a agir e pensar de acordo com suas normas, e é influenciado pelo contexto social a que pertence. Isso quer dizer que esse indivíduo é “contaminado” pela instituição policial.

4 O VIÉS

A pesquisa participante consiste na integração do pesquisador ao grupo estudado. O pesquisador se incorpora ao grupo, participando de suas atividades corriqueiras como se fosse um membro dele, o que dificulta manter sua objetividade pelo fato de poder ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais e poder exercer influência no grupo (LAKATOS, 2003).

Esse envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa, diferente da pesquisa científica acadêmica, faz com que a objetividade da pesquisa empírica clássica não seja observada. Sendo o observador e seus instrumentos desempenhando papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados. Isso privilegia o lado conflituoso da realidade social, pois o pesquisador não é só mero observador, mas pesquisador e pesquisado acabam criando uma identidade dentro do contexto social (GIL, 2008).

Gil (2002) pontua que a pesquisa participante envolve a distinção entre ciência popular e a racionalidade científica, pois esta tende a ser vista como uma atividade que privilegia a manutenção do sistema vigente e aquela como o próprio conhecimento derivado do senso comum, que permitiu ao homem criar, trabalhar e interpretar a realidade sobretudo a partir dos recursos que a natureza lhe oferece.

Nesse sentido, o pesquisador que possui valores e crenças diferente do grupo a ser observado é inserido no contexto social do objeto de pesquisa e passa então a participar da vivência do grupo e a assimilar as representações sociais daquele grupo. A falta de neutralidade do pesquisador está no sentido de que suas crenças e valores podem influenciar na sua coleta e análise de dados.

No entanto, quando o pesquisador já faz parte daquele grupo a ser pesquisado, seu viés advém da sua análise, em que as representações sociais já são parte daquele indivíduo, e o olhar objetivo sobre o objeto de pesquisa passa a ser ainda mais problemático, pois o pesquisador é naturalmente influenciado pelos valores e crenças daquele grupo.

Quando se trata da instituição policial, que é fortemente marcada por seus valores, há ainda a grande influência da disciplina e hierarquia, bem como a questão de pertencimento e de defesa da instituição, pois a formação policial é um componente muito importante na construção da identidade policial e suas representações.

5 DESAFIOS

A teoria das representações sociais nos mostra como a interpretação do mundo ocorre através das relações sociais. Isso quer dizer que uma pesquisa que exija a interação entre observador e observado, ou que a coleta e análise de dados seja feita por alguém que participa de uma relação social pode conter vieses quanto aos seus resultados.

A polícia enquanto presente na sociedade em diversas situações cotidianas (BITTNER, 2003; MONJARDET, 2002) também é interpretada dentro de grupo sociais com uma representação social própria.

A violência urbana é um senso comum com uma representação social coletiva, tratando-se de uma construção simbólica de seus agentes, sendo o “centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais” (DA SILVA, 2004, p. 58-59).

Quando a sensação de segurança é diminuída e a violência parece descontrolada, os policiais são culpabilizados pela incapacidade de cumprimento de suas atribuições, a qual se manifesta como a corrupção desses agentes, impunidade dos criminosos, e tratamento discriminatório das populações mais pobres, e isso gera a falta de confiança na instituição policial (DA SILVA, 2004).

Estudos consistentes ao longo do tempo demonstram que a população tem pouca confiança na polícia, e que essa confiabilidade se relaciona com os resultados pouco efetivos no combate à criminalidade e, principalmente, ao modo considerado injusto de como os policiais tratam os cidadãos (LOPES, 2010; OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

Mishler e Rose (2001) argumentam que essa desconfiança é não apenas resultante da percepção real que as pessoas têm das instituições adquiridas pelas suas experiências com elas, mas combinado de valores adquiridos nos processos de socialização. Isso quer dizer que valores culturais podem influenciar em como as pessoas percebem uma instituição, criando uma pré-disposição em como a instituição será vista por ela. No caso do Brasil, essa desconfiança pode estar imbuída devido ao padrão histórico caracterizado pela ditadura militar.

Portanto, é muito possível que um pesquisador externo à instituição policial tenha uma visão negativa sobre ela, sendo propenso a avaliá-la com o olhar enviesado

pelo preconceito. Porém, o problema também reside na avaliação por alguém interno, o qual pode não conseguir identificar variáveis importantes por ser habituado dentro daquela representação.

Cada indivíduo encarna as relações sociais configurando uma identidade pessoal. No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela. A identidade, que pode ser inicialmente interpretada pelo nome próprio, adota outras formas de predicções, como papéis, especialmente, e considerando a importância do trabalho na vida do indivíduo, a inserção no mercado de trabalho é um componente forte na configuração de uma identidade (CIAMPA, 1987). “O indivíduo não é mais algo: ele é o que faz” (CIAMPA, 1987, p. 135).

A cultura de uma organização é regida pelos seus valores que norteiam as ações de seus membros, e esses padrões coletivos formam condutas, pensamentos, ações e sentimentos homogêneos dentro da organização (ROMÃO et al, 2016).

A cultura policial tem atitudes, valores e normas amplamente compartilhados, que servem para controlar as tensões criadas pela natureza do trabalho policial e pelas práticas punitivas da gestão e supervisão policial. Essas atitudes, valores e normas incluem uma desconfiança e suspeição dos cidadãos, o considerando como ameaça potencial, exercendo a autoridade coercitiva no sentido de manter a vantagem em uma situação de risco, com uma atitude de “nós contra eles” em relação aos cidadãos e lealdade para com os seus pares (PAOLINE, 2003).

Há também a hierarquia e a disciplina dentro da organização, em que as regras rígidas atingem principalmente os membros do baixo escalão, os quais sofrem mais o estresse ocupacional devido à centralização das decisões e falta de apoio de seus chefes (SHANE, 2010). A fiscalização e punição tem papel importante na organização da instituição, em que os policiais recebem mais atenção quando realizam uma tarefa incorretamente do que quando fazem algo positivo, o que os faz ter menos proatividade pois podem estar mais propensos a avaliações negativas (PAOLINE, 2003). Assim, os valores de hierarquia e disciplina da cultura policial colocam seus membros em posição de vulnerabilidade e tensão (ROMÃO et al, 2016).

Fernandes (1976 apud VILLAÇA, 2003) fala sobre a estética militar, que é o estímulo interno que trata como deve ser um bom militar dentro dos preceitos da

organização. Então o agente interioriza não só o que deve fazer o bom soldado da cultura organizacional (obedecendo a disciplina e a hierarquia), como também tem o aspecto ideológico internalizado de como deve ser o bom militar (criando o papel social do militar e sua identificação à polícia).

Monjardet (2002) expõe que não se pode desatrelar o sistema de valores ao trabalho policial, diferentemente de outras profissões em que seu trabalho pode ser compreendido sem se referir ao valor coletivo ou individual porque sua tarefa é rigorosamente prescrita. A cultura, ou sistema de valores policiais, é elemento necessário na determinação de sua prática.

Essa peculiaridade cultural policial pode estar presente porque, diferente das outras profissões, o trabalho policial não está atrelado ao seu horário de serviço ou à vestimenta do uniforme, pois não se deixa de ser policial no fim do expediente. Há, também, sua enorme visibilidade e exposição à opinião pública, assim como pelos meios de comunicação, ele precisa lidar com o conceito negativo que sua profissão tem perante a sociedade, por ser visto como repressor e violento.

Todos esses elementos podem fazer que, como pesquisador, ele também não consiga manter sua objetividade sobre o objeto pesquisado, que seria sua própria instituição, não questionando os valores e culturas embutidos na instituição policial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a pesquisa participante já pressupõe a diminuição da objetividade por não ser possível dissociar o pesquisador do ser social, o viés estará sempre presente. A polícia, por ser uma instituição com muita visibilidade por estar presente no cotidiano de todos e no contexto cultural, sendo o seu conceito repassado ao longo de gerações influenciando como é vista e interpretada pela sociedade, pode inclusive aumentar o viés da pesquisa.

Nesse sentido, sendo o pesquisador de fora do contexto policial, há grandes chances de preconceitos influenciarem a análise da pesquisa devido ao contexto histórico brasileiro de violência e repressão policial. Porém, estando o pesquisador inserido na instituição, há a possibilidade de interpretações enviesadas e tentativa de esconder aspectos negativos da instituição.

Contudo, apenas o próprio policial consegue ter uma visão dos dois “mundos”, o qual ele chama de civil e policial. Pois o policial teve vida pregressa antes de se inserir na instituição, diferente do pesquisador civil o qual não transitou entre esses dois mundos de maneira real. Assim como os aspectos relacionados ao pertencimento à instituição só podem ser realmente analisados por quem teve essa experiência na prática, diferentemente de quem apenas se inseriu como observador.

Searle (2005) argumenta que pela ontologia institucional ser subjetiva, ela deve sempre ser examinada do ponto de vista da primeira pessoa, pois os fatos institucionais só existem do ponto de vista dos participantes e, por isso, nenhuma análise funcionalista externa ou behaviorista será adequada para explicá-los. Sendo necessário estar dentro da instituição para entendê-la.

Portanto, a pesquisa participante é mais interessante de ser realizada por membros da própria instituição quando se trata de instituições bem estabelecidas e com particularidades como a instituição policial. Isso não exclui a importância do trabalho realizado por pesquisadores acadêmicos de fora do contexto policial, porém é necessário a inserção do policial pesquisador, o qual é uma figura relativamente recente no meio acadêmico e muitas vezes questionada. No entanto, sua incorporação enquanto porta-voz legítimo da cultura policial deve ser reafirmada no meio acadêmico e as Ciências Policiais deve ser reconhecido como nova área do conhecimento em segurança pública feita por seus próprios servidores, os quais são os verdadeiros especialistas da área.

7 REFERÊNCIAS

BAYLEY, D. H. **Padrões de Policiamento**: Uma Análise Internacional Comparativa. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BRASIL. **Código Penal Militar**. Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Brasília: Diário Oficial da União, 1969.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FERNANDES, H. R. Política de segurança. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1973
apud VILLAÇA, N. A. G. Organizações policiais e a questão da cultura
organizacional e possíveis mudanças: análise preliminar. **Revista Gerenciais**, São
Paulo, v. 2, set., p. 85 – 91, 2003.

GELLNER, E. **Razón y Cultura**. Madrid: Editorial Síntesis, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HODGSON, G. M. What Are Institutions? **Journal of Economic Issues**, 40(1), 1–25,
2006.

KING, W. R. Toward a better understanding of the hierarchical nature of police
organizations: Conception and measurement. **Journal of Criminal Justice**, 33(1),
97–109, 2005.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, C. S. **Por que os brasileiros desconfiam da polícia? Uma análise das
causas da desconfiança na instituição policial**. In: 7º ENCONTRO DA ABCP.
Recife, agosto de 2010.

MANTZAVINOS, C.; NORTH, D.; SHARIQ, S. (2004). Learning, Institutions, and
Economic Performance. **Perspectives on Politics**, 2(1), 75-84.

MISHLER, W.; ROSE, R. What Are the Origins of Political Trust?: Testing
Institutional and Cultural Theories in Post-communist Societies. **Comparative
Political Studies**. 34(1):30-62, 2001.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São
Paulo, 2002.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**.
Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. The Return of the Unconscious. **Social Research**, 60(1), 39-93,
1993.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social
da polícia no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública** v. 5 n. 2, 2011.

PAOLINE, E. A. Taking stock: Toward a richer understanding of police culture.
Journal of Criminal Justice, 31(3), 199–214, 2003.

ROMÃO, D. M. M., et al. **Hierarquia, aspectos da cultura organizacional e
implicações na qualidade de vida: um estudo nas polícias militares brasileiras**.

Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

SEARLE, J. R. What is an institution? **Journal of Institutional Economics**, 1(1), 1–22, 2005.

SHANE, J. M. Organizational stressors and police performance. **Journal of Criminal Justice**, 38(4), 807–818, 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

**INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO COMO POLÍTICA DE
SEGURANÇA PÚBLICA: NOVAS PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**

**INNOVATION AND SCIENTIFIC DEVELOPMENT AS PUBLIC SECURITY
POLICY: NEW PERSPECTIVES FOR KNOWLEDGE PRODUCTION WITHIN
THE CIVIL POLICE OF THE STATE OF PARÁ**

Joyce Cardoso Olímpio Ikeda

RESUMO

O artigo traz uma análise das perspectivas de inovação e desenvolvimento científico presentes na atual Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Tem como objeto de estudo o Programa de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos (PPSDH), da Academia de Polícia Civil do Estado do Pará. O foco analítico centra-se no desenvolvimento de políticas públicas a partir do estímulo à produção de conhecimento científico por pesquisadores servidores dos órgãos do Sistema Único de Segurança Pública. As proposições defendidas fundamentam-se na premissa de que a execução de pesquisas e de estudos científicos no centro de formação da Polícia Civil paraense abre novos caminhos às diversas áreas de inovação para as políticas de Segurança Pública e Defesa Social. Ao mesmo tempo, o PPCDH inaugura novas possibilidades de aperfeiçoamento e qualificação profissional, além de possibilitar a construção de uma nova concepção de polícia e da própria atividade policial.

Palavras-chave: inovação; política pública; Polícia Civil; segurança pública; segurança humana.

ABSTRACT

The article presents an analysis of the perspectives of scientific innovation and development in the current National Policy for Public Security and Social Defense (PNSPDS). It adopts as subject of study the Program of Studies and Research in Public Security, Social Defense and Human Rights (PPSDH) of the Civil Police Academy of the State of Pará. The analytical focus is the development of public policies based on the stimulation of production of scientific knowledge by researchers employed by the bodies of the Unified Public Security System. The propositions to be defended are based on the premise that the execution of research and scientific studies in the training center of the Civil Police in Pará opens new ways to the various areas of innovation for Public Security and Social Defense policies. At the same time, the PPCDH inaugurates new possibilities for improvement and professional qualification, as well as enables the construction of a new conception of the police and the police activity itself.

Keywords: innovation; public policy; civil police; public security; human security.

1 INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, convém destacar que a implementação do Programa de

Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos - PPSDH, da Academia de Polícia Civil do Estado do Pará - ACADEPOL/PCPA, surgiu do cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS)¹⁶. Desta forma, o objeto em estudo é analisado por dois aspectos: enquanto política, em sua forma de instrumentos normativos (leis, decretos, portarias, resoluções, etc.), que compõem a PNSPDS, no âmbito das orientações e formulação; e a política em fase de execução, ou seja, no âmbito de materialização da política, em outras palavras, a implantação do PPSDH.

Nesta análise, a centralidade da discussão está na política de incentivo à realização de pesquisas e à fomentação da produção do conhecimento científico existentes nos diferentes instrumentos normativos da PNSPDS. Destaca-se, ainda, que em suas diretrizes gerais a política nacional também propõe e incentiva a formulação de políticas de segurança e defesa social orientadas por estudos, pesquisas e diagnósticos acadêmicos e científicos. Além disso, o planejamento e a gestão estratégica no âmbito da administração pública requer a produção e o uso de indicadores, os quais são a base direcionadora dos recursos e das políticas públicas, como no caso analisado, o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP¹⁷.

Cabe destacar, que a principal proposição defendida é a de que o desenvolvimento de estudos e pesquisas dentro dos órgãos do Sistema Único de Segurança - SUSP¹⁸ possui, intrinsecamente, o potencial de inovação para o processo de reformulação das estruturas e do funcionamento global das instituições do sistema. E por este mesmo motivo, o PPSDH formado organicamente por profissionais da atividade policial, abre um espaço direcionado à produção de conhecimento científico no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará - PCPA, o que significa uma política de inovação tanto de caráter social como tecnológico, implicando uma nova concepção de polícia e da atuação dos órgãos e dos servidores do SUSP.

Em relação ao caráter teórico-conceitual, cinco categorias analíticas foram

¹⁶ Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

¹⁷ Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Os critérios de rateio do FNSP são instituídos pela Portaria nº 631, de 6 de junho de 2019.

¹⁸ Instituído pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, o SUSP é integrado pelos órgãos operacionais: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícias Cíveis; Polícias Militares; Corpo de Bombeiros Militares; Guardas Municipais; Órgãos do Sistema Penitenciário; Institutos Oficiais de Perícia, dentre outros.

norteadoras para a sustentação da proposição de que a execução de pesquisas e de estudos acadêmicos e científicos, no centro de formação e qualificação da PCPA, abre caminhos para as mais distintas áreas do fazer científico, seja na qualificação dos profissionais de segurança, seja de inovação no processo de formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas de Segurança e Defesa Social. Estas categorias são: o conceito de Segurança Pública e o de Segurança Humana; a concepção de Polícia Civil; as noções de Inovação e de Política Pública.

2 A PNSPDS E O ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO COMO POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Em nossa análise, o ponto de partida de compreensão da PNSPDS é o próprio conceito de Segurança Pública, entendido sob a perspectiva de um Direito Fundamental, constitucionalmente garantido. Ressalta-se, que a concepção de Segurança Pública adotada nesta reflexão é a apresentada por Neto (2007), a partir da ideia de segurança como um “serviço social”. Sobre o conceito de Segurança Pública, argumenta o autor:

Um conceito de segurança pública adequado à Constituição de 1988 é um conceito que se harmoniza com o princípio democrático, com os direitos fundamentais e com a dignidade humana. Por conta de sua importância para a configuração de um estado democrático de direito, os princípios fundamentais produzem eficácia irradiante sobre os demais preceitos que compõem a Constituição, inclusive sobre aqueles especificamente relacionados à segurança pública (NETO, 2007, p. 8-9).

Para Neto (2007), em regra, a polícia democrática, prestadora de um serviço público, é uma polícia civil. O autor reforça que a concepção democrática, baseada no respeito aos direitos individuais, independente de classe, etnia e orientação sexual, estimula a participação popular na gestão das políticas de Segurança Pública. Em relação ao papel garantista do delegado de polícia, Brene (2018) acrescenta que o principal dever da autoridade policial é proteger o Estado Democrático de Direito e garantir os Direitos Fundamentais.

Tratando-se do conceito de Direitos Fundamentais, Silva (2021) adverte que existe uma dificuldade na definição de sua conceituação, justamente pela ampliação e as transformações históricas das relações humanas. Diante disso, no presente

exercício analítico é necessário pontuar que a definição adotada é a terminologia de Direitos Fundamentais compreendida pela expressão de direitos do homem, numa asserção melhor elaborada, dos Direitos Humanos. Direitos que estão baseados num conjunto de princípios: o de liberdade, o de igualdade, o de dignidade etc.

No debate da importância de efetivação dos Direitos Humanos, Ramos (2020) enfatiza que uma sociedade pautada na defesa dos Direitos Humanos se constitui numa sociedade inclusiva, em uma só palavra, numa sociedade democrática. Partindo do entendimento de que a Segurança Pública é um Direito Fundamental, direcionado à proteção e garantia dos Direitos Humanos, é que se avança para a compreensão da necessidade de Políticas Públicas formuladas a partir do sentido de segurança orientado sob os paradigmas da perspectiva e dos princípios da política de Segurança Humana.

Ballesteros (2014) argumenta que o conceito de Segurança Humana se relaciona diretamente com os princípios dos Direitos Humanos. Sobre esta relação, assevera:

A segurança humana significa proteger as liberdades humanas, que são a essência da vida, das ameaças agudas (*critical*) e persistentes (*persuasive*). O núcleo vital é constituído pelo conjunto dos direitos humanos e pelas liberdades que desfrutam as pessoas. O que se considera vital varia segundo indivíduos e sociedades. Por isso, o conceito de segurança humana deve ser dinâmico e não se propõe uma lista detalhada do que constitui a segurança humana (BALLESTEROS, 2014, p. 33).

Nesta perspectiva, a PNSPDS em sua instituição traz entre seus princípios a orientação de que formulação das Políticas de Segurança Pública devem ser pautadas na “proteção dos direitos humanos, respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana” no Art. 4º e Inc. III (BRASIL, 2018). Outra proposta é a de que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com base em estudos, pesquisas e diagnósticos, respeitando as diversidades – geográficas, socioeconômicas, culturais, ambientais – tragam em seus planos regionais, as características particulares de cada região.

A orientação da PNSPDS gera uma aproximação entre a noção de Segurança Pública na escopo da política nacional e o conceito de Segurança Humana, descrita por Ballesteros (2014), uma vez que abre possibilidades para que as metas de

segurança pública e defesa social regionais sejam estabelecidas a partir de dados e de diagnósticos que levem em conta a conjuntura socioeconômica de cada Estado, considerando e reconhecendo que cada unidade federativa é uma formação social específica e que, por isso, possui características regionais distintas. Desta forma, a noção de Segurança Pública adotada pela PNSPDS transmuta-se em um conceito dinâmico, constituído a partir da realidade socioeconômica de cada região.

Em relação à criação de grupos de estudos e pesquisa, formados por pesquisadores servidores do SUSP, a orientação das diretrizes gerais da PNSPDS é a de que os planos de segurança e defesa social dos Estados e do Distrito Federal devem, conforme art. 24:

XI - fomentar a criação de grupos de estudos formados por agentes públicos dos órgãos integrantes do Susp, professores e pesquisadores, para produção de conhecimento e reflexão sobre o fenômeno da criminalidade, com apoio e a coordenação dos órgãos públicos de cada unidade da Federação (BRASIL, 2018, n.p.).

Ao trazer dentre seus princípios o estímulo à “promoção da produção do conhecimento sobre segurança Pública” constante no Art. 4º e Inc. XII (BRASIL, 2018) e a orientação das políticas a partir de resultados de estudos e diagnósticos, a PNSPDS estimula a inovação no campo da formulação das políticas públicas. Sobretudo, porque um dos grandes desafios na efetividade e eficácia das Políticas Públicas é o distanciamento entre os formuladores e os operadores das políticas. Deste modo, fomentar a produção de estudos e pesquisas no interior dos órgãos do SUSP, além de qualificar profissionais que atuam no sistema também pode promover significativos avanços no campo da gestão, formulação e operacionalização das políticas de segurança.

Em seus objetivos, a PNSPDS inclui três itens que reforçam o incentivo ao desenvolvimento e à utilização do conhecimento científico, constantes no Art. 6º, são eles:

VI- estimular a produção e a publicação de estudos e diagnósticos para a formulação e a avaliação de políticas públicas; [...]
XI- estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública, respeitadas as especificidades e as diversidades regionais, em consonância com esta Política, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal; [...]

XVI- fomentar estudos, pesquisas e publicações sobre a política de enfrentamento às drogas e de redução de danos relacionados aos seus usuários e aos grupos sociais com os quais convivem (BRASIL, 2018, n.p.).

A PNSPDS ainda propõe que os órgãos integrantes do SUSP, em suas instâncias, nacional, regional e local, estabeleçam metas de acompanhamento e avaliação das políticas de segurança pública e defesa social. Fundamentando a premissa de que a produção e a disseminação do conhecimento em segurança pública têm sido propostas como uma política a ser seguida pelo SUSP e que considera primordial a observância das particularidades regionais.

Entre suas diretrizes, a PNSPDS define objetivos para as finalidades dos planos regionais, das quais destaca-se as quatro primeiras, citadas no Art. 25:

- I- planejar, pactuar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de educação gerencial, técnica e operacional, em cooperação com as unidades da Federação;
- II- apoiar e promover educação qualificada, continuada e integrada;
- III- identificar e propor novas metodologias e técnicas de educação voltadas ao aprimoramento de suas atividades;
- IV- identificar e propor mecanismos de valorização profissional (BRASIL, 2018, n.p.).

As finalidades acima reforçam o argumento de que a PNSPDS propõe e incentiva que os órgãos do Sistema passem a adotar políticas de desenvolvimento científico em suas práticas institucionais. Outro indício deste incentivo é a atuação do Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP), que em maio de 2020, reformulou o Decreto¹⁹ de sua estrutura regimental e instituiu a Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), vinculada à Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (SEGEN), do Ministério. As atividades que competem à DEP, conforme o Art. 28-C são:

- I- promover e fomentar ações de ensino e capacitação em segurança pública;
- II- promover pesquisas temáticas, estudos comparados e diagnósticos destinados à capacitação, ao desenvolvimento, ao aperfeiçoamento e à inovação da área de segurança pública;
- III- fomentar estudos e pesquisas para a identificação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das competências técnicas e comportamentais dos profissionais de segurança pública;
- IV- identificar, documentar e disseminar pesquisas e experiências inovadoras relacionadas com a segurança pública;
- V- produzir material técnico com vistas à padronização e à sistematização de procedimentos na segurança pública;
- VI- disponibilizar estudos e informações para auxiliar na formulação, na

¹⁹ Decreto nº 9.662, de 1 de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020.

implementação, na execução, no monitoramento e na avaliação de políticas de segurança pública;

VII- desenvolver estudos e pesquisas para o aprimoramento da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, da Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública e da Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública (BRASIL, 2020, n.p.).

A articulação dos pesquisadores do SUSP tem sido um dos objetivos do MJSP, que em maio de 2021, criou um formulário eletrônico para mapear os profissionais do SUSP, ativos e inativos, que atuam como pesquisadores (mestres e doutores) convidando-os para integrarem a Rede Nacional de Pesquisadores da Segurança Pública e Defesa Social. Por meio deste levantamento, o MJSP pretende constituir uma rede de apoio às ações de pesquisa promovidas pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN (MJSP, 2021).

Em relação aos projetos custeados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), existem dois eixos financiáveis: Eixo Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e o Eixo Enfrentamento à Criminalidade Violenta²⁰. Dentre as ações financiáveis estão: atividades que promovam a realização de pesquisas, diagnósticos e estudos, com produtos direcionados ao planejamento, à gestão por resultados e operações táticas.

Outro fator que reforça a importância da produção do conhecimento na área das políticas de segurança pública é o fato de que os estudos de aspectos sociais, geográficos, políticos e econômicos, particulares de cada região, impactam diretamente nas Políticas Públicas, uma vez que os resultados destes estudos são utilizados na criação dos critérios responsáveis pelo rateio dos recursos do FNSP.

Neste primeiro tópico, considerou-se a Política Pública em seu aspecto abstrato, em suas normativas direcionadoras para a formulação e implantação das práticas de planejamento e gestão dos órgãos do SUSP. No tópico a seguir, as diretrizes de incentivo ao desenvolvimento do conhecimento teórico-científico, produzido por profissionais do SUSP, passam a ser analisadas a partir de um exemplo material da implantação desta política, operacionalizada pela Polícia Civil do Estado do Pará por meio do Programa de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos (PPSDH).

²⁰ Eixos regulamentados, respectivamente, pelas Portarias nº 629 e 630, ambas datadas em 27 de novembro de 2020.

3 O PPSDH: UMA NOVA PERSPECTIVA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

O Programa de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos (PPSDH), da Academia de Polícia Civil do Estado do Pará, surgiu da compreensão de que o enfrentamento aos desafios institucionais no campo das políticas de Segurança Pública e da Defesa Social implica a produção do conhecimento sobre temas transversais, tais como: a realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica, as quais geram conflitos socioterritoriais a partir da questão mineral, da questão agrária e de casos de violações de Direitos Humanos particulares dos territórios amazônicos²¹.

Em agosto de 2020, a ACADEPOL/PCPA realizou seu cadastro na Plataforma de Cadastro de Instituições (CADI), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em maio de 2021, com o credenciamento do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Desenvolvimento, Sociedade e Segurança Pública na Amazônia, o GEPAM²², a ACADEPOL/PCPA passou a integrar o Diretório de Grupos de Grupos de Pesquisa do Brasil (DGP).

Ainda no âmbito de formalização da pesquisa científica, a PCPA também possui cadastro na Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA, o que possibilita aos servidores da Polícia Civil do Pará cadastrarem-se na plataforma da fundação, como pesquisadores, bem como, submeter projetos em chamadas públicas e editais de fomento.

Em julho de 2021, o Conselho Superior de Polícia Civil do Estado do Pará (CONSUP), por meio da Resolução nº 003/201 – CONSUP/PCPA, aprovou a alteração do Regimento Interno da ACADEPOL/PCPA, criando na estrutura organizacional e regulamentar institucional o Programa de Estudos e Pesquisa em Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos (PPSDH). Além das diretrizes da PNSPDS, a proposta de implementação do programa orientou-se em normativas federais que estabelecem soluções garantidoras de Direitos Humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários²³; e, Diretrizes Nacionais de

²¹ Cabe destacar que o Estado do Pará representa 26% do território da Amazônia Legal.

²² Criado pela Portaria nº 18/2020-ACADEPOL, Publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 34.326, p. 75-76, em 27 de agosto de 2020.

²³ Resolução nº 10, de 17 de outubro de 2018.

promoção e defesa dos Direitos Humanos dos profissionais de Segurança Pública²⁴.

Com a alteração regimental, dentre as funções da ACADEPOL/PCPA constante na Resolução nº 003/2021, em seu Art. 2º e Inc. XIV, inseriu-se a seguinte:

[...] promover o desenvolvimento de Estudos, Pesquisas, Extensão e Inovação, em dinâmica de redes internas e externas de aprendizagem e de formação contínua, desenvolvendo conhecimento técnico científico na busca por estratégias de gestão, de novas políticas e de planos operacionais de enfrentamento à criminalidade e de superação dos desafios institucionais e sociais através do seu Programa de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos (PPSDH) (CONSUP/PCPA, 2021).

Vinculado à Divisão de Pesquisa e Programação (DPP), o Programa de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos (PPSDH), da ACADEPOL/PCPA, tem por finalidade:

O Programa de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos tem por princípio atuar em rede multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar com outras entidades policiais e Órgãos do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), Universidades, assim como Núcleos, Grupos, Programas de Pós-Graduação e outros Programas de Estudo e Pesquisa, a fim de promover a efetiva articulação entre as distintas áreas do conhecimento, para a formação e qualificação continuada dos servidores de segurança, bem como, fomentar a produção e disseminação do conhecimento relevante à Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos.

A análise do PPSDH requer que destaquemos o conteúdo da Agenda 2030 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecida no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU); e sua influência na instituição da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Os 17 ODS e suas 169 metas objetivas que, caso cumpridas, são apontados como significativo avanço dos Direitos Humanos, foram determinantes na formulação do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP). Neste sentido, o PNSP surge como resposta do Estado brasileiro ao cumprimento dos ODS. Segue o trecho:

No âmbito dos ODS 16, como se sabe, o Estado brasileiro tem como missão implementar, em nível nacional, ações para promoção da paz, da igualdade de acesso à justiça, da efetivação do Estado de Direito e da garantia da boa governança das instituições democráticas. Além disto, os ODS 3, 5, 10 e 17

²⁴ Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 02, de 15 de dezembro de 2010.

tratam, de forma integrada, das ações relacionadas com a prevenção e superação da violência e do crime: da reintegração social, do acolhimento, do fortalecimento das vítimas e garantia de seus acesso à justiça; e, ainda, do pressuposto da atuação coordenada entre os diversos setores para a efetiva implementação de propostas como as constantes do PNSP (BRASIL, 2018, p. 13).

Os ODS são proposições de formulação e implementação de Políticas Públicas que promovam a igualdade de acesso à justiça e de proteção e respeito à dignidade humana. Neste direcionamento, os ODS são apresentados sob a perspectiva de concretização do Desenvolvimento Sustentável, o qual somente poderá ser alcançado por uma sociedade justa, inclusiva e livre do medo e da violência. Deste modo, uma das áreas consideradas fundamentais para a efetivação da Agenda 2030, é a área de Segurança Pública e Defesa Social, como garantia e proteção dos Direitos Humanos, bem como do acesso à justiça.

Observando os objetivos da Agenda 2030, o Plano Plurianual do Estado do Pará (PPA 2020-2023) traz em sua estrutura programas e ações em cumprimento dos ODS. Em destaque, os programas: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos; Governança Pública; Manutenção da Gestão; e, Segurança Pública, os quais a PCPA integra. É a partir do eixo temático destes programas que, numa concepção de planejamento e gestão estratégica institucional direcionado à produção de indicadores e diagnósticos, é que o PPSDH revela-se como uma iniciativa inovadora no campo de formulação de políticas públicas de Segurança e Defesa Social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição defendida em nossa análise é a de que o desenvolvimento científico tem sido uma política adotada pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP). Um exemplo disto é a realização do presente seminário de pesquisadores e editores, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Nesta perspectiva, ao criar o Programa de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos (PPSDH), a Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA) inova e traz novas possibilidades de construção institucional sobretudo no campo da gestão administrativa e do conhecimento.

No caso analisado, a noção de Política Pública foi entendida como ações empreendidas pelo Estado para estabelecer condições de construção social com

dignidade humana (DIAS; MATOS, 2012). Do mesmo modo, o termo inovação foi compreendido como mudanças tecnológicas (processos, serviços, capacitação) que visam propiciar melhorias estratégicas no serviço público prestado à sociedade (FREIRE; FURLAN; SILVEIRA, 2018).

Nesta perspectiva, o incentivo à valorização dos profissionais de segurança pública, a partir de novas práticas de ensino, do desenvolvimento de pesquisas e de projetos de extensão, promove transformações na estrutura institucional dos órgãos operacionais do SUSP, principalmente porque a PNSPDS estabelece uma nova metodologia de formulação de políticas públicas, ao encurtar a distância entre a produção do conhecimento e os profissionais da área de Segurança Pública.

Assim, a iniciativa do MJSP, com a criação da Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), inova os procedimentos, as práticas, os processos e a capacitação fortalecendo a gestão e o planejamento estratégico no âmbito dos órgãos do SUSP.

O desenvolvimento de estudos e pesquisas, ainda, abre possibilidades do encontro entre os órgãos do SUSP e as universidades, por meio de projetos em cooperação com programas de pós-graduação, seja para a criação de turmas especiais de especialização, mestrado e/ou doutorado, direcionadas aos profissionais do sistema, seja para a execução de projetos de pesquisas. Este estreitamento de relações cria integração e articulação para a execução de políticas públicas, principalmente nas temáticas e questões relativas à promoção dos Direitos Humanos.

Para a PCPA, a criação do PPSDH reforça o entendimento de que as políticas de Segurança Pública devem ser formuladas a partir da definição de Segurança Pública como um Direito Fundamental, na proteção e garantia dos Direitos Humanos, dentro dos valores conceituais da concepção de Segurança Humana. No entanto, os desdobramentos do PPSDH somente podem ser analisados a partir de possíveis perspectivas, uma vez que o sucesso de sua implementação e execução dependem do engajamento dos servidores da PCPA, sobretudo dos diretores e gestores da instituição.

O PPSDH pode desencadear projetos intersetoriais, articulando diferentes diretoriais, possibilitando a criação de políticas institucionais organicamente construídas. Além de tornar exequível um plano estratégico e de gestão por resultados, autosustentável. Internamente a instituição poderá construir diagnósticos

e indicadores (os quais são a base orientadora das políticas públicas), incluir novos programas e ações no Plano Plurianual do Estado do Pará (PPA), bem como, poderá avaliar suas políticas, integrando em sua estrutura interna o ciclo da gestão pública de uma forma mais precisa e direcionada.

Em síntese, a criação do PPSDH traz inovação para o âmbito institucional da Polícia Civil do Pará (PCPA) não apenas referente ao eixo de valorização de seus profissionais, mas também para a possibilidade de novas práticas de planejamento e de gestão estratégicas. Assim, não se trata exclusivamente de uma iniciativa de aperfeiçoamento na formação e qualificação de servidores. O PPSDH é um espaço que se abre para a construção de uma nova concepção de polícia, das práticas policiais e de formulação de políticas de Segurança Pública e Defesa Social. Uma tendência que tem se concretizado a partir das iniciativas, normativas e incentivos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

5 REFERÊNCIAS

BALLESTEROS, J. Segurança humana, direitos e políticas públicas. **Revista Direito & Justiça**. V. 40. N. 1, jan./jun. 2014 (p. 30-38).

BRASIL. **Plano e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social**: SUSP - Sistema Único de Segurança Pública. Ministério Nacional de Segurança Pública; Brasília, 2018.

BRENE, C. **Ativismo policial**: o papel garantista do delegado de polícia. Salvador: JusPodivm, 2018.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

FREIRE, J. J.; FURLAN, S. A.; SILVEIRA, J. L. G. **Gestão do conhecimento na atividade de inteligência de segurança pública**: uma abordagem prática e tecnológica. Curitiba: Appris, 2018.

MJSP convida profissionais do Sistema Único de Segurança Pública a participarem da Rede Nacional de Pesquisadores. **Ministério de Justiça e Segurança Pública**, 2021. Disponível: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-convida-profissionais-do-sistema-unico-de-seguranca-publica-a-participarem-da-rede-nacional-de-pesquisadores>. Acesso em: 07 jul. 2021.

NETO, C. P. S. A Segurança Pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federais e órgãos de execução das

políticas. **RDE - Revista de Direito do Estado**; Universidade Federal Fluminense UFF, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://pesquisadores.uff.br/academia-production/seguranca-publica-na-constituicao-federal-de-1988-conceituacao>. Acesso em: 07 jul. 2021.

RAMOS, A. C. **Curso de Direitos Humanos**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DO BOMBEIRO MILITAR EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19

PHYSICAL ACTIVITY LEVEL OF THE FIREFIGHTER DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Leonardo Minozzo Ferreira

Cintia L. N. Rodacki

Luis G. Pimenta

Oliveira O. Junior

Anderson C. Paulo

RESUMO

No Corpo de Bombeiros, atividade física é essencial, já que o trabalho torna o indivíduo mais propenso a lesões e possíveis doenças. No ano de 2020 a pandemia do coronavírus se instalou no mundo inteiro, dificultando a prática da atividade física de forma geral, o que pode desencadear menores níveis de aptidão física, uma vez que, houve isolamento social e fechamento de diversos locais usados para a prática de atividades físicas. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção dos bombeiros militares da região sudoeste do Paraná, pertencentes ao 2º Subgrupamento de Bombeiros Independente (2º SGBI), sobre o seu nível de atividade física. Para tanto, foi aplicado o questionário internacional de nível de atividade física (IPAQ), adaptado para o momento anterior e durante a pandemia da COVID-19. A amostra foi composta por 51 bombeiros, que corresponde a 57,30% do efetivo total. Sendo a análise dos dados realizada através do teste T pareado, com nível de significância de $p < 0,05$. Os resultados do estudo mostraram redução na atividade física no trabalho, no meio de transporte, e no horário de lazer ($p < 0,05$). Com isso conclui-se que a pandemia teve influência direta na redução do nível de atividade física dos bombeiros militares.

Palavras-chave: bombeiros; atividade física; covid-19; IPAQ; extensão universitária.

ABSTRACT

Within the Fire Department, physical activity is essential, as the exhausting and stressful work makes the individual more prone to injuries and possible illnesses resulting from the activity. In 2020, the coronavirus pandemic was installed worldwide, making it difficult to practice physical activity in general, which may incur lower levels of physical fitness, since there was social isolation and closure of several places that were used for the practice of physical activities. Therefore, the aims of this research were realized to evaluate the perception of firefighters in the southwest region of Paraná, belonging to the 2º Subgroup of Independent Firefighters, about their level of physical activity. For this purpose, the International Physical Activity Level Questionnaire (IPAQ) was applied, adapted for the moment before and during the COVID-19 pandemic. The sample consisted of 51 firefighters, corresponding to 57.30% of the total number. The data analysis being performed using the paired T test, with a significance level of $p < 0.05$. The results of the study showed reduction in physical activity at work, means of transport and leisure time ($p < 0.05$). Thus, it is concluded that the pandemic had a direct effect on the reduction in the level of physical

activity of firefighters.

Keywords: firefighters; physical activity; covid-19; IPAQ; community-institutional.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2020), atividade física pode ser definida como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos, que desencadearão um gasto energético. Isto ocorre durante todo o dia, seja nas atividades domésticas, exercícios, lazer ou trabalho. É uma forma de promover um corpo mais saudável, protegendo-o de doenças e evitando complicações futuras (OMS, 2020).

Entretanto, a falta de atividade física tem gerado um aumento significativo do estilo de vida sedentário, com muitas consequências para a saúde e o bem-estar dos indivíduos (MALAFAIA; BUGLIA, 2019).

O sedentarismo ocorre quando a pessoa não pratica qualquer tipo de atividade física com determinada regularidade, além de permanecer por longos períodos em uma mesma posição, comumente sentado. Isto impacta em não ter disposição para realizar atividades comuns da rotina diária, influenciando diretamente em condições de saúde e bem-estar (GUALANO; TINUCCI, 2011; PEIXOTO *et al.*, 2018).

Devido as atividades em que atuam, como o combate a incêndios, envolvem condições intensas tanto físicas quanto emocionais, o que leva a uma sobrecarga do sistema cardiovascular e respiratório, necessitando de pessoas mais preparadas fisicamente para não sofrer com sequelas em uma situação posterior ou até mesmo chegar a um estado de saúde crítico (SOTERIADES *et al.*, 2011; YANG *et al.* 2013). Sendo valido salientar que, desde o início da carreira há um treinamento físico que tem como objetivo conduzir os profissionais a um nível de entendimento e conscientização da saúde individual, da construção e manutenção do condicionamento físico e o impacto do mesmo. Elevando também a qualidade de vida destas pessoas, diminuindo o stress e outros problemas que poderiam ser gerados pela falta de atividade física (SOBRINHO, 2014; MAIA, 2017). Diante disto, compreende-se que a saúde e o bem-estar físico são pontos fundamentais para uma carreira no Corpo de Bombeiros.

No fim do ano de 2019, foi identificado na China, mais precisamente na cidade de Wuhan, uma doença causada por um vírus, segundo a Organização Pan-

Americana da Saúde (2020) em sua folha informativa, sendo denominada COVID-19. Teve rápida disseminação pelo mundo, e atingiu o Brasil, no primeiro trimestre de 2020. Diversas restrições foram impostas para a população em geral, visando conter o vírus. Dentre estas restrições, os serviços não essenciais (incluindo academias e lugares para a prática de atividade física em geral) foram nitidamente afetados, além disso, o isolamento social contribuiu para que houvesse uma redução das atividades físicas pela grande maioria da população (LIMA JUNIOR, 2020).

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção dos bombeiros militares da região sudoeste do Paraná, pertencentes ao 2º Subgrupamento de Bombeiros Independente (2ºSGBI), sobre o seu nível de atividade física. Nossa hipótese que tenha ocorrido uma redução significativa do nível de atividade física nos bombeiros militares.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Funções e demandas físicas dos bombeiros

Os bombeiros militares têm sua capacidade de trabalho ligada ao estado físico e mental, e isto interfere diretamente na forma com que as atividades são desempenhadas e o sucesso delas. Exige-se conhecimentos técnicos e profissionais, no que tange a primeiros socorros e salvamentos, mas também de aptidão física, para conseguir operar o equipamento, adentrar em imóveis em chamas e realizar salvamentos (BOLDORI, 2005; SILVEIRA, 2018). Sendo assim, é importante que os mesmos mantenham um ritmo e constância na prática de atividades físicas, o que possibilita que o corpo esteja preparado para realizar tais atividades.

Conforme os indivíduos se estabelecem na cultura do corpo de bombeiros, comportamentos não saudáveis, como a falta de atividade física, hábitos de sono inadequados, escalas de serviço extenuantes, dieta não saudável, entre outros, podem surgir e deixar os bombeiros fisicamente despreparados para o trabalho (LOVEJOY; GILLESPIE; CHRISTIANSON, 2015).

Apesar de conhecedores destas questões, os bombeiros apresentam semelhanças à população em geral, a falta de automotivação e ambivalência podem ser altamente influenciadas por grupos sociais, por exemplo, a cultura do corpo de bombeiros, e são frequentemente relatados como impedimentos ao exercício entre os

bombeiros (MELTON *et al.*, 2019). As relações interpessoais podem, no entanto, também ter uma influência positiva na aptidão do bombeiro. Competição e camaradagem parecem ser motivadores particularmente fortes nesta profissão. É possível que o início de sessões de exercícios em grupo possa melhorar a aderência ao exercício, a coesão dos turnos e criar um senso de responsabilidade (MELTON *et al.*, 2019).

2.2 Pandemia do COVID-19 e alterações de rotinas

A humanidade convive com diversos tipos de doenças desde o começo dos tempos, porém as infecciosas são desafios para a saúde pública em abrangência mundial. No final de 2019, houve um comunicado da China à OMS (Organização Mundial de Saúde), sobre um novo vírus, que seria um possível surto de uma doença (COVID-19). Em janeiro de 2020 começaram a aparecer novos casos do coronavírus fora da região onde havia sido relatado inicialmente. E, a partir desse momento, a OMS declarou emergência de saúde em nível mundial. No Brasil, o primeiro caso registrado foi em São Paulo, no fim de fevereiro de 2020 (CRODA; GARCIA, 2020).

Logo que o vírus chegou no Brasil, foram realizadas diversas medidas sanitárias para que houvesse um controle na disseminação do mesmo, como, por exemplo, restrições de acesso de certos locais e fechamento de outros que pudessem causar aglomeração de público. Estas medidas foram feitas pelas autoridades sanitárias, tanto de governo federal, como estadual e municipal, de acordo com cada realidade. Mesmo que cada local pudesse ter algumas restrições específicas, a que foi comum em todas, foi a do isolamento social (BEZERRA, 2020).

Sendo assim, na parte de atividade física, o bombeiro como a população em geral, também pode ter sido afetado devido as restrições e o isolamento social. Isso pode ter contribuído como um fator importante para a inatividade física da população em geral (BEZERRA, 2020). De fato, no Corpo de Bombeiros do Paraná, houve alterações na rotina no início da pandemia, como por exemplo nas instruções práticas presenciais, as quais foram suspensas, sendo uma das medidas que pode ter proporcionado um impacto na rotina.

Além disso, a redução da atividade física devido ao distanciamento social e às restrições impostas pelos municípios, com os diversos fechamentos, afetou

negativamente a saúde e o desempenho no trabalho de profissionais que necessitam de boas condições físicas para realizar suas tarefas, como é o caso dos bombeiros (BHOJANI *et al.*, 2018; LIMA *et al.*, 2020). Portanto essas alterações podem ter influenciado o nível de atividade física, podendo inclusive, vir a prejudicar aspectos relacionados a saúde. Alguns profissionais, como é o caso dos bombeiros, não convivem em sua rotina com o isolamento social pois prestam serviços básicos a população e que não podem parar; estando dessa forma, na linha de frente na luta contra a COVID-19 e expostos a doença (BURDORF; RUGULIES, 2020).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva, que fez parte das ações de ensino, pesquisa e extensão do Programa de Extensão do TFESP junto a Polícia Militar do Paraná e contou com as devidas autorizações do Comando Local, publicado em boletim interno. Para isso, foi aplicado o questionário internacional de nível de atividade física (IPAQ), desenvolvido e validado por Pardini *et al.* (2001). O questionário foi adaptado para o momento anterior e durante a pandemia.

O questionário serviu como base para determinar se o nível de atividade física dos bombeiros sofreu alterações significativas com a pandemia. Sendo disponibilizado para todo efetivo do Corpo de Bombeiros da região sudoeste do Paraná, que fazem parte do 2ºSGBI, e respondidos de forma voluntária e anônima. Foi utilizado o “Google Forms” para o preenchimento do questionário, e o e-mail institucional para encaminhar o link do questionário para os bombeiros. Não houveram critérios de exclusão. Além disso, o link do questionário foi encaminhado para os militares da ativa, atuando em atividade operacional ou administrativa .

As respostas do IPAQ foram avaliadas e demonstradas a partir de tabelas, contendo média, desvio padrão e diferença percentual, onde foram comparados os períodos, anterior e durante a pandemia. Para análise dos dados, foi utilizado o teste T pareado, com nível de significância adotado de $p < 0,05$.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para este estudo a amostra foi composta por 51 participantes, o que indica uma porcentagem de 57,30% de participação do efetivo total (89 bombeiros). Sendo que do total das respostas, Pato Branco obteve 47,10%, Palmas 29,40% e Coronel Vivida

23,50%. Dentre estes, 92,80% composta por homens e 7,80% por mulheres. No momento da pesquisa, 72,50% faziam parte do efetivo operacional e 27,50% do efetivo administrativo. As respostas do IPAQ estão apresentadas nas Tabelas 1, 2, 3 e 4 e foram agrupadas em 4 domínios de prática de atividade física: I) - trabalho, II) transporte / deslocamento, III) atividades em casa e IV) recreação e lazer.

Tabela 1 - Respostas do IPAQ: Prática de atividade física no trabalho.

	Anterior a pandemia	Durante a Pandemia	Diferença percentual
Quanto dias você faz atividades físicas de intensidade forte (dias/semana)	1,76 ± 1,42	1,51 ± 1,36*	-14,44%
Quanto tempo de atividade física de intensidade forte você faz por dia (min)	43,16 ± 36,17	31,92 ± 27,22*	-26,03%
Quanto dias você faz atividades físicas de intensidade média (dias/semana)	2,59 ± 1,63	2,18 ± 1,53*	-15,91%
Quanto tempo de atividade física de intensidade média você faz por dia (min)	53,25 ± 41,89	45,90 ± 42,67*	-13,81%
Quanto dias você caminha, no trabalho (dias/semana)	2,53 ± 2,20	2,29 ± 2,18*	-9,30%
Quanto tempo você caminha por dia como parte de seu trabalho (min)	62,49 ± 66,12	49,78 ± 50,95*	-20,33%

* p < 0,05

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

IPAQ - Questionário internacional de atividade física (*International Physical Activity Questionnaire*).

Houve redução estatisticamente significativa em todas as respostas deste domínio 1 (Tabela 1), que se refere a prática de atividade física no trabalho, no qual obteve diferença percentual de até 26,01%. Devido a pandemia, o Corpo de Bombeiros sofreu algumas alterações em sua rotina diária, o que poderia explicar estes dados, como a de interrupção das instruções práticas presenciais, por exemplo.

Estes dados corroboram com o estudo de Brugnerotto (2020), que cita que anterior a pandemia 22 bombeiros realizavam exercícios físicos por pelo menos 3 dias na semana, e que durante a pandemia houve a redução para 12 bombeiros. E outro dado importante do estudo é que, anterior a pandemia apenas 1 bombeiro não realizava nenhum exercício físico durante a semana, e durante a pandemia esse número aumentou para 5. Os dias de prática de atividade física também foram

diminuídos, o que relata o estudo. O estudo indicou ainda que, a pandemia interferiu para os treinamentos de mais de 50% das respostas. Podendo afirmar, que a pandemia foi um fator importante na redução da prática de exercícios físicos.

Tabela 2 - Respostas do IPAQ – Prática de atividade física como meio de transporte.

	Anterior a pandemia	Durante a Pandemia	Diferença percentual
Quantos dias você anda de bicicleta (dias/semana)	0,29 ± 0,73	0,24 ± 0,68	-20,00%
Quanto tempo você pedala por dia (min)	3,92 ± 11,33	2,35 ± 7,64	-40,00%
Quantos dias você caminha (dias/semana)	2,71 ± 2,38	2,31 ± 2,26*	-14,49%
Quanto tempo você caminha por dia (min)	31,98 ± 45,68	27,67 ± 42,08*	-13,49%

* $p < 0,05$

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

IPAQ - Questionário internacional de atividade física (*International Physical Activity Questionnaire*).

Neste domínio II, pode se destacar as perguntas “Quantos dias você CAMINHA” e “Quanto tempo você caminha POR DIA”, das quais se obteve diferença estatisticamente significativa e uma redução percentual de 14,49% e 13,49% em relação a estas perguntas. Isso pode ser justificado uma vez que a forma com que a sociedade vive hoje contribui totalmente para o estilo de vida sem a prática de atividades físicas e, até mesmo uma diminuição de um simples caminhar para se deslocar.

Costumes como utilizar veículos em todas as situações, eliminando a caminhada rotineira, dentre outras diversas situações que compõe o padrão de vida moderno da sociedade, podem ser observados (RODRIGUES, 2018). E isso pôde ser notado principalmente em tempos de pandemia, onde várias restrições de locais para práticas de atividades físicas foram impostas. Além disso, várias práticas que eram feitas antes no trabalho, principalmente do administrativo, puderam ser deslocadas para o home office.

Este teletrabalho, que antes da pandemia era uma prática diferente para algumas empresas, acabou se tornando obrigatório, afetando a grande maioria dos trabalhadores em todo mundo (LOSEKANN, 2020). O que contribuiu também para que o pessoal não precisasse se deslocar até a unidade.

Vale destacar nesse quesito que apenas 13,70% da amostra se deslocava para o trabalho de bicicleta durante a pandemia. Este fato pode ter a justificativa para não encontrar efeito significativo estatisticamente. De fato, o desvio padrão foi maior que a média (Tabela 2). Portanto seria interessante verificar entre mais bombeiros que se deslocavam para o trabalho de bicicleta antes da pandemia.

Tabela 3 - Respostas do IPAQ - Prática de atividade física em casa: trabalho, tarefas domésticas e cuidar da família.

	Anterior a pandemia	Durante a Pandemia	Diferença percentual
Quantos dias você faz atividades físicas de intensidade forte, no jardim ou quintal(dias/semana)	1,84 ± 1,67	1,88 ± 1,87	2,13%
Quanto tempo de atividade física de intensidade forte você faz por dia no quintal ou jardim(min)	38,41 ± 43,33	37,82 ± 47,30	-1,53%
Quantos dias você faz atividades físicas de intensidade média, no jardim ou quintal? (dias/semana)	2,71 ± 1,83	2,61 ± 1,82	-3,62%
Quanto tempo de atividade física de intensidade média você faz por dia no jardim ou no quintal(min)	46,86 ± 46,74	45,69 ± 46,99	-2,51%
Quantos dias você faz atividades de intensidade média, dentro da sua casa (dias/semana)	3,14 ± 1,96	3,22 ± 2,08	2,50%
Quanto tempo por dia você faz atividades de intensidade média dentro da sua casa? (min)	43,04 ± 40,37	47,35 ± 55,03	10,02%

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

IPAQ - Questionário internacional de atividade física (*International Physical Activity Questionnaire*).

Neste domínio III (Tabela 3), não foi evidenciado diferença estatística. A amostra foi composta por 92,80% de homens, o que pode ser uma hipótese de não ter tido diferença. Pois, como Araújo (2020) destaca em seu estudo, a grande carga em tempo de pandemia acabou sendo maior para as mulheres, que ainda nos dias atuais, acabam tendo uma divisão desigual do trabalho doméstico e com a família.

A autora relata ainda que, apesar dos pontos citados no estudo, este momento atual pode favorecer a necessidade de maiores debates relacionados a responsabilidade do trabalho doméstico e a posição da mulher no mercado de trabalho. E completa ainda, que a sociedade deve se conscientizar que isto é uma

tarefa coletiva, e mais ações devem ser motivadas e fortalecidas com o objetivo de conscientização da responsabilidade com as tarefas domésticas entre homens e mulheres.

Tabela 4 - Respostas do IPAQ – Prática de atividade física de recreação, esporte e de lazer.

	Anterior a pandemia	Durante a Pandemia	Diferença percentual
Quantos dias você faz atividades físicas de intensidade forte, no seu tempo livre? (dias/semana)	2,29 ± 1,84	1,94 ± 1,76*	-15,38%
Quanto tempo de atividade física de intensidade forte você faz por dia (min)	34,61 ± 29,20	31,27 ± 28,98	-9,63%
Quantos dias você faz atividades físicas de intensidade média, no seu tempo livre? (dias/semana)	2,24 ± 1,75	1,92 ± 1,65	-14,04%
Quanto tempo de atividade física de intensidade média você faz por dia? (min)	29,02 ± 23,69	25,69 ± 23,00	-11,49%
Quantos dias você caminha, no seu tempo livre? (dias/semana)	2,04 ± 1,83	1,80 ± 1,84	-11,54%
Quanto tempo de caminhada você faz por dia? (min)	25,41 ± 35,19	24,24 ± 35,62	-4,63%

* p < 0,05

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

IPAQ - Questionário internacional de atividade física (*International Physical Activity Questionnaire*).

A primeira pergunta, do domínio IV, apresentou diferença estatística significativa e uma redução percentual de 15,38%. Podendo corroborar com este dado, Leitão *et al.* (2021) realizou um estudo com universitários, a fim de avaliar a prática de exercícios físicos no período pré e durante pandemia.

O resultado de sua pesquisa mostrou que 85% dos entrevistados deixaram de praticar exercícios físicos durante a pandemia. Sendo que a grande maioria ainda não havia voltado as práticas das atividades até o momento da pesquisa. E que como justificativa, as respostas mais frequentemente relatadas, envolveram o desânimo e medo de contrair a COVID-19.

Apesar deste estudo ter sido realizado com uma população diferente da realizada por este estudo, este resultado pode ser relevante, pois mostra como a pandemia afetou a população em geral, sendo que os bombeiros não são diferentes neste aspecto, fora do ambiente de trabalho, no momento de lazer.

Leitão *et al.* (2021) evidenciou ainda que, houve redução na prática de exercícios em todos os aspectos. Desde intensidade, tempo de realização, quantidade de vezes que foram feitas as práticas na semana e até mesmo de uma interrupção total dos exercícios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que a pandemia da COVID-19 influenciou diretamente nas práticas de atividades físicas do bombeiro. As respostas do IPAQ, dividido em domínios, demonstraram diferença significativa nos domínios I, II e IV, apenas no domínio III de “atividades em casa”, não foi possível obter diferença estatística significativa, podendo ser explicado como hipótese da maioria dos participantes ser composta por homens.

Estes dados coletados permitem diversas associações futuras, e pesquisas que possam ser elaboradas usando esta como parâmetro. Importante destacar que podem existir motivos alheios às alterações de atividade física, e que não são exclusivamente por causa da pandemia.

6 REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. M.; LUA, I. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, 2021.
- BEZERRA, A. C. V. et al. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2411-2421, 2020.
- BHOJANI, F. A. et al. Fitness-for-duty assessments of industrial firefighters: guidance for occupational medicine physicians. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 60, n. 2, p. e82-e89, 2018.
- BOLDORI, R. et al. Aptidão física, saúde e índice de capacidade de trabalho de bombeiros. **Lecturas: Educación Física y Deportes** [on-line], v. 80, 2005.
- BRUGNEROTTO, A. **Impacto da pandemia de Covid-19 no nível de atividade física de bombeiros na cidade de São Ludgero-SC**. Trabalho de conclusão de curso (Educação Física Bacharelado). Tubarão/SC, 2020.
- BURDORF, A.; PORRU, F.; RUGULIES, R. The COVID-19 (Coronavirus) pandemic: consequences for occupational health. **Scandinavian Journal of Work, Environment & Health**, v. 46, n. 3, p. 229-230, 2020.

CRODA, J. H. R.; GARCIA, L. P. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saúde**, vol. 29 n.1, 2020.

GUALANO, B.; TINUCCI, T. Sedentarismo, exercício físico e doenças crônicas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, p. 37-43, 2011.

LEITÃO, L. M. J. et al. Como a pandemia afetou a prática de exercícios físicos dos estudantes universitários. **Anais da Noite Acadêmica**, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <http://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/noite-academica/article/view/2723>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LIMA, E. P. Baixas na linha de frente: absenteísmo entre bombeiros durante o combate à pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, 2020.

LIMA JUNIOR, L. C. Alimentação Saudável e Exercícios Físicos em meio à Pandemia da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA) UFRR**, v. 2, p. 41–48, 2020.

LOSEKANN, R. G. C. B.; MOURÃO, H. C. Desafios do teletrabalho na pandemia Covid-19: quando o home vira office. **Caderno de Administração**, v. 28, p. 71-75, 2020.

LOVEJOY, S.; GILLESPIE, G. L.; CHRISTIANSON, J. Exploring physical health in a sample of firefighters. **Workplace Health and Safety**, v. 63, n. 6, p. 253–258, 2015.

MAIA, H. P.; PEREIRA, R. L. **Treinamento físico militar: proposta de inclusão dos métodos do Parkour no treinamento físico militar (Monografia)** - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

MALAFIA, F. L.; BUGLIA, S. Prescrição de atividade física em idosos: nunca é tarde demais para combatermos o sedentarismo. **Revista do DERC**, p. 14-18, 2019.

MELTON, B. F. et al. Qualitative Assessment of Barriers and Ideal Wellness Programming Among Rural Firefighters. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 61, n. 6, p. e266-e271, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário: num piscar de olhos**. Organização Mundial de Saúde. 2020. Disponível em <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/337001/9789240014886-por.pdf?sequence=102&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PARDINI, R. et al. Validação do questionário internacional de nível de atividade física (IPAQ-versão 6): estudo piloto em adultos jovens brasileiros. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 9, n. 3, 2001.

PEIXOTO, S. V. et al. Prática de atividade física entre adultos mais velhos: resultados do ELSI-Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, 2018.

RODRIGUES, F. P. A investigação da influência da tecnologia no sedentarismo em crianças de 12 a 13 anos. **Revista Científica UMC**, v. 3, n. 3, 2018.

SILVEIRA, A. V. **Nível de sedentarismo dos integrantes do corpo de bombeiro e polícia militar do município de Imbituba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação Física Bacharelado). Tubarão/SC, 2018.

SOBRINHO, C. J. **Aplicabilidade De Exercícios Funcionais Aos Bombeiros Militares Brasileiros Durante O Treinamento Físico Militar** (Monografia). Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, 2014.

SOTERIADES, E. S. et al. Cardiovascular disease in US firefighters: a systematic review. **Cardiology in Review**, v. 19, n. 4, p. 202-215, 2011.

YANG, J. et al. Sudden cardiac death among firefighters ≤ 45 years of age in the United States. **The American Journal of Cardiology**, v. 112, n. 12, p. 1962-1967, 2013.

MONITORAMENTO DA SÍNDROME PÓS-COVID-19: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E CUIDADO COM O POLICIAL MILITAR DO TOCANTINS

MONITORING OF POST-COVID-19 SYNDROME: PROFESSIONAL VALUETION AND CARE WITH THE TOCANTINS MILITARY POLICEMAN

Letícia de Sousa Moreira

RESUMO

A Síndrome Pós-COVID-19 vem sendo assim nomeada para classificar o conjunto de sintomas físicos e psíquicos, prevalentes em pessoas que testaram positivo para COVID-19. Tem sido alvo de muitos estudos não somente em unidades de saúde, mas nas organizações como um todo, com o intuito de verificar, analisar e ajustar tratamento adequado para esses pacientes que ficaram com sequelas após a doença, buscando reabilitação e retomada da qualidade de vida. Baseado em alguns artigos científicos sobre o tema, que revelam alta prevalência de transtornos psicológicos como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, em pessoas que tiveram COVID-19, este trabalho buscou apresentar o Programa de Monitoramento do COVID-19, em andamento na Polícia Militar do Tocantins, cujo objetivo é fazer acompanhamento dos policiais militares que testaram positivo, promovendo valorização profissional através do cuidado com sua saúde.

Palavras-chave: síndrome Pós-Covid; monitoramento; valorização profissional; Polícia Militar do Tocantins.

ABSTRACT

The Post-COVID-19 Syndrome has been named to classify the set of physical and psychological symptoms, prevalent in people who tested positive for COVID-19. It has been the target of many studies not only in health units, but in organizations, with the aim of verifying, analyzing and adjusting the appropriate treatment for these patients who were left with sequelae after the disease, seeking rehabilitation and resumption of quality of life. Based on some scientific articles on the subject, which reveal a high prevalence of psychological disorders such as anxiety, depression, and post-traumatic stress, in people who had COVID-19, this work sought to present the COVID-19 Monitoring Program, in progress at Tocantins Military Police, whose objective is to monitor military police officers who tested positive, promoting professional valuation through care for their health.

Keywords: post-COVID-19 syndrome; monitoring; professional valuation; Military Police of Tocantins.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia causada pela COVID-19 trouxe um grande impacto na vida e na saúde da população mundial. Com mudanças bruscas de comportamento com a finalidade de conter a disseminação do vírus, as pessoas tiveram que enfrentar o

desconhecido silencioso sem nenhum preparo emocional e com práticas até então inconcebíveis, como o isolamento social. Tudo isso gerou estresse, insegurança, medo, ansiedade, etc.

Se no primeiro momento, as pessoas tiveram que aprender a lidar com o vírus fora e distante, no segundo, foi a vez de conviver com a presença do vírus dentro do seu corpo. Nessa fase, além de combater os sintomas e entender as sequelas, muitos tiveram que lidar com o medo da morte, gerando novamente estresse, insegurança, ansiedade, depressão, etc.

Por se tratar de uma doença relativamente nova, existe uma grande preocupação não só dos estudiosos da saúde, mas das instituições em geral de quais sequelas essa doença pode provocar a médio e longo prazo.

A chamada "Síndrome Pós-COVID-19" é esse conjunto de sintomas físicos e psíquicos, que permanecem com a pessoa mesmo após finalizar o ciclo da doença. Acompanhar e tratar esses sintomas são preocupações de muitos profissionais de saúde, bem como de gestores institucionais, como tentativa de promover saúde e qualidade de vida para seus pacientes e colaboradores.

Nesse sentido e com essa preocupação latente, a Polícia Militar do Tocantins criou o Programa de Monitoramento da COVID-19, que visa além de acompanhar os policiais militares durante a quarentena, também busca monitorar o possível surgimento da Síndrome Pós-COVID-19. Com ações já estabelecidas e outras em andamento, tem buscado dar todo o suporte de atendimento em saúde para seus integrantes, compreendendo que o ser humano é o maior tesouro que essa instituição possui.

Esse programa também tem por objetivo promover valorização profissional e funciona como uma das formas de demonstrar o cuidado e reconhecimento institucional pela dedicação prestada durante a atividade. Em um momento em que muitos estavam se protegendo do risco de contágio pela COVID-10 ficando em casa, o policial militar continuava sua missão ostensiva e preventiva diuturnamente, promovendo segurança e ordem nas diversas cidades do estado.

2 DESENVOLVIMENTO

A COVID-19 é uma doença viral sistêmica, que afeta o organismo como um

todo e, conforme classificação do *National Institute of Health* (2021), pode se apresentar de 5 formas diferentes, abaixo descritas:

- a) **Assintomática:** indivíduos com teste positivo, mas que não tenham sintomas condizentes com a COVID-19.
- b) **Doença Leve:** indivíduos com teste positivo e que tenham qualquer sintoma da COVID-19 (ex. febre, tosse, dor de garganta, mal estar, cefaleia, dor muscular, náusea, vômitos, diarreia, perda de olfato e paladar), mas que não tenham falta de ar, dispneia ou comprometimento pulmonar.
- c) **Doença Moderada:** indivíduos com teste positivo que apresentam envolvimento das vias aéreas e que tenham saturação de oxigênio (Sat O₂) $\geq 94\%$ em ar ambiente.
- d) **Doença Grave:** indivíduos com teste positivo e com saturação de oxigênio (Sat O₂) $< 94\%$ em ar ambiente ou acometimento pulmonar $> 50\%$.
- e) **Doença Crítica:** indivíduos com teste positivo e com insuficiência respiratória, choque séptico e/ou disfunção de múltiplos órgãos (NATIONAL INSTITUTE OF HEALTH, 2021, n.p.).

Essa classificação serviu de base para a construção de programas específicos de acompanhamento da COVID-19, que buscam monitorar as sequelas e persistência de alguns sintomas mesmo após o ciclo da doença ter sido, em tese, finalizado, o que vem sendo denominada de "Síndrome Pós-COVID-19" ou "COVID longa".

Nesse contexto, uma pesquisa realizada pelo Programa de Reabilitação Pós-COVID-19, do Hospital Sírio Libanês, verificou a prevalência de vários sintomas como fadiga, fraqueza muscular, dispneia, cefaleia, em pacientes que tiveram alguma forma da doença. E outro importante dado obtido diz respeito a algum tipo de disfunção psíquica, nesses pacientes: disfunção cognitiva (38,4%); ansiedade (31,4%); depressão (20,6%); estresse pós-traumático (14,2%) (RODRIGUES, ALBUQUERQUE E BRITO, 2021).

Um estudo realizado na Universidade de Oxford, publicado recentemente na Revista *Lancet Psychiatry* revela o elo entre a COVID-19 e impactos na saúde mental. Segundo o estudo, 18,1% dos pacientes que foram infectados pelo vírus desenvolveram algum tipo de transtorno psiquiátrico após o diagnóstico da doença, especialmente ansiedade, depressão, insônia e demência de 14 até 90 dias após o início dos sintomas (TAQUET *et al*, 2020).

Outro estudo realizado na cidade de Lima, no Peru, com 830 participantes, incluindo a população em geral (n = 640) e profissionais de saúde (n = 190) identificou

uma alta prevalência de sintomas depressivos (16%), ansiedade (11,7%) e estresse pós-traumático (14,9%) (VILLARREAL-ZEGARRA *et al*, 2021).

Embora preliminares, os resultados destes estudos trazem um alerta para serviços de saúde, instituições e pessoas em geral, para que fiquem atentas aos sintomas e/ou sequelas da Síndrome Pós-COVID-19 e busquem tratamento o mais breve possível.

O resultado destes estudos corroboram os relatos clínicos de pacientes em diversas instituições, dentre elas a Polícia Militar do Tocantins (PMTO), onde a procura por atendimento psicológico tem aumentado em decorrência da Síndrome Pós-COVID-19.

A referida corporação corrobora o conceito de saúde da OMS, como "o bem-estar biopsicossocial e não apenas ausência de doença" e entende a saúde de seus integrantes como primordial e fundamental para prestar um serviço de qualidade à sociedade.

Nesse sentido, foi criado no âmbito da Diretoria de Saúde e Promoção Social da PMTO, o "Programa de Monitoramento da COVID-19", realizando acompanhamento do policial militar que testou positivo, durante todo o ciclo da doença e também após.

O público alvo deste programa são policiais militares do Tocantins, que testaram positivo para COVID-19, desde o início da pandemia até a data presente. O objetivo do programa é realizar monitoramento dos policiais militares que testaram positivo para COVID-19, bem como atuar na Síndrome Pós-COVID-19, principalmente em relação aos sintomas psicológicos.

O programa foi criado no início da pandemia (2020) e está em franco desenvolvimento, com algumas ações sendo executadas:

Ação 1: Foram feitos diversos informativos sobre os cuidados de prevenção à COVID-19, por meios digitais e impressos, distribuídos em todas as unidades da corporação, buscando esclarecer a necessidade dos cuidados pessoais e em relação à higienização de equipamentos e viaturas.

Ação 2: Foram distribuídos materiais de proteção como máscaras, álcool em gel, luvas, bem como foram disponibilizados testes de detecção da doença.

Ação 3: É realizada ligação telefônica para os policiais militares que testaram positivo para COVID-19, na qual é feita uma triagem, com um formulário desenvolvido para monitoramento, coletando informações sobre o estado de saúde global da pessoa. São feitas orientações gerais que variam de acordo com cada caso, de caráter informativo ou preventivo.

Ação 4: Aqueles policiais militares que relataram agravamento de sintomas físicos, são direcionadas para atendimento médico na própria corporação ou na rede de saúde disponível na cidade.

Ação 5: Aqueles policiais que foram identificados com sequelas psicológicas, são encaminhados para atendimentos psicológico na própria corporação ou na rede de saúde disponível na cidade.

Ação 6: Foram disponibilizadas vacinas para todo o efetivo, sendo feita gestão logística para aplicação rápida, mesmo nas unidades do interior do estado.

Ação 7: Está sendo desenvolvida uma pesquisa no site da Polícia Militar do Tocantins, para ser preenchida por todos os policiais militares que testaram positivo desde o início da pandemia até a data presente, a fim de levantar dados detalhados da Síndrome Pós-COVID-19 e referenciar a criação de programas específicos de tratamento e reabilitação.

A criação e o desenvolvimento desse programa, também fundamenta-se numa proposta de cuidado com a saúde integral do policial militar, bem como constitui uma ação de valorização profissional e busca melhorar a qualidade de vida, no âmbito da Polícia Militar do Tocantins.

Estudos sobre valorização profissional consideram que esta é uma ferramenta de gestão bastante importante, cujos resultados trazem benefícios tanto para a pessoa quanto para a instituição. Ela busca avaliar a dedicação, a produtividade e os resultados individuais e coletivos, bem como considera a missão, a visão e a cultura da organização ou grupo.

Valorização profissional é um termo muito utilizado nas organizações de trabalho, sendo algo muito amplo, pois pode ser dividida em vários aspectos diferentes. Em primeiro lugar, vem o valor que o profissional reconhece como seu, que envolve sua autoestima e sentimento de auto realização. A partir daí surge a necessidade de ser valorizado e reconhecido, por seus pares e superiores, sobretudo no âmbito das instituições militares (SOUZA; MOREIRA, 2021, no prelo).

Nesse sentido, sentir-se valorizado implica na realização de ações concretas, com foco no resultado, estando diretamente ligado aos cuidados com saúde dispensados aos integrantes de determinada instituição.

Sendo assim, o Programa de Monitoramento da COVID-19 da PMTO, constitui uma ação de valorização profissional dos seus integrantes, uma vez que tem como objetivo a orientação e prevenção em relação à doença, bem como propiciar tratamento e reabilitação para os policiais militares que foram acometidos com a Síndrome do Pós-COVID-19.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COVID-19 é uma doença relativamente nova e por isso traz ainda o temor do inimigo silencioso e desconhecido. As sequelas que ela ainda será capaz de provocar no organismo humano, são imensuráveis e imprevisíveis.

Os estudos científicos que embasaram este trabalho, já comrovam que grandes tem sido as sequelas na saúde mental das pessoas acometidas com pela COVID-19, principalmente com o surgimento de ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático. Tais resultados colocam em alerta todas as instâncias que se preocupam com a saúde, tanto em nível pessoal quanto institucional.

Por essa razão, a Polícia Militar do Tocantins iniciou o Programa de Monitoramento da COVID-19 como parte de uma proposta maior da Diretoria de Saúde e Promoção Social, que visa promover valorização profissional do policial militar, por meio dos cuidados com sua saúde física e psíquica. A ideia é proporcionar um serviço de atendimento em saúde eficaz e assertivo, na medida em que a instituição acolhe e acompanha a pessoa durante o ciclo da doença, e também orienta e busca prevenção de possíveis transtornos mentais. No mesmo sentido, a pesquisa que está sendo desenvolvida, irá propiciar um diagnóstico da saúde global do policial militar, de forma atualizada, possibilitando mensurar que tipo de sequelas esse público específico tem sofrido.

4 REFERÊNCIAS

NATIONAL INSTITUTE OF HEALTH. **COVID-19 treatment guidelines**. 2021. Disponível em <https://www.covid19treatmentguidelines.nih.gov/overview/clinical-spectrum/>. Acesso em: 20 out. 2021.

RODRIGUES, A. G.; ALBUQUERQUE, A. L.; BRITO, C. M. **Síndrome Pós-Covid-19: o que é e o que fazer a respeito?** [online]. 02/06/2021. Disponível em: <https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/sua-saude/Paginas/sindrome-pos-covid.aspx>. Acesso em: 20 out. 2021.

SOUZA, E.; MOREIRA, L. S. (Submetido). **Valorização profissional do policial militar em unidades especializadas e os efeitos na qualidade de vida**. 2021.

TAQUET, M.; LUCIANO, S.; GEDDES, J.; HARRISON, P. **Bidirectional associations between COVID-19 and psychiatric disorder: retrospective cohort studies of 62354 COVID-19 cases in the USA (2020)**. Lancet Psychiatry, 8: 130-40,

[online] 09/11/2020. Disponível em [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30462-4](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30462-4). Acesso em: 20 out. 2021.

VILLAREAL-ZEGARRA, D.; COPEZ-LONZOY, A.; VILELA-ESTRADA, A.; HUARCAYA-VICTORIA, J. Depression, post-traumatic stress, anxiety, and fear of COVID-19 in the general population and health-care workers: prevalence, relationship, and explicative model in Peru. **BMC Psychiatry**; 21(1): 455, 2021.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: PARA ALÉM DAS MATRIZES CURRICULARES

HUMAN RIGHTS EDUCATION FOR PUBLIC SAFETY PROFESSIONALS: BEYOND CURRICULUM MATRICES

Paula Fernandes Teixeira Canedo

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão acerca da educação dos profissionais de segurança pública em direitos humanos no Brasil, compreendendo uma análise da matriz curricular para ações formativas dos profissionais do Sistema de Segurança Pública criada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, baseada no Programa Nacional de Direitos Humanos. Buscou-se como objetivo discutir se existe formação dos profissionais de segurança pública na prática ou se tal formação existe apenas no âmbito teórico. Para alcançar tal objetivo a metodologia baseou-se em pesquisa explicativa, bibliográfica e com abordagem qualitativa. Após a análise, constatou-se que a formação dos profissionais em segurança pública no Brasil, apesar de ter uma base teórica consistente, precisa ser efetivada e praticada para além da matriz curricular dos cursos de formação de tais profissionais.

Palavras-chave: educação; direitos humanos; segurança pública; matriz curricular.

ABSTRACT

This article presents a discussion about the education of public security professionals in human rights in Brazil, comprising an analysis of the curriculum for training actions of professionals in the Public Security System created by the National Secretariat for Public Security, based on the National Human Rights Program. The objective was to discuss whether there is training for public security professionals in practice or whether such training exists only in the theoretical context. To achieve this objective, the methodology was based on explanatory, bibliographical research with a qualitative approach. After the analysis, it was found that the training of professionals in public security in Brazil, despite having a consistent theoretical basis, needs to be implemented and practiced beyond the curricular matrix of training courses for such professionals.

Keywords: education; humanrights; public security; curriculum matrix.

1 INTRODUÇÃO

O tema “educação em direitos humanos para profissionais de segurança pública” é sempre objeto de discussão e merece aprofundamento. Formar policiais em direitos humanos é missão que, em que pese já ser tratada no aspecto teórico, vai além dos planos curriculares.

Existe, por meio do Programa Nacional de Educação de Direitos Humanos, um excelente embasamento teórico para a formação em direitos humanos aos profissionais de segurança pública, o que nos leva então ao questionamento: Existe formação em direitos humanos para os policiais na prática? Ou estamos só na teoria das matrizes curriculares?

O presente trabalho tem como objetivo discutir tais problemas a fim de investigar se a formação dos profissionais de segurança pública acontece somente no âmbito teórico ou é levado para a prática.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Da polícia no Brasil – do período imperial até o estado democrático de direito

É importante trazer o contexto histórico da polícia no Brasil para que possamos entender o processo que culminou na existência das forças de Segurança Pública nos moldes que conhecemos atualmente. Tratar da evolução das instituições policiais faz-se relevante para demonstrar que a polícia atual tem uma forma de atuação baseada nos princípios do Estado Democrático de Direito, visando a proteção dos direitos e garantias fundamentais do cidadão.

No Brasil colonial, em meados do século XVIII, houve a criação de tropas regulares permanentes com a função de manter a ordem interna, que posteriormente seriam utilizadas nos movimentos de independência.

A rigor, as determinações fundamentais destas tropas são ditadas pela singularidade da formação colonial brasileira, ou seja, o ser Colônia e, portanto, o 'ser colono', constituem o marco tipificador destas forças repressivas. Trata-se, de um lado, de forças controladas geralmente por oficiais superiores portugueses que encarnam, através da repressão, os interesses ligados à manutenção dos processos de apropriação e dominação colonial. De outro lado, como processo correlato e diferencial, há que analisar a participação dos próprios colonos nestas forças. Obrigados todos ao serviço militar, suas identificações com a carreira militar são determinadas, num primeiro momento, pelo fato de serem colonos e, num segundo plano, são matizadas de acordo com as posições econômicas, sociais e políticas das várias camadas da população colonial (FERNANDES, HELOÍSA RODRIGUES, 1946, p. 41-42).

Em 1808, antes que o Brasil se tornasse independente, foi criada a Intendência-Geral de Polícia da Corte com a função de zelar pelo abastecimento da capital e manter a ordem. Esta polícia tinha entre suas atribuições investigar crimes e capturar

criminosos, bem como escravos fugitivos. O chefe dessa polícia era denominado intendente-geral de polícia e tinha dentre suas funções a autoridade para prender e também julgar e punir pessoas que praticassem pequenos delitos, demonstrando semelhanças de suas funções com as de um juiz e de um delegado de polícia. Foi a Intendência-Geral de Polícia da Corte que deu origem a atual Polícia Civil, a polícia judiciária brasileira.

Em 1809, foi criada a Guarda Real de Polícia, organizada nos moldes militares, atribuída do poder de manter a ordem e subordinada ao Intendente-Geral de Polícia, foi a Guarda Real que deu origem, posteriormente, a Polícia Militar.

No Brasil Império não houve modificação na organização do sistema militar herdado do período colonial. Somente na segunda fase do processo de independência política, em 1831, as forças policiais e militares foram reorganizadas. Houve a criação das Guardas Municipais²⁵ e também a Guarda Nacional²⁶, esta organizada permanentemente e distribuída em todo o território por municípios, sendo subordinada aos juízes de paz, aos juízes criminais, aos Presidentes das Províncias e ao Ministério da Justiça.

A Proclamação da República trouxe mudanças nas forças repressivas. A Polícia Civil foi transformada em polícia de carreira, estipulando uma graduação hierárquica com critérios para nomeação e ascensão, onde a carreira de delegado fica limitada aos bacharéis em Direito e suas atividades passavam a ser controladas pela esfera estadual, pelo Presidente do Estado e Secretário de Justiça²⁷.

A Era Vargas (de 1930 a 1945) trouxe muitas mudanças para a polícia. A instauração do regime autoritário de 1937 atribuiu para a polícia a função primordial de manter tal regime tendo assim suas atribuições aumentadas e passando a ter a

²⁵ “Surgidas com a Lei de 5 de Junho de 1831, as Guardas Municipais eram milícias civis compostas de elementos gratos ao governo e diretamente subordinadas ao Ministério da Justiça. (FERNANDES; HELOÍSA RODRIGUES, 1946, p. 68).

²⁶ “A Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831 e era subordinada ao Ministério da Justiça. Foi criada com a função de defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integralidade do Império, mantendo obediência às leis, e conservar e restabelecer a ordem e tranquilidade pública e auxiliar o exército de linha na defesa das fronteiras e costas” (FERNANDES; HELOÍSA RODRIGUES, 1946, p. 69).

²⁷ “Essa reforma significa uma restrição ao poder municipal, mas isto não quer dizer que o ‘coronelismo’ tenha desaparecido, ele se manteve como realidade política. Politicamente, estas modificações refletem-se, na verdade, num compromisso entre os proprietários locais e o poder estadual”. (FERNANDES, HELOÍSA RODRIGUES, 1946, p. 149).

competência para controlar e vigiar os grupos considerados inimigos do Estado. Em consequência de tal mudança delegados foram substituídos por pessoas de confiança do regime e, em 1934, houve uma grande reforma na estrutura da polícia com o Decreto nº 24.531, que ampliou os poderes do chefe de polícia, sendo que o controle passou a ser diretamente subordinado ao Presidente da República. Além disso, o Exército passou a fornecer equipamentos às polícias²⁸.

O golpe militar de 1964, que se estendeu até 1985, transformou a polícia no Brasil. As Forças Armadas tiveram seus poderes aumentados com a justificativa de conter os inimigos políticos. As polícias também foram utilizadas para tal finalidade, usando de tortura, abuso, repressão e prisões e se tornaram subordinadas às Forças Armadas. A Polícia Militar foi estabelecida como força auxiliar e reserva do Exército e foi a única polícia responsável pelo patrulhamento ostensivo²⁹. Em 1967, com a decretação da Lei de Segurança Nacional, houve um aumento da atuação da polícia com a finalidade de conter os crimes previstos em tal lei, sendo estes dizimadores das liberdades individuais.

Em 1987, após o fim da Ditadura Militar, houve a instauração da Assembleia Nacional Constituinte que resultou, em 1988, na nova Constituição Federal trazendo inovações para a Segurança Pública, até então atuante nos moldes de repressão, após o cometimento de crimes considerados graves. Por ter sido instalado o Estado Democrático de Direito através da nova Carta Magna, a Segurança Pública passou a ser, além de dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, levando as instituições a estabelecerem novos modelos de atuação baseados na prevenção, bem como a participação da sociedade no combate à criminalidade. A Segurança Pública passa a ser a garantidora dos direitos e garantias fundamentais do cidadão.

Artigo 144 da Constituição Federal: 'A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem

²⁸ A partir desse período ocorre o sucateamento das PMs, haja vista só utilizar armamento e treinamento aprovado pelo Exército brasileiro, o que gerou uma defasagem de tecnologia que até hoje atinge as Polícias Militares. (SOUSA; CANUDO E MORAIS; ALMEIDA, p. 7).

²⁹ Em 1967 foi criada a Inspetoria-Geral das Polícias Militares do Ministério do Exército (IGPM) - Decreto-lei nº 317, de 13 de março de 1967, e Decreto-lei nº 667, de 2 de junho de 1969 - destinada a supervisionar e controlar as Polícias Militares estaduais. Cabia à IGPM estabelecer normas reguladoras da organização policial, controlar os currículos das academias de polícia militar, dispor sobre os programas de treinamento, armamentos, manuais, e regulamentos utilizados pelas Polícias, além de manifestar-se sobre as promoções dos Policiais Militares, esse controle irá influenciar profundamente o perfil das Polícias brasileiras (CARVALHO, 2003, p. 8).

pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio’ (BRASIL, 2021).

Diante deste apanhado histórico do surgimento da polícia no Brasil, nota-se a importância que foi dada, atualmente por meio da Constituição Federal, na atuação das forças de Segurança Pública como protetora dos direitos e garantias do cidadão. Neste contexto é importante esclarecer que o processo de redemocratização da sociedade brasileira pós-ditadura trouxe uma mudança nos cursos de formação policial, fazendo com que os policiais atuais sejam formados como protetores dos Direitos Humanos, o que é estabelecido nas matrizes curriculares de formação policial.

2.2 A matriz curricular de formação dos policiais no Brasil

Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) que colocou os direitos humanos como eixo norteador e transversal de programas e projetos de promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos. O PNDH institui a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que foi criado em 2003, e revisado em 2007.

Em 2003, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) elaborou a matriz curricular para ações formativas dos profissionais do Sistema de Segurança Pública, tendo a sua última revisão ocorrido em 2014, e encontra-se em vigor desde então. Essa matriz foi criada a partir do PNEDH, que reservou uma parte específica para a Educação dos Profissionais do Sistemas de Justiça e Segurança. É possível notar a importância que foi dada para que os agentes de segurança pública tenham a formação (inicial e continuada) pautada em princípios democráticos, tendo como orientação que os currículos das ações de treinamento dos policiais civis, militares e bombeiros militares contemplem pontos como: reconhecimento de formas de violência e criminalidade, atuação voltada para a construção de uma cultura de paz para a humanidade, administração de uso da força, comunicação efetiva dentre outros (BRASIL, 2014a, p. 15-16).

A referida matriz tem como objetivo geral

[...] favorecer a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à Lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância (BRASIL, 2014a, p. 40).

Como ponto de partida para a revisão da Matriz Curricular Nacional foi realizado o Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências para auxiliar na formação e capacitação do profissional da área de segurança de pública, ganhando destaque algumas escolhas pedagógicas como: a educação por uma visão crítica, metodologias de ensino ativo, construção de um modelo de segurança do cidadão com foco em projetos sociais preventivos e interdisciplinariedade (BRASIL, 2014a, p. 16-17).

A partir do Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências foram selecionadas as competências para os cargos das instituições Estaduais de Segurança Pública e divididas em três grupos: cognitivas, operativas e atitudinais. Essas competências em relação com os quatro pilares da educação propostos pela Unesco: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. As competências dizem respeito a capacidade do profissional de saber agir em diferentes situações da sua vida prática profissional, estimulando sua autonomia intelectual para a reflexão antes, durante e após sua ação, com a habilitação do profissional para pensar de forma crítica e criativa, aplicação do conhecimento teórico de forma refletida e consciente e a conscientização de sua pessoa dentro de diferentes ambientes (BRASIL, 2014a, p. 18).

A matriz possibilita dinâmica e flexibilidade por meio de interação entre os eixos articuladores e áreas temáticas, sendo que os eixos articuladores estruturam o conjunto dos conteúdos de caráter transversal envolvendo discussões de problemáticas sociais envolvendo a segurança pública e conduzem para a reflexão do papel individual, social, histórico, e político do agente de segurança pública e das instituições de segurança pública. Os eixos articuladores são: Sujeito e Interação no Contexto da Segurança Pública; Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública; Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; Diversidade Étnico-sócio cultural, Conflitos e Segurança Pública. Esses eixos podem ser desenvolvidos, conforme sugerido pela matriz, por meio de seminários, palestras, workshops e outras formas de aprendizagem em espaços diversos do contexto escolar, podendo estar vinculados a disciplinas determinadas ou conteúdos em projetos e percursos interdisciplinares (BRASIL, 2014a, p. 41).

Já as áreas temáticas devem contemplar conteúdos que são indispensáveis à

formação do profissional de segurança pública e sua capacitação para o exercício da função. Foram elencadas oito áreas temáticas que devem ser utilizadas como referencia para elaboração dos currículos das instituições de ensino de segurança pública, conforme suas peculiaridades e especificidades locais. As áreas temáticas são: Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública; Violência, Crime e Controle Social; Conhecimentos Jurídicos; Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos; Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador; Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública; Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva; Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

Considera-se então que essa matriz direciona a formação dos profissionais de segurança pública para conteúdos que abranjam as habilidades operacionais sem deixar de atentar para as situações que enfrentarão no cotidiano de suas atividades. A atuação do profissional de segurança pública vai além do controle da criminalidade, espera-se desse profissional que sua atuação seja voltada para manutenção da ordem e a prevenção (além da repressão), para tanto sua formação precisa ser baseada na proteção e defesa dos Direitos Humanos, valorizando o respeito à pessoa e à justiça social (BRASIL, 2014a, p. 38).

Dentro do contexto social que vivemos não há mais espaço para a formação de profissionais de segurança pública baseada somente em habilitação operacional com métodos tradicionais baseados na repressão. É necessária a promoção de conhecimento advindo de uma abordagem transversal e interdisciplinar de temas relacionados a ciências sociais e humanas, contemplando os Direitos Humanos.

Nota-se que existe uma Matriz com elementos capazes de levar para as escolas de formação de profissionais de segurança pública conteúdos relacionados a Direitos Humanos, tendo os Estados autonomia para construir os seus cursos de formação. O que é necessário discutir é como ir além da teoria trazida pela Matriz Curricular e, na prática, formar profissionais de segurança pública em Direitos Humanos, aptos para agirem de forma mais compreensiva e crítica da realidade social, participando e transformando essa realidade.

2.3 Para além das matrizes curriculares: a importância de formar policiais em Direitos Humanos

Passando pelo histórico onde foi visto sobre a criação da polícia, notamos que após a ditadura tornou-se necessária a mudança de paradigmas de formação dos profissionais de segurança pública. Era preciso dar fim aos “anos de chumbo” para criar e implementar a Educação em Direitos Humanos para policiais, buscando a defesa dos direitos e das liberdades individuais.

A conquista da educação em Direitos Humanos iniciou-se na resistência à ditadura e permaneceu, sendo incorporado ao sistema democrático, recebendo espaço na garantia de igualdade de direitos, proteção da integridade física, entre outros, além de ganhar espaço nas disciplinas escolares, cursos específicos, palestras, e diversos outros tipos de abordagens que envolvam questões sobre democracia, liberdade e cidadania.

Muito além de reconhecer e afirmar os Direitos Humanos no plano político e jurídico é preciso realizar um processo de formação, de educação dos profissionais de segurança pública, que vá além da teoria. É preciso educar para criar a consciência dos valores e então partir para o convencimento de que sua transformação em prática é o único caminho para a construção de uma sociedade justa para todos. É preciso educar para a democracia (GODOY, 2010, p. 10).

Educar profissionais de Segurança Pública em Direitos Humanos é dar sentido ao trabalho por eles realizado. Direitos Humanos é um instrumento de transformação para uma sociedade justa e solidária e ter agentes que promovam esses direitos em sua atuação profissional é ter coerência entre a previsão constitucional e a prática necessária em suas atividades cotidianas.

Os fundamentos teórico-metodológicos para a educação em direitos humanos se inserem numa abordagem teórica crítica da educação, considerando que seus objetivos inserem uma visão crítico-transformadora dos valores, atitudes, relações e práticas sociais e institucionais (GODOY, 2010, p. 19).

É com a educação em Direitos Humanos que surge a possibilidade de potencializar os sujeitos policiais para atuarem na defesa dos direitos e garantias individuais dos cidadãos.

Educar em Direitos Humanos é muito mais amplo do que a educação formal dada no âmbito de espaços de formação profissional. Educar é um ato de

formação de consciência com conhecimentos, com valores, com capacidade de compreensão. Educar é assumir a compreensão do mundo, de si mesmo, da interrelação entre os dois (GODOY, 2010, p. 80).

Para educar os profissionais em Direitos Humanos é preciso que o processo educativo seja permanente e contínuo, voltado para uma mudança cultural nas instituições e baseado em valores e não só em instruções e currículos. A preocupação não deve ser somente com transmitir conhecimento, mas em transformar as mentes. É preciso transformar a cultura dos profissionais de segurança pública para que seja baseada no respeito à dignidade da pessoa humana com promoção da liberdade, justiça, igualdade, tolerância, paz.

Esse processo educativo deve ser realizado visando a formação de um profissional de segurança pública crítico, responsável e praticante de ações que visem mudanças de condições que violem direitos humanos.

Que efeitos queremos com esse processo educativo? Queremos uma formação que leve em conta algumas premissas. Em primeiro lugar, o aprendizado deve estar ligado à vivência do valor da igualdade em dignidade e direitos para todos e deve propiciar o desenvolvimento de sentimentos e atitudes de cooperação e solidariedade. Ao mesmo tempo, a educação para a tolerância se impõe como um valor ativo vinculado à solidariedade e não apenas como tolerância passiva da mera aceitação do outro, com o qual pode-se não estar solidário. Em seguida, o aprendizado deve levar ao desenvolvimento da capacidade de se perceber as consequências pessoais e sociais de cada escolha. Ou seja, deve levar ao senso de responsabilidade. (BENEVIDES, 2010, p. 346).

É importante ressaltar que não é possível educar em direitos humanos em um ambiente que não seja democrático. Logo, para que exista a educação em direitos humanos para profissionais de segurança pública é necessário que o ambiente de formação desses sujeitos seja associado a práticas democráticas na sua relação de respeito com esses profissionais. Educar em direitos humanos é “uma utopia, mas que se realiza na própria tentativa de realizá-la” (AGUIRRE, 1990 apud GODOY, 2010, p. 348):

Educação em Direitos Humanos vai muito além da formação curricular, é necessário que o processo educativo ocorra na relação e presença dos sujeitos, em sua presença e não só por meio de um discurso e de ministração de conteúdo em um ambiente de sala de aula. É necessário que os sujeitos envolvidos sejam colocados no processo e dentro da dinâmica, para então estes sujeitos interajam e compreendam a subjetividade de cada realidade.

Quando falamos em educar profissionais de segurança pública em direitos humanos é preciso fazer entender que as instituições de formação desses profissionais devem ser além de um processo burocrático de práticas enrijecidas, são necessários processos complexos e abrangentes (GODOY, 2010, p.184).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o processo de redemocratização no Brasil houve uma atenção especial às forças de segurança pública com o propósito de que suas atuações fossem baseadas na promoção e proteção dos direitos fundamentais do cidadão. Tanto é assim que o Art. 144 da Constituição de 1988, estabelece a segurança pública como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”.

Nesse sentido faz-se importante saber que a atuação dos profissionais de segurança pública vai muito além do combate à criminalidade, mas tem como principal função ser garantidor dos direitos e garantias fundamentais do cidadão. A atuação dos profissionais de segurança pública deve ser baseada na lei e, para tanto, tais profissionais devem ter uma formação baseada na promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania e é com a educação em direitos humanos para estes profissionais que esse objetivo pode ser alcançado.

O Governo Federal institui o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) como uma política pública que consolida um projeto de sociedade baseado nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social, por meio de um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos que visa o exercício da solidariedade e do respeito às diversidades.

O processo de elaboração do PNEDH teve início em 2003, com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) e seu engajamento no trabalho de criação do Plano. Entre 2004 e 2005, o PNEDH foi amplamente divulgado e debatido com a sociedade. Em 2006, como resultado dessa participação, foi publicada a versão definitiva do PNEDH, em parceria entre a então Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça.

Dentro do PNEDH foi reservada uma parte especial para a Educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança que estabelece os princípios que devem ser considerados para a educação em direitos humanos aos profissionais de segurança pública, além de ações programáticas orientando que as ações

educacionais possibilitem tais agentes a serem verdadeiros promotores de direitos humanos, para além do papel de defensores desses direitos. Além disso, traz os direitos humanos como instrumento estratégico das políticas de segurança pública para promover e defender os direitos humanos e os princípios democráticos.

Os profissionais de segurança pública são bem diferentes dos demais sujeitos que integram os sistemas de justiça, são sujeitos que enfrentam desafios diários em lidar com a diversidade de sujeitos que, em sua maioria, estão em situação de vulnerabilidade social. Ao agente de segurança pública é exigida uma formação que englobe um bom treinamento físico, psicológico e técnico, além do desenvolvimento de habilidades que sejam coerentes com os princípios democráticos.

Podemos concluir que o policial, diante de todas suas peculiaridades, deve ser formado para atuar como ator social na construção dos direitos humanos, como partícipe da construção de uma sociedade baseada em tais direitos, dentro de um ambiente democrático, ou seja, não basta apenas ter uma base teórica de formação, é necessário ir além dos currículos de formação e concretizar de forma eficiente a educação em direitos humanos aos profissionais de segurança pública.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Camila Nunes. **Polícia Cidadã? Um estudo na formação profissional dos policiais civis do Estado de Goiás na perspectiva dos Direitos Humanos**. Goiânia, 2020. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/235?author_page=7. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2007. Brasília: SEDH, 2007.

BRASIL. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERNANDES, H. R. **Política e Segurança**. São Paulo. Ed. Sociologia e Política,

1973.

GODOY, R. M. (org). **Educação em Direitos Humanos**: Fundamentos teórico-metodológicos. Brasília, 2010.

SOUSA, R. C. M.; ALMEIDA, M. S. **A história da polícia no Brasil**: balanço e perspectivas. Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173.

AVALIAÇÃO INTEGRADA DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: PROPOSTA PARA OS CURSOS DE FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

INTEGRATED EVALUATION OF TEACHING-LEARNING PROCESS: PROPOSAL FOR MILITARY POLICE TRAINING COURSES

Rebeka Cristiny Barbosa de Santana

RESUMO

As abordagens pedagógicas da transversalidade e interdisciplinaridade são incentivadas nas ações formativas dos policiais militares pela Matriz Curricular Nacional, inclusive no que tange ao processo avaliativo. A pergunta de pesquisa norteadora do estudo é: como implementar a transversalidade e a interdisciplinaridade na avaliação do processo de ensino-aprendizagem na formação policial militar?. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, operacionalizada por meio dos levantamentos documental e bibliográfico, com uso da técnica de análise de conteúdo temática. Os resultados apontam que a avaliação integrada se apresenta como proposta de combinação de métodos avaliativos e construção de questões integralizadoras para analisar a apreensão do conteúdo por parte do aluno nos campos cognitivo, afetivo e atitudinal, de forma a atender aos aspectos da interdisciplinaridade e da transversalidade dos saberes. Portanto, o desafio na implementação da avaliação integrada está na compreensão da integralidade dos conhecimentos necessários para o exercício da atividade de policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública, bem como do entendimento que a avaliação é um elemento constitutivo do processo de ensino-aprendizagem que necessita estar integrado já nos primeiros momentos de construção de saberes policial militar.

Palavras-chave: formação policial militar; interdisciplinaridade; transversalidade; avaliação integrada; processo de ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The pedagogical approaches of transversality and interdisciplinarity are encouraged in the training actions of military police officers by the National Curriculum Matrix, including about the evaluation process. The research question guiding the study is: how to implement transversality and interdisciplinarity in the evaluation of the teaching-learning process in military police training? It is a research with a qualitative approach, operationalized through documentary and bibliographic surveys, using the thematic content analysis technique. The results show that the integrated assessment is presented as a proposal to combine evaluative methods and construction of comprehensive questions to analyze the understanding of the content by the student in the cognitive, affective and attitudinal fields, in order to meet the aspects of interdisciplinarity and transversality of knowledge. Therefore, the challenge in implementing integrated assessment lies in understanding the completeness of the knowledge needed to exercise the activity of overt policing and maintaining public order, as well as the understanding that assessment is a constitutive element of the teaching-learning process that needs to be integrated already in the first moments of construction of military police knowledge.

Keywords: military police training; interdisciplinarity; transversality; integrated assessment; teaching-learning process.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de um combate efetivo à violência e à criminalidade coloca em posição central os debates acerca da segurança pública no Brasil, seja no contexto de grandes conglomerados urbanos ou no âmbito de pequenas localidades. Sendo assim, a formação dos profissionais responsáveis pela preservação da ordem pública e pela incolumidade das pessoas e do patrimônio é ponto de partida para a melhoria do serviço público prestado e aumento da sensação de segurança da população, pois os ingressantes das fileiras das organizações de segurança pública necessitam desenvolver competências que facilitem sua atuação profissional, ou seja, precisam gerar a capacidade de mobilizar e integrar na prática laborativa o conjunto de conhecimentos, saberes, recursos e habilidades especializadas para garantir a efetividade dos direitos e garantias individuais (BOLSONARO; VILARINHO; HAMADA, 2021).

No intuito de orientar as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar dos Estados brasileiros, foi instituída a Matriz Curricular Nacional que constitui referencial teórico-metodológico no processo complexo e contínuo de desenvolvimento de competências capazes de gerar pessoas preparadas para responder aos desafios das exigências sociais do campo da segurança pública (CORDEIRO; GIMENEZ, 2014). Dentre os pontos norteadores da ação formativa estão a interdisciplinaridade e a transversalidade, compreendidas como dimensões metodológicas eficazes para construção de uma visão sistêmica e crítica sobre a realidade que cerca os policiais militares, por permitir que as áreas temáticas e os eixos articuladores sejam trabalhados de forma sistêmica, ou seja, a partir da interrelação dos campos de conhecimentos (BRASIL, 2014; FERREIRA, SOBRINHO, 2017).

A polícia militar, de forma específica, é responsável constitucionalmente pela realização do policiamento ostensivo fardado e a preservação da ordem pública, além de constituir força auxiliar e reserva do Exército. A qualidade do processo de ensino-aprendizagem no âmbito dos cursos de formação destinados à sedimentação de

saberes e competências associadas ao campo da defesa social e à preparação de oficiais e praças contribui positivamente no exercício das funções constitucionais, pois constrói o arcabouço cognitivo, operativo e atitudinal necessário para a execução das tarefas realizadas na atividade policial militar (BRASIL, 1988; MÉNDEZ, 2002).

No contexto formativo policial militar, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem deveria constituir mecanismo para servir como elo entre os conteúdos trabalhados no transcorrer dos cursos e a prática cotidiana da atividade policial militar, de maneira que o instrumento avaliativo fosse capaz de estimular não só o conhecimento teórico adquirido, mas também habilidades específicas e elementos de ordem afetiva, como as atitudes frente aos inúmeros aspectos da prática profissional (LUCKESI, 2011; ALMEIDA, 2015). Todavia, os estudos realizados no contexto brasileiro apontam que a avaliação na formação policial tem sido usada como um instrumento de medição do conhecimento e classificação entre os alunos, ao tempo em que constitui exigência burocrática e institucional, deixando de servir de instrumento auxiliador do processo ensino-aprendizagem e desenvolvimento dos discentes (ALMEIDA, 2015; ALMEIDA, 2017).

Os trabalhos científicos voltados para a temática da avaliação do processo de ensino e aprendizagem no âmbito da formação policial militar são escassos e, normalmente, voltam-se para a verificação da percepção dos atores envolvidos no processo pedagógico, professores e alunos (RIBEIRO, 2014; ALMEIDA, 2015; ALMEIDA, 2017). Fatores como a integralidade da avaliação, norteada pela transversalidade e interdisciplinaridade, ainda carecem de estudos de aprofundamento. Sendo assim, o presente trabalho é norteado pela seguinte pergunta de pesquisa: como implementar a transversalidade e a interdisciplinaridade no processo de avaliação do ensino e da aprendizagem na formação policial militar? Para ampliar o entendimento a respeito do tema, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, operacionalizada por meio dos levantamentos documental e bibliográfico. A análise dos dados foi concretizada pelo uso da técnica de Análise de Conteúdo temática (BARDIN, 2011), na qual se procedeu a exploração do material textual, a realização da categorização e codificação dos dados, de maneira a permitir a reflexão e inferências acerca da avaliação do processo de ensino-aprendizagem no âmbito da formação policial militar.

2 DESENVOLVIMENTO

As organizações policiais militares brasileiras possuem a função de proteger o cidadão, para tanto, os integrantes dessas forças de segurança atuam em contato direto com a população, impondo limites à liberdade (individual e coletiva) na medida necessária à salvaguarda e manutenção da ordem pública. As características da atividade laborativa e a proximidade com os transgressores da lei, resultam na alta taxa de mortalidade por violência e elevado risco de morte dos policiais militares (SOUZA; MINAYO, 2005; BATITUCCI, 2019). Assim, a formação policial militar precisa envolver a valorização de aspectos associados à integralidade dos componentes curriculares que buscam considerar as situações de risco e de exposição à violência a que esses profissionais estão submetidos cotidianamente (OLIVEIRA; FAIMAN, 2019).

2.1 Formação Policial Militar

A formação policial militar tem por objetivo capacitar os ingressantes nas instituições policiais militares para o desempenho de suas futuras funções, que necessitam ser exercidas em estreita observância aos direitos e deveres de todos os cidadãos, inclusive dos próprios agentes de segurança pública. Sendo assim, o estágio inicial da inserção do profissional na cultura organizacional da corporação deve prepará-lo para uma atuação responsável e consciente do seu papel social (TAVARES, 2007).

Nesse sentido, Couto (2017) defende que o formato das aulas deve incentivar a capacidade reflexiva e preparar o policial em construção para atuar em situações complexas que estarão inseridas em sua atividade profissional. A ideia é que o processo de ensino-aprendizagem crie condições para o desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam o perfil do profissional que seja capaz de:

[...] comunicar-se de forma efetiva; relacionar-se com a comunidade; mediar conflitos; atuar proativamente pautado nos princípios dos Direitos Humanos; administrar o uso da força; utilizar técnicas e tecnologias não letais; gerenciar crises; lidar com grupos vulneráveis; lidar com a complexidade, o risco e a Incerteza; utilizar tecnologias para planejar ações de prevenção; investigar crimes e solucioná-los; utilizar metodologias que possibilitem identificar problemas, bem como buscar, implementar e avaliar soluções (BRASIL, 2014, p. 15-16).

A Matriz Curricular Nacional (2014) traz em seu bojo uma proposta de Malha Curricular para nortear as ações formativas das polícias militares e polícias civis do Brasil, Tabela 1, que é composta pelas disciplinas do núcleo comum. As peculiaridades, interesses e especificidades de cada instituição deverão ser consideradas nos projetos políticos pedagógicos desenvolvidos internamente, mas os conteúdos devem congrega os aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais da atividade de segurança pública.

Tabela 1 - Malha Curricular para as ações formativas da Polícia Civil e Polícia Militar (Núcleo Comum).

ÁREAS TEMÁTICAS DA MATRIZ	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (908H)
ÁREA TEMÁTICA I		
Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Estado, Sociedade e Segurança pública Sistema de Segurança Pública Fundamentos da Gestão Pública Gestão Integrada e Comunitária	12h 12h 12h 12h 60h
ÁREA TEMÁTICA II		
Violência, Crime e Controle social	Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade Criminologia Aplicada à Segurança Pública	30h 24h 54h
ÁREA TEMÁTICA III		
Conhecimentos Jurídicos	Direitos Humanos Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	18h 54h 72h
ÁREA TEMÁTICA IV		
Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos Resolução de Problemas e Tomada de Decisão Análise de Cenários e Riscos Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	18h 12h 12h 18h 60h
ÁREA TEMÁTICA V		
Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Interpessoais Saúde e Segurança aplicadas ao Trabalho Educação Física 1	24h 12h 120h 166h
ÁREA TEMÁTICA VI		
Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação Documentação Técnica Telecomunicações Tecnologias e Sistemas informatizados Gestão da Informação Inteligência de Segurança Pública Estatística aplicada à Segurança Pública ¹ Introdução à Análise Criminal	26h 12h 20h 20h 20h 16h 20h 24h

		158h
ÁREA TEMÁTICA VII		
Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania	12h
	Diversidade Étnico-sociocultural	14h
	Identidade e Cultura da Organização Policial	20h
	Ordem Unida	20h
		66h
ÁREA TEMÁTICA VIII		
Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Abordagem	60h
	Preservação e Valorização da Prova	12h
	Atendimento Pré-Hospitalar	24h
	Uso Diferenciado da Força ¹	20h
	Defesa Pessoal Policial	40h
	Armamento, Munição e Tiro	110h
	Técnicas de Imobilizações Policiais e	16h
	Utilização de Algemas	
		282h

Fonte: BRASIL (2014).

A análise da Tabela 1, demonstra que a Malha Curricular é organizada com base em áreas temáticas, destinadas a acolher um conjunto de áreas de conhecimentos que serão tratados nos currículos dos cursos de formação e capacitação e que devem contemplar os saberes indispensáveis à formação do profissional da área de segurança pública e a sua capacitação para o exercício da função.

O alinhamento entre o exercício das atividades realizadas pelo policial militar, as competências profissionais dele exigidas e as ações formativas, perpassa pelo estabelecimento da interdisciplinaridade e transversalidade dos saberes construídos no transcorrer dos cursos de formação policial militar. A interdisciplinaridade é caracterizada pela abordagem que integra duas ou mais áreas do conhecimento em uma associação significativa para ampliar e enriquecer a aprendizagem, enquanto que a transversalidade possibilita a sistematização de conhecimentos que permeiam a teoria e a prática e refletem na aprendizagem sobre a realidade (MODESTO, 2018; SANTOS, 2018).

A complexidade que permeia o fazer policial militar fortalece, portanto, o uso da interdisciplinaridade e da transversalidade, como meio de estimular a construção de saberes que emergem da realidade e que perpassam por múltiplas áreas do conhecimento, no desenvolvimento das ações formativas, dentre as quais está a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

2.2 Avaliação integrada na formação policial militar

A avaliação constitui elemento integrante do processo didático de ensino-aprendizagem, ao lado do professor, do aluno, do contexto e do conhecimento, tais elementos devem interagir em simbiose para que possam contribuir de forma significativa no processo educativo dos futuros profissionais de segurança pública. A avaliação oportuniza o acompanhamento do desenvolvimento das ideias, dos conceitos e das aspirações dos discentes a fim de redirecionar o ensino para alcançar os objetivos pessoais e institucionais dos envolvidos (BALIEIRO, 2003; ALMEIDA, 2017).

De forma geral, a avaliação do processo ensino-aprendizagem tem se manifestado como uma exigência burocrática do sistema educacional, realizada de forma individual, com a função de classificar o aluno. Todavia, a avaliação da aprendizagem pessoal acerca do conhecimento ou da habilidade está atrelada à análise dos parâmetros relacionados ao projeto político-pedagógico dos cursos de formação, pois o sentido da avaliação é cuidar da aprendizagem e facilitar a tomada de decisões no que tange aos processos educacionais (DEMO, 2005; ALMEIDA, 2015).

A avaliação integra a ideia de sociedade e deve atingir ao sistema formativo policial militar de maneira holística, uma vez que a atividade policial militar envolve o desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e atitudinais. A Matriz Curricular Nacional prevê em seu bojo a possibilidade de formular combinações de métodos de avaliação, acrescentando-lhes a necessária perspectiva formativa, que envolve a avaliação cognitiva, mas também a aquisição de habilidades psicomotoras, além do importante desenvolvimento do domínio afetivo-atitudinal e de valores éticos essenciais ao exercício profissional (BRASIL, 2014).

A avaliação integrada da aprendizagem, enquanto instrumento avaliativo, consiste em verificar o conhecimento adquirido pelo aluno sobre os assuntos tratados em todo o curso, considerados de forma global (FERREIRA, 2017). Este tipo de avaliação tem sido gradativamente incluído no sistema educacional brasileiro, no intuito de promover a interdisciplinaridade e a transversalidade, pois utiliza a avaliação como elo entre as disciplinas que compõem os cursos de formação.

A avaliação integrada constitui maneira de repensar a condução da renovação do processo formativo policial militar, pois:

Esse instrumento buscaria consolidar a ideia de processo, de integração, de movimento, evolução e inovação, contrapondo-se à avaliação produtivista, estática e de meros resultados. Não se tratava simplesmente de constatar desempenhos de estudantes, mas de avaliar as grandes tendências curriculares, as dinâmicas formativas e as relações interdisciplinares de conjuntos de cursos que constituem as grandes áreas do conhecimento, como ciências humanas, exatas, tecnológicas e da saúde (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 212).

A proposta de operacionalização da implementação do uso da Avaliação Integrada no âmbito da formação policial militar perpassa pela modulação das disciplinas que compõem a Malha Curricular Comum e a Malha Curricular Específica, com a organização pautada nos eixos e áreas de aprendizagem previstos na Matriz Curricular Nacional, agregando disciplinas afins que interagem e relacionam-se umas com as outras, consolidando uma prática pedagógica com visão holística, interdisciplinar e transversal (BRASIL, 2014).

A frequência das avaliações integradas pode ser estabelecida tanto pelo pelo marcador temporal, quanto pelo conteúdo estudado, de modo a manter os alunos em constante observância dos assuntos do curso. Sendo assim, a avaliação de cada módulo precisa ser elaborada a partir do “tema integrador”, definido no início do processo de ensino-aprendizagem, pelos professores de cada área. A partir desse tema, são construídas as questões que abordem os temas transversais do módulo, as quais são aglutinadas na mesma avaliação a ser realizada num mesmo momento (WOLLMANN, ZAMBON, 2017).

A Avaliação Integrada se apresenta, então, como proposta de combinação de métodos avaliativos e construção de questões integralizadoras para analisar a apreensão do conteúdo por parte do aluno, não apenas na área cognitiva, mas também nos campos afetivos e atitudinais, de forma a atender os aspectos da interdisciplinaridade e da transversalidade dos conteúdos (re) organizados e trabalhados no transcorrer dos cursos de formação policial militar. A proposta de questões parte de uma equipe multidisciplinar formada pelos instrutores das disciplinas pertencentes a cada módulo de conteúdo a ser aplicada a todos os alunos do curso, propiciando uma análise crítica contundente da qualidade do curso e do

poder de capacitar integralmente os futuros policiais militares para o exercício laboral (MORGADO et al, 2012; SANTOS, 2018).

A avaliação integrada compõe o conjunto de ferramentas de aperfeiçoamento do sistema de avaliação nos cursos de formação policial militar. Dentre os pontos positivos para adoção como ação formativa está a integralização dos conteúdos estudados no transcorrer do curso, bem como a aproximação da realidade da profissão, que é cobrada por respostas rápidas e dentro de parâmetros técnicos e éticos. Enquanto que os pontos desafiadores ficam por conta da necessidade de um repensar sistêmico da aprendizagem profissional com o envolvimento de todos os atores do processo ensino-aprendizagem, desde os gestores, até o próprio aluno. O corpo docente e o administrativo devem estar imbuídos para que avaliação integrada possa deixar de ser mera teoria e se torne uma prática, visando à difusão da doutrina junto ao corpo discente, para tanto a capacitação de docentes, coordenadores e corpo administrativo é primordial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação policial militar constitui desafio contínuo. Assim, a melhoria e aperfeiçoamento das fases do processo ensino-aprendizagem nas fases iniciais de construção dos saberes necessários para o exercício da profissão constitui ponto de destaque para alcançar a excelência dos serviços de manutenção da ordem pública e segurança da comunidade em uma visão holística do atuar policial militar. Assim, retomamos a pergunta norteadora do presente estudo, que é: como implementar a transversalidade e a interdisciplinaridade no processo de avaliação do ensino e da aprendizagem na formação policial militar?

A inclusão da avaliação integrada se apresenta como possibilidade de instrumento avaliativo nos cursos de formação policial militar, pois provoca o questionamento dos conceitos, dos conteúdos e das funções docentes, ao tempo em que oportuniza a implementação da interdisciplinaridade e transversalidade de saberes. O desafio na implementação da avaliação integrada nas ações formativas é a compreensão da integralidade dos conhecimentos necessários para o exercício da atividade de policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública, bem como do entendimento que a avaliação é um elemento constitutivo do processo de ensino-

aprendizagem que necessita estar integrado já nos primeiros momentos de construção de saberes.

A proposição da aplicação do componente avaliativo integrado constitui inovação no processo de verificação do desempenho discente. Todavia, existe a necessidade de aprofundamento dos estudos científicos no âmbito da formação profissional e em especial na avaliação do processo ensino-aprendizagem, de modo a abrir espaço para uma agenda de estudos que abordem: a percepção dos atores envolvidos na implementação da avaliação integrada, desde de docentes e discentes, até os gestores de ensino; os reflexos da implementação na atuação dos egressos dos cursos de formação policial militar; a avaliação integrada nas disciplinas prioritariamente práticas; e a integração da avaliação com demais elementos do processo formativo.

Portanto, os principais beneficiados com o estudo realizado são os cidadãos brasileiros que poderão ter policiais militares mais capacitados para enfrentar as dificuldades da atividade cotidiana de segurança pública. Somados a estes, estão os integrantes das corporações policiais militares, que poderão direcionar o planejamento do ensino para a redução das dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. E. G. A avaliação ao processo ensino-aprendizagem na concepção dos professores do curso de formação de oficiais da academia de polícia militar costa verde. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 16, n. 3, 2017.

ALMEIDA, F. E. G. A avaliação do processo ensino-aprendizagem na concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 13, n. 1, 2015.

BALIEIRO, A. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde – MT. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2003.

BATITUCCI, E. C. Gerencialismo, estamentalização e busca por legitimidade: O campo policial militar no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, 2019.

BOLSONARO, L. P. L.; VILARINHO, T. F.; HAMADA, H. H. Análise dos currículos dos cursos de formação de oficiais policiais militares do Brasil. **Revista Susp**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 95-111, 2021.

BRASIL. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília. SENASP/MJ, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COUTO, E. H. S. **Educação em direitos humanos na formação policial militar em Pernambuco**: uma análise do curso de formação de soldados 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2017.

CORDEIRO, B.; GIMENEZ, R. M. As Contribuições da Professora Valdemarina na concepção teórico-metodológica da Matriz Curricular Nacional e a proposta de atualização. **Revista Segurança Justiça e Cidadania**. v. 7, 2014.

DEMO, P. **Ser professor é cuidar para que o aluno aprenda**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010.

FERREIRA, J. J.; SOBRINHO, W. S. P. Educação em Direitos Humanos na formação Policial Militar. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 17, n. 1, 2017.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MÉNDEZ, J. M. Á. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Trad: Magda Schwartzhaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

MODESTO, M. A. BNCC, transversalidade, meio ambiente e ensino de história: elementos para um diálogo entre história e a pedagogia. **Boletim Historiar**, v. 5, n. 03, 2018.

MORGADO, F.; BARBOSA, N. M.; MOTA, E. F. Criando, Validando e Aplicando Testes de Progresso nos Cursos de Engenharia da UNIFESO. In: **Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia – Cobenge 2012**, Belém, PA: Abenge, 2012.

RIBEIRO, J. R. et al. A percepção dos professores em relação ao sistema de avaliação normatizado pela academia da polícia militar, com foco na avaliação da aprendizagem. **Roteiro**, v. 39, n. 2, p. 417-436, 2014.

SANTOS, C. A. Desafios para a interdisciplinaridade no ensino das ciências da natureza. **Revista Thema**, v. 15, n. 2, p. 363-370, 2018.

TAVARES, C. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Orgs. SILVEIRA, R. M. G.; DIAS, A. A.; FERREIRA, L. F. G.; FEITOSA, M. L. P. A. M.; ZENAIDE, M. N. T. João Pessoa, Ed. UFPB, 2007.

WOLLMANN, V. A.; ZAMBON, L. B. **Avaliação da aprendizagem no ensino médio**: contribuições do ensino médio politécnico. XIII Congresso Nacional de Educação, Curitiba, 2017.

**ANÁLISE SOBRE O FLUXO DE NOTIFICAÇÕES DE SUICÍDIOS NA
SEGURANÇA PÚBLICA NO BR: UMA REVISÃO COMPARATIVA ENTRE O
ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP) E O BOLETIM
(IPPES) – 2018/2019**

**ANALYSIS OF THE FLOW OF NOTIFICATIONS OF SUICIDES IN PUBLIC
SAFETY IN BR: A COMPARATIVE REVIEW BETWEEN THE BRAZILIAN
YEARBOOK OF PUBLIC SAFETY (FBSP) AND THE BULLETIN (IPPES) –
2018/2019**

Nathalia Fallavena Ceratti

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo principal abordar e discutir o fluxo de informação acerca das notificações de suicídios consumados de profissionais da segurança pública, com destaque para os casos ocorridos no Brasil nos anos de 2018 e 2019. Essa iniciativa será realizada a partir da revisão dos documentos oficiais divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (“Anuário Brasileiro de Segurança Pública”) e pelo Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (“Boletim IPPES”). Com base nesses dados, o presente estudo se propõe a analisar dificuldades, desafios e possíveis melhorias no acesso a dados oficiais e extraoficiais de suicídio de profissionais de segurança pública, além de discutir o processo de construção e análise desses dados.

Palavras-chave: fluxo de informação; notificações; suicídio consumado; suicídio policial; Segurança Pública.

ABSTRACT

The main objective of this article is to address and discuss the flow of information about the notifications of completed suicides of public security professionals, with emphasis on cases that occurred in Brazil in the years 2018 and 2019. This initiative will be carried out based on the review of the official documents published by the Brazilian Public Security Forum (“Brazilian Yearbook of Public Security”) and by the Institute for Research, Prevention and Studies in Suicide (“IPPES Bulletin”). Based on these data, this study aims to analyze difficulties, challenges, and possible improvements in accessing official and unofficial suicide data from public safety professionals, in addition to discussing the process of construction and analysis of these data.

Keywords: information flow; notifications; completed suicide; police suicide; Public security.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as notícias a respeito do crescente aumento do suicídio policial estão em consonância com a literatura internacional, ao apontar para a hipótese de que as taxas de mortes auto infligidas entre os profissionais da segurança pública são superiores à média da população geral (GUIMARÃES; MIRANDA, 2016). Porém, uma

pergunta ainda permanece: quais seriam os fatores desencadeadores para tal fenômeno tão complexo? Estar expostos, dia após dia, a situações de violência, à insatisfação com a profissão, a recursos materiais limitados, a exaustivos plantões e a escaladas de trabalho, ao sofrimento e à miséria humana, além da plena sensação de estarem correndo riscos (reais ou imaginários), são fatores capazes de desencadear gatilhos tão fortes de ansiedade e estresse que levem o sujeito a matar-se (DE SOUZA et al., 2007). Além disso, estresse, depressão, transtorno do estresse pós-traumático, alcoolismo, acesso fácil a armas de fogo, desamparo emocional e psicológico são fatores que – concomitantes ou não – também contribuem para tal fenômeno (VIOLANTI, 1995).

Um dos principais fatores que tem demonstrado eficácia para a prevenção do suicídio é o conhecimento e o esclarecimento sobre o assunto. Neste sentido, Botega (2014, p. 234) aponta a “elaboração de estratégias nacionais e locais de prevenção do suicídio, conscientização e questionamento de tabus na população [...] e treinamento de profissionais de saúde em prevenção de suicídio” como algumas das ações válidas e fundamentais para a prevenção do suicídio. Além disso, pesquisas científicas, mapeamento estatístico e discussões acadêmicas sobre o tema são a chave para desmistificar esse problemático fenômeno, além de auxiliar no planejamento estratégico para o desenvolvimento de políticas públicas.

Apesar de entendermos a importância do conhecimento de dados sobre o assunto para a prevenção do suicídio, há um enorme sub-registro e subnotificação de casos de suicídios no Brasil e no mundo. Neste sentido, estudos apontam haver uma parcela significativa dos casos de suicídios notificados de maneira equivocada, ou seja, sob outras denominações, sendo classificados como casos de mortes acidentais e/ou mortes por causas indeterminadas (BOTEGA, 2014). No caso específico de vítimas policiais, a má classificação dos suicídios é prática recorrente, tanto pelo despreparo dos profissionais para a coleta adequada desses dados quanto pela relutância em dar acesso desses dados oficiais quando colhidos ao público externo (VIOLANTI, 1995), além de casos em que os próprios colegas de farda encobrem a verdadeira causa da morte para resguardar o falecido e seus familiares (MIRANDA, 2016). Com relação a problemática acima, trataremos mais minuciosamente no segundo capítulo deste trabalho.

Pensando na importância dos impactos que a coleta de dados oficiais e pesquisas científicas bem estruturadas possuem em ações de prevenção ao suicídio, todos os anos, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) lança o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública”, contendo todos os dados oficiais e estatísticos de crimes ocorridos na segurança pública em território nacional, incluindo suicídios consumados de policiais da ativa na Polícia Militar e na Polícia Civil. Ademais, desde 2016, o Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPEs), monitora, sistematiza e organiza registros informais de mortes violentas intencionais entre os profissionais de segurança pública em todo o Brasil, com o objetivo de produzir, anualmente, um Boletim com todas as estatísticas e análises críticas sobre esse fenômeno.

Sendo assim, a partir das publicações disponibilizadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio, temos como objetivo central deste trabalho fazer uma comparação dos dados estatísticos dos anos de 2018 e 2019. Para tanto, neste estudo, iremos discutir o fluxo de informação do suicídio consumado na segurança pública no Brasil, apontar os desafios enfrentados ao longo do processo de notificação e explorar as potencialidades desse tipo de estudo. Por fim, serão debatidos alguns meios de aprimorar o processo de construção e análise desses dados.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Suicídio Policial

Cada vez mais, o suicídio tem se tornado um assunto de extrema preocupação mundial, pois, segundo informações da Organização Mundial de Saúde (OMS), ocorrem, anualmente, um milhão de mortes autoprovocadas (BOTEGA, 2014).

Além disso, dados trazidos pela OMS, em seu Relatório Global para Prevenção do Suicídio (2014), destacam que:

A cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio e o tabu em torno deste tipo de morte impede que famílias e governos abordem a questão abertamente e de forma eficaz. A mortalidade de pessoas com idade entre 70 anos ou mais é maior (apud MIRANDA, 2016, p. 17).

No Brasil, a realidade não é muito diferente, como descreve Botega (2014): “o coeficiente médio de mortalidade por suicídio no período 2004-2010 foi de 5,7% - 7,3% no sexo masculino e 1,9% no feminino”.

Neste contexto, no que tange ao suicídio, uma das categorias ocupacionais de maior apreensão ainda tem sido a policial. Como demonstra a literatura nacional, existe uma maior vulnerabilidade apresentada dentro desta classe. Uma das principais hipóteses aponta que, devido ao aumento significativo dos índices de violência em todo o território nacional a partir da década de 80, a demanda por maior rigidez de políticas públicas na área da segurança pública vem sobrecarregado de maneira física, emocional e psicológica os policiais. Além das pressões exteriores, os servidores da segurança pública ainda precisam lidar com condições precárias de trabalho, que prejudicam seu desempenho funcional, afetando tanto sua saúde física quanto mental, ocasionando estresse e adoecimento psíquico, gerando um maior risco de suicídio por parte desses servidores (DE SOUZA et al., 2007).

Assim, a literatura aponta que a ocorrência do suicídio policial está diretamente ligada a diversos fatores situacionais, tais como:

a) características diretamente relacionadas à profissão - iminente risco de ferimento ou morte, hierarquia rígida, baixo prestígio social e fácil acesso a arma de fogo; b) aspectos indiretamente associados ao trabalho - infalibilidade, *ethos* guerreiro, pressão dos pares, virilidade e austeridade (MIRANDA et al, 2020, p. 27).

Ademais, a violência e o estresse extremos enfrentados diariamente pelos agentes de segurança pública contribuem para o alto índice de suicídios dentro desta categoria. Pois, segundo Violanti (1995), a maioria dos policiais são expostos à violência de tal forma que encaram a morte praticamente todos os dias. E, por consequência, uma vez que são expostos a diversos fatores estressores repetidas vezes cotidianamente, podem acabar chegando aos seus limites e, em alguns casos, cometer suicídio.

Outro fator preponderante no que diz respeito ao suicídio policial é o fácil acesso a armas de fogo. Principal razão pela qual o suicídio policial é distinguido do suicídio da população em geral, pois a maioria dos profissionais da segurança pública possui posse e porte de armas de fogo. Um estudo verificou suicídios policiais em

duas cidades-capitais de países distintos. O resultado apresentou que “a taxa de suicídio policial na cidade de Nova Iorque era o dobro da população em geral, enquanto a taxa de suicídio policial em Londres, onde policiais não portam armas de fogo, era semelhante à da população civil da cidade” (VIOLANTI, 1995).

As expectativas e ambições com relação a um tão almejado emprego, após consegui-lo, muitas vezes, ao longo dos anos, tornam-se, infelizmente, em amargas frustrações e indiferenças. O trabalho na polícia não costuma ser diferente. Violanti (1995) afirma que a maioria dos profissionais da segurança pública entra para a corporação com grandes ideais e nobres princípios altruístas. Porém, com o passar do tempo, este senso de idealismo – por diversos fatores – acaba se transformando em cinismo radical.

Além disso, Violanti (1995) acrescenta:

Também é possível que sentimentos de impotência sejam provocados pela natureza do trabalho. Uma sensação de desamparo é uma percepção perturbadora para qualquer pessoa, mas especialmente para os policiais que estão condicionados a se verem como super-heróis capazes de qualquer coisa. O suicídio é uma forma de lidar com o desamparo e a dor emocional. E essa decisão final pode ser uma tentativa de restaurar os sentimentos de força, coragem e domínio sobretudo (p. 3-4).

E, exatamente, por consequência ao cinismo radical da frustração desenvolvida em razão da profissão, os policiais acabam por dissimular suas próprias emoções como meio de proteção e acabam gerando problemas nas esferas pessoal, familiar e profissional.

Além disso, Almeida (2013) completa afirmando que quando um policial:

[...] vivência problemas (graves) a pelo menos dois de três níveis - pessoal, familiar e social – a possibilidade de se sentir perturbado aumenta, bem como é maior o risco de tentativa de suicídio. (p. 25 apud SAMPAIO, 2006; SHNEIDMAN, 1985; 1986).

Exatamente, por serem treinados a demonstrarem frieza sentimental e a esconderem suas emoções (ALMEIDA, 2013), por vezes, precisam encontrar uma válvula de escape, a qual nem sempre é a melhor solução.

Pesquisas demonstraram que o uso de álcool e outras drogas também são fatores diretamente associados ao suicídio. Em um estudo de Violanti (2004a, b apud

VIOLANTI, 2018), o aumento do uso de álcool foi associado a uma chance 4,45 vezes maior de ideação suicida. Além disso, um experimento feito por Pienaar e Rothmann (2005, apud VIOLANTI, 2018) apontou que consumir mais de oito bebidas alcoólicas por semana está diretamente ligado a uma alta pontuação de ideação suicida no “Questionário de Ideação de Suicídio em Adultos”. Ademais, uma pesquisa apontou abuso de álcool em 60% dos suicídios ocorridos no Departamento de Polícia de Chicago. “Os administradores devem estar cientes de que o alcoolismo pode levar a outros problemas de trabalho, como alto absenteísmo, acidentes de trânsito ou intoxicação em serviço” (VIOLANTI, 1995).

Porém, um dos maiores problemas ainda encontrados dentro do âmbito da segurança pública tem sido o *tabu* em relação ao suicídio policial. Exatamente, por ainda ser considerado um estigma, a morte por suicídio, muitas vezes, é equivocadamente classificada como acidental ou como causa indeterminada, devido a própria administração policial ou aos familiares do falecido ocultarem evidências da morte para tentarem manter a integridade moral do mesmo (VIOLANTI, 1995). Sendo assim, a má classificação desses suicídios acarreta na subnotificação de registros de mortes violentas intencionais na segurança pública, gerando uma taxa significativa de mortes cuja causa é desconhecida. Como corrobora Violanti (1995): “Um estudo no Departamento de Polícia de Chicago estimou que até 67% dos suicídios de policiais naquela cidade foram erroneamente classificados como mortes acidentais ou naturais”.

Assim, conforme anteriormente descrito, há muitos fatores relacionados às altas taxas de suicídio entre policiais, sendo esses apenas alguns de tantos outros desencadeadores desse tipo de ocorrência. A fim de ampliar essa discussão, a seguir, trataremos brevemente sobre o assunto da subnotificação de casos de suicídios consumados na segurança pública no Brasil.

2.2 Subnotificação de casos de suicídios consumados na segurança pública no Brasil

Para tratarmos sobre o assunto da subnotificação de mortes violentas intencionais ocorridas no âmbito da segurança pública no Brasil, é preciso abordar

primeiramente quais são as possíveis causas dessas subnotificações e desses sub-registros de um modo geral.

A maioria das pesquisas voltadas para o assunto da violência utiliza dados de mortalidade em virtude do fácil acesso e à qualidade da informação, pois, apesar desses dados identificarem apenas o evento fatal, são a partir dessas referências que se compreendem as causas externas do fenômeno (GAWRYZEWSK et al, 2004 apud DE JESUS E MOTA, 2010). Apesar da qualidade dos dados de mortalidade, estudos realizados em diversos países, acabaram demonstrando inconsistências na verificação da confiabilidade das informações constantes na Declaração de Óbito (DO) acerca da causa básica da morte, como, por exemplo: preenchimento insatisfatório da declaração, registro impreciso da causa básica, sem contar as inúmeras subnotificações, o que, por si só, significam um obstáculo para o avanço no entendimento mais preciso sobre o assunto (SIMÕES, REICHENHEIM, 2001; SIBAI et al., 2002; LONDON et al., 2002; PRIDEMORE, 2003; HARAKI, GOTLIEB, LAURENTI, 2005 apud DE JESUS e MOTA, 2010).

Além das considerações anteriormente mencionadas, também foram elencados um conjunto de elementos referentes aos sub-registros de informações de mortes violentas, especificamente, no que diz respeito ao:

[...] despreparo dos profissionais que lidam com o registro, desvalorização cultural do registro nas instituições públicas; envolvimento de policiais em crimes; estigma social criado em torno da população vítima da violência (pobres, negros residentes nas periferias urbanas), entre outros (NJAINÉ et al, 1997 apud DE JESUS; MOTA, 2010, n.p.).

Um estudo realizado pelos pesquisadores de Jesus e Mota (2010), para demonstrar os fatores associados à subnotificação de causas violentas de óbito com base na análise de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) na cidade de Salvador-BA no ano de 2005, em um primeiro momento, constatou o número de 77 suicídios (5,5%) e 3 óbitos (3,8%) por causa subnotificadas, porém, o total de casos após a correção dessas subnotificações passou de 77 para 80 casos (5,5%), um aumento de 3 casos (3,9%), o que corrobora com a literatura que veremos a seguir, que afirma que a maioria dos casos de óbitos por causas subnotificadas equivocadamente classificados, uma vez esclarecidos, acabam entrando

corretamente para a estatística, validando as taxas e fortalecendo a fidedignidade de pesquisas científicas sobre o assunto.

Relativamente às subnotificações das estatísticas de suicídios policiais, existem diversos fatores relacionais que explicam o fenômeno. O primeiro deles é a inexistência das informações referente a mortes violentas intencionais no âmbito policial (GUIMARÃES, MIRANDA, 2016) ou pelo simples despreparo dos próprios profissionais e da instituição para a coleta desses dados (NJAINÉ et al, 1997 apud DE JESUS; MOTA, 2010). O segundo ponto, caso existam essas informações referentes ao suicídio policial, muitas vezes não são coletadas pela própria instituição, e quando o são, não são organizadas de forma sistemática. Além disso, existe uma resistência muito grande por parte das organizações policiais em divulgar essas informações para o público externo, contribuindo ainda mais para o sub-registro dos suicídios policiais (GUIMARÃES, MIRANDA, 2016).

Ademais, Violanti (1995) traz que suicídios policiais possuem sua causa *mortis*, muitas vezes, equivocadamente classificada como acidental ou por causa indeterminada. Ele atribui isso ao fato de policiais acreditarem no mito do “complexo de super-heróis” atribuído ao desempenho da função, na qual o cometimento de suicídio seria um ato vergonhoso tanto para o policial quanto para a profissão. E uma vez que o âmbito policial representa uma subcultura onde seus pares e companheiros de profissão tendem a cuidar uns dos outros, na vigência de algo que possa vir a trazer desonra para seu igual ou seu familiar, podem tender a ignorar certas evidências durante o processo de classificação. Por isso, continua o autor, exatamente, por conta desses *tabus* e preconceitos advindos do meio policial, pesquisas podem, infelizmente, chegar a falsas conclusões em relação às causas e frequências de suicídios policiais, razão pela qual estudos científicos não devem se basear apenas em taxas oficiais. Resultados de uma pesquisa trazida pelo pesquisador sobre o assunto, demonstraram que, durante um intervalo de 40 anos, quase 30% dos suicídios policiais podem ter sido incorretamente classificados (VIOLANTI, 1995).

Para exemplificar melhor a problemática da subnotificação de casos de suicídios policiais ocorridos no âmbito da segurança pública, dados retirados do

Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020³⁰ demonstram que, das 27 unidades federativas consultadas pelo Fórum para a pesquisa sobre suicídios consumados de policiais militares e civis na ativa, cinco³¹ delas não disponibilizaram essas informações, ou seja, dos 93 e 91 casos, respectivamente, de suicídios consumados, ocorridos nos anos de 2018 e 2019, entre policiais militares e civis na ativa em todo o Brasil, poderiam ser ainda maiores senão houvesse a subnotificação de casos por parte das instituições.

Por sua vez, o Boletim, elaborado todos os anos pelo Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES), por trabalhar com fontes informais e extraoficiais, acaba por perder ainda mais informações. Para estes mesmos anos, o IPPES recebeu a notificação de 51 e 83 casos de suicídios consumados, respectivamente, envolvendo profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Sistema Penitenciário, Forças Armadas e Guarda Municipal, de 24 estados brasileiros.

Conforme dito anteriormente o difícil acesso, a qualidade da informação e a organização desses dados, muitas vezes feita de forma assistemática, pelas instituições, faz com que tenhamos um comprometimento dos registros de suicídios consumados ocorridos na segurança pública em todo o Brasil, ocasionando a subnotificação desses casos. A partir da tabela a seguir, disponibilizada pelo IPPES, podemos comprovar, de forma mais precisa, a subnotificação de casos de suicídios consumados, tentativas de suicídios, homicídios seguidos de suicídios, mortes por causa indeterminada e outros, ocorrida na segurança pública no Brasil entre os anos de 2018 e 2019:

Tabela 1 - Subnotificação de casos de mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios na segurança pública/BR – Boletim (IPPES).

Subnotificação de Dados				
	2018		2019	
Nº	Variável	N/I	Variável	N/I
1º	Idade	51	Estado civil	99
2º	Motivação	51	Situação funcional	84
3º	Estado civil	43	Motivação	82
4º	Unidade/setor/departamento	21	Idade	79
5º	Situação no momento do fato	14	Unidade/setor/departamento	52

³⁰ Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 (FBSP) – Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>.

³¹ Acre, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Rio Grande do Norte.

6º	Meio utilizado	13	Local	26
7º	Local da ocorrência	12	Cargo/patente/graduação	20
8º	Cargo/patente/graduação	11	Meio utilizado	19
9º	Nome da vítima	7	Cidade da ocorrência	16
10º	Cidade da ocorrência	4	Nome da vítima	8
	Total: 88 casos		Total: 143 casos	

*N/I: Não informado.

Fonte: Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (2020).

Como podemos observar na tabela acima, do total de 88 casos notificados em 2018 e 143 em 2019, as variáveis “idade” e “estado civil” foram as que apresentaram o maior número de perda de informação, onde em 51 e 99 dos casos não existiam esses dados. Já no que se refere às variáveis “motivação” e “situação funcional”, foram verificadas perdas de 51 e 84 das informações nos casos. A variável “situação no momento do fato” apresentou subnotificação (14) apenas no ano de 2018, pois no ano seguinte foi retirada como categoria de análise, e “meio utilizado” apresentou perda em 13 e 19 dos casos, respectivamente, nos dois anos.

Nos ativemos a essas variáveis em particular, pois, são a partir delas que se pensam políticas públicas de prevenção. “Situação funcional” é de extrema relevância uma vez que informa o tipo de vínculo do agente à instituição, se ele estava ativo (lotado, efetivo, licença médica, afastado, adido) ou inativo (reformado, aposentado, reserva remunerada, excluído). “Situação no momento do fato”, variável na qual fica demonstrado se a vítima estava em serviço ou de folga, ou até mesmo afastado por questões médicas ou inativo, é fundamental para prevenção do comportamento suicida. “Idade”, configurado outro fator de relevante importância, uma vez que serve de subsídio para delinear o perfil das vítimas. E a variável “meio utilizado” se caracteriza como um fator, particularmente, importante, uma vez que, analisado pela literatura, a facilidade de acesso a armas de fogo por parte de profissionais da segurança pública aumenta consideravelmente o risco de suicídio.

Portanto, fica evidente que a subnotificação de casos por mortes intencionais na segurança pública se deve, principalmente, ao difícil acesso ou à inexistência desses dados, que, quando coletados, se coletados, por instituições policiais, não são feitos de forma sistemática a ponto de que essas informações fiquem disponível ao público externo ou à outras instituições.

Em resumo, uma possível solução para aperfeiçoar o fluxo de notificação e diminuir as taxas de subnotificações e sub-registros de mortes violentas ocorridas na segurança pública no Brasil, seria “o treinamento dos profissionais envolvidos com o registro da informação [...]; a construção de sistema de informação que integre dados da saúde e da segurança pública; [...]; a melhoria das condições de trabalho nos diversos serviços envolvidos” (DE JESUS e MOTA, 2010).

2.3 Anuário Brasileiro de Segurança Pública e Boletim IPPES: Uma análise comparativa

Desde a sua primeira edição³², lançada no ano de 2007, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, traz em seus documentos, informações sobre a letalidade policial, tendo o foco, primordialmente, na vitimização de policiais em serviço e civis em confrontos policiais.

A partir de então, todos os anos, o Anuário segue a mesma linha, ao organizar e analisar estatísticas referentes à vitimização policial.

Entretanto, foi em 2013, em sua sétima edição³³, que o Fórum começou a incluir em seus compêndios informações acerca de homicídios de policiais militares e civis, e, no ano seguinte³⁴, pela primeira vez, notificou suicídios policiais ocorridos na segurança pública, entre os anos de 2009 e 2013, em todo o Brasil.

Decorridos cinco anos desde a última publicação acerca do assunto, no ano de 2019, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em seu 13º Anuário³⁵, voltou a publicar notificações de suicídios policiais. Porém, desta vez, passou a notificar suicídios consumados de policiais militares e policiais civis da ativa por unidades da federação e calcular a taxa de acordo com o efetivo policial de cada estado. Conforme mencionado no capítulo anterior, apesar de o Fórum possuir acesso a dados oficiais disponibilizados pelas instituições para os seus registros e estatísticas, ainda possui subnotificações em seu banco de dados, devido a alguns estados não

³² 1º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) – Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/1-anuario_2007.pdf.

³³ 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) – Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/7_anuario_2013-corrigido.pdf.

³⁴ 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) – Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/8_anuario_2014_20150309.pdf.

³⁵ 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) – Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf.

disponibilizarem as informações necessárias para a pesquisa, o que dificulta uma análise mais precisa sobre o fenômeno.

Sendo assim, além dos assuntos voltados para a letalidade e vitimização policial, todos os anos, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública aborda temas de extrema relevância em seus anuários, tais como: mortes violentas intencionais (homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte), violência doméstica e sexual (homicídio de mulheres e feminicídio, lesão corporal dolosa, ameaça, estupro e estupro de vulnerável, assédio e importunação sexual), crimes contra o patrimônio (roubo e furto de veículos, outros roubos), armas de fogo e entorpecentes (armas de fogo apreendidas, tráfico de entorpecentes e posse e uso de entorpecentes), desaparecimentos (pessoas desaparecidas e localizadas), injúria racial e LGBTQI+ (injúria racial e racismo, crimes contra a população LGBTQI+), mortes a esclarecer, suicídios, crimes violentos não letais intencionais contra a pessoa, posse e porte ilegal de arma de fogo, entre outros, ocorridos na população em geral.

Portanto, fica evidente a abrangência da temática e a riqueza de detalhes das informações trazidas, ano após ano, pelo Anuário, com uma abordagem generalista, porém, extremamente profissional, voltada para a prevenção e o esclarecimento dos fenômenos, além do aprimoramento de estudos e pesquisas científicas na área que auxiliem no desenvolvimento de políticas públicas no campo da segurança pública.

O Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES)³⁶ começou sua trajetória em 2013, quando ainda fazia parte do então denominado Grupo de Estudos em Suicídio e Prevenção (GEPeSP), vindo a ser fundado em 2019, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Foi a partir da colaboração de pesquisadores altamente qualificados, da sociedade civil e de profissionais da segurança pública que foram desenvolvidos projetos e pesquisas referentes à prevenção e à posvenção do suicídio na segurança pública, documentos esses que viraram referência para lei estadual 8.591 do Rio de Janeiro que dispõe sobre a criação de programas de prevenção ao suicídio de profissionais de segurança pública no estado, dando notoriedade pública ao grupo, e

³⁶ Disponível em: <https://ippesbrasil.com.br/>.

comprovando, cada vez mais, a necessidade e importância da produção do conhecimento técnico-científico como método de prevenção ao suicídio no Brasil.

Sendo assim, desde 2016, o IPPES³⁷ monitora, sistematiza e organiza registros informais de mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios entre os profissionais de segurança pública em todo o Brasil. No que tange a registros informais, o Instituto conta com a colaboração de uma vasta rede composta por diversos profissionais da segurança pública que chega através de redes sociais, assim como o auxílio de jornais locais e mídias de todo o país. O comportamento suicida notificado pelo grupo compõe: suicídios consumados, tentativas de suicídio, homicídios seguidos de suicídio (H/S), mortes por causa indeterminada e outros, tendo como público-alvo os profissionais da segurança pública, incluindo: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Sistema Penitenciário, Forças Armadas e Guarda Municipal.

É inegável que, apesar de curta a trajetória do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio, é evidente e manifesto o destaque do grupo na área sobre mortes violentas intencionais na segurança pública, principalmente, no que diz respeito à especificidade da temática, contendo um público-alvo tão abrangente, sem perder a qualidade do dado.

Abaixo, na tabela 2, temos um quadro comparativo sobre os principais pontos convergentes e divergentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e do Boletim (IPPES):

Tabela 2 - Características divergentes e convergentes entre o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Boletim (IPPES).

Características divergentes e convergentes	Anuário Brasileiro de Segurança Pública - FBSP	Boletim – IPPES Notificações de Mortes Violentas Intencionais entre Profissionais de Segurança Pública no Brasil
Tema	Crimes ocorridos no Brasil	Comportamento suicida na segurança pública
Abordagem	Geral	Específica
Objeto	Ocorrências gerais	Ocorrências específicas

³⁷ Boletim de Notificações de Mortes Violentas Intencionais entre profissionais de Segurança Pública no Brasil 2020 – Disponível em: <https://ippesbrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Boletim-IPPES-2020-Notifica%C3%A7%C3%A3o-de-Mortes-Violentas-Intencionais-entre-Profissionais-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-no-Brasil-ERRATA.pdf>.

Notificações	Homicídio, latrocínio, lesão corporal, violência doméstica, estupro etc. - incluindo suicídio	Suicídio consumado, tentativa de suicídio, homicídio seguido de suicídio, mortes por causa indeterminada e outros
Suicídio policial	PM e PC	PM, PC, CBM, PF, PRF, Sistema Penitenciário, Forças Armadas e Guarda Municipal
Dados	Oficiais	Extraoficiais
Abrangência	Brasil	Brasil
Frequência	Anual	Anual

Fonte: Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (2020).

Como dito anteriormente, tanto o Anuário Brasileiro de Segurança Pública quanto o Boletim se atêm a notificações de casos de mortes violentas intencionais na segurança pública em todo o Brasil, principalmente, no que diz respeito a suicídios consumados. Abaixo analisaremos dados recentes sobre o assunto trazidos por estes documentos:

Tabela 3 - N° absolutos de suicídios consumados entre policiais militares e policiais civis da ativa/BR – Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Anuário Brasileiro de Segurança Pública - FBSP			
N° Absolutos: Suicídios Consumados – Polícia Militar e Polícia Civil da ativa (Brasil)			
Ano	PM	PC	Total
2018	67	26	93
2019	65	26	91

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)

Tabela 4 - N° absolutos de suicídios consumados entre policiais militares e policiais civis da ativa e inativa/BR – Boletim (IPPES).

Boletim IPPES			
N° Absolutos: Suicídios Consumados – Polícia Militar e Polícia Civil da ativa e inativa (Brasil)			
Ano	PM	PC	Total
2018	38	8	46
2019	56	9	65

Fonte: Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (2020).

Como podemos observar, no ano de 2018, o Anuário registrou 67 ocorrências de suicídios consumados na polícia militar e 26 na polícia civil, totalizando 93 mortes violentas intencionais de agentes da segurança pública da ativa em todo o Brasil. Em

contrapartida, o Boletim, para o mesmo ano, notificou 38 suicídios consumados entre policiais militares e 8 entre policiais civis, somando 46 ocorrências por mortes auto infligidas entre servidores da segurança pública tanto da ativa quanto da inativa em todo o país.

Já no ano seguinte, em 2019, o Anuário apresentou um pequeno decréscimo em comparação ao ano anterior, no que diz respeito ao suicídio de policiais militares (65), mantendo o mesmo número em relação aos policiais civis (26), contabilizando 91 mortes autoprovocadas na segurança pública. O Boletim registrou 56 notificações de suicídios consumados na polícia militar e 9 na polícia civil, estimando 65 mortes violentas intencionais de profissionais de segurança pública para aquele mesmo ano em todo o Brasil.

Tabela 5 - Nº absolutos de suicídios consumados entre policiais militares e policiais civis da ativa por Unidade Federativa/BR – Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Anuário Brasileiro de Segurança Pública - FBSP			
Nº Absolutos: Suicídios consumados de Policiais Militares e Policiais Civis da ativa por UF (Brasil)			
2018		2019	
1º São Paulo (SP)	32	1º São Paulo (SP)	28
2º Paraná (PR)	11	2º Ceará (CE)	11
3º Distrito Federal (DF)	8	3º Paraná (PR)	8
4º Rio Grande do Sul (RS)	7	4º Bahia (BA)	6
5º Pernambuco (PE)	6	5º Rio de Janeiro (RJ)	6

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Tabela 6 - Nº absolutos de suicídios consumados entre policiais militares e policiais civis da ativa e inativa por Unidade Federativa/BR – Boletim (IPPES).

Boletim IPPES			
Nº Absolutos: Suicídios consumados de Policiais Militares e Policiais Civis da ativa e inativa por UF			
2018		2019	
1º São Paulo (SP)	11	1º Rio de Janeiro (RJ)	11
2º Ceará (CE)	8	2º São Paulo (SP)	11
3º Alagoas (AL)	4	3º Minas Gerais (MG)	8
4º Distrito Federal (DF)	4	4º Ceará (CE)	7
5º Minas Gerais (MG)	4	5º Bahia (BA)	6

Fonte: Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES).

Analisando as tabelas acima, podemos observar que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, o estado de São Paulo (SP) obteve os maiores números absolutos (32) de suicídios consumados entre policiais militares e policiais civis da ativa em comparação aos demais estados do Brasil que responderam à pesquisa sobre vitimização policial³⁸, seguido pelo estado do Paraná (PR) com 11 mortes violentas intencionais, após Distrito Federal (DF) com 8, Rio Grande do Sul (RS) com 7 e Pernambuco (PE) com 6 suicídios consumados. Para o ano de 2019, continuamos tendo o estado de São Paulo (SP) como pioneiro em mortes violentas intencionais entre policiais militares e policiais civis da ativa, com 28 suicídios consumados, seguido pelo estado do Ceará (CE) com 11, atrás do Paraná (PR) com 8 mortes autoprovocadas, terminando com os estados da Bahia (BA) e do Rio de Janeiro (RJ) com 6.

Conforme o Boletim, disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio, podemos perceber que São Paulo (SP) também lidera a primeira posição de comportamento suicida de policiais militares e policiais civis na ativa e inativa em comparação aos demais estados do Brasil. Ceará (CE) tem a segunda posição de suicídios consumados entre os estados com mais suicídios consumados no país entre esses profissionais, seguidos pelos estados de Alagoas (AL), Distrito Federal (DF) e Minas Gerais (MG) com 4 mortes autoprovocadas. Já para o ano de 2019, temos os estados do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) com 11 mortes violentas intencionais notificadas entre policiais militares e civis, seguido pelo estado de Minas Gerais (MG) com 8, após o Ceará (CE) com 7, e a Bahia (BA) com 6 suicídios consumados para esses profissionais.

Portanto, o paralelo que podemos traçar entre o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e o Boletim:

- a) Ambos os documentos possuem divulgação anual e abrangência nacional;
- b) Apesar da utilização de dados oficiais pelo Anuário ainda restam subnotificações em seus documentos, o que também ocorre no caso do

³⁸ Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 (FBSP) – Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>.

Boletim, cuja incidência é maior, por conta da utilização de dados informais;

- c) Com relação aos profissionais de segurança pública, o Anuário restringe-se apenas a policiais militares e a policiais civis da ativa, enquanto o Boletim possui público-alvo mais abrangente, incluindo: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Sistema Penitenciário, Forças Armadas e Guarda Municipal da ativa e inativa;
- d) No que diz respeito a notificações das ocorrências, o Anuário possui uma abordagem mais generalista, trazendo registros de crimes gerais, como: homicídio, latrocínio, lesão corporal, violência doméstica, estupro, entre outros, incluindo suicídio. Já o Boletim, em uma abordagem mais específica, preocupa-se, exclusivamente, com o registro de mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios na segurança pública em todo o Brasil.

Sendo assim, apesar de ambos os documentos não apresentarem uma maior profundidade no detalhamento de informações sobre casos de suicídios na segurança pública no Brasil, devido às diversas dificuldades de coleta deste tipo de dado conforme anteriormente descrito, a importância da obtenção dessas notificações, sejam elas oficiais ou extraoficiais, são de suma importância, uma vez que este assunto ainda permanece estigmatizado tanto na sociedade quanto dentro do ambiente policial, gerando uma subnotificação de ocorrências de mortes violentas intencionais, cujas quais são equivocadamente classificadas sob categorias como acidentais ou mortes indeterminadas. Portanto, embora muitas ainda sejam as lacunas a serem preenchidas para se compreender o fenômeno do suicídio como um todo, iniciativas como as trazidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio são de extrema magnitude para o assunto, uma vez que faz com que este objetivo esteja cada vez mais próximo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O suicídio é um fenômeno de incidência mundial, e, segundo estatísticas demonstram, ao longo dos anos, tende a aumentar. Se na população em geral, fatores

estressores da vida cotidiana (tais como: estresse, ansiedade e depressão) levam pessoas ao suicídio, em uma categoria funcional, como a policial – que além dos fatores estressores normais, encara diariamente violência, pressão, hierarquia rígida, excesso de trabalho, recursos escassos e insatisfação com a profissão, além de serem colocados à prova, com suas próprias vidas, ao vestirem a farda, todos os dias, para cumprirem seu dever profissional – existe um risco ainda maior de suicídio.

Cada dia que passa, aumentam as notificações de policiais mortos por suicídio. Políticas de prevenção e recursos destinados para o cuidado da saúde mental desses profissionais é de caráter imperativo e urgente. Pesquisas científicas qualificadas, voltadas para o assunto, facilitam a tomada de decisão do poder público em criar medidas e políticas de prevenção e auxiliam na criação de programas voltados para a saúde mental do profissional da segurança pública.

Por isso, a subnotificação de registros de mortes violentas intencionais ocorridas na segurança pública no Brasil é um grande empecilho para que pesquisas científicas e mapeamentos estatísticos tenham dados concretos e fidedignos que auxiliem políticas públicas de prevenção ao suicídio policial de forma mais crível.

Como ocorre nos documentos em análise, apesar do Anuário Brasileiro de Segurança Pública utilizar informações oficiais, os sub-registros surgem quando nem todos os estados da federação disponibilizam os dados de coleta para a pesquisa, por não terem disponíveis, realmente, por alguma falha nas instituições policiais, ou por não quererem divulgar, simplesmente, a questão é que a subnotificação aparece. O mesmo ocorre com o Boletim, por conta de as fontes serem informais e extraoficiais.

Apresentando propostas distintas, o Anuário propõe-se à divulgação de informações mais diversificadas sobre crimes em geral ocorridos na população, demonstrando a importância do trabalho da segurança pública para a comunidade e como parte integrante e fundamental do Estado, porém, por outro lado, com menos ênfase, mas não menos importante, demonstra o que esse árduo trabalho desenvolvido pela polícia acarreta na vida desses profissionais, como o suicídio entre policiais militares e policiais civis da ativa em todo o Brasil, trazendo a vitimização e os homicídios policiais/causas não naturais como parte de suas pesquisas. Por sua vez, o Boletim possui o foco em divulgar mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios ocorridos na segurança pública em todo o Brasil, com o objetivo de mobilizar

políticas públicas de prevenção, programas de auxílio à saúde mental dos profissionais da segurança pública e conscientizar entidades públicas da importância do assunto como método de prevenção ao suicídio.

Sendo assim, possíveis melhorias a se fazer no fluxo de informação de mortes violentas intencionais na segurança pública seria um treinamento mais aprimorado de profissionais responsáveis pela coleta, organização e notificação dessas informações; uma política de facilitação entre as instituições cujo sistema entre elas fosse mais acessível, no qual todas tivessem acesso aos mesmos dados, unificando, por exemplo, os sistemas das Secretarias de Segurança Pública com os sistemas das Secretarias de Saúde, para facilitar o acesso e a troca de informações entre esses órgãos, por meio da unificação dos sistemas; aperfeiçoar o sistema de coleta de informações de verificação de óbito; melhorar as condições de trabalho, recursos e pessoal, dos diversos setores que envolvam o processo de coleta, organização e notificação de dados.

Portanto, essas são algumas hipóteses que auxiliariam na utilização de informações fidedignas para tomada de decisão como meio indispensável para implementação de políticas públicas de prevenção e iniciativas de valorização à vida de profissionais de segurança pública.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. C. **“Quero Morrer do Meu Próprio Veneno”**: Representações Sociais da Polícia e do Suicídio entre os Alunos dos Cursos de Formação Profissional da Academia Nacional de Polícia. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013.

BOTEGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, v. 25, n.3, São Paulo, Set/Dez, 2014.

DE JESUS, T.; MOTA, E. Fatores associados à subnotificação de causas violentas de óbito. **Cad. Saúde Coletiva**, 2010, Rio de Janeiro, 18 (3): 361-70.

DE SOUZA, E. R.; FRANCO, L. G.; MEIRELES, C. C.; FERREIRA, V. T.; DOS SANTOS, N. C. Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23 (1):105-114, jan., 2007.

DE SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, J. G.; PIRES, T. O. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 28 (7):1297-1311, jul., 2012.

MIRANDA, D. **Por que policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, RJ, 2016.

MIRANDA, D.; CRUZ, F. N.; FONTE, M.; NAPOLIÃO, P.; PEREIRA, T. G. S.; CERATTI, N. F. **Boletim IPPES 2020:** Notificação de Mortes Violentas Intencionais entre Profissionais de Segurança Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES), 2020.

MIRANDA, D.; GUIMARÃES, T. O suicídio policial: o que sabemos? **DILEMAS:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 9, n. 1, 2016, pp. 13-34.

VIOLANTI, J. M. **The mystery within:** understanding police suicide. FBI Law Enforcement Bulletin, 1995.

TEMPOS DE PANDEMIA E A INSALUBRIDADE DO TRABALHO REALIZADO POR BOMBEIRAS MILITARES

PANDEMIC TIMES AND THE UNHEALTHINESS OF THE WORK CARRIED OUT BY MILITARY FIRECRACKERS

Reycilane Carvalho Silva

RESUMO

Este trabalho procura elucidar, a partir da própria concepção das bombeiras militares que trabalham no Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBMGO), como o trabalho de Resgate é considerado insalubre, principalmente em relação à atividade que desempenham de atendimento ao público, sobremaneira neste período de pandemia. Em suas mais variadas formas de exercício a atividade de bombeiros é considerada de intensa periculosidade, insalubridade e até mesmo penosidade, que levam ao desgaste e, principalmente, adoecimento com o passar dos anos daqueles que o desempenham. Para o entendimento desta perspectiva, fez-se necessário conhecer particularidades da vida, saúde, trabalho e possível adoecimento das bombeiras numa lógica que categoriza o tipo de serviço prestado com o número de ocorrências atendidas, numa análise que observou uma maior incidência de agravos à saúde dessas profissionais.

Palavras-chave: trabalho; gênero; risco ocupacional e bombeiro militar.

ABSTRAT

This work seeks to elucidate, from the very conception of the military fire men who work in the Military Fire Department of Goiás (CBMGO), how the rescue work is considered unhealthy, especially in relation to the activity they perform to serve the public, especially in this pandemic period. In its most varied forms of exercise the activity of firefighters is considered of intense dangerousness, unhealthiness and even painfulness, which lead to wear and, especially, illness with the passing of the years of those who perform it. To understand this perspective, it was necessary to know the particularities of life, health, work and possible illness of firecrackers in a logic that categorizes the type of service provided with the number of occurrences attended, an analysis that observed a higher incidence of health problems of these professionals.

Keywords: work; gender; occupational risk and military firefighters.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de bombeiros é considerado atualmente como uma atividade moderna, perigosa, insalubre e penosa em muitas de suas frentes de atuação. Parte desta última categorização foi fortemente ressaltada pela mídia nos salvamentos e resgates efetuados pelos bombeiros militares no rompimento da barragem em Brumadinho (MG), no ano de 2019, gerando um dos maiores desastres com rejeitos

de mineração no Brasil, provocando danos enormes ao sistema industrial, humanitário e ambiental brasileiro, chegando a resultar em 259 mortos e 11 desaparecidos, contabilizados onze meses depois do rompimento da barragem, que elevou a categoria do referido desastre, ao patamar de segundo maior desastre industrial do século e o maior acidente de trabalho do Brasil³⁹.

Com um perfil profissiográfico bastante significativo, em termos de risco, amplitude das áreas de enfrentamento do perigo e possibilidade de expansão das formas de contaminação, a atividade de bombeiros militares é expressa como algo difícil, que concatena um desgaste físico, mental e da própria saúde aliado a uma dedicação exclusiva que vai além das horas realmente dedicadas ao trabalho e que nem sempre tem seu reconhecimento por boa parte da sociedade (CHADUD, 2009).

Sabe-se que, a atividade de bombeiros possui uma grande representação social em meio à sociedade, como auferida nos últimos anos pelos mecanismos de opinião pública em âmbito mundial, chegando a alcançar um patamar de 95% de confiança e reconhecimento social. No Brasil, de acordo com a pesquisa IBOPE (2019), a mesma foi considerada como a profissão mais confiável entre todas as demais, alcançando cerca de 90% de aceitação pública e de seu reconhecimento social⁴⁰.

É certo que a formatação de um caráter profissional diferenciado das demais atividades, que apregoa o salvamento de pessoas e bens, e um pronto-atendimento a todo cidadão, favorecem a uma melhor visibilidade social, mas isto por si só não consegue responder as inquietudes que se instauram acerca do exercício da tarefa que em termos de perigo, insalubridade e penosidade a categorizam de maneira surpreendente quando se leva em conta a segurança e adoecimento de quem o realiza.

Ao observar em particular as mulheres que exercem essa atividade, esta circunstância pode ser melhor apreciada tendo em vista que, “as mulheres vão mais ao médico que os homens”, de acordo, com o relato da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) e da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS,

³⁹ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rompimento_de_barragem_em_Brumadinho#cite_note-mortes_oficiais_231-8.

⁴⁰ Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/profissoes-mais-confiaveis-para-os-brasileiros>.

2013) o que favorece uma melhor aferição da categoria doença neste grupo. Assim, o recorte dentro da atividade de bombeiros do gênero feminino para este estudo justifica-se devido ao fato de as bombeiras poderem de maneira significativa apreender a noção de doença e, portanto, de sua correlação ao trabalho que executam de maneira mais apurada.

O objetivo então, pontua-se em esclarecer as bombeiras militares percebem a insalubridade, a partir do entendimento delas mesmas. Para isso, fez-se necessário efetuar uma pesquisa via *Google docs*, em planilha *form* que evidenciou o perfil social, laboral e de interpretação acerca da insalubridade, na atividade mais efetuada pelos bombeiros de forma geral, que é o atendimento no Brasil de Resgate. No total foram pesquisadas 100 (cem) bombeiras no estado de Goiás, resultando num total de quase um terço das bombeiras em atividade hoje.

2 DESENVOLVIMENTO

Em trabalho acadêmico anterior, já havia sido notada a correlação entre reconhecimento social (JODELET, 2001), risco ocupacional (BECK, 1998) e credenciamento da mídia em relação ao trabalho de bombeiros (CHADUD, 2013), onde observou-se integralmente o labor dos bombeiros de resgate nas cidades de Goiânia e São Paulo, a partir da visão que eles mesmos tinham acerca do que efetuavam como serviço prestado à sociedade e de sua construção social identitária como heróis. Foi verificado em resumo que, em Goiás, a ideia de herói era descrita como um apensado proposital que beneficiava somente aqueles que do serviço eram objeto, ou seja, as vítimas, mas não os próprios militares que, segundo seus depoimentos, não obtinham direitos, inclusive aqueles ligados ao exercício de trabalho, como: uma melhor escala de serviço, melhores condições físicas no ambiente de trabalho, melhoria salarial e melhores oportunidades de crescimento dentro da corporação.

Somada a essas dificuldades de enfrentamento dentro do ambiente de trabalho foi observado também a questão do cansaço, estresse e doenças advindas do serviço que contribuíram para acarretar problemas na vida pessoal e na própria ideia de um verdadeiro descanso, de um verdadeiro estado de ócio (GORZ, 2007) para estes militares. Partindo desta perspectiva de cansaço, não reconhecimento de direitos

ligados ao tipo de trabalho efetuado e “idealização social de herói” notou-se que a categoria bombeiro militar era uma forte candidata a desenvolver um quadro de doença física, psicológica e, também social, devido ao número de bombeiros que mormente se projetavam ao uso de drogas lícitas e ilícitas, principalmente após a vinda da aposentadoria, e antes dela, com o desenvolvimento da síndrome de *burnout*.

Buscando não apenas demonstrar esta assertiva, mas principalmente, considerar esta realidade como um problema social, sobremaneira pelo fato de que, estas mesmas pessoas eram e algumas delas ainda são, representantes do Estado designados para o serviço de salvar e proteger vidas e, segundo elas, estando doentes, não percebiam para si, a ideia de cuidado por parte da instituição, pois não percebiam o reconhecimento de seus direitos, da dignidade de sua pessoa como ser humano dentro do trabalho, especialmente em respeito a condições justas e favoráveis de trabalho, quando comparadas a outras áreas de execução de mesmo ou assemelhado serviço.

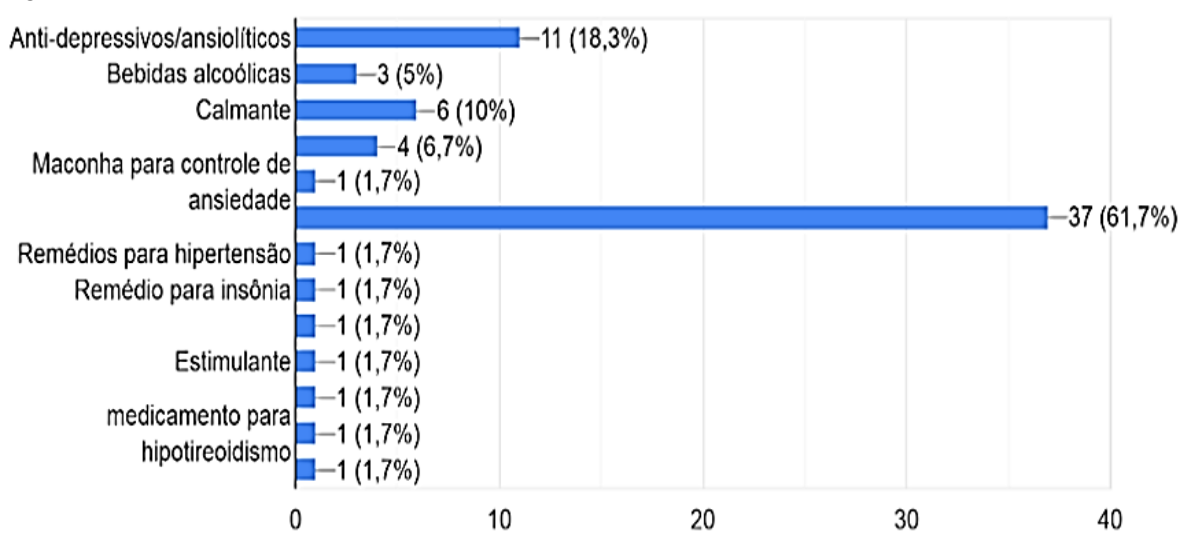
Diante deste impasse, em trabalho de doutoramento (CHADUD, 2017) propôs realçar a ideia dos direitos ligados à pessoa dentro do ambiente de trabalho, tendo em vista, somente a perspectiva das bombeiras militares que, como observado nas pesquisas anteriores, melhor abstraíam de sua vida laboral as conexões com possíveis doenças as quais eram acometidas e ainda, ressaltavam o pouco reconhecimento dentro da instituição de sua condição como militar, mulher e mãe. Na esteira deste entendimento, foi possível notar que, algumas doenças nas mulheres eram causadas por históricos de assédios morais e sexuais sofridos dentro da instituição, situação que afiançava o acometimento de doenças e afetava sobremaneira a relação casa e trabalho, já que muitas delas eram esposas de outros bombeiros.

A utilidade e acuidade destes indicadores, juntamente com o acréscimo do número de ocorrências que significativamente majoravam o desgaste e o surgimento de doenças, sobretudo psicológicas entre as bombeiras que, na relação casa/trabalho somavam uma jornada dupla e tripla, fomentada pelo desgaste emocional (HOCHSCHILD, 2008) permitia uma concepção acerca da instituição diferenciada daquela estimada pelo contexto social. Naquela época, de acordo com Chadud

(2017), já se notava que, em relação aos bombeiros, as bombeiras estavam mais predispostas a doenças de cunho emocional/psicológico o que veio a ser concatenado nesta pesquisa, pelo gráfico da Figura 1, que observa o histórico dessas militares em relação ao uso contínuo de medicamentos.

De acordo com o Figura 1, 61,7% das bombeiras militares que trabalham em Goiás declaram fazer uso contínuo/sistemático de remédios para insônia, seguidos de mais 18,3% que utilizam antidepressivos/ansiolíticos. Efetuando uma somatória entre esses dois maiores índices auferidos na pesquisa, tem-se um total de 80% de respondentes da pesquisa que utilizam remédios para desgaste e doenças mental/psicológico.

Figura 1 - Uso contínuo de medicamentos.



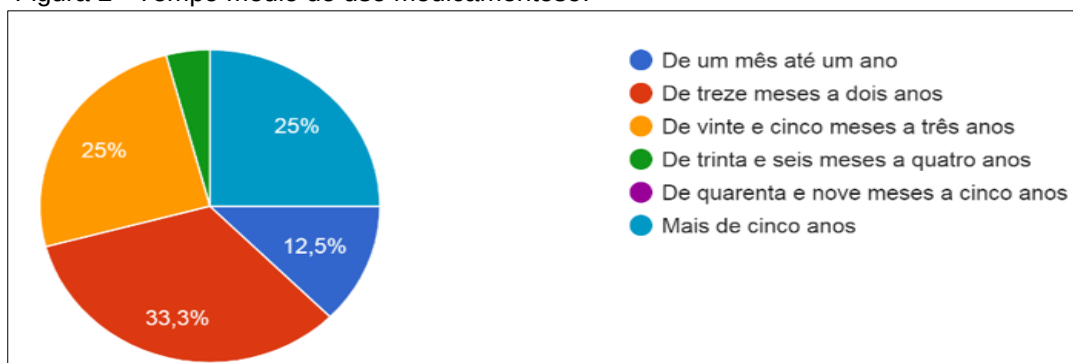
Fonte: elaborado pela autora com dados da CBMGO (2021).

Para asseverar esta realidade, observou-se o tempo médio (Figura 2) de uso deste medicamento e notou-se que 33,3% das bombeiras fazem uso medicamentoso entre 13 meses e dois anos, seguidos de 25% delas que fazem uso a mais de cinco anos e mais 25% delas que fazem uso medicamentoso entre vinte e cinco meses a três anos. Há ainda, 12,5% delas que fazem uso entre um mês e um ano e 4,2% entre trinta e sete meses a quatro anos.

Desta forma, observa-se que o histórico medicamentoso das respondentes de pesquisa aufere um número muito insignificante de bombeiras que usam medicamentos a menos de um ano, a maioria em somatória, alcança um percentual

de 62,2% que fazem uso entre 13 meses a três anos, não se esquecendo dos 25% delas que fazem uso a mais de cinco anos do referido medicamento, o que as coloca num estágio de doença crônica de insônia e ansiedade, totalizando uma quarta parte do total de pesquisadas.

Figura 2 - Tempo médio de uso medicamentoso.

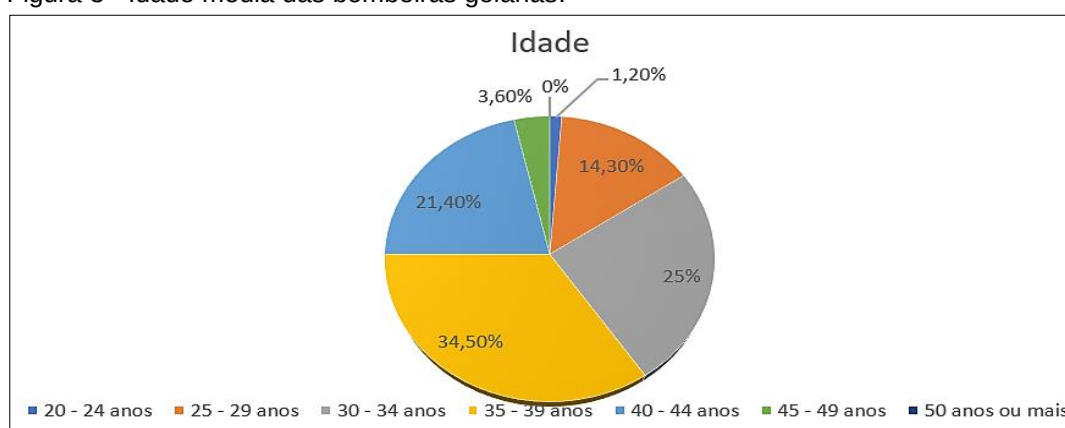


Fonte: elaborado pela autora com dados da CBMGO (2021).

Estes dados, levados em comparação à idade média das entrevistadas, traz outra grande inquietação, revelada pela Figura 3, onde, mais de um terço das bombeiras pesquisadas (39,3%) possuem entre 35 e 39 anos de idade, seguidas de 27,9% com 40 e 44 anos e 18% entre 30 e 34 anos de idade.

Existe assim, uma grande maioria, 85,2% das bombeiras entre 30 e 44 anos de idade, demonstrando uma força de trabalho ainda considerada jovem, quando se leva em conta as novas percepções acerca do mundo do trabalho que apregoam o aumento do tempo de contribuição previdenciária e idade mínima para aposentadoria.

Figura 3 - Idade média das bombeiras goianas.



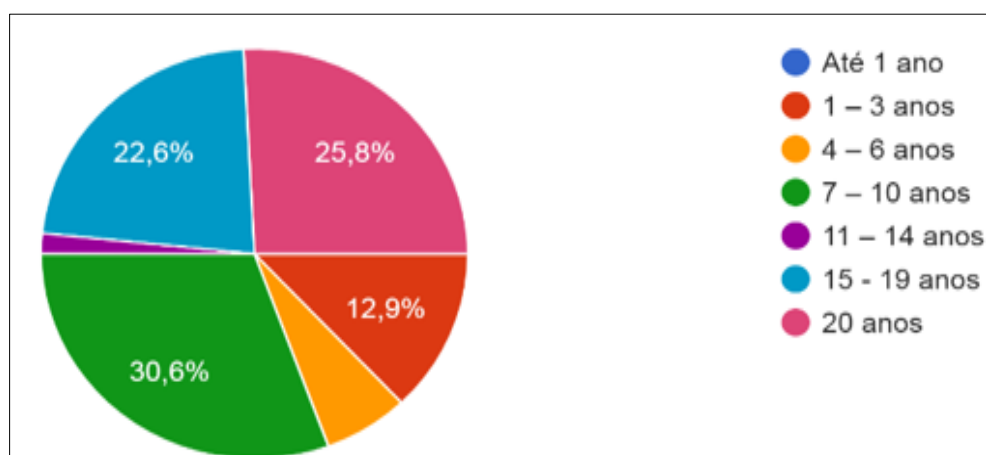
Fonte: elaborado pela autora com dados da CBMGO (2021).

Por outro lado, esta situação demonstra um quadro agudo e crescente de doença ocupacional que não emenda à possibilidade de um maior tempo de serviço, visto que as bombinhas já se encontram predispostas ao aumento de doenças ocupacionais em maior quantidade que as demais áreas de trabalho, quando observadas a categoria idade.

Asseverando a noção de doença *versus* tempo de serviço notamos que 30,6% das entrevistadas possuem entre 7 a 10 anos de prestação de serviço nos bombeiros, seguidos 25,8% com 20 anos de serviço e 22,6% entre 15 e 19 anos. Isto comprova, juntamente com as médias de idades que, boa parte delas, entraram muito jovens na corporação, entre 18 e 21 anos de idade, o que é justificado, pelo tipo de inserção profissional anteriormente adotada que se baseava na cobrança apenas do ensino médio até o ano de 2005.

Posteriormente, foi cobrado o nível superior o que justifica um tempo maior de entrada neste mercado de trabalho, com o incremento de mais anos de estudos para a entrada na profissão, o que não deixa ainda de assinalar o desenvolvimento de doenças ocupacionais precoces neste tipo de trabalho.

Figura 4: Anos de profissão dedicados exclusivamente ao trabalho bombeiro militar.



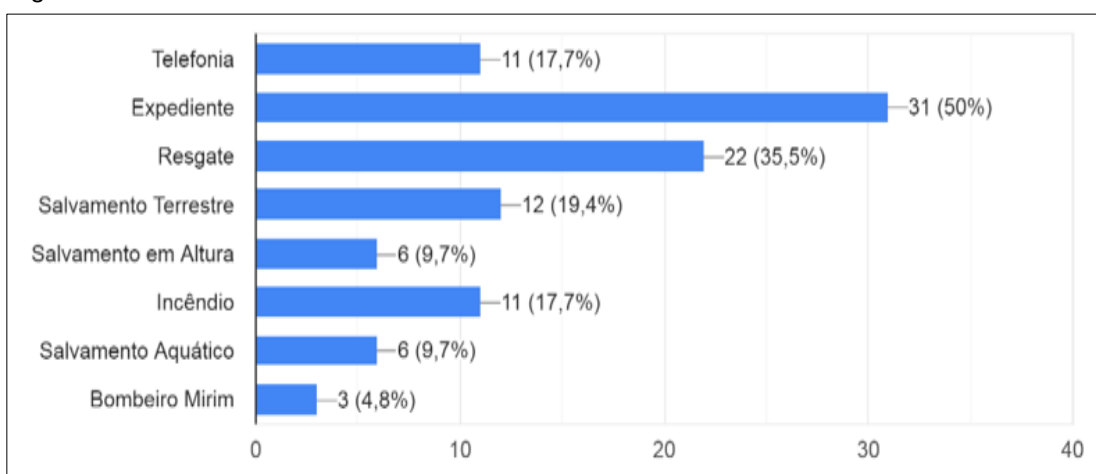
Fonte: elaborado pela autora com dados da CBMGO (2021).

Esta situação é melhor corroborada quando se percebe que as doenças psicopatológicas, observadas em tarefas repetitivas, nas quais o condicionamento do trabalhador no estado permanente de controle e disciplina (DEJOURS, 1998) gera um comportamento condicionado ao aumento do exercício da atividade. Isto, nos

bombeiros é observado na constante voluntariedade de efetuar atendimentos às ocorrências para livrar-se do estresse “intra-quartel” e da pressão hierárquica e disciplinada da rotina da caserna (CHADUD, 2013) que somada, no caso das mulheres, às jornadas duplas e triplas, tornam as bombeiras mais sensíveis aos distúrbios psíquicos, como observado na Figura 1 que trata de uso de medicamentos.

Diante deste fato, não somente o psicológico/mental se torna mais desgastado, mas sobremaneira o físico, quando se percebe que ocorre um aumento importante do número de ocorrências atendidas por cada militar nos últimos anos, principalmente na área de atendimento a primeiros socorros, como o Resgate, e que mais aloca bombeiras para o trabalho operacional como demonstrado na Figura 5:

Figura 5 - Área de trabalho das bombeiras.



Fonte: elaborado pela autora com dados da CBMGO (2021).

Mesmo que exista um percentual significativo de bombeiras no expediente (50% delas) caracterizado por um ambiente de trabalho “menos pesado” em termos de escala com o exercício das 40 horas semanais, não atendimento direto ao público, diminuição do risco ocupacional e não realização de trabalho noturno, como verificado anteriormente na Figura 1, 67,1% delas sofrem com insônia. Este fator nos leva a acrescentar outra imagem, como visto na Figura 5, acerca do trabalho de resgate, que efetiva 35,5% de bombeiras e é considerado o serviço operacional que mais atende ocorrências como observado na Figura 6, uma imagem que dá um tratamento mais acurado a ideia de desgaste ocupacional, principalmente quando se enumera os atendimentos realizados pelo CBMGO no ano de 2019:

Figura 6: Ocorrências atendidas pelo CBMGO - 2019.

GRUPO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total Geral
RESGATE	5.862	6.098	7.060	7.194	7.384	6.748	6.218	6.495	6.295	6.707	6.776	6.676	79.513
AÇÕES PREVENTIVAS	1.290	1.926	3.112	3.737	4.608	4.592	4.478	3.952	3.599	4.176	3.563	3.582	42.615
BUSCA E SALVAMENTO	1.496	1.511	1.649	1.376	1.196	1.105	1.063	1.172	1.207	1.591	1.627	1.677	16.670
INCÊNDIO FLORESTAL	169	103	85	128	473	1.409	1.693	2.217	2.292	667	129	43	9.408
INCÊNDIO URBANO	300	226	239	239	263	309	383	346	419	299	292	286	3.601
DEFESA CIVIL	49	74	94	150	92	80	29	35	32	115	156	152	1.058
PRODUTOS PERIGOSOS	25	28	28	17	32	24	25	24	15	31	24	20	293
Total Geral	9.191	9.966	12.267	12.841	14.048	14.267	13.889	14.241	13.859	13.586	12.567	12.436	153.158

Fonte: CBMGO (2021).

Observa-se que o serviço de Resgate aufer para si o *hanking* de ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBMGO) representando um percentual de 79.513 ocorrências, logo abaixo é evidenciado o atendimento de ações preventivas que também são em boa parte efetuadas por guarnições de resgate em eventos e situações de prevenção à acidentes e pânico.

No ano de 2019, o resgate foi responsável por 51,91% das ocorrências atendidas, o que ainda deve se acrescentar, atuações de apoio a todas as demais áreas que sempre executam ocorrências interligados ao serviço dos socorristas.

Importante dizer que, o serviço de resgate concentra o maior nível de insalubridade, tendo em vista, o atendimento de pessoas feridas e doentes, e uma maior exposição a outras adversidades pelos profissionais que o realizam, como aquela deparada no transporte de pessoas infectadas aos hospitais.

Esta parte, ficou bastante evidenciada no trabalho de bombeiros, quando no ano de 2020, instaurou-se a pandemia por COVID-19, que elevou ainda mais, o nível de insalubridade das ocorrências, mesmo que o número de ocorrências efetuadas pelos bombeiros no serviço de Resgate tenha sido menor que o ano de 2019, a potencialidade de risco ocupacional por outro lado, foi elevada, mesmo que devido aos períodos de confinamento da sociedade tenha se diminuído o número de ocorrências quando comparado a 2019. Mesmo assim, o serviço de resgate continuou sendo o de maior proporção em termos de ocorrências atendidas, como demonstrado na Figura 7.

Figura 7 - Ocorrências atendidas pelo CBMGO – 2020.

GRUPO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembo	Outubro	Novembro	Dezembro	Total Geral
RESGATE	6.157	6.454	5.908	4.872	5.416	5.462	5.698	6.009	5.820	6.558	5.829	6.090	70.273
AÇÕES PREVENTIVAS	3.398	4.116	3.547	3.507	2.659	2.052	2.276	2.088	1.983	2.263	2.170	2.220	32.279
BUSCA E SALVAMENTO	1.748	1.504	1.429	1.280	1.202	1.207	1.181	1.403	1.634	1.995	1.905	1.821	18.309
INCÊNDIO FLORESTAL	54	39	125	165	593	1.180	1.737	2.174	2.637	1.374	141	92	10.311
INCÊNDIO URBANO	233	241	263	213	259	254	308	372	410	365	243	250	3.411
DEFESA CIVIL	197	238	160	32	22	29	41	42	38	85	54	60	998
PRODUTOS PERIGOSOS	16	20	35	20	17	21	22	26	25	15	10	19	246
Total Geral	11.803	12.612	11.467	10.089	10.168	10.205	11.263	12.114	12.547	12.655	10.352	10.552	135.827

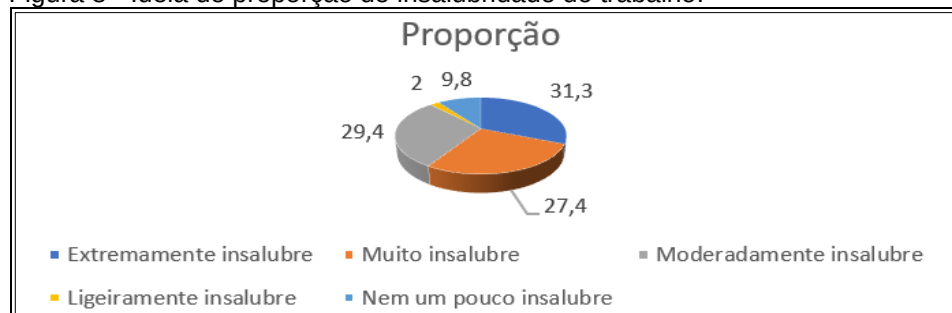
Fonte: CBMGO (2021).

Com um percentual de 51,7% de atendimentos, cerca da metade de ocorrências efetuadas pelo bombeiro no ano de 2020, o serviço de Resgate mostrou-se inalcançável em termos de percentual, quando se observa que alcançou mais que o dobro de ocorrências quando comparado ao segundo colocado na tabela.

Ainda há que se ressaltar que o Resgate somou mais alguns milhares de ocorrências advindas do serviço de ações preventivas que traz consigo a atuação de suas viaturas de Resgate como apoio e em todos os demais serviços o que o caracteriza, sem sombra de dúvida como a maior atividade de bombeiros realizada atualmente junto à sociedade.

Fica evidente por estas descrições da atividade de Resgate que o nível de possibilidade de contaminação é bem maior que outras atividades pelo número de ocorrências e, também, pelo fato de que são os socorristas que primeiro efetuam os primeiros socorros em ambientes totalmente desprotegidos e transpassados de risco e perigo no atendimento às vítimas decorrentes de incêndios e salvamentos. A respeito desta representação do serviço como insalubre, sobremaneira no resgate, as bombeiras concordaram em 70,3% com esta assertiva, indicando que:

Figura 8 - Ideia de proporção de insalubridade do trabalho.



Fonte: elaborado pela autora com dados da CBMGO (2021).

O trabalho é para elas extremamente insalubre (31,3%), muito insalubre (27,4%) e moderadamente insalubre (29,4%) de acordo com os casos estudados. De outro modo, apenas 2% delas consideram o trabalho que realizam ligeiramente insalubre e 9,8% delas que o consideraram como nem um pouco insalubre. Para estes dois últimos dados, devemos entender que, estas respondentes possivelmente são aquelas bombeiras que de forma alguma executam trabalho operacional, nem mesmo em escala extraordinária, e são lotadas no serviço administrativo, sendo assim, não consideram o serviço burocrático interno insalubre, ou com situações de enfrentamento das circunstâncias de insalubridade tão fortemente exposto como os serviços de rua, operacionais.

Desta forma, significar este tipo de trabalho em tempos de pandemia por COVID-19, como de intensa insalubridade, é parte imprescindível para pensar-se acerca de como devemos perceber esta atividade não só agora, mas em tempos futuros e, como devemos tratar os condicionamentos que envolvem seus profissionais, já que os mesmos não se enquadram nas formatações de reconhecimento laboral com diminuição do tempo de contribuição previdenciária, outro importante conceito a ser discutido nesta atividade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde e a segurança profissional são hoje consideradas como questões centrais, pelas quais se busca conferir a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Além destes conjuntos, tão especiais para os direitos do trabalhador, o tempo de trabalho e as formas de atuação dentro dele são tidas como atributos que afiançam ainda mais esta qualidade de vida.

Entre exercer um trabalho considerado de maior desgaste, maior percentual de desenvolvimento de doenças e de índice de atendimentos e estar mais predisposta a doenças ocupacionais, as bombeiras goianas estão atualmente vivendo uma realidade oposta à saúde e a segurança, não só delas mesmas, mas também daqueles que delas dependem para a segurança de si e o cuidado de suas vidas. Sua realidade de trabalho é traçada por grandes percentuais de insalubridade, sem contar o desgaste próprio da atividade que gera enfrentamentos diversos chegando a instaurar um quadro até mesmo crônico de doença em muitos dos casos estudados,

como o desenvolvimento da ansiedade e depressão.

Depreende-se destas análises que novas formas de gestão e organização do trabalho devem ser planejadas para melhorar a qualidade de vida dessas profissionais bombeiras. São necessárias mudanças que vão desde o entendimento do que é ser bombeiro, da atividade em si, até mesmo de como podemos repensar a forma com que esta atividade percebe a categoria do gênero feminino e de seus enfrentamentos. Concomitante a esse triplo processo, cabe criar formas de tratamento a esta realidade já exposta e buscar formas mais profícuas de restabelecer a saúde e segurança dessas militares e também de seu perfil profissiográfico, tendo em mente as idealizações hoje instauradas de previdência social.

4 REFERÊNCIAS

BECK, U. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona, 1998.

CHADUD, R. C. **O socorrista de resgate e o reconhecimento social**: dilemas na profissão de bombeiros. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2009.

CHADUD, R. C. **Os socorristas de resgate bombeiros militares**: entre o reconhecimento social e a dinâmica da necessidade. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

CHADUD, R. C. **Trabalho, Gênero e Identidade**: A experiência emocional no serviço de bombeiras militares. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. Estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo, Editora Cortez, 1988, 3ª edição, p. 96-118.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho busca do sentido crítica da razão econômica**. São Paulo, Annablume, 2007, p.107-235.

HOCHSCHILD, A. R. **La mercantilización de la vida íntima**. Apuntes de la casa y el trabajo. Katz editores, Buenos Aires, 2008.

JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001, p.17-44.

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM SEGURANÇA PÚBLICA: A DICOTOMIA ENTRE O ENSINO MILITAR E CIVIL E SEU IMPACTO NA (NÃO) CONSOLIDAÇÃO DE UM CAMPO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

UNIVERSITY EDUCATION IN PUBLIC SAFETY: THE DICHOTOMY BETWEEN MILITARY AND CIVIL EDUCATION AND ITS IMPACT ON THE (NOT) CONSOLIDATION OF A FIELD OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE OF STUDIES AND RESEARCH IN PUBLIC SAFETY

**Wilquerson Felizardo Sandes
Ricardo Barbosa de Lima**

RESUMO

No eixo temático da Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, no campo do Ensino, Pesquisa e Extensão, este artigo tem como objetivo apresentar em retrospectiva, uma reflexão sobre a dicotomia entre o sistema de ensino militar e civil na área de segurança pública no Brasil, a partir do advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Importante verificar o impacto ou não na consolidação de um campo de conhecimento científico de estudos e pesquisas em segurança pública por conta da separação promovida formalmente pela LDB.

Palavras-chave: formação policial; processos formativos; segurança pública; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; dicotomia entre ensino civil e militar.

ABSTRACT

In the thematic axis of Valorization of Public Security Professionals, in the field of Teaching, Research and Extension, this article aims to present, in retrospect, a reflection on the dichotomy between the military and civil education system in public security in Brazil, from the advent of the Law of Directives and Bases of Education (LDB) of 1996. It is important to verify the impact or not on the consolidation of a field of scientific knowledge of studies and research in public safety due to the separation formally promoted by the LDB.

Keywords: police training; formative processes; public security; Law of Guidelines and Bases of Education; dichotomy between civil and military education.

1 INTRODUÇÃO

No eixo temático da Valorização dos Profissionais de Segurança Pública do Ministério da Justiça, no campo do Ensino, pesquisa e Extensão, este artigo, tem como objetivo apresentar uma retrospectiva sobre a formação dos profissionais de segurança pública, em especial das policias e bombeiros militares Brasil afora, verificando o impacto ou não na consolidação de um campo de conhecimento

científico de estudos e pesquisas em segurança pública por conta da separação promovida formalmente pela LDB. Este texto envolve métodos de coleta de dados por observação participante e pesquisas documentais e bibliográficas para apresentar uma trajetória histórica dos processos educacionais em segurança pública a partir da instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. A referida lei, em tese, manteve um hiato entre o ensino civil e o ensino militar conforme explicação a posteriori e os impactos sobre o conhecimento no campo da universidade brasileira.

As reflexões serão fruto da familiaridade dos autores como o tema em pesquisas realizadas durante as elaborações das dissertações e teses e também da observação participante nos processos educacionais da área de segurança pública em âmbito nacional.

Inicialmente faremos um recorte histórico dos processos educacionais a partir da criação da Lei 9.394, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB), com especial observância do artigo 83: “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”.

O citado artigo 83 da LDB reforçou no Estado Democrático de Direito, uma dicotomia entre a educação civil e a educação militar, em especial das polícias militares e bombeiros militares do Brasil, pois tais órgãos são forças auxiliares e reserva do exército, conforme previsão na Constituição Federal, artigo 144, § 6º:

As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988, p. 78) .

Os militares das Forças Armadas e também das forças auxiliares, constituíram um universo formativo próprio e regido por legislações específicas e distintas dos processos educacionais. Porém a questão a ser problematizada envolve apenas as forças de segurança pública, excluindo-se as Forças Armadas deste trabalho.

2 O SISTEMA DE ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Para compreender o fenômeno inicial que dissociou a educação geral e a educação no campo da segurança pública. Trataremos a seguir do sistema de ensino na área de segurança pública, todavia são necessárias algumas informações complementares.

Os principais segmentos da segurança pública, são elencados no art. 144 da Constituição Federal, são eles: polícia federal, polícia ferroviária federal, polícia rodoviária federal, polícia judiciária civil, polícia militar, bombeiros militares, guarda municipal. Outros segmentos também compõem o sistema de segurança pública, tais como os órgãos periciais, penitenciários, dentre outros. O processo de formação desses órgãos são fragmentados, porém um esforço de integração e fomento ocorre por iniciativa do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) desde 2003, que desenvolveu um leque de processos de formação e capacitação para os profissionais estaduais e municipais de segurança pública do Brasil, impulsionada pela citada Matriz Curricular Nacional, posteriormente com a democratização do saber por meio do Ensino a Distância, possibilitando a capacitação milhares de policiais, e a constituição de uma rede nacional de estudos em segurança pública em nível de pós-graduação *lato sensu*.

A SENASP criou e reeditou a Matriz Curricular Nacional em Segurança Pública como um currículo básico de referência para homogeneização da formação profissional em segurança pública no Brasil. A referida matriz enfoca no perfil profissional desejado para área de segurança pública no Brasil. Ao todo são enumeradas mais de 200 competências operativas, cognitivas e atitudinais. A matriz, em uma análise geral, opera com interdisciplinaridade nos diversos campos do conhecimento, principalmente em administração, direito, psicologia, estatística, gestão da informação, ciências sociais, dentre outras.

No sistema de segurança pública ocorre algo muito peculiar às polícias e bombeiros militares, pois também são consideradas por matéria constitucional, como já foi dito, “Forças Auxiliares” do Exército Brasileiro. Os profissionais da área são denominados “militares estaduais” e estão sujeitos a diversas regras militares, inclusive no processo de formação. Assim tais instituições vivem uma dicotomia entre ensino civil e militar, tendo influência, ora do Ministério da Justiça porque são policiais,

ora do Exército Brasileiro, porque são militares. A trama relatada proporciona várias desvantagens educacionais, mas ao mesmo tempo permitiu que as polícias e bombeiros militares, por meio das Academias de Polícias/Bombeiros Militares, desenvolvessem, unilateralmente, cursos militares próprios, com esforço de equivalência na educação de nível graduação superior, porém sem a participação e protagonismo das universidades brasileiras. Lembramos que o sustentáculo jurídico que pautou a matéria foi a LDB, dispondo: “Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.” Assim os legisladores da época, subtraíram do Ministério da Educação a governabilidade o ensino das polícias e bombeiros militares, ficando tais instituições descoladas do sistema formal de ensino.

As escolas dos militares dos estados geralmente possuem duas formas de ingresso via concurso, sendo um processo seletivo para oficiais e outro processo seletivo para as praças⁴¹. Dependendo da unidade federativa, o requisito de ingresso é diferenciado. Mesmo com a criação de uma Matriz Curricular Nacional, não existe uma homogeneidade formativa em âmbito nacional, pois em alguns locais exigem para o posto de oficial diploma de bacharelado em direito ou graduação em qualquer área ou apenas nível médio. Na formação profissional estes são submetidos a um Curso de Formação de Oficiais durante a média de dois ou três anos em período integral, podendo ou não ter titularidade acadêmica conforme o arranjo educacional. Ao longo da carreira são ofertados curso de especializações para os oficiais progredirem na hierarquia. Para as praças, dependendo do local, o requisito de ingresso pode ser nível médio ou graduação em qualquer área, dependendo. O curso das praças são em menor espaço de tempo, em até um ano, em alguns estados são titulados ao final do curso como tecnólogos em segurança pública, mas não é uma regra geral

Para validar equivalência de ensino de nível superior aos Cursos de Formação de Oficiais/ Praças e outras especializações, as diversas polícias e bombeiros militares, diante da exclusão do sistema civil de ensino, recorreram aos pareceres do

⁴¹ Oficiais são classificados hierarquicamente nos postos progressivos de tenentes, capitães, maiores, tenentes coronéis e coronéis. As praças são classificadas na hierarquia progressiva como Soldados, Cabos, Sargentos e Subtenentes. Oficiais atuam na gerência e direção e as praças na execução operacional.

MEC emitidos às Forças Armadas, sobre equivalência das ciências militares as demais ciências estudadas no Brasil. O ponto de partida foi o Parecer do MEC/CNE/CES n.º 1295/2001, que estabeleceu:

[...] A importância das ciências militares desenvolvidas no âmbito das três Forças Armadas – Marinha, Exército, Aeronáutica - e auxiliares justifica sua inclusão no rol das ciências estudadas no Brasil, resguardando-se os aspectos bélicos, exclusivos das Forças Armadas. Quando convier aos interessados, o registro de diplomas expedidos pelo sistema militar poderá ser realizado por universidades que atendam às exigências do Parecer CNE/CES 771/2001. O aproveitamento de estudos nas diferentes ciências realizados no sistema militar ou no sistema civil poderá ser efetivado sempre que do interesse de ambos e respeitadas a legislação e normas específicas de cada sistema (MEC, 2001, p. 2).

Tais equivalências também ocorreram no âmbito dos conselhos estaduais de educação, em conformidade com o art. 9º, inciso IX, 3º da LDB, que delega aos estados que possuam instituições de ensino superior, atribuições para reconhecer, autorizar, credenciar, supervisionar e avaliar instituições de educação superior. Um exemplo ocorreu em Mato Grosso. O fato do Curso de Formação de Oficiais, ser equivalente ao ensino superior, possibilitou posteriormente a celebração de convênios com instituições de ensino superior, visando a elevação dos estudos na corporação até nível acadêmico de especialização, principalmente para os cursos de progressão na carreira dos oficiais.

Enquanto as escolas militares dos estados brasileiros buscaram abrigo na equivalência ou nos reconhecimentos de instituições enquanto IES junto aos Conselhos Estaduais, a Polícia Militar do Distrito Federal transformou sua academia em Instituto Superior de Ciências Policiais e enquanto órgão da administração federal, solicitou credenciamento como Instituição de Ensino Superior (IES) junto aos MEC. A Portaria nº 716/2013 permitiu o credenciamento da escola militar do Distrito Federal e ao mesmo tempo fomentou a inclusão das ciências policiais no rol de ciências estudadas no Brasil. Vejamos trecho do texto:

Um outro aspecto, este, sim, merecedor da reflexão deste Conselho, consta do Parecer nº. 1.295, de 11 de novembro de 2011, do antigo Conselho Federal de Educação, que reconheceu as 'Ciências Militares no rol das ciências estudadas no Brasil, resguardando-se os aspectos bélicos, exclusivos das Forças Armadas.' Por analogia, penso que as Ciências Policiais devem ser inscritas no universo das ciências desenvolvidas no Brasil (MEC, 2013, p. 8).

Em um panorama nacional, no Relatório de Pesquisa: Mapeamento das Instituições de Ensino em Segurança Pública (RPMIESP) elaborado pelo Ministério da Justiça em 2016, foi mapeado 92 Instituições de Ensino em Segurança Pública (IESP) distribuídas nas unidades federativas.

O processo de pesquisa efetuado teve como objetivo primordial mapear as Instituições de Ensino de Segurança Pública no Brasil. Conforme exposto anteriormente, ao todo foram identificadas 92 Instituições de Ensino de Segurança Pública no Brasil [...]. A região brasileira com maior número de Instituições e a Região Nordeste, com 26 IESPs. Em segundo lugar, esta a Região Sudeste, com 21 IESPs, seguida da Centro-Oeste, com 17, que por sua vez e seguida pelas regiões Norte e Sul, ambas com 14 IESPs (p. 25).

No RPMIESP consta também que as instituições policiais, na linha do tempo, foram fundadas ao longo dos séculos XX e XXI, sendo citado como a mais antiga, o Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, de 1832, na época denominada Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Paraíba. Mas que o grande volume de criação das instituições foi na década de 70. Das IESPs pesquisadas, 17 possuem reconhecimento enquanto Instituição de Ensino Superior (IES), em âmbito federal ou estadual⁴².

Das informações já expostas neste artigo, podemos inferir que, muitas das instituições que não recorreram ao credenciamento enquanto IES, utilizam do expediente da equivalência citada no art. 83 da LDB, tratando os cursos internos como equivalência de graduação ou especialização. Um exemplo sobre equivalência consta na Polícia Militar de São Paulo, em conformidade com o dispositivo de equivalência previsto na LDB, e aos moldes da legislação de ensino do Exército Brasileiro, passou a tratar da equivalência nos cursos de graduação, especialização e pós-graduação *stricto sensu* pela Lei Complementar n.º 1036/2008. Vejamos:

Artigo 1º - Fica instituído o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo, dotado de características próprias, **nos termos do artigo 83 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB** (ALSP, 2008, p. 1, grifo nosso).

Em um movimento diferente do realizado em São Paulo, no Estado do Pará, ao

⁴² Processos de credenciamento via MEC ou Conselhos Estaduais de Educação.

invés de regulamentar a equivalência do art. 83 da LDB, a área de segurança pública buscou reconhecimento das escolas enquanto Instituição de Ensino Superior (IES) via Conselho Estadual de Educação⁴³ (CEE/PA), por meio de credenciamento institucional, autorização e reconhecimento de cursos de graduação tecnológica na área de segurança pública. Mas, para realizar tal credenciamento, o próprio Conselho alterou uma resolução interna para incluir o Parágrafo Único do artigo 7º, Resolução nº 482/2009. Vejamos:

Parágrafo Único – Poderão ser credenciadas como Instituições de Ensino Superior entidades que desenvolvam atividades de ensino militar e segurança pública que sejam amparadas por legislação específica, de conformidade com o disposto na Lei nº. 9.394/1996, caso sejam atendidos os requisitos legais de enquadramento dessas Instituições no Sistema Estadual de Ensino (CEE/PA, 2009, p. 4).

3 A UNIVERSIDADE E CONHECIMENTO CIENTÍFICO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Sobre as universidades de outros países e o ensino e pesquisa em segurança, a publicação do Ministério da Justiça (MJ) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), denominada “Mapeamento de modelos de ensino policial e de segurança pública no Brasil” (2013), consta um estudo envolvendo a atividade formação na França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá e Argentina. No referido estudo destacamos resumidamente as relações das universidades com a temática segurança pública ocorrem por meio de ações cooperativas entre órgão e segurança pública e as universidades principalmente em cursos de pós-graduação. Cabe destacar que no Canadá, as universidades formam os graduados em segurança pública para as carreiras policiais, sendo que os demais países exigem como ingresso nível médio e realizam a formação própria ou em parceria universitária constituindo em reconhecimento de título de graduação ou pós-graduação.

O requisito de escolaridade para a entrada nas polícias dos países abordados é a formação em ensino médio, com exceção do Canadá, onde há graduação de três anos em doze Universidades Públicas, para então os candidatos

⁴³ Além do Pará, outras 16 escolas militares dos estados articularam o credenciamento como IES junto as Conselhos Estaduais de Educação, conforme o citado RPMIESP.

prestarem concurso para a Escola de Polícia; [...].

Há incentivo ao ensino superior em Universidades conveniadas com as Escolas de Polícia (o caso dos Estados Unidos, da França, da Argentina e da Irlanda do Norte); A Universidade desempenha um papel de contribuir à titulação acadêmica dos policiais, pessoalmente ou mediante ajuda de bolsas de estudo. Porém, no caso da Especialização e no Mestrado, sempre são feitos em convênios com as Universidades, ou exclusivamente nestas com reconhecimento dos títulos pelas organizações policiais.

A formação para os níveis gerenciais é feita de duplo modo: seja no interior das academias de polícia (o caso de Buenos Aires, da França, do Canadá e da Inglaterra), seja em convênios com Universidades (o caso da França, dos Estados Unidos e da Irlanda do Norte), nas formas de educação continuada, de Mestrado Profissional ou de MBA (FBSP; MJ, 2013, p. 39).

No Brasil, o campo universitário ganhou impulso com uma aproximação educacional ocorrida em 2010, entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação, sendo firmada a Portaria Interministerial nº 158-A, de 09 de fevereiro de 2010, incluindo três cursos de Graduação Tecnológica: Segurança Pública, Serviços Penais e Segurança do Trânsito. Vejamos:

OS MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA JUSTIÇA, O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhes foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e tendo em vista o Parecer CNE/CES nº 277/2006, resolvem:

Art. 1º - Criar, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o eixo tecnológico Segurança, bem como aprovar a inclusão dos cursos superiores de tecnologia em Segurança Pública, com carga horária mínima de 1.600 horas, em Serviços Penais, com carga horária mínima de 1.600 horas e em Segurança do Trânsito, com carga horária mínima de 1.600 horas (MEC; MJ, 2010, p. 1).

Um dos movimentos que alavancou a realização da pós-graduação em segurança pública em nível de especialização, foi a instituição da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) criada em 2006 na Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça; atualmente sob a égide da Secretaria de Gestão e Ensino (Segen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Teve o objetivo de induzir e fomentar a realização de cursos de especialização, gratuitos aos profissionais de segurança pública com enfoque em cidadania e direitos humanos. Várias universidades atuaram em rede para a promoção de cursos de especialização Brasil afora, sendo que algumas das universidades, avançaram para cursos de mestrado profissional em segurança

pública.

Para verificar os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em IES nacionais, recorremos à plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para verificar os atuais cursos recomendados e reconhecidos em 2021. Foram identificados cinco cursos em nível de Mestrado Profissional⁴⁴, em Universidades do Pará, Espírito Santo, Amazonas e Bahia.

Quanto a cursos de doutorado em Segurança Pública, não conseguimos informações de curso ofertado nacionalmente na modalidade, geralmente os doutores, conforme foi comentado na introdução, são de outras áreas do conhecimento, na maioria das vezes por iniciativas individuais. Mas, vale destacar uma iniciativa também inédita ocorrida no Estado de Goiás, sendo que o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (UFG) em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Goiás, ofertou uma turma especial para os 20 profissionais de segurança pública do Estado por meio de Edital de Seleção Discente nº 021/2020.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, temos uma lacuna educacional na área de segurança pública, em cursos de graduação e pós-graduação universitária. Esse distanciamento ocorre, em nossas óticas, principalmente em função de normativas específicas de ensino em segurança pública dissociadas das normas gerais da LDB. Na maioria dos estados, os cursos são promovidos no âmbito das secretarias estaduais de segurança pública e órgãos vinculados, com a formação básica e inicial realizada em academias de polícia com equivalência de graduação ou com reconhecimento via Conselhos Estaduais de Educação para cursos de bacharelado ou tecnológico na área específica. Também realizam especializações internas, em algumas situações com parceria com Universidades para fins de reconhecimento do ensino superior no nível de pós-graduação *lato sensu*.

⁴⁴ Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoBuscaAvancada.xhtml>. Acesso em 27 abr. 2021.

Além do problema educacional, temos também um problema enquanto campo do conhecimento e pesquisa. Enquanto outras áreas essenciais para o Estado, como saúde e educação são tratadas como ensino, pesquisa e extensão nas universidades, lamentavelmente, a segurança pública não é assim considerada, pois tornou-se um campo alheio ao Ministério da Educação e carregou o protagonismo de ensino e pesquisa ao Ministério da Justiça a partir do ano de 2000, com a instituição das Bases Curriculares de Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão. Posteriormente, foi transformada em Matrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Justiça, porém, sem o necessário protagonismo do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Tal dicotomia educacional entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Educação, contribuiu também para surgimento de uma estagnação no campo da segurança pública: a ausência de uma área de conhecimento em segurança pública. Os poucos pesquisadores, fruto de iniciativas individuais, estão com suas publicações compartimentadas em outras diversas áreas de conhecimento, geralmente situadas em programas de pós-graduações que aceitaram dialogar com tema segurança pública nas diversas áreas de concentração e linhas de pesquisa.

Meio ao dilema entre ensino militar e civil, celebrado pelo art. 83 da LDB, nota-se que a direção do tema educação em segurança pública possui três protagonistas, sendo dois atuantes e um completamente ausente. Os atuantes são o Ministério da Justiça e Segurança Pública ora com as Academias de Polícias/Bombeiros Militares, estas dão sustentáculo para a execução de cursos internos; ora o Ministério da Justiça e Segurança Pública e um conjunto de universidades, desenvolvendo e fomentando a formação e capacitação continuada dos profissionais de segurança pública em caráter de pós-graduação. Porém, um legítimo e decisivo protagonista, o Ministério da Educação, fundamental para instituir o tema segurança pública como ciência, está ausente por força normativa da LDB, agindo timidamente em pareceres consultivos que reforçam, às vezes, ainda mais separação entre ensino militar e civil, no campo da segurança pública, perdendo-se a riqueza e a diversidade de abordagens educacionais para o desenvolvimento individual, a preparação para o trabalho e o exercício da cidadania. Cabe neste caso um esforço para que não ocorra um isolamento no processo educacional, conforme Bourdieu (1992), quando a escola

tende a trancar-se em um universo autônomo, paralelamente desvaloriza os outros universos de forma implícita ou explícita.

Apesar de diversos avanços educacionais entre 1996-2021, também é necessário reconhecer que a dissociação educacional sedimentou uma formação voltada para atendimento de normativas, de adequações instrucionais e procedimentos padrões, quando não nos limites do condicionamento e do adestramento para atuações policiais. Aliás, aspectos ultra necessários exigidos pelas especificidades das ações policiais. De forma que, nesse âmbito, inafastáveis das Academias Policiais (Militares e Cíveis). Só elas podem prover com excelência essa necessidade de formação. Contudo, o que classicamente, nas áreas de atuação civil (bacharelados e licenciaturas) temos como campo de formação profissional ficou esvaziada. Formamos para diferentes aspectos das atividades policial, mas não constituímos um campo de formação profissional que espelhe o acúmulo um campo de conhecimento científico. Temos formação para atuação policial, sem um campo consolidado de estudos e pesquisas de alto nível em segurança pública e/ou ciências policiais

5 REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei complementar nº 1.036, de 11 de janeiro de 2008**. Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1036-11.01.2008.html>. Acesso em 10 jan. 2022.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: perspectiva, 1992.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. **Resolução nº 482 de 10 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições e Cursos de **Ensino Superior** no Sistema Estadual de Ensino do Pará e dá outras providências. Belém, 2009. Disponível em: http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/RESOLUCAO%20482_09_REGULACAO%20DA%20EDUCACAO%20SUPERIOR_0_0.pdf. Acesso em 20 mar. 2021.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 27 abr. 2021.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei Complementar nº 1.036/2008**. Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar de São Paulo. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2008.

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1036-11.01.2008.html>. Acesso em 20 abr. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

Mapeamento de Modelos de Ensino Policial e de Segurança Pública no Brasil.

Gestão e Disseminação de dados na Política Nacional de Segurança Pública. 2013.

Disponível em:

https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Mapeamento_modelos_ensino_policial_2013.pdf. Acesso em 10 jan. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Projeto Pedagógico do Curso**

Tecnologia em Segurança Pública. Disponível em: [https://ead.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/Tecnologo-em-Seg-Publica-](https://ead.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/Tecnologo-em-Seg-Publica-SEI_23411.006730_2018_15.pdf)

[SEI_23411.006730_2018_15.pdf](https://ead.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/Tecnologo-em-Seg-Publica-SEI_23411.006730_2018_15.pdf). Acesso em 04 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Portaria nº 716/2013**. Conselho

Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2013. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13336-pces068-13-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria**

Interministerial nº 158-A, de 9 de fevereiro de 2010. Diário Oficial da União nº 39

– 01/03/2010, Seção 1. Disponível em:

<https://www3.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2010/Portarias/PORTARIA%20158-A,%209%20-02-10.pdf>. Acesso em 10 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parecer CNE/CES nº 945/2019**.

Conselho Nacional de Educação. Consulta sobre a inclusão das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil. Brasília: MEC, 2019. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/132881-pces945-19/file>. Acesso em 20 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Mapeamento de modelos de ensino policial e segurança pública no Brasil. São

Paulo: FBSP, 2013. Disponível em:

https://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Mapeamento_modelos_ensino_policial_2013.pdf. Acesso em 04 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Bases Curriculares para Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão**. Brasília, SENASP, 2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. Brasília: SENASP, 2014.

Disponível em: <https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wp->

content/uploads/2021/01/matriz-curricular-nacional-para-acoes-formativas-dos-profissionais-de-area-de-seguranca-publica.pdf. Acesso em 04 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Relatório de Pesquisa: Mapeamento das Instituições de Ensino em Segurança Pública**. Brasília: Senasp-MJ, 2016. Disponível em: https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes_externas/pagina-3/14mapeamento-das-instituicoes-de-ensino-de-sp-no-brasil-rafael-dos-santos.pdf. Acesso em 01 jun. 2020.

PODER EXECUTIVO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer Conselho Federal de Educação nº 75/93** Trata de Equivalência de Cursos Militares. Brasília, CFE/MEC, 2001.

PODER EXECUTIVO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer Conselho Nacional de Educação nº 1295/01**. Inclui as Ciências Militares no Rol das Ciências Estudadas no Brasil. Brasília, CNE/MEC, 2001.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei Federal nº 9.394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 27 abr. 2021.

Inteligência em Segurança Pública

TÉCNICAS DA INTELIGÊNCIA E DO SENSORIAMENTO REMOTO APLICADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS

INTELLIGENCE AND REMOTE SENSING TECHNIQUES APPLIED TO FOREST FIRE FIGHTING

**Eduardo Felipe Almeida dos Santos
Charles de Oliveira Fonseca**

RESUMO

Os incêndios florestais são perturbações espaciais que trazem prejuízo ao homem e ao meio ambiente. No período de estiagem, entre abril e outubro, o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (CBMMG) registram centenas de chamadas desta natureza. Neste ensejo, o setor de inteligência da corporação está em constante busca de conceitos, métodos e técnicas de distintas áreas do conhecimento que subsidiem o aprimoramento no atendimento de ocorrências de incêndio florestal. Entre as possíveis ferramentas, o sensoriamento remoto demonstrou alta aplicabilidade aos critérios institucionais. Composições de imagens de satélite foram processadas e utilizadas em um incêndio de grandes proporções ocorrido no município de Pitangui/MG. Por meio das imagens, pode-se identificar os focos de incêndio, estabelecer áreas prioritárias de combate e acompanhar os cenários da evolução das linhas de fogo. As produções geoespaciais auxiliaram também em relatórios institucionais, planos de treinamentos e retorno a órgãos públicos, como a prefeitura local, com a identificação espacial da área atingida e indicação de possíveis ações mitigatórias.

Palavras-chave: CBMMG; inteligência; sensoriamento remoto; planejamento.

ABSTRACT

Forest fires are spatial disturbances that harm man and the environment. During the dry season, between April and October, the Fire Department of Minas Gerais (CBMMG) register hundreds of calls of this nature. In this opportunity, the corporation's intelligence sector is in constant search for concepts, methods and techniques from different areas of knowledge that subsidize the improvement in dealing with occurrences of forest fires. Among the possible tools, remote sensing showed high applicability to institutional criteria. Compositions of satellite images were processed and used in a large fire that occurred in the municipality of Pitangui/MG. Through the images, it is possible to identify the fire spots, establish priority areas for combat and monitor the scenarios of the evolution of the fire lines. The geospatial productions also helped in institutional reports, training plans and feedback to public agencies, such as the local city hall, with the spatial identification of the affected area and indication of possible mitigation actions.

Keywords: CBMMG; intelligence; remote sensing; planning.

1 INTRODUÇÃO

O fogo foi uma descoberta primordial para as civilizações, principalmente para

fins alimentícios (WRANGHAM, 2010). Com ele, ocorreram evoluções no modo de vida e organização social. O adequado conhecimento de suas propriedades, permitiu o aproveitamento de sua energia para distintos fins, como o desenvolvimento de motores a combustão (TILLMANN, 2013). Em contrapartida, o fogo também pode ser um elemento desencadeador de desastres. O mal uso, como para limpeza de terreno, ocasionam incêndios descontrolados que atingem a flora, fauna e o próprio homem (SILVA et al, 2018). Dentre as consequências dos incêndios florestais, destacam-se o empobrecimento do solo, a dispersão de gases de efeito estufa (GEE), o desequilíbrio de espécies, a redução dos serviços ecossistêmicos (SE) e o agravamento de problemas respiratórios devido a qualidade do ar (AMON et al, 2021; CARMO e HACON, 2013; FEARNside, 2005).

O ano de 2021, foi marcado por grandes incêndios no território brasileiro, impulsionados pela seca prolongada associada a ação humana. Esta realidade também foi percebida em muitos países como nos Estados Unidos (Califórnia), Canadá (costa leste), Rússia (Yakutia) entre outros. O período de seca prolongado, bem como chuvas intensas são resultantes do desequilíbrio climático global (DONAT et al, 2016; ALLAN et al, 2010). Por vez, verifica-se que problemas mundiais possuem influência direta em territórios locais e vice versa (LESK et al, 2016; DONAT et al, 2016).

No tocante às ações de combate aos incêndios em áreas rurais, sejam elas áreas protegidas por lei (unidades de conservação, áreas de proteção permanente) ou não, como áreas de cultivo, a ação do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) é feita de forma efetiva. A corporação está presente em 76 municípios do estado, com novas previsões para expansão de unidades (CBMMG, 2021). Apesar de todo treinamento, logística e empenho dos militares, ainda não se consegue atender toda demanda, sobretudo no período de estiagem compreendido de abril a outubro. Os incêndios de grandes proporções, devido a variação do relevo, tipo de cobertura vegetal e direção dos ventos, requerem adaptações estratégicas e operacionais constantes, que garantam a redução dos danos socioambientais e a segurança dos envolvidos.

Diante dessa realidade, faz-se necessário o uso de ferramentas que propiciem rápido reconhecimento de cenários envolvidos no incêndio e que possibilite

adequação das estratégias operacionais de combate. O setor de inteligência do CBMMG está em constante busca de subsídios, que através da produção de conhecimento possam assessorar os tomadores de decisão, para que contribuam com a melhor resposta da atividade fim. Assim, investigam conceitos, métodos e ferramentas das distintas áreas do conhecimento. Entre os esforços aplicáveis à realidade do CBMMG, entende-se que técnicas de sensoriamento remoto são contributivas.

Neste ensejo, buscou-se avaliar um incêndio florestal de grandes proporções ocorrido no município de Pitangui/MG no mês de setembro de 2021, onde se utilizou do sensoriamento remoto. A pesquisa foi norteadada com a finalidade de elucidar o seguinte questionamento: em que medida o sensoriamento remoto pode contribuir com os critérios da inteligência para o planejamento do combate a incêndios florestais?

Por meio disso, o objetivo principal foi avaliar se técnicas do sensoriamento remoto, no contexto de Pitangui, contribuíram com o reconhecimento do cenário e para a tomada de decisão. Os objetivos específicos necessários à condução das fases da pesquisa foram: i) Estabelecer critérios da inteligência aplicáveis em operações de grande incêndios e ii) Avaliar variáveis espaciais obtidas pelo sensoriamento remoto durante o período de incêndio em Pitangui.

Metodologicamente, tabulou-se conceitos da inteligência no quesito operações de combate a incêndio. Em seguida, adquiriram-se imagens de satélite sentinel 2 que receberam tratamentos por meio de combinações de bandas, realces e filtros. Por elas, destacaram-se a vegetação, focos de incêndio, área queimada que subsidiaram locais prioritários ao combate. Voos de drone contribuíram com ortofotos de alta resolução que permitiram visualização de detalhes. Por fim, geraram-se mapas temáticos que permitiram compreender a dimensão do incêndio e aprendizados aplicáveis a ações futuras.

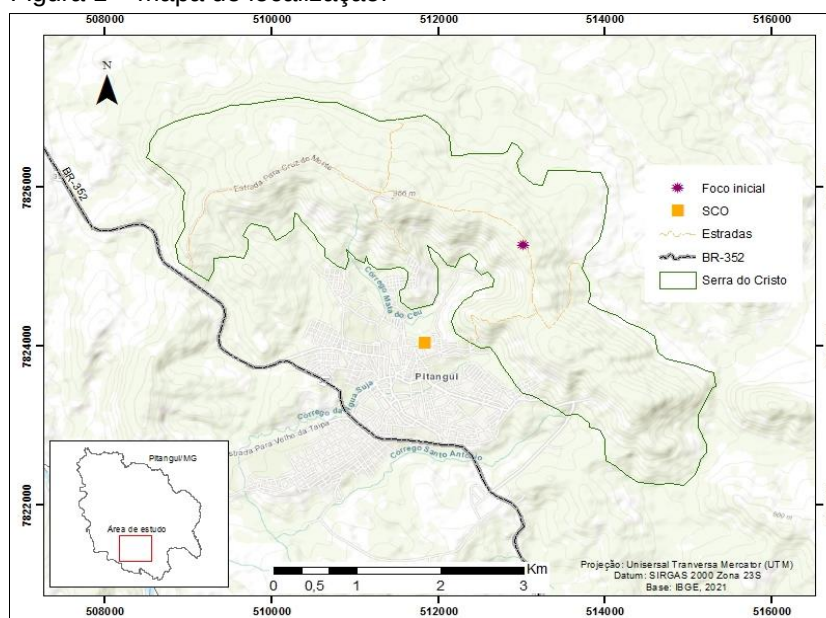
2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Aspectos gerais da área de estudo

O incêndio florestal no município de Pitangui, localizado no centro-oeste mineiro, teve início no dia 24 de agosto de 2021, e término no dia 30 de agosto de

2021. Devido às proporções do incêndio, estabeleceu-se o Sistema de Comando de Operações (SCO) para análise de cenários e decisões sobre o emprego operacional. O objetivo da operação foi conter o avanço da chama sobre as formações naturais e a segurança dos cidadãos. Focos iniciais do incêndio foram anunciados às margens de uma estrada de terra, sobre a Serra do Cristo (Figura 1), que deixa forte indício de incêndio criminoso. As formações de pastos secos associados aos ventos constantes proporcionaram o rápido espalhamento da linha de fogo.

Figura 1 – mapa de localização.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Ventos de Nordeste (NE) para Sudoeste (SW) conduziram as frentes do incêndio para a vertente escarpada. Nesta vertente se encontra as formações vegetais em melhor estado de conservação, com espécies de grande e médio porte. Também são áreas de nascentes que abastecem parte da rede hídrica do município e ainda possui a função de moradia de animais. Logo tornou-se prioritária na contenção do fogo, bem como as áreas de residências nas proximidades. Estabeleceu-se no município em área de fácil acesso e adequada visualização do incêndio, o núcleo de gestão, denominado Sistema de Comando de Operações (SCO).

2.2 Contribuições da inteligência no combate a incêndios florestais

A Atividade de Inteligência é o exercício permanente e sistemático de ações

especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os tomadores de decisão, para o planejamento e execução de políticas institucionais com vistas as ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos de qualquer natureza que atentem à ordem pública, à incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Aplicando esse conceito à Atividade de Inteligência no ramo de atuação do Corpo de Bombeiros Militar, objetiva-se a produção de conhecimento na missão constitucional, ou seja, nas ações de defesa civil, busca e salvamento, prevenção e combate à incêndios, e todo tipo de desastre e catástrofes, com vistas ao assessoramento aos tomadores de decisão, como o ocorrido no município de Pitangui. Já o SCO é uma ferramenta que possibilita um gerenciamento de qualquer tipo de resposta a uma determinada situação crítica de forma padronizada e modular. O uso dessa ferramenta possibilita melhora na eficiência e eficácia do atendimento à ocorrência através de um maior controle das funções e tarefas dentro de um cenário adverso, aumentando a segurança dos envolvidos e minimiza perdas de vidas, bens e danos ambientais (OLIVEIRA, 2010).

Considerando que o cenário de incêndios florestais é, por natureza, complexo e dinâmico, o uso de ferramentas como o SCO é fundamental para o sucesso da operação por propiciar um modelo: adaptável a qualquer tipo de emergência ou situação crítica; utilizável em qualquer tamanho de emergência ou situação crítica; utilizável em qualquer combinação de organizações e jurisdições; simples para novos usuários; baixo custo; e adaptável a novas tecnologias.

Durante uma ocorrência de incêndios florestais de grandes proporções, como a de Pitangui, é fundamental a coleta de informações pela inteligência, de forma que, para o bom funcionamento do SCO está relacionado à obtenção, processamento e disseminação dos conhecimentos produzidos pelo setor com vistas ao assessoramento adequado para favorecer a administração eficiente do sistema. Dados importantes podem ser coletados e analisados de diferentes canais de comunicação, tais como: meteorológicos, geográficos, populacionais, sócios-econômicos e culturais, fenômenos naturais entre outros (OLIVEIRA, 2010).

2.3 Sensoriamento remoto, uma ferramenta do monitoramento espacial

Entre as possíveis ferramentas aplicáveis à realidade do CBMMG, destaca-se o monitoramento e análise espacial, por meio do sensoriamento remoto. A difusão de satélites orbitais, sobretudo aqueles de acesso livre, possibilitam sua aplicação em distintos estudos (ALSHARI e GAWARI, 2021). Os dados são capturados por sensores acoplados aos satélites, que traduzem a energia eletromagnética dos alvos da superfície em imagens (INPE, 2001). O aprimoramento dos satélites permitiu a ampliação na captação de distintas resoluções espectrais, compostos por variáveis comprimentos de onda (λ). Os espectros das cores visíveis RGB (Red, Green e Blue) formam as imagens naturais. Já outros espectros como infravermelho e micro-ondas, quando combinados com bandas das cores visíveis, permitem composições distintas como a falsa cor e composições termais (FREIRE-SILVA et al., 2019; INPE, 2001).

Cada composição pode ser utilizada para um objetivo específico, como a identificação de áreas urbanas, solo exposto, corpos d'água, coberturas naturais, áreas queimadas e focos de calor. Outros conceitos importantes quanto se avalia um objeto ou fenômeno na superfície terrestre são a resolução espacial e a resolução temporal (INPE, 2001). A primeira diz respeito a quantidade de pixels que forma a imagem, logo está condicionado a qualidade visual (SOLOMON; BRECKON, 2011). Por vez, o operador deve estar atento se uma dada resolução atenderá seu objetivo. Em mesma medida, deve-se também ter prudência quanto a resolução temporal, ou seja, o tempo de revisita do satélite a uma área (SOLOMON; BRECKON, 2011).

No tocante ao incêndio no município de Pitangui/MG, obtiveram-se imagens de satélite Sentinel 2, com resolução espacial de 10 metros e resolução temporal de 5 dias. Tais critérios foram pertinentes para a compreensão da evolução do incêndio. Em momento que se necessitou de imagens com maior detalhamento, utilizou-se das ortofotos de drone.

2.4 Resultados e discussões

A partir da realidade dos combates a incêndio em Minas Gerais e dos métodos e técnicas já testados pelo CBMMG, elencaram-se dados que fazem parte do escopo da inteligência, julgados essenciais na atuação operacional e na gestão (Quadro 1).

Quadro 1 – Critérios necessários no combate a incêndio florestal.

Nº	Critérios	Ação
1	Número de militares	Controle do efetivo envolvido.
2	Frentes de trabalho	Divisão de frentes para o combate.
3	Equipamentos	Seleção de equipamentos prioritários.
4	Acesso	Levantamento de estradas, trilhas e outros.
5	Relevo	Formas de relevo na área de atuação.
6	Vegetação	Tipo e aspecto das formações vegetais.
7	Focos	Identificação espacial dos focos de incêndio.
8	Áreas prioritárias	Identificação espacial de áreas vulneráveis.
9	Dimensão	Tamanho da área queimada.
10	Aprimoramento	Produção de material que auxilie no aprimoramento operacional e gestão em futuras ações.
11	Auxílio a instituições	Contribuição quanto a magnitude do incêndio, áreas degradadas e possíveis medidas de mitigação.
12	Fiscalização	Levantamento de envolvidos em caso de incêndio criminoso.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O sensoriamento desde o início contribui na compreensão do comportamento do fogo. Permite também avaliar os possíveis desdobramentos do incêndio e, com isso assessorar o planejamento da operação (ALVES, 2018). Em uma avaliação rápida de imagens, o gestor consegue definir, a priori, o número necessário de militares, as frentes e materiais necessários, atendendo os critérios 1, 2 e 3 do Quadro 1.

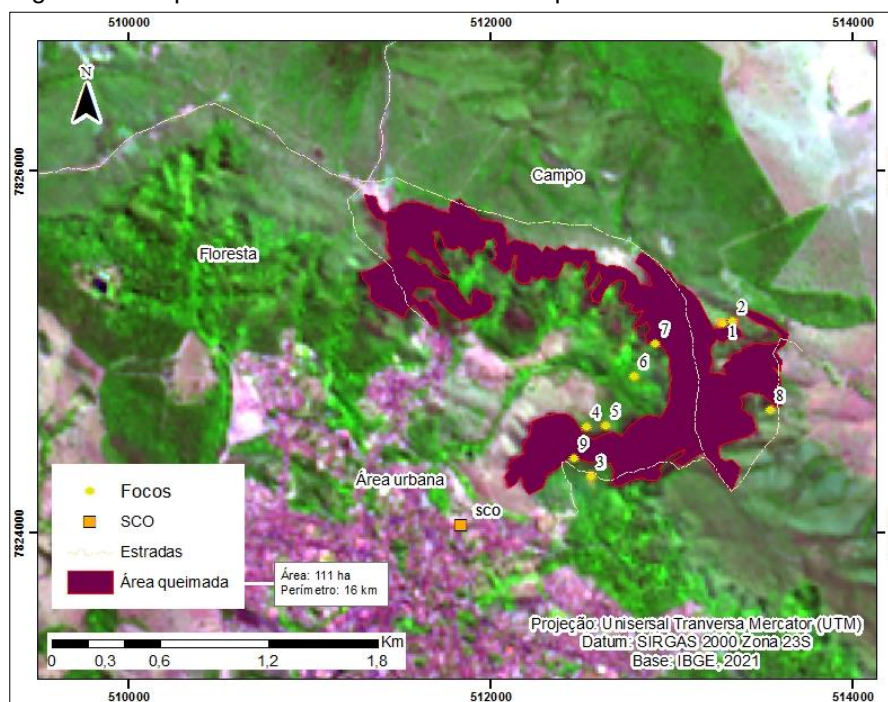
Em um segundo instante, com o SCO já estabelecido no município de Pitangui, fez-se uma checagem das imagens de satélite na cor natural, para conhecimento das estradas de acesso, características do relevo e vegetação (critérios 4, 5 e 6). A partir destas informações pode-se estabelecer os locais possíveis de acesso com caminhões tanque e aqueles feitos à pé.

Em sequência, a combinação de bandas do satélite sentinel 2 possibilitaram a compreensão do incêndio. Para o realce termal foram combinadas as bandas B12, B8A e B4 (Figura 2). Por meio da composição identificaram os focos de incêndio (critério 7). A partir da geolocalização do focos, pode-se definir as áreas prioritárias de combate (critério 8), sendo elas os focos 3, 4, 5 e 9 classificados como de primeira ordem (Figura 2). Os focos 3 e 9 estão em área florestal de médio porte e possuíam proximidade a residências, cerca de 350 metros. Já os focos 4 e 5 se encontravam em área de pasto, há uma distância de 650 metros das residências.

Apesar destes estarem mais distantes das edificações, adquiriram a mesma prioridade, pois, sabe-se que o fogo em pasto possui facilidade de espalhamento e, em curto tempo, poderiam atingir as moradias. Os focos 6 e 7 foram classificados em segunda ordem devido estarem no interior da formação florestal, logo poderiam trazer prejuízos à vegetação, que incidiriam diretamente na fauna, nascentes e na qualidade do ar. Além do mais, a queima de espécies de porte arbóreo liberam significativa quantidade de gás carbônico para a atmosfera.

Atualmente, a queima das florestas, sobretudo em países tropicais, contribuem sobremaneira para as mudanças climáticas. Caso não haja mudanças no padrão atual de emissões de GEE, em poucas décadas o planeta ultrapassará os 1,5°C a 2°C, com drásticas consequências à vida (IPCC, 2021). Neste ensejo, a proteção das formações florestais, tornou-se um dos objetivos do CBMMG. Os focos 1, 2 e 8 receberam classificação de terceira ordem, pois se encontravam em área de pasto, composto em sua maioria por braquiárias e distante de edificações. A dimensão da área também foi possibilitada pelo geoprocessamento das imagens da Figura 2. Na data de início dos trabalhos de combate já haviam sido queimados 111 hectares, com um perímetro de 16 quilômetros.

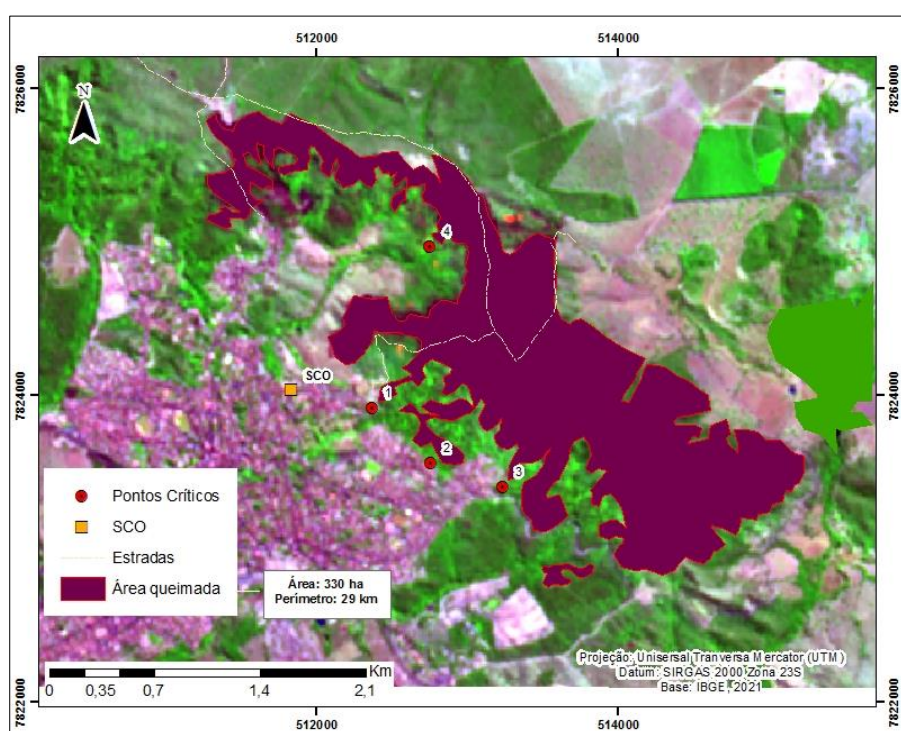
Figura 2 – mapa de focos de incêndio e área queimada.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Devido a resolução temporal de 5 dias do satélite sentinel 2, as cenas espaciais seguintes foram obtidas posterior ao término do combate. Mesmo assim foram de grande valia para o dimensionamento final do incêndio e composição de material que atendem aos critérios 10, 11 e 12. Na Figura 3, constatou-se que houve um aumento da área queimada para 330 ha e perímetro de 28 quilômetros. A expansão do fogo ocorreu, sobretudo em pastos, devido ser uma formação de fácil combustão. Já a estratégia de contenção do incêndio em áreas prioritárias foi eficaz. Apesar da manutenção dos locais com prioridades de primeira e segunda ordem, houveram alguns *outliers*, chamados de pontos críticos na Figura 3.

Figura 3 – mapa da área total queimada e dos pontos críticos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os pontos críticos 1, 2 e 3 foram destacados por serem os focos chegaram próximos à residências. A evolução do fogo pode ser resultante de uma reignição do foco 3, que se evidenciou madeira em brasa, ou dispersão de faíscas pelo vento da área queimada pelo foco 8 (Figura 2). No ponto crítico 4 foi observado um crescimento de 1 ha da área queimada na floresta (Figura 3). Este aumento também pode ter sido ocasionado por reignição foco 7 presente (Figura 2). As análises aqui trazidas, por

meio das evidências demonstradas nas imagens de satélite poderão ser utilizadas junto a tropa com o objetivo de *feedbacks* para o aprimoramento de técnicas operacionais e táticas de gestão (critério 10).

Devido a nova configuração espacial da área após o incêndio, torna-se importante um retorno para a prefeitura de Pitangui e órgãos ambientais sobre os locais vulneráveis atingidos. Pode-se também propor possíveis mitigações, como o replantio de espécies em locais atingidos e campanhas de conscientização da população sobre os males do fogo (critério 11). Cabe ressaltar que as medidas de combate a incêndio e proteção das formações naturais vai ao encontro de políticas internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em pelo menos 3 do 17 objetivos, sendo eles: ODS 3 – boa saúde e bem-estar; ODS 13 – combate às alterações climáticas e ODS 15 – vida sobre a terra.

No tocante a fiscalização (critério 12) as imagens somente conseguem apontar o início de um incêndio caso o satélite passe na mesma data e hora da ação criminosa. Por vez, a possibilidade se torna baixa de identificação imediata. Contudo, as evidências de incêndios captadas poderão expor um ponto inicial para investigações *in loco*.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados demonstraram que o sensoriamento remoto é uma importante ferramenta para o planejamento estratégico dos combates a incêndios florestais. Os critérios da inteligência apresentados, foram subsidiados em sua maioria pelo sensoriamento remoto e o geoprocessamento, proporcionando assim bom conhecimento aos bombeiros. Proporcionaram acurada capacidade de análise dos pontos críticos a serem priorizados, por consequência tornaram o combate mais eficiente e eficaz.

Uma carência percebida nas imagens do satélite sentinel 2 foi a resolução temporal de 5 dias. No momento do incêndio em Pitangui, a equipe disponibilizava apenas de tais imagens. O acesso a imagens de resolução diária como as do Programa Brasil M.A.I.S (Meio Ambiente Integrado e Seguro) proporcionariam um acompanhamento detalhado dia a dia, podendo-se fazer contínuas avaliações e adequações estratégicas.

Destaca-se que a metodologia utilizada no incêndio florestal em Pitangui, pode ser adaptável à realidade de diversas localidades do estado e mesmo do país. Entende-se que ações desta invergadura proporcionarão respostas rápidas que proporcionarão a conservação socioambiental e o menor gasto público.

4 REFERÊNCIAS

ALLAN, R. P.; SODEN, B. J.; JOHN, V. O.; INGRAM, W.; GOOD, P. **Current changes in tropical precipitation**. Environmental Research Letters, 2010.

ALLASH, E. A.; GAWALI, B. W. **Global Transitions Proceedings**. Global Transitions Proceedings, 2021.

ALVES, P. M. M. R. O impacto de big data na atividade de inteligência. Brasília/DF: **Revista Brasileira de Inteligência**. Agência Brasileira de Inteligência, nº 13, 2018.

AMON, F.; GEHANDLER, J.; MCNAMEE, R.; MCNAMEE, M.; VILIC, A. Fire Impact Tool- Measuring the impact of fire suppression operations on the environment. **Fire Safety Journal**, 2021.

CARMO, C. N.; HACON, S. S. Estudos de séries temporais de poluição atmosférica por queimadas e saúde humana. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2012.

CBMMG. **Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte/MG: CBMMG, 2021. Disponível em: <https://bombeiros.mg.gov.br/>. Acesso em 10 jun. 2021.

DONAT, M. G.; LOWRY, A. L.; ALEXANDER, L. V.; O'GORMAN, P. A.; MAHER, N. **More extreme precipitation in the world's dry and wet regions**. Nature Climate Change, 2016.

FEARNSIDE, P. M. **Fogo e emissão de gases de efeito estufa dos ecossistemas florestais da Amazônia brasileira**. Estudos Avançados, 2002.

FREIRE-SILVA, J. et al. Índices de vegetação do Sensoriamento Remoto para processamento de imagens na faixa do visível (RGB). **Journal of Hyperspectral Remote Sensing**, v. 9, n. 4, p. 228–240, 2019.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). **Introdução ao Sensoriamento Remoto**. São José dos Campos/SP: INPE, 2001.

IPCC. Climate Change 2021: **The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge University Press. In Press, 2021.

LESK, C.; ROWHANI, P.; RAMANKUTTY, N. **Influence of extreme weather disasters on global crop production.** Nature, v. 529, 2016.

OLIVEIRA, M. **Gerenciamento de desastres.** Florianópolis/SC: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010.

SILVA, A. A. C.; VIDAL, J. M. C.; SILVA, R. A.; LACORTE, G. A. **Incêndios florestais no Parque Nacional da Serra da Canastra e a implementação de manejo integrado do fogo.** Formiga/MG: Forscience, 2018.

SOLOMON, C.; BRECKON, T. **Fundamentals of digital image processing.** wiley_Blackwell, 2011.

TILLMANN, C. A. C. **Motores de Combustão Interna e seus Sistemas.** Pelotas/RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.

WRANGHAM, R. **Pegando fogo: por que cozinhar nos tornou humanos.** Rio de Janeiro/RJ: J. Zahar, 2010.

O MODELO CONTÍNUO E A GESTÃO DA QUALIDADE NA INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

THE CONTINUOUS MODEL AND QUALITY MANAGEMENT IN PUBLIC SECURITY INTELLIGENCE

Filipe Max de Oliveira Souza

RESUMO

O presente trabalho discute a importância do Relatório de Inteligência (Relint) para correta comunicação dos órgãos e agentes no âmbito da Inteligência de Segurança Pública. Para tanto, é analisado se os modelos discretos de escala de grau de incerteza correspondem à realidade da produção de conhecimento, ao passo que a adoção de um modelo contínuo, em tese, se adequa aos preceitos da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), além de permitir a implementação de uma gestão de qualidade, através da utilização do Índice de Brier como fórmula básica para gerar indicadores de controle e melhoria do conteúdo, observando os desafios e oportunidades de sua aplicação.

Palavras-chave: Inteligência de Segurança Pública; relatório de inteligência; escala de grau de incerteza; Índice de Brier; gestão de qualidade.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of the Intelligence Report (Relint) for the correct communication of agencies and agents in the scope of public security intelligence. Therefore, it is analyzed whether the discrete models of degree of uncertainty scale correspond to the reality of knowledge production, while the adoption of a continuous model, in theory, fits the precepts of the National Doctrine of Public Security Intelligence (DNISP), in addition to allowing the implementation of quality management, through the use of the Brier Score as a basic formula to generate indicators for control and improvement of the content, observing the challenges and opportunities of its application.

Keywords: Public Security Intelligence; intelligence report; degree of uncertainty scale; Brier Score; quality management.

1 INTRODUÇÃO

O relatório de inteligência (Relint) é o principal documento produzido pelos órgãos de inteligência a fim de que seu destinatário, o tomador de decisões, possa conhecer uma determinada situação ou cenário sempre que isso seja necessário para deliberar sobre o curso das ações. Desse modo, no chamado ciclo de inteligência (*Intelligence Cycle*), a etapa de disseminação (*Dissemination*) constitui o momento no qual todo o conhecimento produzido nas fases anteriores é efetivamente sintetizado e materializado textualmente no relatório para que seja encaminhado ao

usuário/destinatário solicitante ou, ainda, a outros destinatários colaterais a quem possam igualmente interessar sua difusão. Dada a importância desse documento, o processo de confecção tende a exigir de seu autor um alto nível de acuidade técnica para que seu conteúdo – o conhecimento de inteligência – seja transmitido de forma adequada, devendo se preocupar para que o usuário o compreenda e o interprete corretamente.

Logo, é essencial discutir a necessidade de se revisar os modelos teóricos discretos de expressão da escala de graus de incerteza em contraposição a um modelo contínuo, à luz dos preceitos da Inteligência de Segurança Pública (ISP), tendo em vista que a presença cada vez maior da inteligência na atividade policial nos mais diversos níveis de atuação implica maior responsabilidade quanto às questões metodológicas de produção de conhecimento em todas as suas etapas.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, se suscitou a hipótese de que esses modelos qualitativos consagrados, utilizados na etapa de disseminação, condicionam o processo comunicativo a um acordo – expresso ou tácito – de termos e expressões indicativos de probabilidade de uma situação ser ou existir de determinado modo ou, ainda, de estimativas e projeções de cenários que podem não transmitir, na prática, a precisão, objetividade e segurança necessárias, bem como não serem passíveis de mensuração e realimentação (*feedback*) confiáveis para os órgãos de inteligência; ao passo que um modelo quantitativo, em tese, permite tais aspectos e produz resultados verificáveis, gerando parâmetros para uma gestão da qualidade da atividade de inteligência.

Sendo Assim, a metodologia adotada se pautou principalmente pela pesquisa bibliográfica, tanto por meio de revisão da literatura como por análise dos documentos oficiais públicos de inteligência, em especial da DNISP, a qual serve como norte para o subsistema de inteligência de segurança pública de todo o país.

2 MODELOS DISCRETOS DE ESCALA DE INCERTEZA

Para lidar com o problema da incerteza nas análises de inteligência e sua correta expressão nos documentos destinados ao tomador de decisão, se desenvolveram métodos de veiculação das convicções do analista quanto ao conhecimento produzido em uma tentativa de convencionar seus usos e estabelecer

os mesmos parâmetros de compreensão e interpretação dos termos, expressões e códigos.

O consagrado autor Washington Platt dedicou especial atenção em sua obra para discutir o tópico que ele intitulou como “expressão do grau de certeza” (PLATT, 1974), ressaltando a influência que essa graduação exerce sobre o usuário-leitor. Para o autor, é inaceitável que os documentos de inteligência contenham expressões do tipo “consta que”, “é possível que”, “é provável que”, “há alguma possibilidade de” ou “as possibilidade são favoráveis para” sem mais detalhamento de sua base ou parâmetro de referência que situe adequadamente o usuário-leitor quanto ao nível de confiança do analista-autor (PLATT, 1974).

Desta forma, dentre os modelos tradicionais de escala de graus de incerteza, destacam por sua popularidade o sistema Letra-Número e o Quadro de Kent (PLATT, 1974). No Sistema Letra-Número, também conhecido como Sistema Alfa-Numérico, as afirmações são julgadas a partir do cruzamento de dois fatores: a idoneidade da fonte, graduado por letras de A-F, e a probabilidade da veracidade do informe, graduado por número de 1-6 (PLATT, 1974), os quais se traduzem em um código associado de letra-número, com variabilidade de 36 combinações significativas possíveis, para tentar indicar objetivamente um parâmetro de avaliação.

Dessa maneira, um conteúdo codificado como A1 evidenciaria, em tese, o mais alto grau de “credibilidade”, enquanto que, no outro extremo, aquele que é codificado como E5 ou F6 seria praticamente nulo ou descartável. No entanto, conforme observa Platt (1974), a combinação desses critérios por si só não permite avaliar o grau de incerteza sobre o conteúdo do conhecimento de inteligência, pois a percepção de incerteza vai além da conjugação da idoneidade da fonte e a veracidade do informe; na verdade, ela decorre da atividade intelectual interpretativa do analista de inteligência do conjunto de dados, informes, informação e conhecimentos que, após as operações mentais de análise e avaliação, geram o produto final – o conhecimento de inteligência.

Pode-se concluir, portanto, que o Sistema Letra-Número não é tecnicamente avaliativo das incertezas, mas, sim, classificatório em relação às peças informativas que, somente após terem passado pelo crivo interpretativo do analista, adquirirão valor de conhecimento. Embora esse sistema não represente uma escala de graus de

probabilidade quanto ao teor das afirmações, seu uso pode ainda encontrar utilidade – embora não isento de severas críticas – na etapa de processamento (*Processing*) do ciclo, na qual o conjunto de dados e informações é organizado, refinado e classificado pela figura do “intermediário” (KENT, 1967), para depois prosseguir à análise (*Analysis*).

Por outro lado, o chamado “Quadro de Kent” (PLATT, 1974) faz referência ao renomado autor e historiador Sherman Kent que dedicou especial atenção aos problemas metodológicos da produção de conhecimento em cada etapa do ciclo de inteligência, em especial sobre o tópico da disseminação. Em um ensaio classificado como confidencial pela CIA, denominado “*Words of Estimative Probability*”⁴⁵ (KENT, 1964), Kent discute a necessidade de quantificar as expressões literais em uma escala mais facilmente assimilada pelo usuário-leitor, evitando que haja divergência para compreensão e interpretação dos Relints.

O autor ilustra o caso do relatório de inteligência NIE 29-51⁴⁶, no qual constava a conclusão de que “embora seja impossível determinar qual curso de ação que o Kremlin provavelmente adotará, acreditamos que as extensões dos preparativos militares e de propaganda nos satélites indicam que um ataque sobre a Iugoslávia em 1951 *deve ser considerado uma possibilidade séria*” (KENT, 1964, p.3-4)⁴⁷.

Ocorre que, em contato com a equipe de planejamento de políticas do Departamento de Estado, consumidora do Relint, o autor verificou que os membros receberam a expressão “possibilidade séria” como um grau de incerteza em nível bastante inferior ao que ele havia originalmente estimado (chances de 65-35 para o ataque, na percepção de Kent) (KENT, 1964).

Ao indagar outros colegas do *National Intelligence Council* que trabalharam no documento, o autor verificou que as interpretações conferidas ao julgamento produzido no relatório flutuaram entre chances próximas de uma mínima de 20-80 e máxima de 80-20 para o ataque à Iugoslávia (KENT, 1964), evidenciando que a percepção sobre a expressão “possibilidade séria” dava azo a interpretações amplas

⁴⁵ Ensaio produzido em 1964 e desclassificado em 1993.

⁴⁶ Relatório de Inteligência produzido pelo *National Intelligence Council*, órgão colegiado de inteligência norte-americano, o qual versava sobre a probabilidade de invasão da Iugoslávia em 1951 (KENT, 1964).

⁴⁷ Tradução livre, grifo do autor.

de significado que podem variar drasticamente de acordo com o leitor.

Diante disso, embora reconhecendo a impossibilidade de se estabelecer expressões unívocas de grau de incerteza, Kent aperfeiçoou um modelo de padronização da escala que fosse orientado por números e respectivas margens de erros (Tabela 1) (KENT, 1964), como primeiro passo para estabelecer um rol estanque de expressões para uso da comunidade de inteligência.

Tabela 1 - Quadro de Kent.

100% Certeza			
Área geral de possibilidades	93%	± 6%	Quase certo
	75%	± 12%	Provável
	50%	± 10%	Chances mais ou menos equilibradas
	30%	± 10%	Provável que não
	7%	± 5%	Quase certo que não
0% Impossibilidade			

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Sherman Kent (1964).

Todavia, o autor (KENT, 1964) constata que o uso de expressões literais restritos a cinco encontraria forte resistência nos usos correntes da comunidade de inteligência, de maneira que considerou como inevitáveis as expansões de cada expressão-chave da tabela para possíveis variantes sinônimas. Contudo, observa-se dessa postura o quão custoso seria manter essa constante adequação de expressões, uma vez que a língua sendo algo vivo e dinâmico, tende a gerar mudanças que podem acrescentar, alterar ou defasar significados, o que implica que, de tempos em tempos, essa tabela e suas expansões para sinônimos devam revistas, atualizadas e ampliadas.

De todo o modo, o trabalho de Kent (1964) nessa área influenciou fortemente as diretrizes da comunidade de inteligência norte-americana até hoje, sendo que por meio da normativa ICD-203 intitulada “*Analytic Standards*” (USA, 2015) o DNI⁴⁸ padronizou a produção e avaliação dos produtos da inteligência governamental, estabelecendo, entre outras regras, a escala de probabilidade em padrão semelhante ao Quadro de Kent.

Destes modelos tradicionais, se verifica que, embora cada um seja distinto em virtude de suas sistematizações, eles guardam em comum uma mesma premissa

⁴⁸ Director of National Intelligence.

essencial, que é razão pela qual todas elas foram reunidas sob o rótulo de “modelos discretos”, atribuído nesse tópico. Cada um desses modelos buscou conceber os graus de incerteza por um viés que pressupõe os conjuntos de elementos como sendo valores descontínuos, isto é, que não admitem elementos intermediários entre uma unidade e outra.

Emprestando os conceitos da Matemática, é reconhecível a similaridade do comportamento dos elementos de cada modelo com as variáveis discretas (*discrete variable*), ainda que não sejam tecnicamente iguais⁴⁹: o Sistema Letra-Número com suas 36 combinações e o Quadro de Kent e seus 5 grupos assumem suas respectivas escalas de incerteza como unidades sem intermediários. Mas a incerteza é adequadamente representada e medida por variáveis discretas ou expressões literais a ela associadas?

3 MODELO CONTÍNUO DE ESCALA DE INCERTEZA

Embora a incerteza não seja uma grandeza fisicamente mensurável, matematicamente ela ganha forma e valor pela teoria da probabilidade, que lida com o fenômeno através dos números, quantificando a aleatoriedade e as incertezas para gerar modelos de previsões de eventos. Em previsões estatísticas, as estimativas resultam em variáveis que podem se comportar de forma contínua⁵⁰, gerando valores decimais, centesimais ou milésimos de precisão, conforme a necessidade do usuário.

Desta forma, novamente importando esse conceito matemático, é forçoso constatar que as incertezas enfrentadas pela atividade de inteligência, por sua natureza numericamente concebível, admitem intervalos de maior ou menor precisão decimal, sendo, portanto, melhor representado por variáveis contínuas (*continuous variable*).

Ou seja: é perfeitamente possível conceber estimativas, por exemplo, de 87,5% para uma situação-alvo. Logo, a premissa essencial que permeia as concepções dos

⁴⁹ Variáveis discretas, proveniente da matemática discreta, são variáveis quantitativas que representam quantidades de um determinado elemento que, por sua natureza, não podem assumir quaisquer valores intermediários entre uma unidade e outra, sendo normalmente finito e enumerável (SCHEINERMAN, 2016).

⁵⁰ Variáveis contínuas, oriundas da matemática contínua, são aquelas que podem sempre assumir qualquer valor intermediário em um intervalo de dois valores, em sequência *ad infinitum*, gerando números fracionários (SCHEINERMAN, 2016).

modelos discretos – analisados anteriormente – se mostra equivocada quando contrastada com a realidade empírica dos valores que uma incerteza pode assumir. Por conseguinte, uma escala do tipo contínua deve ser levada em consideração como um caminho para o aperfeiçoamento da representação em estimativas da atividade de inteligência (TETLOCK; GARDNER, 2015).

Com efeito, preconiza-se, então, a hipótese-chave do trabalho sobre viabilidade de se aplicar um modelo contínuo, em escala percentual, para corresponder ao grau de incerteza na produção de conhecimento. Para tanto, longe de se definir uma tabela com valores e/ou correspondências literais para “tradução” dos números em expressões, se passa a utilizar a escala percentual de forma aberta para estabelecer uma representação mais próxima da convicção do analista e a declarando diretamente na respectiva afirmação produzida no Relint.

A adoção dessa estratégia na exposição do conhecimento produzido adiciona aos documentos de inteligência atributos como simplicidade, objetividade, economicidade, universalidade, granularidade e responsividade. Assim sendo, a simplicidade se verifica na ideia da aplicação dessa escala percentual envolver menos operações procedimentais por parte do analista do que os outros modelos complexos de códigos ou tabelas de correspondências entre valores e expressões, que demandam tarefas de conjugação e conversão para obter o resultado.

Por sua vez, a objetividade é constatada na medida em que a representação direta da estimativa por números percentuais traz mais clareza de sentido do que expressões literais, locuções adverbiais ou outros termos “pro forma”. A economicidade é alcançada na medida em que a compreensão e interpretação da escala percentual não requerer qualquer esforço a mais do usuário-leitor na compreensão ou uso de qualquer tipo de ferramenta de apoio – tais como tabelas, legendas explicativas ou outros recursos que criam um degrau a mais no processo de comunicação –, fazendo com que haja mais fluidez na leitura.

A universalidade é aqui entendida como atributo decorrente da natureza dos números que, na escala percentual, são percebidos e assimilados em igual valor, forma e intensidade por qualquer leitor, independente de sua experiência ou bagagem cultural, pois 75%, por exemplo, tem igual valor de $\frac{3}{4}$ de um todo para qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo. Por conseguinte, a granularidade se refere à

possibilidade de precisão na representação numérica que corresponda realmente à convicção de estimativa do analista, contemplando valores em níveis de refinamento, afastando qualquer tipo de *gap* significativo entre unidades (TETLOCK; GARDNER, 2015). Por fim, a responsividade corresponde à possibilidade de se utilizar os números como dados objetivos para obter retornos úteis à medição, comparação e aperfeiçoamento do próprio método.

Todavia, esse modelo também guarda desafios que devem ser sopesados para uma compreensão realística das implicações de sua adoção no âmbito da atividade de inteligência. Um obstáculo significativo é a possibilidade de, ao utilizar números percentuais granulares, se transmita uma sensação errônea de se tratar de um julgamento objetivo da realidade.

Na verdade, o uso dos números, em seu melhor nível de precisão, não significa exatidão fática quanto ao conteúdo, mas, sim, na melhor designação do grau de incerteza na convicção do sujeito em relação ao conteúdo analisado. Logo, segundo Tetlock e Gardner (2015), essa questão pode ser superada estabelecendo uma ressalva expressa alertando o leitor de se tratar de um juízo subjetivo de estimativa.

Ademais, ainda consoante os autores (TETLOCK; GARDNER, 2015) a ideia de traduzir a convicção do analista em percentuais de precisão granular compele o desenvolvimento da “metacognição”, isto é, o processo mental no qual o sujeito reavalia seus próprios pensamentos em sua cadeia lógica de raciocínio para se certificar da validade das premissas e sua conclusão, aperfeiçoando uma postura autocrítica sadia e útil na atividade de inteligência.

4 O MODELO CONTÍNUO E A GESTÃO DA QUALIDADE DA ISP

A dinâmica constante da atividade de inteligência frente às incertezas exige um contínuo processo de evolução das organizações, ferramentas e métodos, a fim de entregar um produto cada vez melhor para seus usuários. Assim sendo, o conceito de gestão da qualidade compõe o foco estratégico das organizações que fornecem produtos e serviços para se manterem competitivas no mercado.

Para a ISP, essa visão não deve ser diferente: a atividade de inteligência tende a concorrer à atenção dos tomadores de decisão com outros órgãos estatísticos e informacionais, com fluxo e difusão de informação da internet, a opinião pública e a

mídia. Portanto, se exige cada vez mais que a produção de inteligência, em todas as etapas do ciclo, se aperfeiçoe para produzir conhecimentos que sejam diferenciais aos usuários. Ademais, as premissas da qualidade encontram respaldo nos preceitos da DNISP não só quanto às características da verdade com significado e da economia dos meios, mas também em relação ao seu caráter dinâmico, em que se afirma a possibilidade de ISP evoluir, adaptando-se às novas tecnologias, métodos, técnicas, conceitos e processos (BRASIL, 2014).

Nessa lógica, a escala percentual das incertezas oferece um importante subsídio numérico que permite extrair dados úteis para se pensar uma política de controle de qualidade da ISP. Considerando que esse modelo permite uma estimativa de incerteza em intervalo de 1% a 99%, uma fórmula que possa aproveitar esse formato e retornar uma informação que faça sentido prático para as organizações de inteligência é o Índice de Brier (*Brier Score*).

Desenvolvido por Glenn W. Brier, o índice que leva seu nome calcula a distância entre a previsão e o evento fático – confirmando ou refutando sua ocorrência (TETLOCK; GARDNER, 2015). O cálculo de Brier considera os eventos de forma binária, assumindo valor 1 para sua ocorrência e valor 0 para sua não ocorrência. A fórmula básica é descrita em seu formato simples como $BS = (p - o_t)^2$, onde p é previsão e o_t é a ocorrência fática do evento, de modo que t é a instância binária de sua situação. Como resultado, o cálculo retornará um valor entre 0 e 1, sendo 0 a acurácia máxima em que a convicção do sujeito está situado em uma avaliação de certeza (100%) correspondendo respectivamente com o fato; e 1, em que essa convicção está diametralmente oposta com o fato⁵¹. Logo, quanto mais próximo de 0 for o índice, maiores são o convencimento e a segurança do sujeito na previsão.

Uma das principais vantagens do índice de Brier se refere ao seu caráter meritório em atribuir melhores resultados de desempenho para os que projetam estimativas com maior convicção e melhor precisão, bem como, em sentido oposto, implicar sanções correspondentes para “chutes” ou excessos de confiança que contrariam os fatos (TETLOCK; GARDNER, 2015). De certo, o índice também

⁵¹ Exemplo prático: para uma previsão de 85% de probabilidade de um evento X ($p = 0,85$); se X, de fato, acontecer ($o_t = 1$), temos um índice de Brier $BS = 0,0225$, se, por outro lado, X não acontecer ($o_t = 0$), o resultado será $BS = 0,7225$.

estimula ainda mais o processo de metacognição do analista, em que o refinamento das estimativas é sopesado em seus limites de confiança conforme o conjunto de dados, informações e conhecimento. Além disso, o próprio *feedback* gerado pelo índice atua como um parâmetro para calibrar a técnica de análise e julgamento do agente, fazendo com que ele tenha uma referência válida de revisão intelectual de seu método de trabalho (TETLOCK; GARDNER, 2015).

Para mais, a versatilidade do índice de Brier permite estabelecer médias individuais ou de times, podendo ranquear seus desempenhos, instituir grupos de controle e/ou, ainda, viabilizar identificação de *case* de sucesso nas previsões e isolar pontos críticos para efeito de estudo interno de *benchmark* em busca melhorias de técnicas e métodos de análise e previsão (TETLOCK; GARDNER, 2015).

É importante esclarecer que o índice de Brier foi desenvolvido primariamente para avaliar previsões em função das incertezas de uma dada conjuntura que, por sua vez, tende a ser associada às vicissitudes do futuro. Contudo, a incerteza transcende a ideia de futuro, pois é possível se deparar com ela tanto em eventos presentes como os passados, que necessitam ser devidamente avaliados.

Isso porque esses eventos nem sempre são satisfatoriamente conhecidos, mas, ao contrário, podem se tratar de situações cognoscíveis ou até mesmo incognoscíveis, sendo a incerteza fator inerente a elas⁵². Desta forma, deve-se conceber o conceito de “previsão” ou “estimativa” como algo muito mais amplo do que um ato de antever o futuro, mas como uma operação intelectual complexa voltada ao preenchimento do vácuo de informações necessárias para expressar uma certeza (daí a caracterização da incerteza).

Todavia, a implementação do índice de Brier encontra importantes desafios culturais e organizacionais não só da inteligência como também dos seus respectivos clientes, pois, além de ser necessária a adoção da escala numérica percentual, há também a imprescindibilidade de se criar mecanismos de retorno – seja por parte dos consumidores de inteligência ou mesmo pelos seus agentes – quanto à verificação da

⁵² Tetlock e Gardner (2015) ilustram de forma emblemática, por exemplo, o caso da previsão realizada pelo grupo de controle de seu estudo sobre a constatação (ou não) do elemento radioativo Polônio-210 no corpo Yasser Arafat (cuja morte até então envolto de controvérsias sobre possível assassinato). Embora se tenha uma sensação de projeção ao futuro, a previsão tem por núcleo estimar a possibilidade de se encontrar ou não a presença de Polônio-210 no cadáver exumado do líder palestino (condição atual).

ocorrência ou não dos eventos previstos, para que seja devidamente calculado o índice e obter os benefícios do controle de qualidade. Contudo, convém ressaltar que os ganhos provenientes dessa proposta tendem adicionar mais credibilidade aos produtos da ISP, contribuindo para o reconhecimento de seu papel no assessoramento do processo decisório na área de segurança pública. Conforme destaca Vitor Lares em seu artigo:

Envolver decisores e outros usuários da Inteligência em avaliações regulares do material produzido e do desempenho dos profissionais envolvidos pode ajudar a ampliar a percepção de relevância da produção de inteligência e a melhorar a projeção de expectativas entre as necessidades demandadas e o produto ofertado para ambas as partes, além de servir como importante incentivo para as equipes e analistas individualmente (LARES, 2013, 74-75).

Desta forma, a adesão ao índice de Brier é um passo fundamental para se cultivar institucionalmente um senso de autocrítica construtivo como uma senda para se alcançar a efetiva gestão da qualidade dos produtos da ISP, o que é determinante para consolidação de seu posicionamento estratégico dentro do ciclo de tomada de decisão de seus respectivos consumidores.

De certo, o índice pode ser cabível não somente nas projeções de cenários para o futuro, mas também para avaliações de conhecimento presentes ou passados que sejam de interesse para a ISP. O efeito disso é a possibilidade de monitorar a realização dos eventos estimados e indicando, de forma objetiva, o nível de precisão do conteúdo produzido, evitando expressões ambíguas ou obscuras que podem distorcer o processo comunicativo entre agências de inteligências e seus consumidores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, se assenta a ideia de que a incerteza não é uma proporção facilmente mensurável: se trata, pois, de uma condição complexa e desafiadora, mas inerente à atividade de inteligência, exigindo do agente uma postura crítica frente a um conjunto considerável de dados e informações, habilidade técnica, intelectual e emocional para extrair valor de conhecimento não só em conteúdo (quanto ao mérito), mas também em escala de sua incerteza (quanto à convicção).

A adoção da escala numérica percentual aliada ao índice de Brier como medida

para controle de qualidade tende a redimensionar o papel do Relint, elevando a importância da fase de disseminação do conhecimento produzido, uma vez que o alto nível de criticidade que se deve conferir a essa etapa do ciclo de inteligência se justifica na ideia de que a disseminação é o elo entre conhecimento e poder, entre inteligência e política (GILL; PHYTHIAN, 2018), sendo, portanto, um estágio sensível em que o ciclo de inteligência se intersecciona com o ciclo de políticas públicas (CEPIK, 2003), podendo afetá-lo em maior ou menor proporção.

No aspecto operacional, a adoção desse modelo traz em si a ideia de que o processo comunicativo entre órgãos de inteligência e seus consumidores devam ser orientados para resultados, na medida em que o conhecimento de inteligência passa a ser cada vez mais um produto oriundo de um processo altamente técnico em todas as etapas de confecção – inclusive na disseminação –, e com um efetivo controle de qualidade, preocupado não só com a correta compreensão de seus Relints, mas também com as consequências fáticas das situações nelas previstas (confirmação ou refutação dos conhecimentos produzidos). Por sua vez, esse paradigma de atividade de inteligência orientado para resultados tende a agregar mais valor aos produtos ofertados pelas agências ou órgãos de segurança pública, tornando seus ativos cada vez mais confiáveis, seguros e precisos para seus consumidores a cada ciclo em que são gerados, estimados, confrontados, medidos e refinados.

Os documentos de inteligência, quando dotados de métodos estimativos eficazes, bem como linguagem técnica e precisa, refletem adequadamente o resultado da análise e produção de conhecimento de seu autor e levam em consideração a correta compreensão de seu destinatário. Assim sendo, cumprem sua função comunicativa e, conseqüentemente, fortalecem o elo entre inteligência e instâncias governamentais (BETTS, 2007), as quais terão subsídios informativos oportunos e aptos a compor seu processo decisório, seja nos níveis estratégicos de formulação de políticas de segurança pública, seja em ações operacionais de policiamento preventivo, preventivo especializado e repressivo.

6 REFERÊNCIAS

BETTS, R. K. **Enemies of Intelligence**: Knowledge and power in American National Security. Nova York: Columbia University Press, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP**. 4ª Ed. Rev. e Atual. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

CEPIK, M. A. C. **Espionagem e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GILL, P.; PHYTHIAN, M. **Intelligence in an Insecure World**. 3ª Ed. Medford, MA, USA: Polity Press, 2018.

KENT, S. **Informações Estratégicas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967. Coleção General Benício. v. 57, Publicação 262.

LARES, V. Repensando Comportamentos: Reflexões sobre planejamento e direção do ciclo de inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**. n.8, p. 69-79. Brasília: Abin, 2013.

PLATT, W. A Produção de Informações Estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Livraria Agir, 1974. Publicação 445. **Coleção General Benício**. v. 123.

SCHEINERMAN, E. R. **Matemática Discreta**: Uma introdução. 3º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

TETLOCK, P. E.; GARDNER, D. **Superprevisões**: A arte e a ciência de antecipar o futuro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

USA. Office of the Director of National Intelligence. **Intelligence Community Directive 203**: Analytic Standards. 2015. Disponível em: <https://www.dni.gov/index.php/what-we-do/ic-related-menus/ic-related-links/intelligence-community-directives>. Acesso em 15 jul. 2021.

SOLUÇÕES ÁGEIS PARA CONSTRUÇÃO DE SOFTWARE NO CONTEXTO DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

AGILE SOLUTIONS FOR SOFTWARE DEVELOPMENT IN THE CONTEXT OF PUBLIC SAFETY INTELLIGENCE

Murilo Góes de Almeida
Edna Dias Canedo

RESUMO

No contexto de Inteligência de Segurança Pública, existe a possibilidade de instituições policiais utilizarem efetivo próprio para execução da atividade de construção de *software*. Esse efetivo é composto por policiais devidamente credenciados para atuar na atividade de inteligência policial. Como em geral não existe um quadro técnico específico para a área de Tecnologia da Informação, são selecionados policiais que possuem qualificação técnica obtida por diversos meios. Tal situação é vislumbrada no Centro de Inteligência da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Embora neste cenário, onde tanto a área demandante quanto técnica é formada por efetivo policial, verifica-se que em determinadas situações, as entregas de softwares não satisfazem a área demandante em sua completude. Atualmente, existem *frameworks* relacionados com práticas ágeis de desenvolvimento de *software* (ex: Scrum e eXtreme Programming), ou mesmo metodologias de propósito geral que ajudam no entendimento das necessidades da área demandante, por exemplo, o *Design Thinking*. Quando as metodologias são bem aplicadas, as abordagens podem melhorar o entendimento das necessidades das partes envolvidas e proporcionar entregas rápidas, incrementais e iterativas, evitando o retrabalho. O objetivo desse trabalho é apresentar as práticas ágeis adotadas na literatura e propor meios de utilização na área de inteligência policial, respeitando sua doutrina e princípios.

Palavras-chave: inteligência policial; segurança pública; construção de software; métodos ágeis.

ABSTRACT

Within the context of Public Security Intelligence, there is the possibility of police institutions using their own staff to carry out the Software Development activity, and these police officers are duly accredited to act in the police intelligence activity. Generally, there is no specific technical staff for the Information Technology area, police officers who sought technical qualification through different means are selected. Such situation is glimpsed at the Intelligence Center of the Military Police of the State of São Paulo. Although in this scenario, where both the demanding and the technical staff is made up of policemen, it is verified that in certain situations, the software deliveries do not satisfy the demanding staff. Currently, there are frameworks related to agile software development practices (eg Scrum and eXtreme Programming), or even general purpose methodologies that help in understanding the needs of the demanding area (eg Design Thinking). If properly applied, such approaches improve understanding of customer needs and provide fast, incremental and iterative deliveries, avoiding rework. It is proposed, therefore, to present such agile practices and to propose means of use in the police

intelligence sector, respecting its doctrine and principles.

Keywords: police intelligence; public security; software development; agile methods.

1 INTRODUÇÃO

As instituições de Segurança Pública no país, em geral, possuem uma Agência Central de Inteligência, que compõe o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do país (BRASIL, 2000). Na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), este órgão é denominado Centro de Inteligência (CIPM). Este Centro desenvolve os seus próprios sistemas, bem como gerencia a infraestrutura de tecnologia em que eles são hospedados. Todas essas atividades são exercidas por policiais militares, em função da natureza sigilosa do serviço, somado aos requisitos dos sistemas que podem apontar aspectos que afete a segurança orgânica do Centro ou mesmo da instituição. Essa medida se alinha com o conceito de contrainteligência, definido pela Lei nº 9.883/99 como “a atividade que objetiva neutralizar a inteligência adversa” (BRASIL, 1999). Assim, o Centro de Inteligência da PMESP conta com a mão de obra especializada apenas de Policiais Militares aptos para atuarem na área de inteligência, não sendo possível a contratação de mão de obra terceirizada.

Neste cenário, é uma tarefa árdua encontrar um policial militar com habilidades avançadas em tecnologia da informação, pois, no caso de São Paulo, não é requisito no processo de admissão policial. Mesmo encontrando policiais que possuam algum tipo de capacitação, ainda não é suficiente para resolver os desafios envolvendo desenvolvimento de sistemas demandados para o setor.

Embora com as dificuldades supracitadas, foram realizadas entregas significativas de softwares desenvolvidos no Centro de Inteligência da PMESP. Durante o processo de desenvolvimento, é prática deste órgão realizar a elicitación de requisitos, uma das atividades mais críticas do desenvolvimento de software (BROOKS, 1987). A elicitación de requisitos é a atividade inicial no processo de engenharia de requisitos, onde se busca entender o que o usuário necessita, para que seja atendida através do software a ser desenvolvido (KOTONYA, 1998). Tendo as necessidades dos demandantes em mãos, o sistema é desenvolvido

até o momento que se perceba um mínimo produto viável, ou seja, uma versão de um produto que está suficientemente completo para demonstrar o seu valor para os usuários (MOOGK, 2012). O produto desenvolvido é apresentado ao demandante com o intuito de validar se o software está em conformidade com as necessidades dos usuários. Durante essa validação podem surgir novos requisitos ou solicitações de mudanças ao que já foi implementado. Neste momento, não é raro algumas solicitações de mudanças anularem o que já foi desenvolvido, necessitando o redesenvolvimento de tudo que já havia sido acordado previamente. Mudanças de requisitos são uma das principais causas de atraso na conclusão de projetos (JOHNSON, 1995). Todavia, é um risco que sempre ocorrerá nos projetos de software (HORI, 2009).

Há uma percepção da equipe de desenvolvimento que durante todo esse processo se demanda uma certa energia extra de todos os envolvidos, pois, mesmo tendo coletado as necessidades, é praticamente certo que se demande alterações quando é apresentado o produto desenvolvido, mesmo que incipiente, sendo necessário a adoção de um modelo onde o retrabalho seja entendido não como um problema, mas como uma possibilidade de avanço evolutivo do projeto, o que ocorre nos modelos iterativos e incrementais (LARMAN, 2003).

Uma prática que ajuda a alcançar um conhecimento necessário sobre as necessidades do usuário e na colaboração da equipe é o Design Thinking. A utilização do DT promove a inovação e é facilmente adaptável ao processo de desenvolvimento ágil, trazendo assim ganhos em velocidade e qualidade das entregas (DOBRIGKEIT, 1988). É importante ainda mencionar as práticas ágeis de desenvolvimento, como o Scrum, que visa buscar uma maneira onde se consiga produzir um software de maneira flexível quando há um ambiente em constante mudança (DOS SANTOS, 2004), e Extreme Programming, também conhecido como XP, adotado em médias e pequenas equipes que lidam com requisitos abstratos com uma grande propensão a mudanças (BECK, 2004).

Para ajudar a melhorar o processo de construção de Software no Centro de Inteligência da Polícia Militar do Estado de São Paulo, será feito um mapeamento das práticas ágeis de construção de software que possam ser adequadas à realidade da unidade, buscando um melhor entendimento das necessidades das

partes interessadas, além de possibilitar entregas mais rápidas e assertivas. Esse estudo poderá ser utilizado como um guia para outras instituições de Inteligência de Segurança Pública que utilizam efetivo propriamente policial e vislumbram o mesmo cenário supracitado. Para atingir o objetivo do trabalho, foram definidas as seguintes Questões de Pesquisa:

[QP1] Qual o contexto de construção de software no Centro de Inteligência da Polícia Militar do Estado de São Paulo?

[QP2] Como as práticas ágeis consagradas na literatura podem se adaptar dentro de uma instituição de Inteligência de Segurança Pública?

Para atingir o objetivo dessa pesquisa, foi realizado um estudo de caso, método empírico que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e dentro de um contexto no mundo real (YIN, 2017), no caso, investigando o contexto de construção de *Software* no CIPM da PMESP, que pode ser estendido para outras instituições de Inteligência de Segurança Pública.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Centro de Inteligência da PMESP possui seu próprio efetivo policial militar para desenvolvimento de *software*. Para atuar nessa função, é verificado se o profissional possui o mínimo de conhecimento na área de tecnologia, sendo recomendado que tenha concluído ao menos um curso técnico na área. Embora alguns possuam nível superior, a maioria deles não atualizaram nem praticaram este conhecimento ao longo do tempo, em virtude da carreira policial. Portanto, o profissional incumbido em trabalhar com desenvolvimento de *softwares* precisa se nivelar para alcançar as condições mínimas de executar o serviço.

Quanto ao *software* desenvolvido e mantido pelo setor, atualmente existe uma “suite” geral de inteligência, que se apresenta como um portal único, onde o usuário realiza login e acessa as funcionalidades de acordo com a atividade que ele desempenha. Cada funcionalidade exibida pela suite, é, em geral, um microserviço (LEWIS, 2021) que responde por uma área negocial. Desta forma, existe a possibilidade de que um microserviço em específico seja aprimorado com novas funcionalidades, ou algo que será criado do zero como uma nova aplicação, que ao final será incorporado neste ecossistema. A utilização desta arquitetura tem ajudado

o time de desenvolvimento a atender de maneira independente as necessidades das distintas áreas negociais sem impactar a aplicação como um todo.

Conforme mencionado na Seção 1, a área negocial procura o segmento técnico em nível de chefia e apresenta um problema a ser resolvido através do desenvolvimento de *software*. Há uma interação no sentido de coletar todas as necessidades, posteriormente encaminhadas para toda a equipe técnica, que desenvolve um Mínimo Produto Viável (MPV) e apresenta para validação à área demandante. Ocorre que, neste momento, há uma percepção de que se demandou um esforço desnecessário da equipe técnica, pois, na maioria dos casos, a área demandante costuma solicitar alterações que culminam em um redesenvolvimento de parte significativa da aplicação.

3 TRABALHOS RELACIONADOS

Nesta seção serão apresentados trabalhos que envolvam a aplicação de entrega contínua de software com utilização de processos iterativos e incrementais, com destaque em órgãos públicos, militares e policiais. Tais trabalhos terão relação com o uso do *Design Thinking* e metodologias XP e *Scrum*.

Dentro da estrutura do governo, aplicou-se o *Design Thinking* em elicitação de requisitos no Ministério da Saúde para o desenvolvimento do sistema mobile DATASUS (CANEDO, 2020), e foi verificado que o órgão público possui diversos entraves burocráticos que dificulta o processo de criação, interação entre as partes interessadas e membros da equipe de desenvolvimento. Houve baixa aderência a esta prática e ainda se encontra em fase embrionária, todavia, entendeu-se que a inserção de potenciais usuários do sistema público de saúde poderia aumentar o engajamento da população em relação às ferramentas mobile desenvolvidas por aquele Ministério.

O *Design Thinking* (DT) também foi aplicado no processo de migração de sistemas legados pelo Exército Brasileiro (CANEDO, 2018). Os autores concluíram que o desenvolvimento de protótipos é um aspecto fundamental para o sucesso da implementação de DT durante a fase de elicitação de requisitos, pois é o momento onde o usuário consegue ter um bom grau de abstração para verificar se a equipe de desenvolvimento entendeu realmente o que deve ser desenvolvido. Os autores ainda

afirmaram que a qualidade do protótipo pode influenciar o entendimento das partes interessadas, fazendo com que seja interessante uma melhor *expertise* técnica do profissional que irá construir os protótipos.

Dentro do contexto policial, foi desenvolvido pela Polícia de Nova Taipé, em Taiwan, um Centro Integrado de Inteligência utilizando o *Design Thinking*, sendo reconhecido como uma das melhores contribuições públicas do governo taiwanês (CHANG, 2020). Com a aplicação desse processo, desenvolveu-se uma plataforma informatizada de tomada de decisão envolvendo as bases de dados de maior interesse em Segurança Pública. Verificou-se neste estudo, que o sucesso do desenvolvimento do software foi intimamente relacionado pela participação dos policiais da ponta da linha na construção do produto, ou seja, através de um processo de empatia, procurou-se entender o que de fato os patrulheiros estavam necessitando, pois eles possuíam grande *expertise* no assunto e poderiam ser bem utilizados neste processo, além de testarem os protótipos desenvolvidos pela equipe técnica, até conseguirem alcançar um *software* de maior qualidade.

A utilização de metodologias ágeis de desenvolvimento foram muito bem recebidas no setor privado, todavia, isso não é verificado no setor público (RIBEIRO, 2018). Asnawi et al. (2011) verificaram que, para algumas empresas privadas, era difícil utilizar métodos ágeis ao prestar serviços para o governo, pois este não tinha familiaridade, já que não havia essa adoção nas organizações públicas.

No setor público, a adoção da metodologia ágil tem sido mais lenta e há uma escassez de estudos empíricos que identifiquem e descrevam os desafios em relação à implementação e execução desses novos métodos (NUOTILLA, 2016). A Aplicação de métodos ágeis no setor público requer mudanças radicais na forma como os projetos são negociados, contratados, adquiridos e organizados a fim de maximizar o valor criado ao longo do ciclo de vida do projeto. Um dos principais desafios com a adoção do ágil em serviço público estão relacionados com documentação, educação pessoal, experiência e engajamento, comunicação e envolvimento dos stakeholders, as funções em uma configuração ágil, localização dos times ágeis, legislação e complexidade do software a ser desenvolvido (NUOTILLA, 2016).

O *Extreme Programming* foi utilizado em um projeto de Desenvolvimento de Sistemas nas Forças Armadas dos Estados Unidos, a aplicação ocorreu devido ser

um cenário onde há rápidas e constantes mudanças de requisitos (FRUHLING, 2008). Aplicou-se o XP no desenvolvimento de uma funcionalidade de um sistema denominado USSTRATCOM (US *Strategic Command*), sendo posteriormente encaminhado um questionário aos envolvidos para deixarem as suas impressões sobre o uso desta metodologia. As lições aprendidas centraram-se na importância da comunicação dos membros da equipe, no entendimento das práticas e processos XP e no envolvimento e planejamento de gerenciamento contínuo. De fato, o uso do XP proporciona um grande engajamento entre os membros envolvidos, pois, segundo os seus princípios, “comunicação é muito importante no XP” (XP, 2021), tanto entre os membros da equipe de desenvolvimento quanto as partes interessadas, que precisa estar “sempre disponível”. A *Extreme Programming* é bem-sucedida porque enfatiza a satisfação do cliente, esse processo fornece o software que ele precisa conforme a necessidade daquele momento. Desta maneira, não há problemas quando os requisitos sofrem mudanças constantes desde que as entregas atendam a satisfação das partes interessadas, buscando assim uma grande sinergia entre todos os atores envolvidos.

Por último, mas não menos importante, temos o *Scrum*, definido através do Guia *Scrum* como um *framework* simples que ajuda pessoas, times e organizações a gerar valor por meio de soluções adaptativas para problemas complexos (SCRUM, 2020). Ainda segundo o mesmo guia, o *Scrum* emprega uma abordagem iterativa e incremental para otimizar a previsibilidade e controlar o risco.

Foram encontrados estudos de uso do *Scrum* em projetos ágeis no serviço público (DE OLIVEIRA, 2016; UPENDER, 2005). Foi verificado que a implementação do *Scrum* em projetos governamentais ajudam a reduzir os tempos de reuniões e maior grau de cumprimento das tarefas elencadas para uma *sprint* (DE OLIVEIRA, 2016). O uso das práticas *Scrum* também ajudaram a instituição pública a entregar o *software* de forma mais eficiente (UPENDER, 2005). Verificou-se ainda que a utilização do *Scrum* ajudou o time de desenvolvimento, os gerentes de projetos e usuários finais, e que a melhora na comunicação foi um aspecto chave para otimizar os resultados. Essa melhora da comunicação foi evidenciada nas conversas diárias que ajudou o time a ter mais liberdade para tomada de decisões (UPENDER, 2005). Por fim, ambos os estudos afirmam que a rigidez estrutural de uma instituição pública

dificulta o sucesso do desenvolvimento *Scrum*, todavia, ele pode ser adaptado dentro de um órgão às rotinas já utilizadas, diminuindo as chances de insucesso (DE OLIVEIRA, 2016).

4 MÉTODOS ÁGEIS EM INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Nesta seção, são elencadas algumas possíveis soluções ágeis adaptadas ao contexto de Inteligência de Segurança Pública, respeitando seus princípios e doutrina.

4.1 *Scrum*

O *Scrum* é um *framework* simples que ajuda pessoas, times e organizações a gerar valor por meio de soluções adaptativas para problemas complexos (SCRUM, 2020). Segundo o seu guia oficial, ele possui uma abordagem iterativa e incremental, visando assim otimizar a previsibilidade e controlar o risco. Isso significa que o *Scrum* se alinha com um modelo de entrega contínua, e, neste caso, estará devidamente aderente a questões de mudanças de requisitos que possam surgir ao longo do desenvolvimento. A adoção do *Scrum* também otimiza a comunicação entre os membros da equipe e com os interessados, sobretudo por conta dos ritos das reuniões diárias e entre as sprints (UPENDER, 2005), o que em tese poderia ajudar a equipe técnica obter um conhecimento maior sobre o negócio. Um ponto de atenção a ser observado é a sua flexibilidade em contraste à rigidez estrutural de uma instituição pública, podendo ser adaptado para aumentar as chances de sucesso (DE OLIVEIRA, 2016).

4.2 *Extreme Programming*

O *Extreme Programming* ajuda a resolver problemas de construção de *software* em um cenário com uma grande propensão a mudanças insucesso (BECK, 2014), o que poderia ajudar nos casos onde os requisitos ainda não estejam bem definidos ou novos atores solicitem mudanças em funcionalidades já implementadas. Segundo o seu guia oficial, o *Extreme Programming* melhora um projeto de *software* de cinco maneiras essenciais: comunicação, simplicidade, *feedback*, respeito e coragem (XP, 2021). Neste processo, há uma comunicação constante entre a área negocial e técnica, tendo inclusive como regra que o cliente deve estar sempre disponível (XP,

2021). Essa dinâmica ajuda a aproximar todas as áreas interessadas e otimizar a comunicação e intercâmbio de conhecimentos, possibilitando com que melhore o descompasso entre conhecimento negocial evidenciado pelos seguimentos das áreas envolvidas. Melhorando a comunicação, é possível que se aumente o entendimento sobre a necessidade e se consiga ter um *feedback* adequado logo quando determinada funcionalidade for implementada.

4.3 Design Thinking

O *Design Thinking* atende um propósito geral, o que envolve dentre vários casos, a construção de *software*, existindo muitos estudos propondo a integração do DT em modelos ágeis de desenvolvimento de *software* (DOBRIGKEIT, 2021). De forma mais específica, existem estudos da adoção do *Design Thinking* na fase de elicitação de requisitos, momento onde o cliente expressa as suas expectativas em relação ao que o sistema deve ser, suas funcionalidades, restrições, atributos de qualidade, dentre outros, em suma, será o momento em que se buscará um conhecimento sobre o que deve ser de fato implementado (CANEDO, 2020).

Foi verificado ainda que o *Design Thinking* busca inserir o elemento humano como elemento central do processo, neste caso, aquele que terá os seus anseios atendidos através da entrega de um *software* que atenda as suas necessidades. Para que isso ocorra, existe a necessidade imperativa de que a área técnica realize as atividades de empatia (SHANKS, 2021), o que envolve uma proximidade estreita com os potenciais usuários através de atividades de entrevistas e observações, neste último caso, existindo a necessidade de que o segmento técnico se dirija até o ambiente de trabalho da atividade fim, para que consiga ter um melhor entendimento sobre as suas necessidades. É interessante que nas atividades de observação, os policiais do segmento técnico respeitem os limites da compartimentação, todavia, o segmento negocial deve demonstrar exatamente as suas necessidades que necessitem da implementação de *software*, mesmo que essa demonstração seja feita através de simulações ou dados fictícios. O importante é que, a equipe técnica consiga “sentir na pele” as necessidades da atividade fim através desse processo demonstrativo.

É necessário que seja quebrada a barreira de comunicação, principalmente

aquelas concentradas entre as chefias das áreas técnicas e negociais, desta feita, a comunicação deve ser estendida a todos os policiais que serão de alguma forma afetados pela implementação do sistema. Nesse mesmo sentido, é imprescindível que as áreas demandantes também tenham maior solidariedade em relação ao tempo de entrega do *software* e confiem no prazo estipulado pela área técnica, pois já foi verificado e confirmado por ambas as partes, que essa pressão por prazos é um fator que atrapalha consideravelmente a construção de software dentro das expectativas de qualquer área demandante.

A elaboração de protótipos (ERIKSSON, 2021) deve ser amplamente incentivada, pois irá propiciar aos atores da atividade fim uma melhor noção do que de fato será desenvolvido, avaliando se irá atender as suas reais necessidades. Os protótipos permitem que sejam criadas experiências interativas do usuário final visando a validação do uso da solução e ajudam a validar as ideias de maneira rápida e com baixo custo (ERIKSSON, 2021), além de proporcionar a equipe de desenvolvimento uma melhor visão sobre o que deve ser produzido.

Caso o protótipo não pareça adequado, haverá a possibilidade de coletar maiores dados para novamente analisar e construir um novo que seja mais adequado ao usuário final. Esse processo é iterativo e só irá finalizar quando o interessado der sua validação final, para que assim se comece a fase de desenvolvimento propriamente dita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E TRABALHOS FUTUROS

Dentro da realidade encontrada no Centro de Inteligência da Polícia Militar do Estado de São Paulo, onde tanto as áreas demandantes quanto técnicas são formadas por policiais militares, é importante aproveitar o cenário como uma oportunidade para que se desenvolva soluções de *software* que atendam a área finalística em sua completude. O uso de práticas ágeis de desenvolvimento, adequado à doutrina de inteligência policial, parece adequada dentro desse contexto.

A utilização de métodos ágeis de desenvolvimento como o *Scrum* e *Extreme Programming* podem ser benéficas para melhorar a comunicação entre os envolvidos. Em um cenário em que as entregas sejam passíveis de alterações, neste caso, o redesenvolvimento se figuraria como evoluções do software e pouco impactante na

rotina da área técnica.

A utilização do *Design Thinking* como meio de aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes parece ser adequada, pois nesse caso, o segmento técnico buscará entender com o usuário final o que eles realmente necessitam, beneficiando ambos os lados, pois, de um lado haverá um policial militar do segmento técnico com uma maior compreensão das atividades das áreas negociais e do outro um policial da atividade fim sendo devidamente atendido com sistemas que atendam as suas necessidades.

O desenvolvimento da prototipação, que faz parte da ideia do DT, poderá ao mesmo tempo proporcionar uma melhor visualização da solução do *software* para a área demandante e ao mesmo tempo poderá reduzir produção de código que não atenda os anseios dos clientes.

É fundamental neste processo que as áreas finalísticas franquem o acesso do segmento técnico para realizarem atividades de entrevistas e observação das atividades desenvolvidas por eles, com vistas a compreender a real necessidade e propor a solução mais adequada. É imperativa a observância do princípio da compartimentação, respeitando assim a segurança orgânica. Não sendo superado esta etapa, não é possível aplicar nenhuma prática ágil em sua essência.

Por fim, é importante salientar que durante esse estudo, houve a limitação de ser observada apenas uma instituição de Segurança Pública, somado com a limitação temporal para aplicação prática e mensuração os resultados, ou seja, a verificação se as adoções dessas práticas melhoram de fato a comunicação entre as áreas e refletem em uma maior aceitação na entrega do *software*, o que pode ser perfeitamente realizado em um trabalho futuro.

6 REFERÊNCIAS

ASNAWI, A. L.; GRAVELL, A. M.; WILLS, G. B. Empirical investigation on agile methods usage: issues identified from early adopters in Malaysia. In: **International Conference on Agile Software Development**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2011. p. 192-207.

BECK, K. **Programação extrema (XP) explicada**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000.** Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Brasília, DF: Centro Gráfico, 2000.

BRASIL. **Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.** Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1999.

BROOKS F. P. **No silver bullet - Essence and accidents of software engineering.** Washington, DC, Estados Unidos: IEEE Computer Society Press, 1987.

CANEDO, E. D.; DA COSTA, R. P. The use of design thinking in agile software requirements survey: a case study. In: **International Conference of Design, User Experience, and Usability.** Springer, Cham, 2018. p. 642-657.

CANEDO, E. et al. Application of Design Thinking for Elicitation Requirements in Mobile Applications. In: **Proceedings of the 53rd Hawaii International Conference on System Sciences.** 2020.

CHANG, C.; CHIEN, L.; HWANG, Y. Designing an Integrated Intelligence Center: New Taipei City Police Department as an Example. In: **Pacific-Asia Conference on Knowledge Discovery and Data Mining.** Springer, Cham, 2019. p. 38-44.

DE OLIVEIRA SIMOYAMA, F.; PEREIRA BUENO, R. L.; GUIMARÃES BATTISTI, M. C. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 16, n. 2, 2016.

DOBRIGKEIT, F.; DE PAULA, D. Design thinking in practice: understanding manifestations of design thinking in software engineering. In: **Proceedings of the 2019 27th ACM joint meeting.** 2019. p. 1059-1069.

DOS SANTOS SOARES, M. Metodologias ágeis extreme programming e scrum para o desenvolvimento de software. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 3, n. 1, 2004.

ERIKSSON, E. What is Product Design? This frequently misunderstood field is in need of a proper definition. **Medium**, 2014. Disponível em: <https://medium.com/@erikeriksson/what-is-product-design-9709572cb3ff>. Acesso em 7 set. 2021.

FRUHLING, A.; MCDONALD, P.; DUNBAR, C. A case study: introducing extreme programming in a US government system development project. In: **Proceedings of the 41st Annual Hawaii International Conference on System Sciences (HICSS 2008).** IEEE, 2008. p. 464-464.

HORI, S. et al. **Project management patterns to prevent schedule delay caused by requirements changes.** Proc. ICSOFT, p. 115-120, 2009.

JOHNSON, J. C.; **The dollar drain of IT project failures**. Application development trends, p. 41-47, 1995.

KOTONYA, G.; SOMMERVILLE, I. **Requirements engineering: processes and techniques**. Reino Unido: Wiley, 2004.

LARMAN, C.; BASILI, V. R. Iterative and incremental developments. A brief history. **Computer**, v. 36, n. 6, p. 47-56, 2003.

LEWIS, J.; FOWLER, M. Microservices - a definition of this new architectural term. **MartinFowler**, 2014. Disponível em: <https://martinfowler.com/articles/microservices.html>. Acesso em 23 ago. 2021.

MOOGK, D. R. **Minimum viable product and the importance of experimentation in technology startups**. Technology Innovation Management Review, v. 2, n. 3, 2012.

NUOTILA, J.; AALTONEN, K.; KUJALA, J. Challenges of adopting agile methods in a public organization. **International Journal of Information Systems and Project Management**, v. 4, n. 3, p. 65-85, 2016.

RIBEIRO, A.; DOMINGUES, L. Acceptance of an agile methodology in the public sector. **Procedia computer science**, v. 138, p. 621-629, 2018.

SHANKS, M. An introduction to Design Thinking process guide. **Stanford University**. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~mshanks/MichaelShanks/files/509554.pdf>. Acesso em 12 ago. 2021.

SHANKS, M. The 2020 Scrum Guide. **Scrum Guides**. Disponível em: <https://scrumguides.org/scrum-guide.html>. Acesso em 7 set. 2021.

SHANKS, M. The Rules of Extreme Programming. **Extreme Programming**. Disponível em: <http://www.extremeprogramming.org/rules.html>. Acesso em 7 set. 2021.

UPENDER, B. Staying agile in government software projects. In: **Agile Development Conference (ADC'05)**. IEEE, 2005. p. 153-159.

YIN, R. **Case Study Research and Applications: Design and Methods**. Índia: SAGE Publications, 2018.

A PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO PROCESSO DECISÓRIO POR MEIO DO OLHAR DO GESTOR

THE PERCEPTION OF THE IMPORTANCE OF PUBLIC SECURITY INTELLIGENCE IN THE DECISION-MAKING PROCESS THROUGH THE MANAGER'S EYE

Thiago Ramos dos Santos

RESUMO

A pesquisa objetivou entender como o gestor, no âmbito da segurança pública, percebe e utiliza a inteligência como instrumento de assessoria dentro do processo decisório. Pela teoria, abordou-se os fundamentos da análise da decisão relacionado com a literatura sobre a atividade de inteligência, por meio de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo. A coleta de dados foi realizada via entrevista semiestruturada aplicada a gestores que utilizam as informações de inteligência, tratados por meio da análise de conteúdo. A inteligência de Segurança Pública tem como escopo produzir conhecimentos precisos e oportunos para assessorar o tomador de decisão em qualquer nível do processo decisório, ampliando a visão que o tomador de decisão tem sobre o problema e suas alternativas disponíveis, propiciando mais eficiência no uso dos limitados recursos e resultando em uma decisão mais acertada. Porém, essa atividade, em geral, é pouco conhecida pelos tomadores de decisão no âmbito da segurança pública, com exceção dos que tiveram a oportunidade de trabalhar nela durante sua carreira, antes de ocupar cargos de gestão na alta hierarquia da instituição. Isso faz com que a própria atividade de inteligência tenha que mostrar sua importância e finalidade aos gestores sob o risco de serem ignorados ou afastados do processo decisório.

Palavras-chave: atividade de inteligência; fundamentos da análise de decisão; processos decisórios; segurança pública.

ABSTRACT

The main objective of the research was to understand how the decision maker, in the context of public security in Minas Gerais, perceives and uses intelligence as an advisory tool within the decision-making process. In theory, the study addressed the fundamentals of decision analysis, relating them to the literature on intelligence, through a qualitative and descriptive research. Data collection took place via semi-structured interviews applied to managers who use the intelligence system, treated through content analysis. Intelligence aims to produce accurate and timely knowledge to advise decision-makers at any level of the decision-making process. The Public Security Intelligence expands the view that the decision maker has about the problem and its available alternatives, providing more efficiency in the use of limited resources and resulting in a better decision. However, this activity is generally little known by decision makers within the scope of public security, except for those who had the opportunity to work in it during their career, before occupying management positions in the higher hierarchy of the institution. Therefore, intelligence itself must show its importance and purpose to managers under the risk of being ignored or removed from

the decision-making process.

Keywords: intelligence activity; foundations of decision analysis; decision-making process; public security.

1 INTRODUÇÃO

As organizações de segurança pública são compostas por inúmeros indivíduos e precisam tomar decisões o tempo todo para manter a segurança das pessoas e do patrimônio. Para isso, seus gestores precisam de informações oportunas para que, em um curto espaço de tempo, possam tomar boas decisões de forma a garantir sua missão constitucional.

A tomada de decisão é uma atividade humana em que há a escolha por uma alternativa dentre diversas outras possíveis, que leva em consideração – além das alternativas que o tomador de decisão enfrenta – as informações relevantes que ele possui e suas próprias preferências acerca do problema. Por isso, antes de se escolher o caminho a ser seguido, exige-se que seja feita a análise dessa decisão, para que se possa elucidar um problema difícil de entender e de explicar (HOWARD; ABBAS, 2016).

No contexto das decisões do Estado, a atividade de inteligência possui papel fundamental na assessoria ao tomador de decisão, pois produz conhecimento de forma oportuna, abrangente e confiável, de acordo com as necessidades daquele que decide. A inteligência se refere à coleta, análise e disseminação de informações que, no todo ou em parte, não estão disponíveis em fontes convencionais. Somado a isso, através do ramo da contrainteligência, a atividade tem a função de atuar na neutralização da inteligência adversa, na salvaguarda do conhecimento sensível e na identificação de ameaças ou oportunidades (BRASIL, 2016; CEPIK, 2003; CANADA, 1996; PLATT 1974).

A segurança pública é uma ramificação do Estado que também faz o uso da atividade de inteligência que, nesse âmbito, consiste na produção de conhecimento para subsidiar os tomadores de decisão no planejamento e na execução de ações relacionadas à atos criminosos que atentem à ordem pública, à incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 2021).

A Inteligência de Segurança Pública (ISP) é fundamental para o desempenho satisfatório das instituições policiais, em que o conhecimento

produzido pelas suas agências influencia diretamente a tomada de decisão, a otimização dos serviços e o emprego operacional do policiamento. Entretanto, no Brasil, há um descompasso entre a atividade de inteligência e os tomadores de decisão no campo da segurança pública, onde os gestores desconhecem as potencialidades dessa atividade e, conseqüentemente, não conseguem aproveitá-la, prejudicando a eficiência e eficácia do processo decisório (ROCKEMBACH, 2017), visto que, o produto da inteligência não é para ser coletado e depois arquivado. Ele deve ir além do que apenas informar, ou seja, deve auxiliar as pessoas a tomarem decisões (LOWENTHAL, 2015).

Assim, dentro do eixo temático de Inteligência em Segurança Pública, considerando que a produção de conhecimento e os produtos desenvolvidos pelas agências de Inteligência precisam estar em sintonia com a habilidade dos tomadores de decisão – demandantes e clientes dessas agências – em utilizá-los no processo decisório, à luz da dos fundamentos da análise de decisão propostos por Howard e Abbas, que ressaltam o uso dos instrumentos assessórios para a obtenção do conhecimento necessário para equilibrar a lógica da tomada de decisão, surge o seguinte problema de pesquisa: como a atividade de inteligência é percebida e utilizada pelos tomadores de decisão no âmbito da segurança pública, no Estado de Minas Gerais, durante o processo decisório?

Para responder à pergunta de pesquisa, propõe-se como objetivo geral entender, na relação entre o gestor público e a atividade de inteligência, como o tomador de decisão, no âmbito da segurança pública de Minas Gerais, percebe e utiliza a inteligência como instrumento de assessoria dentro do processo decisório. Os objetivos específicos são: compreender como a atividade de inteligência se enquadra dentro do processo decisório e auxilia o tomador de decisão; investigar qual a percepção e a utilização da atividade de inteligência pelos tomadores de decisão, dentro do ambiente da segurança pública.

Este artigo contém parte dos resultados de uma dissertação na linha de pesquisa de Processos e Sistemas Decisórios em Arranjos Organizacionais, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Aqui, apresenta-se os resultados de uma das categorias de análise, denominada a

“Relação gestor *versus* inteligência”.

A metodologia constitui de uma pesquisa qualitativa e descritiva. Segundo o procedimento técnico, recorreu-se tanto à pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa documental. Como técnica de coleta de dados, realizou-se entrevistas individuais com roteiro semiestruturado, apoiada pelo diário de campo. Foram entrevistados doze gestores que atendiam os seguintes critérios de inclusão: 1) trabalhar ou ter trabalhado em um dos órgãos de segurança pública do estado de Minas Gerais; 2) atuar ou ter atuado em um cargo de gestão que tenha sob seu comando uma seção de inteligência, no período de 2019 a 2021.

Em relação ao primeiro critério de inclusão, considera-se como os órgãos de segurança pública: a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), o Sistema Penitenciário Estadual (Polícia Penal de Minas Gerais).

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, que se fundamenta não apenas naquilo que a mensagem diz, mas considera o seu contexto, os dados e suas circunstâncias, de onde surgem características qualitativas (BARDIN, 2016; CARLOMAGNO; ROCHA, 2016).

O Brasil, embora possua uma atividade de inteligência considerada recente, vêm avançando na construção de conhecimentos, com vistas a fortalecer sua estrutura tanto em termos teóricos, quanto práticos. Ainda assim, o aperfeiçoamento da teoria, seja pelo desenvolvimento de novos conceitos, seja pela reflexão dos processos existentes, é uma carência desse ramo do conhecimento a ser explorada pela área acadêmica (HAMADA 2017).

O foco principal da atividade de inteligência de segurança pública é para a prevenção e repressão de crimes, auxiliando o processo decisório desde o direcionamento e emprego do policiamento preventivo, até nas decisões de nível estratégico. A inteligência é apontada como uma das principais soluções para as crises no campo da segurança pública. Contudo, precisa ser encarada com mais profissionalismo e seriedade no país. Ao mesmo tempo, é necessário desenvolver a mentalidade de inteligência nos gestores da segurança pública, sendo este um dos desafios da ISP para os próximos anos (ROCKEMBACH, 2017).

A contribuição do estudo proposto consiste em uma lacuna do conhecimento percebido pela literatura e seu resultado pode ser útil tanto para o amadurecimento da atividade de inteligência, como também, para a conscientização dos tomadores de decisão, quanto à finalidade e a capacidade da atividade de inteligência dentro do processo decisório.

2 A FORMA COMO O GESTOR SE VÊ E SE RELACIONA COM A EQUIPE DE INTELIGÊNCIA SOB SEU COMANDO

Apresenta-se uma das categorias de análise do estudo de Santos (2021) denominada “Relação gestor versus inteligência”, que foi criada a partir da percepção do gestor sobre si mesmo e sua relação com a equipe de inteligência. Dentro desse relacionamento, explora-se como a atividade de inteligência influencia o processo decisório e qual a profundidade de conhecimento e preparo que o gestor tem para interagir e avaliar a seção de inteligência.

A seleção dos entrevistados foi baseada nos critérios de que trabalhassem ou tivessem trabalhado em um dos órgãos de segurança pública do estado de Minas Gerais, onde ocupassem um cargo de gestão que tivessem sob seu comando uma seção de inteligência, no período de 2019 a 2021. Dessa forma, buscou-se, de forma intencional, pessoas que vivenciaram o fenômeno pesquisado, selecionadas por acessibilidade, desde que se encaixassem nos critérios de inclusão e se dispusessem a falar sobre o assunto.

Considerando que o entrevistado tem direito ao anonimato, confidencialidade, sigilo e privacidade, somado ao fato de a seleção dos entrevistados ocorrer em um ambiente bem delimitado, caracteriza-se os entrevistados de forma mais generalizada a fim de preservar o anonimato. Assim, destaca-se que: as entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro e junho de 2021; foram entrevistadas doze pessoas no total, sendo dez homens e duas mulheres, estas de instituições distintas; oito dos entrevistados trabalham na capital e quatro em cidades do interior, considerando a data da realização da entrevista; a idade variou entre 39 e 57 anos, o tempo de carreira variou de 7 anos a 30 anos e o tempo no cargo atual variou de 4 meses a 7 anos; foram pelo menos dois entrevistados de cada um dos órgãos de segurança pública citados, sem ordem pré-definida, dentro da disponibilidade de agenda e disposição de

participação de cada um. Dois órgãos tiveram três entrevistados cada; o nível de escolaridade variou entre pós-graduação *lato-sensu* a pós-doutorado.

Ao analisar essa categoria de análise, primeiramente os entrevistados responderam sobre a autoimagem e como é o relacionamento com os integrantes da seção de inteligência. Identificou-se que todos os entrevistados têm consciência de que são tomadores de decisões em seu ambiente de trabalho, dentro da função que ocupam. Howard e Abbas (2016) afirmam que o primeiro elemento de uma boa decisão é o decisor, aquele com o compromisso com pensamento da ação. Assim, é fundamental que o gestor tenha a consciência da responsabilidade que seu cargo lhe traz. Os órgãos de segurança pública têm bem definido quem são os chefes de cada unidade, ou seja, aquele que detém o poder e a responsabilidade pelas decisões.

Sobre a relação, os gestores afirmaram buscar um relacionamento de proximidade e menos formalidade com a equipe de inteligência, como forma de estimular a proatividade e a criatividade da equipe e gerar confiança entre o gestor e a equipe de inteligência.

A confiança do tomador de decisão nas agências de inteligência é fundamental para que os agentes obtenham as informações necessárias que são analisadas tecnicamente para superar os vieses, estimular a criatividade e gerenciar a incerteza (SFETCU, 2019; CANADA, 1996). Obter e analisar dados para a produção de um conhecimento de inteligência de segurança pública depende da criatividade de seus agentes. Para isso, é fundamental que os gestores propiciem um ambiente favorável que estimule essa criatividade.

A proatividade, ou seja, a intenção de antecipar futuros problemas, gera uma característica de ação por iniciativa das agências de ISP que é percebida por parte dos entrevistados. Os entrevistados das instituições militares estaduais são unânimes na percepção de que os conhecimentos de inteligência são, em sua maioria, produzidos por iniciativa das agências, complementados por demandas dos decisores. Enquanto isso, os entrevistados da Polícia Penal percebem essa relação de forma mais equilibrada. Já os entrevistados da Polícia Civil e da SEJUSP se destacam em ter uma visão de que o trabalho de inteligência é mais motivado pelas demandas dos tomadores de decisão.

Percebeu-se que há uma expectativa do gestor em relação à proatividade da

agência inteligência, mesmo naqueles que entendem que a ISP deve trabalhar mais por demanda do gestor. A própria definição da atividade de ISP justifica essa expectativa quando define que a ISP se trata de atividade técnico-especializada, permanente e sistemática acerca de ameaças reais ou potenciais sobre a segurança pública, com a produção de conhecimentos que subsidiem políticas de Segurança Pública (BRASIL, 2021).

Ao abordar sobre a influência da atividade de inteligência na decisão, os entrevistados, seja como tomadores de decisão ou chefe de agências de inteligência, afirmaram que já passaram por situações em que um conhecimento de inteligência influenciou na decisão tomada, a partir de novos cenários e alternativas que os conhecimentos expandiram ao gestor. Também, alguns decisores relataram que a inteligência lhes ajudou a confirmar uma posição, antes de decidirem.

Reforçando o modelo dos fundamentos da análise da decisão proposto por Howard e Abbas (2016), percebe-se que a atividade de inteligência auxilia os tomadores de decisão aumentando o conhecimento que eles têm sobre o problema, fortalecendo a lógica sobre a qual eles tomarão suas decisões. Conforme os autores, encontrar alternativas exige tempo e esforço e um tomador de decisões tem preferências sobre os futuros que surgem de diferentes alternativas.

Alguns entrevistados afirmaram que houve situações em que, mesmo convicto de uma opinião, acabou tomando decisão diversa em virtude de novas informações trazidas pela assessoria de inteligência.

Em continuidade, buscou-se abordar acerca do conhecimento que os gestores da segurança pública têm sobre a ISP e se há, ou como funciona, o treinamento e o *feedback* nessa relação, o que é importante para entender a efetividade da ISP.

Na percepção dos entrevistados, os tomadores de decisão geralmente não são capacitados para terem uma noção do que é e para que serve a atividade de inteligência. Aqueles tomadores de decisão que tiveram a oportunidade de trabalhar em uma agência de inteligência durante sua carreira tendem a utilizar mais e a estarem mais próximos de sua seção de inteligência. Já aqueles decisores que não tiveram experiência prévia junto à inteligência ou aprendem na prática do dia a dia, com as explicações que os próprios agentes de inteligência lhe fornecem ao apresentar uma assessoria, ou ignoram e não se aproximam da atividade de

inteligência durante o processo decisório.

Isso vai ao encontro de Gonçalves (2018) e Platt (1974) que afirmaram que, fora as pessoas que atuam na área, pouco se sabe sobre a atividade de inteligência. Além do mais, de acordo com Rockembach (2017), a falta de mentalidade de inteligência por parte dos gestores pode resultar no subemprego ou no completo desvirtuamento das finalidades da ISP.

Nas instituições militares se ensinam noções do que é a atividade de inteligência nos cursos de formação. Contudo, de acordo com os militares entrevistados, os ensinamentos não são aprimorados no decorrer da carreira para que os gestores estejam capacitados quando ocuparem postos da alta hierarquia.

Os resultados das entrevistas reforçam o entendimento de Rockembach (2017) ao apontar que há um descompasso entre a atividade de inteligência e os tomadores de decisão no campo da segurança pública, em que os gestores desconhecem as potencialidades dessa atividade e, conseqüentemente, não conseguem aproveitá-la, prejudicando a eficiência e eficácia do processo decisório.

Em contrapartida, ressalta-se que aqueles gestores que se aproximaram da inteligência na prática, durante seus processos decisórios, passaram a ter uma estima e confiança por esse tipo de assessoria. O Entrevistado E8 afirmou que mudou de opinião com o tempo, após se aproximar da inteligência na prática. O Entrevistado E9 ressaltou que o que aprendeu de fato, foi pela aproximação com o serviço de inteligência e não em treinamentos formais ou cursos. Essas evidências devem levar as instituições de segurança pública a repensarem em como fazer para que os gestores se aproximem mais da Inteligência, por meio da prática e da capacitação.

Perguntado sobre em quais tipos de decisões os gestores mais utilizam as informações de inteligência, os entrevistados percebem que quanto mais difícil é a decisão a ser tomada, que também tendem a ser as decisões mais importantes, mais os tomadores de decisão recorrem aos conhecimentos de inteligência. Contudo, é sabido que grande parte dos gestores não tem consciência da utilidade da atividade da inteligência, como também, eles possuem outras fontes de informações e outros meios de assessoria que influenciam nas decisões tomadas. Isso ficou evidente na declaração do entrevistado E4, em que afirma que quando estão diante de uma decisão complexa, costumam ouvir a inteligência para que possam tomar decisões.

Porém, para decisões menos complexas, as decisões nem sempre se pautam dentro da inteligência.

Entretanto, mesmo em decisões consideradas menos complexas, os entrevistados entendem que os tomadores de decisão também podem recorrer à atividade de inteligência como instrumento de assessoria. Independentemente do grau de dificuldade das decisões, ou seja, se são mais ou menos complexas, é interessante recorrer ao serviço.

Ainda dentro da relação entre o gestor e a atividade de inteligência, perguntou-se aos gestores sobre como é o *feedback* para com a seção de inteligência. De acordo com os entrevistados, não existe uma forma padronizada da agência de inteligência obter o *feedback* sobre o seu trabalho. Isso reforça a percepção dos gestores, quando responderam sobre o relacionamento com a equipe, de que buscam ter uma relação menos formal e de mais proximidade.

Essa proximidade faz com que a seção de inteligência conheça o perfil do tomador de decisão e adeque a produção do conhecimento ao estilo do decisor, de forma que os pedidos de ajustes na forma de trabalhar da equipe de inteligência diminuam com o passar do tempo, resultado da sinergia entre ambos. Os entrevistados da Polícia Penal relataram ter orientado seus profissionais de inteligência quanto a necessidade de melhoria nos documentos de forma a melhor atendê-los.

Ainda nesta questão de relacionamento e *feedback*, chamou a atenção a postura do Entrevistado E12, o que tinha menos tempo no cargo de gestor, 4 meses, se comparado com os outros entrevistados, ao ter chamado o chefe de sua agência de inteligência para presenciar a entrevista. O E12 afirmou que não tinha experiência em outro cargo com a atividade de inteligência e em diversas vezes em sua entrevista afirmou que a inteligência era de fundamental importância para a segurança pública. Pelos resultados apresentados nessa análise, essa postura pode ser interpretada como uma tentativa do tomador de decisão em demonstrar ao chefe da equipe de inteligência sua consideração para com a ISP, buscando fortalecer a recente relação tomador de decisão com a equipe de inteligência.

Os gestores que são chefes de equipe de inteligência demonstraram ter uma dupla importância nessa relação de *feedback*, pois eles orientam e fazem uma

primeira checagem dos conhecimentos produzidos antes de serem repassados ao tomador de decisão e, posteriormente, são eles quem geralmente captam a forma como o tomador de decisão reagiu àquela informação, na maioria das vezes de forma indireta, e retroalimentam o restante da equipe de inteligência.

Pelas respostas, percebe-se também que, quando o gestor conhece e utiliza a ISP, é comum a ocorrência de reuniões entre o tomador de decisão e o chefe – ou equipe de inteligência, quando esta é composta por poucas pessoas. Da mesma forma, os gestores chefes de equipe de inteligência relataram reunirem-se constantemente com a equipe sob seu comando, de forma que essa troca de informações sobre os conhecimentos produzidos seja rotineira.

Essa subjetividade de quão efetiva é a contribuição da inteligência para o processo decisório vai ao encontro da percepção de Platt (1974), de que o conhecimento dos pontos insatisfatórios do trabalho da atividade de inteligência é prejudicado quando há pouco relacionamento com os tomadores de decisão. Somado a isso, o maior estímulo para um profissional de inteligência é ver o conhecimento produzido usado, direta ou indiretamente, como base para uma tomada de decisão.

Buscou-se, assim, construir um entendimento da ISP partindo daquele que é o principal usuário dos conhecimentos produzidos, respaldado pelo referencial teórico utilizado na pesquisa sobre a atividade de inteligência e os fundamentos da análise da decisão. Portanto, julga-se que a categoria relação gestor versus inteligência foi explicada pelos sentimentos, crenças e práticas de como os gestores percebem que se relacionam com a ISP.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise de conteúdo das respostas dos entrevistados, entende-se que a atividade de inteligência é importante para os gestores na segurança pública, contudo, de que há limitações e um grande caminho a percorrer para que a ISP seja mais conhecida e mais bem aproveitada pelos tomadores de decisão.

Os decisores que tiveram a oportunidade de trabalhar em seções de ISP durante sua carreira, tendem a aproveitar melhor esse tipo de assessoria e aqueles que tiveram pouco ou nenhum contato com a ISP durante sua carreira, aprendem a utilizá-la na prática do dia a dia, sendo fundamental a iniciativa dos profissionais de

inteligência em mostrar ao gestor a sua utilidade, sob o risco de serem ignorados ou afastados do processo decisório.

Ratifica-se o entendimento de Hamada (2017) de que a atividade de inteligência ainda possui uma carência na reflexão dos processos existentes, bem como, a necessidade de desenvolver a mentalidade de inteligência nos gestores da segurança pública, para que a ISP seja mais bem conhecida e aproveitada nos processos decisórios, uma fragilidade percebida por Rockembach (2017).

Os fundamentos da análise da decisão propostos por Howard e Abbas foram escolhidos na abordagem do problema de pesquisa por considerarem a necessidade de desenvolver a habilidade de tomar decisões em ambientes organizacionais e por serem capazes de abrangerem a atividade de inteligência em uma das bases necessárias para a tomada de decisão de qualidade.

Não se pode afirmar que as considerações desta pesquisa refletem a opinião de toda a população estudada. Desperta-se, com isso, sugestões de pesquisas futuras que possam confrontar com os resultados aqui apresentados, como a replicação desta pesquisa com outros entrevistados de forma ampla ou segmentado em cada instituição de segurança pública de Minas Gerais ou em instituições de segurança pública de outros estados brasileiros.

Assim, considera-se que os resultados atenderam os objetivos propostos e contribuíram para a aproximação desses dois elos do processo decisório – o tomador de decisão e atividade de inteligência, que precisam estar conectados para que se alcance uma decisão de qualidade.

4 REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Rev. amp. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.777, de 14 de agosto de 2021**. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Brasília, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016**. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Brasília, 2016.

CANADÁ. *Auditor General of Canada. The Canadian Intelligence Community: control and accountability* – 1996. In: **Report of the Auditor General of Canada**, nov. 1996.

CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 7, n. 1, 2016.

CEPIK, M. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GONÇALVES, J. B. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. 6 ed. Niterói/RJ: Impetus, 2018.

HAMADA, H. H. O estado da arte da produção científica sobre inteligência no cenário nacional. **Revista de Estudos & Informações**, Belo Horizonte, n. 41, p. 40-47, nov., 2017.

HOWARD, R. A.; ABBAS, A. E. **Foundations of decision analysis**. Harlow, Inglaterra: Pearson Education, 2016.

LOWENTHAL, M. M. **Intelligence: from secrets to policy**. 6 ed. Thousand Oaks, California: Sage CQ Press, 2015.

PLATT, W. **A produção de informações estratégicas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora e Livraria Agir Editora, 1974.

ROCKEMBACH, S. J. Os desafios da inteligência de segurança pública para os próximos cinco anos. In: HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires (Org.). **Inteligência de segurança pública**: contribuições doutrinárias para o cotidiano policial. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017, p. 319-328.

SANTOS, T. R. **A importância da inteligência de segurança pública no processo decisório**: a percepção por meio do olhar do gestor. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SFETCU, N. *Epistemology of intelligence agencies*. **ESSAYS Collection**. Romênia: SetThings, 4 fev. 2019.

SURGIMENTO E EXPANSÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL COMO FACÇÃO CRIMINOSA ORGANIZADA NO BRASIL

EMERGENCE AND EXPANSION OF THE FIRST COMMAND OF THE CAPITAL AS AN ORGANIZED CRIMINAL GROUP IN BRAZIL

Thalis Neris Castro

RESUMO

O artigo propõe-se a identificar o contexto social em que surgiu o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa criada no ano de 1993, em São Paulo. Examina o fenômeno da sua expansão dentro e fora dos presídios. Analisa a dinâmica das ações criminosas da facção no Brasil. Trata-se de pesquisa bibliográfica, cujas informações foram coletadas na rede mundial de computadores (*internet*), bem como reportagens jornalísticas, livros, revistas e artigos científicos. Conclui-se que, diante da dificuldade de combater as ações do crime organizado, torna-se fundamental o conhecimento histórico-social das principais organizações criminosas atuantes no Brasil e da dinâmica de suas ações, a fim de produzir conhecimento e dados importantes para subsidiar estratégias governamentais e institucionais na prevenção e no combate à criminalidade organizada.

Palavras-chave: PCC; facção criminosa; crime organizado.

ABSTRACT

The article proposes to identify the social context in which the Primeiro Comando da Capital - First Command of the Capital (PCC) emerged, a criminal organization created in 1993, in São Paulo. It examines the phenomenon of its expansion inside and outside prisons. Analyzes the dynamics of criminal actions of the organization in Brazil. It is a bibliographic research, whose information was collected on the world wide web (*internet*), as well as journalistic reports, books, magazines, and scientific articles. It is concluded that, given the difficulty of combating the actions of organized crime, it is essential to have historical and social knowledge of the main criminal organizations operating in Brazil and the dynamics of their actions, to produce knowledge and important data to support governmental strategies institutions in preventing and combating organized crime.

Keywords: PCC; criminal group; organized crime.

1 INTRODUÇÃO

A origem do Primeiro Comando da Capital como facção criminosa remonta a década de 1990, mais especificamente a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (CCT), sediada no interior paulista. É no interior desses muros que teve sua estrutura inicialmente construída para funcionar um hospital psiquiátrico, que conviveram centenas de presos e, dentre eles, o “Geleirão”, ou José Marcio Felício.

Geleirão é considerado o principal fundador do PCC, ao lado de pelo menos oito

comparsas, dentre eles César Augusto Roris da Silva – o Cesinha – e Misael Aparecido da Silva. Inicialmente, o PCC era encarado por seus fundadores como uma espécie de sindicato revolucionário do crime, que traria união e lutaria pelos direitos da massa carcerária. Atualmente, sabe-se que o PCC expandiu sua atuação para além dos muros dos presídios, utilizando-se de força e violência contra o estado.

Diante do crescimento silencioso – ou estratégico – da organização interna e atuação da facção, nota-se grande dificuldade das autoridades em desenvolver ações preventivas de efeito prático e assertivo no combate do avanço desse fenômeno criminal. Portanto, apresenta-se como problema para esta pesquisa a seguinte questão: como conhecer o processo de surgimento e expansão do PCC pode contribuir para as estratégias de prevenção e combate das ações do grupo no país?

O objetivo do presente artigo é analisar a história e a expansão do PCC como facção criminosa no Brasil. Pretende-se também compreender o contexto em que a organização surgiu, o fenômeno de sua expansão dentro dos presídios e a de suas ações criminais para outros estados brasileiros.

Deste modo, o tema justifica-se pela importância de uma compreensão mais ampla dos fatos objetivos e subjetivos que levaram o PCC a alcançar o status de facção do crime organizado. De posse do conhecimento histórico e contextual desses fenômenos, torna-se possível fazer uma reflexão acerca das ações desenvolvidas pelo poder público no controle e no combate do avanço do PCC.

Para tal, utilizou-se, sobretudo, de pesquisa bibliográfica como método de pesquisa, que consiste na reunião de informações e dados acerca da temática proposta, por meio de plataformas digitais, como google acadêmico, scielo e reportagens, além de plataformas físicas - através de livros e jornais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A primeira aparição da Sigla “PCC”

O futebol é uma prática comum de lazer praticada no interior dos presídios brasileiros. Como de praxe, no “piranhão”, nome dado pelos próprios internos à CCT de Taubaté, times também se organizavam para prática esportiva.

Segundo Maia (2011), a partir da formação do time de futebol, os detentos ampliaram seus horizontes, estreitaram os laços que os unia e criaram o PCC - maior

grupo organizado de São Paulo.

Transferidos de São Paulo para o interior, foram desafiados pelo time local [da cadeia], formado por presos da terra: 'Os Caipiras'. Naquela noite, mais uma vitória. Cesinha, franzino de olhos incrivelmente vivos, questiona os companheiros de penas: '- Nossa união e luta vai se resumir à vitória no futebol? Por que não aproveitamos esta força para lutar pelos nossos direitos? Até quando vamos ser tratados assim, sem respeito?' Geléia [José Márcio Felício], amigo de coração e de crime de Cesinha [César Augusto Roriz], acompanhou o discurso inflamado do outro e também falou naquela noite: '- Como vamos chamar esse novo 'time'? - Primeiro Comando da Capital – batizou Cesinha, usando parte do nome do time que os consagrara na cadeia' (AMORIM, 2004, p. 374).

A motivação inicial revelada pelos integrantes era clara: combater a opressão do sistema carcerário. É importante lembrar que pouco tempo antes - outubro de 1992 - houve um episódio de grande repercussão, conhecido como “o massacre de Carandiru”, no qual mais de 100 presos morreram em confronto com tropas policiais durante uma rebelião.

Nesse momento, a sigla PCC surge dentro do “piranhão” como uma união entre os detentos em prol de seus objetivos comuns. A proposta chamou a atenção dos demais detentos, por apresentar uma visão que, inicialmente, buscava a melhoria das condições internas dos presídios.

É possível que antes do surgimento da sigla PCC, o grupo já houvesse iniciado sua estruturação, todavia, a partir desse momento, o Primeiro Comando da Capital é denominado, e suas ações começam a ser executadas de forma explícita. Christino e Tognolli (2017, p. 13) contam como ocorreu a primeira ação importante para o domínio da “CCT”:

Na sala, o diretor do presídio, Ismael Pedrosa, era assaltado por algumas recordações que lhe imputavam um sereno orgulho: afinal, ele fora o primeiro e único diretor da Casa de Custódia de Taubaté (CCT), e fazia questão de deixar isso evidente. Quando ouviu os apitos, ele se levantou de sobressalto com a mesma ideia do agente na cabeça: fuga. Abriu a porta e desceu correndo, cruzou com o agente e perguntou:

- Que foi? Que foi?
- Mataram o Baiano e o Garcia – foi a resposta.
- Quem?
- O pessoal do futebol.
- Que pessoal do futebol, caralho?
- O pessoal do time, do PCC.

No momento acima citado, Geleirão, Cesinha e seus comparsas eliminaram outras lideranças existentes no presídio para demonstrar sua força. Após a ação, os detentos se posicionaram no meio da quadra e ostentaram suas camisas brancas, com as siglas PCC estampadas no peito. Como afirma Christino (2017), a partir desse momento eles se tornam reconhecidos como fundadores e passam a ser respeitados por tal feito por ambas as alas do presídio. Por conseguinte, todas as ações realizadas por detentos da casa de custódia passaram a respeitar a palavra final dos “donos da cadeia”.

Em represália a violência praticada pelos fundadores, o então diretor do presídio, Ismael Pedrosa (assassinado posteriormente a mando do grupo), determinou o isolamento dos participantes no evento que levou a morte Garcia e Baiano. Esse é o gatilho para a segunda intervenção importante de resistência dos fundadores: uma rebelião que marcou o estado de São Paulo.

2.2 Organização e expansão pelos presídios

Embora tenha nascido em São Paulo, onde sua influência é maior, o PCC também invadiu “fronteiras” e está presente em vários Estados brasileiros (BIGOLI, 2015). Quase três décadas depois, sabe-se que não se tornou, em tempo relativamente curto, uma facção criminosa com milhares de membros (ou “irmãos”), por acaso. A organização e a estruturação demonstrada se revelaram inovadoras e bem elaboradas, com um sistema de hierarquia bem delimitado.

Logo após a rebelião do dia 31 de agosto de 1993, organiza-se um estatuto para dirigir e controlar as ações realizadas por seus membros, revelado por Porto (2008, p. 77-79 apud JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 1997, grifo do autor):

Lealdade, respeito e solidariedade acima de tudo ao Partido. 2. A luta pela liberdade, justiça e paz. **3. A união da luta contra as injustiças e opressão dentro da prisão.** 4. A contribuição daqueles que estão em liberdade com os irmãos que estão dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate. **5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos [...].** 11. O Primeiro Comando da Capital – PCC – fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças, do Campo de Concentração ‘anexo’ à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como lema absoluto ‘a Liberdade, a Justiça e a Paz’. **13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de detenção em 2 de outubro de 1992, onde 111 presos foram**

covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudarem a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura, massacres nas prisões. 14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado de São Paulo a desativar aquele Campo de Concentração, ‘anexo’ à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do Comando, no meio de tantas lutas inglórias e tantos sofrimentos atrozes. 15. Partindo do Comando da Capital do QG do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteiras, até a vitória final. **16. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também no lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos a nível estadual e a médio e longo prazo nos consolidaremos a nível nacional.** Em coligação com o Comando Vermelho – CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões [...].

O idealismo de cunho coletivo pode ter sido um dos principais atrativos do grupo para a associação dos demais membros que, posteriormente, vieram a compor essa “irmandade”; a violência e a ousadia empregada por seus fundadores e membros também são fatores que possivelmente influenciaram direta ou indiretamente na decisão dos demais. Além disso, para Dias (2013), a popularização do aparelho celular constituiu fator determinante para que o “PCC” agisse de forma organizada e articulada.

Salienta-se que, nesse período, o PCC selou uma aliança com o Comando Vermelho (CV) organização criminosa que teve seu embrião gerado em presídios cariocas. De fato, entre a década de 90 e meados dos anos 2000, o PCC se expandiu, ganhou território e, assim, trilhou o caminho para se tornar a maior facção criminosa atuante no Brasil.

Ao perceber a influência do grupo nos presídios, as autoridades transferiram seus líderes para outros estados. Em 1995, já havia relatos de integrantes do PCC no domínio de outras penitenciárias espalhadas pelo Brasil e, dentre elas, o Carandiru, onde ocorreu o evento que causou revolta nos presos da época. O *modus operandi* seguiu o mesmo: utilizava-se de violência com as demais lideranças existentes, conquistava a massa com a idéia de resistência à opressão estatal e então estabelecia o governo do Primeiro Comando da Capital.

Em fevereiro 2001, o PCC assumiu publicamente a sua identidade. Aproximadamente 28.000 presidiários tomaram o controle de 29 prisões em

dezenove cidades do Estado de São Paulo. O mega-motim foi realizado em um domingo, durante a visita de familiares. Nada mais que 10.000 pessoas foram feitas de reféns naquele dia. Lençóis pintados com a sigla PCC foram pendurados nas janelas. Somente no Carandiru, presídio onde uma década antes haviam morrido 111 presos em um conflito com a polícia, o PCC controlava 7.000 presos e havia feito 5.000 reféns. Vinte e sete horas depois, os reféns estariam livres, o motim controlado, mas a relação do PCC com o Estado jamais seria a mesma (COUTINHO, 2019, p. 4-5).

Nesse período, o governo Paulista não admitia publicamente a influência que o PCC já havia alcançado no sistema carcerário. Contudo, no ocorrido em 2001 eles se mostraram à sociedade maiores e mais bem estruturados do que o revelado até o momento. Segundo Dyna (2020, p. 3, grifo do autor):

Após o episódio de 2001, a organização ganhou mais visibilidade com a adesão de novos membros. Todavia, entre 2002 e 2003 ocorre uma reorganização na estrutura interna do PCC. Por causa do assassinato de muitos líderes da facção, começou uma busca pelo poder. Os antigos fundadores foram expulsos e a ala liderada por 'Marcola' alcançou o poder, modificando as estâncias e sua forma de atuação.

O PCC assume uma característica diferente: como facção criminosa, eles adotam ações com grau de organização superior às demais existentes na época. Assume-se uma organização empresarial, com funções bem delimitadas, cadastros e fiscalização das ações. Montanucci (2017, p. 12) descreve o processo cadastral dos batizados (nome dado aos novos integrantes que foram aprovados pela organização):

Para a entrada de um novo integrante, existe todo um procedimento a ser feito. Primeiramente o novo integrante tem que ter um padrinho que já esteja dentro do partido. Este então dá o seu aval para os demais como uma forma de dizer 'esse é gente boa'. Em seguida, o novo membro é cadastrado em um computador que fica com a alta cúpula do partido. Nesse cadastro deve conter seu nome ou apelido, número de celular, localização da residência, história no crime e onde já cumpriu a pena.

Como "empresa", o PCC se demonstrava preocupado com seus membros. Foi observado que os presídios dominados pelo PCC apresentavam ordem interna maior, com menos conflitos e número de mortos reduzidos. O grupo se valia dessa realidade para convencer os demais das vantagens de ter um comando único no sistema carcerário.

2.3 Expansão da Atuação do PCC pelo Brasil

As ações do grupo transpuseram os muros das penitenciárias e alcançaram as ruas e as comunidades pelo país. Em maio de 2006, o PCC organizou uma onda de ataques contra as forças de segurança de São Paulo. O marco inicial da onda de crimes praticados foi o homicídio do bombeiro João Alberto da Costa, em frente ao 2º Grupamento do Corpo de Bombeiros - centro de SP. Dois dias depois, já havia manifestação em vários estados brasileiros, dentre eles, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná.

Mais uma vez, o discurso adotado como justificativa para as ações era o tratamento inadequado recebido pela massa carcerária, além da movimentação dos principais líderes. A proporção das ações criminosas da facção, à época, foi o principal motivo de atenção da mídia e da população. Esse evento deixa claro para a sociedade que o PCC não é mais um pequeno grupo de detentos que atua somente dentro dos presídios para lutar por seus direitos, mas uma facção criminosa com influência e braço armado nas ruas.

Segundo Feltran (2018), Manso e Dias (2018), em 2010, o comando iniciou o que denominou-se “projeto Paraguai”: a busca pela expansão nacional e internacional no domínio do tráfico de drogas ilícitas, controle sobre os processos de plantação e distribuição dessas substâncias e a disputa pela rota do tráfico. A região de fronteira se tornou estratégica para o PCC, uma vez que tanto no Brasil como no Paraguai o uso e a comercialização de drogas é ilegal e esse fator supervaloriza financeiramente o produto.

Em 2016, a morte do traficante Jorge Rafaat Toumani chamou mais uma vez a atenção da mídia. O homem, emboscado e morto a tiros com extrema violência no município de Ponta Porã, região sul Mato Grossense, era considerado “o rei do tráfico”. Segundo Ribeiro e Corrêa (2017), sua morte destravou o caminho para o PCC se instalar na região e expandir seu domínio para países vizinhos.

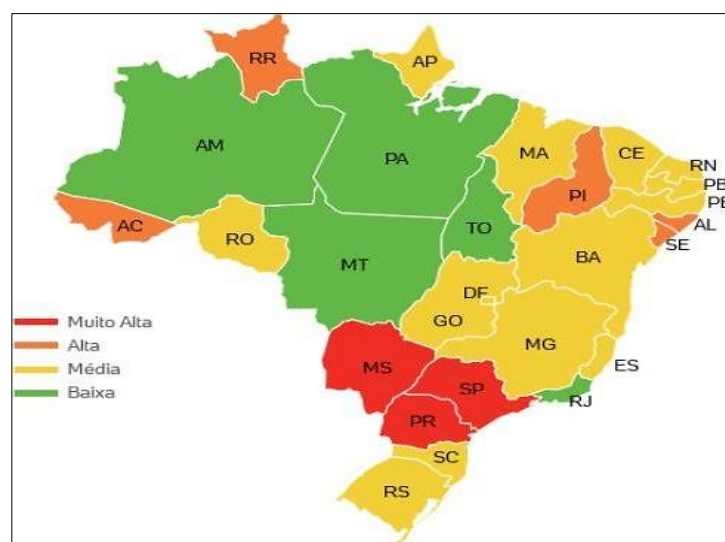
Com o projeto de expansão do PCC para outros estados brasileiros e o alcance internacional, as rivalidades aumentaram e provocaram constantes confrontos entre as facções dominantes nas respectivas regiões em que o grupo passou a agir. Segundo Adorno e Costa (2018), esse fenômeno tem influência direta no aumento das taxas de homicídio nos estados brasileiros.

Mesmo “debaixo dos olhos” do governo, o PCC alcançou milhares de novos membros e se tornou a maior organização criminosa no Brasil, com lucros milionários e domínio de rotas estratégicas para o tráfico nacional e internacional de drogas. Os confrontos constantes que consubstanciaram perdas materiais, humanas e financeiras, não fizeram com que a facção deixasse de ganhar terreno.

Com mais de 26 mil integrantes, presente nos 27 estados, o PCC é a maior organização criminosa do Brasil. Movimenta cerca de R\$ 240 milhões por ano, de acordo com estimativa de promotores do Ministério Público do Estado de São Paulo, e mantém negócios ilegais em oito países da América do Sul. Com mais de 20 anos de existência, controla os presídios de São Paulo e de vários outros estados. Há algum tempo isso passou a ser pouco, e a facção hoje comanda boa parte do tráfico de drogas no Brasil e para o exterior (RIBEIRO; CORRÊA; 2017, p. 2-3).

Manso e Dias (2018) mapearam o nível de influência do PCC em todos os estados brasileiros, por meio de levantamento e análise de dados oficiais de inteligência prisional e de segurança pública, conforme a figura 1 apresentada abaixo:

Figura 1 – A influência do PCC em cada estado brasileiro.



Fonte: Manso; Dias (2018).

Conforme a figura 1, pode-se observar que em 05 (cinco) estados o PCC possui influência baixa, enquanto em 13 (treze) e no Distrito Federal apresenta grau médio. Por conseguinte, em 08 (oito) entes federativos os pesquisadores revelaram que a facção possui influência alta ou muito alta.

O mapa confirma que o grupo obteve êxito em seu objetivo de expandir o domínio sobre o mercado ilegal de drogas ilícitas e alcançar as principais rotas para escoamento dos produtos. Vale salientar que, concomitante a isso, o grupo tornou-se praticante de outros crimes violentos como sequestro de pessoas, roubo a bancos e extorção, não apenas como forma de ampliar seu mercado financeiro, mas principalmente como resistência e guerra ao poder estatal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo foram apresentados os principais eventos que marcaram a história do Primeiro Comando da Capital, a fim de analisar o fenômeno do seu surgimento, expansão dentro e fora dos presídios, e a dinâmica de suas ações criminais. Diante da aparição da sigla “PCC”, verificou-se que o poder público – por meio da administração penitenciária - adotou medidas punitivas internas, contudo, não mensurou, ou não assumiu a magnitude que suas ações poderiam vir a se tornar. Primeiramente, é papel da inteligência de segurança pública levantar e analisar dados relativos à criminalidade e a influência desta em sua área de competência - quer sejam ameaças reais ou potenciais, a fim de subsidiar os processos decisórios.

Segundo, é papel da administração penitenciária a prevenção, o combate e o controle da criminalidade organizada dentro dos presídios sobre sua responsabilidade. Não obstante, as políticas de segurança pública possuem papel fundamental na prevenção e no combate da criminalidade organizada. Considera-se também, que a modernização e o avanço tecnológico das ações criminais dentro e fora dos presídios, principalmente após o advento dos celulares nos presídios, contribuiu para fomentar sua expansão e dificultar as ações do poder público. O *modus operandi* particular dos fundadores e a ousadia de suas ações também se configuram fatores essenciais para o alcance nacional e internacional.

Portanto, diante da dificuldade apresentada pelas autoridades em evitar esse fenômeno, torna-se fundamental o conhecimento histórico-social das principais organizações criminosas atuantes no Brasil e da dinâmica de suas ações, a fim de produzir conhecimento e dados importantes para subsidiar estratégias governamentais e institucionais na prevenção e no combate à criminalidade organizada.

4 REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **CV_PCC: A irmandade do crime**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BIGOLI, P. **Facções Criminosas: o caso do PCC - Primeiro Comando da Capital**. Disponível em: <https://paulabigoli.jusbrasil.com.br/artigos/150336089/faccoes-criminosas-o-caso-do-pcc-primeiro-comando-da-capital>. Acesso em: 27 set. 2021.

CHRISTINO, M. S.; TOGNOLLI, C. J. **Laços de sangue: a história secreta do PCC**. [S.l: s.n.], 2017.

COSTA, F.; ADORNO, L. **Mapa das facções no Brasil: PCC e Comando Vermelho disputam hegemonia do crime em 9 estados**. São Paulo e Brasília: Uol, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/22/mapa-das-faccoes-no-brasil-pcc-e-comando-vermelho-disputam-hegemonia-do-crime-em-9-estados.html> Acesso em: 29 set. 2021.

COUTINHO, L. As várias faces do PCC: a origem e a evolução da maior organização criminosa do Brasil. **Estado da Arte: revista de cultura, artes e ideia**. São Paulo: Estadão, 2019. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/as-varias-faces-do-pcc-a-origem-e-evolucao-da-maior-organizacao-criminosa-do-brasil/> Acesso em: 26 set. 2021.

DIAS, C. C. N. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DYNA, E. A. M. Da gangue a hegemonia: uma cronologia da expansão do PCC. In: **Observatório de Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.observatoriodeseguranca.org/sistema-penitenciario/da-gangue-a-hegemonia-uma-cronologia-da-expansao-do-pcc/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FELTRAN, G. **Irmãos: uma história do PCC**. Editora Companhia das Letras, 2018.

MAIA, A. B. A origem do crime organizado no Brasil: conceitos e aspectos históricos. Ceará: **Revista Acadêmica**, 2011. Disponível em: http://tmp.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/edi12011_f/artigos/ArianeBastosdeMendoncaMaia.pdf. Acesso em 25 set. 2021.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. Editora Todavia SQ, 2018.

MONTANUCCI, R. L. **Omissão do Estado e hegemonia do PCC nos presídios brasileiros**. Paraná: Faculdade do Norte Novo de Apucarana, 2017. Disponível em: <https://facnopar.com.br/conteudo-arquivos/arquivo-2017-06-14-1497472447314.pdf> Acesso em 27 set. 2021.

MARINHO, A.; DUARTE, T. L.; SOUZA, D. B.; PEREIRA, D.; CABRAL, S. R. **Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006**. Rio

de Janeiro: Laboratório de Análise de Violência, 2009.

PORTO, R. **Crime organizado e sistema prisional**. São Paulo: Atlas, 2008.

Disponível em: <http://online.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522467068>. Acesso em: 19 set. 2021.

RIBEIRO, A.; CORRÊA, H. O violento plano de expansão no Paraguai da maior facção brasileira. A bala e sangue, criminosos do Brasil atacam com um audacioso lance de ampliação no tráfico internacional de drogas. 26/06/2017. Atualizado em 24/07/2017. Brasil: **Revista Época**, 2017. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/brasil/noticia/2017/06/o-violento-plano-de-expansao-no-paraguai-da-maior-facciao-brasileira.html>. Acesso em: 29 set. 2021.

**RELEVÂNCIA DO COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO
INTERORGANIZACIONAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE
INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**RELEVANCE OF INTERORGANIZATIONAL KNOWLEDGE SHARING IN THE
CONTEXT OF THE STATE PUBLIC SECURITY INTELLIGENCE SYSTEM OF THE
STATE OF MINAS GERAIS**

**Renato Pires Moreira
Marcello Peixoto Bax**

RESUMO

O conhecimento é criado de uma interação social, partindo do tácito para o explícito e convertido nos modos socialização, externalização, combinação e internalização. O compartilhamento de conhecimentos, apesar de pouco explorado entre as organizações, é fundamental para a criação e compartilhamento do conhecimento interorganizacionalmente. A inteligência repousa na produção de conhecimento, com o manuseio de informações sigilosas objetivando assessorar os tomadores de decisão. As agências de inteligência do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais assessoram o processo decisório governamental com conhecimentos de interesse da segurança pública. A partir de uma revisão de literatura, apresentar-se-á a gestão do conhecimento, destacando a importância do compartilhamento e do conceito de conversão do conhecimento organizacional para o sistema de inteligência de segurança pública mineiro.

Palavras-chave: gestão do conhecimento; conhecimento interorganizacional; compartilhamento de conhecimento; inteligência de segurança pública; agência de inteligência.

ABSTRACT

Knowledge is created from a social interaction, moving from the tacit to the explicit and converted into socialization, externalization, combination and internalization modes. The sharing of knowledge, despite being little explored among organizations, is fundamental for the creation and sharing of knowledge interorganizationally. Intelligence rests on the production of knowledge, with the handling of sensitive information aiming to advise decision makers. The intelligence agencies of the Minas Gerais State Public Security Intelligence System advise the government decision-making process with knowledge of public security interest. Based on a literature review, knowledge management will be presented, highlighting the importance of sharing and the concept of organizational knowledge conversion for the public security intelligence system in Minas Gerais.

Keywords: knowledge management; interorganizational knowledge; knowledge sharing; public security intelligence; intelligence agency.

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário mundial político, econômico, tecnológico e social experimenta um período marcado por mudanças significativas, provocando transformações que induzem a um padrão de descontinuidade nas bases sociais. As relações humanas tornaram-se cada vez mais complexas, inseridas em um ambiente volátil e permeado por incertezas, potencializadas pelo fenômeno da globalização (ALMEIDA, 2007; MOREIRA; BAX, 2021). Ameaças transnacionais e não ortodoxas, tais como o crime organizado, o narcotráfico e o *cyber crime*, favorecem o aumento nos índices de violência, exigindo-se que haja cooperação interorganizacional e entre Estados, particularmente entre os setores de segurança e inteligência e implementação de políticas de segurança pública eficientes capazes de fazer frente aos riscos e ameaças ao Estado e à sociedade (GONÇALVES, 2018; SILVEIRA, 2005).

O conhecimento potencializa as organizações em um mundo globalizado, sendo que os processos de produção de bens e serviços requerem a busca pela excelência e por melhores resultados. O indivíduo passa a ser “visto como o principal agente transformador, pois somente a mente humana é capaz de produzir o combustível de toda essa transformação”, que é o conhecimento (MOREIRA; BAX, 2021). Consequentemente, os processos organizacionais valorizam comportamentos que contribuem para que haja uma transformação facilitada entre o conhecimento tácito em explícito (HAMADA, 2021).

A criação do conhecimento ocorre por meio dos quatro modos de conversão: socialização, externalização, combinação e internalização (NONAKA; TAKEUCHI, 1997). Pretende-se, com esta teoria, explorar como ocorre o compartilhamento do conhecimento nas organizações que são objeto de estudo da presente pesquisa.

Quanto ao compartilhamento de conhecimentos, infere-se dizer que é pouco explorado entre as organizações, sendo mais comuns estudos que discutem essa temática no ambiente interno organizacional, públicas e privadas (MELO, 2021; MELO; URPIA; SARTORI, 2020). Assim, é fundamental que haja uma discussão acadêmica com vistas ao entendimento do compartilhamento de conhecimentos organizacionais e interorganizacionais, para que os resultados desse compartilhamento possam subsidiar na criação de significado, na construção do conhecimento e na tomada de decisões, essas sendo as três arenas de uso da informação (CHOO, 2006).

Políticas públicas de segurança implementadas no Brasil têm sido tratadas pelas organizações, direcionadas à prevenção e repressão para fins de contenção do avanço da criminalidade, por conseguinte, obter sucesso em seus programas e ações. Dentre essas políticas públicas de segurança, apresentam-se a transferência (compartilhamento) “de conhecimento a outros membros das instituições policiais, proporcionando aos gestores de segurança pública a identificação de formas de encarar o problema de frente, por meio de experiências de sucesso” (HAMADA, 2021, p. 55). Inserida nesse contexto, o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (SEISP-MG) promove a coordenação e integração da atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) no Estado de Minas Gerais, o qual subsidia a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e os demais órgãos de segurança pública na tomada de decisões, mediante a produção e salvaguarda de conhecimentos de interesse da segurança pública.

Considerando a necessidade de aprofundar o entendimento acerca da gestão do conhecimento no âmbito do SEISP-MG, o estudo explora a relevância de se compartilhar conhecimento interorganizacional entre as agências de inteligência efetivas que compõem o referido sistema. O universo de pesquisa será delimitado entre os chefes das agências de inteligência e analistas de inteligência que desempenham as funções nas agências de inteligência efetivas do SEISP-MG.

O problema de pesquisa tem a seguinte indagação: no âmbito do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais, ocorre, entre as agências de inteligência que o compõem, o compartilhamento de conhecimento interorganizacional? Assim, tem-se a seguinte hipótese norteadora: apesar de ser aplicável o modelo SECI em todos os quatro modos de criação do conhecimento organizacional entre os gestores e analistas de inteligência que atuam nas agências de inteligência efetivas do SEISP-MG, existem fatores que dificultam o compartilhamento do conhecimento interorganizacional.

Para responder à questão de pesquisa, tem-se como objetivo geral avaliar se ocorre e como ocorre a criação do conhecimento interorganizacional e propor ações de melhorias no compartilhamento de conhecimentos entre as agências de inteligência do SEISP-MG no âmbito de seus processos.

Os estudos acadêmicos sobre ISP no Brasil, embora recente, vêm avançando,

com fomento à construção de conhecimentos, fortalecimento estrutural, teórico, prático e, também, para potencialização de políticas públicas de inteligência de segurança pública. O aperfeiçoamento teórico dessa atividade especializada é uma a ser explorado pela área acadêmica, haja vista que existe uma lacuna nos estudos de inteligência, o que enseja no esclarecimento de pontos significativos, como é o caso da relação entre Gestão do Conhecimento e Inteligência de Segurança Pública (HAMADA, 2017).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A evolução tecnológica favoreceu o nascimento da Sociedade do Conhecimento, que tem como principal recurso econômico o conhecimento, o qual passou a direcionar, entre outras coisas, onde seriam aplicados os recursos financeiros e os meios de produção (ALVARENGA NETO, 2008; NONAKA; TAKEUCHI).

A Gestão do conhecimento (GC) é um processo integrado destinado a criação, organização, disseminação e intensificação do conhecimento com a finalidade precípua do conhecimento associada ao aumento de desempenho organizacional (CHIAVENATO, 2003). Consiste no processo sistemático de geração, armazenamento, compartilhamento e aplicação do capital intelectual de uma organização, tendo por escopo principal fornecer instrumentos que contribuam para a retenção do conhecimento gerado pelas pessoas que a integram e pelas atividades que estas desenvolvem (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

A GC também apresenta-se como o “processo que busca otimizar o uso desse recurso intangível e que tem, como uma de suas etapas e/ou objetivos, o compartilhamento de conhecimento” (OSINSKI; ROMAN; SELIG, 2015, p. 151). Assim, “uma sociedade do conhecimento, portanto, gera, compartilha e disponibiliza, de forma democrática, conhecimentos que podem ser usados para aprimorar a condição humana em sua totalidade” (BECKER; TENÓRIO; SARTORI, 2021, p. 2).

2.1 As dimensões e a teoria da criação do conhecimento organizacional

O cerne da teoria de Nonaka e Takeuchi (1997) está na descrição da espiral do conhecimento, produto da interação entre o conhecimento tácito (informal) e explícito (formal) nas dimensões ontológicas e epistemológicas. O conhecimento tácito possui duas dimensões. A primeira é técnica, permeada por habilidades informais e de difícil

detecção, conhecida como *know-how*. A segunda diz respeito à dimensão cognitiva, baseada em ideais, valores, modelos, crenças pessoais e não articulada facilmente, pois ela dá “forma ao modo como percebemos o mundo em torno de nós” (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 20).

Segundo CHOO (2006), o conhecimento de uma organização pode ser de natureza tácita, explícita e cultural. O tácito é fruto da experiência pessoal. Já o conhecimento explícito é formal e pode ser expresso através de símbolos, podendo ser comunicado e difundido para toda a organização. O cultural é codificado na forma de palavras ou símbolos, sendo geralmente encontrado em regras quando a sua codificação estabelece rotinas de padronização a serem seguidas.

A teoria da criação do conhecimento organizacional está alicerçada na “interação social dos conhecimentos tácito e explícito”, perpassando pelos níveis ontológicos do indivíduo, grupo, organização e interorganizacional (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 62). O resultado dessa interação é denominado “espiral do conhecimento”, e surge quando ocorre a interação do conhecimento tácito e do explícito, elevando-se de um nível ontológico inferior para outro um superior.

A socialização ocorre quando o conhecimento tácito é convertido em um novo conhecimento tácito a partir do compartilhamento de experiências, técnicas ou de mapas mentais, em que indivíduos podem adquirir tacitamente conhecimentos sem que seja necessária a utilização da linguagem, por meio de treinamentos em que ocorram atividades práticas ou de sessões de *brainstorming*. A externalização caracteriza-se pela conversão do conhecimento tácito em explícito, considerado processo perfeito, articulável, sendo manifestado na forma de conceitos, analogias, metáforas, hipóteses e também por meio de reflexões coletivas e do diálogo. A combinação é caracterizada pela conversão do conhecimento explícito em explícito, em que a existência de sistemas, banco de dados, reuniões, documentos, normas e conversas em redes de comunicação eletrônica potencializam a ocorrência da conversão. A internalização caracteriza-se pela conversão do conhecimento explícito em um novo conhecimento tácito, originando uma nova espiral do conhecimento. Este modo está relacionado ao “aprender fazendo” e ocorre quando é internalizado “nas bases do conhecimento tácito dos indivíduos sob a forma de modelos mentais ou *know-how* técnico compartilhado”, pela verbalização e “[...] diagramação do conhecimento sob a forma de documentos, manuais ou histórias orais

(NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 76-78).

2.2 Compartilhamento de conhecimento interorganizacional

Compartilhar conhecimento é um processo pelo qual uma organização é afetada pelo conhecimento ou pela experiência de outra organização, processo de doação, definido como a comunicação do conhecimento baseada em um desejo de transferir o capital intelectual, e processos de coleta, que são tentativas de persuadir os outros a compartilhar o que sabem (VAN DEN HOOFF; RIDDER, 2004).

A criação do conhecimento organizacional deve ser entendida como um processo que amplifica organizacionalmente o conhecimento, criado por indivíduos e perpassando por grupo, organização e chegando à interorganização, e que ocorre dentro de uma comunidade de interação em expansão, que atravessa os níveis e as fronteiras intra e interorganizacionais (AHMADJIAN, 2008).

Uma organização do conhecimento é eficiente quando integra os seus processos a partir da criação do significado, construção do conhecimento e tomada de decisões. Especificamente na construção do conhecimento, tem-se uma sinergia entre os conhecimentos tácito e explícito dentro da organização, em que são convertidos pelo processo da socialização, exteriorização, combinação e internalização (CHOO, 2006; NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Assim, o compartilhamento de conhecimento interorganizacional é o processo que possibilita a aprendizagem mútua entre empresas, e é composto pela aprendizagem entre indivíduos de diferentes organizações e pela conversão da aprendizagem individual em aprendizagem organizacional. O processo de coleta de conhecimento, em nível intraorganizacional, influencia positivamente a doação, pois quanto mais um indivíduo coletar conhecimento, mais propenso estará a doar (NODARI et al., 2014).

2.3 Aspectos gerais da atividade de Inteligência de Segurança Pública

Sistemas governamentais de inteligência são organizações permanentes e atividades especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. Serviços de inteligência são órgãos do poder executivo que trabalham prioritariamente para os chefes de Estado e de governo e, dependendo

de cada ordenamento constitucional, para outras autoridades na administração pública e mesmo no parlamento (CEPIK, 2003).

A atividade de inteligência aborda alguns aspectos que, em seu conceito, interessa para a concepção clássica desta atividade repousa na ideia de conhecimento processado, o manuseio de informações sigilosas e tendo como objetivo central o assessoramento do processo decisório, com vistas à produção e à salvaguarda de interesses do Estado e da Sociedade (GONÇALVES, 2018). Neste sentido, a ISP apresenta-se como assessoramento ao processo governamental, no âmbito da segurança pública, a partir da produção e salvaguarda de conhecimentos necessários aos tomadores de decisão.

Em Minas Gerais, o Decreto nº 47.797/2019 cria o SEISP-MG, com a finalidade coordenar e integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no âmbito do estado. O SEISP-MG é composto de representantes das agências de inteligência efetivas, quais sejam, pela Superintendência de Inteligência e Integração da Informação da Sejusp (Agência Central do SEISP-MG); e as Agências Centrais de Inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais, Polícia Civil de Minas Gerais, Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais e Departamento Prisional de Minas Gerais. Essas agências de inteligência pertencem à estrutura organizacional do poder executivo do estado, a qual participa diretamente na produção de conhecimentos de interesse da segurança pública e defesa social (MINAS GERAIS, 2019).

O compartilhamento de conhecimentos promove a integração e a confiança entre as instituições, facilita o processo de resolução para soluções emergentes, bem como permite que os recursos, por vezes escassos, sejam melhor aplicados, propiciando o desenvolvimento e inovação no meio interorganizacional, inclusive entre diferentes órgãos públicos (MELO; URPIA; SARTORI, 2020).

Nesse sentido, o recorte para a presente pesquisa será direcionado às agências de inteligência efetiva do SEISP-MG, por comporem, diretamente, a primeira linha de produção de conhecimentos na área de segurança pública e defesa social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de natureza exploratória, a partir da formulação de problemas mais precisos e hipóteses que sejam pesquisáveis e que poderão ser utilizados em estudos

posteriores. O tema é pouco explorado o que, conseqüentemente, dificulta a formulação de hipóteses que possam ser precisas e, ainda, operacionalizáveis (GIL, 2008).

Trata-se de pesquisa quali-quantitativa, que levantará as informações, para atender aos objetivos específicos. Utilizará questionários com perguntas fechadas e abertas, direcionadas aos chefes e analistas das agências de inteligência, de forma a responder como ocorre a conversão do conhecimento organizacional.

O método empregado é o hipotético-dedutivo, que “se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 106).

3.1 Método e procedimento

Serão utilizados os métodos comparativo e estatístico, sendo esse último para análise dos resultados (dados), que terá como base de referência o percentual de concordância das respostas em relação a cada enunciado contendo as assertivas desenvolvidas em questionário, a ser confeccionado, por cada modo de conversão do conhecimento organizacional (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Será realizada pesquisa de campo por meio da observação direta extensiva e intensiva, estruturada e sistemática, a partir da aplicação de questionários (MARCONI; LAKATOS, 2009) preestabelecidos com assertivas fechadas, utilizando-se para esse fim a Escala Likert.

O método comparativo, de forma concreta, analisa os dados e subtrai deles elementos constantes, abstratos e gerais, os quais podem ser utilizados em todas as fases e níveis da investigação até determinado momento, apontando, eventualmente, vínculos causais (MARCONI; LAKATOS, 2009). Serão comparados os dados resultantes da pesquisa de campo, referentes às percepções dos chefes das agências de inteligência e dos analistas de inteligência.

3.2 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados na pesquisa será desenvolvido sob as vertentes teóricas da atividade de inteligência, do compartilhamento e da conversão do conhecimento interorganizacional de Nonaka e Takeuchi (1997) e será estruturado

com a finalidade de obter dados que, após analisados, poderão solucionar o problema de pesquisa, além de atender aos objetivos geral e específicos.

Para construir o instrumento de pesquisa, serão extraídos significados específicos de cada uma das quatro formas de conversão do conhecimento organizacional por meio da revisão da literatura e seleção de autores que versam sobre a temática de criação do conhecimento organizacional. As assertivas serão criadas a partir de questões que indicam a existência dos quatro modos de conversão do conhecimento organizacional.

3.3 Técnicas de pesquisa

Serão utilizadas a documentação indireta e direta, “consideradas conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência, são, também, a habilidade para usar esses preceitos ou normas na obtenção de seus propósitos” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 224). A técnica de coleta de dados será a documentação indireta, utilizando-se a pesquisa bibliográfica.

A delimitação do universo de pesquisa será por amostra estratificada onde serão coletados dados da SEJUSP, dos chefes de agências de inteligência e analistas de inteligência dessas agências de inteligência.

4 NECESSIDADE DE ESTUDOS E PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO NA INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Inteligência de Segurança Pública tem ganhado exponencial atenção nos últimos anos no que diz respeito às políticas públicas de segurança (MELO, 2021, p. 18). Como exemplo tem-se a criação do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018); Política (Decreto nº 8.793, de 30 de junho de 2016) e a Estratégia Nacional de Inteligência (Decreto de 15 de dezembro de 2017); e a Política (Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021) e a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública (Decreto nº 10.778, de 24 de agosto de 2021).

Em todos esses ordenamentos legais há endereçamentos para o compartilhamento de informações e conhecimentos no âmbito da segurança pública e, especificamente, para as ações e operações aplicáveis à atividade de Inteligência de

Segurança Pública. Nesse sentido, a geração e o compartilhamento de conhecimento passa a ser uma realidade nas interorganizações, proporcionando desafios com vistas às inovações necessárias à melhoria de novos processos, métodos e produtos de gestão nos níveis operacionais, táticos e estratégicos na atividade de inteligência.

Diante do exposto, fica evidenciado a necessidade estudos inovadores, essenciais e pormenorizados *stricto sensu*, tendo como problemática a verificação da existência de compartilhamento de conhecimento interorganizacional no âmbito do sistema de inteligência mineiro, com base teórica nas quatro formas de conversão do conhecimento do modelo SECI.

Dentre os objetivos específicos, pretende-se identificar as características organizacionais das agências de inteligência que compõem o SEISP-MG; mapear a literatura sobre o processo de criação e compartilhamento do conhecimento interorganizacional; identificar e analisar as contribuições da Ciência da Informação para a Inteligência de Segurança Pública; diagnosticar como ocorre o compartilhamento dos conhecimentos de inteligência entre as agências de inteligência do SEISP-MG; estudar se ocorre entre as agências de inteligência do SEISP-MG a socialização, externalização, combinação e internalização, definida no Modelo SECI; apresentar ações de melhorias a partir do diagnóstico realizado sobre o compartilhamento do conhecimento para o SEISP-MG.

Assim, esse artigo compõe parte inicial de pesquisa do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento (PPGGOC) da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Gestão & Tecnologia da Informação e Comunicação (GETIC).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão do conhecimento é discutida no Brasil no âmbito empresarial desde o início da década de 90 considerando diversos contextos e tipos de conhecimentos gerados nas organizações. No setor público, apesar da verificação de estudos significativos sobre esse enfoque, pouco se observa, na prática, abordagens sistemáticas capazes de estabelecer relações e processos atinentes à gestão do conhecimento. A atividade de inteligência produz e salvaguarda conhecimentos para assessorar o processo decisório governamental. Em Minas Gerais, o SEISP-MG congrega as agências de inteligência das

Instituições de segurança pública, gerindo os conhecimentos produzidos.

Este artigo traz uma revisão da literatura sobre a gestão do conhecimento com foco no contexto da inteligência de segurança pública, analisando a relevância do compartilhamento do conhecimento interorganizacional para a execução dos processos de inteligência implantados no SEISP-MG. Apresenta, ainda que brevemente, uma proposta de pesquisa sobre a possibilidade de aprimorar os modos de conversão do conhecimento interorganizacional entre as agências de inteligência que compõem o sistema de inteligência de Minas Gerais.

6 REFERÊNCIAS

AHMADJIAN, C. L. Criação do Conhecimento interorganizacional: conhecimento e redes. In: TAKEUCHI, H; NONAKA, I (Org.). **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 201-216.

ALMEIDA, F. J. R. Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, p. 105–125, 2007.

ALVARENGA NETO, R. C. D. **Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BECKER, S. A. S.; TENÓRIO, N.; SARTORI, R. A criação do conhecimento em hackerspaces: as práticas voltadas para gerar inovação em organizações. **Brazilian Journal of Information Science**, ISSN-e 1981-1640, vol. 15, nº. 1, 2021, v. 15, p. 1-3, 2021.

BATISTA, F. F. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira** – como implementar gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: Ipea, 2012.

BRASIL. **Decreto, de 15 de dezembro de 2017**. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/dsn14503.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.793, de 30 de junho de 2016**. Fixa a Política Nacional de Inteligência, 2016. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21656127/do1-2016-06-30-decreto-n-8-793-de-29-de-junho-de-2016-21656014. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021.** Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública, 2021. Brasília, 2021a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.777-de-24-de-agosto-de-2021-340717199>. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.778, de 24 de agosto de 2021.** Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública, 2021. Brasília, 2021b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10778.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

CEPIK, M. A. C. **Espionagem e democracia:** agilidade e transparência como dilemas na institucionalização dos serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CHIAVENATO, I. A administração e suas perspectivas: delineando o papel da administração. In: CHIAVENATO, I. (Ed.). **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 608.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

MINAS GERAIS. Decreto nº 47.797, de 19 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47797&comp=&ano=2019>. Acesso em: 16 set. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, J. B. **Atividade de inteligência e legislação correlata.** 6ª ed. Niterói: Impetus, 2018.

HAMADA, H. H. Gestão do conhecimento na segurança pública: uma análise de boas práticas na Polícia Militar de Minas Gerais. In: HAMADA, H. H.; MOREIRA, R. P. (Org.). **Gestão do conhecimento e boas práticas na área de segurança pública.** Catu: Bordô-Grená, 2021. p. 55-67.

HAMADA, H. H. O estado da arte da produção científica sobre inteligência no cenário nacional. **Revista de Estudos & Informações**, n. 41, p. 40–47, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Paulo: Atlas, 2009.

MELO, F. P. **O compartilhamento de conhecimentos entre as unidades de inteligência de segurança pública no estado do Paraná.** Maringá: Universidade Cesumar, 2021.

MELO, F. P.; URPIA, A. G. C. B.; SARTORI, R. A Gestão Do Conhecimento Como Auxílio À Inteligência De Segurança Pública / Knowledge Management As Aid To Public Security Intelligence. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 94604–94620, 2020.

MOREIRA, R. P.; BAX, M. P. Relevância da conversão do conhecimento organizacional para o Sistema de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais. In: HAMADA, H. H.; MOREIRA, R. P. (Org.). **Gestão do conhecimento e boas práticas na área de segurança pública.** Catu: Bordô-Grená, 2021. p. 35–53.

NODARI, F. et al. **Desenvolvimento de capacidades dinâmicas através do compartilhamento de conhecimento interorganizacional.** Encontro da ANPAD - EnANPAD, 38. **Anais...** 2014.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do Conhecimento na Empresa:** como as empresas geram a dinâmica da inovação. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

OSINSKI, M.; ROMAN, D. J.; SELIG, P. M. Compartilhamento de conhecimento: Estudo bibliométrico das publicações acadêmicas realizadas de 1994 a 2014. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 4, p. 149–162, 2015.

SILVEIRA, J. L. G. **Gestão do conhecimento para segurança pública e defesa do cidadão:** bases estratégicas para uma política de educação continuada, pesquisa científica e inovação tecnológica. Florianópolis: Obra Jurídica, 2005.

VAN DEN HOOFF, B.; RIDDER, J. A. Knowledge sharing in context: The influence of organizational commitment, communication climate and CMC use on knowledge sharing. **Journal of Knowledge Management**, v. 8, n. 6, p. 117-130, 2004.

Estudos de Fronteira

VIOLÊNCIA NA FRONTEIRA BRASILEIRA: DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS DOLOSOS EM MUNICÍPIOS DO AMAZONAS

VIOLENCE ON THE BRAZILIAN BORDER: DYNAMICS TWO WILLING HOMICIDES IN AMAZON MUNICIPALITIES

**Arnaldo Costa Gama
Reginaldo Gomes de França
Elias Queiroz de Castro
Wallace de Souza Santos
Maria Edilene Pena Barboza**

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os registros de casos de homicídios dolosos ocorridos em municípios da fronteira, divisa do Amazonas e de Manaus no período de 2016 a 2019. Compreender como as diversas ramificações do tráfico de drogas ilícitas tem influenciado no cometimento dessa categoria de crime. Para tanto, foram analisados 31 municípios que compreendem a faixa e divisa da fronteira do Amazonas e Manaus, com dados do Sistema de informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde e da Secretaria de Executiva-Adjunta de Inteligência do Amazonas (SEAI). Constatou-se que tais crimes têm impactado no recrudescimento de homicídios dolosos, principalmente, em homens jovens, em plena força de trabalho, principalmente em Manaus e nos municípios da calha dos Rios Solimões e Negro.

Palavras-Chaves: fronteira e divisa; homicídios; municípios do Amazonas.

ABSTRACT

This work aims to analyze the records of cases of intentional homicides occurred in municipalities on the border and border of Amazonas and Manaus in the period from 2016 to 2019 and understand how the various ramifications of illicit drug trafficking have influenced the commission of this category of crime. For this purpose, 31 municipalities comprising the border strip and border of Amazonas and Manaus were analyzed, with data from the Ministry of Health's Mortality Information System and the Amazonas Deputy Executive Intelligence Secretariat (SEAI). It was found that such crimes have had an impact on the resurgence of intentional homicides, especially among young men, in the full workforce, especially in Manaus and in the municipalities along the Solimões and Negro rivers.

Keywords: border and border; homicides; municipalities in Amazonas.

1 INTRODUÇÃO

O tema da violência e segurança pública nas fronteiras brasileiras tem se destacado nas últimas duas décadas, principalmente, quando voltados para os crimes transnacionais, com destaque para os homicídios dolosos nos espaços continentais, o que tem preocupado os entes públicos. Destacamos a fronteira do Amazonas por

apresentar questões inerentes a região, mas também é importante levar em consideração questões econômicas, sociais e a relação do caboclo amazônida desses municípios e a capital Manaus.

O Amazonas tem sua singularidade por fazer fronteira com os países maiores produtores de drogas ilícitas do mundo (UNODC, 2019) e por possuir um vasto território (NOGUEIRA, 2007). A vida na região, em grande medida, depende do ritmo das águas dos rios, de comunicação e tecnologia, do transporte fluvial que ainda são precários e que alguns serviços necessitam de apoio dos entes federados.

O Estado do Amazonas possui 62 municípios, desses, 21 estão na faixa de fronteira e 10 estão situados na divisa com outros estados. Possui 11.000 km de fronteira seca, com uma sociedade carente de serviços públicos essenciais. O que também tem chamado atenção são os crimes transnacionais como o tráfico de drogas ilícitas, contrabando de armas de fogo, animais, combustível, evasão de divisas e descaminho, pistolagem, crimes ambientais e os homicídios⁵³. Crimes que na sua maioria passam pelas principais calhas de rios do Estado, desaguardo em Manaus.

Ao observarmos o contexto do espaço amazônico os crimes transnacionais ainda são perpetrados, na sua maioria, por grupos ou uma rede que pratica atividades ilícitas visando ganhos financeiros particulares e sua atuação não está restrita apenas a um país (FERREIRA, 2008). Neste sentido, as articulações entre determinados grupos criminosos na fronteira do Amazonas estão envoltos de maximização de lucros com a venda de bens e serviços ilícitos, com intenção criminosa na estrutura do crime organizado.

A Região Norte se sobressai por possuir rotas na tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia) funcionando como escoadouro pelos rios que passam por áreas produtoras no Peru e Colômbia (FBSP, 2021). Rios que funcionam como verdadeiros caminhos para transporte de diversas mercadorias, entre eles a cocaína, maconha, armas de fogo, gasolina (OLIVEIRA, 2018).

Neste sentido este trabalho versa sobre a dinâmica dos homicídios dolosos em municípios localizados na faixa e divisa de fronteira do Amazonas e da capital Manaus,

⁵³ O homicídio é tipificado na legislação brasileira, no entanto, partimos do pressuposto que a maioria dos registros ocorre dentro de contexto normal de vivência na sociedade e padrões rotineiros da vida, Williams et. al. (1988) podem ter uma relação social entre vítima e agressor, bem como os conflitos que desencadeiam o crime.

no período de 1996 a 2019, e busca analisar como o fenômeno impacta a vida dos habitantes desses municípios e os que moram em Manaus. Para isso, buscaram-se dados do Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM/MS), na base de dados do Datasus, classificados na 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID 10), no grupo de causas externas, nas categorias: X85 a Y09, Y22 a Y24, incluindo mortes por intervenção legal. Outra fonte de dados é da Secretaria Executiva-Adjunta de Inteligência da Segurança Pública do Amazonas (SEAI/SSP-AM) que disponibilizou dados sobre homicídios dolosos para a Manaus, distribuídas por bairros e zona no período de 2000 a 2018.

O fato é que a dinâmica do mercado global na região da tríplice fronteira e o espraiamento das organizações criminosas brasileiras como a “Família do Norte”, “Comando Vermelho” e “Primeiro Comando da Capital”, passou a ser estratégica para o transporte e escoamento de drogas ilícitas (GAMA, 2018; MANSO e DIAS, 2018).

A partir desses conflitos inerentes a região, como a dinâmica dos homicídios dolosos intencionais têm se apresentado em municípios da fronteira e divisa do Amazonas e na capital Manaus no período de 1996 a 2019? Propomos analisar essa questão nos seguintes objetivos: a) analisar as ocorrências de homicídios dolosos ocorridos nos municípios da fronteira, divisa e da capital do Amazonas; b) identificar a tendência de níveis de violência nos municípios em análise; c) Como os homicídios dolosos impactam a vivência dos manauaras.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A fronteira como ponto de partida e os crimes transnacionais

A fronteira do Estado do Amazonas pertence a grande planície Amazônica, com vegetação extensa e uma malha fluvial continental. Compõem esse território fronteiriço 21 municípios na faixa de fronteira e 09 municípios estão situados na divisa com outros estados, totalizando 16.886 quilômetros de fronteira seca do Brasil⁵⁴, uma área fronteiriça com 10 países⁵⁵: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru,

⁵⁴ A Constituição de 1988, em seu Artigo 20, § 2º, definiu como faixa de fronteira a linha imaginária no interior do país de até 150 quilômetros, medida a partir da linha de fronteira nacional, esta área é também denominada Fronteira Internacional brasileira (FIB).

⁵⁵ Segundo dados do IBGE são 588 municípios que estão na faixa de fronteira brasileira, destes 19 são do Amazonas. Ver Anexo A.

Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, sendo 11 mil quilômetros pertencem ao Amazonas, o que é humanamente impossível “monitorar” ou controlar os acessos às diversas entradas de rios, braços de rios, furos e igarapés na “monstruosidade amazônica” (NOGUEIRA, 2007).

Uma das preocupações desses Estados-nacionais diz respeito aos crimes transnacionais, que na sua maioria esta em volto de grupos criminosos ou uma rede que pratica atividades ilícitas, visando sempre ganhos financeiros particulares, com atuação em mais de um país e estão relacionados ao crime organizado⁵⁶ (FERREIRA, 2008).

Essas práticas criminosas elevam o recrudescimento da violência nas fronteiras, como o narcotráfico, discriminação, marginalização de negros e indígenas, corrupção, assim como são aparentes as desigualdades regionais e territorialidades (PINHEIRO, ADORNO, 1993).

Esses acontecimentos são reflexos dos diversos processos históricos da formação dessa região. Esse passado recente culminou na (re)produção do espaço entre os países vizinhos. É imperativo a discussão dos diversos problemas inerentes a região de fronteira do Amazonas, se considerarmos que esta região tem impactado, sobremaneira, a criminalidade violenta no espaço intra-urbano de Manaus.

Por sua vez, Fernandes (2005) compreende que para entender esses diversos processos da dinâmica da fronteira é preciso ver as relações de produção que ali ocorrem, principalmente com relação ao capitalismo que produz suas relações próprias, as relações de produção.

2.2 Dinâmica da Violência em Municípios da Fronteira e Divisa do Amazonas

2.2.1 Violência e Segurança Pública na fronteira do Amazonas

O Amazonas é formado por 62 municípios que integram a maior Unidade da Federação do país, ligado pela extensa fronteira com a Colômbia, a Venezuela, o Peru e a Bolívia, além de importantes divisas com os Estados de Roraima, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre. A Região é peculiar, seja pela sua densidade populacional

⁵⁶ Definimos de acordo com o conceito de Cressey (2009), o crime organizado: “é uma organização voltada para maximização dos lucros com a venda de bens e serviços ilícitos, tendo a intenção criminosa como elemento definidor da estrutura do crime organizado” que estão envoltos de uma série de fatores causais da violência.

baixa, seja pelos seus caminhos fluviais que se estendem por todo o território, formando uma extensa bacia hidrográfica.

A capital, Manaus, ainda concentra mais da metade da população de todo o Estado (2.219.580 habitantes em 2020) é pólo atrativo econômico regional. São 31 municípios situados na fronteira e divisas do Estado do Amazonas. Esses municípios estão localizados as margens das principais calhas de rios da região: Alto Solimões, Rio Negro, Rio Purus, Rio Juruá, Rio do Baixo Amazonas, correspondem a 24, 44% da população do Estado em 2020, representando pouco mais de 11,88% do PIB do Estado, enquanto a capital, Manaus, concentra o aparato estatal, industrial, educacional e de saúde. Manaus tem mais da metade da população (52,75%), com 78,11% do PIB do Amazonas em 2018. Esses dados também se refletem nos índices de criminalidade, como os de homicídios e apreensão de drogas.

A região apresenta sua singularidade quando a gestão da segurança pública e no combate aos crimes diversos. Governo Federal e Estadual tem pensando a gestão⁵⁷ da violência/criminalidade quanto às questões da droga, armas de fogo e dos crimes ambientais nas fronteiras nos últimos anos, no entanto, pouco se tem visto, o que repercute na baixa capacidade institucional em combater os diversos ilícitos transfronteiriços.

O que tem chamado atenção no último ano foi a instalação da “Base Fluvial Arpão⁵⁸” instalada nas proximidades do município de Coari, calha do rio Solimões, rota fluvial usada por traficantes de drogas para chegar a Manaus, a outras regiões do Brasil e a outros países da Europa e das Américas. Em apenas seis meses de atuação as apreensões chegam a R\$ 71,9 milhões de prejuízo às organizações criminosas, evidenciando dados do Relatório da UNODC (2020) em que o Brasil ainda continua a ser um país de trânsito e consumo de drogas ilícitas como a cocaína e a cannabis (maconha, skank).

⁵⁷ Ver em Neves et al, (2016) apresenta um apanhado das políticas públicas, bem como descreve o plano estratégico e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras brasileiras.

⁵⁸ A Base fluvial Arpão, inaugurada em agosto de 2020, tem capacidade de alojar diversos policiais, equipamentos táticos, lanchas e outros equipamentos de comunicação. Investimentos no âmbito do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA) do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal e do Estado do Amazonas.

Quadro 2 - Programa VIGIA - atuação no período de agosto de 2020 até 13 de março de 2021.

Atuação	Quantidade	Atuação	Quantidade
Embarcações revistadas	1.302	Animais apreendidos	132
Dinheiro apreendido	R\$ 225.872,00	Munições apreendidas	473
Drogas apreendidas	4 Toneladas	Armas de fogo apreendidas	59
Pescado ilegal e carne de caça	39.8 Toneladas	Multas crimes ambientais	R\$ 145.000

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP).

2.2.2 Descrição dos homicídios dolosos em municípios da faixa de fronteira do Amazonas

Os dados de homicídios dolosos intencionais nos municípios de fronteira e divisa do Amazonas devem ser vistos com cautela, uma vez que são incipientes, no entanto, apresentam crescimento ao longo dos anos 2000, muito por conta de novas metodologias e catalogação desses dados, do incremento da tecnologia da informação e comunicação, do treinamento humano e da padronização dos dados, as conexões globais inerentes da capacidade produtiva de dos países vizinhos.

Tabela 1 - Óbitos por homicídios dolosos em municípios, segundo o país de fronteira, período de 1996 a 2019, valores absolutos.

Município	Fronteira	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Total
		9	9	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		9	9	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
		6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9				
130380																													
São Gabriel da Cachoeira	Venezuela/Colômbia	1	5	1	0	2	1	3	3	3	4	3	9	1	0	5	3	5	7	8	6	5	1	0	8	1	2	8	122
130210																													
Japurá	Colômbia	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5
130370																													
Santo Antônio do Itá	Colômbia	0	0	0	0	1	0	0	3	1	1	1	2	1	0	1	1	1	2	3	1	0	5	1	0				25
130406																													
Tabatinga	Colômbia	8	3	3	6	6	6	2	7	8	5	1	1	1	2	1	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3	368
130060																													
Benjamin Constant	Peru	0	0	0	1	3	3	3	2	5	1	4	1	3	1	3	4	7	5	7	7	3	1	2	7	9			101
130020																													
Atalaia do Norte	Peru	0	0	0	2	2	0	0	1	3	1	2	0	0	2	2	1	2	2	4	0	1	1	2	2				30
130006																													
Amaturá	Colômbia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	4	0	1	0	0	0	0	1	2			12
130150																													
Envira	Peru	2	2	1	1	2	1	1	3	0	5	3	3	4	3	1	1	1	1	4	3	6	6	7	8				69
130230																													
Jutai	Colômbia/Peru	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	3	2	0	4	4	0	3				20
130390																													
São Paulo de Olivença	Colômbia/Peru	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	3	1	6	3	2	3	0	2	1				29
130423																													
Tonantins	Colômbia	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3	1	0	0	0				8
		9	8	4	9	1	1	2	1	2	1	2	4	2	2	2	2	4	4	3	3	3	4	4	5				651

Fonte: MS/SVS/CGIAE (2021).

Tabatinga (638 óbitos letais no período) localizada na tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia) e Benjamin Constant (101 óbitos letais no período) sofrem com os

óbitos dolosos letais intencionais. Ambos os municípios sofrem com impacto de uma população flutuante advinda do país vizinho, Peru, além disso, ficam relativamente próximos às plantações de coca dos dois países. Essa aproximação pode ter relação com as mortes pelos cartéis colombianos e peruanos.

Outro destaque é São Gabriel da Cachoeira (122 registros), que ocupa uma área de 109.181,245 km², e faz fronteira com a Colômbia. A posição geográfica e sua imensidão, por um lado, dificulta a ação das autoridades no combate aos crimes transnacionais, e por outro facilita o transporte de entorpecentes pelo Rio Negro, que vem servindo de rotas do transporte de drogas.

Tabela 2 - Óbitos por homicídios dolosos em municípios, segundo o país de fronteira, período de 1996 a 2019, valores absolutos.

1996 a 2019, valores absolutos.																											
Município	Fronteira	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Tot al	
		9	9	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		9	9	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
		6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
130360 Santa Isabel do Rio Negro	Venezuela	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	7	1	0	1	1	3	4	2	0	1	0	2	1	1	27	
130040 Barcelos	Venezuela	1	0	0	0	1	1	4	2	1	6	4	2	4	3	3	3	3	5	2	6	1	8	7	7	8	185
		1	0	0	0	1	1	4	3	3	6	1	3	4	4	4	6	3	2	5	6	1	7	2	1	9	212

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Santa Isabel do Rio Negro, assim como Barcelos, são os dois municípios que fazem fronteira com a Venezuela, juntos registram 212 ocorrências de homicídios dolosos intencionais.

Em Barcelos, a peculiaridade são os registros de crime contra mulheres, a partir de 2012 houve aumento do número de homicídios, assim como registros de feminicídios.

Os municípios que fazem divisa com o Estado do Acre, sudoeste do Amazonas, apresentaram crescimento dos registros de homicídios dolosos a partir de 2007. Eirunepé, a partir de 2018 se destaca por apresentar recrudescimento nos números. Os crimes ambientais, assim como o tráfico de drogas e roubo de veículos tem chamado atenção, assim como os homicídios.

Tabela 3 - Óbitos por homicídios dolosos em municípios do Amazonas, segundo o estado divisa e faixa de fronteira, período de 1996 a 2019, valores absolutos.

Município	Divisa/ Faixa	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
130165 Guajará	Acre/ Peru	1	1	0	3	1	1	0	0	0	2	0	0	1	0	0	3	4	1	1	6	0	6	9	4	44

130180 Ipixuna	Acre/ Peru	0	0	2	1	0	2	0	0	2	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	3	2	5	23
130140 Eirunepé	Acre/ Peru	1	0	0	0	0	1	4	2	1	7	2	3	9	9	6	0	6	1	7	1	9	15	7	5	186
130070 Boca do Acre	Acre/ Bolívia	2	1	0	4	3	4	1	2	2	0	0	0	0	3	6	0	5	9	6	6	1	16	9	2	122
130350 Pauini	Acre/ Peru	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	2	0	0	1	1	2	3	3	3	4	23
		4	2	2	8	4	8	5	5	5	9	3	5	1	1	2	2	14	2	3	6	2	6	6	4	399

Fonte: MS/SVS/CGIAE (2021).

Quanto aos municípios da calha do Médio Amazonas, região leste do Estado, Parintins, apresenta maior registro de casos de homicídios dolosos, não só por possuir população maior (115.363 habitantes em 2020) mas, também por ter uma região diferenciada. A partir de 2000, as apreensões de maconha estão ocorrendo com mais frequência, o contrabando de gado, e a dissipação das organizações criminosas têm impactado sobremaneira nos crimes de homicídios naquela região.

As apreensões de maconha ocorrem com mais frequência nas imediações do Rio Paracuni, no município de Maués, por ser um local de difícil acesso. Segundo dados do Sistema de Proteção da Amazônia a antropização foi observada em 23 pontos daquela localidade, o que pode indicar plantações, em pequena escala, de maconha (OLIVEIRA, 2018).

Tabela 4 - Óbitos por homicídios dolosos em municípios, segundo o estado divisa, período de 1996 a 2019, valores absolutos.

Município	Divisa/ Faixa	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Total
		9	9	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		9	9	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	
		6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
130340 Parintins	Pará	1	0	5	7	1	9	0	8	6	6	2	7	2	8	0	1	0	8	9	3	0	7	7	4	241
130290 Maués	Pará	0	0	2	4	5	6	2	3	6	6	6	2	2	4	5	4	1	3	5	0	4	1	8	1	180
130050 Barreirinha	Pará	0	0	0	0	1	0	2	2	0	3	2	2	0	1	0	1	1	2	0	1	3	5	2	4	32
130300 Nhamundá	Pará/ Guiana	0	0	0	0	0	1	2	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	8
		1	0	7	1	7	6	6	3	2	6	0	1	5	3	5	6	2	3	4	5	8	4	7	9	462

Fonte: MS/SVS/CGIAE (2021).

Tabela 5 - Óbitos por homicídios dolosos em municípios, segundo o Estado, divisa e faixa de fronteira, período de 1996 a 2020, valores absolutos.

Município	Divisa/ Faixa	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Total
		9	9	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		9	9	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
		6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
130090 Canutama	Rondônia /Bolívia	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	3	3	2	1	2	1	2	0	2	2	4	3	28

130170 Humaitá	Rondônia	0	9	1	6	1	4	4	6	4	6	6	7	4	7	5	7	1 3	8	5	5	7	8	1 1	1 0	144	
130240 Lábrea	Rondônia /Bolívia	1	0	0	1	1	1	2	2	4	3	2	1	2	1	7	1 0	2	6	9	3	7	9	1 7	1 7		118
130270 Manicoré	Rondônia	0	0	1	0	2	2	2	2	3	0	5	2	5	7	6	8	1 2	1 7	9	8	1 0	1 2	1 1	1 0		
		2	9	2	7	4	7	8	1 0	1 2	1 0	1 3	1 0	1 4	1 8	0 6	2 9	2 2	3 5	2 6	1 6	2 1	2 3	3 4	5 0		425

Fonte: MS/SVS/CGIAE (2021).

Tabela 6 - Óbitos por homicídios dolosos em municípios, segundo o Estado divisa, período de 1996 a 2020, valores absolutos.

Município	Divisa	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Total					
		9	9	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
		9	9	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1						
		6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7		8	9			
130014 Apuí	Mato Grosso	0	6	5	4	4	3	2	1	3	5	6	4	9	3	4	2	5	1	0	6	5	7	6	1	2	6	118	
130330 Novo Aripuanã	Mato Grosso	0	0	0	0	1	2	2	0	1	0	0	1	5	4	2	3	6	5	4	3	7	5	3	7		61		
		0	6	5	4	5	5	4	1	4	5	6	5	1	4	7	6	5	1	1	5	0	8	1	4	1	1	1	179

Fonte: MS/SVS/CGIAE (2021).

Os municípios do Sul e extremo Sul do Amazonas são preponderantes nos conflitos socioambientais e crimes fundiários. Lábrea, Manicoré e Humaitá estão na divisa com o Estado de Rondônia e possuem extensões intactas de floresta, o que tem chamado atenção de pecuaristas e produtores de soja. As disputas por terras e extração de madeira ilegal tem contribuído para o aumento de registros de alguns crimes no campo, o desmatamento tem preocupado as autoridades, assim como o aumento de casos de homicídios dolosos. Em Apuí e Novo Aripuanã, uma preocupação das autoridades é a crescente fluxo migratório de garimpeiros de outros estados, a procura do chamado “eldorado do Juma”⁵⁹, no município de Novo Aripuanã.

Tabela 7 - Óbitos por homicídios dolosos em municípios, segundo o Estado, divisa e faixa de fronteira, período de 1996 a 2019, valores absolutos.

Município	Divisa/ Faixa	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
130320 Novo Airão	Roraima	2	0	0	0	1	3	1	0	0	0	0	2	2	2	3	2	1	4	3	5	5	6	6	4	52
130353 Presidente Figueiredo	Roraima	1	5	3	4	7	5	2	6	3	7	1 1	5	8	1 1	7	1 0	4	3	1 2	2 0	1 8	7	8	1 9	186
130430 Urucará	Roraima/G uiana	2	0	0	0	2	2	0	1	2	0	1	0	0	1	4	2	3	2	1	1	2	2	4	3	35
		5	5	3	4	1 0	1 0	3	7	5	7	1 2	7 0	1 4	1 4	1 4	1 4	8	9	1 6	2 5	2 5	1 5	1 8	1 6	274

Fonte: MS/SVS/CGIAE (2021).

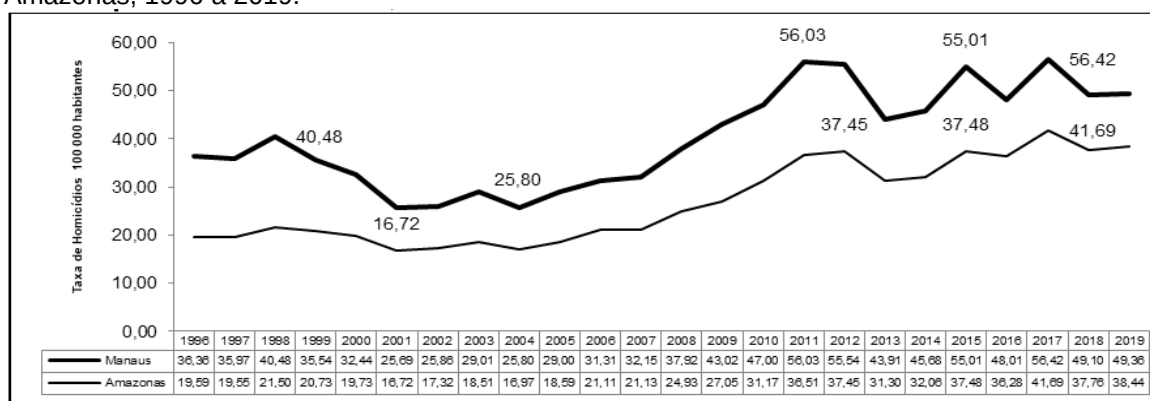
⁵⁹ A descoberta de ouro de aluvião em Novo Aripuanã chegou a atrair mais de 4 mil pessoas ao município que tem uma população de 26 mil pessoas. Matéria publicada no portal G1/Brasil em 18/01/2017, com dados de 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1425446-5598,00-GARIMPO+DE+OURO+JA+ATRAIU+PESSOAS+PARA+O+SUL+DO+AMAZONAS.html>.

Os municípios de Novo Airão, Presidente Figueiredo e Urucará têm em comum a posição geográfica por fazer divisa com o Estado de Roraima. É pela BR-174 que escoam diversos produtos do agronegócio que entram no Amazonas, como a soja, o pescado, a banana, a carne bovina, assim como produtos advindos da cidade de Lethem que faz fronteira com o Brasil, separada pelo município de Bonfim em Roraima.

2.3 Dinâmica da mortalidade por homicídios dolosos em Manaus

Manaus é uma das 12 metrópoles brasileiras, com Polo Industrial moderno, rede educacional, de transporte, de saúde, bancária, etc. No início do século XX foi a guinada para o crescimento da população (40,29%). Quando observado o período em análise os registros de homicídios dolosos a taxa de variação foi de 96,23 no Estado, enquanto Manaus apresentou 35,75. Apesar da variação apresentar maior no Estado, as taxas de homicídios dolosos sempre estiveram maiores na capital.

Gráfico 1 - Taxa de mortalidade por homicídios, segundo o ano, Manaus, demais municípios do Amazonas, 1996 a 2019.



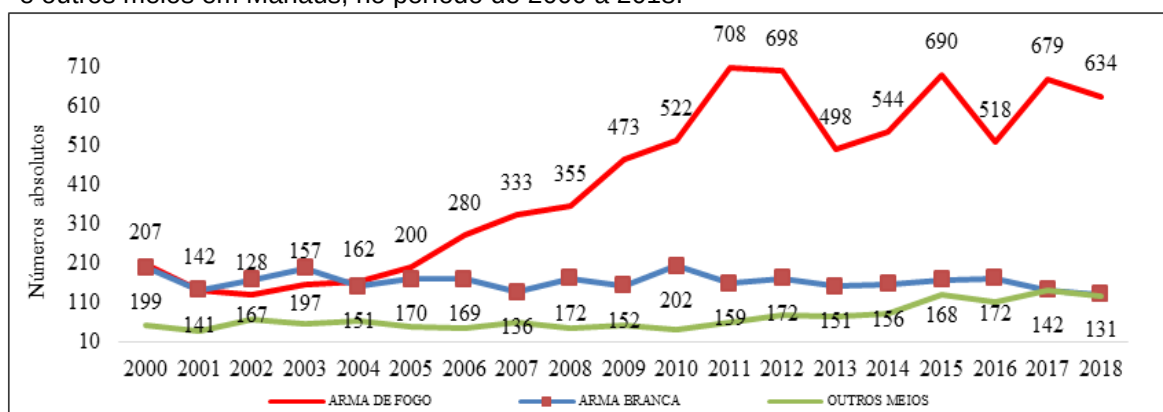
Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), IBGE.

Há dois momentos importantes nos dados do gráfico 1. O primeiro, que se inicia em 1998, com a queda nos números até 2007, com crescimento moderado das taxas, tanto na capital quanto em Manaus. No segundo momento, de 2005 a 2011, as taxas apresentam crescimento, alcançando em 2011, a marca de 56,03 óbitos por 100 mil habitantes em Manaus, por sua vez, no Amazonas o período se alonga até 2012, com a taxa de 37,45 óbitos por 100 mil habitantes. Há de se observar que foi a partir de 2011, que foi implementada uma nova política de gestão para o sistema de segurança

pública no Amazonas, o “ronda no bairro” o que elevou o número de prisões, o que tem relação direta com a queda das taxas de óbitos letais intencionais em Manaus e posteriormente nos municípios do interior do Amazonas.

As principais vítimas continuam a ser jovens do sexo masculino, em plena idade de trabalho, na faixa etária de 20 a 24 anos, tendo como principal instrumento a arma de fogo.

Gráfico 2 - Número de vítimas de homicídios dolosos praticados por armas de fogo, armas brancas e outros meios em Manaus, no período de 2000 a 2018.



Fonte: Secretária Executiva Adjunta de Inteligência do Amazonas (SEAI).

Em Manaus os registros de homicídios dolosos se concentram na Zona Norte (244), seguida da Zona Sul (196), Leste (179) e Oeste (144). Destes, o bairro Jorge Teixeira, na zona Leste, apresenta 53 registros, seguido do bairro Centro e Novo Aleixo na zona Norte, com 51 registros cada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira Amazônica é nosso ponto de partida para entender os crimes transnacionais, aqui direcionados para os homicídios dolosos, ocorridos em municípios da faixa de fronteira, divisa e da capital do Amazonas. Neste sentido, não se busca, neste trabalho, estereotipar sobre a região e seus entes federados e sim direcionar para apontamentos no que tange aos homicídios dolosos intencionais e a tríplice fronteira tem o papel fundamental para tentarmos entender o que ocorre na capital.

Essa afirmativa se reverte dos diversos problemas sociais, econômicos e culturais em que Manaus é atingida e os municípios em questão, muito por ser Manaus

um polo atrativo. No período de 23 anos (1996 a 2019) houve recrudescimento dos homicídios dolosos intencionais no Amazonas.

São nos 32 municípios que os índices de criminalidade violenta letal tem preocupado as autoridades Amazonenses. Os crimes transnacionais têm chegado com mais frequência aos lares urbanos, percebido na venda de cocaína e maconha advinda dos países andinos que percorrem as rotas de rios até chegar a Manaus. Nesse caminho, de distâncias continentais, quase sempre, vem permeada de violência e crueldade como mostram as taxas de homicídios locais.

Neste sentido, a de se mensurar alguns indicadores para se pensar o recrudescimento dos crimes letais intencionais, os homicídios, no Amazonas. Primeiro o Estado faz fronteira com os países maiores produtores de coca e *cannabis* do mundo, em que as rotas dos rios que percorrem a região servem como caminhos para escoar a produção, assim o país passa a ser também consumidor e a imensidão amazônica contribui para essa evasão. Segundo, a baixa capacidade institucional e as características da região são entraves para a gestão pública no combate direto aos crimes transnacionais. Inclui-se nesse rol os municípios que ainda dependem de recursos financeiros do governo Estadual e Federal. Outro ponto a ser considerado é a falta de uma política de gestão da segurança de Estado que se comunique com os entes federados, apesar de termos vistos integração entre os entes em ações de fronteira, mesmo que incipientes, como nas operações policiais e compartilhamento de dados.

O fato é que os homicídios dolosos intencionais em alguns municípios do Amazonas e principalmente em Manaus apresentam índices preocupantes. O fenômeno tem mudado as paisagens desses municípios e o modo de vida, levando o medo e a insegurança a todos indistintamente. São homens e mulheres que tiveram suas vidas ceifadas pela violência, que poderiam ser preservadas, levando à perda do bem mais precioso: a vida. Fato que atinge principalmente homens negros e jovens que já passam por uma seleção social e encontram mais esse obstáculo cruel.

4 REFERÊNCIAS

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente: Ano 8, nº 6, jan/jun, 2005. p.14-34.

FERREIRA, P. R. **Crime organizado Transnacional**: Definições a partir da política e da teoria. Departamento de política da Universidade Católica de São Paulo. 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Fundação Ford. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>_Acesso em: 02 ago. 2021.

GAMA, A. C. **Evolução e Distribuição da Mortalidade por Causas Externas nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos). Universidade Estadual do Amazonas, 2018. Disponível em: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dicente/download/129-4.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A Guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 1ª Ed, 2018.

NASCIMENTO, A. G. O; JANUÁRIO, J. R; SPÓSITO, M. **Segurança Pública no Brasil**: o Amazonas em perspectiva. Secretaria de Segurança Pública do Amazonas e Universidade do Estado do Amazonas, 2017.

NEVES, A. J. et al. **Segurança pública nas fronteiras**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

NOGUEIRA, R. J. B. **Território de Fronteira**: Brasil/Colômbia. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.

OLIVEIRA, S. S. **Uso de Geotecnologias para Identificação de Ilícitos: plantio de coca na fronteira Amazônica Peru-Brasil**. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos). Universidade Estadual do Amazonas, 2018. Disponível em: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dicente/download/129-15.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PINHEIRO, P. S. e ADORNO, S. **Violência Contra Crianças e Adolescentes, Violência Social e Estado de Direito**. São Paulo: Em Perspectiva, 1993.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **O Relatório Mundial sobre Drogas de 2019**. World drug report 2019. Vienna.

WILLIAMS, K. R.; FLEWELLING, R. L. 1988. **The Social Production of Criminal Homicide: A Comparative Study of Disaggregated Rates in American Cities**. American Sociological Review, vol. 53, nº 3, 421-431.

O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL COMO AMEAÇA À SEGURANÇA TRANSNACIONAL – O CASO DA TRÍPLICE FRONTEIRA SUL-AMERICANA

THE *PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL* AS A THREAT TO THE TRANSNATIONAL SECURITY – THE CASE OF THE SOUTH AMERICAN TRI-BORDER AREA

João Gallegos Fiuza

RESUMO

Este artigo trata da constituição do Primeiro Comando da Capital como grupo criminoso armado, cuja expansão significa uma ameaça à segurança regional na região da Tríplice Fronteira Sul-americana, envolvendo Brasil, Argentina e Paraguai. Discutem-se teorias relacionadas a organizações criminosas doméstica e internacional, bem como constatações práticas relevantes ao estudo da organização criminosa em tela, de forma a se estabelecerem políticas eficazes no combate à sua atuação e na manutenção da segurança na região.

Palavras-chave: Primeiro Comando da Capital; grupos armados; segurança internacional; tríplice fronteira sul-americana; políticas de segurança.

ABSTRACT

This article deals with the constitution of Primeiro Comando da Capital as an armed criminal group, whose expansion means a threat to regional security in the South American Tri-Border Area, involving Brazil, Argentina, and Paraguay. Theories related to criminal organizations domestically and internationally are discussed, as well as practical findings relevant to the study of such a criminal organization, to establish effective policies to combat its performance and to maintain the security in the region.

Keywords: Primeiro Comando da Capital; armed groups; international security internacional; south-american tri-Border Area; security policies.

1 INTRODUÇÃO

A expansão do grupo criminoso armado Primeiro Comando da Capital (PCC) à região da Tríplice Fronteira Sul-americana passou a exigir de instituições estatais não só uma ampliação quanto ao estudo de tal fenômeno, mas também a implementação de políticas de segurança transnacional que permitam o enfrentamento eficaz dessa organização criminosa. Os riscos e as ameaças impostas por esse grupo à segurança internacional na Tríplice Fronteira, por conseguinte, passam a se constituir em uma das prioridades por parte de instituições de segurança pública do Brasil, da Argentina e do Paraguai.

2 O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL COMO PRINCIPAL GRUPO ARMADO BRASILEIRO

Dentre os diversos grupos armados atuantes no Brasil destaca-se o Primeiro Comando da Capital (PCC), surgido na década de 1980 dentro do sistema penitenciário em São Paulo. A relação entre tais grupos e a violência social fica patente ao se conhecer que suas ações criminosas levaram a um aumento de 560% no número de homicídios causados por armas de fogo no Brasil entre 1980 e 2003 (SANJURJO, 2020, p. 136).

Grupos criminosos armados tendem a se instalar e a tirar proveito das condições de países tidos como *Estados falidos* ou enfraquecidos, aqueles cujos governos são considerados ilegítimos pelos cidadãos dada sua incapacidade de exercer efetiva autoridade sobre o território do Estado, de prover segurança às comunidades e, talvez o mais importante dos aspectos, de não entregar serviços essenciais aos cidadãos (MANSBACH; TAYLOR, 2012, p. 157). As parcas condições econômicas da maioria das populações dos países sul-americanos, juntamente com a escassez de oportunidades de emprego, fazem com que grande número de indivíduos acabe sendo facilmente cooptado por grupos criminosos armados, em que vêm a encontrar condições de sustento e oportunidades de ascensão econômica e social.

A falta de coesão política e de aparatos de segurança se encontram dentre as principais características dos Estados escolhidos por tais grupos criminosos (GIRALDO, TRINKUNAS, 2010, p. 429; SWANSTROM, 2007, p. 22). Como resultado, o enfrentamento ao Estado e a tentativa de substituí-lo, dentro da retromencionada teoria dos *Estados falidos* (MANSBACH; TAYLOR, 2012), evidencia uma inegável proximidade do PCC junto a determinadas parcelas da sociedade brasileira, o que se constitui um convite aos grupos criminosos transnacionais.

Na prática, o PCC se caracteriza como *grupo armado* pois esta condição é necessária para fazer frente às forças estatais que visam a manutenção da ordem e da segurança pública. Assim, o armamento por parte de tais grupos criminosos tem se mostrado como condição fundamental para que lhes seja possível estabelecer e manter sua atuação ilícita a médio e longo prazo, uma vez que o enfrentamento a forças estatais, principalmente de natureza policial, será uma constante (EDWARDS, GILL, 2002, p. 253; KÖPPEL, SZEKELY, 2002, p. 129; MALONE, MALONE-ROWE, 2014, p. 471).

Grupos armados com agendas anti-Estado representam uma fonte de competição negativa para os países em que operam, já que estes enfraquecem a capacidade coercitiva das instituições governamentais e, ao mesmo tempo, diminuem a base de apoio dos Estados em que se encontram seus operadores. Diminuir a base de apoio dos Estados significa minar gradativamente a legitimidade com que o Estado conta em meio à população, criando assim estruturas paralelas que debilitam os sistemas de governança estatal e suas composições democráticas.

Os grupos armados atuando internacionalmente, justamente como é o caso do PCC, vêm a se utilizar de capital oriundo de mercados ilícitos e materiais adquiridos no mercado clandestino internacional para enfrentar o monopólio do uso da força que o Estado detém legalmente, o que significa desafiar o Estado na última esfera em que este ainda pode atuar para fazer valer todos os pressupostos de um Estado democrático de direito (RENO, 1999, p. 227). Dessa maneira, o PCC reforça suas relações com as comunidades, robustecendo a legitimidade com a qual contam, seja nos seus países de origem ou no exterior (PODDER, 2017, p. 687).

3 O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL COMO ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA TRANSNACIONAL

Na esfera internacional há alguns importantes aspectos relacionados à forma como os grupos armados organizam suas atividades criminosas. Tais aspectos convergem com as características próprias de organizações criminosas mencionadas por Jay Albanese (2015; 2007): (i) constituem-se em empreendimentos contínuos, (ii) visam o lucro de forma racional, (iii) corrompem agentes públicos, inclusive através de ameaças se necessário, e (iv) usam ilegalmente a força.

Essas características aproximam-se muito daquelas trazidas pela Convenção de Palermo para a definição de Organizações Criminosas: (i) tratam-se de estruturas organizadas de coordenação, (ii) têm um caráter racional de exploração de mercados ilícitos, (iii) exploram vantagens ilícitas de qualquer natureza economicamente auferível e (iv) têm capacidade de atuação transnacional.

Em que pese a Convenção de Palermo ter oferecido à comunidade internacional mais do que um marco normativo, pois colabora para com a conceituação formal necessária à aplicação das normas por ela estipuladas, a abordagem oferecida por Albanese também contribui sobremaneira para o estudo das

organizações criminosas. Vejamos.

De fato, o PCC se constitui em (i) *empreendimento contínuo*, haja vista atuar há muitos anos no Brasil, o que demonstra que os métodos organizacionais utilizados ao longo das últimas décadas têm sido sustentáveis, tanto ante os aparatos Estatais quanto à relativa legitimidade de que gozam junto a certas parcelas da sociedade (AMORIM, 2011; BIONDI, 2018). O fato desse grupo ter passado a atuar com certo sucesso na região da Tríplice Fronteira da América do Sul⁶⁰ também denota a continuidade de seus empreendimentos.

Tal condição se deve, em grande parte, à (ii) *obtenção de lucros de forma racional*, haja vista que se o PCC não lucrasse com suas atividades não seria possível manter-se a médio e longo prazo (AMORIM, 2011; FELTRAN, 2018). Além disso, deixaria de apresentar-se como alternativa viável a seus membros, perdendo inclusive seu apelo junto aos extratos sociais mais pobres, cujos indivíduos muitas vezes têm nas atividades ilegais da organização criminosa a principal fonte de renda para suas famílias.

O PCC tem entre seus métodos a (iii) *prática da corrupção de agentes públicos*, uma vez que dessa maneira obtém certo espaço para atuação, mantendo-se inerte perante alguns agentes e mecanismos estatais que teriam por papel justamente coibir as atividades ilícitas perpetradas pela organização. Interessante notar que a corrupção ativa praticada nestes casos muitas vezes leva à cooptação de agentes do Estado, o que se apresenta como importante desafio à própria Administração Pública, já que nesses casos os agentes estatais cooptados não somente deixarão de atuar conforme suas funções públicas exigem, deixando de se apresentar com obstáculos aos grupos armados, mas passarão ainda a atuar em conluio com os integrantes do grupo criminoso, agindo paralelamente a este ou até suplantando-o parcial ou totalmente (AMORIM, 2011; BIONDI, 2018).

Por fim, a (iv) *utilização da força de forma ilegal* – assim sendo ao se considerar que o Estado detém o monopólio do uso da força – coloca-se, muito provavelmente, como o mais relevante dos aspectos a serem considerados, uma vez que tal condição

⁶⁰ Em que pese a existência de diversas tríplexes-fronteiras na América do Sul, no presente trabalho a menção à Tríplice Fronteira, Tríplice Fronteira Sul-americana, ou ainda Tríplice Fronteira da América do Sul, se refere àquela de maior relevância na esfera política e ao estudo da Segurança Internacional, ou seja, a que envolve Brasil, Argentina e Paraguai

é aquela que acaba por definir essa organização criminosa como *grupo armado*. Encontrar-se em condições de obter material bélico, bem como ter dentre seus integrantes indivíduos capazes de utilizar e manter tais armamentos, coloca o PCC praticamente em situação de igualdade de poderes frente ao Estado (MANSO, DIAS, 2018; AMORIM, 2012).

Reconhecer determinada organização criminosa transnacional como um grupo armado é reconhecer que pelo menos duas das características indicadas por Jay Albanese (2015) já se observam (a *continuidade de seus empreendimentos* e a *obtenção de lucro* racionalmente), pois de outra forma não subsistiriam dentro da conjuntura geopolítica atual, tendo-se em conta o ambiente demercados ilícitos, ou seja, a lógica econômica que atende aos princípios de oferta e de demanda. Ademais, a condição de grupo armado por si só lhe permite exercer corrupção ativa junto a agentes do Estado, percebendo-se estreita relação entre as características (iii) e (iv).

4 O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL COMO AMEAÇA À SEGURANÇA NA TRÍPLICE FRONTEIRA SUL-AMERICANA

Ao se analisar e comparar as propostas supra, nota-se importante característica apontada pelos normatizadores internacionais através da Convenção de Palermo, ainda que não mencionada pelo acadêmico Jay Albanese: a *capacidade de atuar supranacionalmente*. Pode-se notar que tal tópico é relevante por dois motivos. Primeiramente, por tal capacidade denotar um nível mais elevado de organização, uma vez que a capacidade de atuação transnacional demanda uma capacidade organizacional muito maior.

Ou seja, a organização é tamanha que lhe permite atuar em diferentes cenários econômicos, geográficos, políticos e sociais. E em segundo lugar, tal condição permite elevar, potencialmente, os riscos e desafios apresentados pelo PCC ao nível internacional, o que significa uma demanda quanto ao empenho de diferentes atores estatais da região da Tríplice Fronteira Sul-americana. Como demonstra pesquisa realizada dentre estrangeiros, o mais importante entre os objetivos da política externa brasileira deveria ser o combate ao tráfico internacional de drogas e ao crime organizado (ALMEIDA, 2016, p. 36). Isso evidencia a fragilidade das políticas de segurança internacional que vêm sendo aplicadas nos últimos anos.

A Convenção de Palermo, portanto, fornece importante base teórica para a compreensão do funcionamento de organizações criminosas dentro de um contexto internacional. Uma das consequências da ratificação de tal convenção por parte de países sul-americanos se traduz nos esforços dos países da região da Tríplice Fronteira em tipificar os crimes cometidos pelos grupos criminosos em seus ordenamentos jurídicos internos e promover a cooperação entre esses países com o objetivo de combater a atuação transnacional do crime organizado (BIONDI, 2018). A declaração sobre segurança nas Américas de 2003 é um exemplo da preocupação por parte dos governos sul-americanos quanto aos riscos que as organizações criminosas transnacionais impõem à região.

No entanto, desde tal declaração, o avanço da globalização e o acesso a ferramentas tecnológicas de diversas naturezas trouxeram mais oportunidades de atuação aos grupos criminosos. Esta realidade, por consequente, pode ser entendida como mais um importante desafio imposto pelos grupos armados na Tríplice Fronteira, principalmente no que diz respeito a questões de legislação aplicável aos países da região, à capacidade atuação de forma conjunta, coordenada e eficaz por parte de instituições de inteligência, monitoramento e combate ao crime organizado na região (KALDOR, 2012).

Vale destacar, neste ponto, a importância de que tais instituições estatais desenvolvam capacitação necessária não somente para que logrem adquirir uma correta compreensão das peculiaridades da atuação transnacional do PCC. O conhecimento de tais particularidades e uma adequada análise destas, mais do que revelar vulnerabilidades do PCC que possam ser exploradas pelos países da região da Tríplice Fronteira conjunta e coordenadamente, permitiriam ainda uma evolução normativa, legislativa e política aos países da região.

O Plano de Ação Hemisférico Contra a Criminalidade Organizada Transnacional, de 2006, sintetiza a importância da cooperação internacional para que se possa levar a cabo uma política eficaz de segurança internacional na Tríplice Fronteira, com base em princípios de segurança colaborativa, demonstrando que os países da região estão avançando nessa seara (CONSELHO PERMANENTE DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2006).

O fato de atores não-estatais terem a capacidade de mudança muito maior e

mais célere do que os Estados – já que independem dos processos legislativos e normativos necessários a instituições estatais – os torna capazes de se adaptar a cada nova política ou mudança provocada pelos Estados no campo da Segurança Internacional. Aqui temos, portanto, mais um grande desafio que cotidianamente tem de ser enfrentado pelas instituições estatais na região.

Nessa área, portanto, a coleta de dados e de informações por parte de agências dos Estados da região assume relevância dentro das políticas a serem implementadas no campo da Segurança Internacional, pois a aquisição de *expertise* com relação à atuação dos grupos armados pode significar um fator de desequilíbrio a favor dos Estados (MALONE; MALONE-ROWE, 2014). Beneficiadas serão as sociedades dos países da Tríplice Fronteira e, particularmente, aquelas comunidades mais carentes e situadas em zonas transfronteiriças, que acabam por ser mais afetadas pela atuação de grupos armados como o PCC.

A Tríplice Fronteira também se constitui em uma região vital para diferentes organizações criminosas na América do Sul. A atuação do PCC em parceria com grupos armados paraguaios e argentinos vem crescendo exponencialmente a cada ano, o que significa também que a violência urbana tem tido aumento expressivo não só nessa região, mas também em todos os entrepostos utilizados por tais grupos ao longo de suas cadeias logísticas (AMORIM, 2012; FELTRAN, 2018). De fato, a tal capacidade de atuação transnacional desponta como importante característica do grupo sob escrutínio.

Dadas as dificuldades atualmente percebidas por países sul-americanos nas esferas legal e institucional, o aspecto transnacional do PCC pode ser reconhecido como fonte de riscos e desafios à segurança regional na Tríplice Fronteira, principalmente na região da Tríplice Fronteira da América do Sul. Portanto, implica o PCC em extensos riscos a esses países e trazem, conseqüentemente, enormes desafios à segurança internacional em âmbito da Tríplice Fronteira. A relativa facilidade para atuação que os países da região apresentam ao PCC lhe torna viável e lucrativa a exploração do ilícito de diversos tipos.

As configurações geopolíticas e socioeconômicas de Argentina e Paraguai, assim como das regiões brasileiras que fazem fronteira com esses países, possuem regiões urbanas e rurais com controle estatal pouco eficientes, bem como vias de

transporte com escassa fiscalização (CASTILLO, 2008). Esses elementos compõem um cenário deveras atrativo aos grupos armados estudados, dada a facilidade para instalar e manter suas cadeias logísticas e os baixos riscos de enfrentamento com instituições policiais. Isto posto, pode-se afirmar que a definição do PCC como grupo armado, por si só, já o coloca como organização capaz de ampliar suas atividades ilegais transnacionalmente, tendo por principal foco a Tríplice Fronteira Sul-americana.

O fortalecimento de organizações criminosas transnacionais depende, em grande medida, da corrupção e da fraqueza do Estado, o que cria influência sobre a elite política e instituições políticas. A corrupção política dificulta que os Estados se desenvolvam em uma direção democrática, especialmente porque é do interesse do crime organizado manter um regime menos democrático e mais controlável, pois é mais fácil para tais grupos conduzir seus negócios e manter um perfil discreto em um Estado instável e corrompido (SWANSTROM, 2007, p. 17).

Grande parte dos problemas de segurança pública já observados nos locais de origem do PCC, quais sejam, os principais centros urbanos de São Paulo, acabam por ser transferidos aos países mencionados, cujas instituições, muitas vezes, não estão preparadas para lidar com grupos dentro de suas políticas de segurança pública (FELTRAN, 2018; CHRISTINO, 2001). Essa configuração sociopolítica, composta de uma mistura de fraqueza estatal e de desorganização social, torna-se um atrativo à presença do PCC nesses países, aumentando-lhes os problemas de segurança social, o que se revela como um grave problema de governança e de segurança internacional na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos da atuação transnacional do PCC são tão amplos quanto as atividades ilegais pelo grupo envolvidas, importando em problemas de segurança social em nível individual (overdose, crimes comuns, saúde pessoal, vício), coletivo (espécies ameaçadas, graves problemas de saúde pública, resíduos tóxicos), econômico (receita fiscal, propriedade intelectual, gastos do Estado, competição de *dumping*), político (corrupção, legitimidade, estabilidade) e, consequentemente, internacional (armas de fogo de grande capacidade, terrorismo).

Valendo-se da abordagem de Kaldor (2012), permite-se avaliar que o PCC pode

ser percebido como ameaça aos próprios Estados da região da Tríplice Fronteira, pois os enfraquece internamente, mormente devido à corrupção de agentes estatais e à violência instrumental de que se utiliza tal grupo armado (KALDOR, 2012; GIRALDO e TRINKUNAS, 2010, p. 429). Assim, desafia a própria razão de ser desses Estados, tirando partido, muito comumente, da legitimidade de que usufruem perante alguns dos grupos sociais que o integram (HOLMES, 2016, p. 16-26).

A expansão do PCC cria uma ameaça conjunta a diversos países, naquilo que costuma ser chamado como *spillover effect*. Conflitos violentos e problemas de segurança interna podem levar a tais efeitos, ou seja, aqueles percebidos internacionalmente, com potencial de desestabilizar toda a região (REUTER, 2011, p. 144).

Por isso, as políticas de controle e prevenção criminal precisam ser implementadas por todos os Estados afetados de forma integrada, com base em uma abordagem multidimensional. Nessa visão, as soluções demandam ampla coordenação entre agências e instituições estatais, promovendo a implementação de políticas efetivas de combate ao crime organizado a nível local, nacional, regional e internacional (VILALTA, CASTILLO, TORRES, 2016; SWANSTROM, 2007, p. 1).

Diante desse panorama, compreender melhor as dinâmicas criminosas transnacionais modernas, como as apresentadas pelo PCC, é um dos maiores desafios para os Estados. O problema só pode ser enfrentado com base em uma perspectiva integrada e multidimensional, em que todos os diferentes dilemas de segurança sejam tratados simultaneamente. Isso também requer uma solução onde haja cooperação nacional, regional e internacional (SWANSTROM, 2007, p. 24).

Como aqui se discutiu, a inconsistência entre as legislações relacionadas à atuação criminosa transnacional acaba por criar vácuos que podem ser facilmente explorados pelo PCC. Neste ponto se percebe aquele que provavelmente seja o maior desafio apresentado por essa organização criminosa à segurança internacional na Tríplice Fronteira: a capacidade de os Estados apresentarem respostas adequadas à capacidade do PCC de se adaptar às mudanças proporcionadas pelos próprios Estados quando da implementação de políticas de segurança internacional.

6 REFERÊNCIAS

ALBANESE, J. **Organized Crime in ur Times**. 5ª. ed. Newark: LexisNexis, 2007.

ALBANESE, J. **Organized Crime-From the Mob to Transnational Organized Crime**. 7ª.ed. Nova Iorque: Elsevier, 2015.

ALMEIDA, M. H. T. D. Within the Region, Beyond the Region: The Role of Brazil According to the Mass Public. In: GARDINI, G.; ALMEIDA, M. H. T. D. **Foreign Policy Responses to the Rise of Brazil**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016. p. 29-45.

AMORIM, C. **Comando Vermelho - A história do crime organizado**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

AMORIM, C. **Assalto ao poder - O Crime Organizado**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BIONDI, K. **Junto e Misturado - Uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

CASTILLO, J. I. **O Brasil e a Segurança no Cone Sul no Pós-Guerra Fria**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 208. 2008.

CHRISTINO, M. S. **Por Dentro do Crime**. São Paulo: Fiuza Editores, 2001.

CONSELHO PERMANENTE DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS.

EDWARDS, A.; GILL, P. The politics of 'transnational organized crime': discourse, reflexivity and the narration of 'threat'. **British Journal of Politics and International Relations**, June 2002. 245-270.

FELTRAN, G. **Irmãos - Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GIRALDO, J.; TRINKUNAS, H. Transnational crime. In: COLLINS, A. **Contemporary security studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 428-446.

HOLMES, L. **Advanced introduction to organised crime**. 1st. ed. Cheltenham: Edward Elgar, 2016.

KALDOR, M. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. 3rd. ed. Cambridge: Polity Press, 2012.

KÖPPEL, T.; SZEKELY, A. Transnational Organized Crime and Conflict in the Balkans. In: BERDAL, M.; SERRANO, M. **Transnational Organized Crime and International Security: Business as Usual**. Londres: Lynne Rienner, 2002. p. 129-140.

MALONE, M. F. T.; MALONE-ROWE, C. B. Organized Crime in Latin America. In: REICHEL, P.; ALBANESE, J. **Handbook of Transnational Crime and Justice**. Londres: SAGE, 2014. p. 471-482.

MANSBACH, R.; TAYLOR, K. **Introduction to Global Politics**. 2ª. ed. Londres: Routledge, 2012.

MANSO, B. P. D.; DIAS, C. N. **A Guerra**. 7ª. ed. São Paulo: Todavia, 2018. Plano de Ação Hemisférico contra a Criminalidade Organizada Transnacional. [S.l.]. 2006.

PODDER, S. Understanding the Legitimacy of Armed Groups: A Relational Perspective. **Small Wars and Insurgencies**, v. 28, n. 4-5, p. 686–708, 2017.

RENO, W. **Warlord Politics and African States**. Boulder: Lynne Rienner, 1999.

REUTER, T. **Ethnic Conflict**. Thousand Oaks: SAGE, 2011. p. 141-149.

SANJURJO, D. **Gun Control Policies in Latin America**. Montevideo: Palgrave Macmillan, 2020.

SWANSTROM, N. The Narcotics Trade: A Threat to Security? National and Transnational Implications. **Global Crime**, 17 Feb 2007. 1-25.

UNODC. **The globalization of crime**. Vienna. 2010.

VILALTA, C.; CASTILLO, J.; TORRES, J. **Violent Crime in Latin American Cities**. Inter-American Development Bank. [S.l.], p. 117. 2016. (IDB-DP-474).

INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS POLICIAIS NA REGIONAL DO JURUÁ COM ENFOQUE NO ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO

INTEGRATION OF POLICE FORCES IN THE JURUÁ REGIONAL WITH A FOCUS ON FIGHTING ORGANIZED CRIME

**José Elienir Nunes da Silva
Marlon Lima de Araújo
Gerlomar Nunes da Silva
Willians de Oliveira Souza
Elias Santos de Melo**

RESUMO

A chegada de organizações criminosas de renome nacional na região amazônica está ocasionando uma onda de criminalidade em faixas de fronteiras, como nunca antes registradas. De um Estado com índices criminais estáveis, o Acre passou a registrar taxas de crimes contra a vida e o patrimônio em uma escala nunca vista e muito acima da média nacional, sobretudo a partir do ano de 2015. O presente artigo procura fazer referência à situação atual do crime organizado no Estado do Acre, com enfoque na regional do vale do Juruá analisando como a vinda dessas facções criminosas para o Estado desencadearam essa série de crimes, sobretudo contra o patrimônio, a vida e transfronteiriços e como o modelo de integração praticado no Juruá tem sido o diferencial no combate a esses criminosos. O objetivo foi trazer um demonstrativo das ações de integração das forças policiais no vale do Juruá que resultaram na redução dos índices criminais, buscando destacar a importância de ações conjuntas como uma das metodologias no enfrentamento ao crime.

Palavras-chave: crime organizado; facções criminosas; integração e vale do Juruá.

ABSTRACT

The arrival of nationally renowned criminal organizations in the Amazon region is causing a wave of crime in border areas, as never before registered. From a state with stable criminal rates, Acre started to record rates of crimes against life and property on a scale never seen before and far above the national average, especially as of 2015. This article seeks to refer to the current situation of organized crime in the State of Acre, with a focus on the Juruá valley region, analyzing how the arrival of these criminal factions to the State triggered this series of crimes, especially against heritage, life and cross-borders and as the integration model practiced in Juruá has been the difference in fighting these criminals. The objective was to present a demonstration of the actions of integration of the police forces in the Juruá valley that resulted in the reduction of criminal rates, seeking to highlight the importance of joint actions as one of the methodologies in fighting crime.

Keywords: organized crime; criminal factions; integration and the Juruá valley.

1 INTRODUÇÃO

As facções criminosas, estruturadas como crime organizado, estão com acesso livre às regiões de fronteira do Brasil, circulando vultuosos volumes de ilícitos como maconha, cocaína e drogas afins. O nível de fiscalização, controle e monitoramento nas fronteiras pelo Estado são falhas e não estão coibindo a avanço do crime organizado na velocidade esperada (GONÇALVES, 2020).

Os níveis organizacionais antes observados apenas em nichos de crimes mais complexos, como grandes redes de corrupção e esquemas de desvio e lavagens de dinheiro, os ditos crimes de colarinho branco, agora também foram absorvidos pelos chamados crimes comuns (CORDEIRO, 2013). Tipos penais como roubo, furto, homicídios e tráfico de drogas passaram a ser controlados e organizados por essas redes de criminosos (MISSE, 2011).

Organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) foram criadas dentro de estruturas do Estado que visavam a proteção nos presídios, e posteriormente mudaram sua atuação para o cometimento de crimes fora do sistema prisional (FONTES, 2020). Em certo momento essas Organizações eram parceiras, mas o momento atual traz um recorte da luta dessas duas grandes facções visando o controle da criminalidade sobretudo nas periferias e regiões de fronteiras do Brasil.

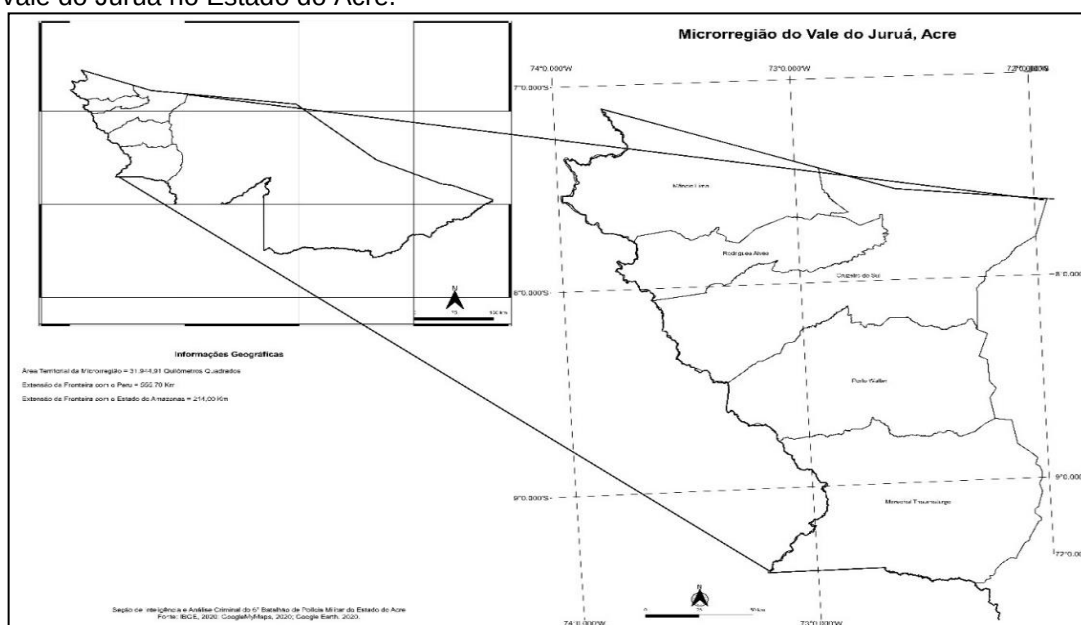
A metodologia aplicada nesse trabalho se baseou em análises da dinâmica da criminalidade e das ações policiais implantadas na região do Juruá, sobretudo a partir de 2018, buscando entender como o método de integração entre as polícias estaduais e federais na regional estão fazendo frente ao alastramento do crime organizado, onde mesmo com a chegada desses grupos e após a explosão de criminalidade no Estado, a regional, depois de 2018, tem apresentado resultados satisfatórios.

Dessa forma foram analisados dados oficiais, das polícias militar, civil, penal, federal e do Ministério Público do Acre (MPAC) e apresentados de forma expositivas as principais ações realizadas no Juruá contra o crime organizado. Esse estudo tem por objetivo trazer um demonstrativo das ações de integração das forças policiais no vale do Juruá que resultaram na redução dos índices criminais, buscando destacar a importância de ações conjuntas como uma das metodologias no enfrentamento ao crime.

2 DESENVOLVIMENTO

Atualmente um dos estados que vem sofrendo com o assédio das Organizações Criminosas é o Estado do Acre, que faz fronteira com os dois dos Países que estão entre os maiores produtores de cocaína do mundo, Bolívia e Peru. Nesse contexto, uma das rotas mais ativas é a que compreende a microrregião do vale do Juruá.

Imagem 1 – Mapa geoprocessado demonstrando a posição geográfica da microrregião do vale do Juruá no Estado do Acre.



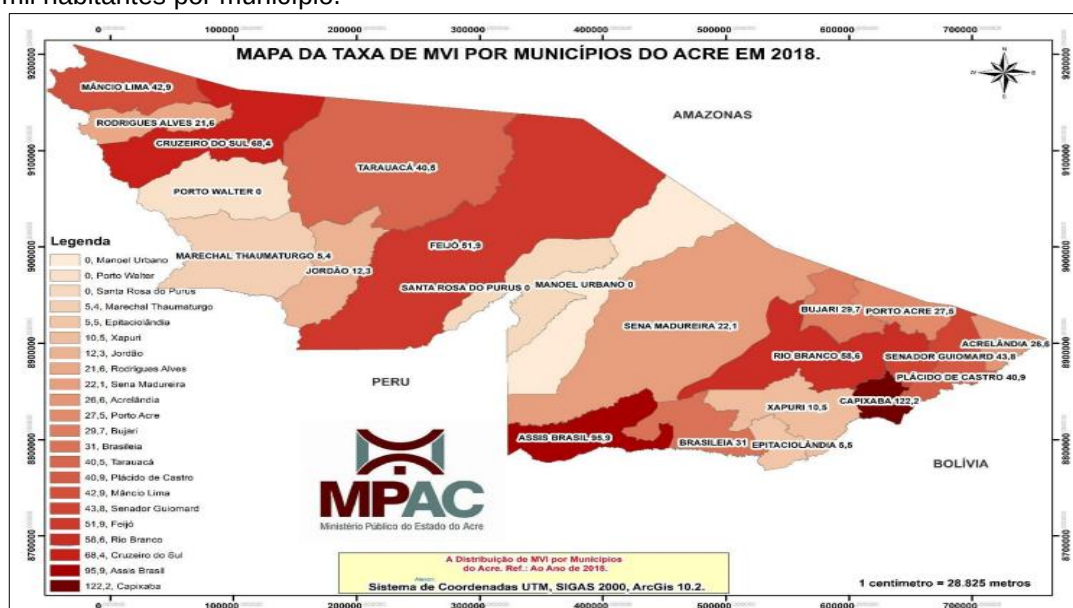
Fonte: PMAC (2021).

Os municípios do vale do Juruá somam em área territorial aproximadamente 31.944,729 km² e compartilham em torno de 555,70 Km de extensão de fronteira seca com o Peru em uma das Regiões Peruanas (Ucayali) que se destaca na plantação da coca (*Erythroxylum coca* Lam.), devido a essas características, o Juruá entrou na rota do narcotráfico internacional, onde tanto a malha viária, de ramais e caminhos na selva, quanto a aquaviária, do Rio Juruá e seus tributários, são usados por esses narcotraficantes que transportam grandes volumes de entorpecentes anualmente entre Peru e Brasil.

Essas rotas atualmente são controladas por algumas organizações que monopolizam o transporte de entorpecentes e foi exatamente a vinda de grupos

criminosos de fora do Estado do Acre, sobretudo a partir de 2013, que colocaram o Acre na lista dos Estados mais violentos da federação. A imagem 2 traz um retrato da onda de violência que tomou conta do Acre, que em 2018 viveu o ápice dessa violência o que levou o Estado para o patamar de um dos mais violentos do Brasil.

Imagem 2 – Mapa temático do Acre tonalizado conforme a taxa de MVI por grupo de 100 mil habitantes por município.



Fonte: NAT/MPAC (2021).

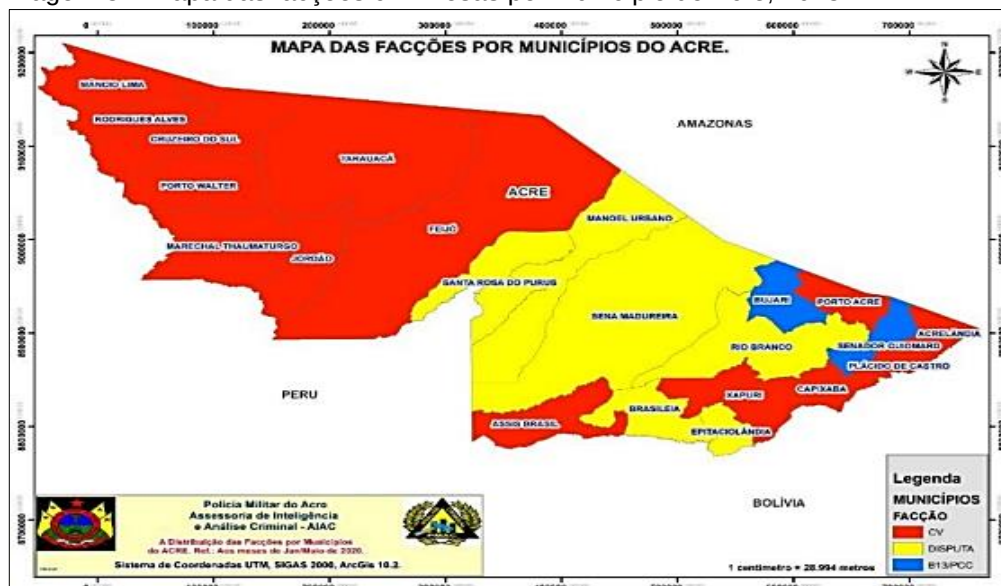
O presente mapa apresentado pelo Núcleo de Apoio Técnico (NAT) do Ministério Público do Acre, traz os dados referentes ao crime de homicídio no Estado em 2018, período em que a guerra entre as facções criminosas teve seu apogeu no Estado elevando os níveis de criminalidade a patamares nunca observados, onde o município de Cruzeiro do Sul apresentou maior taxa 64,8%.

Esse cenário ocorreu pelo advento das facções criminosas no Estado. A Imagem 03 traz o demonstrativo de como estava dividido o Estado no ano de 2020, com dados oficiais da assessoria de Inteligência da Polícia Militar.

As principais organizações criminosas que disputam o controle no Acre é o Comando Vermelho (CV) e o Bonde dos 13 (B13), facção originária do Estado, além do PCC que também disputa os nichos de criminalidade no Acre. A fronteira com o Peru, sobretudo o vale do Juruá, estão controladas pelo Comando Vermelho, isso devido a grande rota de narcotráfico local.

Dados das agências de inteligência do Estado dão conta de uma quantidade de mais de 12 mil membros cadastrados no Comando Vermelho no Estado do Acre e adjacências, o que demonstra o interesse dessa facção no Acre, muito impulsionado pela dinâmica do narcotráfico na tríplice fronteira: Brasil, Bolívia e Peru.

Imagem 3 – Mapa das facções criminosas por município do Acre, 2018.



Fonte: ASSEIAC/PMAC

A Revista Piauí em sua edição de dezembro de 2019, trouxe o seguinte destaque, em referência à explosão de criminalidade no Estado do Acre:

Em 2017, Rio Branco foi a capital mais violenta do Brasil: 83,7 assassinatos por 100 mil moradores. Em seguida ficaram Fortaleza (77,2) e Belém (68,1). Foi há exatos dois anos que a capital acriana viu explodir o número de mortes violentas provocadas, sobretudo, pelas disputas de territórios entre as facções. Outra estratégia dos criminosos foi o ataque a bens públicos, como colocar fogo nos ônibus (PONTES, 2019, p. 5-6).

Esse cenário foi registrado em todo Estado do Acre sobretudo no ano de 2017, e marcou a tomada do território por organizações criminosas. Em Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do Acre e maior da regional do Juruá, o ataque das facções criminosas à segurança pública ocasionaram queimas de viaturas oficiais, de repartições públicas e de residências de agentes de segurança, e culminou no homicídio de um policial penal. Esse advento demonstrou e evidenciou o despreparo das forças de segurança pública do Estado em lidar com esse novo inimigo, as

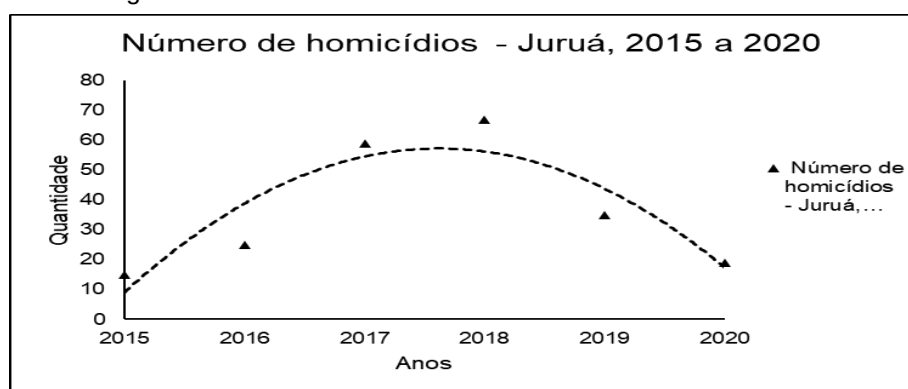
facções criminosas. Dados oficiais trazem um demonstrativo da eclosão da criminalidade no Estado sobretudo a partir do ano de 2015, e a falta de planejamento tático e estratégico facilitaram em muito a ação desses criminosos.

O início do ano de 2018, trouxe a preocupação, no vale do Juruá, para a formação de equipes que viessem a entender a dinâmica do crime organizado regional, a fim de produzir conhecimento que auxiliassem nas tomadas de decisões, sobretudo, técnica e estratégicas que pudessem mitigar a ação coordenada dessas organizações criminosas.

Dessa forma se investiu nas áreas de inteligência policial e investigação criminal, inicialmente, a fim de mapear, compreender, monitorar, estudar e planejar ações direcionadas ao combate às facções criminosas que estavam incidindo na regional. Foram mapeadas as regiões de incidência desses criminosos, por cidades, vilas e bairros com mais ocorrência de membros de facções, compreendido a dinâmica do crime organizado, monitorados as principais lideranças, estudados os meios de ações desses criminosos e planejadas ações de enfrentamento.

Para tanto foi investido em um modelo que prima pela integração entre as forças de segurança pública na regional, respeitando a autonomia, valorizando as qualidades de cada operador e investindo na ideia central que busca oferecer soluções aceitáveis, onde o inimigo da segurança pública são os criminosos organizados e apenas com integração e união de forças, recursos e valores é possível enfrentar esse inimigo.

Gráfico 1 – Demonstrativo do n. de homicídios ocorridos nos Municípios entre a Microrregião do Vale do Juruá de 2015 a 2020.



Fonte: PMAC (2020).

Essa integração já pode ser mensurada por dados estatísticos no que tange a dinâmica do crime organizado no Juruá, onde a partir de 2018 os índices positivos foram detectados na regional, muitas vezes superiores aos registrados em outras microrregionais do Estado.

O gráfico 01, traz a série histórica de homicídios registrados na regional do Juruá entre os anos de 2015 a 2020. Os dados foram compilados do relatório de análise criminal do MPAC de edição 2020 e dados oficiais do setor de análise criminal da polícia militar do Acre, 6º BPM.

Assim como observado no Estado a regional do Juruá também teve uma explosão nos casos de homicídios sobretudo a partir do ano de 2016. O gráfico 01 apresenta elevação dos registros entre os anos de 2015 a 2018.

Observa-se, porém, que os dados referentes a 2019 e 2020 evidenciam uma forte queda no número de homicídios na regional, que mesmo com a ação das facções criminosas a redução nesse tipo penal foi tão sensível que foram registrados em 2020 apenas 18 homicídios, 03 casos a mais somente em relação a 2015, que marcou a chegada desses grupos organizados no Juruá.

Esse parâmetro é um demonstrativo que as ações integradas da segurança pública na regional lograram êxito, trazendo para uma taxa de normalidade o número de crimes letais contra a vida na regional, que apresentou seu pico em 2017 e 2018, 59 e 67 casos registrados, antes da implantação do sistema de integração policial vigente.

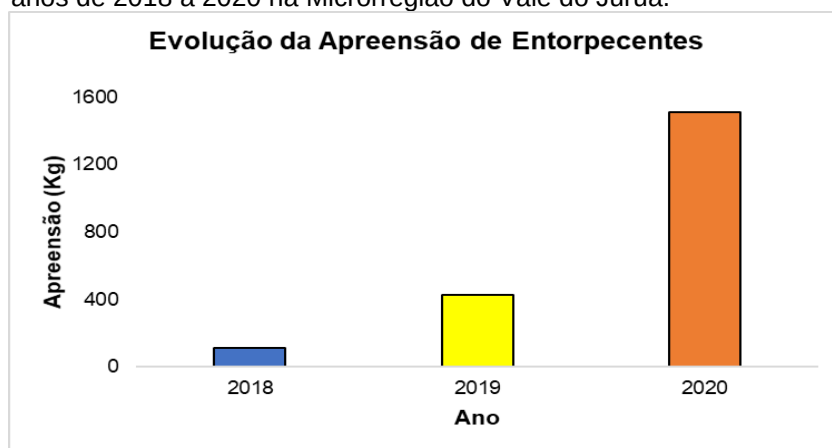
Esse é um demonstrativo das estratégias utilizadas na regional para desarticulação desses grupos organizados e a resposta positiva na redução da taxa de homicídios é visível. Essas estratégias tiveram como base o compartilhamento de informações, sobretudo entre os operadores de campo das diversas forças, realização de operações conjuntas e treinamentos integrados, visando a adoção de ações diversas para redução dos índices criminais e causar danos às organizações criminosas. Metodologias parecidas foram adotados nos mais diversos cenários operativos no mundo, visando a resolução de conflitos e combate a organizações criminosas ou militares.

Tal método foi citado pelo Comandante do Comando Conjunto de Operações

Especiais Estadunidense General Stanley A. McChrystal (2015), relata que para solução de problemas complexos são necessárias estratégias variadas com o objetivo de cercar as ameaças e limitar seu poder de ação. Para isso, o trabalho conjunto exerce grande poder dissuasivo levando a resultados aceitáveis.

Nesse contexto, o Gráfico 02 demonstra os resultados alcançados nas apreensões de drogas no vale do Juruá, indicando parte do volume de entorpecente que são transportados pelas diversas rotas dos municípios.

Gráfico 02 – Acompanhamento das apreensões realizadas durante os anos de 2018 a 2020 na Microrregião do Vale do Juruá.



Fonte: PMAC (2020).

Os resultados alcançados indicados no Gráfico 02 só foram possíveis por meio da realização de ações conjuntas e um longo trabalho de inteligência policial para identificar autores responsáveis pelo tráfico e as rotas que são utilizadas, após esse passo alguns resultados práticos começaram a surgir no ano de 2019 e posteriormente 2020 foi realizada as maiores apreensões de drogas da história do Estado do Acre. Além dessas apreensões, várias ameaças e ações contra policiais foram frustradas, demonstrando que esse caminho da integração se mostra com grande potencial para resolução de conflitos e danos ao crime.

Vários são os parâmetros, qualitativos e quantitativos alcançados desde de 2018 na regional com este sistema de integração. Além dos dois parâmetros já apresentados, diminuição na taxa de homicídios e aumento na apreensão de carregamentos de drogas, outros índices quantitativos também vêm sendo observados na regional, como redução no número de presos evadidos do sistema

prisional com antecipação a planos de fuga por meio de ações de inteligência policial, aumento no número de operações policiais contra organizações criminosas e prisão de faccionados por crimes alusivos a ORCRIM.

Em termos qualitativos pode ser citado a melhoria nos núcleos de inteligência policial em todas as instituições locais, tanto em estrutura quanto em capacitação técnica, melhoria significativa nos setores de investigação policial, com compartilhamento de informações com as redes de inteligência, aplicação de cursos técnicos operacionais na polícia militar e sobretudo parcerias firmadas entre todas as instituições em compartilhamento mútuo de informações e ações coordenadas em campo.

Os programas VIGIA e GEFRON, nacional e estadual, respectivamente, vieram para dar suporte e sustentação as ações já realizadas, onde no Juruá a integração se tornou uma das estratégias adotadas nas operações implantadas e o modelo se define pela excelência em campo e busca de informações relevantes pelos operadores de inteligência, sendo um modelo que vem rendendo bons resultados a mais de três anos.

Vale salientar, que apesar dos danos causados até o momento ao crime organizado no vale do Juruá, iniciativas devem ser estimuladas para manutenção das relações e parcerias entre as instituições e um segundo passo é o desenvolvimento de acordos com países vizinhos visando aproximar os operadores para troca de informação e atuação conjunta.

Essas relações a nível pessoal e institucional é extremamente importante uma vez que várias lideranças do crime se encontram residindo em países vizinhos se aproveitando da proteção legal ou do desconhecimento dos policiais do país estrangeiro sobre os crimes cometidos. A prisão dessas lideranças é importante para tirar esses criminosos da zona de conforto e a sensação de impunidade, aumentando a responsabilização pelos delitos cometidos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de integração implantado na microrregional do vale do Juruá, a partir de 2018, se mostrou efetiva no combate ao alastramento do crime organizado no Estado do Acre, com diminuição em uma serie de crimes, como homicídios, tentativas

de homicídios, redução no número de detentos evadidos do sistema carcerário, aumento nas operações policiais das polícias judiciárias e apreensões de entorpecentes.

Em termos comparativos, todos esses parâmetros seguem deficitários em outras regionais do Estado do Acre que não implementaram ainda um sistema integrado de segurança pública efetivamente, assim como se comparada o atual cenário com períodos passados na regional do Juruá, fica mais evidente ainda a necessidade de se investir em integração policial.

O modelo em vigência no Juruá, de integração completa entre as forças de segurança pública se provou efetivo e eficaz e pode ser um modelo a ser implantado como política pública em todos os Estados fronteiriços do Brasil.

4 REFERÊNCIAS

CORDEIRO, P. I. R. V. **A prisão provisória em crimes de colarinho branco: redução da desigualdade do Sistema Penal?** Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) - Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

FONTES, G. A. F. **Políticas públicas de enfrentamento às organizações criminosas no sistema prisional do município de João Pessoa-PB: uma análise sob a ótica da segurança dinâmica.** João pessoa, 2020, 163 f.

GONÇALVES, A. B. **Crime organizado e política externa – o controle do PCC nas fronteiras mostra a fragilidade da política externa brasileira: R EMERJ**, 2020. 220 p., Rio de Janeiro, 2020.

MCCHRYSTAL S. A. **Team of Teams: new rules of engagement for a complex world.** New York: Portfolio/Penguin, 2015, p. 36-48.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no rio de janeiro: diferenças e afinidades. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011.

PONTES, F. Conversão na fé ou na marra. Edição Dezembro de 2019 – Anais da Criminalidade. Folha de S. Paulo – UOL. **Revista Piauí**, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/conversao-na-fe-ou-na-marra/>. Acesso em: 15 set. 2021.

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS INTERNACIONAIS E SEU CARÁTER TRANSNACIONAL

INTERNATIONAL CRIMINAL ORGANIZATIONS AND THEIR TRANSNATIONAL CHARACTER

Carlos Augusto Ribeiro Fernandes
Ricardo de Werk Filho

RESUMO

O mundo está mudando cada vez mais rápido, muito em razão do fenômeno chamado de globalização, e as organizações criminosas internacionais se aproveitam dessas mudanças para estender o seu domínio para além das fronteiras delimitadas por Estados, adquirindo uma característica transnacional para a sua estrutura. A sociedade na busca em deter esse avanço da atividade criminosa desse tipo de organização, tenta por meio de aprimoramento de normas jurídicas criação de mecanismos para esse objetivo. Há, nesse sentido, os defensores de tribunais permanentes supranacionais, como o Tribunal Penal Internacional, e seus críticos que acreditam no melhoramento das regras de cooperação entre os Estados Nações. A partir desse contexto que se desenvolve a presente pesquisa com o objetivo de demonstrar o caráter transnacional dos ilícitos de organizações criminosas internacionais e suas possíveis soluções. Para a realização da pesquisa foi utilizado o método indutivo.

Palavras-chave: organizações criminosas internacionais; transnacionalidade; crime transnacional.

ABSTRACT

The world is changing faster and faster, largely because of the phenomenon called globalization, and international criminal organizations take advantage of these changes to extend their dominance beyond state-bounded borders, acquiring a transnational feature for their structure. Society, seeking to halt this advance in the criminal activity of this type of organization, tries by improving legal norms to create mechanisms for this purpose. There are, to that end, supporters of supranational standing courts, such as the International Criminal Court, and their critics who believe in improving the rules of cooperation among nation states. From this context the present research is developed with the objective of demonstrating the transnational character of the illicit actions of international criminal organizations and their possible solutions. For conducting the research, the inductive method was used.

Keywords: international criminal organizations; transnationality; transnational crime.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano é um animal social por natureza⁶¹ e, desde o começo dos tempos, nas civilizações antigas, homem busca sua socialização através de grupos primitivos como, por exemplo: tribos, clãs, famílias, dentre outras espécies de grupos.

Independente do grupo social a que o homem primitivo se relacionava, seu principal objetivo era conseguir dar continuidade a sua linhagem, bem como manter sua sobrevivência. Com a evolução dos seres humanos, o objetivo de sobrevivência se tornou primário, porém outros objetivos secundários se fizeram de grande importância, para a manutenção de destes grupos, como por exemplo: a conquista de terra, a organizações de grupos para a atividade de produtos primários e secundários, como o comércio de mercadorias e seres humanos (escravos).

Deste modo, diversas classes sociais nasceram e seus nortes, os princípios que havia no início da civilização humana acabou, a segregação entre grupos por etnia, a pobreza e a riqueza, se tornaram mais evidentes. Por consequência, o nascimento das desigualdades sociais, o que gerou diversos tipos de preconceitos, os quais fizeram com que alguns grupos tivessem interesses difusos associados a uma ambição descontrolada, visando uma sobrevivência onde o mais forte se beneficiava do mais fraco⁶².

Visando a garantia de uma ordem social, os líderes dos primeiros grupos sociais mais desenvolvidos, começaram a criar regras obrigatórias (normas e leis), usando principalmente dos costumes, que visavam à disciplina e a organização básica destes grupos, aspirando assim sua existência respeitando tais preceitos⁶³.

Desta forma, saltando para a época pós Segunda Guerra Mundial e início da Revolução Industrial, a humanidade começa a apresentar um inquestionável

⁶¹ALÁRIO, R. O homem é um animal social – Aristóteles. Disponível em: <https://projeto-phronesis.wordpress.com/2009/01/10/o-homem-e-um-animal-social-aristoteles/>. Acesso em: 16 dez. 2019.

⁶²MERELES, C. Desigualdade Social. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/desigualdade-social/>. Acesso em: 16 dez. 2019.

⁶³GONÇALVES, G. Os grupos sociais, os agrupamentos sociais, características da multidão, opinião pública, diferença entre público e massa, mecanismos de sustentação dos grupos sociais. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/sociologia/os-grupos-sociais.htm>. Acesso em: 16 dez. 2019.

desenvolvimento e avanço em diversas áreas, principalmente nos meios de comunicação e transportes, que serviu e está servindo de suporte ao fenômeno da globalização, trazendo a reboque profundas as transformações sociais, culturais e econômicas.

É fato notório de que o mundo está muito diferente do que foi no começo do século XX. As pessoas, a cultura, a comunicação e a geopolítica, entre outras, mudaram de tal forma que houve um intenso processo global de aumento da complexidade nas diversas sociedades do planeta. Essa mudança está sendo chamada de fim da segunda modernidade ou até mesmo de saturação seletiva de alguns corolários modernos ⁶⁴.

Também se vislumbra o anúncio do fim ou enfraquecimento da concepção do Estado-Nação atual ou Estado Constitucional Moderno, ou seja, com o declínio da autoridade detentora do *jus puniendi*, possibilitou um salto evolutivo também nas organizações criminosas atuais⁶⁵.

No passado, esses problemas antes eram encarados de forma local e restritos a eventos isolados. Entretanto, os riscos de tais organizações se mostraram que não respeitam fronteiras, demarcações ou tratados, adquirindo características transnacionais.

Não se sabe ao certo quando nasceram as organizações criminosas, porém, entende-se que tais organizações foram originadas no começo das sociedades, o que é uma característica em comum observada em diversos países no mundo, porém não há um consenso entre os historiadores e estudiosos sobre este assunto⁶⁶. Da mesma forma, o período em que de fato tais organizações ascenderam para além de suas fronteiras nacionais é incerto, mas observados os conceitos atuais, teve uma expansão em conjunto com a globalização, o que

⁶⁴ REVISTA DO DIREITO. Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 49, p. 29-45, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/index>, p. 30-31. Acesso em: 16 dez. 2019.

⁶⁵ BRASIL. Lei nº 12.850. "Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências". 2013.

⁶⁶ REVISTA DIREITO DIÁRIO. Organizações criminosas, associações criminosas e concurso de pessoas: diferenças teóricas e práticas. 2015. Disponível em: <https://direitodiario.com.br/organizacoes-criminosas-associacoes-criminosas-e-concurso-de-pessoas-diferencas-teoricas-e-praticas/>. Acesso em: 16 dez. 2019.

forçou as autoridades nacionais a tratarem do temas mais seriamente⁶⁷.

Além dos problemas sociais impostos pela globalização, gerados e incentivados pelo mercado, os prejuízos causados pelos eventos criminosos também impõem uma vasta gama de externalidades negativas, aprofundando nas crises as camadas sociais mais desafortunadas.

Essa nova roupagem mundial, onde a humanidade é impulsionada para a criação de uma sociedade planetária única, onde são germinados espaços comuns que estimulem a adoção de mecanismos que possam garantir a efetividade de uma Ordem Jurídica Global, surge a discussão de mecanismos transnacionais de mitigar o avanço da criminalidade internacional ou aquele ato criminoso que não respeita fronteiras dos Estados. Entretanto, não se pode deixar de citar as possíveis desvantagens ou perigos em que tais mecanismo podem sofrer na sua implantação.

Este estudo tem como objetivo descrever, em linhas gerais, origem destas organizações criminosas, visando traçar um paralelo com os dispositivos legais criados, e analisar o seu caráter transnacional de suas atividades ilícitas que são planejadas, preparadas e realizadas em mais de um país ou desconsiderando qualquer tipo de fronteiras estipuladas pelos Estados, também serão feitos, em caráter ilustrativo, alguns comentários sobre o tráfico ilícito de drogas, armas e pessoas, crimes previstos na Convenção de Palermo, em detrimento de outros crimes transnacionais como a lavagem de dinheiro, cyber crimes, terrorismo, dentre outros que foram citados nas críticas dos estudiosos pela sua ausência na convenção.

A delimitação do tema deve ser feita para se restringir às organizações criminosas e o caráter transnacional de seus crimes que transponham fronteiras de mais de um país, sem se aprofundar na natureza pormenorizada de seus ilícitos ou mesmo em estudos de Direito Transnacional, Direito Global, Transnacionalidade e suas categorias, como por exemplo o Transconstitucionalismo e Transjudicialismo. Tal delimitação se faz necessária

⁶⁷ BRASIL. Lei nº 12.850. “Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências”. 2013.

em razão da natureza deste trabalho e pela a extensão que poderia tomar esses assuntos tão interessantes e desafiadores, que ensejam temas de trabalhos acadêmicos futuros.

As informações contidas neste estudo, com relação às organizações criminosas foram realizadas pesquisas em fontes abertas, nenhuma informação tem natureza sigilosa⁶⁸, quaisquer outras informações de posse dos autores que, possam um dia terem sido classificadas, foram desclassificadas por autoridade competente, ou desclassificadas tacitamente, de acordo com a legislação vigente⁶⁹.

A despeito de direito transnacional, direito global e transnacionalidade ou transnacionalismo possuírem definições semelhantes, pelo próprio significado da palavra semelhante, não são iguais. Desta forma, esta pesquisa não aprofundará no estudo das diferenças entre estes dois conceitos, teceremos apenas algumas palavras de forma a não fugir do objetivo do estudo aqui trabalhado.

2 TRIBUNAIS INTERNACIONAIS OU REGIONAIS – CRIMES TRANSNACIONAIS

A comunidade internacional quando se viu defronte ao grande prejuízo para a sociedade que os crimes transnacionais começaram a ter com o arrimo nas organizações criminosas internacionais, precisou tomar providências para reagir contra essa modalidade de ilícito.

No que pese ser consenso a necessidade de mudança na política criminal global, há grandes debates sobre como deve ser o tratamento no campo jurídico de tal problema. Destaca-se aqueles que defendem a criação de tribunais supranacionais e aqueles que acreditam na exclusividade do Estado Nação em punir, melhorando somente os tratados e políticas de cooperação do aparato de segurança.

⁶⁸ BRASIL, Decreto n.º 7.724. “Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição”. 2012.

⁶⁹ BRASIL. Lei nº 12.527. “Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências”. 2011.

Para os defensores de um órgão jurisdicional que atue além das fronteiras, alegam que, apesar de o Estado reivindicar para si o poder exclusivo de coerção física e legítima, pois o direito de punir constitui na expressão máxima do exercício da soberania⁷⁰, este exerce este direito em um território claramente delimitado e com estrutura definida, mas como o processo de deterioração das fronteiras aplicada pela globalização, que além de afetar vários setores privados, afeta também as políticas de segurança públicas.

Assim, pelo fato de as organizações operarem além das fronteiras e somado à questão de escassez de recursos dos atores de diversos níveis, que deveriam na prevenção e sanção do delito, a resposta não ser pode uma política criminal local, mas sim ter, no mínimo, a mesma proporção do fenômeno que se quer prevenir, ou seja, é a sugestão de criação de um Tribunal Penal Supranacional ou Regional contra o Crime Transnacional Organizado.

Por conseguinte, o Direito Penal Internacional nasceu como uma resposta para os crimes de massas cometidos durante o século XX, apesar de tais normas serem duramente criticadas por violarem princípios básicos do Direito Penal, como da legalidade ou garantia do juiz natural, por exemplo.

A implementação do Tribunal Penal Internacional, que teve a sua criação a partir do Estatuto de Roma em 17 de julho de 1998, foi a resposta para essas críticas pois possui natureza permanente, internacional, criminal independente, com poderes para investigar e aplicar sanção de maneira complementar aos Estados Membros, para determinados crimes como o genocídio, crimes contra humanidade, de guerra e agressão.

Com o surgimento do Tribunal Penal Internacional, segundo Nicolás Cordini, “podemos falar em um Direito Penal Internacional que respeita os princípios da legalidade, personalidade da pena, *ne bis in idem*, jurisdição complementar entre outros”, criando um *jus puniendi* sem um poder soberano singular, porque seria uma solução para se desenvolver o conceito da cidadania global baseada na proteção dos direitos humanos fundamentais (CORDINI; HOET, 2015, p. 534).

⁷⁰CORDINI, N. S.; HOET, M. J. Criminalidad transnacional organizada en el ámbito del MERCOSUR: ¿Hacia un Derecho Penal Regional? Revista de Direito Internacional – UNICEUB, Brasília, v. 12, n. 2, 2015, p. 530 - 533;

Desse modo, o professor Nicolás Cordini defende a possibilidade de um Tribunal Regional do MERCOSUL, desde já aproveitando a similaridade de legislações penais, a experiência do Tribunal Penal Internacional e dos acordos e tratados já celebrados pelos países componentes do bloco (CORDINI; HOET, 2015, p. 534).

Outrossim, há a necessidade de se observar mais alguns princípios como o princípio da dupla incriminação, o qual se parte do pressuposto lógico de que o crime seja caracterizado como injusto penal também nos países onde foram desenvolvidos, preparados ou executados, e o princípio da complementariedade, onde consiste no exercício complementar às jurisdições penais nacionais, este previsto no art. 1º do Estatuto de Roma.⁷¹

Os críticos ao conceito de um órgão com jurisdição transnacional em alguns que consideram primordiais como a perda de soberania dos Estados, os direitos e garantias fundamentais, a violação do princípio da não intervenção de um Estado em outro e da necessidade de ser observado a norma incriminadora local e não a extraterritorial, conforme já mencionado no princípio da dupla incriminação.

No caso do Tribunal Penal Internacional há a transferência de jurisdição penal, como consequência a extensão do *jus puniendi*, e ingerência nos Estados em aplicar suas leis penais, mesmo que de forma complementar. Para a autoridade local poder aplicar a regra sancionadora é essencial de que possua soberania dentro dos limites de seu território e essa regra é reafirmada pela Corte Permanente de Justiça Internacional desde 1927.⁷²

A universalização de uma norma de conduta típica deve obedecer regras e procedimentos legítimos, o que ainda está muito prematuro e requer uma sintonia entre os países para haver uma verdadeira uniformização entre a norma externa e a interna, uma vez que deixar de aplicar a norma da ordem jurídica local ao injusto penal, estaria legitimando a intromissão de um Estado em outro, que embora se ocupe de crimes previstos em tratados ou convenções internacionais, como o crime de lavagem

⁷¹ COSTA, M. S. M. A União Europeia e o Tribunal Penal Internacional: relações de complementação e cooperação. Revista do programa de Direito da União Europeia. p 105.

⁷²TAVARES, J. Criminalidade nacional, transnacional e internacional. In: NEVES, M. (Coord.). Transnacionalidade do Direito: novas perspectivas dos conflitos entre ordens jurídicas. São Paulo: QuartierLatin, 2010. p. 122-123.

de dinheiro, estas devem ser analisadas de acordo as garantias das leis locais (TAVAREZ, 2010, p. 125).

Além das menções a possíveis violações de princípios, o professor Juarez Tavarez ainda defende que a adoção do Tribunal Penal Internacional ou qualquer tribunal de jurisdição extraterritorial provocaria a violação de pelo menos dois direitos fundamentais: a possibilidade de um julgamento parcial e a demonização do acusado, gerando, desta forma, uma separação com os princípios do estado de direito e sem a produção legislativa para a definição de fato típico criminoso, pode se estar criando o direito penal do inimigo, posto que haveria uma distinção entre os cidadãos, com mais garantias, e os não cidadãos que sofreriam sem as devidas garantias (TAVAREZ, 2010, p. 126-127).

Assim, o mesmo professor prega que os Tratados e Convenções foram e pode ser uma solução conjunta que os países encontraram para que juntos conseguissem uma eficácia na guerra contra as organizações criminosas de caráter transnacional⁷³.

2.1 Exemplo de Organização Criminosa Internacional no Brasil – PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC)

A organização criminosa denominada “Primeiro Comando da Capital” (PCC) nasceu na Casa de Custódia de Taubaté/SP, no ano de 1993, fundada por 8 presidiários, internos daquela unidade penal.

Desde a sua criação o PCC cresce exponencialmente de modo que suas ramificações estão presentes nos 27 Estados brasileiros, e em diversos países da América do Sul, sendo considerada a maior organização criminosa do Brasil.

No PCC sua principal forma de arrecadação financeira ilícita, advém do tráfico de drogas e armas, onde seus principais fornecedores são a Bolívia e o Paraguai.

Embora os principais fornecedores do PCC sejam estes dois países supracitados, há registros desta organização criminosa em negociações com as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC's).

O caráter transnacional do PCC, não para por aí, sendo esta organização criminosa considerada como a maior responsável pelo tráfico de drogas nos países

⁷³ BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. “Tráfico de Pessoas uma Abordagem para os Direitos Humanos”. 2013.

da tríplice fronteira do Brasil, e ainda possui o caráter transcontinental atuando como a maior fornecedora de drogas no continente europeu.

O PCC é considerado atualmente, como sendo o primeiro cartel de drogas do Brasil, em sua estrutura hierárquica, possuem células de comando denominadas “*Geral dos Estados e Países*”⁷⁴ e “*Salveiro dos Estados e Países*”⁷⁵.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não resta dúvidas de que há a necessidade de criação de mecanismos legais de integração supranacionais para repressão a essa modalidade criminosa de organizações internacionais e seus ilícitos.

O Tribunal Penal Internacional e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos já estão funcionando há algum tempo e com a experiência do exercício das suas jurisdições supranacionais, podemos perceber de que a soberania de um Estado Nação é um assunto que ainda produzirá muitas discussões sobre ceder ou perder essa característica para um órgão internacional.

Assim, por sua própria natureza, o combate às organizações criminosas internacionais é uma questão transnacional por excelência, uma vez que reúne todos os requisitos contidos no conceito amplo da Transnacionalidade, cabendo a cada Estado ou a comunidades de Estados definirem como o farão, pois a política criminal como está não pode prosperar.

O ideal seria uma legislação mais uniforme e eficaz por meio de tratados e convenções, que no fundo seria um passo para o alinhamento de normas que poderia servir de base para um tribunal global, mas trata-se de um tema de complexidade ímpar e de férteis debates.

⁷⁴A “Geral do Estado e Países” é um conselho formado por 5 membros, sendo 1 deles superior aos outros 4, as quais exercem posição de liderança entre os membros da facção, e estabelecem contatos com as demais “Gerais” e “Finais” existentes em outros presídios, rua e membros da facção que estão em outros países.

⁷⁵Os “Salveiros dos Estados e Países” são pessoas ligadas às funções de primeiro escalão, exercendo uma função semelhante a posição de “staff”, onde seria responsável pelo recebimento e transmissão de informações (“Salves”, “Comunicados”, e “outras diretrizes”), para os membros do PCC do Brasil e de outros países.

4 REFERÊNCIAS

ALÁRIO, R. **O homem é um animal social – Aristóteles**. Disponível em: <https://projetophronesis.wordpress.com/2009/01/10/o-homem-e-um-animal-social-aristoteles/>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012**. “Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. “Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 14 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. “Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Tráfico de Pessoas uma Abordagem para os Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

CORDINI, N. S.; HOET, M. J. Criminalidad transnacional organizada en el ámbito del MERCOSUR: ¿Hacia un Derecho Penal Regional? **Revista de Direito Internacional** – UNICEUB, Brasília, v. 12, n. 2, 2015.

COSTA, M. S. M. A União Europeia e o Tribunal Penal Internacional: relações de complementação e cooperação. **Revista do Programa de Direito da União Europeia**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rpdue/article/view/68253>. Acesso em: 08 dez. 2019.

GONÇALVES, G. “Os grupos sociais, os agrupamentos sociais, Características da multidão, Opinião pública, Diferença entre público e massa, Mecanismos de sustentação dos grupos sociais”. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/sociologia/os-grupos-sociais.htm>. Acesso em: 16 dez. 2019.

MERELES, C. “**Desigualdade Social**”. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/desigualdade-social/>. Acesso em: 16 dez. 2019.

TAVARES, J. Criminalidade nacional, transnacional e internacional. In: NEVES, Marcelo (Coord.). **Transnacionalidade do Direito: novas perspectivas dos conflitos entre ordens jurídicas**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

REVISTA DIREITO DIÁRIO. “**Organizações criminosas, associações criminosas e concurso de pessoas: diferenças teóricas e práticas**”. 2015. Disponível em: <https://direitodiario.com.br/organizacoes-criminosas-associacoes-criminosas-e-concurso-de-pessoas-diferencas-teoricas-e-praticas/>. Acesso em: 16 dez. 2019.

Práticas em Segurança Pública

USO DA FORÇA NA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO: UMA AUTOETNOGRAFIA SOBRE A PERCEPÇÃO DAS TROPAS ESPECIAIS

USE OF FORCE IN THE MILITARY POLICE OF PERNAMBUCO: AN AUTOETHOGRAPHY ON THE PERCEPTION OF SPECIAL TROOPS

José Soares de Moraes

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa, fruto da elaboração de uma tese de doutorado que estamos realizando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Cujo propósito, apresentaremos sob a forma de um olhar mais atento à utilização da força em seu nível mais extremado, pelos integrantes da Polícia Militar de Pernambuco, a partir da perspectiva teórico-metodológica fornecida pela antropologia, de caráter autoetnográfico, num recorte empírico direcionado aos que exercem suas funções em unidades denominadas de “especiais”, ou seja, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e o Batalhão Especializado de Policiamento do Interior (BEPI). Objetivando compreendermos como as suas construções mentais sobre o uso da força são percebidas, em meio aos procedimentos e atitudes, e em que medida as crenças são produzidas e representadas, inclusive, partindo do “eu”, enquanto ex-integrante dessas tropas, aliado a experiência de uma trajetória policial militar, e hoje, ser um antropólogo.

Palavras-chave: uso da força; percepção; tropas especiais; autoetnografia.

ABSTRACT

This is a research, the result of the elaboration of a doctoral thesis that we are carrying out by the Post-Graduate Program in Anthropology at the Federal University of Pernambuco. Whose purpose, we will present it in the form of a closer look at the use of force at its most extreme level, by the members of the Military Police of Pernambuco, from the theoretical-methodological perspective provided by anthropology, of an autoethnographic character, in an empirical cut directed to the which carry out their functions in units called “special”, that is, the BOPE – Special Police Operations Battalion and the BEPI – Specialized Interior Police Battalion. Aiming to understand how their mental constructions about the use of force are perceived, in the midst of procedures and attitudes, and to what extent beliefs are produced and represented, including, starting from the “I”, as a former member of these troops, allied with experience of a military police trajectory, and today, being anthropologist.

Keywords: use of force; perception; special troops; autoethnography.

1 INTRODUÇÃO

Episódios envolvendo confrontos e intervenções das polícias militares no país afora, além de surgirem acompanhados de importantes reflexões, se transformaram

num relevante esforço de pesquisa dentro da academia. Principalmente, dada a existência de pontuais e recorrentes fenômenos sociais, a exemplo da polêmica e desenfreada utilização da força, como eixo pertinente de estudos sobre a violência policial. Doravante, muitas as portas passam a ter necessidade de abertura, a fim de gerar explicações que contemplem uma maior compreensão desses eventos.

A Antropologia nos oferta tais possibilidades através de chaves analíticas suficientes para traçar o perfil daqueles que protagonizam o roteiro da força pública: “os policiais militares”: seja no convívio do próprio grupo; na interação com o público externo; na exclusiva condição de detentores do uso da força. E o propósito aqui se apresenta sob a forma de um olhar mais atento à utilização dessa força, em seu nível mais extremado, pelos integrantes da Polícia Militar de Pernambuco, a partir da realização de uma *autoetnografia* - como forma de “escrita de si”, segundo Foucault (1992), a qual combina características da *autobiografia* e da *etnografia*, no sentido de descrever e analisar (*grafia*) a experiência pessoal (*auto*) com o objetivo de compreender a experiência cultural (*etno*), conforme apregoa Ellis (2015), com o objetivo de investigar as impressões provocadas por suas (nossas, e minhas) atuações. Afinal, como diria o lema muito difundido em determinadas épocas: “A Polícia Militar somos todos nós”. É nesse contexto que me incluo enquanto integrante da organização que ainda permite (ou sofre) com a alcunha da dúvida, entre o impedir à violência, e o seu patrocínio.

Procurou fundamentar uma análise reflexiva sobre as percepções do uso da força, diante de um recorte empírico direcionado aos que exercem (e também, exerceram) suas funções em unidades denominadas de “especiais”, ou seja, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e o Batalhão Especializado de Policiamento do Interior (BEPI). Visando compreender como as construções mentais sobre o uso da força são percebidas, em meio aos procedimentos e atitudes, e em que medida as crenças são produzidas e representadas, inclusive, partindo do “eu” enquanto sujeito da pesquisa, e ex-integrante dessas tropas, com a experiência de uma trajetória policial militar, e hoje, ser um antropólogo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A aposta na autoetnografia

A aposta na autoetnografia enquanto estratégia metodológica ganha relevo nesta pesquisa em razão da escolha teórica do conceito de percepções, cujo respaldo crucial notabiliza-se pela construção mental do “outro”, na busca das condições etnograficamente adequadas ao trabalho de campo, delegadas, idealmente, aos observadores cientificamente qualificados: “[...] um esforço de penetração na atitude mental que eles expressam” (MALINOWSKI, 1978, p. 31). A decisão em estudar sobre as percepções do uso da força nas tropas especiais da Polícia Militar de Pernambuco, vem sendo maturada de longe.

Assim que entrei no curso de Direito no ano de 2000, com o objetivo, não de seguir a carreira jurídica, e sim de aperfeiçoar meus conhecimentos nessa área, a fim de procurar aplicá-los da melhor forma na atividade policial, atividade essa, sempre condicionada pelo Direito Penal e Processual Penal. Mas, ao me deparar com as aulas da disciplina de Sociologia Jurídica, a frente estava um professor, sociólogo, que falava com muita propriedade sobre polícia, subsidiado em dados de muita cientificidade. Constatei de pronto, que o trabalho da polícia necessitava desse suporte científico, desde a sua formação, passando pelo treinamento e preparação, até a conjugação de dados para melhor subsidiar a execução técnica, planejamento tático e estratégico da polícia. E que o estudar, compreender, e o tratar sobre polícia, não poderia ficar apenas com os policiais. E ali, em contato com as considerações teóricas de um cientista social, estudioso do crime e da violência, comecei a ampliar a minha visão acadêmica sobre polícia.

Para quem viveu experiências *in loco*, do ingresso na polícia, se tornando um *caveira*, depois antropólogo, e opta em narrar as percepções de policiais militares sobre o que há de mais típico, natural, e ao mesmo tempo polêmico na polícia: o uso da força. Tudo isso subsidiado pela vivência sentimental de um nativo, acrescido hoje do pensamento antropológico. Dificilmente vislumbraria outro recurso metodológico mais apropriado para trazer a lume essa compreensão, do que a produção de um texto autoetnográfico. Além de prevenir possíveis disparidades que possam gerar ferozes debates acadêmicos. Assim como constitui a base de ferrenhas discussões, entre os objetos que a etnografia faziam e o que os antropólogos concluíam, a

exemplo da obra *Uma história da guerra*, a qual nos mostra que os *Maoris* faziam a guerra para redistribuir a terra dos mais fracos pelos mais fortes. Contudo, o plano de guerra *Maori* era comer o inimigo derrotado, com exceção das cabeças, que eram guardadas como troféus (JOHN KEEGAN, 2006, p. 154).

2.2 O meu campo foi a tropa: a construção de uma epifania

O grau de pertencimento ao grupo que venho estudando, numa visão já ultrapassada, poderia ter sido um empecilho ao meu desempenho como pesquisador social, porém a oportunidade de ter me deparado com os preceitos etnográficos da antropologia, ajudaram, sobremaneira, à minha formação, a fim de fazer frente a desafios como entrar em áreas antes invioláveis, levantando dúvidas, revendo premissas, enfim questionando. Assim como deixou claro Gilberto Velho (2013), em sua desbravadora produção textual antropológica no Brasil, sobre o tema “observando o familiar”, quando nos mostrou que a proximidade do objeto de estudo, numa noção de que existe um envolvimento inevitável e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição, já teria sido clara e precisamente enunciada.

Michel Agier (2015) define que o campo não é uma coisa, não é um lugar, nem uma categoria social, um grupo étnico ou uma instituição. É talvez tudo isso, segundo o caso, mas é antes de tudo um conjunto de relações pessoais com as quais “aprendemos coisas”. E esse aprendizado é transportado para escrita. É o que Barrett (2015) frisa desde o primeiro dia no campo, ao se começar a escrever, ou mesmo antes disso, a partir do momento que se produz uma proposta de pesquisa. Na verdade, se inicia aí, o que Ellis; Adams; e Bochner (2015) chamam de “epifania”, pois frequentemente, os autobiógrafos escrevem sobre suas epifanias, momentos que se recordam com um impacto significativo da trajetória de vida. Uma epifania constitui um fenômeno íntimo que uma pessoa pode considerar como uma experiência transformadora. Quando os investigadores fazem autoetnografia, escrevem retrospectiva e seletivamente sobre epifanias que surgem e que são possíveis porque eles mesmos são parte de uma cultura e têm uma identidade cultural particular.

Nesse diapasão, procurei construir uma epifania, ou seja, a consecução de um sonho com difícil realização. Porém, se consegui realizar o sonho de ser policial militar, e dentro da Polícia Militar de Pernambuco ser detentor de um curso dos mais difíceis

no Brasil – o curso de operações especiais no BOPE da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, tornando-me um “Caveira”. E de forma meio inusitada, vindo desse mundo, me transformo antropólogo. Hoje, enquanto pesquisador, parte e possuidor de uma identidade cultural, passo a analisar os aspectos culturais e sociais ao meu redor, além do analisar o “eu”. Tarefa que apenas um punhado de acadêmicos se dispôs a passar por isso. Pois assim resume David Bayley (2002), em que um acadêmico ao estudar a polícia deve estar disposto a realizar um trabalho de campo intensivo em ambientes cheios de desconfiança, dobrar a intransigência burocrática, tornar-se politicamente suspeito e socialmente malvisto. E aqui estou eu!

As impressões etnográficas que iluminaram minhas reflexões no campo, estiveram dentre outras, em leituras como as da antropóloga Mariana Sirimarco (2013), para quem: “A farda é, ao menos à primeira vista, a marca distintiva de um policial. Aquela que o aponta como tal. Imagem da força policial, seu uso desencadeia múltiplos significados. Nela se expressa essa dinâmica de adscrição contrastiva que a força policial mantém em relação à sociedade civil”. Além de uma revisão na literatura dos antropólogos que foram responsáveis pela introdução do estudo antropológico dos militares brasileiros, intitulado de “antropologia dos militares”: Celso Castro - realizou pesquisa de campo na Academia Militar das Agulhas Negras entre 1987 e 1988 e defendeu, em 1989, sua dissertação de mestrado *O espírito militar*, publicada em 1990. Piero Leirner - pesquisou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército entre 1992 e 1995 e defendeu, neste último ano, sua dissertação de mestrado *Meia-volta, volver*, publicada em 1997.

2.3 O “eu posso ter a força!” como primeira motivação da cultura na tropa

A sensação de possuir a força funciona como estímulo a escolha da profissão policial militar, e move o sentimento de pertencimento à tropa. É uma impressão comum para muitos que iniciam na área, e isso me afetou ainda mais, no meu primeiro ano do curso de formação, ao avistar a imagem performática de um instrutor (professor) da disciplina de armamento e tiro (que comandava a unidade de elite da PMPE – à época CIOE, hoje BOPE), com os seus óculos escuros *ray-ban*, camisa preta com o desenho de uma caveira como símbolo da unidade (símbolo esse, que passou posteriormente a ser proibido pelas autoridades governamentais), coldre e

arma de fogo (pistola) sobre a perna, irreverente e vibrante nos gestos e nos comandos verbais. Foi daí, o início dessa afetação que me levou a refletir sobre algumas possibilidades identitárias. E sem dúvida, a inspiração primeira para as operações especiais, cuja percepção já guardava similitude com o real significado que mais tarde viria aferir junto a uma tropa especial, o de “extremo recurso da força”.

Não fazia ideia que diante das orações devotadas em meio as dificuldades enfrentadas nos cursos policiais militares, ora como aluno, ora como instrutor (e parte da coordenação), as quais exerciam uma forte carga de influência para se contrapor ao *etos guerreiro* enquanto modo de agir exclusivo às guerras com alto grau de ferocidade e crueldade, e se comprazer à capacidade de luta e ao empenho em conseguir alcançar um objetivo pessoal ou coletivo (ALBA ZALUAR, 2014, p. 36). Além de despertarem a crença no sagrado, a intimidade com o ambiente, e a experiência sentimental com a força e a coragem, desde a oração do guerreiro de caatinga (integrante do BEPI), com as seguintes invocações: “Senhor! Vós que fostes sábio ao criar os rios e os mares, pareceis ter esquecido do nosso sertão [...]”; além de: “[...] onde só os fortes de espírito aqui conseguem lutar!”. A oração dos *caveiras* - operações especiais (integrante do BOPE), a declamar: “Oh Poderoso Deus [...], dai-nos a coragem do teu coração, a ‘força’ dos teus braços, e a proteção das tuas mãos”. Já na oração do guerreiro de montanha (trata-se de uma matéria temática comum aos cursos formadores do BEPI e BOPE): “a nós que vencemos nas pedras, a nós que conhecemos o sabor dos ventos, o destemor para combater”.

2.4 Compreendendo o uso da força a partir da percepção

Este trabalho se pauta, em grande parte na esteira da teoria do “olhar, ouvir, escrever” de Roberto Cardoso de Oliveira (2006), em articular a pesquisa empírica com a interpretação de seus resultados. Resultados esses, frutos de percepções, cujo significado filosófico da expressão “faculdades da alma”, como ele cita Leibniz, e seu entendimento entre a percepção e pensamento. Que sem percepção e pensamento, como então podemos conhecer? Diante dessa percepção assinalada por Leibniz como ação essencial presente em todas as almas, e lembrada por Roberto Cardoso (2006), acrescentaria apenas - daí não me referi a totalidade do que se previu na obra do autor brasileiro -, ao indicar que a percepção acontece na pesquisa durante o olhar

e o ouvir “disciplinados”, a saber, disciplinados pela disciplina. Pois além do olhar e do ouvir, a vivência e experiência transportadas para a produção desta pesquisa, ressalte-se que ainda não estava disciplinada pela antropologia.

No entanto, ao escrever enquanto exercício do pensamento, este sim, veio norteado na íntegra por nossa disciplina, ou seja, pelo pensamento antropológico. Por acréscimos pontuais, a exemplo da “percepção” e discussão do uso da força pela polícia no Brasil ocorrer com base na ingenuidade perigosa em não distinguir – ou não quer distinguir – o uso da violência como um impulso arbitrário, ilegal, ilegítimo e amador, do recurso da força como um ato discricionário, legal, legítimo e idealmente profissional (JACQUELINE MUNIZ, 1999, p. 01). É nesse sentido que o trabalho do antropólogo passa necessariamente pela percepção enquanto propósito a ser revelado em sua etnografia e/ou autoetnografia.

Em meio as percepções, minhas e de outrem, os olhares que se entrecruzam na reflexão do tema proposto do usar a força em tropas especiais. Passam, necessariamente, e aligeiradamente, por três enfoques, a saber: pelo sentimental, pelo experiencial e pelo antropológico, e o faremos quase simultaneamente.

O primeiro, eivado de forte sentimento de pertencimento a um seleto grupo de sonhadores e lutadores. O segundo enfoque, também vem cotejado por emoções a flor da pele, de quem passou pelos “batismos”, e “testes de fogo” característicos das operações especiais, provenientes de ocorrências de alto risco de vida, como de quem não permitiu que seu dia a dia fosse performatizado em “brancas nuvens”. Enquanto o terceiro olhar, por efetivamente ter, nos anos mais recentes, abraçado essa área das ciências humanas que entendo como a mais humana, por ter como principal foco, a alteridade – o interesse pelo outro.

A antropologia vem contribuir com a necessidade de relativizarmos sempre, o que ouvimos sobre, o que definimos sobre, o que iremos fazer, e como e quando iremos, e devemos fazer. São questões que nos instigam o tempo todo, principalmente quando estamos a tratar da atividade policial. Já que dificilmente existe uma profissão, que se enquadre numa menção muito utilizada na tropa: “profissão essa, onde se conviva com guinadas tão sutis e complexas, ora temos que auxiliar em um socorro de urgência, para garantir uma vida, ora temos que conter a agressão desmedida contra a vida, ao ponto de ceifar, uma, em prol de outra”.

2.5 O emprego das tropas especiais é o “primeiro” ou “último” recurso?

Quanto a esse recurso, quero denominá-lo de força, recurso como sinônimo de força. A força que é utilizada nos mais variados níveis de resposta frente as mais variadas ocorrências. A força que se reporta ao enfrentamento de uma suposta “guerra”. Ao nos referirmos ao primeiro ou último, significa dizer, e indagar, quando se deve usar tal recurso, ou seja, quando usar a força propriamente dita? É o uso da força que dar razão a existência da polícia. Se não fosse necessário o uso da força pública, não seria necessária a polícia. E essa condição quase exclusiva que possui a polícia, delegada pelo Estado, que gera tanta polêmica, que gera tanta discussão, tantos questionamentos, tantos desalentos, processos administrativos, investigativos, e judiciais, pedidos de mais treinamentos e qualificação dos protagonistas responsáveis pelo uso dessa força. E até de sua extinção. Todos os autores que mesmo superficialmente já estudaram, e estudam o tema polícia, necessariamente, navegam no estudo do uso da força. E associa a polícia ao uso da força.

Indagar se a percepção das operações especiais enquanto tropas especiais aptas a usar a força extremada, é primeiro ou último recurso, é semelhante aos questionamentos que existem até hoje, de uma polícia militarizada, onde se coloca como antagônico, o modelo militarista ao modelo de policiamento comunitário, pois o primeiro seria repressivo, enquanto o segundo seria preventivista. A Polícia Militar funciona como primeiro recurso quando preventiva, mas funciona também como último recurso quando repressiva. Assim se configura as tropas especiais num plano estratégico de defesa social. Será primeiro recurso, na medida em que “é melhor ter, e não precisar”, eis o seu caráter preventivo. Do que “precisar, e não ter”, e caso a utilize realmente, na maioria das vezes, estará sendo o último recurso, como um recurso extraordinário. Portanto, mais uma vez haveremos de relativizar. As tropas especiais comportam ser primeiro e último recurso, o seu acionamento terá fatores circunstanciais e temporais a serem observados por ocasião de emprego.

A resposta à controvérsia, poderia se pautar ainda de forma mais direta, e que diz respeito ao senso comum. É primeiro recurso, na medida em que faz parte do organograma original da Polícia Militar, e que nenhum comandante geral assume hoje a responsabilidade em dirigir sua instituição, sem colocar de imediato no seu plano de gestão, o BOPE e BEPI como hipóteses de primeira hora. É primeiro recurso, por

figurar também como uma possibilidade de apoio, em toda e qualquer operação, que por mais rotineira que pareça, poderá se transformar num evento crítico. E essa é a orientação básica repassada, durante as instruções a todo policial militar, que ao se deparar com uma ocorrência de crise, deverá agir tomando as atitudes preliminares, estando consciente, de que, se a situação “evoluir”, poderá recorrer a essas tropas especiais. Além do fato, de toda Polícia Militar de Pernambuco, atuar em primeira mão, com os auspícios de que, caso tenha maiores dificuldades para solucionar determinados incidentes operacionais, poderá contar com o BOPE e BEPI.

E é último recuso, por ser o mais óbvio, de extremo, de retaguarda, de não poder falhar por ser quem tem que decidir ao final, ser responsável pelo desfecho taticamente favorável. O BOPE e BEPI não podem substituir o trabalho regular e permanente do policiamento ordinário. As suas incursões bélicas devem ser em condições absolutamente excepcionais, munidas por investigações e planejamentos próprios de tropas especiais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de continuidades reflexivas: “Será que a força deixa de ser solução, quando é usada?”.

É difícil acreditar que alguém goste de ver, ou ter, a sua liberdade cerceada, ao menos por instantes. Mais difícil ainda, é se convencer de ter alguém que tolere ser vítima de qualquer tipo de agressão, mesmo que seja em termos de revide, ou para imprimir a contenção da agressão que esse alguém seja autor. Reflexões como essas, dizem muito dos questionamentos, critérios e aspectos que envolvem a condição da polícia em usar a força. Mesmo quando se fala no respaldo da famigerada “força necessária”. Há de se julgar que é necessária, unilateralmente. Pois será atribuída à polícia, quantas vezes for necessário, esse julgamento. Eis o seu mister. Mas, a partir do momento que essa força é desferida pela polícia, independente da intensidade, proporcionalidade ou justificativa. A insatisfação surgirá, motivada por quem estiver com o seu intento interrompido. Ou para quem julgue que teve sua liberdade cerceada de alguma forma.

Essa força institucional somente será bem-vinda, quando direcionada ao outro, e que esse outro possa ter dado causa para recebê-la. Caso contrário, será motivo de

constrangimento. Ao recair sobre o eu, sobre o nós, não será bem receptiva. Isso fica patente, inclusive, em relação aqueles que passam um tempo usando a força contra o outro, e de repente ao ver a possibilidade dessa mesma força ser usada contra si, tornar-se altamente perigoso para evitá-la. É o caso de policiais que enveredam para o crime, e notadamente, passam a serem alvos dessa força.

Em meio aos caminhos que percorri no senso comum, do convívio social, da tropa, da academia, de instituições distintas da polícia militar, da seara político-partidária, entre outros do meu cotidiano. E diante do trabalho autoetnográfico que abracei, percebi que a impressão majoritária proporcionada pelos dados colhidos em campo, é que a polícia enquanto sinônimo de força, é interessante tê-la, mas é desinteressante conviver com ela. As percepções ficam mais claras entre os polos do pensar policial, e do pensar do cidadão comum. O primeiro, prima muito pela máxima já internalizada do “é melhor ter e não precisar, do que precisar e não ter”. Enquanto o segundo, com raras exceções, funciona a lógica do “é bom saber que existe, mas não é bom ser usada”. É como se houvesse uma gradação valorativa, advinda de uma sequência, onde o “ter e não precisar”, naturalmente seja melhor do que o “precisar e não ter”, porém, será sempre melhor ainda do que o “precisar, e ter”. Ou seja, o melhor dos mundos, é ter, e nunca precisar. Pois se for preciso, de alguma forma será usada.

Não é exagero, nem tão pouco intenção em gerar polêmica discursiva, inferir a reflexão que a “força deixa de ser solução quando é usada”. Não é à toa que hoje existe uma matéria curricular dentro do conteúdo programático da formação policial no Brasil, denominada inicialmente de “uso progressivo da força”, e em seguida “uso diferenciado da força”. Trata-se de uma disciplina curricular voltada para trabalhar o assunto uso da força de maneira técnica e muito cuidadosa, observando os preceitos dos direitos humanos, seguindo conteúdos conceituais, procedimentais, e principalmente, os atitudinais. Pois, por mais que se trabalhe com estudos de casos policiais, técnicas e táticas as mais adequadas e recomendadas possíveis, a atitude é intrínseca a pessoa, no caso, o policial que está no terreno, apto a operar, e enfrentar as situações mais inusitadas e imprevisíveis.

Daí, a preocupação da estrutura de defesa social, entenda-se, Sistema Único de Segurança Pública (Susp), através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em conferir junto aos parâmetros curriculares, uma disciplina que contemple

cautela e critérios a serem adotados durante o uso da força pelas polícias do Brasil. Obedecendo uma sequência procedimental baseada em níveis de respostas no momento da ocorrência. Que vai desde a simples presença do policiamento, passando pela verbalização, uso de técnicas e armas consideradas não-letais (ou de baixa letalidade), até o uso de armas letais.

A “precisão cirúrgica” do uso da força só convence quando é usada contra os algozes de determinada vítima. É no caso do chamado “tiro de comprometimento”, que compreende um disparo de arma de fogo contra um criminoso com a arma apontada para cabeça de um refém, ameaçando ceifar sua vida. E ainda pode haver exceções para isso, é no caso de ocorrer, como é conhecido no meio policial, de “Síndrome de Estocolmo”.

Toda essa temática sobre o uso da força, força pública, monopólio da força, uso progressivo da força, o direito da força, mostra a relevância do assunto pautado nesta tese. A força pode ser por instantes, sublime, ao salvar vidas e preservar outras tantas durante uma ação. Pode ser questionada e duvidosa, noutras ocorrências, em salvar vidas em detrimento de outras. Mas será hostilizada e ridicularizada, ao não conseguir salvar vidas em determinadas situações. E claro, absolutamente condenável em episódios que façam vítimas. Por isso, todo o esforço para estudar suas peculiaridades, projetar seu uso menos traumático possível, viabilizar a aceitabilidade em suas ações, e erradicar a nocividade de seus atos.

Em meio as crises dos tempos incomuns que nenhum de nós demos causa, somos todos instrumentos de uma nova engrenagem mundial. Sem arrefecer a tecnologia, mas aguçando o humanismo. Inverter a lógica do direito da força, pela força do direito. E primar pela força com a inteligência. Ou seja, a força da inteligência. Isso não significa que iremos dissociar os elementos “Força, Direito e Inteligência”, do campo operacional policial. Mas associá-los da forma mais sensata, sensível, profissional, coerente e humana. Visando a prevenção social como meta a atingirmos a nossa almejada causa – a paz social.

4 REFERÊNCIAS

AGIER, M. **Encontros etnográficos**: interação, contexto, comparação. Trad. Bruno César Cavalcanti, Maria Stela Torres B. Lameiras, Yann Hamonic, - 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.

BAYLEY, D. H. **Padrões de Policiamento**: uma análise internacional comparativa. Tradução de Renê Alexandre Belmonte. 2ª ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BARRETT, S. R. **Antropologia**: guia do estudante à teoria e ao método antropológico. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. 2. Ed. São Paulo: Unesp, 2006.

CASTRO, C.; LEIRNER, P. **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. **Autoetnografia**; un panorama. Astrolabio: nueva época, nº 14, 2015.

FOUCAULT, M. A escrita em s. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. p.129-160, 1992.

KEEGAN, J. **Uma história da guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril, 1978.

MUNIZ, J. O. Uso da força e ostensividade na ação policial. Conjuntura política. **Boletim de análise**. nº 06, p. 22-26. Departamento de Ciência Política – UFMG, 1999.

SIRIMARCO, M. A vida com farda: a vestimenta policial como relato institucional em disputa. Trad. Géteia Oliveira; Ivone Pereira Lima. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 28, nº 82, 2013.

VELHO, G. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ZALUAR, A. Etos guerreiro e criminalidade violenta. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; GHIRINGHELLI, R. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

O RISCO DE ACIDENTES POR ANIMAIS SILVESTRES AQUÁTICOS NO MERGULHO DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO

THE RISK OF ACCIDENTS BY AQUATIC WILD ANIMAL IN PUBLIC SAFETY DIVE: A CASE STUDY

Licurgo Borges Winck

RESUMO

O Mergulho de Segurança Pública é uma atividade exercida em sua grande maioria por Bombeiros Militares, para a recuperação de corpos e bens, além de evidências criminais, em ambientes aquáticos e apresenta uma extensa variedade de riscos, tais como: efeitos do hiperbarismo, visibilidade zero, possibilidade de algum tipo de contaminação, enroscos, correnteza, intempéries, materiais perfurocortantes ou contundentes, além da possibilidade de ataque por animais silvestres aquáticos que naturalmente estão presentes nestes ambientes. O objetivo deste trabalho é apresentar, relatar e discutir uma ocorrência que envolveu um acidente a um mergulhador causado por arraia no Rio Araguaia. A partir deste estudo de caso, foi apresentado observações importantes a respeito da técnica do tipo Arrasto utilizada nestes rios com correntezas, além de discussões e conclusões a respeito do atendimento realizado para pronta recuperação do mergulhador de segurança pública afetado.

Palavras-chave: mergulho de segurança pública; riscos no mergulho; acidente com arraia; Corpo de Bombeiros Militar; animais aquáticos.

ABSTRACT

Public Safety Diving is an activity performed mostly by Military Firefighters, for the recovery of bodies and goods, in addition to criminal evidence, in aquatic environments and presents a wide variety of risks, such as: hyperbarism effects, zero visibility, possibility of some type of contamination, entanglements, currents, bad weather, sharp or blunt piercing materials, in addition to the possibility of attack by wild aquatic animals that are naturally present in these environments. The objective of this work is to present, report and discuss an occurrence that involved an accident to a diver caused by a stingray in the Araguaia River. From this case study, important observations were presented regarding the Drag type technique used in these rivers with currents, as well as discussions and conclusions regarding the care provided for the prompt recovery of the affected public safety diver.

Keywords: public safety dive; diving risks; stingray accident; Military Fire Department; aquatic animals.

1 INTRODUÇÃO

O Mergulho de Segurança Pública, também conhecido internacionalmente

como *Public Safety Diving* (PSD) é uma atividade exercida por agentes de segurança pública e especificamente no Brasil, em sua grande maioria, exercida por Bombeiros Militares dos Estados, sendo caracterizado pela busca e recuperação subaquática de corpos e bens, além de evidências criminais nos mais diversos tipos de ambientes (PADI, 2006).

O fundamento principal das atribuições dos Corpos de Bombeiros Militares está tipificada no Art. 144, § 5º da Constituição Federal “[...] aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de Defesa Civil”, e em Goiás, estando mais detalhada no Art. 125, II da Constituição Estadual “[...] competindo-lhe, entre outras, as seguintes atividades: II – A prevenção e o combate a incêndios e a situações de pânico, assim como ações de busca e salvamento de pessoas e bens”.

Mergulho de Segurança Pública, como uma das vertentes do Mergulho Profissional apresenta uma extensa variedade de riscos, inclusive sendo considerada pela Organização Internacional do Trabalho como uma das atividades profissionais mais perigosas do mundo (PRUDENTE, 2016). Na maioria das situações para a atividade de recuperação de corpos ou bens em ambiente aquático há visibilidade zero, com possibilidade de algum tipo de contaminação, com enrosco, correnteza, intempéries, materiais perfuro cortantes ou contundentes, além da possibilidade de ataque por animais silvestres aquáticos que naturalmente estão presentes nestes ambientes (SOUZA, SILVA, 2018; FEIJÃO, 2018; SILVA, 2017).

O mergulho de Segurança Pública é uma operação de mergulho realizada exclusivamente para busca, resgate, recuperação, investigação ou algo relacionado para fins de segurança e é executado por mergulhadores que trabalham sob o controle de alguma agência governamental (NCDOL, 2012).

Os profissionais que atuam no mergulho de segurança pública estão expostos a perigos e riscos significativos ao se envolver em operações de mergulho ativa e durante os respectivos treinamentos. Estes profissionais costumam estar em um ambiente de visibilidade zero, sob condições físicas e mentais extremas. Neste sentido, a análise do perigo e a avaliação de risco da área de mergulho é sempre um fator para determinar se uma operação de mergulho deve ou não ocorrer (NFPA, 1670, 2017).

São vários os fatores de risco que rodeiam os mergulhadores de segurança pública do Corpo de Bombeiros Militar, e a experiência obtida através de inúmeros atendimentos ao longo dos anos demonstra que grande parte desses trabalhos se desenvolve em locais pouco desejáveis para a imersão, onde a visibilidade limitada incapacita o contato visual com o alvo da busca, e os perigos adicionais ameaçam a integridade física dos mergulhadores (PRUDENTE, 2016).

De acordo com Silva (2017), a atividade de mergulho constitui-se uma das atividades mais complexas e perigosas do mundo, pois o mergulhador trabalha em um ambiente hostil, sujeito a exposição a altas pressões (hiperbarismo), ataques de animais, doenças mortais e cumulativas, dependência total da equipe embarcada, além do uso de gases e equipamentos complexos.

Em ambientes aquáticos, acidentes causados por arraias, fora da atividade de mergulho de segurança pública, geralmente com pescadores e banhistas são caracterizados como uma ocorrência comum no sistema de saúde público brasileiro (LAMEIRAS et al., 2013).

Relatos de casos de acidentes com mergulhadores ou em situações que envolvem o mergulho de segurança pública em virtude de ataques de animais silvestres aquáticos são minimamente apresentados de forma científica na literatura brasileira e conseqüentemente faz-se necessário a apresentação e discussão de fatos desta natureza.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é apresentar e relatar uma ocorrência que envolveu um acidente causado por animal silvestre em ambiente aquático, no qual os mergulhadores de segurança pública estavam realizando treinamento. Para tal, será utilizado o método de estudo de casos exploratório apresentando e discutindo os fatos e acontecimentos que foram identificados na seguinte situação: Mergulhador de Segurança Pública ao estar realizando a técnica de busca do tipo “arrasto” no Rio Araguaia sofreu uma ferroadada de arraia na região da coxa de seu membro inferior esquerdo.

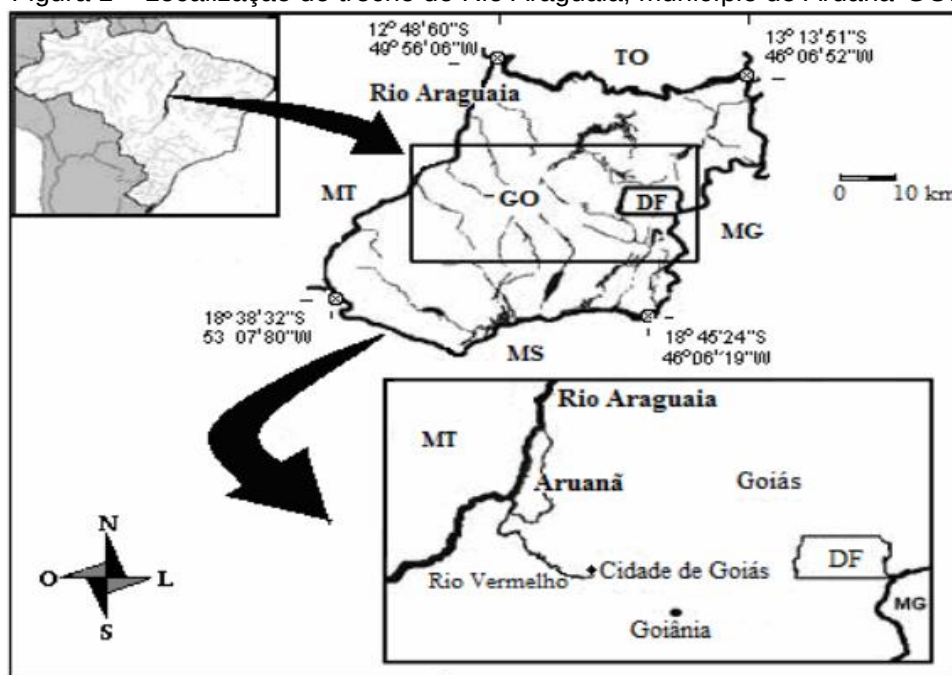
2 ESTUDO DE CASO: ACIDENTE DE MERGULHO CAUSADO POR ARRAIA

A ocorrência se deu no dia 11 de setembro de 2019, no Rio Araguaia em Aruanã-GO, localizada a 14°55'29" de latitude Sul e 51°05'49" de longitude Oeste,

mais especificamente na região do porto principal da Cidade.

Esta região, conforme observa-se na Figura 1, situa-se no médio do Rio Araguaia, principal tributário do Rio Tocantins, constituindo então a bacia Tocantins-Araguaia, que se encontra com a grande Bacia Amazônica (ANGELO; CARVALHO, 2007).

Figura 1 – Localização do trecho do Rio Araguaia, município de Aruanã-GO.



Fonte: Carvalho; Medeiros (2005).

A importância e existência das atividades de treinamento e busca envolvendo o Mergulho de Segurança Pública nesta região se dá em virtude de Aruanã deter o maior potencial turístico direcionado ao rio Araguaia, de forma que tem importância atribuída pela proximidade de Goiânia (cerca de 315 Km) e é considerada o portão de entrada para o turismo nesse rio (CARVALHO; MEDEIROS, 2005).

Na data especificada, as atividades estavam ocorrendo conforme apresentado na Figura 2 em virtude da realização do Curso de Especialização em Mergulho Autônomo (CMAUT, 2019).

Figura 2 – Mergulhadores de Segurança Pública realizando treinamento de busca no Rio Araguaia em frente ao Porto Principal em Aruanã/GO.

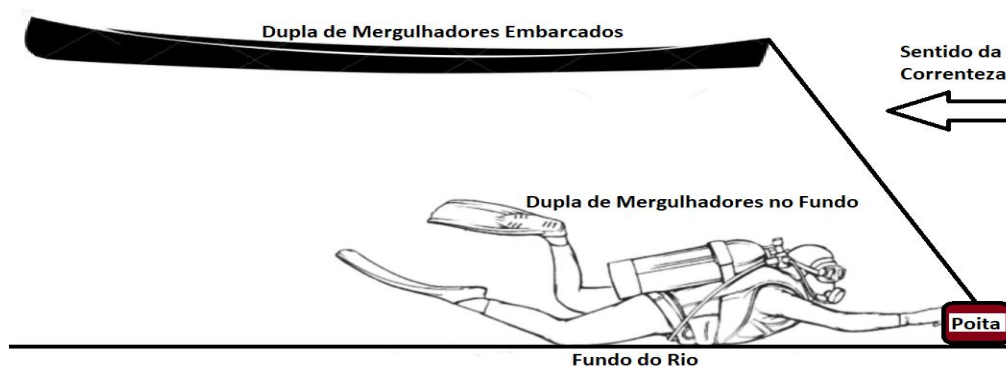


Fonte: o autor (2021).

A técnica de arrasto que estava sendo realizada é a mais utilizada em rios e córregos com correnteza, independentemente do tipo de relevo subaquático, sendo necessários no mínimo 04 mergulhadores, uma dupla no fundo e uma dupla de superfície.

Nesta técnica, desloca-se com a embarcação para o ponto escolhido para o início do mergulho. Neste momento é lançada a poita (âncora) com o intuito de fundear a embarcação. A partir da embarcação fundeada, os mergulhadores submergem pelo cabo guia se posicionando no fundo um ao lado do outro com a face voltada para a correnteza e o corpo horizontal colado ao fundo, pois se houver obstáculos ou enroscos os pés são os primeiros a terem contato (CBMGO, 2018). Tal técnica e posicionamento é apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Técnica de Arrasto utilizada pelos Mergulhadores do CBMGO para rios com correnteza.



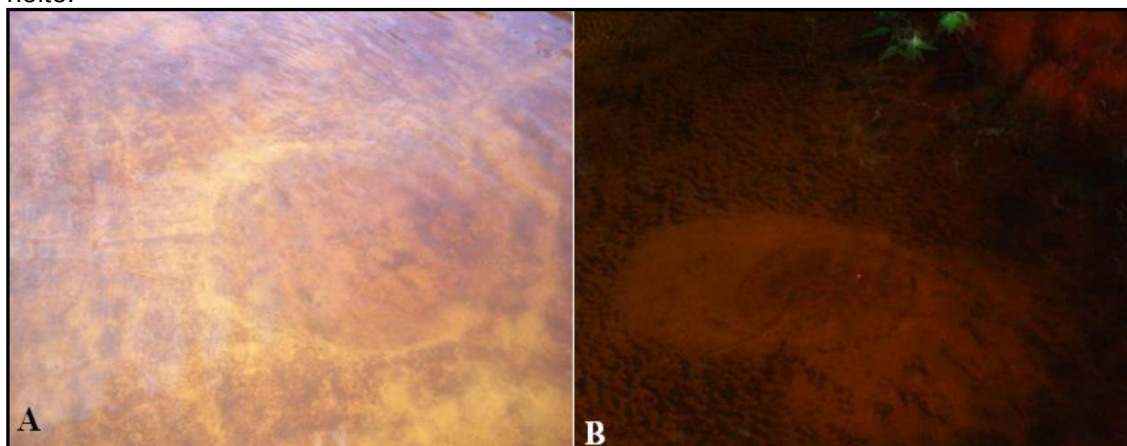
Fonte: o autor (2021).

Ainda de acordo com CBMGO (2018), ao chegar até a poita cada mergulhador a segura com uma das mãos e a levantam (arrastam) fazendo com que a correnteza os desloque. Com isso possibilita utilizarem o braço para a realização da busca pelo tato.

Desta forma, um agravante de risco nesta técnica é justamente o fato da necessidade de o mergulhador estar com o corpo horizontalmente se arrastando no fundo do rio e neste caso específico, o rio Araguaia possui visibilidade zero e correntezas muito fortes, ou seja, sem condições para identificar o que há no caminhar da busca.

Sabe-se também, que o Rio Araguaia é um grande reduto de Arraias de água doce, inclusive com registros de acidentes a banhistas (HADDAD JR, 2003). Além disso, as arraias de água doce são animais que costumam ficar escondidas sob a areia, no fundo dos rios (Figura 4) e se acidentalmente pisadas ou suas nadadeiras tocadas, a arraia gira o corpo em comportamento defensivo, movimentando a cauda rapidamente e, assim, introduzindo o ferrão na vítima (MAGALHÃES et al., 2006).

Figura 4 – A) Marcas deixadas (“cama de arraia”) na areia por uma arraia durante o forrageamento noturno. B) Arraia *Paratrygon aiereba* focada com uma lanterna durante a noite.



Fonte: Wallace Duncan apud Lameiras et al, 2013.

O fato ocorrido foi consequência dos mergulhos serem realizados através da técnica de arrasto a uma profundidade de aproximadamente 4 metros no Rio Araguaia (profundidade reduzida por estar em período de estiagem).

Repentinamente e de forma abrupta, a dupla de mergulhadores subiu à superfície (embarcação), sendo que um deles queixando-se de muita dor na região da coxa do seu membro inferior esquerdo, com relato de perfuração pontiaguda através da roupa de neoprene de 5 mm de espessura, que é o Equipamento de Proteção Individual (EPI) utilizado pelos mergulhadores para proteção térmica e mecânica.

Neste sentido, observa-se que já existem estudos para a produção de roupas de mergulho de neoprene para resistir a mordidas de tubarão, utilizando um reforço de tecido especial fabricado com polietileno, uma fibra plástica bem resistente (WHITMARSH et al., 2019), de tal forma que pode ser uma solução futura para utilização em Mergulho de Segurança Pública para proteção mecânica, inclusive ferroadas de arraias.

O mergulhador então, foi rapidamente retirado da água e encaminhado ao Hospital Municipal de Aruanã/GO. Já neste ambiente hospitalar, conforme apresentado na Figura 5, verificou-se que tratava-se de uma ferroadada de Arraia.

Figura 5 – Mergulhador ferroadado por arraia já no hospital municipal de Aruanã GO, com detalhe no ferimento causado.



Fonte: o autor (2021).

De acordo com Garrone Neto e Haddad Jr. (2009), as vítimas sempre reportam dor lancinante e o local lesionado apresenta, inicialmente, edema e eritema, seguido, na maioria das vezes, quando não realizado tratamento adequado, necrose isquêmica e o ferimento pode demorar meses para cicatrizar.

Desta forma, para realização de exploração cirúrgica e descontaminação toxicológica adequada do local, o paciente foi imediatamente transportado com o

serviço aeromédico do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás até um Centro Hospitalar de Referência em Goiânia (Capital do Estado), conforme observa-se na Figura 6.

Figura 6 – Mergulhador sendo preparado para o transporte aeromédico.



Fonte: do autor (2021).

Já em ambiente hospitalar com médicos infectologistas especializados foi realizado o procedimento cirúrgico específico, conforme observa-se na Figura 7, e o posterior tratamento com antibióticos sistêmicos para evitar o agravamento da lesão e necrose do tecido.

Figura 7 – Ferimento após procedimento cirúrgico.



Fonte: o autor (2021).

Neste sentido, de acordo com Lameiras (2018), procedimentos importantes compreendem o uso de antibióticos sistêmicos de amplo espectro em casos de pacientes com lesões profundas e necrosadas, imunização antitetânica e o uso de analgésicos sistêmicos, inclusive opiáceos, se o controle da dor não for obtido nas primeiras duas horas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da descrição detalhada do caso, pode-se concluir que a técnica de arrasto utilizada em rios com forte correnteza tal como o Araguaia, com a finalidade de busca de corpos e bens é a mais utilizada e como tal, pelo fato de o mergulhador se arrastar horizontalmente ao solo apresenta risco elevado em virtude de contato com animais, enroscos e qualquer tipo de obstáculo no fundo do rio. Neste sentido, a execução do mergulhado deve ser com as pernas fechadas, realizando um consistente arrasto das nadadeiras de tal forma que se houver uma arraia no caminho, ela terá contato primeiramente com esse equipamento do mergulhador, se afastando e consequentemente evitando o acidente.

Outra situação de importante destaque é a existência de estudos com o desenvolvimento de roupas de mergulho com maior resistência mecânica e que poderá em um futuro próximo ser viabilizado para este tipo de atividade.

Observou-se também que os procedimentos de atendimento com a retirada do mergulhador da água, atendimento inicial no hospital do próprio município identificando que se tratava realmente de uma ferroadada de arraia, o transporte aeromédico rápido para uma unidade de referência para este tipo de trauma, com atendimento cirúrgico e medicação adequada fez com que o ferimento fosse curado sem necrose tecidual ou qualquer tipo de sequelas na região.

Em relação ao transporte aeromédico, sabe-se que após mergulhos a partir de 2 horas, com profundidades acima de 9 metros, nos quais, deve-se observar os processos descompressivos não recomenda-se utilizar este meio de transporte, porém, no fato específico, a profundidade era relativamente baixa, de aproximadamente 4 metros, com poucos minutos de submersão, sendo então plausível este transporte para agilizar o atendimento médico especializado.

3 REFERÊNCIAS

ANGELO, P. G.; CARVALHO, A. R. Valor recreativo do Rio Araguaia, região de Aruanã, estimado pelo método do custo de viagem. **Acta Scientiarum. Biological Sciences**, v. 29, n. 4, p. 421 a 428. 2007.

CARVALHO, A. R.; MEDEIROS, E.R. Levantamento socioeconômico e da composição de espécies entre os turistas que praticam a pesca recreativa no rio Araguaia, região de Aruanã. **Rev. Saúde e Amb.**, Joinville, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2005.

CBMGO. **Manual Operacional de Bombeiros. Mergulho Bombeiro Militar**. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. 2018.

FEIJÃO, D. R. **Análise das condições de trabalho em frente de serviço de mergulho profissional através dos pontos de verificação ergonômica**. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção Mecânica). Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza. 2018.

GARRONE NETO, D., HADDAD Jr., V. Acidentes por raia. In: Cardoso, J. L. C., França, F. O. S., Wen, F. H., Málaque, C. M., Haddad Jr., V. (Eds.), **Animais peçonhentos no Brasil: biologia, clínica e terapêutica dos acidentes**. Sarvier. 2ª ed, pg. 295-313, São Paulo. 2009

HADDAD JR., V. Animais aquáticos de importância médica no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 36, p. 591- 597, 2003.

LAMEIRAS, J. L. V.; COSTA, O. F. T. D.; SANTOS, M. C.; DUCAN, W. L. P. Arraia de água doce. **(Chondrichthyes-Potamotrygonidae)**: Biologia, veneno e acidentes. Scientia Amazonia, v.2, n.3, 2013.

LAMEIRAS, J. L. V. **Produção de soro hiperimune para *Potamotrygon motoro* Muller & Henle, 1841 (Chondrichthyes – Potamotrygoninae)**: verificação da reação-cruzada frente às peçonhas de outras espécies de arraia e da neutralização das atividades edematogênica e miotóxica. Tese (Doutorado em Biotecnologia). Universidade Federal do Amazonas. Manaus. 2018.

MAGALHÃES, K. W.; LIMA, C.; PIRAN-SOARES, A. A.; MARQUES, E. E.; HIRUMA-LIMA, C. A.; LOPESFERREIRA, M. Biological and biochemical properties of the Brazilian *Potamotrygon* stingrays: *Potamotrygon* cf. *scobina* and *Potamotrygon* gr. *orbignyi*. **Toxicon**, v. 47, n. 5, p. 575-583, 2006.

MARQUES, R. Q.; SOUSA, A. G.; KOVACS, M. H. Risco percebido e estratégias de redução de risco no turismo de aventura: uma análise sobre o segmento de Mergulho. **Turismo – Visão e ação**. Vol. 13. nº 1. Camburiú, Brasil. 2011.

NCDOL. **A Guide to Public Safety Diving**. Occupation Safety and Health Division. N.C. Department of Labor. 2012.

NFPA 1670. **Standard On Operations and Training for Technical Search and Rescue Incidents**. National Fire Protection Association. 2017.

PADI - Professional Association of Diving Instructors. **The Encyclopedia of Recreational Diving**. 2006.

PRUDENTE, B. D. **O Mergulho de Resgate no 5º CRBM**: gerenciamento das condições de segurança após a imersão em meio líquido. Monografia (Pós-Graduação em Gerenciamento de Segurança Pública). Goiânia. 2016.

SILVA, R. C. G. **Identificação do nível do estresse da atividade de mergulho profundo, a partir da percepção do mergulhador**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2017.

SOUZA, C. A. M.; SILVA, C. A. Especialização do Mergulho de Segurança Pública no Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo – CBMES. **Revista FLAMMAE**. Vol. 04, Ed. Jul a Dez, 2018.

WHITMARSH, S. K.; AMIN, D. B.; COSTI, J. J.; DENNIS, J. D.; HUVENEERS, C. **Effectiveness of novel fabrics to resist punctures and lacerations from white shark (*Carcharodon carcharias*): Implications to reduce injuries from shark bites**. Plos One. V. 14, n. 11. 2019.

PARA ALÉM DO POLICIAMENTO MONTADO: O EMPREGO “NÃO CONVENCIONAL” DO CAVALO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO PARA UNIDADES DE CAVALARIA

BEYOND MOUNTED POLICING: THE “NON-CONVENTIONAL” USE OF THE HORSE AS A MANAGEMENT STRATEGY FOR CAVALRY UNITS

**Thaise Sebold
Fernando Jahn Bessa**

RESUMO

O presente artigo teve como principal objetivo demonstrar a possibilidade da utilização do cavalo em outras frentes de atuação, consideradas “não convencionais”, por meio de uma análise das práticas que vêm ocorrendo, principalmente, no Regimento de Polícia Militar Montada da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). Como objetivos específicos, procurou-se apresentar as formas não convencionais de emprego da cavalaria, dentre elas: a equoterapia, o recolhimento de equinos em situação de abandono em vias públicas e o policiamento ambiental com cavalos. Ao final da análise bibliográfica e documental, foi aplicado um questionário, de forma complementar, que teve como finalidade a coleta de informações sobre formas “não convencionais” de emprego da cavalaria em Polícias Militares brasileiras, com o intuito de descobrir a aplicabilidade dos programas abordados por esse estudo em outras unidades da Federação. Por fim, buscou-se trazer um novo olhar para a gestão, no que concerne ao emprego das unidades de policiamento montado, objetivando ampliar a efetivação e demonstrar a viabilidade de outras ações, para além do policiamento ostensivo montado.

Palavras-chave: policiamento montado; cavalaria; cavalo; emprego “não convencional”; gestão.

ABSTRACT

The main objective of this article was to demonstrate the possibility of using the horse on other fronts of action, considered “unconventional”, through an analysis of the practices that have been occurring, mainly, in the Military Police of Santa Catarina's Mounted Military Police Regiment. Catarina (PMSC). As specific objectives, it is prepared to present as non-conventional forms of employing chivalry, among them: riding therapy, the collection of abandoned horses on public roads and environmental policing with horses. At the end of the bibliographical and documental analysis, a complementary questionnaire was requested, which had as the collection of information about the “non-conventional” forms of cavalry employment in the Brazilian Military Police, in order to discover the applicability of the independent programs for this study in other units of the Federation. Finally, we sought to bring a new look to management, not that it concerns the use of mounted policing units, aiming to expand the effectiveness and demonstrate the feasibility of other actions, in addition to mounted policing.

Keywords: mounted policing; cavalry; horse; “non-conventional” employment; management.

1 INTRODUÇÃO

A dificuldade no emprego não usual do policiamento montado, devido ao não aproveitamento dos benefícios e das vantagens da utilização do cavalo em suas diversas vertentes, consiste em um problema de gestão. Consequentemente, a inércia na busca de soluções, que potencializem a atuação das organizações policiais militares que realizam o policiamento montado, gera uma subutilização das mesmas.

Na busca incessante por soluções que tornem ainda mais relevante o trabalho das unidades da cavalaria, demonstrou-se a possibilidade de utilização do cavalo em outras frentes de atuação, consideradas “não convencionais”, como forma de estratégia de gestão, por meio de uma análise das práticas que vêm ocorrendo, principalmente, no Regimento de Polícia Militar Montada da PMSC. Como objetivos específicos, procurou-se apresentar as formas não convencionais de emprego da cavalaria, dentre elas: a equoterapia, o recolhimento de equinos em situação de abandono em vias públicas e o policiamento ambiental com cavalos.

Na análise foram utilizados outros trabalhos já publicados a respeito do tema, tais como artigos científicos e monografias, e, ao final, foi aplicado um questionário como forma de complementar a pesquisa, com o intuito de coletar informações sobre formas “não convencionais” de emprego da cavalaria em Polícias Militares brasileiras. Tal questionário foi encaminhado por meio de mídias sociais para comandantes de unidades de cavalaria espalhadas por todo o país e teve como finalidade descobrir a aplicabilidade dos programas abordados por esse estudo.

A pesquisa em tela encontra sua justificativa na falta de conhecimento, de modo geral, existente na sociedade, e até mesmo dentro da própria PMSC, em relação às competências da cavalaria. Apresentar a utilização do policiamento montado em ações consideradas “não convencionais” é uma forma de potencializar a ação de homens e cavalos na Polícia Militar de Santa Catarina e, acima de tudo, valorizar o trabalho das unidades de cavalaria.

2 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, serão apresentadas formas “não convencionais” de emprego da cavalaria, dentre elas: a equoterapia, o recolhimento de equinos em situação de abandono em vias públicas e o policiamento ambiental com cavalos.

Em um segundo momento, de forma complementar e para contextualizar a análise, será descrita a aplicação de um questionário e discutidos os resultados. O questionário foi aplicado com a finalidade de coletar informações sobre formas “não convencionais” de emprego da cavalaria em Polícias Militares brasileiras, objetivando descobrir a aplicabilidade dos programas abordados por esse estudo em outras unidades da Federação.

2.1 Equoterapia

Regulamentada pela Lei Federal nº 13.830, de 13 de maio de 2019, a equoterapia é definida em seu artigo 1º como “[...] método de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação voltada ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência” (BRASIL, 2019, p. 1).

Esse método terapêutico caracteriza todas as práticas que utilizam o cavalo objetivando a reabilitação, educação e inserção social de pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, possuindo como foco o tratamento global dos usuários. O termo equoterapia é uma palavra criada e utilizada exclusivamente no Brasil. Em outros países se utilizam termos como Terapias e Atividades Assistidas com Equinos (TAAEs), conforme Lima *et al* (2021). A equoterapia desenvolve ações sensório-motoras e neuromotoras, educacionais e psicológicas, sendo indicada para o tratamento de praticantes com diagnóstico de autismo; de síndromes diversas; de encefalopatia crônica não progressiva (paralisia cerebral); de distúrbios evolutivos, comportamentais, de aprendizagem, emocionais, entre outros (ANDE-BRASIL, 2019).

Como é sabido, a tropa montada pode ser utilizada em diversas demandas operacionais, em que pese o emprego mais conhecido ainda ser de forma extraordinária, por meio das ações de choque montado. Contudo, encontra-se regulamentado na Diretriz de Procedimento Permanente nº 040/2014/CMDO-G que as unidades e subunidades de Polícia Militar Montada da PMSC podem ser empregadas em missões específicas ou de representatividade. Tais missões se caracterizam pelo emprego da tropa hipo em eventos ou atividades não caracterizados como atividade finalística da Corporação. Desse modo, conforme a Diretriz, são, também, missões da tropa hipo, em virtude de normas decorrentes:

escoltas de honra hipomóvel às autoridades, competições hípcas ou equestres em geral, lanceiros ou guarda de palanques, **atividades de equoterapia**, desfiles, entre outros (PMSC, 2014).

Nesse liame, tem-se que a equoterapia, antes vista apenas como um tratamento com fins terapêuticos, quando realizada pelas unidades de cavalaria assume também uma função filantrópica e social.

A equoterapia já vem sendo desenvolvida pela Polícia Militar de Santa Catarina, desde 2 de outubro 1998, no Regimento de Polícia Militar Montada, com sede no município de São José/SC (PMSC, 2019b). Esse importante projeto, que tem como missão contribuir para o desenvolvimento motor, intelectual e cognitivo de pessoas portadoras de deficiências e/ou necessidades especiais, e demonstra sua eficácia como ação social desenvolvida pela PMSC.

O Regimento de Polícia Militar Montada, atualmente, detém convênio com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), por meio do Acordo de Cooperação nº 001/21, que tem por objeto a cooperação interinstitucional entre a FCEE e a PMSC, para realização do atendimento equoterapêutico a crianças com atraso no desenvolvimento, pessoas com deficiência intelectual e múltipla, e transtorno do espectro autista, a ser realizado no Regimento de Polícia Militar Montada em São José/SC (SANTA CATARINA, 2021).

Além de uma estratégia de gestão, na busca de valorizar e dar mais visibilidade para as unidades de cavalaria, o retorno trazido pela implantação de um projeto de equoterapia é muito positivo, uma vez que a realização de tal programa, se feito por meio de parcerias com outros segmentos da sociedade, demanda baixos custos (BESEN; SILVEIRA, 2020). Conforme o Acordo de Cooperação nº 001/21 já citado, por exemplo, as despesas decorrentes da execução do projeto correrão à conta do orçamento da FCEE, vigente em cada exercício financeiro, mediante descentralização dos recursos financeiros à PMSC.

Em compensação, o Regimento de Polícia Montada terá, basicamente, que: realizar os atendimentos das pessoas a serem encaminhadas pela FCEE; fornecer três equitadores habilitados para a realização das terapias e disponibilizar cinco equinos devidamente treinados para a prática das terapias, além de fornecer aos profissionais da FCEE uma estrutura mínima para desenvolvimento das atividades

(SANTA CATARINA, 2021).

Por outro lado, ficará a encargo da FCEE, no caso analisado, o fornecimento da equipe multidisciplinar para acompanhar as sessões de equoterapia e depositar a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até o 5º dia útil de cada mês, em instituição financeira oficial, especificamente para a gestão do programa de equoterapia (SANTA CATARINA, 2021).

Importante frisar, ainda, que esse recente convênio corrige distorções que poderiam ocorrer com o advento da Lei Federal nº 13.830/2019. A legislação prevê a necessidade de uma equipe mínima de atendimento com um psicólogo e um fisioterapeuta, além do equitador. Na prática, torna-se uma tarefa complexa a composição de equipes contendo policiais militares detentores das especialidades exigidas. Desse modo, a existência de um convênio com uma instituição pública, referência estadual no trabalho com pessoas com necessidades especiais, que traz uma contraprestação financeira para a PMSC, além de um marco, é um modelo que deve ser seguido pelas demais Organizações Policiais Militares (OPMs) de cavalaria do estado, em suas tratativas para efetivação ou continuidade dos programas e equoterapia.

Atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Estado-Maior da Corporação uma proposta de Diretriz de Procedimento Permanente que disciplina e orienta acerca da implantação de serviços de equoterapia na PMSC. Tal diretriz instrui os comandantes a elaborarem convênios aos moldes do existente entre PMSC e FCEE, em funcionamento no Regimento de São José/SC, isto é: a cessão por parte da PMSC de um espaço adequado para a prática equoterapêutica, animais devidamente selecionados e treinados, e uma equipe mínima de equitadores habilitados, tendo como contrapartida por parte da instituição conveniada o fornecimento de uma equipe multidisciplinar mínima habilitada para atuar na terapia (fisioterapeuta e psicólogo) e o recurso financeiro.

2.2 Recolhimento de equinos em situação de abandono em vias públicas

Hodiernamente, o abandono de animais em vias públicas é mais corriqueiro do que se imagina. Inúmeras denúncias de equinos abandonados são registradas todos os dias e a maioria dos municípios não possui políticas públicas, programas ou

estruturas aptas, que viabilizem o recolhimento, a guarda, o cuidado e a destinação adequada desses animais (SANTOS JÚNIOR; SILVEIRA, 2019).

É sabido que é responsabilidade dos órgãos públicos, concorrentemente Estado e Município, zelar pela proteção e pelo bem-estar dos animais. No entanto, o impacto gerado pelo abandono de equinos em vias públicas, a possibilidade de disseminação de zoonoses e os riscos de acidentes de trânsito causados por esses animais, refletem diretamente na atividade da Polícia Militar, que, além de constitucionalmente ser a responsável pela preservação da ordem pública, é acionada frequentemente para atender ocorrências envolvendo equinos abandonados (SANTOS JÚNIOR; SILVEIRA, 2019).

Como solução frente a esse problema, o Regimento de Polícia Militar Montada de Santa Catarina, na figura da PMSC, firmou convênio de cooperação junto à Prefeitura Municipal de São José, em 2017, e à Prefeitura Municipal de Palhoça, em 2020, com o objetivo de realizar o recolhimento de equinos abandonados nas vias públicas dos respectivos municípios (PMSC, 2020).

Utilizando como exemplo, para ilustrar o presente estudo, o Termo de Convênio nº 19, de 13 de julho de 2020, celebrado por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Palhoça (Convênio nº PMSC36877/2020), tem-se dentre as obrigações da PMSC: efetuar o transporte dos equinos apreendidos ao local de abrigo; realizar a guarda dos animais recolhidos pelo prazo de 30 dias, ficando à disposição para posterior doação; liberar os animais aos proprietários ou responsáveis somente após a autorização, entre outros (PMSC, 2020).

Em contrapartida, como obrigações do município de Palhoça, verifica-se depositar a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até o 5º dia útil de cada mês em conta previamente informada especialmente para a gestão deste convênio; emitir guia de recolhimento aos proprietários ou responsáveis pelos equinos apreendidos pela PMSC; providenciar a doação do equino apreendido em 30 dias, dentre outras (PMSC, 2020).

Conforme dados recebidos do comando do Regimento de Polícia Militar Montada de Santa Catarina, verifica-se que por meio desses convênios, desde 2017, já foram retirados das ruas do município de São José 124 cavalos, destes: 22 foram entregues aos proprietários, 67 foram doados e 21 vieram a óbito. Já no município de

Palhoça, constata-se que dos 39 cavalos recolhidos das ruas nos anos de 2020 e 2021, 29 já foram entregues aos seus respectivos proprietários e quatro vieram a óbito.

Pelo exposto, resta claro que, por meio de um convênio de cooperação entre a prefeitura e a respectiva unidade de cavalaria, com sede naquele município, a exemplo do que vem sendo realizado no Regimento de Polícia Militar Montada, situado em São José/SC, mais do que uma estratégia de gestão para as unidades de cavalaria espalhadas pelo estado de Santa Catarina, vislumbra-se uma solução para um problema de segurança e saúde pública.

2.3 Policiamento ambiental com cavalos

Assevera o Manual Básico de Policiamento Ostensivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo (1997) que o policiamento montado, em áreas rurais, será empregado em pequenas povoações interioranas, guarnecendo postos de grande extensão e em estradas vicinais, que unem propriedades rurais. No mesmo liame, aduz o mencionado manual que dentre as vantagens do patrulhamento montado, em relação ao policiamento ambiental, estão: a possibilidade de cobertura de espaços físicos relativamente grandes; o bom rendimento desse processo de policiamento, mesmo em terrenos acidentados e em dias chuvosos; a melhor observação proporcionada pelo cavalo, por estar o patrulheiro em nível mais elevado e, ainda, a facilidade na transposição de obstáculos naturais, tais como cursos de água de pequena profundidade, árvores caídas e barrancos (PMESP, 1997).

Nesse sentido, tem-se que o principal benefício do policiamento montado, em relação aos demais processos de policiamento, é a possibilidade de o cavalo se deslocar sem depender de vias de acesso urbanizadas. Da mesma forma, em locais onde a topografia do relevo é irregular, com a existência de obstáculos naturais que dificultem a incursão e o acesso, a utilização da tropa hipomóvel também leva vantagem. Tais características fazem com que no meio rural a utilização de equinos para patrulhar áreas interioranas, mais afastadas dos grandes centros urbanos, assim como áreas de mata, seja uma excelente opção de emprego.

Exemplo dessa implementação, observa-se no Esquadrão de Polícia Montada do município de Lages/SC, que em parceria com a Polícia Militar Ambiental, possui

convênio de cooperação financeira com a Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA) de Lages/SC, com vistas à execução de ações de fiscalização ambiental na área de abrangência da SEMASA. O referido convênio (convênio nº 076, de 28 de julho de 2016), apresenta como principal atribuição da Polícia Militar Ambiental exercer a fiscalização, a educação e orientação ambiental, o intercâmbio de informações de interesse ambiental e o monitoramento da microbacia onde está situada a capacitação de água da empresa SEMASA. (PMSC, 2016).

Nos termos conveniados, de acordo com a cláusula terceira, parágrafo primeiro, considerando a participação do Esquadrão de Polícia Montada de Lages nos trabalhos de fiscalização e monitoramento em áreas de difícil acesso, por meio do policiamento montado, será disponibilizado até 50% do valor conveniado a referida unidade. (PMSC, 2016).

Em 28 de junho de 2019, um termo aditivo entre as partes, renovou o convênio por mais 36 meses, estipulando como valor total o montante de R\$ 194.400,00 (cento e noventa e quatro mil e quatrocentos reais), a ser pago em 36 parcelas mensais, igual e sucessivas no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) cada. (PMSC, 2019c).

Assim, constata-se que, tanto no patrulhamento rural, como no policiamento florestal, executando a fiscalização ambiental, o emprego do cavalo é uma estratégia de gestão viável, uma vez que se mostra como uma alternativa eficiente e vantajosa para as unidades de cavalaria.

2.4 Aplicabilidade das ações “Não Convencionais” de emprego da cavalaria em outras unidades da federação

Ao final da presente análise, de forma subsidiária e com o intuito de complementar o estudo em tela, foi aplicado um questionário que possibilitou a coleta de informação sobre formas "não convencionais" de emprego da cavalaria em Polícias Militares brasileiras. O questionário foi encaminhado para comandantes de unidades de cavalaria espalhadas por todo o país e teve como finalidade descobrir a aplicabilidade dos programas abordados por esse estudo.

O questionário se resumiu a três perguntas, sendo elas: 1) Em qual Estado da Federação se localiza a sua Organização Policial Militar (OPM)? 2) Quais das

seguintes ações “não convencionais” são praticadas por sua OPM? 3) Se você como comandante tivesse autonomia aplicaria algum destes programas? Sendo que as respostas da segunda e da terceira pergunta possuíam como opções para preenchimento os seguintes campos: a) Equoterapia/terapia assistidas com cavalos; b) Recolhimento e guarda de equinos em situação de abandono em vias públicas; c) Patrulhamento rural montado para preservação ambiental; d) Nenhum, e) Outros, podendo as respostas serem simultaneamente escolhidas.

Dessa forma, obteve-se um total de 23 respostas para os questionamentos, englobando os comandantes e oficiais de unidades de cavalaria dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Alagoas, Ceará, Piauí, Maranhão e Rio de Janeiro.

Dentre as respostas obtidas para a segunda pergunta, verificou-se que 20 unidades de cavalaria desenvolvem a equoterapia em suas dependências, apenas uma realiza o recolhimento e a guarda de equinos em situação de abandono em vias públicas, três efetuam o patrulhamento rural montado para preservação ambiental e três unidades não praticam nenhum desses programas.

Por fim, como resposta para a terceira pergunta, têm-se que, em tendo autonomia, 17 unidades de cavalaria aplicariam a equoterapia, três realizariam o recolhimento e a guarda de equinos em situação de abandono em vias públicas, nove efetuariam o patrulhamento rural montado para preservação ambiental e apenas duas não praticariam nenhuma dessas ações.

Pelo exposto, verifica-se que existe viabilidade na aplicação dessas formas “não convencionais” de emprego do cavalo, como forma de estratégia de gestão para as unidades de cavalaria, sobretudo, porque há uma excelente aceitação por parte dos comandantes, em vários estados da federação, em relação à implementação desses programas.

Ademais, observa-se que as terapias assistidas com cavalos, a exemplo da equoterapia, são programas relativamente já consolidados em todo o país. No entanto, o estado de Santa Catarina é modelo quando se trata de recolhimento de equinos em situação de abandono em vias públicas e de policiamento ambiental com cavalos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como principal viés demonstrar as estratégias de gestão que vêm sendo realizadas na PMSC, cujo exemplo pode ser transplantado para as demais unidades de cavalaria do estado, assim como para organizações policiais militares de outros estados da federação. Procurou-se esclarecer como e de que forma estão sendo buscadas soluções para potencializar o emprego das OPMs de cavalaria da PMSC, com ênfase nas estratégias de gestão e no potencial de retorno que a equoterapia, que o recolhimento de equinos em situação de abandono em vias públicas e que o policiamento ambiental com cavalos tem de gerar benefícios, tanto para a própria instituição quanto para a sociedade.

Verificou-se, então, primeiramente em relação à equoterapia, que além de uma estratégia de gestão, na busca de valorizar e dar mais visibilidade para as unidades de cavalaria, a implantação desse projeto, juntamente com um acordo de cooperação técnica com outra instituição pública referência no atendimento de pessoas com necessidades especiais, traz um retorno muito positivo.

A existência de convênios com instituições públicas que fornecem uma contraprestação financeira para a PMSC, a exemplo do que já vem sendo feito no Regimento de Polícia Militar Montada com o projeto de equoterapia, é um modelo que se mostrou muito benéfico e que pode ser utilizado como uma estratégia de gestão pelas demais OPMs de cavalaria do estado e de todo o País. Além de existir um inegável benefício para os usuários, que passam a ser atendidos por profissionais efetivos, com formação acadêmica na área e larga experiência no atendimento de pessoas com necessidades especiais, há também uma redução de pessoal, término da dependência de voluntários e diminuição do ônus para a Polícia Militar, que passa a fornecer menos profissionais para a manutenção do programa.

De igual forma, restou claro que por meio de um convênio de cooperação, entre o município e a respectiva unidade de cavalaria, com o objetivo de realizar o recolhimento de equinos abandonados nas vias públicas, além de uma estratégia de gestão, vislumbra-se também a solução para um problema de segurança e saúde pública. Em continuidade à presente análise, constatou-se, ainda, que tanto no patrulhamento rural, como no policiamento florestal executando a fiscalização ambiental, o emprego do cavalo mostrou-se uma estratégia de gestão viável, uma vez

que se relevou como uma alternativa eficiente e vantajosa para as unidades de cavalaria.

Por fim, com a aplicação do questionário, de forma complementar e subsidiária, que teve como objetivo a coleta de informação sobre formas "não convencionais" de emprego da cavalaria em Polícias Militares brasileiras, a fim de descobrir a aplicabilidade dos programas abordados por esse estudo, conclui-se que, em relação aos estados pesquisados, Santa Catarina se destaca no cenário nacional. Apesar de as terapias assistidas com cavalos, a exemplo da equoterapia, já serem programas, relativamente, consolidados, quando se trata de recolhimento de equinos em situação de abandono em vias públicas e de policiamento ambiental com cavalos, o nosso estado é referência.

A realização de convênios e acordos de cooperação é uma prática que deve ser amplamente difundida e adotada, como estratégia de gestão, em todas as OPMS de cavalaria. Por meio desses convênios, as unidades recebem recursos e podem implementar essas ações consideradas "não convencionais". Dessa forma, a cavalaria passa a realizar uma cooperação e uma integração com a comunidade, que produz, sobretudo, confiança e credibilidade.

Em síntese, entende-se que essas ações, intituladas como "não convencionais", deveriam, em verdade, ser habituais e aplicadas em todas as unidades de cavalaria do estado e do país, uma vez que se mostram como estratégias de gestão promissoras para ampliar a relevância do trabalho prestado pela cavalaria à sociedade, promovendo, ainda, bem-estar social e cidadania.

Por todo o exposto, como recomendações e sugestões para trabalhos futuros, consigna-se a necessidade de aprovação da Diretriz de Procedimento Permanente que trata do serviço de equoterapia do âmbito da PMSC, assim como da elaboração de diretrizes que tratem, especificamente, sobre o recolhimento de equinos e o policiamento ambiental com cavalos. As normas teriam como finalidade regulamentar esses projetos e a sua execução nas unidades de cavalaria do estado, norteando, orientando e dando legitimidade às atividades, como forma de, sobretudo, otimizar e dar respaldo institucional a efetivação desses programas.

4 REFERÊNCIAS

ANDE-BRASIL, Associação Nacional de Equoterapia. **X Curso Básico de Equoterapia**. Florianópolis: 2019.

BESSEN, M.; SILVEIRA, M. A. **A contribuição do Centro de Equoterapia do Regimento de Polícia Militar Montada de Santa Catarina**. 2020. 18 f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública) - Polícia Militar de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BRASIL, **Lei 13.830, de 13 de maio de 2019**. Dispõe sobre a prática de equoterapia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13830.htm. Acesso em: 25 set. 2021.

LIMA, S. J. O.; BESSA, F. J.; POLICASTRO, G. F. P.; LEME, D. P. **Manual de boas práticas para o bem estar do cavalo nas terapias e atividades assistidas com equinos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Diretriz de Procedimento Permanente nº 040/2014/CMDO-G**. Florianópolis: PMSC, 2014.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Festival da Equoterapia marca encerramento das atividades em 2019**. São José, 2019b. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/festival-da-equoterapia-marca-encerramento-das-atividades-em-2019>. Acesso em: 23 mar. 2021.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Primeiro Termo Aditivo ao convênio de Cooperação Financeira nº 076, 28 de junho de 2019**. Florianópolis, 2019c.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Termo de convênio de Cooperação Financeira nº 076, de 28 de julho de 2016**. Florianópolis, 2016.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Termo de Convênio PMSC nº 019/2020, de 13 de julho de 2020 (Convênio n. PMSC36877/2020)**. Palhoça, 2020.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual básico de policiamento ostensivo da Polícia Militar**. 3. ed. São Paulo: PMESP, 1997.

SANTA CATARINA. **Acordo de Cooperação nº 001/21**. Governo de Santa Catarina e FCEE/SC. Florianópolis, 2021.

SANTOS JÚNIOR, M. A.; SILVEIRA, M. A. **A situação de abandono de equinos em via pública: uma solução através da parceria entre o Município de São José-SC e o Regimento de Polícia Militar Montada (RPMMon)**. 2019. 26 f. Monografia (Especialização em Administração de Segurança Pública). Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.pm.sc.gov.br/pergamum/vinculos/000011/0000115b.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

A PESQUISA COMO APOIO À ATIVIDADE DE COMBATE A INCÊNDIO: A EXPERIÊNCIA DO CBMDF

RESEARCH AS A SUPPORT FOR FIRE FIGHTING ACTIVITIES: THE CBMDF EXPERIENCE

George Cajaty Barbosa Braga

RESUMO

Apesar de não ser uma prática ainda difundida e recorrente nas instituições bombeiro-militar, a pesquisa técnico-científica tem um papel importante para o desenvolvimento operacional. Neste trabalho iremos apresentar diversos resultados das pesquisas voltadas para a melhoria da área de combate a incêndio realizadas pelo Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal e como elas impactaram a atividade na ponta da linha. A influência das pesquisas em avaliação das condições térmicas quando do treinamento com fogo real, da eficiência do combate a incêndio com espuma, em especial para incêndios classe A, e em ventilação natural e por pressão positivas serão exibidas. Todos esses resultados mostram como o conhecimento científico pode ter um impacto nas diversas atividades desempenhadas pelos Corpos de Bombeiros, proporcionando uma melhoria do serviço prestado à sociedade.

Palavras-chave: pesquisa em incêndio; combate a incêndio; ventilação.

ABSTRACT

Despite not being a widespread and recurrent practice in firefighting and military institutions, technical-scientific research plays an important role in operational development. In this work we will present several results of research aimed at improving the area of firefighting carried out by the Federal District Military Fire Department and how they impacted the activity at the end of the line. The influence of research on evaluation of thermal conditions when training with real fire, on the efficiency of fire fighting with foam, especially for class A fires, and on natural and positive pressure ventilation will be shown. All these results show how scientific knowledge can have an impact on the various activities performed by the Fire Department, providing an improvement in the service provided to society.

Keywords: fire research; fire fighting; ventilation.

1 INTRODUÇÃO

A atividade de combate a incêndio sempre necessitou de conhecimento técnico para que pudesse ser realizado com eficiência e eficácia. A partir do desenvolvimento de novos equipamentos e introdução de novas tecnologias, se tornou necessária a criação de novas práticas, técnicas e táticas.

Mas, como avaliar a eficiência desses novos equipamentos e tecnologias e, principalmente, como adaptar ou desenvolver novas práticas frente a essa nova

realidade?

Uma das formas, e talvez aquela que possa trazer mais resultados, é por meio do desenvolvimento de pesquisas. Isso acontece devido aos impactos oriundos das pesquisas não acontecerem apenas nos setores Científicos, Tecnológicos e Econômicos, mas, de acordo com Benoît Godin e Christian Doré (MARQUES, 2016), elas também impactam os Setores Político, Organizacional, de Saúde, Cultural, de Ambiente, Simbólico, Social e Educacional, trazendo assim resultados para toda a instituição.

Nesse trabalho iremos apresentar um breve histórico do início do desenvolvimento das pesquisas realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), bem como alguns resultados das pesquisas com vistas à melhoria do Combate a Incêndio e dos seus impactos. Pesquisas com o uso de novos equipamentos, como ventiladores de pressão positiva e sistema de espuma por ar comprimido, mas também pesquisas para o desenvolvimento de novas técnicas, como de controle da ventilação natural, treinamento com fogo real e busca de uma maior eficiência no uso de água, trouxeram resultados que impactaram desde a definição de compras, como de novas viaturas e equipamentos de proteção individual, na busca por uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais na extinção dos incêndios estruturais.

2 DESENVOLVIMENTO

A origem do trabalho de pesquisa de maneira formal na área de combate a incêndio no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) remonta ao início dos anos 2000, quando foi iniciado o processo de inclusão da instituição no diretório de instituição de pesquisas no CNPq. Essa inclusão permitiu que o CBMDF sedimentasse a instituição como um agente de pesquisa, mesmo que a legislação já assim o definisse desde 1991, quando o Inciso V do artigo 2º mostrava ser competência da instituição “realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção de produtos e processos, que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico” (BRASIL, 1991).

A partir de 2005, buscou-se a captação de recursos por meio de agências financiadoras de pesquisa, como a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

(FAPDF) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Com a concretização do apoio de alguns projetos, em especial os apresentados à FAPDF e FINEP, foi iniciado um processo de construção de uma estrutura de pesquisa em combate e investigação de incêndio. Essa estrutura, composta de ambientes feitos de contêineres e equipamentos necessários para medição de temperatura, fluxo de calor, entre outros (Ver Figura 1), trouxe uma capacidade de realização de testes e ensaios que poucos locais no Brasil possuem, mesmo hoje em dia. Além do ambiente feito de contêineres, alguns testes são realizados em um ambiente de alvenaria já existente no CBMDF, ou mesmo em ambiente aberto.

Figura 1 - Ambientes para desenvolvimento de pesquisa em incêndio estrutural.



Fonte: o autor (2021).

Mais informações sobre esse processo e os materiais adquiridos podem ser encontradas no capítulo “A importância da pesquisa em prevenção combate e investigação de incêndio: Uma revisão do caminho seguido pelo CBMDF e uma indicação para o seu futuro” (BRAGA, 2021), do livro “Boas Práticas Organizacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal” (SILVA; CAMPOS, 2021).

Com montagem dessa estrutura, foi possível iniciar as pesquisas relacionadas à eficiência no combate a incêndios estruturais, com testes de novos equipamentos, materiais e técnicas, bem como análise das condições a que os bombeiros estão submetidos durante esse tipo de atividade. Além disso, foi também possível o desenvolvimento de pesquisas relacionadas a comportamento do fogo e investigação de incêndio.

Dentre o amplo espectro de pesquisas que vem sendo realizadas desde 2006,

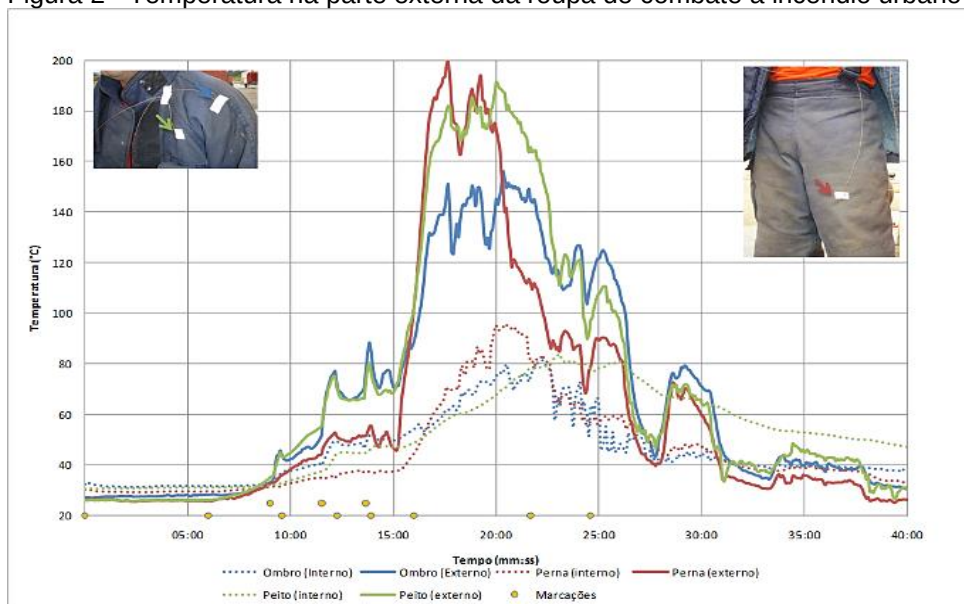
podemos citar algumas que representam de forma clara e objetiva, como o CBMDF se beneficiou do processo de desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas e um resumo dos seus impactos nos diferentes setores da corporação.

2.1 Pesquisa voltada para a melhoria da segurança durante os treinamentos de combate a incêndio com fogo real

A realização de medições das condições do ambiente e dos equipamentos de proteção individual durante o treinamento de combate a incêndio, permitiu uma avaliação objetiva dos riscos e desafios enfrentados pelos militares durante esse tipo de atividade.

Dados sobre a temperatura nas roupas dos bombeiros, mostraram a importância que o nível de proteção da capa e da calça da roupa de combate a incêndio urbano fossem iguais, pois as temperaturas medidas na parte externa da capa de proteção (peito) e na parte externa da calça (coxa) eram muito próximas (curvas sólidas na cor vermelha e verde na figura abaixo).

Figura 2 - Temperatura na parte externa da roupa de combate a incêndio urbano.

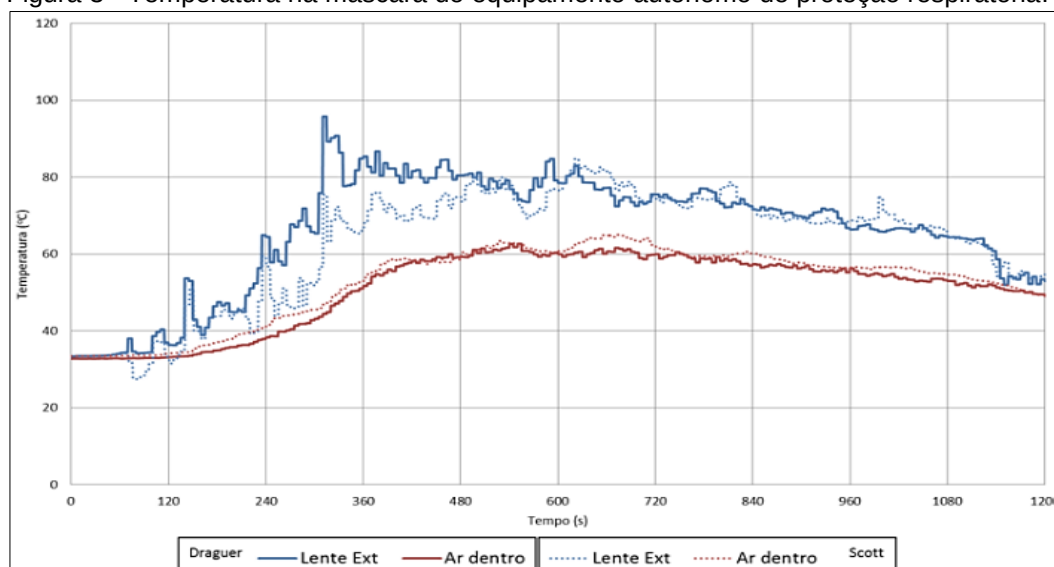


Fonte: Braga et al. (2016).

Medições na parte interior da máscara do Equipamento Autônomo de Proteção Respiratória (EAPR), mostra a importância do ar que é abastecido no cilindro do EAPR

tenha baixa umidade, pois a temperatura chega a valores próximos a 60°C, que seria suficiente para queimar os bombeiros caso o ar tivesse muita umidade.

Figura 3 - Temperatura na máscara do equipamento autônomo de proteção respiratória.



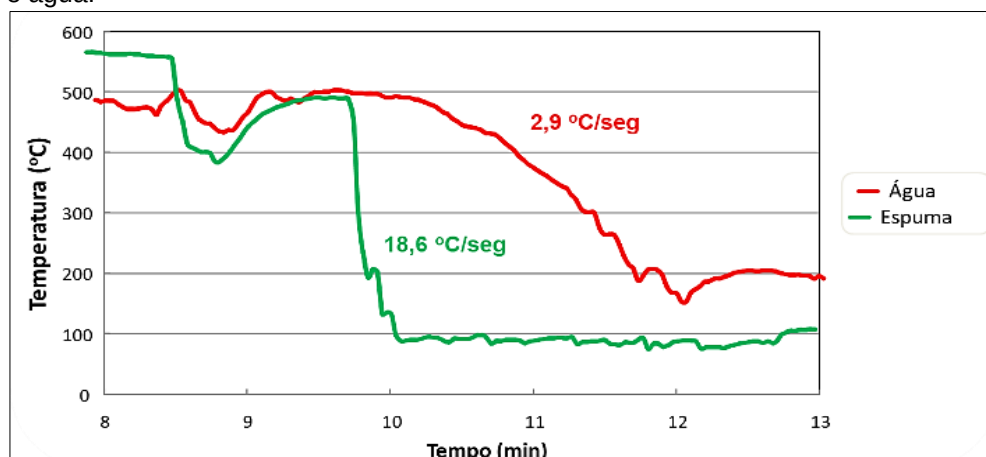
Fonte: o autor (2021).

2.2 Pesquisa da eficiência de novos equipamentos e materiais

O sistema de espuma por ar comprimido *Compressed Air Foam System* (CAFS) trouxe uma melhoria significativa ao combate a incêndio realizado pelos CBMDF. Apesar dos Corpos de Bombeiros há muito utilizarem espuma em combate a incêndio classe B, esse sistema permitia também, com o uso de extrato de espuma específico, o combate a incêndios classe A. Os primeiros testes realizados com o sistema ainda em 2007, já indicavam que ele tinha um grande potencial para melhorar a eficiência no combate a incêndio classe A, que era antes feito apenas com água, mas também incêndios classe B.

Em testes realizados foi possível verificar que esse sistema permitia um menor uso de água e com uma maior eficiência. Em geral, a temperatura em incêndios estruturais cai uma velocidade seis vezes maior do que quando esse incêndio era combatido apenas com água, e com uma vantagem adicional de diminuir muito a necessidade de rescaldo (BRAGA et al, 2018). Esse efeito pode ser verificado na figura a seguir.

Figura 9 - Avaliação da queda de temperatura no combate usando espuma (CAFS) e água.



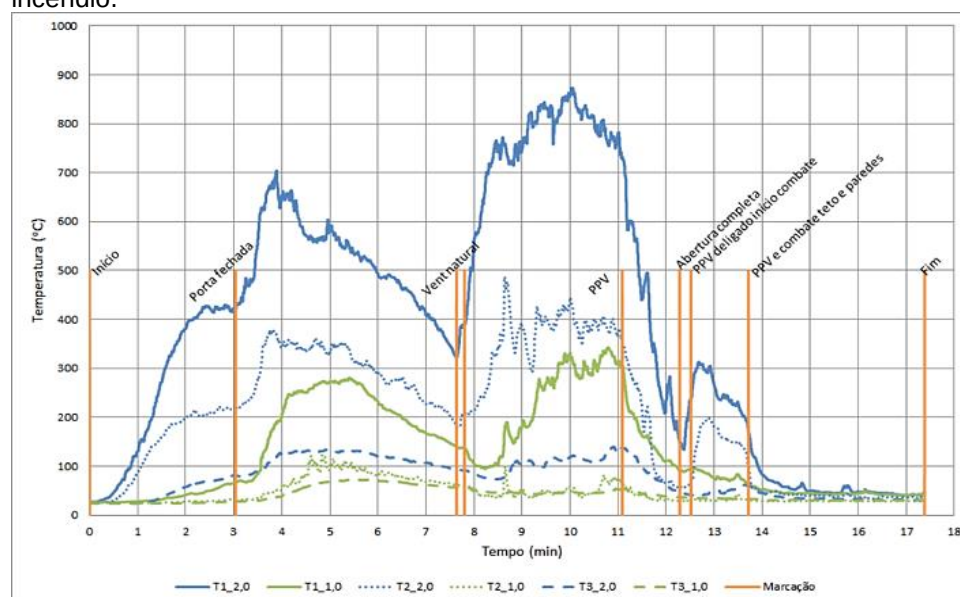
Fonte: Braga et al. (2018).

Mais resultados sobre o sistema de espuma por ar comprimido podem ser vistos no artigo “Eficiência e economia dos recursos naturais no combate a incêndio: O uso do sistema de espuma por ar comprimido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal” (BRAGA, 2018).

Foi também realizado trabalho de pesquisa sobre o uso de ventiladores e da técnica de ventilação por pressão positiva *Positive Pressure Ventilation* (PPV) e os seus possíveis impactos no desenvolvimento do incêndio e a sua aplicação para o combate.

O trabalho de avaliação da técnica com o uso de um ventilador conseguiu demonstrar que a técnica de ventilação por pressão positiva é eficiente durante o combate a incêndio quando realizada de forma correta, permitindo uma diminuição da temperatura e fluxo de calor dentro do local incendiado (Ver figura 5). Quando ocorre o uso errado, esse mesmo ventilador pode piorar o incêndio, aumentando-o e até mesmo levando o incêndio para compartimentos não incendiados. Essa pesquisa consegue mostrar que não basta ter equipamentos novos se não souber como utilizá-lo de forma correta, pois uma ferramenta usada de forma errada pode piorar as condições de um incêndio.

Figura 5 - Avaliação da temperatura quando do uso de ventiladores no combate a incêndio.



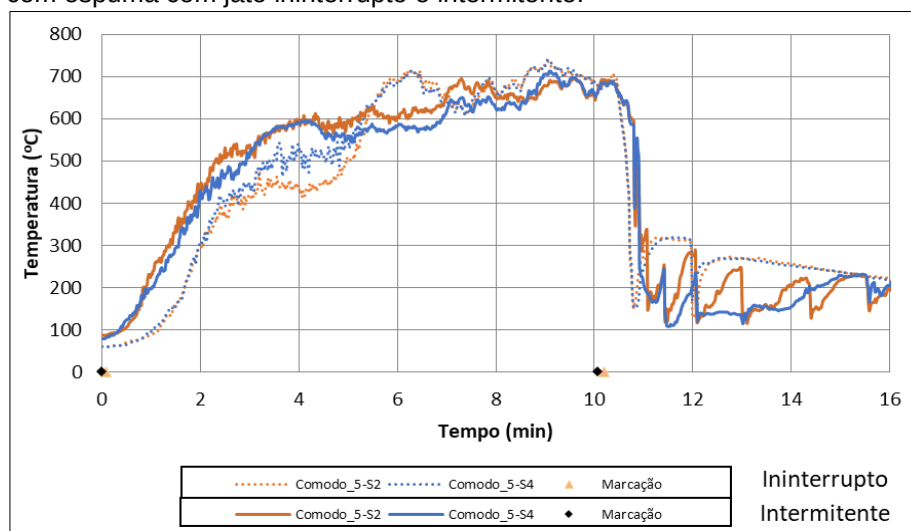
Fonte: Godoy et al. (2016).

2.3 Desenvolvimento de novas técnicas de combate a incêndio

Cada novo equipamento e material, além de ser necessário avaliar a sua efetividade, é natural que venha acompanhado de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de técnicas que permitam o seu melhor uso. Além disso, técnicas antigas também podem ser reavaliadas e melhoradas com base em novos conhecimentos e introdução de pequenas modificações. A exemplo disso, pode ser verificado nas pesquisas realizadas no desenvolvimento de nova técnica de combate a incêndio com espuma e na introdução da técnica de ataque de transição.

Originalmente a técnica de combate a incêndio com espuma consistia em abrir o esguicho no início do combate e só fechá-lo no fim deste (jato ininterrupto). Isso levava a um desperdício de espuma, mesmo sendo essa técnica extremamente eficiente. A partir da realização de medições em situação real de incêndio, foi possível verificar se o combate com espuma poderia ser feito não mais com o esguicho aberto de forma constante, mas realizando pulsos de acordo com a necessidade e as condições do ambiente (jato intermitente), essa técnica permite um uso ainda mais controlado da água, parte essencial para gerar espuma, mas também da própria quantidade de extrato de espuma. A figura 6, mostra que as duas técnicas apresentaram resultados semelhantes quanto a diminuição de temperatura.

Figura 6 - Temperatura dentro de ambiente incendiado: teste de combate com espuma com jato ininterrupto e intermitente.



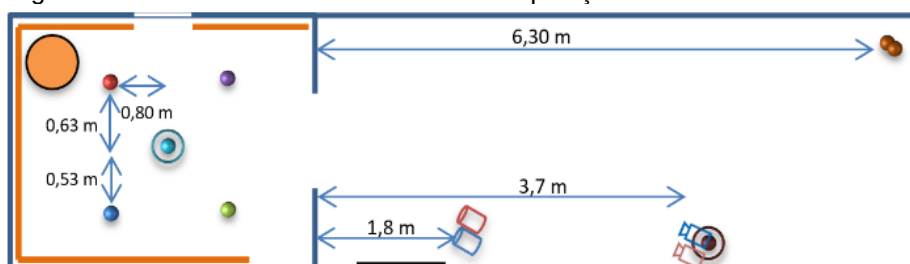
Fonte: O autor (2021).

Além da medição de temperatura no cômodo incendiado, foram realizadas medidas nos cômodos de acesso ao local do incêndio e medidas de fluxo de calor. Esses resultados serão ainda publicados.

Quanto à técnica de ataque de transição, cabe salientar que ele pode ser definido como ataque externo rápido e curto por uma abertura já existente no ambiente incendiado, diminuindo a temperatura no local do incêndio e permitindo a entrada em condições mais seguras para que seja feito o ataque interno.

Foram realizados testes para averiguar a temperatura e fluxo de calor no ambiente incendiado e no caminho a ser percorrido pelos bombeiros para fazer o ataque interno. Esse teste foi realizado na estrutura de treinamento de combate a incêndio do CBMDF, representado na planta baixa do local (figura 7) indicando a posição dos sensores:

Figura 7 - Planta baixa do local do teste e a posição dos sensores.

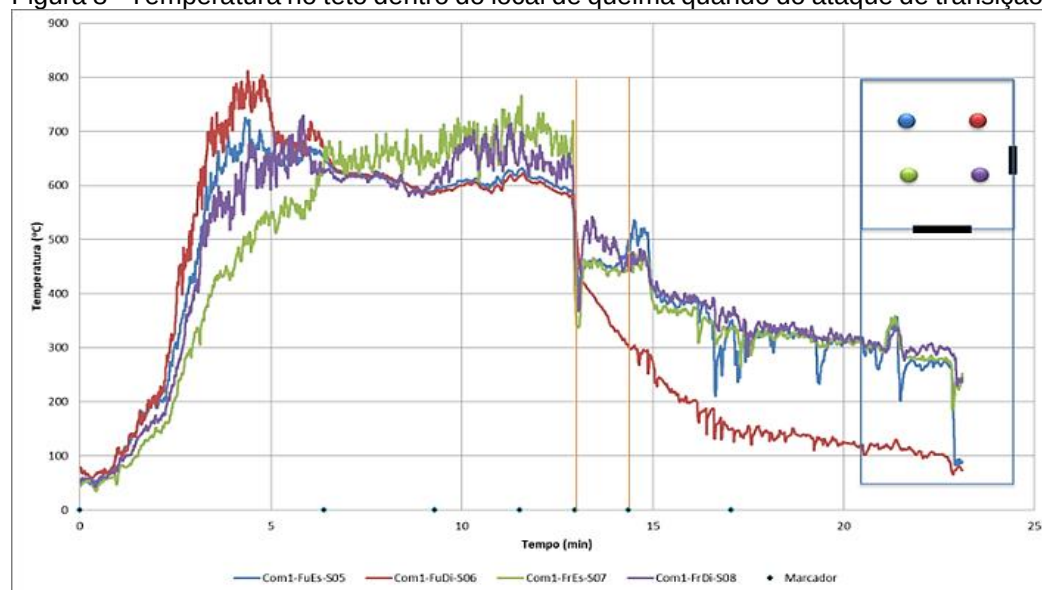


Fonte: o autor (2021).

Os círculos na figura 7, representam a posição dos sensores termopares e os cilindros versam sobre os medidores de fluxo de calor (total e irradiado) no ambiente do teste. No local de queima, foram colocados 4 termopares no teto e uma árvore de termopares no centro do ambiente (4 alturas diferentes). A 1,8 metros de distância da porta do local de queima, foi colocado dois medidores de fluxo de calor. Além disso, havia uma árvore de termopares (3 alturas) no caminho a ser percorrido pelos bombeiros para fazer o ataque direto (3,7 metros de distância da porta do local de queima) e dois termopares no fundo do local de teste (6,3 metros da porta do local de queima) avaliando a temperatura na roupa de um manequim (representando uma possível vítima) e no ar próximo a ele.

Resultados preliminares mostram que houve um decréscimo de temperatura dentro do local de queima (figura 8). As barras na cor laranja indicam o ponto do início do ataque de transição (primeira) e do início do ataque direto (segunda).

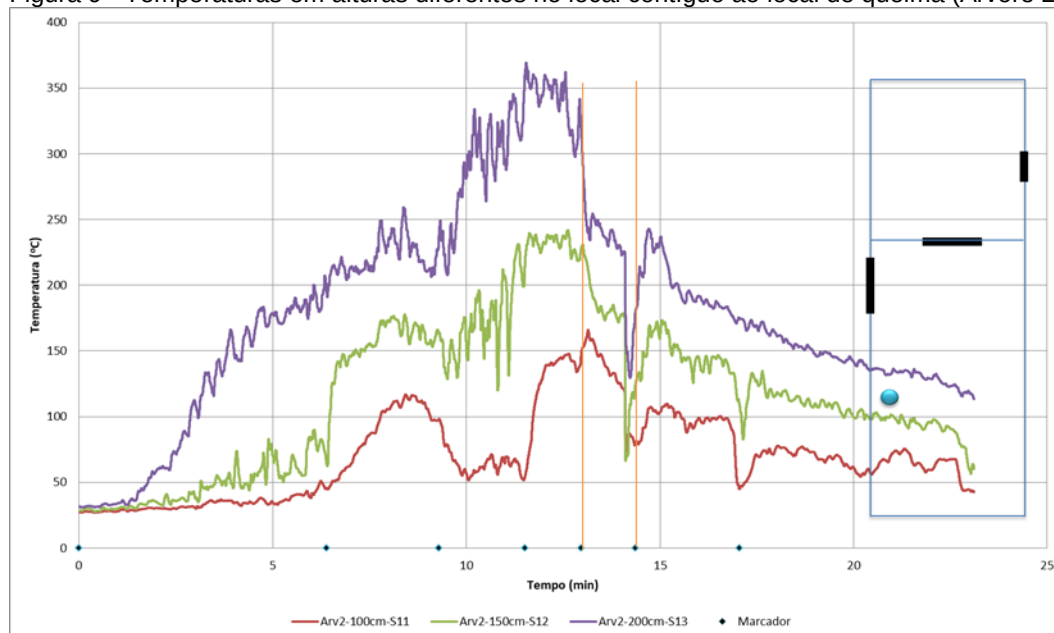
Figura 8 - Temperatura no teto dentro do local de queima quando do ataque de transição.



Fonte: o autor (2021).

O mesmo comportamento pode ser observado nos termopares localizados entre o ponto de entrada dos bombeiros no ambiente dos testes e o local de queima (figura 9). Da mesma forma que o gráfico anterior, as barras na cor laranja indicam o ponto do início do ataque de transição (primeira) e do início do ataque direto (segunda).

Figura 9 - Temperaturas em alturas diferentes no local contíguo ao local de queima (Árvore 2).



Fonte: o autor (2021).

Esses resultados preliminares mostram que aconteceu o efeito desejado de diminuir a temperatura no local de queima e no ambiente de acesso do bombeiro ao local de queima. Além da realização do ataque de transição utilizando água para o jato inicial, também foi realizado outro teste utilizando espuma. Os resultados dessa pesquisa ainda serão publicados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo apresenta de forma geral resultados de pesquisas na área de combate a incêndio que tiveram impacto direto em uma melhor definição e especificação de equipamentos e materiais, aumento da segurança para os bombeiros durante os treinamentos com fogo real e melhoria das técnicas e procedimentos, todavia, mais importante do que isso, trouxeram uma melhoria do serviço prestado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal à sociedade. Além disso, ele representa quão importante é o desenvolvimento de pesquisas por corporações Bombeiro Militar, sejam elas feitas de forma independente, sejam elas feitas em cooperação com universidade e centros de pesquisa.

4 REFERÊNCIAS

BRAGA, G. C. B. A Importância da Pesquisa em Prevenção, Combate e Investigação de Incêndio: Uma revisão do caminho seguido pelo CBMDF e uma indicação para o futuro. In: CAMPOS, A. T.; SILVA, L. L. (Org.). **Boas Práticas Organizacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**. 1 ed. Brasília: Editora Ultima Ratio, 2021, v. 1, p. 427-449.

BRAGA, G. C. B.; LISBOA NETO, J. P.; SALAZAR, H. F. A temperatura e fluxo de calor em uma situação de incêndio e as consequências para os bombeiros. **Revista FLAMMAE**, v. 2, p. 9-28, 2016.

BRAGA, G. C. B.; FILHO, G. P.; ROSA, L. M.; OLIVEIRA, H. R.; MALAQUIAS, V. S. L.; LISBOA NETO, J. P.; SALAZAR, H. F.; SOUSA, A. Q.; SOUZA, I. M. Eficiência e economia dos recursos naturais no combate a incêndio: o uso do sistema de espuma por ar comprimido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. In: **Revista Técnica de Biodiversidade e Qualidade Ambiental**, v. 2, p. 90-97, 2018.

CAMPOS, A. T.; SILVA, L. L. (Org.). **Boas Práticas Organizacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**. 1 ed. Brasília: Editora Ultima Ratio, 2021, v. 1, p. 427-449.

GODOY, M. M.; LISBOA NETO, J. P.; SALAZAR, H. F.; BRAGA, G. C. B. Ventilação por pressão positiva no combate a incêndio urbano: uma análise quanto as vantagens e desvantagens de seu uso ofensivo. **Revista FLAMMAE**, v. 2, p. 57-79, 2016.

Violência e Criminalidade

UMA ABORDAGEM CONCRETA DA CRIMINALIDADE SOB A ÓPTICA DAS CIÊNCIAS POLICIAIS

A CONCRETE APPROACH TO CRIMINALITY FROM THE PERSPECTIVE OF POLICE SCIENCES

Dequex Araújo Silva Junior

RESUMO

A finalidade deste trabalho é desenvolver uma análise explicativa da criminalidade e da violência de forma ampliada (denominada de abordagem concreta da criminalidade), evitando as abstrações típicas do sociologismo, que enfatiza os fatores estruturais (fatores predisponentes) em detrimento dos fatores individuais (fatores emergentes). A metodologia adotada é a dialética dos fatores emergentes e predisponentes de Mário Ferreira dos Santos. Conclui-se que a desconsideração dos fatores emergentes nas análises explicativas sobre as causas da criminalidade e da violência não permite perceber que a degradação desses fatores provoca a destruição dos fatores predisponentes, sendo a destruição destes o efeito do primeiro e não o seu contrário.

Palavras-chave: ciências policiais; fatores emergentes e predisponentes; criminalidade e violência.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to develop an explanatory analysis of crime and violence in a broader way (called the concrete approach to crime), avoiding the typical abstractions of sociologism, which emphasizes structural factors (predisposing factors) to the detriment of individual factors (emerging factors). The methodology adopted is the dialectic of emerging and predisposing factors by Mário Ferreira dos Santos. It is concluded that the disregard of emerging factors in the explanatory analyzes on the causes of crime and violence does not allow us to perceive that the degradation of these factors causes the destruction of predisposing factors, with their destruction being the effect of the former and not its opposite.

Keywords: police sciences; emerging and predisposing factors; crime and violence.

1 INTRODUÇÃO

As explicações sobre a elevação da criminalidade no Brasil, *grosso modo*, enfatizam a dimensão socionormativa (déficit de normas), sociocultural (déficit de cultura) ou socioeconômica (déficit material) como causa, ou seja, os aspectos estruturais (que aqui serão chamados de fatores predisponentes, ou seja, os fatores extrínsecos ao homem). Com isso, deixa de considerar as dimensões psíquica e espiritual do homem (que aqui serão denominados de fatores emergentes, ou seja, fatores intrínsecos, pois emergem do próprio homem) e, por conseguinte, deixa de se

fazer uma análise concreta do agente (causa eficiente da ação delitiva), que é possuidor de corpo e espírito, bem como pertencente a um grupo sociocultural delimitado dentro de um espaço geográfico⁷⁶. Essa forma de explicar o crime através dos fatores predisponentes advém de uma tradição sociológica durkheimiana e marxista, onde a primeira vê o crime como um fato social (geral, externo e coercitivo) e o segundo como um reflexo da exploração econômica de uma classe sobre a outra dentro de um determinado contexto social, econômico e histórico.

Estabeleço nesse trabalho duas proposições. A primeira é de que o comportamento desviante é consequência da relação recíproca entre fatores emergentes e predisponentes, negando a tese funcional-estruturalista de que é um produto exclusivo destes. Adota-se aqui a dialética dos fatores emergentes e predisponentes, afastando-se do pensamento abstratista, que coloca um dos fatores como determinante como, por exemplo: o *biologismo*, que considera o fator biológico como determinante de toda a ação humana; o *psicologismo*, que coloca como determinante os fatores psicológicos; o *sociologismo*, que põe toda a ênfase nos fatores sociais; ou, o *historicismo*, que propõe que o homem é um produto dos fatores histórico-sociais. Todos esses *ismos* geram aquilo que Mário Ferreira dos Santos denominou de “ciclo das formas viciosas” e todos eles são também considerados por ele como *filosofias de crise* (SANTOS, 2017).

A segunda proposição é de que teorias errôneas podem não só originar políticas públicas ineficazes, mas, sobretudo, desenvolver efeitos colaterais terríveis. No campo da Segurança Pública e da Política Penal isso é totalmente verdadeiro, pois a elevação da violência e da criminalidade no Brasil está relacionada, *grosso modo*, à adoção das teorias que enfatizam os fatores predisponentes por parte dos formuladores e implementadores de políticas de segurança pública e penal, desconsiderando ou minimizando os fatores emergentes.

⁷⁶ Tomo de empréstimo as definições de fatores emergentes e predisponentes, bem como o conceito de homem concreto do filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos, que não nega a ação dos fatores ecológicos e histórico-sociais, mas que estes atuam no âmbito da emergência humana, sendo também condicionado por ele (SANTOS, 2017).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 As teorias sociológicas e criminológicas e os fatores predisponentes

Para exemplificar o problema posto aqui neste trabalho, vou tomar como referência de análise a sociologia funcional-estruturalista de Robert Merton, o realismo de esquerda de Jock Young e a criminologia crítica de Alessandro Baratta, pois estes teóricos, entendo, têm uma forte influência nos escritos e teorias dos especialistas em segurança pública e criminologia, bem como no direcionamento das políticas de segurança pública e penais.

A hipótese central de Merton, estabelecida em sua obra *Sociologia: teoria e estrutura*, diz o seguinte: “o comportamento aberrante pode ser considerado sociologicamente como um sintoma de dissociação entre as aspirações culturalmente prescritas e as vias socialmente estruturadas para realizar essas aspirações” (MERTON, 1970, p. 207). É o desprezo das normas sociais para alcançar o sucesso que leva o indivíduo ao comportamento desviante, ou seja, a desmoralização ou a desinstitucionalização dos meios é ocasionado pela exaltação do fim, mais especificamente o êxito monetário. É esta disjunção aguda entre os meios disponibilizados pela estrutura social e as metas estabelecidas pela estrutura cultural que gera a anomia social.

Para Merton, as fontes do comportamento desviante são culturais e estruturais. Ele analisa as proporções e tipos variáveis de comportamento, enfatizando que nem todos que são submetidas as pressões da disjunção entre meios e metas culturais cometem desvios, mas que aqueles que estão mais expostos a tais tensões têm uma maior probabilidade de apresentar um comportamento desviante (aqui entra o aspecto da desigualdade socioeconômica ou privação relativa).

Para efeito de análise, Merton diferencia estrutura cultural de estrutura social, definindo a primeira “como o conjunto de valores normativos que governam a conduta comum dos membros de uma determinada sociedade ou grupo”; e a segunda como o “conjunto organizado de relações sociais no qual os membros da sociedade ou grupo são implicados de várias maneiras” (1970, p. 236). Segundo ele, a “estrutura social age como barreira ou como porta aberta para o desempenho dos mandatos culturais”. A anomia ocorre quando a “estrutura social e cultural estão mal integradas”, onde a primeira exige “um comportamento que a outra dificulta”, estabelecendo “uma tensão

rumo ao rompimento das normas ou aos seu completo desprezo” (1970, p. 237). Ou seja, o crime ocorre quando o indivíduo é impedido de aderir aos objetivos culturais por uma estrutura social excludente. Merton alerta que “é necessário que vejamos a gênese e o crescimento da anomia como resultante de um processo social em movimento e não simplesmente como uma condição que ocasionalmente surge” (1970, p. 255).

Para que não haja uma expansão da conduta desviante e o sistema torne-se desestabilizado basta, diz Merton, que a estrutura cultural insira outros objetivos no repertório dos valores comuns, concedendo prestígio a eles, e a estrutura social possibilite o acesso a tais objetivos. Ou seja, introduzir elementos considerados anteriormente anormais no rol dos normais (tatuagem, drogas etc.).

Merton resume sua teoria da estrutura social e da anomia da seguinte forma: 1) “a teoria em exame trata de metas de diversas espécies, posta em relevo pela cultura e não somente da meta do êxito monetário”; 2) “ela distingue formas de comportamento desviado, que podem estar muito afastadas das que representam violações das leis [nem todo o desvio é crime]”; 3) “que o comportamento desviado não é *necessariamente* disfuncional para a operação eficiente e o desenvolvimento do grupo”; 4) “que os conceitos de desvio social e de disfunção social não agasalham premissas éticas ocultas [pode ser que outros sistemas de normas não estejam sendo violadas]”; e, 5) “que metas culturais alternativas proporcionam uma base para a estabilização dos sistemas sociais e culturais” (1970, p. 260).

Merton opunha-se a qualquer concepção patológica do comportamento desviante, pois a sociedade não é só a geradora do comportamento desviante, mas também do comportamento consensual. Para ele, seguindo Durkheim, o comportamento desviante é algo normal dentro da sociedade da mesma forma que o comportamento conformista. Entretanto, deixa de ser normal quando supera certos limites quantitativos. Desta forma, o problema do desvio e, por conseguinte, da anomia, está na estrutura social, que não possibilita que determinados indivíduos ajam de acordo com os meios legitimados para alcançar as metas culturalmente estabelecidas.

Jock Young, representante do realismo de esquerda, tratando mais especificamente da criminalidade no âmbito da pós-modernidade (ou modernidade

recente), diz em sua obra *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*, que “as mudanças na esfera da produção e do consumo, e seu desenvolvimento e reinterpretação pelos atores envolvidos, têm efeitos sobre as causas da criminalidade e do desvio e sobre as reações contra eles” (YOUNG, 2002, p. 35). Ele diz que a “combinação de privação relativa e individualismo é uma causa poderosa de criminalidade em situações em que as soluções políticas não são possíveis”, engendrando não só criminalidade, mas também “crimes de uma natureza mais conflituosa e cruenta” (YOUNG, 2002, p. 36). Essa “combinação de precariedade econômica e da insegurança ontológica é uma mistura extremamente inflamável em termos de respostas punitivas à criminalidade e da possibilidade de criar bodes expiatórios” (YOUNG, 2002, p. 36).

Segundo Gabriel Ignacio Anitua, em sua obra *História dos pensamentos criminológicos*, os realistas de esquerda, “propunham visualizar as origens estruturais e superestruturais do desvio, assim como as reações mais imediatas das instituições oficiais e do público” (ANITUA, 2008, p. 666). Eles incorporam o materialismo histórico ao estudo da questão criminal, visando analisar as questões criminais a partir do modo de produção capitalista e da luta de classes. Dentro deste aspecto, as transformações sociais “não podem prescindir de uma política criminal que favoreça a classe trabalhadora, mais concretamente, de uma política criminal que a defenda tanto dos abusos dos poderosos quanto dos delitos intraclasse” (ANITUA, 2008, p. 715).

Anitua sinaliza que Young defende a ideia de que o delinquente não é alguém que luta contra o sistema capitalista, mas alguém que vitimiza ainda mais os que se opõem ao sistema (a classe trabalhadora). Desta forma, alerta ele, o delinquente “não tem nada de Robin Hood [...], pois quem “delinque não pleiteia uma nova moralidade nem prejudicar os poderosos para dar aos fracos”, mas, pelo contrário, “aproveita-se deles e, no final, acaba aumentando as desigualdades do sistema e suas contradições” (ANITUA, 2008, p. 717). Young segue, assim, o marxismo ortodoxo de abominação ao lumpemproletariado e aos crimes praticados por eles.

Foi justamente a partir da sociologia criminal de Merton e do realismo de esquerda (que adota muitas premissas de Merton) que se passou a considerar como remédio para combater a criminalidade as políticas assistencialistas promovidas pelo Estado de bem-estar social, pois essa corrente parte do princípio etiológico

mertoniano de que não é a “privação absoluta” (ausência de emprego, de moradia digna, de educação formal etc.) a causadora da criminalidade, mas a “privação relativa”, adequando-se, assim, ao conceito marxista de marginalidade econômica, presente também na teoria de Young.

A partir dessas teorias, a política criminal, afinada com os pressupostos do Estado de bem-estar social, versão mitigada do socialismo, busca o controle do delito e da violência através: da oferta de mais empregos; do melhoramento urbanístico; do aumento do senso de coesão e pertencimento; da redução da distribuição desigual dos acessos; da reforma do sistema de justiça criminal em contraposição ao modelo de lei e ordem adotado pelos realistas de direita; e das mudanças das estratégias de policiamento (desmilitarização, maior controle externo, policiamento comunitário etc.).

No âmbito mais específico da política penal, Alexandro Baratta é um dos expoentes do minimalismo penal, que estabelece uma relação entre o cárcere e a marginalização social, ou seja, o processo de criminalização é o mecanismo das relações de desigualdade na sociedade capitalista. Como forma de reverter esse processo propõe uma política criminal alternativa com a despenalização da criminalidade comum, ou seja, aquela praticada pelas “classes subalternas”.

Na sua criminologia crítica, exposta em sua obra *Criminologia Crítica e Crítica do Direito pena*, Baratta declara que uma política criminal alternativa deve:

Se dirigir principalmente para o processo de criminalização, identificando nele um dos maiores nós teóricos e práticos das relações sociais de desigualdade próprias da sociedade capitalista, e perseguindo, como um de seus objetivos principais, estender ao campo do direito penal, de modo rigoroso, a crítica do direito desigual (2002, p. 197).

Baratta diz que as principais tarefas de uma criminologia crítica é desenvolver “uma teoria materialista do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização”, buscando “elaborar as linhas de uma política criminal alternativa, de uma política das classes subalternas no setor do desvio”. Diz ainda que “só uma análise radical dos mecanismos e das funções reais do sistema penal, na sociedade tardo-capitalista, pode permitir uma estratégia autônoma e alternativa no setor do controle social do desvio” (2002, p. 197). Ele defende uma política criminal das classes subalternas, pois elas são as mais selecionadas negativamente pelos mecanismos de

criminalização, deixando de certa forma imunes os crimes praticados pelas elites econômicas e políticas.

É com os adeptos do minimalismo penal que a questão da descriminalização de certos tipos penais se prolifera, deslocando a ênfase das formas de controle repressivo para as formas de controle preventivo. Ou seja, verifica-se a partir dessa transformação no âmbito da política penal a substituição das técnicas aversivas (reforço negativo) pelas técnicas não aversivas (reforço positivo). Estas técnicas, esclarece Pascal Bernardin (2015), foram criadas por Skinner para buscar certos efeitos com vista os comportamentos desejados. Exemplificando: Podemos proibir a circulação de carros velhos aplicando multas severas (técnica aversiva), mas podemos obter o mesmo resultado oferecendo recompensas. Skinner desenvolve, assim, uma tecnologia do comportamento que pode ser aplicada no conjunto da sociedade para manipular pessoas, sendo adotada na educação, na psicoterapia, na administração, no campo jurídico etc. No âmbito jurídico, a noção de culpa vem sendo substituída pela noção de vítima da sociedade ou das circunstâncias sociais. É a partir dessas técnicas não aversivas que os valores são modificados ou manipulados, bem como comportamentos e cognições.

Podemos resumir as teorias acima mencionadas da seguinte forma: a) ênfase nos fatores predisponentes, especialmente nos fatores socioeconômico e socioculturais; e, b) o crime está relacionado com a estrutura socioeconômica desigual e que a modificação nessa estrutura, dando mais oportunidades aos desprivilegiados, reduziria o comportamento desviante.

Com relação ao item “b”, as pesquisas realizadas sobre o impacto das políticas assistencialistas na criminalidade demonstram que ao invés da redução houve um aumento substancial nos índices de criminalidade.

Um estudo realizado nos Estados Unidos mostra, conforme Lyle Rossiter (2016), em sua obra *A mente esquerdista*, que a política assistencialista elevou o nível de desintegração social, refletindo substancialmente na elevação da criminalidade. O país saiu de 144 bilhões de dólares em gastos anuais, em 1960, para 800 bilhões de dólares, em 1990, onde mais de uma criança em cada oito recebia assistência do governo. O resultado disso foi: o aumento de 400% de nascimento de filhos ilegítimos; triplicou o número de crianças em casas de pais solteiros; triplicou o número de

suicídios de adolescentes; e houve um crescimento de 500% no número de crimes violentos. Uma mãe solteira para adquirir o benefício do Estado, exemplifica o autor, tinha que satisfazer duas condições: “1 – ela não podia trabalhar, e 2 – ela não podia estar casada com um homem que estivesse empregado” (2016, p. 103). Ou seja, além de pagar para uma mulher ter filho, ainda desencorajava a criá-lo fora da família nuclear.

Theodore Dalrymple, em *Nossa Cultura...ou o que restou dela*, ressalta a questão de desestruturação da família a partir do Estado de bem-estar social e sua política assistencialista. Como médico psiquiatra, vivenciou vários pacientes externarem as práticas de diversos tipos de crimes de abuso sexual e observou a irresponsabilidade de homens e mulheres no que tange aos deveres familiares. Segundo ele, as escolhas pessoais, “baseadas no prazer ou no desejo momentâneo, forjariam a miséria e o sofrimento não apenas de si mesma, mas sobretudo de seus filhos”. Essas escolhas baseadas no prazer e no desejo momentâneo, Dalrymple denomina de frivolidade do mal, que é “a elevação do prazer efêmero que se sobrepõe à miséria de longo prazo, que se desencadeia sobre terceiros em relação aos quais se tem obrigações” (2015, p. 35). É por meio da frivolidade do mal que muitas mães põem para fora de casa seu filho ou sua filha menor porque o atual companheiro não o quer em casa. É a partir dessa frivolidade do mal que muitos intelectuais não veem nada de mais com essa conduta a não ser a extensão da liberdade e das escolhas humanas. A condenação dos filhos pela irresponsabilidade dos pais é uma consequência das políticas assistencialistas. E todos eles, diz Dalrymple, têm consciência:

Tive centenas de conversas com homens que abandonaram seus filhos dessa forma, e todos eles sabiam perfeitamente quais seriam as consequências para a mãe e, mais importante, para as crianças. Todos eles sabem que estão condenando seus filhos a terem vidas assombradas pela brutalidade, pobreza, abuso e desprezo. [A consequência disso] é a produção de uma onda crescente de negligência, crueldade, sadismo e alegre malignidade, que ainda me choca e me surpreende (2015, p. 36).

Dalrymple alerta que, embora seus “pacientes tenham ciência de que estão cometendo um grande equívoco, eles se sentem encorajados a continuar agindo dessa forma por acreditarem que têm o direito de agir assim, já que tudo é apenas

uma questão de escolha” (2015, p. 38). A partir desta lógica, 40% das crianças na Grã-Bretanha nascem fora do casamento e o divórcio tornou-se regra e não exceção.

Ainda sobre a relação entre a desestruturação da família e a criminalidade, uma matéria realizada pelo jornalista Rodrigo Gallo, intitulada *Crime de abandono*, publicada em 2017, na revista Sociologia ciência & vida – Ano 1, nº 10, diz que “a ausência da figura paterna na vida da criança pode ser responsável por boa parte dos casos de violência juvenil no País”. As pesquisas indicam “que cerca de metade dos jovens infratores não tem contato com o pai”. Na introdução do artigo consta que “O número de menores infratores internados em instituições socioeducativas de todo o Brasil cresceu 28% entre 2002 e 2006, passando de 12.051 para 15.426 em quatro anos”. Especialistas “apontam que o aumento no número de menores infratores pode ser um reflexo tardio de mudanças ocorridas no comportamento sexual dos brasileiros nas últimas décadas – resultado na criação de milhares de filhos apenas pela mãe”.

2.2 Abordagem concreta das causas do crime

Uma abordagem concreta das causas da criminalidade e da violência parte da ideia de Platão de que a qualidade de uma sociedade é determinada pelo caráter moral dos seus membros, premissa esta, por exemplo, adotada pelo filósofo alemão Eric Voegelin para explicar a aceitação do povo alemão de fenômenos sociopolíticos como o nacional-socialismo. Ele parte da tese do declínio moral e intelectual alemão como causa para o surgimento do nazismo, fazendo severas críticas às formas de interpretações estruturalistas, que se concentravam apenas em fatores econômicos, políticos e sociais, colocando o caráter do homem, a variedade e intensidade de suas paixões e sua liberdade espiritual em um plano não só secundário, mas dentro de um determinismo muito posterior. Isto é, toda a análise de Voegelin sobre o fenômeno nazista em suas preleções contidas em sua obra *Hitler e os Alemães* enfatizou o “caráter pessoal em seus aspectos de maturidade, mediocridade e corrupção”, sem deixar, contudo, de considerar a “construção histórica e sedimentação de estruturas sociais, com seu efeito provocador ou inibidor no caráter pessoal”. Mas, afirmou que os fatores emergentes têm predominância sobre os fatores predisponentes, pois “a sociedade deve sempre ser uma expressão das pessoas moralmente maduras dentro dela”. Isso significa dizer que a “personalidade moral do indivíduo não é [...]”

determinada pelas estruturas sociais que o cercam”, mas, ao contrário, “os componentes intencionais se sobrepõem aos estruturais (VOEGELIN, 2007, p. 66).

Essa sentença platônica de que a qualidade de uma sociedade é determinada pelo caráter moral dos seus membros é endossada por José Ortega y Gasset, em *Rebelião das massas*, quando diz que somente através da análise da consciência dos indivíduos podemos verificar o grau de civilizada ou de incivilidade de uma sociedade (ORTEGA Y GASSET, 2016).

A mudança da personalidade moral e espiritual também foi retratada na literatura por Dostoiévski, em sua obra *Os Demónios*, para explicar a aceitação do povo russo, mais especificamente da elite intelectual e artística, ao comunismo, onde membros revolucionários socialistas, pertencentes ao círculo de Petrachévski (1846-1848), corromperam a estrutura psicológica e espiritual do povo russo através do niilismo e do ateísmo. Os ataques contra a igreja, o matrimônio e o casamento estavam inseridos na literatura, poemas, panfletos etc. Ademais, a estimulação da divisão e do conflito social a partir da liberdade ilimitada se constituía na peça-chave para a implantação da ditadura ilimitada (DOSTOIÉVSKI, 2018b).

Em outra obra, *Memória da casa dos mortos*, Dostoiévski também fez referência à degradação moral de sua época. O recorte tratado pelo autor era um presídio na Sibéria (onde ficou preso), mas, de forma indutiva, fazia referência à Rússia pré-revolucionária ou em processo de fermentação revolucionária. Dentro deste contexto, as malfetorias, as baixezas, as vilanias e outros comportamentos vistos como imorais e anormais transformavam-se em hábitos e costumes, mesmo por parte daqueles que consideram como imorais e anormais, porque quem se apartasse dessa forma degradante de comportamento era considerado como desviante e subversivo, pois, como ressalta o autor, “as manifestações espontâneas da personalidade no preso são consideradas como um crime” (DOSTOIÉVSKI, 2018a, p. 116).

Este tipo de adaptação da personalidade à anormalidade foi denominado por Ortega y Gasset de *acanalhamento*, que é a “aceitação de uma irregularidade como estado habitual e constituído; de algo que, mesmo sendo aceito, continua parecendo indevido. Como não é possível converter em sã normalidade o que é criminoso e anormal em sua essência, o indivíduo opta por ele se adaptar ao indevido, fazendo-

se completamente homogêneo ao crime ou à irregularidade que carrega” (2016, p. 222).

Ao partir da premissa platônica de que qualidade de uma sociedade é determinada pelo caráter moral dos seus membros, infere-se que a desordem, a incivilidade, a violência e o crime estão relacionados com a degenerescência moral, o nível de concupiscência, os vícios e todas as formas de corrupção psicológica e espiritual, invertendo a máxima marxista de que a consciência é produto do desenvolvimento histórico. A abordagem concreta da criminalidade estabelece que os fatores emergentes condicionam os fatores predisponentes e é por eles também influenciados, atuando reciprocamente.

Para reforçar a nossa hipótese vamos nos apoiar na Lei dos Quatro Cs: *Community, Chaos, Conscience* e *Cops* (Comunidade, Caos, Consciência e Polícia), que foi denominada por Peter Kreeft, em seu livro *Como vencer a guerra cultural*, de Lei de Colson (em homenagem ao seu idealizador Chuck Colson). Essa lei diz que “Comunidade e Caos são forças inteiramente opostas, como exércitos em guerra. Policiais e Consciências são duas armas ou estratégias possíveis do exército de defesa (Comunidade) contra o exército de ataque (Caos)” (2020, p. 52). Quanto mais uma comunidade tem consciência moral para conter o caos, menos ela precisa de polícia; no sentido inverso, quanto mais uma comunidade necessita de polícia menos consciência moral ela possui. Isso significa dizer que quanto maior a consciência moral menor é a presença coercitiva do Estado através da polícia. “A Lei de Colson”, diz Kreeft, “dita que uma comunidade com menos ‘policiais internos precisa de mais ‘policiais externos’”; a mesma lei diz “que a únicas alternativas à consciência são a polícia ou o caos”, e se “a defesa interna é diminuída, o escudo externo deve ser aumentado para prevenir o caos” (2020, p. 54). Por fim, a Lei de Colson “prediz que a longevidade de uma comunidade é proporcional à sua moralidade” (2020, p. 57).

Essa relação causal entre o caráter moral e a elevação da criminalidade pode ser percebida quando o Estado tomou para si toda a responsabilidade pelo controle e punição das infrações e desvios, debilitando os mecanismos de controle informais até quase sua extinção. A ausência desses mecanismos se constitui em causas permissivas para as ações de desvios (moral e criminal), pois sem tais controles nada impede que o desviante considere o seu ato como algo normal e até mesmo moral.

Isso foi agravado, como vimos acima, pelas teorias sociológicas e criminológicas quando retiram a responsabilidade da ação desviante do indivíduo e colocaram nos fatores predisponentes, estabelecendo, assim, um salvo conduto para os criminosos.

Partindo de uma perspectiva diferente, o cientista policial deve buscar, através de um estudo concreto da criminalidade, corrigir um erro muito comum nos escritos que dão predominância aos fatores predisponentes para explicar a criminalidade, a saber: o *romantismo criminal*. Os escritores dessa linha, quer na literatura expositiva (história, ciência e filosofia), quer na literatura imaginativa (poesia, teatro e prosa), deixaram, diz Varlam Chalámov, em sua obra *Ensaio sobre o mundo do crime*:

[...] se seduzir e iludir pelo fosforescente brilho da criminalidade, adornando sua verdadeira face com a máscara romântica, com o que reforçam, no leitor, uma ideia inteiramente falsa desse pérfido e repugnante universo, no qual nada de humano está contido (2016, p. 14).

Sobre a influência dessa literatura que romantiza a criminalidade nos jovens, diz Chalámov, não só deixa de condenar os criminosos, mas tem um feito contrário: “prepara o terreno para o florescimento de um germe envenenado no inexperiente e cândido espírito da juventude”, pois o “jovem não é capaz de compreender e reconhecer de imediato a verdadeira face do bandido” (2016, p. 19).

Uma questão importante na abordagem realista das ciências policiais para um melhor e maior entendimento da elevação dos índices de criminalidade na contemporaneidade é a diferenciação entre o *criminoso profissional* do *criminoso ocasional*. Na linguagem russa, diz Chalámov, denomina-se o primeiro de *blatar* e o segundo *fráier*. É o mundo dos *blatares*, entretanto, que se constitui no verdadeiro *mundo do crime*.

Na realidade dos campos de concentração e de trabalho forçado, onde Chalámov foi prisioneiro sobrevivente, havia os dois tipos de criminosos, mas eram os criminosos profissionais (os *blatares*) que davam “as feições aos lugares de detenção”, eram eles que davam “o tom a toda a existência que há neles – da mais alta chefia aos famintos trabalhadores das galerias das minas” (2016, p. 36). Se reproduzirmos essa descrição do mundo do crime de Chalámov para a realidade dos nossos presídios e das favelas dominadas pelo tráfico de drogas a situação é a mesma.

Chalámov descreve ainda o mundo do crime como algo que corrompe tudo o que há de humano no homem. O mundo do crime vive em paralelo aos pequenos roubos e delitos, mas “um delinquente, qualquer pequeno delinquente, encontra-se ainda no limiar da humanidade”, diferentemente de um *blatar*, que já está fora de qualquer moralidade humana:

Um assassino qualquer, um delinquente qualquer, não é nada se comparado a um *blatar*. Este é também assassino e delinquente e é ainda mais alguma coisa cuja designação não existe na língua dos homens (2016, p. 43).

Para Chalámov, o mundo do crime é “um mundo de homens que deixa de ser humanos”, que “corrompe e envenena nossa juventude”. É na ausência moral que está a sua força, cuja psicologia da bandidagem é fundada na percepção “de que suas vítimas jamais fariam, nem mesmo poderiam pensar em fazer, o que eles fazem de coração leve e com prazer, todo dia e toda hora” (2016, p. 55). É a renúncia ao mundo moral por parte dos criminosos profissionais que possibilita as formas mais cruentas de criminalidade como se verifica, por exemplo, nos crimes de justificação, nos crimes de estupro e nas diversas formas hediondas de crime e violência.

Uma abordagem concreta das causas da criminalidade não deve desconsiderar a realidade do mundo do crime nem a diferença entre criminosos profissionais e ocasionais, entendendo os primeiros como aqueles que usam o crime como profissão: assaltante de bancos, traficante de drogas e armas, sequestradores, estelionatários, falsificadores etc. E a elevação desse tipo de criminalidade, juntamente com a criminalidade ocasional, tem como causa permissiva a ausência das formas de controle informais (onde muitas hoje são inclusive criminalizadas pelo Estado), reforçada por um rol de teorias que não só romantizou o crime e o criminoso, mas colocou a responsabilidade da elevação da criminalidade nos fatores predisponentes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode concluir é que a desconsideração dos fatores emergentes por parte dos especialistas em segurança pública em suas análises explicativas sobre as causas da criminalidade e da violência (influenciados pelas teorias acima expostas) não permite perceber que a degradação dos fatores emergentes provoca a destruição

dos fatores predisponentes, deixando inóspito o ambiente social. É justamente com a perda da autodisciplina e do autocontrole, própria dos fatores morais e espirituais, que surge, conforme Richard Wever, por um lado, o *bárbaro*, que é aquele que “se propõe a destruir o que é diferente justamente porque é diferente”, e, por outro lado, o *neurótico*, que é aquele “que sempre busca controlar os outros, provavelmente por ter perdido sua própria capacidade de integrar-se” (2016, p. 193).

O sujeito das ciências policiais deve ter uma imagem bem nítida sobre o grau de consciência moral dos indivíduos, especialmente o *acanalhamento*, da realidade social que está estudando, pois é daí que avaliará os fatores emergentes da criminalidade e seus reflexos nos fatores predisponentes. Podemos aqui estabelecer alguns indicadores desse *acanalhamento*: o desrespeito a qualquer tipo de autoridade; a decadência das artes plásticas, músicas, literaturas etc.; o elevado consumo de drogas, a valorização de tudo que é inferior; a permissividade sexual; o desrespeito às leis; o afastamento da dimensão espiritual; a destruição da família; o predomínio do relativismo moral e gnosiológico, bem como do niilismo e do ceticismo. É o estudo da consciência moral e espiritual (fatores emergentes) dos indivíduos que possibilita compreender o nível de criminalidade, violência e desordem de uma sociedade e não simplesmente (ou exclusivamente) a sua estrutura (fatores emergentes).

4 REFERÊNCIAS

ANITUA, G. I. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

BARATTA, A. **Criminologia crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BERNARDIN, P. **O Império ecológico, ou A subversão da ecologia pelo globalismo**. Tradução de Diogo Chiuso e Felipe Lesage. Campinas, SP: Vide Editorial, 2015.

CHALÁMOV, V. **Ensaio sobre o mundo do crime** (Contos de Kolimá 4). Tradução e notas de Francisco de Araújo; posfácio de Varlam Chalámov. São Paulo: Editora 34, 2016.

DALRYMPLE, T. **Nossa Cultura...ou o que restou dela**: 26 ensaios sobre a degradação dos valores. Tradução Maurício G. Righi. 1. ed. São Paulo: É Realizações Ed., 2015.

DOSTOIÉVSKI, F. **Memória da Casa dos Mortos**. Tradução Natália Nunes; introdução Otto Maria Carpeaux. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018a.

DOSTOIÉVSKI, F. **Os demônios**. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; desenhos de Claudio Mubarak. São Paulo: Editora 34, 2018b.

GALLO, R. Crime de abandono. In: **Sociologia ciência & vida**. Ano 1, nº 10, 2017.

KREEFT, P. **Como vencer a guerra cultural**. Tradução e notas de Márcio Hack. 2ª ed. Campinas, SP: ECCLESIAE, 2020.

MERTON, R. K. **Sociologia**: Teoria e Estrutura. Tradução de Miguel Maillet. São Paulo: Editora Mestre JEU, 1970.

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas**. Tradução de Felipe Denardi. Campinas, SP: Vide Editorial, 2016.

ROSSITER, L. H. **A mente esquerdista**: as causas psicológicas da loucura política. Tradução de Flávio Quintela. Campinas, SP: Vide Editorial, 2016.

SANTOS, M. F. **Filosofia da crise**. 1ª. ed. São Paulo: É Realizações, 2017.

VOEGELIN, E. **Hitler e os alemães**. Introdução e edição de texto Detlev Clemens e Bredan Purcell; tradução Elpídio Mário Dantas Fonseca. São Paulo: É Realizações, 2007.

WEAVER, R. **As ideias têm consequências**. Tradução Guilherme Ferreira Araújo. 2. ed., rev. ampl. São Paulo: É Realizações, 2016.

YOUNG, J. **A sociedade excludente**: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ORIGEM DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ORIGIN OF CRIMINAL ORGANIZATIONS IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL

Rafael de Werk
Ricardo de Werk Filho

RESUMO

Este artigo apresenta dados coletados em fontes abertas bem como apresenta conhecimento empírico no que tange ao fenômeno das organizações criminosas, em âmbito geral e específico, no Estado de Mato Grosso do Sul (MS) de 2001 até o ano de 2014. Todas as informações contidas neste artigo são de conhecimento público, sendo parte desclassificada de forma tácita por autoridade competente, observada a legislação vigente e ainda destacada sua ampla divulgação nas mídias nacionais. Nesse sentido, pretende-se demonstrar um conhecimento mais amplo a respeito das organizações criminosas, objetivando descrever sua estrutura funcional e sua origem histórica no Estado de MS.

Palavras-chave: história; origem; estrutura; organização criminosa.

ABSTRACT

This article presents data collected from open sources as well as presents empirical knowledge regarding the phenomenon of criminal organizations, in general and, specifically, in the State of Mato Grosso do Sul (MS) from 2001 to the year 2014. All information contained in this article is public knowledge, part of which has been tacitly disqualified by the competent authority, in compliance with current legislation and its wide dissemination in the national media is highlighted. In this sense, it is intended to demonstrate a broader knowledge about criminal organizations, aiming to describe their functional structure and their historical origin in the State of MS.

Keywords: story; source; structure; criminal organization.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser social e desde o começo dos tempos, nas civilizações antigas, buscava sua socialização por meio de grupos primitivos, tais como: tribos, clãs, famílias, entre outros. Independente do grupo social a que o homem primitivo se relacionava, seu principal objetivo era o de conseguir dar continuidade a sua linhagem bem como manter sua sobrevivência.

Com a evolução dos seres humanos, o objetivo de sobrevivência tornou-se primário, porém outros objetivos secundários se fizeram de grande importância

para a manutenção destes grupos, como por exemplo, a conquista de terras, a organizações de grupos para a atividade de produtos primários e secundários, o comércio de mercadorias e homens (escravos), dentre outros.

Deste modo, diversas classes sociais nasceram, e seus nortes, os princípios que existiam no início da civilização humana, acabaram. Nesse contexto, a segregação entre grupos em função da etnia, a pobreza e a riqueza se tornaram mais evidentes.

Como consequência do nascimento das desigualdades sociais, imergiram diversos tipos de preconceitos os quais fizeram com que alguns grupos tivessem interesses difusos associados a uma ambição descontrolada, visando uma sobrevivência por meio da qual o mais forte se beneficiava do mais fraco.

Tendo como objetivo garantir a ordem social, os líderes dos primeiros grupos sociais mais desenvolvidos começaram a criar regras obrigatórias, usando principalmente os costumes, vislubrando a sua disciplina e a organização básica, buscando, assim, sua existência respeitando tais preceitos.

Observadas as transformações sociais, culturais e econômicas, vislumbra-se que juntamente com a evolução dos grupos sociais, evoluíram-se também as primeiras organizações criminosas.

Apesar de não se saber ao certo quando nasceram as organizações criminosas, estima-se que elas foram originadas no princípio das sociedades, e que é uma característica em comum observada em diversos países no mundo. Ressalta-se, entretanto, que não há consenso entre os historiadores e estudiosos sobre este assunto.

No que diz respeito ao período em que de fato nasceram tais organizações, observados os conceitos atuais, bem como as estruturas organizacionais em nível hierárquico, com a criação de canais de comunicações respeitando este princípio. Destacam-se outras características como o ilícito, sendo a base de suas atividades, não se respeitando fronteiras entre territórios, visando assim o acúmulo de riquezas e o benefício próprio.

Por isso, este estudo tem como objetivo descrever a origem das organizações criminosas no Estado de MS, visando a traçar um paralelo com os dispositivos legais criados que deram origem a sua definição e tipificação penal

no ordenamento jurídico.

Para melhor entendimento será considerado como sinônimos neste artigo: organizações criminosas, assim como, facções criminosas e crime organizado.

As informações contidas neste estudo, com relação às organizações criminosas foram realizadas pesquisas em fontes abertas e, principalmente, nas informações da Operação *Blackout* e Operação *Eríneas*.

Tais operações tinham sido as maiores realizadas contra a organização criminosa denominada PCC⁷⁷, sendo que aconteceram ambas no ano de 2013, por meio de uma ação conjunta dos seguintes órgãos: o MPE/MS⁷⁸, representada pelo GAECO⁷⁹, a AGEPEN/MS⁸⁰, representada pela GISP⁸¹, e pela PM/MS⁸², representada pela CIGCOE⁸³.

Atualmente, nenhuma informação tem natureza sigilosa, quaisquer outras informações de posse dos autores que possam um dia ter sido classificadas foram desclassificadas por autoridade competente, ou desclassificadas tacitamente, de acordo com a legislação vigente.

Por fim, destaca-se que as informações do sistema penitenciário bem como as informações das organizações criminosas são voláteis, isto é, mudam constantemente. Sendo assim, as informações contidas neste estudo foram baseadas principalmente a fatos acontecidos no ano de 2013.

Também foram utilizadas anotações apreendidas em operação de revista, tipo “pente-fino”, foram encontrados manuscritos de Estatutos da Organização Criminosa PCC, que demonstram que a organização foi estabelecida no dia 22 de dezembro de 2001, no Estado de MS.

Inicialmente, a organização criminosa se denominou PCMS⁸⁴, considerada uma ramificação do PCC de São Paulo (SP). Mesmo tendo a sua origem atrelada à matriz paulista, a nova organização tinha forte ligação local.

Em 2001, foram criadas duas Organizações Criminosas contrárias à “ideologia”

⁷⁷Primeiro Comando da Capital.

⁷⁸Ministério Público Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul.

⁷⁹Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado.

⁸⁰Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

⁸¹Gerência de Inteligência do Sistema Penitenciário.

⁸²Polícia Militar do Estado de Matogrosso do Sul.

⁸³Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais.

⁸⁴Primeiro Comando do Mato Grosso do Sul.

do PCC, que passaram a disputar o controle da população carcerária, as quais denominavam-se CRBE⁸⁵, e o PCL⁸⁶.

Estas duas Organizações Criminosas não resistiram ao tempo e, segundo relatos de servidores penitenciários, em 2005, não havia mais registros da existência destas, nas unidades penais do Estado de MS, tendo sido absorvidas pela ideologia do PCC ou seus membros “convencidos” a migrarem ou mesmo as abandonarem.

Posteriormente, as rebeliões que aconteceram em maio de 2006 (rebelião do Dia das Mães - promovido pelo PCC - nos Estados de SP, MS, ES, e MG), o PCMS foi absorvido de fato pelo PCC, e desde então a sigla PCMS não é mais utilizada.

A partir daí não se trata mais de uma filial da facção, mas sim uma facção própria obedecendo todas as regras e a hierarquia estabelecida por São Paulo. Isso é importante quando comparamos o aparecimento de outras facções em unidades da federação diversas de origem, por exemplo, o Comando Vermelho, empresta a “franquia”, estabelece alguns acordos, mas não possui a direção, esta é empreendida por lideranças locais (exemplo o: CV-MT⁸⁷).

Atualmente, além do PCC, existe no Estado MS também, a Organização Criminosa denominada “Grupo G”, a qual seria um braço da Organização Criminosa denominada PGC⁸⁸, oriunda do Estado de Santa Catarina, formada inicialmente no Estado do MS por criminosos que estariam descontentes com o PCC.

O “Grupo G” foi identificado em fevereiro de 2012, nas unidades penais do Estado de Mato Grosso do Sul, e foi observado ainda que tal Organização Criminosa já tinha sido denominada também de “Grupo Planos BV” ou “Facção G”, porém tais denominações caíram em desuso permanecendo apenas como “Grupo G”.

O principal fundador do “Grupo G” foi o preso Nelson de Lima, vulgo “Setenta”, que foi um dos fundadores do PGC, no Estado de Santa Catarina (SC), que custodiado na época dos fatos, no EPJFC⁸⁹, em Campo Grande.

O PGC segue o mesmo princípio de “ideologia” e organização do PCC, suas ações criminosas acontecem dentro e fora dos Presídios. Observa-se, ainda, que o

⁸⁵Comando Revolucionário do Brasil Encarcerado.

⁸⁶Primeiro Comando da Liberdade.

⁸⁷Comando Vermelho do Mato Grosso.

⁸⁸Primeiro Grupo Catarinense.

⁸⁹Estabelecimento Penal de Segurança Máxima “Jair Ferreira de Carvalho”.

PGC é considerado violento, sendo comum a prática de assassinatos e atentados a Delegacias de Polícia e a Postos de Policiais Militares, no Estado de SC.

A representativa do "Grupo G" no Estado de MS é considerada "modesta", porém, com passar do tempo, ela pode ser um forte concorrente ao PCC no controle das atividades ilícitas dentro e fora dos presídios. Nesse sentido, passa a ser um contraponto no Estado e durante um período não foi visto como ameaça, inclusive, com a permissão para que ocorresse batismos mútuos, ou seja, no Estado de SC, o PGC aceitava batismos de presos pelo PCC e vice-versa no Estado de MS.

Anotações apreendidas, posteriormente, explicitaram o racha entre as facções com a proibição de batismos e inclusive com atos mútuos de retaliação. Em razão disso, hoje no Estado de MS, o "Grupo G" se encontra enfraquecido, inclusive com os integrantes presos nos chamados "seguros"⁹⁰.

O Estado de MS sempre foi considerado estratégico para as facções criminosas. Durante certo período o CV⁹¹ exerceu forte influência na compra de drogas nos países de fronteira, exemplo disso foi a presença e influência de Fernandinho Beira-Mar principalmente no Paraguai. Após isso o PCC passou a exercer força também na região de fronteira, inclusive com integrantes foragidos se homiziando nos países de fronteira (Paraguai e Bolívia).

Após a morte de Jorge Rafaat Toumani, a fronteira com o Paraguai passa por um período de acomodação de forças. Há relatos de disputas entre grupos de traficantes locais e facções como PCC e CV. E não é possível determinar quais forças estariam dominando com mais ênfase a região. Na região já foram identificadas a presença de integrantes do PCC, CV, Bala na Cara, PGC,FDN, entre outras facções que buscam na região a aquisição de drogas e armas.

2 HISTÓRIA DO CRIME ORGANIZADO

O Crime Organizado é considerado um fenômeno antigo no mundo e por se tratar de característica comum em muitos países existem várias teorias a respeito de sua origem na história.

⁹⁰celas utilizadas para presos que precisam de segurança na unidade penal.

⁹¹Comando Vermelho.

Pode-se dizer, sem aprofundarmos nas passagens históricas de cada região ou de cada país, que ao longo da evolução do homem em todos os continentes houve a presença do crime organizado.

Independentemente do local e do ano de sua origem, pode-se identificar facilmente sua presença na história geral, um dos exemplos mais usados é dos piratas marítimos, na idade média.

Dentre as organizações criminosas existentes no mundo, destacam-se a Máfia Italiana, a “*Cosa Nostra*”, seguido da a “*Tríades Chinesas*”, na China, a “*Yakusa*”, no Japão, e a Máfia Ítalo-Americana, nos Estados Unidos da América.

Não sendo diferente de nenhum outro lugar, no Brasil, a presença do Crime Organizado também aparece em sua história, e também existem várias teorias a respeito de sua origem.

Alguns historiadores mencionam que o primeiro registro histórico do Crime Organizado no Brasil foi no sertão nordestino com o aparecimento dos cangaços ou cangaceiros, no final do século XIX e início do século XX.

Entende-se que Virgulino Ferreira, vulgo “Lampião” poderia ser considerado um dos primeiros líderes do Crime Organizado no país.

Por outro lado, uma corrente de historiadores também defende, que o Crime Organizado no Brasil apareceu com a criação do “*Jogo do Bicho*”, que foi considerada contravenção penal, por se tratar de “*jogo de azar*”.

O “*Jogo do Bicho*” foi criado em 1892, pelo Barão João Batista Vianna Drummond, com o objetivo aumentar o número de visitantes Zoológico do Rio de Janeiro (RJ), que estava passando por problemas financeiros.

Alguns historiadores justificam que, pelo fato do “*Jogo do Bicho*” ser considerado contravenção penal, não poderia ser precursor do crime organizado no Brasil. Todavia, apesar de ser tratado como ilícito de menor potencial ofensivo é público e notório o poder que os bicheiros exerceram e ainda exercem principalmente no RJ, inclusive com indícios de envolvimento com outros ilícitos.

Posteriormente, com o golpe militar de 1964, houve uma mudança no cenário político, econômico e cultural do país, quando a partir deste ano, deu-se início a uma nova perspectiva para ascensão do Crime Organizado no Brasil.

O período do golpe militar foi extremamente conturbado, pois foi quando começaram a aparecer grupo políticos contrários ao governo, que eram considerados como “grupos de esquerda”. A estrutura organizacional desses grupos era feita por meio de manuais comunistas, que eram basicamente estruturas de milícias militares, que dentre suas ações realizavam ataques terroristas, assalto a bancos e sequestros de autoridades brasileiras e internacionais.

Em decorrência da prisão de alguns líderes destes grupos de esquerda, aos quais ficam custodiados em prisões comuns no Estado do Rio de Janeiro (RJ), houve uma disseminação para os demais presos, dos ideais comunistas e do conhecimento de táticas de guerrilhas, onde tais informações foram utilizadas como base para a criação das organizações criminosas atuais do Brasil.

Segundo Amorim (2007), em seu livro “CV e PCC – A Irmandade do Crime”, o crime organizado institui em algumas favelas ou morros, do RJ, governos paralelos, como se observa abaixo:

O ‘dono do morro’ é também o juiz e prefeito da área controlada. Até mesmo o sobe-e-desce das pessoas é feito sob vigilância armada. O chefe do tráfico tem poderes quase absolutos, incontestáveis. Como já vimos, o bandido investe no samba e na educação, no saneamento e na moradia. Com o passar do tempo, essa administração de fato se torna também uma administração de direito (AMORIM, 2007, p. 280).

O primeiro registro oficial de organização criminosa foi no ano de 1979, Estado do RJ, com a criação da facção criminosa denominada “Falange Vermelha” e, posteriormente, chamada de Comando Vermelho.

Segundo Porto (2007), em seu livro Crime Organizado e Sistema Prisional, as principais organizações criminosas que surgiram no Brasil, são as seguintes: No Estado de SP: Primeiro Comando da Capital; Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade; Comissão Democrática de Liberdade; Seita Satânica; Serpentes Negras; e Terceiro Comando da Capital. No Estado do RJ: Comando Vermelho; Amigos dos Amigos; e Terceiro Comando. No Estado do PR: Primeiro Comando do Paraná. No DF: Paz, Liberdade e Direito. No Estado de MG: Primeiro Comando Mineiro; e Comando Mineiro de Operações Criminosas. No Estado do RS: Os Manos; e Os Brasas. No Estado de PE: Comando Norte-Nordeste. No Estado do RN: Primeiro

Comando de Natal. E No Estado de MS: Primeiro Comando do Mato Grosso do Sul; e Primeiro Comando da Liberdade.

Devido ao cenário volátil das organizações criminosas, observa-se que muitas acabam por extinguir e outras criadas, como o Terceiro Comando Paulista, Primeiro Comando do Interior, Primeiro Comando do ABC, no Estado de SP, Primeiro Grupo Catarinense, do Estado de SC, o Grupo G que atua no Estado de MS, mas é uma extensão do PGC⁹², os Filhos do Norte, do Estado do AM, o Comando Vermelho Jovem da Criminalidade, do Estado do RJ, dentre outros.

É importante lembrar que algumas destas organizações criminosas, como por exemplo, o PCC, tem sua atuação em diversos Estados da Federação, inclusive em países como a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Ressalta-se que várias facções se utilizam das mazelas da sociedade para se estabelecerem e tomarem o poder, sendo influentes na vida das pessoas em detrimento ao vácuo do poder estatal. Nas favelas cariocas esse cenário é explícito com o “papel social” realizado pelos traficantes, que na ausência das políticas públicas, mantém o domínio econômico das comunidades.

No sistema penitenciário esse papel também é desempenhado pelas facções, que a partir de um cenário de precariedade da execução penal, assumem um papel de poder paralelo ao Estado e passam a dominar a massa carcerária sob a falácia de proteção e briga por melhores condições no cumprimento da pena.

Importante ressaltar que as organizações criminosas ganham força pela ausência ou fraqueza do Estado, que por deixar vulnerabilidades acaba facilitando o estabelecimento das organizações.

No caso específico do sistema penitenciário, o Estado demorou para agir e hoje a sociedade paga um preço alto pela ineficiência, pois as facções influenciam na qualidade de vida das pessoas não somente pelas ações produzidas no interior dos estabelecimentos penais, mas também com ações externas, seja no intuito de arrecadar dinheiro para financiar os seus projetos e enriquecer as suas lideranças, seja no intuito de levar pânico com atentados geralmente visando às forças de segurança pública para demonstrar força e intimidar o Estado.

⁹²Primeiro Grupo Catarinense.

3 HISTÓRIA DO CRIME ORGANIZADO NO MATO GROSSO DO SUL

Não diferente dos demais Estados da Federação, a existência do Crime Organizado no Estado de MS é uma realidade que não se limita apenas ao interior das unidades penais.

O PCC, oriundo do Estado de SP, começou a ser inserida no sistema penitenciário do Estado de MS a partir do ano de 1998, quando houve então uma tentativa de desarticulação de sua liderança pelo Governo do Estado de SP.

Lideranças identificadas no período foram transferidas para outras unidades da federação. Esta ação à época foi vista como forma de desarticular e enfraquecer a facção. Isso posteriormente se demonstrou não somente ineficiente, mas como um erro estratégico das autoridades, pois o Estado de MS foi um dos estados que recebeu membros líderes de organizações criminosas.

Segundo relatos de servidores penitenciários lotados na época dos fatos no EPJFC, em Campo Grande/MS, os membros do PCC começaram a pregar a sua “ideologia criminosa” que aos poucos foi ganhando a simpatia de parte dos carcerários lotados neste Estabelecimento Penal.

Entende-se que a entrada de fato do PCC, como ideologia, no Estado de MS acontece a partir de junho de 2001. Por conta de uma nova movimentação de lideranças, desta vez por ocasião da rebelião ocorrida no Presídio de Piraquara/PR, vários presos foram espalhados para outros Estados, entre eles o MS.

A rebelião no Presídio de Piraquara foi organizada pelo PCC, e foi uma das rebeliões mais violentas da história do Brasil e a maior do Estado do PR. Com o fim da rebelião, os presos articuladores foram transferidos para unidades penais dos Estados de MS, SP e SC.

Para o Estado de MS foram transferidos 11 presos, e entre eles podemos destacar: José Márcio Felício, o vulgo “Geléia” ou “Geleirão”, membro fundador do PCC e líder da rebelião no Presídio de Piraquara/PR; Luís Marcos Silva dos Santos, o vulgo “Francês”; César Augusto Roriz, o vulgo “Cezinha”, membro fundador do PCC; Júlio César Silvério, membro e um dos autores do Estatuto do PCC; e Júlio César Guedes de Moraes, vulgo “Juninho Carambola”.

É importante destacar, novamente, o PCC quando se estabeleceu no Estado de MS, no ano de 2001, utilizava a denominação de PCMS, e posteriormente as

rebeliões ocorridas em maio de 2006, tal denominação absorvida, e é utilizado somente a sigla PCC.

4 FUNCIONAMENTO DO PCC

Dentro da organização do PCC puderam-se identificar diversas nomenclaturas de seus membros e são destacadas o papel de cada indivíduo pela forma de tratamento utilizada. É importante destacar que o ingresso no PCC não é exclusivo para os homens e, atualmente, as mulheres estão a cada dia sendo "*batizadas*" e assim ganhando o *status* de "*irmãs*" do PCC.

O recrutamento não se restringe à idade, o PCC está buscando menores, principalmente para o tráfico de drogas, pois a legislação é muito branda com relação a crimes praticados por menores no Brasil. O PCC não permite o ingresso de homossexuais, bissexuais, lésbicas ou travestis, não podendo, assim, ter articulações com a mesma organização.

Destacam-se as principais formas de tratamento entre os membros do PCC:

- 1.) "*Irmão(ã)*" - Membro ativo do PCC, também é chamado de membro "*Batizado*";
- 2.) "*Primo(a) Leal*" ou "*Companheiro(a)*" – Este indivíduo é considerado membro simpatizante do PCC, e possui o *status* de "*Colaborador(a)*". Em via de regra, o "*Primo(a) Leal*" ou "*Companheiro(a)*", é um indivíduo que não foi batizado no PCC;
- 3.) "*Ex-Irmão(a)*" - O membro excluído do PCC, que foi expulso por cometer alguma infração às normas da Organização Criminosa. Em alguns casos permanece na Organização Criminosa com o *status* de "*Colaborador(a)*"; e
- 4.) "*Cunhadas*" – São as esposas ou conviventes ou amásias dos membros do PCC. São as "*Mulheres dos Irmãos*".

O membro do PCC pode ser suspenso ou afastado (*Gancho*), porém permanece como o *status* ativo, possui algumas restrições, como por exemplo, não assumir funções de comando) por prazo determinado pela cúpula de liderança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou descrever a origem das organizações criminosas, como fenômeno social no Brasil e no mundo, bem como destacando suas origens históricas no Estado de MS.

Para traçar estratégias e políticas de segurança pública, se faz necessário buscar entender os fenômenos que dão origem à criminalidade, sob a óptica do entendimento passado e presente, visando uma projeção futura às ações das organizações criminosas como um todo.

A grande territorialidade com dimensões continentais, densidade populacional gigantescas, associada à grande diversidade da população e volaticidade de perfil de criminoso, faz com que os operadores de segurança pública, busquem conhecimentos úteis, visando uma melhor prestação de serviços à sociedade em geral.

Como destacado, as organizações criminosas são um fenômeno antigo, porém por mais paradoxal que possa ser, é um tema mais atual do nunca.

A busca de respostas ao fenômeno do estabelecimento das organizações criminosas depende não só dos governos, mas também dos profissionais de segurança pública pela busca de novos conhecimentos e soluções, para tanto faz-se necessário conhecermos mais profundamente as organizações criminosas e seu funcionamento.

6 REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **CV-PCC – A Irmandade do Crime**. 8 ed. Rio de Janeiro – São Paulo: 8. Edição. Record, 2007.

CAMPOS, L. M.; SANTOS, N. O crime organizado e as prisões no Brasil. In: XIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2004, Fortaleza. **Anais...** Florianópolis, SC: Congresso Nacional do CONPEDI, 2007. p. 489-490. Disponível em: [https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/O%20Crime%20Organizado%20e%20as%20pris%C3%83%C2%B5es%20no%20Brasil\(1\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/O%20Crime%20Organizado%20e%20as%20pris%C3%83%C2%B5es%20no%20Brasil(1).pdf). Acesso em: 22 jun. 2016.

FOLHA ONLINE. Estatuto do PCC prevê rebeliões integradas. **Folha de S.Paulo**, UOL, Campinas, 19 fev. 2001, 14h00. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22521.shtml>. Acesso em: 11 jul. 2016.

JOGODOBICHO.NET. **História do Jogo do Bicho**. Disponível em: <http://www.jogodobicho.net/historia>. Acesso em: 21 jun. 2016.

NODARI, S. PCC: espetáculos promovidos nos horários de exibição dos telejornais. **Revista AV-Audiovisual**, São Leopoldo, v. 5, p. 5-6. Disponível em: <http://www.revistaav.unisinos.br/index.php?e=9&s=9&a=51>. Acesso em: 24 abr.

2008.

PORTO, R. **Crime Organizado e Sistema Prisional**. São Paulo. Atlas, 2007.

REDE RECORD. Domingo Espetacular. **Operação Blacaute – Parte 01 - Como funciona a maior Facção Criminosa do país, o PCC - "Rubens"**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w6MH8bv298w>. Acesso em: 20 set. 2019.

REDE RECORD. Domingo Espetacular. **Operação Blacaute – Parte 02 - Como funciona a maior Facção Criminosa do país, o PCC - "Rubens"**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ohBos_9s_n0. Acesso em: 20 set. 2019.

RODRIGUES, N. Armamento antiaéreo foi usado para furar blindagem de carro de traficante. **Campo Grande News**, Campo Grande, 15 jun. 2016. 20h50. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/armamento-antiaereo-foi-usado-para-furar-blindagem-de-carro-de-trafficante>. Acesso em: 05 jul. 2016.

UOL. **O batismo no PCC**. Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/pcc4.htm>. Acesso em: 08 jul. 2016.

WEB ARTIGOS. **Conceitos e Características do Crime Organizado no Brasil**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/conceito-e-caracteristicas-do-crime-organizado-no-brasil/103100/>. Acesso em: 21 jun. 2016.

WIKIPEDIA, a Enciclopédia Livre. **Crime Organizado**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Crime_organizado. Acesso em: 21 jun. 2016.

DESIGUALDADE DE RENDA E A GEOGRAFIA DOS FURTOS A RESIDÊNCIAS: UMA ANÁLISE INTRA-URBANA DE DUAS CIDADES BRASILEIRAS

INCOME INEQUALITY AND THE GEOGRAPHY OF RESIDENTIAL BURGLARIES: AN INTRA-URBAN ANALYSIS OF TWO BRAZILIAN CITIES

Rafael Blakeley Guimarães Ramos

RESUMO

Embora crime e desigualdade de renda sejam frequentemente apontados como relacionados, não está claro em que medida a desigualdade de renda determina a geografia dos crimes dentro de uma cidade. Seriam as regiões com grande proximidade entre ricos e pobres aquelas em que uma maior quantidade de crimes ocorre? Neste estudo, um modelo quantitativo é utilizado para testar esta hipótese para o caso de furtos a residência em 2010 nas cidades de Belo Horizonte e Campinas. Os resultados deste estudo revelam que uma maior renda local aumenta significativamente o risco de furto a residências (particularmente para casas), mas que a proximidade à pobreza não tem efeito notável. Estes resultados sugerem que, para os casos analisados, uma explicação baseada na distribuição de oportunidades para os furtos seja mais plausível que uma explicação baseada na desigualdade de renda.

Palavras-chave: furtos a residência; desigualdade de renda; geografia urbana; estatística; análise espacial; Brasil.

ABSTRACT

Although crime and income inequality are frequently pointed as related, it is yet unclear how much income inequality determines the geography of crime within a city. Are regions with great proximity between rich and poor those where crime concentrates more? In this study, a quantitative model is used to test this hypothesis for the case of residential burglaries in the cities of Belo Horizonte and Campinas, for the year 2010. The results of this study reveal that a greater local income level significantly increases the risk of burglary (particularly for houses), but that the proximity to poverty has no notable effect. These results suggest that, for the cases analyzed, an explanation based on the distribution of opportunities for burglaries is more plausible than one based on income inequality.

Keywords: residential burglary; income inequality; urban geography; statistics; spatial analysis; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

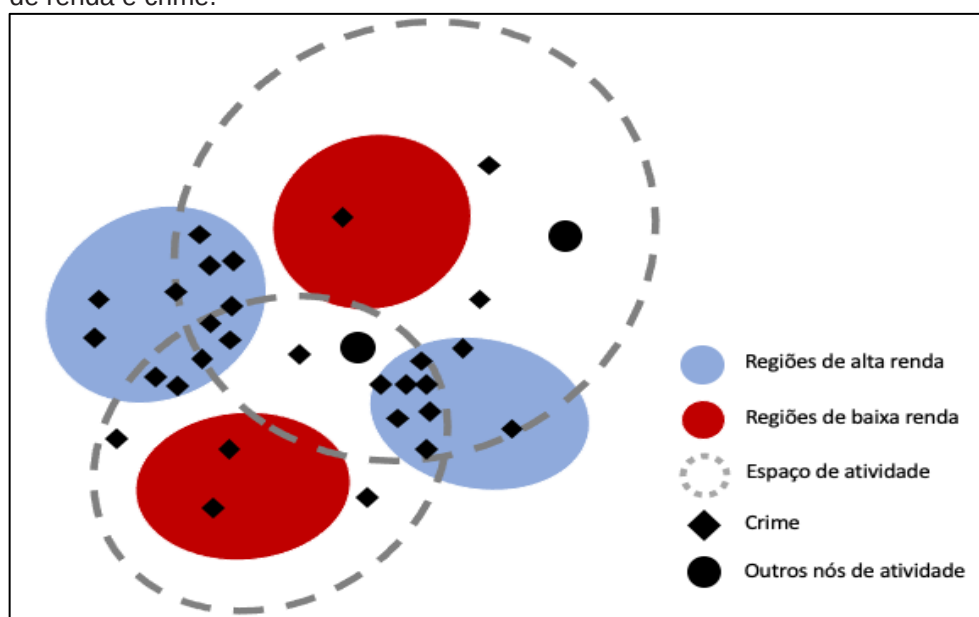
1.1 Motivação

Embora a desigualdade de renda seja frequentemente apontada como um fator chave para explicar a criminalidade, esta relação é ainda tema de muita controvérsia. Em particular, em que medida a desigualdade de renda é capaz de explicar a distribuição geográfica de crimes em uma cidade é um tópico que ainda precisa ser elucidado.

O conjunto teórico da Criminologia permite levantar a hipótese de que uma relação exista. De um lado, temos as teorias que apontam, numa perspectiva não-espacial, o modo como a desigualdade de renda estimularia o crime. É o caso da Teoria da Privação Relativa (EBERTS; SCHWIRIAN, 1967) e da Teoria da Tensão também conhecida com Teoria da Anomia (MERTON, 1938), em que o crime é descrito como válvula de escape para indivíduos que se percebem como injustamente desfavorecidos socio-economicamente, ou da Teoria Econômica do Crime (BECKER, 1968; EHRLICH, 1973), em que uma maior desigualdade econômica aumenta tanto o número de indivíduos economicamente pressionados a buscar no crime uma fonte de renda, quanto o número de alvos potencialmente lucrativos para os criminosos. De outro lado, temos teorias espaciais do crime como a Teoria das Atividades Rotineiras (COHEN; FELSON, 1979) e a Teoria dos Padrões Criminais (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1984; 1993), que descrevem como a distribuição geográfica dos crimes resulta da interação entre os espaços de atividade dos chamados ofensores, alvos e guardiões (e.g. polícia). Combinando-se estas teorias, portanto, é plausível supor que a distribuição geográfica dos crimes em uma cidade seria um resultado da interação entre regiões de diferentes níveis de renda e mediadas pelo espaço, de modo que a taxa de crimes seria particularmente alta em locais de alta proximidade entre ricos e pobres (Figura 1 ilustra esta relação). Apesar de plausível, existem poucos estudos empíricos que verifiquem ou refutem esta hipótese em específico⁹³.

⁹³ Grande parte dos estudos relacionando crime e desigualdade de renda analisa a relação entre cidades, estados ou mesmo países, e muitas vezes enfocando homicídios. Para crimes contra a propriedade (para o qual o mecanismo econômico seria mais plausível), os poucos estudos analisando a relação entre desigualdade de renda e a geografia do crime dentro das cidades são os de Hipp (2007), Ramos (2019) e Ramos e Melo (2021) – sendo estes dois últimos também base para este presente estudo.

Figura 1 – Diagrama ilustrando como seria a hipotética relação entre desigualdade de renda e crime.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

1.2 Objetivo

Neste estudo, a relação entre desigualdade de renda e a geografia de um tipo particular de crime – furtos a residência – é analisada e comparada para duas cidades brasileiras: Belo Horizonte (BH) e Campinas. Em particular, visa-se responder as seguintes questões:

- 1- Uma maior renda média local implica maior risco de furto a residência?
- 2- Dado um valor de renda média local, uma maior proximidade a áreas pobres implica maior risco de furto a residência?
- 3- Qual a distância em que esta proximidade é relevante?

Um modelo quantitativo é utilizado para estes efeitos em cada cidade, que são então comparados. Este trabalho dá continuidade aos trabalhos de Ramos (2019) e Ramos e Melo (2021), em que o efeito da desigualdade de renda sobre o crime foi examinado separadamente para cada cidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Modelo

Para detectar a influência da desigualdade de renda na geografia dos crimes

dentro de cidades, o seguinte modelo quantitativo, primeiramente proposto em Ramos (2019, n.p., grifo do autor) foi utilizado:

$$R_i = \alpha_1 I_i + \alpha_2 I_i E_i + \beta_0 + \beta_1 X_{1,i} + \beta_2 X_{2,i} \dots + \beta_n X_{n,i} \quad (1)$$

$$E_i = \sum_{j=1}^n W_{ij} P_j \quad (2)$$

$$W_{ij} = \{1 \text{ if } dist(i,j) \leq \lambda \text{ 0 if } dist(i,j) > \lambda \quad (3)$$

R_i	Risco per capita de furto a residência no local i
I_i	Renda familiar per capita média no local i
E_i	Proximidade à pobreza no local i
$X_{k,i}$	K -ésima variável de controle no local i
α_1	Coefficiente linear para o efeito da renda local
α_2	Coefficiente linear para o efeito da proximidade à pobreza (interagindo com a renda local)
β_k	Demais coeficientes lineares
W_{ij}	Matrix de adjacência baseada num limiar de distância pré-definido
P_j	Número de residência pobres no local j
λ	Limiar de distância.

A finalidade do modelo é emular às dinâmicas descritas nas diversas teorias criminológicas de modo a detectar separadamente os dois efeitos hipotéticos da (desigualdade de) renda: maior renda local I_i como atrator de furtos a residência (maiores ganhos para os criminosos); proximidade à pobreza E_i como um fator multiplicador do efeito da renda local, dado que a pobreza não atrairia os furtos à residência propriamente, mas implicaria em uma maior proporção de indivíduos praticantes de furtos – seja por serem forçados a escolher o crime como forma de obter renda, seja como válvula de escape psicossocial, ou por outros mecanismo sociais descritos nas diversas teorias criminológicas.

O modelo é, portanto, uma regressão linear, e o efeito (α_1 e α_2) de cada um dos termos do modelo pode ser estimado do mesmo modo que qualquer outro coeficiente linear numa regressão. Além dos fatores renda local I_i e proximidade a pobreza E_i , outros fatores potencialmente relevantes podem ser incluídos como variáveis de controle ($X_{k,i}$). A lista das variáveis de controle incluída neste estudo para cada cidade é descrita abaixo (Tabela 1). Devido a limitações de dados, algumas variáveis de controle foram utilizadas apenas para uma ou outra cidade.

Tabela 1: Lista das variáveis de controle consideradas neste estudo⁹⁴.

Variável de Controle	Cidade
% residências alugadas	BH e Campinas
Número de pontos de ônibus	BH e Campinas
% de imóveis comerciais	BH
Centralidade	BH
Densidade imobiliária	BH
Distância até a unidade polícia mais próxima	BH
% condomínios fechados	Campinas
Proximidade a residências	Campinas

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Note que, enquanto a renda local I_i é derivada diretamente dos dados censitários, a proximidade à pobreza E_i é calculada como o número de residências em situação de pobreza dentro de um raio λ (conforme as equações 2 e 3). Considerou-se como pobres as residências com renda familiar média *per capita* abaixo de meio salário-mínimo (o salário-mínimo sendo R\$ 510,00 em 2010). Dado que o valor adequado para o raio não é sabido *a priori*, o modelo aplicado utilizando diferentes valores de λ , comparando-se depois as métricas de regressão para determinar qual o valor de λ mais adequado.

2.2 Dados

Este estudo utilizou um conjunto de dados diversos. No caso dos dados de furtos a residência, foram utilizados um conjunto de pontos georreferenciados produzido a partir de boletins de ocorrência fornecidos pela Polícia Militar de Minas Gerais (para o caso de Belo Horizonte) e pela Polícia Civil de São Paulo (para o caso de Campinas). Ao todo, para o ano de 2010, houve 6.923 furtos a residência em Belo Horizonte, e 1.219 em Campinas.

Para os dados de renda, bem como para algumas variáveis de controle e para o número de apartamentos e casas (no caso de Campinas) foram utilizados os dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número de setores censitários para Belo Horizonte é de 3936 polígonos, e 1749 em Campinas.

⁹⁴ Por motivo de espaço, a base teórica para a inclusão de cada uma das variáveis de controle específicas foi omitida, mas poderá ser requisitada com o autor.

Foram utilizados também dados do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de Belo Horizonte, ano de 2010, para o número de apartamento e casas, bem como o número de estabelecimentos comerciais.

Para os pontos de ônibus, dados da prefeitura de Belo Horizonte e da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC) foram utilizados. Por fim, foram utilizados dados do *OpenStreetMap* para calcular índices de centralidade dentro da rede viária, e dados do *Google Maps* para a localização (em coordenadas geográficas) das unidades de polícia.

2.3 Pré-processamento dos dados

Para utilizar o conjunto de dados descrito na subseção passada, foi necessário um pré-processamento de modo a converter os dados para a mesma unidade de área (para cada cidade), bem como calcular o risco per capita de furto e as métricas de centralidade.

A unidade de área utilizada foi de uma célula quadrada 500m para Belo Horizonte e de 750m para Campinas. Estas dimensões foram determinadas pelo método descrito em Ramos et al. (2020), em que uma célula quadrada é escolhida tal que não seja grande demais que esconda aglomeração significativas em escalas mais finas, nem pequena demais que as contagens de crimes sejam pouco estáveis e muito suscetíveis a flutuações e erros.

Dada a unidade de área, dados do tipo ponto (e.g., os crimes) foram agregados por célula, de modo a gerar contagens. Para o caso dos dados por área (e.g., dados do Censo), estes foram re-amostrados usando interpolação picnofilática (TOBLER, 1979).

O cálculo do risco de furto per capita foi calculando usando o método proposto por Ramos (2021), ao invés de simplesmente dividir o número de crimes pelo número de residências. A vantagem de utilizar o método de Ramos (2021) é que as estimativas são mais robustas, particularmente em áreas com pequenas populações, que tendem a gerar picos espúrios de risco quando o método padrão de divisão é empregado. Além disso, o método permite gerar riscos separados para casas e para apartamentos, de modo que o estudo pôde ser realizado para estes dois tipos de residência, separadamente.

Finalmente, a centralidade é calculada a partir da rede viária utilizando o conceito de intermediação, que atribui para cada nó X da rede o número de caminhos mais curtos entre dois outros A e B que passam por X (isto é, que o tem como intermediário). Embora existam outras medidas de centralidade, esta foi utilizada pois mais se adequa a proposta da Teoria das Atividades Rotineiras, em que o fluxo de pessoas é apontado como fator significativo na taxa de crimes.

2.4 Resultados

Os resultados dos modelos aplicados para Belo Horizonte e Campinas, (separadamente para casas e então para apartamentos) são sintetizados na tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Resultados do modelo aplicado para cada cidade e cada tipo de residência. A tabela lista os coeficientes estimados para cada variável explicativa em cada caso, marcando com cores (verde para efeito positivos, vermelho para negativos) nos casos considerados estatisticamente significativos, em que o p-valor é menor que 0.05.

Variável explicativa	Efeito			
	Belo Horizonte		Campinas	
	Casas	Aptos.	Casas	Aptos.
Renda Local	+0.48	+0.17	+0.39	+0.53
Proximidade a pobreza (interagindo com renda local)	+0.12	-0.15	+0.15	-0.60
% residências alugadas	-0.09	+0.05	+0.11	+0.14
Número de pontos de ônibus	+0.04	-0.03	+0.05	0.02
% de imóveis comerciais	+0.01	-0.04	--	--
Centralidade	-0.04	+0.08	--	--
Densidade imobiliária	0.00	+0.06	--	--
Distância até a unidade polícia mais próxima	-0.02	-0.24	--	--
% condomínios fechados	--	--	-0.13	-0.18
Proximidade a residências	--	--	+0.62	-0.57
Outras informações				
Lambda (m)	8000	9000	2500	12000
R-quadrado ajustado	0.61	0.31	0.70	0.466

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

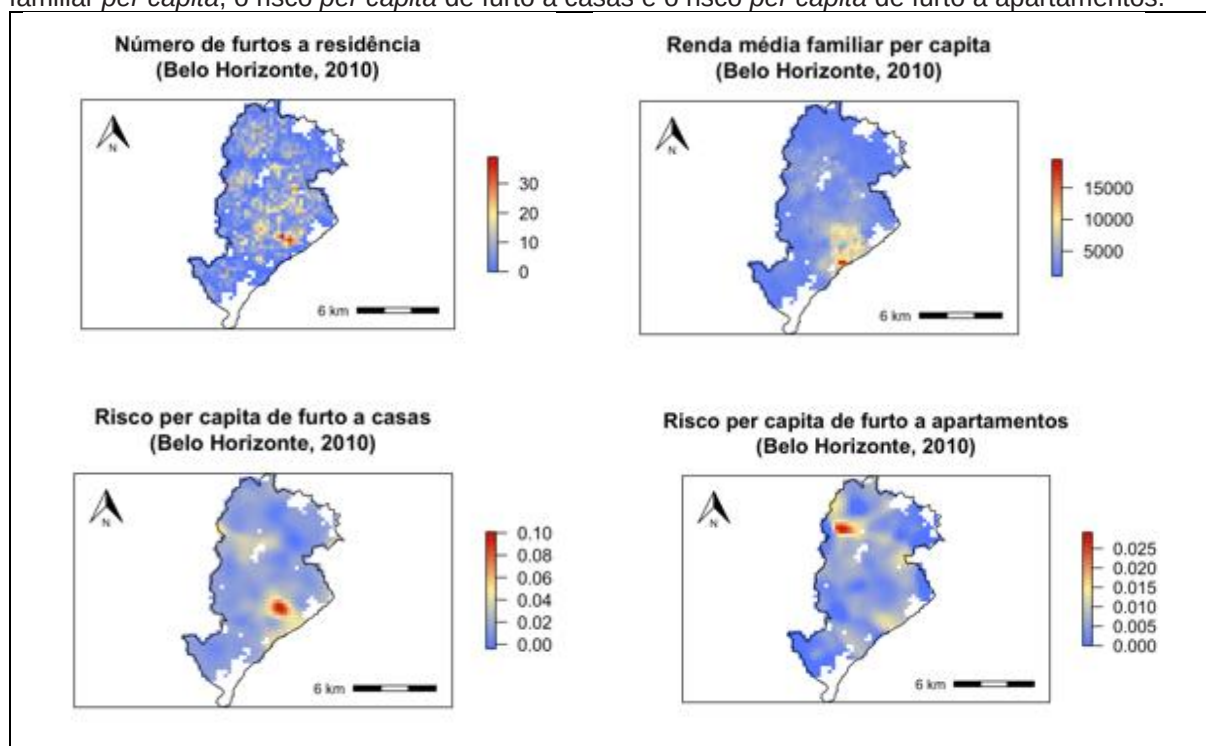
Conforme mostra a tabela, o modelo foi capaz de explicar a maior parte do risco

de furto a residência para o caso de casas, seja em Belo Horizonte ou em Campinas. Em ambos os casos, a renda local foi uma das poucas (ou única) variáveis significativas, tendo um efeito positivo (maior renda local, maior risco de furto a residência); o efeito observado também foi positivo no caso dos apartamentos em Campinas.

O modelo releva que, nos casos estudados, a proximidade à pobreza não aumenta o risco de furto a residência, tendo efeito ou estatisticamente insignificante, ou significativo, mas negativo (diminuindo o risco). No caso das variáveis de controle, apenas a proximidade às residências em geral teve efeito estatisticamente significativo, sendo este positivo no caso de casas em Campinas e negativo no caso de apartamentos em Campinas.

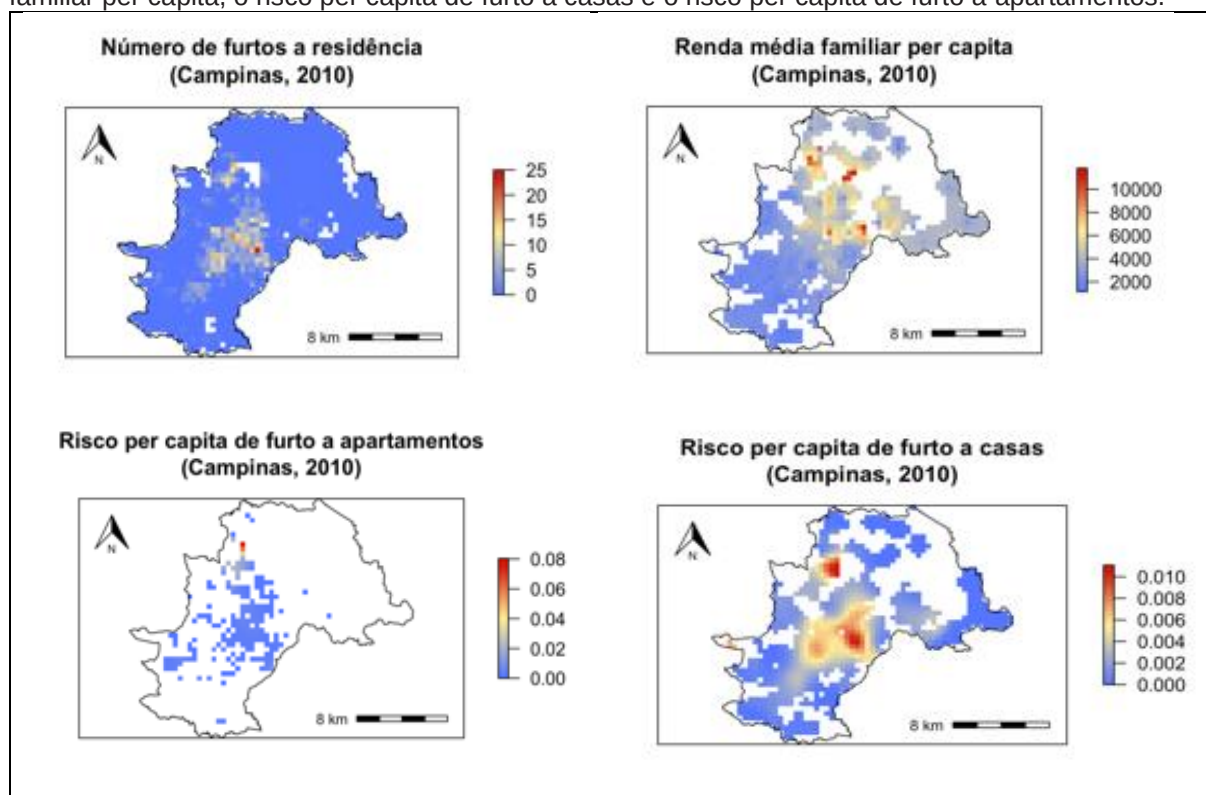
Como ilustração, mapas com o número de furtos a residência, renda média familiar *per capita*, risco *per capita* de furto a casas e risco *per capita* de furto a apartamentos são exibidos nas figuras 2 (Belo Horizonte, 2010) e 3 (Campinas, 2010).

Figura 2 – Mapas de Belo Horizonte (2010) mostrando o número de furtos a residência, a renda média familiar *per capita*, o risco *per capita* de furto a casas e o risco *per capita* de furto a apartamentos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Figura 3 – Mapas de Campinas (2010) mostrando o número de furtos a residência, a renda média familiar per capita, o risco per capita de furto a casas e o risco per capita de furto a apartamentos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 Resumo das contribuições

Com base no modelo testado para as cidades de Belo Horizonte e Campinas para o ano de 2010, temos as seguintes respostas para as perguntas deste estudo:

- 1- Uma maior renda média local implica maior risco de furto a residência;
- 2- Dado um valor de renda média local, uma maior proximidade a áreas pobres NÃO implica maior risco de furto a residência;
- 3- Não foi determinada nenhuma distância em que essa proximidade seja significativa.

Portanto, ao menos para as duas cidades analisadas, pode-se concluir que a desigualdade de renda é apenas parcialmente relacionada à geografia dos furtos a residência. A renda local aparece altamente determinante para o caso de furtos em casas, e, portanto, neste sentido, a desigual distribuição de renda implica numa desigual (mas proporcional) distribuição dos furtos a residência. Porém, a proximidade de áreas pobres aparece como insignificante no risco.

Deste modo, a hipótese de que a distribuição geográfica dos furtos a residência seria um reflexo das tensões socioeconômicas geograficamente manifestas aparece como insustentável, e uma explicação mais plausível seria que a distribuição dos furtos reflete a distribuição das oportunidades (i.e., dos alvos mais lucrativos).

3.2 Limitações e ressalvas

Estes resultados não significam por si só que a desigualdade de renda seja irrelevante. Primeiro, pois apenas duas cidades foram examinadas neste estudo; segundo, pois é possível que a desigualdade seja relevante, mas que o fator distância seja pouco restritivo, isto é, que os ofensores tenham grande mobilidade e não tenham preferência por alvos próximos de suas residências. Terceiro, é possível que o espaço de atividade dos ofensores esteja menos ancorado a suas residências e mais ancorado a locais pouco ligados a faixas de renda específicas (e.g., centro da cidade, locais de trabalho, shoppings). Quarto, é possível também que os ofensores ligados ao furto de residência não tenham um perfil particularmente de baixa renda.

Deste modo, estudos adicionais focados em outras cidades, e em entender o perfil dos ofensores seriam ideais para elucidar estas possibilidades. É importante destacar também que este estudo foi focado nos furtos à residência e em sua distribuição espacial dentro de cidade – outros tipos de crimes possuem cada um sua dinâmica própria e podem ou não exibir diferentes relações com a desigualdade de renda; além disso, esta relação pode ser diferente se examinada a nível de países e grandes regiões.

3.3 Consequência para políticas públicas

Por fim, em termos de consequências para políticas públicas, temos intervenções urbanas como remoção de assentamentos e favelas, em que se pese as evidências deste estudo, provavelmente não terão efeito no nível local de furtos a residência, algo importante de se ressaltar dados os custos sociais e controvérsias deste tipo de intervenção. Por outro lado, em sendo a geografia do furto à residência um reflexo sobretudo da distribuição das oportunidades, este

conhecimento pode servir de base para melhor embasar estratégias de policiamento, campanhas de conscientização das populações em maior risco, e intervenções urbanísticas apropriadas. Estudos adicionais são necessários para determinar quais tipos de ações seriam mais adequadas neste caso.

4 REFERÊNCIAS

BECKER, G. S. Crime and punishment: An economic approach. In: **The economic dimensions of crime** (p. 13-68). London: Palgrave Macmillan, 1968.

BRANTINGHAM, P. L.; BRANTINGHAM, P. J. Nodes, paths and edges: Considerations on the complexity of crime and the physical environment. **Journal of Environmental Psychology**, 13(1), 3-28, 1993.

BRANTINGHAM, P. J.; BRANTINGHAM, P. L. **Patterns in crime**. New York: Macmillan, 1984.

COHEN, L. E.; FELSON, M. Social change and crime rate trends: A routine activity approach. **American sociological review**, 588-608, 1979.

EBERTS, P.; SCHWIRIAN, K. P. Metropolitan crime rates and relative deprivation. **Criminologica**, 5, 43, 1967.

EHRLICH, I. Participation in illegitimate activities: A theoretical and empirical investigation. **Journal of political Economy**, 81(3), 521-565, 1973.

HIPP, J. R. Income inequality, race, and place: Does the distribution of race and class within neighborhoods affect crime rates? **Criminology**, 45(3), 665-697, 2007.

MERTON, R. K. Social structure and anomie. **American sociological review**, 3(5), 672-682, 1938.

RAMOS, R. G., MELO, S. N. **Income inequality and the geography of residential burglaries: a spatial model applied to Campinas, Brazil**. 2021 (submetido para revisão).

RAMOS, R. G. Does income inequality explain the geography of residential burglaries? **ISPRS International Journal of Geo-Information**, 8(10), 439, 2019.

RAMOS, R. G., SILVA, B. F., CLARKE, K. C., & PRATES, M. Too fine to be good? Issues of granularity, uniformity and error in spatial crime analysis. **Journal of Quantitative Criminology**, 37(2), 419-443, 2021.

TOBLER, W. R. Smooth pycnophylactic interpolation for geographical regions. **Journal of the American Statistical Association**, 74(367), 519-530, 1979.

MECANISMOS NEUROLÓGICOS E PSICOLÓGICOS NO COMBATE À CORRUPÇÃO: O FOMENTO DE UMA CULTURA DE RECHAÇO À CORRUPÇÃO

NEUROLOGICAL AND PSYCHOLOGICAL MECHANISMS AGAINST CORRUPTION: THE FOSTER OF A CULTURE OF REJECTION OF CORRUPTION

Rodrigo Alencar Machado Camapum

RESUMO

A corrupção é um fenômeno multifacetado, devendo ser enfrentado com a utilização de várias estratégias e ferramentas, as quais abordem toda a complexidade sistêmica dos fatores que a determinam. No presente trabalho, foram estudados os mecanismos neurológicos e psicológicos relacionados com a percepção, pelos indivíduos que compõem a sociedade, dos atos de corrupção e seus danos. Com a finalidade de identificar os elementos que dificultam a compreensão da corrupção como um comportamento grave e indesejado. Foi realizada uma revisão bibliográfica transdisciplinar de estudos sobre o comportamento humano. Obteve-se como resultado que, atuando no nível das emoções do indivíduo, é possível sensibilizar o mesmo para a gravidade e os danos concretos que os atos corruptos causam, produzindo assim um sentimento de rechaço por parte do cidadão. Por fim, a difusão da informação pode ser instrumentalizada através do *marketing* social, e, utilizando-se um enredo emotivo, ativar os neurônios espelho e Teoria da Mente do indivíduo, gerando um sentimento de aversão pelo comportamento corrupto. Assim, a médio e longo prazo, fomentando e formando uma cultura de rechaço à corrupção, o que produziria reflexos nas políticas públicas e na participação cidadã.

Palavras-chave: corrupção; transdisciplinaridade; neurônios espelho; *marketing* social.

ABSTRACT

Corruption is a multifaceted phenomenon and must be confronted with the use of various strategies and tools, which address all the systemic complexity of the factors that determine it. In the present work, we study the neurological and psychological mechanisms related to the perception of acts of corruption and its damages, by the individuals that compose society. In order to identify the elements that hinder the understanding of corruption as a serious and unwanted behavior. A transdisciplinary bibliographic review of studies on human behavior was conducted. The result was that, acting at the level of the individual's emotions, it is possible to sensitize the individual to the gravity and concrete damage that corrupt acts cause, thus producing a feeling of rejection on the part of the citizen. Finally, the diffusion of information can be instrumentalized through social marketing, and, by using an emotional storyline, activate the mirror neurons and Theory of Mind of the individual, generating a feeling of aversion to corrupt behavior. Thus, in the medium and long term, fostering and forming a culture of rejection to corruption, which would produce reflections in public policies and citizen participation.

Keywords: corruption; transdisciplinarity; mirror neurons; social marketing.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de, através de uma perspectiva transdisciplinar, propor estratégias que favoreçam o desenvolvimento de uma cultura de rechaço à corrupção. Assim, abordaremos o fenômeno da corrupção sob um aspecto sistêmico, analisando algumas de suas diversas facetas.

Realizando uma revisão bibliográfica de estudos sobre o comportamento humano, em diversos ramos científicos, será possível obter uma visão mais ampla de como a sociedade enxerga a corrupção.

A diversidade de causas e efeitos do delito de corrupção o torna especial, demandando uma análise diferenciada. O aspecto capilar da corrupção permite que a mesma se enraíze na estrutura política e administrativa do Estado, não sendo possível isolá-la, assim sendo, a prevenção e o combate devem ocorrer de forma difusa, atuando nos diversos segmentos onde o fenômeno ocorre.

O controle da corrupção através do direito penal encontra alguns problemas, principalmente quando é utilizado como o primeiro instrumento de combate, e, em muitos casos, único. Como conclui Rodríguez García (2020, p. 402), ocasião em que é acompanhado da evidente ineficácia e postergação dos mecanismos preventivos.

Neste aspecto, o sistema penal dos Estados, originalmente criado para combater crimes menos complexos, se mostra insuficiente para reprimir delitos como a corrupção, a lavagem de dinheiro e o crime organizado, que atuam de forma sistemática, estendendo seus tentáculos dentro do próprio sistema político, administrativo e judicial do Estado, criando uma sensação de impunidade.

Enraizada na estrutura estatal, ameaçando a estabilidade política, a harmonia entre os Poderes do Estado, socavando as instituições e a própria democracia, a corrupção impõe a necessidade de um sistema de combate e prevenção, o qual pode ser favorecido pela construção de uma cultura de rechaço à corrupção. É preciso investir esforços em medidas preventivas que criem uma consciência coletiva, impregnando na própria sociedade, valores que desincentivem essa prática nefasta que atinge toda a coletividade.

Desta maneira, tomando por base o preâmbulo da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, através de um enfoque amplo e transdisciplinar, desenvolveremos o trabalho buscando identificar possíveis estratégias que possam

contribuir para o fomento de uma cultura de rechaço à corrupção.

Para tanto, como propõe Salcedo-Albarán *et al* (2007, p. 52), serão estudados dois mecanismos insculpidos na genética humana, o Sistema de Neurônios Espelho e a Teoria da Mente, os quais são essenciais para a compreensão de que a corrupção é um comportamento socialmente reprovável, causador de graves danos a indivíduos reais, gerando um sentimento de aversão por parte do cidadão e o fomento de uma cultura de rechaço à corrupção.

Ao final, após a abordagem teórica dos mecanismos neurológicos e psicológicos relacionados com a compreensão da corrupção como um problema grave, será possível discutir como efetivar a mudança do comportamento do indivíduo, incentivando atitudes que beneficiem a sociedade, bem como desestimulando comportamentos prejudiciais ao bem comum.

2 A CORRUPÇÃO COMO UM SISTEMA COMPLEXO

2.1 A visão sistêmica e o comportamento humano

Abandonando a tradicional visão mecanicista cartesiana, adotaremos uma visão sistêmica sobre o fenômeno da corrupção, a qual possibilita abordá-lo considerando toda a complexidade de seus elementos.

Conforme Bertalanffy (1986), ao propor a Teoria Geral dos Sistemas em 1937, os fenômenos devem ser estudados de forma global, sem fragmentação, pois ao reunir os elementos constitutivos do todo, surgem qualidades que não se encontram presentes em suas partes. Segundo o autor, o sistema é formado por partes interligadas e interdependentes, de onde surgem propriedades emergentes, as quais desaparecem a medida que se isolam as partes.

Do ponto de vista de Morin (1993, p. 139), um sistema é diferente de um relógio mecânico, visto que aquele não é somente a soma de suas partes, as quais são dinâmicas e estão em constante modificação.

O comportamento humano, analisado de forma sistêmica, não é determinado exclusivamente pelas experiências do indivíduo desde seu nascimento. Abandonando a ideia da *tábula rasa*⁹⁵, tese epistemológica pela qual o indivíduo nasce vazio e tem

⁹⁵ Referência à obra *Tábula Rasa*, de Steven Pinker.

seu comportamento determinado por experiência que prova ao longo da vida. Pensamos que a mente humana inicia sua jornada com aspectos pré-programados, construídos ao longo de gerações, e que se encontram escritos em nossos genes.

Como propõe Henrich e McElreath (2007, p. 556-557), a coevolução gene-cultural, ou Teoria da Dupla Herança, pode ser estruturada sobre três conceitos. A primeira informa que a cultura seria fruto de uma adaptação genética que permite o armazenamento e intercâmbio de informações, possibilitando a aprendizagem. O segundo conceito se refere a própria evolução da cultura, na medida em que a mente humana permite a criação e imitação de comportamentos, favorecendo a aprendizagem. Por fim, o aspecto mais importante da teoria é o conceito de coevolução gene-cultural, pelo qual o sistema cultural pode influenciar em ambientes físicos e sociais em que vive o indivíduo, determinando caminhos para a evolução genética.

Desta maneira, podemos concluir que o homem é fruto de uma longa evolução através de gerações, a qual sofre influência biológica e cultural. Assim, podemos utilizar os mecanismos psicológicos pré-programados para a consecução dos objetivos estabelecidos pela cultura. Entretanto, há de se ressaltar que a cultura e os valores humanos não podem ser pautados somente pela biologia, os objetivos da sociedade não devem ser estipulados estritamente por valores biológicos, sob pena de incidirmos em erros já cometidos no passado, tais como a melhoria da espécie humana através de uma seleção gênica, a denominada eugenia.

Para impedir que o ser humano seja reduzido a conceitos isolados, se faz imprescindível uma integração entre os ramos das ciências, sociologia, ciência política, direito e biologia, trazendo uma visão transdisciplinar para a análise dos fenômenos relacionados ao comportamento humano. Com esta nova perspectiva, deixando de lado preconceitos acadêmicos decorrente da fragmentação dos ramos científicos, teremos uma aproximação maior da realidade, possibilitando a construção de estratégias mais eficazes contra a corrupção.

2.2 A complexidade da corrupção

A complexidade da corrupção pode ser identificada em suas causas, seus efeitos, seu entrelaçamento com outros crimes, como a lavagem de dinheiro e o crime

organizado, bem como em sua investigação.

Como nos ensina Rodríguez García (2020, p. 397), a corrupção gera efeitos que vão mais além do dano exigido pelo tipo penal, tal comportamento possui uma lesividade ampla, provocando efeitos políticos, econômicos, jurídicos, sociais e institucionais, comprometendo o desenvolvimento dos Estados e afetando a garantia dos direitos humanos.

As causas da corrupção não são isoladas, tampouco lineares. Há uma confluência de fatores que favorecem a corrupção, cujas origens podem ser psicológicas, sociais, culturais, econômicas e jurídicas. Devido a este caráter multifatorial, o estudo deve ser realizado de forma sistêmica e transdisciplinar, integrando os ramos científicos envolvidos no fenômeno, desta forma, tendo um resultado mais claro e completo.

3 A VÍTIMA DA CORRUPÇÃO

3.1 Mecanismos neurológicos e psicológicos

De acordo com Salcedo-Albarán *et al* (2007, p. 81-83), os sentimentos de rechaço e arrependimento em relação a determinados comportamentos possuem bases fisiológicas, podendo ser estudados através da neurologia e psicologia.

Ao observar uma conduta que causa danos a terceiros, a mente e o organismo do observador reagem como se ele próprio sofresse a ação. Tal fenômeno está relacionado à ação de dois mecanismos⁹⁶: um neurológico, denominado Sistema de Neurônios Espelho, e outro, psicológico, intitulado de Teoria da Mente.

Descobertos por Rizzolatti *et al* (1996, p. 131), os neurônios espelho nos permitem reproduzir internamente a emoção e o sentimento de outros indivíduos, se consubstanciando desta maneira como uma forma de comunicação pré-linguística. Se uma terceira pessoa experimenta a dor, a alegria, o choro ou o nojo, nossos neurônios espelho se ativam, representando internamente uma sensação semelhante.

Ensina Atenas *et al* (2019, p. 367) que a Teoria da Mente é a capacidade de representar a perspectiva psicológica de terceiros, havendo uma reprodução interna

⁹⁶ Salcedo-Albarán *et al* (2007, p. 52) aclara que o Sistema de Neurônios Espelho e a Teoria da Mente são mecanismos essenciais para a compreensão da corrupção como um comportamento socialmente reprovável, os quais podem gerar um sentimento de rechaço por parte da sociedade, bem como de arrependimento pelo indivíduo que tenha praticado o ato de corrupção.

das emoções, sentimentos e pensamentos do indivíduo observado. Assim, reconhecemos que os outros indivíduos possuem emoções e sentimentos similares aos nossos, e que também sentiriam o mesmo mal-estar caso fossem agredidos.

Entretanto, para que haja a ativação dos mecanismos relacionados aos neurônios espelho e a Teoria da Mente, é necessário que ocorra a atribuição de intencionalidade⁹⁷ ao sistema físico observado. Desta maneira, uma agressão a ele geraria o sentimento de arrependimento, caso fosse resultante da conduta do próprio observador, ou de rechaço, caso outro tivesse praticado a agressão, visto que estamos pré-programados a não desejar a dor e buscar o prazer.

Vale dizer que a atribuição de intencionalidade ocorre de forma automática em relação a coespecíficos⁹⁸ humanos. Assim, como exemplifica Salcedo-Albarán *et al* (2007, p. 66-67), uma agressão com um machado a uma árvore não seria capaz de ativar automaticamente os mecanismos citados, visto que não há atribuição de intencionalidade a este sistema físico. Entretanto, ao ver uma pessoa ser golpeada, de forma instantânea, temos uma sensação de mal-estar, como se sentíssemos a dor do indivíduo agredido.

3.2 A Sociedade como vítima da corrupção

Ao analisarmos a sociedade como o ente que sofre as consequências da corrupção, estabelecendo que o ato corrupto afeta a Administração Pública e o orçamento público, estamos considerando um ente abstrato, simbólico e teórico, que é afetado por determinados comportamentos indesejados.

Neste sentido, ao analisar a sociedade, Durkheim (1982, p. 14) propõe que as representações expressadas por ela possuem um conteúdo distinto das representações dos indivíduos que a compõem. As representações sociais são produtos de uma imensa cooperação que se prolonga no tempo e no espaço, acumulado emoções, sentimentos e experiências de várias gerações. Desta forma, afirma o autor que a sociedade se torna uma realidade distinta, um sistema *sui generis*, com um capital intelectual próprio, mais rico e complexo que o individual.

⁹⁷ Conforme ensinamentos de Tomasello *et al* (2005), a ideia de intencionalidade é a capacidade de um sistema físico dirigir suas capacidades cognitivas a um determinado objetivo.

⁹⁸ Termo utilizado pela biologia para designar dois ou mais indivíduos da mesma espécie.

Portanto, tomando por base a ideia de que a sociedade é um ente distinto do ser humano, não pertencendo à espécie *homo sapiens*, não atribuímos automaticamente intencionalidade a tal sistema.

Da mesma maneira, há a necessidade de estabelecer um vínculo causal complexo⁹⁹ para que o indivíduo consiga relacionar o ato corrupto com a lesão concreta a um ser humano, ou seja, um sistema físico que possa sentir dor e sofrer as consequências do ato delituoso.

Vínculos causais simples e evidentes são facilmente identificados. Desde a mais tenra idade aprendemos o funcionamento da lei da gravidade, identificamos a dor automaticamente quando observados alguém tropeçar e cair. Contudo, vínculos mais complexos, não são automáticos, necessitam de uma reflexão mais detalhada e apurada, a fim de que se estabeleça a ligação entre causa e efeito, o que demanda certa maturação cerebral e treinamento cognitivo.

A dificuldade da percepção da corrupção como uma conduta indesejada grave se deve ao fato de que o objeto imediato sobre o qual recai o comportamento corrupto é a sociedade e o orçamento público, conceitos teóricos, aos quais não são atribuída intencionalidade de forma automática, não ativando o Sistema de Neurônios Espelho e Teoria da Mente, deixando de produzir o sentimento de rechaço em relação à corrupção. Tal fato se agrava quando consideramos que a ação corrupta e o dano concretamente produzido a um ser humano se distanciam no tempo e no espaço, necessitando de uma reflexão apurada sobre a cadeia de eventos que os relacionam.

É preciso uma complexa e detalhada análise para compreender que a ação de diversos agentes, praticadas de forma sucessivas, causam danos ao ente abstrato denominado orçamento público, este por sua vez reduz o investimento, por exemplo, na saúde pública, o qual culmina na falta de estrutura dos hospitais públicos, gerando dano ao indivíduo que passará mais tempo aguardando por médicos e não terá a sua disposição o material necessário para o atendimento.

Pela lógica, podemos perceber que o ato corrupto afeta um grande número de pessoas, e, por vezes, sem o devido investimento, por exemplo, na saúde pública,

⁹⁹ Propõe Salcedo-Albarán *et al* (2007, p. 88) que as relações de causa e efeito sejam classificadas em simples e complexas. As relações simples são aquelas em que causa e efeito estão próximas no tempo e espaço, exemplo, uma agressão física a uma pessoa. Por outro lado, as relações causais complexas são aquelas que estão distantes no tempo e espaço, demandando uma reflexão mais detalhada.

atinge a vida e a integridade física de indivíduos que dependem deste sistema público de saúde. Em contrapartida, o ato de efetuar um disparo de arma de fogo contra uma única pessoa é identificado de forma automática pelos nossos mecanismos neurológicos e psicológicos como algo mais grave que o comportamento corrupto. A mesma analogia se faz em relação à sonegação de impostos ou delitos contra a propriedade intelectual.

Por não haver uma ativação instantânea do Sistema de Neurônios Espelho e Teoria da Mente, identificando o dano contra o orçamento público e sociedade como grave, não há um sentimento de rechaço automático por parte do indivíduo, como ocorre no caso de uma agressão física.

Por tal perspectiva, sem a identificação da sociedade, ou orçamento público, como um ente que sofre ou sente dor quando é lesionado, devemos encontrar estratégias para que o indivíduo compreenda a gravidade do comportamento corrupto, se sensibilizando para o fato de que, apesar de não ser um delito de sangue, a corrupção mata.

4 A CULTURA DO RECHAÇO À CORRUPÇÃO

De acordo com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, em seu preâmbulo, é necessário salvaguardar a integridade e fomentar uma cultura de rechaço à corrupção.

Neste sentido, Rodríguez García (2020, p. 402) ensina que a cultura de rechaço à corrupção é de grande importância para a formação de um comportamento íntegro, favorecendo colaborações, denúncias e testemunhos, com uma presença ativa da cidadania no debate público.

4.1 Fomentando a cultura do rechaço à corrupção

O combate à corrupção, ao ser realizado através de mecanismos de controle sancionatório da conduta do agente, normalmente acaba se limitando àquele padrão específico de comportamento. A corrupção, por estar capilarizada no sistema político e administrativo, vai encontrar novos caminhos para manter a existência do sistema ao qual pertence. Neste sentido, os instrumentos, ferramentas e estratégias de controle da corrupção precisam ter caráter geral e interinstitucional, envolvendo o

sistema social, político e administrativo.

O sistema sancionatório é fundamental para o combate à corrupção, visto que ao perceber que existe punição, bem como grande probabilidade de que esta seja aplicada, o indivíduo prevê a sensação de dor que a sanção aplicada pode provocar, buscando evitá-la. Desta maneira, ao avaliar de forma racional o custo-benefício da prática delituosa, atribuirá um peso maior ao custo do ato corrupto. Mais ainda, o peso desta previsibilidade de dor no cálculo racional efetuado quando da avaliação do custo-benefício será maior quanto maior for a efetividade do sistema sancionatório, produzindo bons resultados na prevenção do comportamento corrupto.

Entretanto, o sistema punitivo deve ser utilizado como *ultima ratio*, devendo ser aplicado a partir do momento que outros instrumentos de controle, alheios ao sistema penal, não forem capazes de controlar ou prevenir a conduta indesejada.

A criação de uma cultura de rechaço à corrupção atua de forma difusa na sociedade, envolvendo os indivíduos que dela fazem parte e incentivando o exercício de um controle realizado pelos próprios cidadãos.

Com o objetivo de fomentar a cultura do rechaço à corrupção e buscando uma postura transdisciplinar, podem ser utilizadas estratégias baseadas na atuação dos mecanismos neurológicos e psicológicos pré-existent na mente humana, estudados em tópicos anteriores.

Assim, a utilização dos mecanismos já existentes no indivíduo, é dizer, o Sistema de Neurônios Espelho e a Teoria da Mente, atuando no nível das emoções e gerando sentimentos de rechaço e arrependimento, podem produzir um comportamento preventivo mais ágil e eficaz.

4.2 Instrumentalização através do *marketing* social

A ativação dos mecanismos estudados pode se dar através de apresentações explícitas sobre os efeitos danosos no indivíduo, como por exemplo o sofrimento das pessoas em filas de hospitais e a falta de leitos nas unidades de terapia intensiva, crianças com educação e merenda escolar precárias.

Para a concretização da estratégia proposta, pode ser utilizada a ferramenta denominada *marketing* social, a qual, conforme descreve Santesmases Mestre (1991, p. 785), visa estimular e facilitar a aceitação de comportamentos sociais que

beneficiem a sociedade em geral, e, ainda, desincentivar comportamentos prejudiciais ao bem comum, cambiando valores da sociedade.

Adotando um enredo de caráter emotivo, busca-se criar uma aproximação entre as personagens da propaganda e o espectador, apresentando de forma mais evidente o vínculo existente entre o comportamento corrupto e o dano concreto causado a um coespecífico *Homo sapiens*. Com esta aproximação espaço-temporal entre causa e efeito, é possível eliminar a necessidade de uma reflexão detalhada sobre o nexo causal dos eventos, atuando diretamente nas emoções do indivíduo.

De forma mais direta, através de um simples vínculo entre causa e efeito, observando a dor e o sofrimento de outro humano, automaticamente os neurônios espelho e a Teoria da Mente serão ativados, atuando no nível das emoções e gerando o sentimento de rechaço à conduta praticada.

Por fim, na medida em que as pessoas, através dos mecanismos emocionais, passarem a compreender a relação existente entre o ato corrupto e o dano concreto causado a um ser humano, reconhecerão a corrupção como um crime grave que, ao gerar danos à ordem política, social e econômica, prejudica o bem estar dos cidadãos, diminuindo-lhes a dignidade, os direitos e garantias fundamentais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da necessidade de fomentar a cultura do rechaço à corrupção, o presente trabalho, analisando o fenômeno da corrupção de uma forma sistêmica, teve por objetivo apresentar uma estratégia transdisciplinar para o combate e prevenção à corrupção.

Portanto, para a formação de uma cultura de rechaço à corrupção, a qual promoverá uma participação pública ativa na prevenção e combate deste comportamento indesejado, é preciso atuar sobre os indivíduos que compõem a sociedade, para que deles partam o novo padrão de comportamento.

A fim de demonstrar aos indivíduos os danos causados pela corrupção, podemos apresentar de forma explícita, através do *marketing* social, o mal-estar causado por este comportamento, atuando no nível das emoções e promovendo, em um determinado período, a consciência coletiva capaz de exercer uma coerção sobre os indivíduos que compõem a sociedade.

Através do marketing social é possível tirar do anonimato as vítimas concretas da corrupção. Fornecendo informações claras e objetivas sobre os danos concretos causados pela corrupção a pessoas reais, é possível sensibilizar o indivíduo para a importância do combate à corrupção, estimulando denúncias e uma participação mais ativa na democracia do país.

Inclusive, o próprio tomador de decisão, que, muitas vezes não enxerga a vítima concreta do ato corrupto, passará a atribuir um valor maior às consequências danosas do comportamento delituoso.

Desta forma, promovendo uma modificação na conscientização dos cidadãos, tanto em um nível individual, através da internalização de valores morais, como em um nível coletivo, através da formação de uma cultura mais ética e fundamentada nos direitos humanos, despertaremos o indivíduo para o exercício de sua cidadania.

A presente proposta possui maior eficácia que a sensibilização através da argumentação racional, visto que atua no nível das emoções e sentimentos, não exigindo uma análise detalhada sobre os fatos, o que possibilita a compreensão dos efeitos danosos da corrupção por qualquer indivíduo, independentemente da idade ou grau de escolaridade.

Vale salientar que a estratégia aqui proposta pode ser utilizada pela Administração Pública, pela iniciativa privada, entidades não governamentais, e, inclusive, fazer parte de programas de *compliance*, quando do treinamento dos funcionários, apresentando os danos que a corrupção causa a seus familiares e a sua carreira profissional.

Importante assinalar que a implementação da estratégia aqui proposta na educação de crianças e adolescente é de grande importância para a formação de uma sociedade menos individualista, mais justa e humana, visto que nesta faixa etária a introjecção de valores se mostra mais eficiente.

Por fim, com uma cultura de rechaço à corrupção, será possível estabelecer um novo padrão de conduta, desincentivando o comportamento corrupto e fomentando um comportamento mais íntegro por parte do tomador de decisão, o qual será imposto por pressão da própria sociedade, propiciando um controle e participação dos indivíduos que a compõe.

6 REFERÊNCIAS

ATENAS, T. L. et al. Cognición social: conceptos y bases neurales. **Revista Chilena de Neuro-psiquiatría**, Santiago, v. 57, n. 4, p. 365–376, dez. 2019. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/rchnp/v57n4/0717-9227-rchnp-57-04-0365.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

BERTALANFFY, K. L. **Teoria general de los sistemas**: fundamentos, desarrollos, aplicaciones. Tradução: Juan Almela. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

DURKHEIM, É. **Las Formas elementares de la vida religiosa**. Tradução: Ramón Ramos. Madrid: Akal Editor, 1982.

HENRICH, J.; MCELREATH, R. Dual Inheritance theory: the evolution of human cultural capacities and cultural evolution. In: DUNBAR, R.; BARRET, L. (Ed.). **Oxford Handbook of evolutionary psychology**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 555-570.

MORIN, E. **El método**. La naturaleza de la naturaleza. 3. ed. Madrid: Cátedra, 1993. v. 1. Colección Teorema. Serie Mayor.

RIZZOLATTI, G.; FADIGA, L.; GALLESE, V.; FOGASSI, L. Premotor cortex and the recognition of motor actions. **Cognitive Brain Research**, v. 3, n. 2, p. 131-141, 1996. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0926641095000380>. Acesso em: 16 set. 2021.

RODRÍGUEZ-GARCÍA, N. Hacia la maximización del principio de oportunidad en los procesos penales por hecho de corrupción. In: LÓPEZ, S. C.; COBO, J. C. M. (Dir.). **Postmodernidad y proceso europeo**: la oportunidad como principio informador del proceso judicial. Madrid: Dykinson, 2020. p. 397-416.

SALCEDO-ALBARÁN, E.; ZULETA, M. M.; BELTRÁN, I. L.; RUBIO, M. **Corrupción, cerebro y sentimientos**: una indagación neuropsicológica en torno a la corrupción. 1. ed. Bogotá: Grupo Método, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341135404_Corrupcion_Cerebro_y_Sentimientos_Una_indagacion_neuropsicologica_en_torno_a_la_corrupcion. Acesso em: 06 set. 2021.

SANTESMASES MESTRE, M. **Marketing: conceptos y estrategias**. Madrid: Pirámide, 1991.

TOMASELLO, M. et al. Understanding and sharing intentions: the origins of culture cognition. **Behavioral and Brain Sciences**, Cambridge, v. 28, p. 675-735, 2005. Disponível em: https://www.eva.mpg.de/documents/Cambridge/Tomasello_Understanding_BehBrain_Sci_2005_1555292.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

VIOLÊNCIA POLICIAL NA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

POLICE VIOLENCE FROM A PSYCHOANALYTIC PERSPECTIVE: WE NEED TO TALK ABOUT IT

**Rony Natale
Pedro Luiz Ferro**

RESUMO

Propõe-se uma discussão acerca do fenômeno da violência policial, especificamente o tipo de violência cometida de forma gratuita, sem justificativa ou respaldo no uso legal da força. Os autores se apoiam na teoria psicanalítica como via de compreensão da violência e para apontar possíveis intervenções, sempre desviantes em relação à perspectiva pedagógica, educacional, trazendo à tona justamente aquilo que é mais negado e evitado, via pela qual acredita-se poder operar alguma mudança na realidade da violência policial.

Palavras-chave: violência policial; psicanálise; pulsão; mal; intervenção.

ABSTRACT

A discussion about the phenomenon of police violence is proposed, specifically the type of violence committed for free, without justification or support in the legal use of force. The authors rely on psychoanalytic theory as a way to understand violence and to point out possible interventions, always deviant from the pedagogical, educational perspective, bringing to light precisely what is most denied and avoided, a way through which it is believed to be able to operate some change in the reality of police violence.

Keywords: police violence; psychoanalysis; drive; bad; intervention.

1 INTRODUÇÃO

A violência sempre esteve presente nas relações humanas. Diversas áreas do conhecimento buscam compreender e interferir em tal comportamento, mas ainda não se chegou à “descoberta” que permita a realização do sonhado projeto de paz entre os homens. Talvez tenhamos que nos contentar com a impossibilidade de tal empreendimento. Desde os primitivos até as sociedades mais civilizadas, não temos notícia de um grupo humano que tenha alcançado a completa harmonia.

Para as instituições que lidam diretamente com o que há de mais truculento, agressivo e mortífero nos homens, como é o caso das polícias, conhecer abordagens teóricas consagradas pelo campo do saber como áreas que tem algo a dizer sobre esses fenômenos nos parece fundamental para que possamos propor formas de lidar com o viés violento que há no outro e em si próprio.

A psicanálise é um campo de saber que nos oferece proposições teóricas que permitem abordarmos a manifestação de comportamentos violentos e nos lançarmos em busca de possibilidades de intervenção em tais fenômenos. Se a completa paz é utópica, intervenções adequadas, seja em indivíduos ou em instituições, talvez possam produzir resultados valiosos.

Autores desde Freud aos mais contemporâneos, como Nathalie Zaltzman, que viveram períodos de terror com as guerras, o holocausto e a destruição de povos, procuram uma compreensão para essa face destrutiva do humano e propõem modos de intervir dos quais podemos tirar proveito.

Buscamos, nesta pesquisa, na perspectiva da psicanálise, estudar acerca dos fenômenos da violência, ponto a partir do qual propomos entender a violência gratuita cometida por policiais. Frisamos a expressão “gratuita” uma vez que não estamos interessados, neste trabalho, em investigar a violência que se dá em função de um confronto, muitas vezes com o resultado morte de infratores ou policiais. Quanto a estas abordagens não é possível afirmar se houve excesso ou desvio dos limites legais. Nos ocupamos, nesta investigação, daquele tipo de abordagem na qual não há indícios de que se trata de infratores e os policiais já abordam com excessos, agressões físicas, xingamentos. O que move os policiais, nestes casos específicos, a agirem assim? Esta é a nossa questão inicial que pretendemos desenvolver a partir da perspectiva da psicanálise.

2 A PULSÃO COMO CONCEITO FUNDAMENTAL: DA AGRESSIVIDADE AO MAL NA CONCEPÇÃO DA PSICANÁLISE

Desde o início de suas descobertas até a formulação da primeira teoria pulsional, vemos Freud (2016a/1893-95; 2019/1900) dar total ênfase à sexualidade, não tendo a agressividade, tampouco o ódio, comparecido com estatuto próprio. A agressividade já se mostrava uma preocupação, mas ainda remetida à oposição entre as pulsões sexuais e de autoconservação, os dois registros pulsionais daquele primeiro momento teórico. Ao situar a autoconservação no registro do Eu, avançando para a formulação do narcisismo, Freud (2010c/1914) concebeu a agressividade em oscilação entre o polo das pulsões sexuais e das pulsões do Eu, quando já se articula, conforme aponta Birman (2006) ao contexto da crueldade e do poder.

O conceito de pulsão foi desenvolvido por Freud pela primeira vez nos “Três Ensaio sobre a teoria da Sexualidade” (FREUD, 2016b/1905), onde aparece composto de componentes sexuais, a pulsão sexual e componentes autoconservadores, a pulsão do eu. Neste modelo, a energia pulsional podia ser remetida a objetos externos ou utilizada na conservação do sujeito.

No contexto da Primeira Grande Guerra, Freud (2010b/1915) enfatizou o ódio, o menosprezo e a execração entre povos e indivíduos, mesmo em períodos de paz. Na formação da massa, cada um de seus componentes agiria conforme as mais primitivas e cruas tendências agressivas. O homem seria movido muito mais por suas paixões que por seus interesses, os quais apenas serviriam para racionalizar a satisfação das paixões.

As tendências primitivas remeteriam ao momento em que o Eu-sujeito ama apenas a si e é capaz de satisfazer suas pulsões por si mesmo, autoeroticamente. Sendo a satisfação autoerótica, o mundo exterior é desnecessário para o Eu, mas devido às experiências da pulsão de autoconservação o Eu-sujeito é, em princípio, prazeroso e o mundo externo, indiferente. Sob o domínio do princípio do prazer, o Eu passa a acolher os objetos que lhe são oferecidos e proporcionam satisfação e, ao mesmo tempo, expulsa de si o que, em seu interior, é motivo de desprazer.

O Eu-realidade inicial que distingue interior e exterior por critérios objetivos de autoconservação, passa a um purificado eu-de-prazer, cujo critério é a busca de prazer acima de tudo. Do mundo exterior, a parte prazerosa é incorporada, restando outra parte que lhe é estranha, sendo segregada do Eu, expulsa e percebida como inimiga.

A partir daí, o Eu-sujeito e o mundo externo constituem os polos prazer e desprazer. O sentido original do ódio, para Freud (2010e/1915, p. 75), “designa a relação para com o mundo exterior alheio e portador de estímulos” que lhe conferem desprazer. A indiferença primordial se liga ao ódio, à aversão, sendo seu precursor. O objeto exterior odiado passa a ser o que era, antes, o próprio sujeito.

Quando o objeto passa a proporcionar sensações desprazerosas, induz uma sensação motora em busca de afastamento, distância entre o objeto e o Eu. A repulsa do objeto é sentida e ele passa a ser odiado. Este sentimento pode vir a se exacerbar em propensão a agredir o objeto, com o intuito de aniquilá-lo. Isso exige que o ódio,

assim como o amor, seja considerado como uma relação do Eu total com os objetos e não apenas uma manifestação pulsional (FREUD, 2010e/1915). Desta feita, não possuiria relação íntima com o prazer sexual, ao menos que seja erotizado na medida em que passe a proporcionar satisfações sadomasoquistas.

O Eu odeia e persegue destrutivamente quaisquer objetos que sejam fonte de desprazer, não importando se remetem a frustrações da satisfação sexual ou a necessidades de autoconservação. Para Freud (2010e/1915), neste momento de sua teoria, os autênticos modelos da relação de ódio já não provém da vida sexual, mas na busca de conservação e afirmação do Eu. Fica claro, assim, que em sua relação com o objeto, o ódio é anterior ao amor, surgindo da primordial rejeição ao mundo externo e seus estímulos pelo Eu narcísico.

Com “Introdução ao narcisismo” (FREUD, 2010c/1914), vemos uma mudança de ponto de vista por parte de Freud e o Eu do sujeito passa a ser objeto da libido tanto quanto os objetos externos, com o que Freud pode explicar fenômenos onde a libido é recolhida em vez de ser investida em objetos. A própria constituição do Eu se dá através de uma nova ação psíquica, o narcisismo primário e o constante investimento na manutenção de uma unidade.

É em “Além do princípio do prazer” (FREUD, 2010a/1920) que a teoria pulsional adquire seu último formato. Frente à necessidade de explicar fenômenos em que as pessoas repetem insistentemente situações que geram desprazer, em contradição com a busca de prazer postulada como princípio do aparelho psíquico desde sua fundação teórica, foi necessário a Freud supor uma nova força: a pulsão de morte. Ao lado da pulsão de vida, Eros, que age no sentido de agregar, reunir, impelindo-nos ao encontro do outro no mundo, da pulsão de morte, Thanatos, e sua tendência a desligar, separar, destruir o que está constituído (FREUD, 2010d/1930).

Jacques Lacan, em retorno à Freud (LACAN, 1998a/1948), vem reforçar a existência de um momento de indiferenciação entre o Eu e o outro, o ódio se constituindo na perda da unidade, na passagem à constituição de uma unidade diferenciada do outro. Ao avançar seu ensino, o que se marca é que, ao se constituir, pelo Outro, como sujeito da linguagem, evidencia-se que este Outro, estes outros, estiveram lá apenas como agentes, representantes de uma alteridade concernente a todos, como aqueles que nos iniciaram na linguagem, de modo que o ódio tem uma

direção para além dos primeiros outros em carne e osso e que se aloja em cada um de nós no próprio movimento de nos reconhecemos capazes da fala (Lebrun, 2008).

Uma autora contemporânea que estudamos ao longo de nossa pesquisa de mestrado e que propõe uma releitura da obra freudiana, a relacionado ao aspecto destrutivo do humano é Nathalie Zaltzman. Em *“L’ésprit du mal”* (ZALTZMAN, 2007) a autora propõe abordar a questão do mal, tal qual pode ser compreendido na experiência psicanalítica. Para ela, a civilização evoluiu evitando uma zona obscura da dimensão humana, o mal. Defende a hipótese de que este ponto umbilical, a fonte do que se repete sem se fazer objeto de uma transformação, este impasse concerne à dificuldade em pensar o mal enquanto constituindo o humano.

Por mal, ressalta que devemos entender justamente uma possibilidade de atuação das pulsões, tanto Eros quanto Thanatos, constitutivas da vida psíquica, apesar de não diretamente imputáveis a tal ou tal parte do aparelho psíquico. A autora insiste que não é tanto o mal em si que a interrogação psicanalítica pode tornar compreensível, mas a vida psíquica em sua relação ao mal que não podemos nos se eximir de tornar inteligível (ZALTZMAN, 2007).

A noção de mal não é equivalente nem substituível pela noção de pulsão de morte apenas, tampouco pela noção de pulsão sádica, de crueldade primitiva, embora as duas possam ser sua fonte (ZALTZMAN, 2007). O mal, na compreensão de Zaltzman (2007), está à frente. Porque para o funcionamento pulsional ser transformado em mal, é preciso a participação do julgamento moral, a participação do Eu, que transforma em prazer a descarga pulsional, a perda de senso, a instauração do caos, com ou sem angústia do fazer mal. O mal tem o poder de emprestar a seu fim próprio todas as formas de ligação psíquica, ou seja, todas as representações alimentadas pelas correntes pulsionais de vida e de morte.

Mas, se as doenças do “espírito” são potencialmente inerentes à condição humana, se não existe relação naturalmente acordada do homem com ele mesmo, Zaltzman (1996) questiona se existe a possibilidade de acessarmos um além da doença. “Que alternativa será proposta à tendência geral a se abismar nessas causas impossíveis? (ZALTZMAN, 1996, p. 35, tradução nossa).

Acompanhando a interrogação da autora, frente a tal condição humana, ser habitado pelo “mal”, que na perspectiva psicanalítica é uma das traduções possíveis

do trabalho das pulsões, por onde podemos seguir para pensar a violência policial? E quais as possibilidades de intervenção no âmbito institucional?

A proposta de Zaltzman (2007), uma pensadora contemporânea acerca do “mal”, que aqui relacionamos à violência gratuita dos policiais em serviço, objeto de nossa investigação, pode nos oferecer caminhos profícuos. Neste sentido, a ideia de cura psicanalítica através da palavra é uma indicação de por onde podemos percorrer. Segundo a autora, a psicanálise examina o que é, procura reconhecer como é, e esta via de reconhecimento deve estar aberta a Thanatos tanto quanto a Eros. Desde seu primeiro trabalho, Zaltzman (1979/1994) apontava esta dimensão da análise: “Onde impera a pulsão de morte [...] a análise deveria sustentar este trabalho de liberação, ao invés de dissimulá-lo em novas associações” (ZALTZMAN, 1979/1994, p.74). A proposta é que se permita ao sujeito trazer para a ordem da palavra o que nele clama por descarga. Isto que cumpre a transformação. Esta é uma das indicações que trazemos como possibilidades de intervenção.

3 INTERVENÇÕES POSSÍVEIS: PSICANÁLISE EM CENA

Além dos procedimentos inquisitórios, a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) investe em uma formação com um viés preventivo e de respeito ao cidadão. Conforme Ferro (2018), o Projeto Pedagógico da instituição tem como objetivo a garantia de que a PMES se comprometa com a ética, a cidadania, a legalidade e os direitos humanos. Exemplo prático de tal escolha é a via bastante profícua que a PMES lança mão desde o ano de 1994: o modelo de Polícia Comunitária, conhecido por aqui como Polícia Interativa.

Esta é uma importante ferramenta de prevenção à violência policial que se dá a partir da aproximação com a população, permitindo identificar os principais problemas atinentes à comunidade local. Trata-se de uma filosofia de patrulhamento personalizado, “onde o policial patrulha e trabalha na mesma área numa base permanente, a partir de um local descentralizado, trabalhando numa parceria preventiva com os cidadãos para identificar e resolver problemas” (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994, p. 6).

Esta proximidade entre policial e cidadão é um ingrediente bastante eficaz na construção de laços de confiança e no evitamento da violência cometida por policiais

no trato com o cidadão. Como visto ao abordamos o texto freudiano, os laços afetivos impedem que sentimentos hostis tenham expressão na relação do sujeito com a alteridade. Mas tal modelo de policiamento ainda não constitui a regra e enfrenta muitos obstáculos para se efetivar como eixo em torno do qual se sustenta o policiamento realizado pela PMES.

Das vias já realizadas pela instituição, nenhuma considera aquilo com o que a psicanálise pretende como ferramenta, o discurso do sujeito. E a apropriação do discurso se dá como via possível para o deslocamento dos sentidos. Em psicanálise, a violência pode ser lida como um sintoma, aquilo que retorna do inconsciente sem a mediação da linguagem, do simbólico. O que retorna são aquelas construções arcaicas que constituem o psiquismo, conforme vimos quanto a agressividade e o ódio na constituição psíquica. E o sintoma só é interpretado, só tem sentido, na relação de um significante a outro, sua verdade reside nessa articulação (LACAN, 1998b/1936), nunca estando fixado em um sentido único. Por isso não há qualquer predeterminação, definição que possa ser consultada em manuais. Aí reside a mudança que pode ser operada quando vigora o discurso analítico, que permite o sujeito se deslocar no sentido até um ponto de encontro com o não sentido, onde precisa lidar com o fato de haver algo para além dele mesmo, com a exterioridade, a diferença, a não completude, a castração, que no campo simbólico remete à impossibilidade de se constituir como integridade, sempre faltando algo, constituído como des-ser.

Não estamos propondo que todo policial faça análise, mas que o tipo de escuta que a psicanálise propõe possa ser utilizada no mesmo sentido que se utiliza em uma análise, ou seja, conduzir o sujeito, ou o nosso sujeito-policial, a deslocar o sentido até poder minimamente se deparar com o não sentido. É trabalhar pela via da quebra das certezas, que este outro com quem se depara nas situações de trabalho possa ser reconhecido de um lugar diferente daquele do rival, ao qual se deve dirigir o ódio, aquele ódio constitutivo que abordamos anteriormente.

Um trabalho institucional que considere o discurso psicanalítico vai apontar justamente para essa impossibilidade de constituir unidade com o outro, de esperar que o outro atenda, responda do lugar que o sujeito pretenda. Conforme aponta Lebrun (2009), nossas palavras, os significantes, nunca alcançam o objeto em sua

totalidade e ao mesmo tempo que esta realidade humana é produtora de hostilidade, pode ser também a via pela qual o sujeito vai se reaver com o outro que não o atende, não responde aos seus anseios. Que anseios são estes? Aquilo que o policial espera quando sai às ruas a trabalho, a ausência de conflitos, quiçá a presença deste outro que não comporta as qualidades que ele gostaria que possuísse.

A instituição não pode debelar o fato do sujeito falante ser sempre insatisfeito, a impossibilidade da satisfação deve ser considerada na vida coletiva. E na instituição Polícia Militar, sua rigidez, a rigidez dos protocolos, os ideais pretendidos que a população siga, dificultam levar em consideração a própria impossibilidade de alcançar tais ideais.

Não se trata de se livrar da tentativa de constituir o “Um”, aspiração do sujeito desde os primórdios, sempre frustrada, do que decorre os impulsos hostis, sem colocar algo no lugar. O que se assevera é a necessidade de refazer o “Um” considerando a pluralidade e não a insistência em um tipo de “entodamento” (LEBRUN, 2009), formação de um todo não comprometido com a pluralidade.

Entender que a diferença, a alteridade, os modos de vida que não compõem com aqueles eleitos pelo policial como ideal, correto, adequado, devem ser respeitados é algo a que se chega a partir da cadeia discursiva do próprio sujeito, uma vez que por esta via ele se propõe a pensar sobre o seu fazer.

Em pesquisa anterior (PEREIRA, 2019), reconhecemos com Zaltzman (2007) que o mal, mesmo negado, evitado, recalcado, irrompe em determinados momentos. Conforme a autora, o progresso intelectual, o acréscimo em inteligência e saber não comportam, necessariamente, um progresso moral. Os esforços civilizatórios, com a imposição de regras e a tentativa de forjar uma concepção idealizada de humano não extirpam do psiquismo as forças que impelem ao exercício da crueldade e da destruição. O uso da intelectualidade, para a autora, deve pretender o remanejamento da pulsão (agressiva, no caso em tela) por meio de representantes simbólicos, promovendo a mudança psíquica do sujeito. O que está colocado é que um verdadeiro ganho cultural só é possível ao avançarmos em um conhecimento lúcido, acerca da realidade humana, sem evitar sua dimensão maléfica. A crítica que se faz é quanto ao fato de reconhecemos apenas o que se aceita como pertencente ao gênero humano e afastamos o que dele se diferencia, como se o quinhão maléfico não

compusesse o humano.

Não negamos que se deva punir práticas que fogem do pacto civilizatório do qual todos nós participamos, sobretudo quando ocupamos um lugar que visa justamente fazer cumprir tal pacto. Ocorre que, na realidade vivenciada pelos policiais, os regulamentos não são suficientes tampouco eficientes na imposição de limites no que diz respeito a práticas violentas, gratuitas, sem motivação que a justifique, no exercício da atividade policial.

Esta realidade nos acossa a buscar outras vias, que não a meramente punitiva, na tentativa de construir outra realidade e, para isso, apostamos que na via que implique nossos policiais a pensarem acerca de suas ações, que a atividade do pensamento seja “de tal natureza que ‘condiciona’ os homens contra fazer o mal” (ARENDT, 2010, p. 228), o que, psicanaliticamente falando, exige transgredir as vias que se pretendam civilizatórias por meio do ensinamento, da punição, da exclusão do “mal”, e dar forma e lugar ao que geralmente é recusado.

O tipo de trabalho a ser realizado na instituição, ao nosso ver, tem mais o sentido de uma contaminação pelo discurso analítico do que uma forma, uma técnica propriamente dita. Interessa dar visibilidade, trazer à tona, transformar em palavras faladas aquilo não tem lugar. De alguma maneira, aqueles policiais envolvidos em ocorrências de violência precisam ser escutados para além do padrão inquisitivo.

Trabalhos como grupos de discussão formados por policiais onde a temática é a violência por eles cometida, com estudo de casos reais onde os próprios policiais possam falar sobre tal questão, refletir acerca da sua ação, compreender o que o impele ao cometimento de tais atos, pensar sobre a sua função policial, o lugar de autoridade a ele conferido, são vias onde tal perspectiva poderia se efetivar. Segundo Lebrun (2009, p. 39), “o fato de falar supõe uma perda de imediato que é típica do sistema simbólico da linguagem e como tal [...] nos obriga perder a completude”. A via que estamos elegendo aqui para tal realização no que diz respeito à propensão ao cometimento da violência é falar sobre ela, fazendo furo naquilo que era inquestionável até então. A partir dessa fala, o policial poderá acatar o fato de que o outro não atende e não atenderá aos seus anseios e que, a despeito disso, na grande maioria das vezes não se trata de um rival ou inimigo, não havendo a quem, nem mesmo porque, dirigir-lhe tanta hostilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da concepção que a psicanálise tem do fenômeno da violência, foi possível, neste artigo, pensar acerca da violência gratuita cometida por policiais e chegar a proposições quanto à aplicabilidade de tal saber em intervenções na violência cometida por policiais sem argumento que a justifique. Do entendimento trazido pelo campo psicanalítico de que a agressividade é estrutural, constituindo o sujeito desde os primórdios, esclarecemos que não se trata de algo que se possa extirpar, mas apenas manejar e encontrar maneiras de conviver com este quinhão agressivo, sem atribuir ao outro sua motivação tampouco descarregar neste outro sua força desagregadora, destruidora.

Defendemos que intervenções que considerem o ponto de vista da psicanálise desloquem o olhar de vias educativas, nas quais um saber é transmitido ao outro, para vias onde o próprio sujeito possa elaborar seu ímpeto violento, decorrência do funcionamento pulsional. Mas tal elaboração vai desaguar sempre em um ponto de ausência de sentido, limite da palavra, encontro com um furo, um vazio, onde suas justificativas, seu discurso elaborado, já não se sustentam, ponto a partir do qual pode rever seu lugar no mundo.

Mas este limite, ao mesmo tempo em que convoca o sujeito a buscar outras vias de satisfação ou o esforço em suportar a não satisfação, apontam para a inesgotável força do pulsional que habita o humano, estando sempre pronta a retornar, tomar a cena e irromper por meio da hostilidade e da truculência frente ao outro.

A escolha por mitigar a experiência da agressividade humana, dos nossos policiais especificamente, seu quinhão maléfico, por vias que transgridam o repertório civilizatório, a educação formal, dando voz ao que há de mais repulsivo no homem, e o limite que comporta tal trabalho exige que estejamos sempre atentos. É necessária uma insistência na proposição contínua de formas de intervenção que considerem esta via transgressiva, no melhor sentido do termo, aquela que rompe obstáculos, transpõe barreiras e dá lugar a uma escuta que acolha e transforme o que há de mais repulsivo no humano. O reforço do pacto civilizatório requer, por paradoxal que pareça, que façamos percursos que fogem das vias que a civilização costumeiramente lança mão, como a lei, a educação formal e demos condição de comparecimento do que portamos de pior e façamos algo novo com isso.

Por fim, nossa intenção é que as indicações contidas nesta pesquisa possam dar início a trabalhos que, ao mesmo tempo, intervenham e sirvam de laboratório, podendo expandir as ideias trazidas na forma de novas pesquisas-ação, laboratórios institucionais, observatórios, dividindo espaço com as perspectivas já rotineiramente utilizadas.

5 REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

FLANZER, S. N. Sobre o ódio. **Interações**, v. XII, n. 22, p. 215-229, 2006.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. In: **Sigmund Freud, obras completas**, v. 04. São Paulo: Cia das Letras, 2019. (Obra original publicada em 1900).

FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: **Sigmund Freud, obras completas**, v. 13. São Paulo: Cia das Letras, 2010a. (Obra original publicada em 1920).

FREUD, S. Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In: **Sigmund Freud, obras completas**, v. 12. São Paulo: Cia das Letras, 2010b. (Obra original publicada em 1915).

FREUD, S. Estudos sobre a histeria. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 02. São Paulo: Cia das Letras, 2016a. (Obra original publicada em 1893-95).

FREUD, S. Introdução ao Narcisismo. In: **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 12. São Paulo: Cia das Letras, 2010c. (Obra original publicada em 1914).

FREUD, S. O futuro de uma ilusão. In: **Sigmund Freud, obras completas**, v. 18. São Paulo: Cia das Letras, 2014b. (Obra original publicada em 1927).

FREUD, S. O Mal-estar na civilização. In: **Sigmund Freud, obras completas**, v. 18. São Paulo: Cia das Letras, 2010d. (Obra original publicada em 1930).

FREUD, S. Os instintos e seus destinos. In: **Sigmund Freud, obras completas**, v. 12. São Paulo: Cia das Letras, 2010e. (Obra original publicada em 1915).

FREUD, S. Totem e tabu. In: **Sigmund Freud, obras completas**, v. 11. São Paulo: Cia das Letras, 2012. (Obra original publicada em 1914).

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Sigmund Freud, obras completas**, v. 13. São Paulo: Cia das Letras, 2016b. (Obra original publicada em 1905).

GORI, R. O realismo do ódio. **Psicologia Clínica**, v.18, n.02, p. 125-142.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório sobre o Brasil**. Nova York, 2016.
Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/americas/brasil>. Acesso em: 28 nov. 2021.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LACAN, J. A agressividade em psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998a. (Obra original publicada em 1948).

LACAN, J. Para além do princípio da realidade. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998b. (Obra original publicada em 1936).

LEBRUN, J. **Clínica da instituição**: o que a psicanálise contribui para a vida coletiva. Porto Alegre: CMC Editora, 2009.

PEREIRA, R. N. **A transgressão como saída psíquica vital**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. **Policiamento comunitário**: como começar. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994. 336 p.

ZALTZMAN, N. **A pulsão Anarquista**. São Paulo: Escuta, 1994. (Obra original publicada em 1979).

ZALTZMAN, N. *L'Esprit du mal*. **Revue Penser/rêver**. Paris: Éditions de l'Olivier, 2007.

CULTURA E CONDUTA POLICIAL: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA ACERCA DE SEUS ATRIBUTOS

CULTURE AND POLICE CONDUCT. A SOCIOLOGICAL APPROACH TO ITS ATTRIBUTES

Rusley Hilário Medeiros Miorim

RESUMO

A atividade policial é presente em todas as sociedades modernas e, por isso, sempre tem grande repercussão na sociedade e em suas ações. Dado isso, a busca pelo conhecimento do que é a polícia e sua relação com a sociedade se faz quase parte inerente do conhecimento social. A sociedade busca compreender a atuação policial e, ao mesmo tempo, se vê protegida por ela. Por isso, é preciso estabelecer a cultura policial e as funções dos policiais. Para tanto, serão tratadas, aqui, as visões de Roberto Kant de Lima, Jean Claude Monet, Dominique Monjardet, Robert Reiner, e Egon Bittner, a maioria sociólogos e pensadores do sistema de segurança pública, principalmente no que tange a polícia. Diante disso, a partir desses pensadores, será estabelecido uma correlação entre cultura e função policial, a partir da compreensão do próprio policial e da sociedade acerca de suas atividades. Adota-se como metodologia a pesquisa qualitativa, por meio do procedimento bibliográfico abordando textos e legislações.

Palavras-chave: cultura policial; polícia; sociedade; função.

ABSTRACT

Police activity is present in all modern societies and, therefore, always has great repercussion on society and its actions. Given this, the search for knowledge about what the police are and their relation with society becomes almost an inherent part of social knowledge. Society seeks to understand police action and, at the same time, sees itself protected by it. Therefore, it is necessary to establish police culture and the functions of the police. To this end, the views of Roberto Kant de Lima, Jean-Claude Monet, Dominique Monjardet, Robert Reiner, and Egon Bittner, mostly sociologists and thinkers on the public security system, mainly concerning the police, will be treated here. In view of this, based on these thinkers, a correlation between culture and police function will be established, based on the understanding of the policeman himself and of society about his activities. The methodology adopted is qualitative research, by means of a bibliographic procedure that approaches texts and legislation.

Keywords: police culture; police; society; function.

1 INTRODUÇÃO

É inegável que exista uma grande lacuna na compreensão das competências dos entes de segurança pública, em especial sobre as polícias. E, dado isso, a academia se faz parte importante para que a pesquisa neste sentido seja aprimorada.

A população trava grande luta entre a busca pela ordem e paz e o Estado, por sua vez, em buscar tal condição, principalmente por meio de seus agentes de segurança pública. Neste sentido, por muitas vezes, é possível que exista um choque de competências e desvio de ações, buscando, de certo modo, atingir o alvo, qual seja, a sensação de segurança, prevenindo a ocorrência de crimes. Assim sendo, compreender qual a real função policial na sociedade se faz de extrema importância, visando atrelar suas ações ao contexto legal e constitucional, garantindo que as ações tenham o máximo de solidez jurídica e, principalmente, aceitação social.

Neste condão, este artigo surge, primeiramente, como uma necessidade de garantir que as ações policiais sejam conhecidas e legalmente pautadas, bem como compreendidas no campo sociológico. É possível compreender as dificuldades cotidianas e as necessidades inerentes das Instituições policiais, em razão da ausência de discussão acadêmica atual e, por isso, se vislumbra a real necessidade de exposição das atividades da polícia, a partir de uma perspectiva sociológica, amparada nos autores supramencionados.

A partir deste estudo será possível, então, contribuir para a análise da cultura policial, suas funções e visões, através de uma visão pautada na Sociologia. Além do mais, contribuirá para responder aos anseios sociais, garantindo sua relevância social, uma vez que toda a sociedade está em busca de mais segurança e redução da criminalidade.

Tal artigo tem por escopo reproduzir os pensamentos de alguns pensadores acerca da cultura e função policial, bem como estabelecer uma relação com o que é apresentado, atualmente, pela polícia na sociedade.

A pesquisa se deu por livros e artigos publicados, observando a necessidade de estabelecer uma relação direta entre aquilo que já foi publicado e escrito acerca da temática, tendo a oportunidade de traçar caminhos comuns entre as publicações (MARCONI, 2018).

2 DESENVOLVIMENTO

Nesta seara da compreensão do que é a cultura policial, se faz necessário, neste primeiro momento, estabelecer o que é o trabalho policial. É bem verdade que diversas são as conceituações e as perspectivas adotadas para estabelecer tal

conceito, contudo, a partir de David Bayley, professor de Justiça Criminal em Nova Iorque, a característica principal desse trabalho é a autorização para a utilização da força física para garantir as relações sociais entre as pessoas num mesmo local (BAYLEY, 2017). É evidente que diversas são as funções da polícia, caracterizada por uma complexa atividade.

Neste sentido, Bayley determina que o trabalho policial é:

O trabalho da polícia pode ser descrito em termo de ações executadas pela polícia durante as situações, tais como prender, relatar, tranquilizar, advertir, prestar primeiros socorros, aconselhar, mediar, interromper, ameaçar, citar e assim por diante. Nesse trabalho dos policiais é o que os policiais fazem nas situações que encontram (BAYLEY, 2017, p. 119).

Bayley estabelece que o trabalho policial dar-se-á a partir de três situações: aquilo que a polícia é designada para executar, as situações que ela se depara nos atendimentos cotidianos e, por fim, as ações que ela deve tomar para lidar com essas situações encontradas (BAYLEY, 2017).

Em certa contradição, Roberto Kant de Lima no artigo publicado na revista de sociologia da Universidade de São Paulo argumenta que: “O papel institucional da polícia, é, senão, definido, pelo menos fortemente influenciado pela posição extremamente particular que a instituição policial ocupa, formal e informalmente, no sistema judiciário” (KANT DE LIMA, 1997).

Não se pode, é verdade, esquecer que a função da polícia está estritamente ligada ao que a lei determina. Todavia, essa ligação, a partir de um princípio da legalidade, nem sempre é visualizado na prática, uma vez que a Instituição policial, seja ela qual for e de qual nível, estará intimamente ligada a um sistema de justiça e cultural. É por isso que Herman Goldstein esclarece que a atuação policial está diretamente dependente do sistema de justiça criminal e se relaciona com ele intimamente (GOLDSTEIN, 2003).

Ocorre que a polícia, neste sistema, ocupa a posição mais baixa e é a que está, de fato, no *front* da relação sociedade-sistema. É por isso que Kant de Lima coloca a polícia em uma posição dramática, afinal:

Mais dramática, no entanto, é a situação da polícia: encarregada de descobrir a verdade além de qualquer dúvida, expressa na confissão, vê suas

descobertas, validadas pela forma da inquirição a que está submetida, serem derrubadas quando submetidas, posteriormente, aos critérios do processo judicial, ou do júri. Situada no lugar mais inferior deste sistema hierárquico, sua verdade também é a que menos vale. Entretanto, não se deve esquecer que é ela que se defronta, no dia a dia, com a população, impregnando-a por ela e sendo impregnada com seus critérios de justiça e de verdade, ao mesmo tempo em que assume, cada vez mais, sua degradação institucional (KANT DE LIMA, 1997, p. 181).

Há uma confusão entre o que é a polícia e o próprio sistema de justiça criminal. Existe, no cotidiano, sempre aqueles que dizem: “a polícia prende e a justiça solta” ou ainda “olha lá, a polícia nem trabalha mais”, quando o crime aumenta em determinada localidade.

A polícia, conforme defende Bittner, não tem por escopo o desejo de ver todos os detidos por ela, condenados pelo sistema, todavia, esclarece ele:

Dizer que a polícia realmente quer ver os culpados punidos provavelmente não faz justiça ao caso. Embora provavelmente seja verdade que há um certo grau de zelo punitivo aderido ao que Skolnick chamou de personalidade funcional dos policiais, a cooperação com os tribunais é mais do que produto de psicologia ocupacional. A maioria dos policiais, de fato, concebe seu mandato como envolvendo a lei como ela existe, e eles, embora façam objeção às restrições que ela impõe, têm até mesmo mais receio de desobedecê-las inteiramente (BITTNER, 2017, p. 119).

A experiência no trabalho da segurança pública, principalmente em agência ostensiva, como é o caso das Guardas Municipais, foi possível constatar que a população faz constantes ataques, porém, sem a compreensão, por completo, da atividade policial. É por isso, que, conforme esclarece o sociólogo Egon Bittner, há algumas características que, de forma universal, são visualizadas e aceitas em relação a polícia, a partir da visão da sociedade. Segundo ele, é comumente associado ao trabalho policial a perspectiva de que a polícia é uma ocupação corrompida, uma vez que os policiais estão sob pressão constante da sociedade, pois precisam agir de forma correta e fazer alguma coisa, diante de uma situação, e, antes de atuarem, já são vistos como corrompidos (BITTNER, 2017).

Ora, é por isso que o trabalho policial já está enraizado em estigmas. Há diversas ações a serem tomadas e a função da polícia não se resume somente ao combate ao crime. Além disso, a sociedade espera, muitas vezes, que a polícia tudo resolva. Bittner reforça tal relação determinando que este estigma da atividade policial

não se refere somente na execução dos deveres legais impostos a polícia, mas com aquilo que ela deve tratar durante seu trabalho (BITTNER, 2017).

Nesta realidade, há a visão dos próprios policiais em relação a si mesmos. Jean Claude Monet, também sociólogo, estabelece que os policiais se veem como “missionários, encarregados de reconduzir ao bom caminho os pecados transviados e evitar às pessoas “honestas e respeitáveis” entrar no caminho fácil que conduz ao vício e à perdição” (MONET, 2006). É, neste condão, que os policiais, inclusive em rodas de conversas presenciadas, se colocam como uma missão e não como um trabalho meramente.

Dado isso, Monet esclarece:

Se ela é um ofício, dificilmente a polícia pode passar por uma profissão – no sentido que os sociólogos dão à palavra: conjunto, codificado e transmissível através da formação profissional e da socialização dos agentes, de normas técnicas, de valores deontológicos e de práticas a serviço de uma finalidade objetivável. Certamente, existem princípios gerais que orientam a ação policial, normas jurídicas que pretendem enquadrá-las, receitas que, experimentadas no passado, se transmitem quase imutavelmente de uma geração a outra. Mas essas normas abstratas pesam menos que as lógicas de situação, e a maneira como as coisas são conduzidas no concreto de ‘esquina de rua’ é indissociável da personalidade daqueles que age, das motivações e dos valores que o animam (MONET, 2006, p. 130).

A situação principal quando se fala de polícia é compreender, portanto, que a ela é dada a autorização para a utilização da força, visando o cumprimento de uma regra imposta socialmente. Ocorre que, para tanto, se faz necessário compreender a cultura policial. Ora, a polícia não é uma entidade separada da sociedade. Seus membros são advindos da própria sociedade. Portanto, não há como estabelecer um total paradoxo entre a sociedade e a polícia.

Há um desejo, cotidiano, de fazer essa separação, dando a entender que a Polícia é uma instituição distante da própria sociedade. É por isso que a atividade policial não se resume somente na prisão de criminosos e na elucidação de crimes. Na verdade, Bayley define, a partir de uma análise sociológica feita, que a principal atividade da polícia é o patrulhamento preventivo, visando coibir a ocorrência de crimes ou qualquer distúrbio que possa vir a afetar a estabilidade daquela comunidade local (BAYLEY, 2017).

Corrobora, com a questão, Goldstein, quando aduz:

Todas as atividades acabaram se revestindo de um enorme significado, pois francamente mudaram o estereótipo da função policial, firmemente estabelecido tanto na mente dos próprios policiais quanto da população, como sendo unicamente a função de prevenir a criminalidade e deter os criminosos. Esta é a imagem que vinha sendo cultivada pela própria polícia. Esta é a imagem que vinha sendo reforçada pela literatura popular, pelas séries de TV e pelo cinema. E esta é a imagem que tem tido uma profunda influência na organização, na equipe e no trabalho das agências de polícia (GOLDSTEIN, 2003, p. 42).

É por isso que não é possível estabelecer que a cultura policial seja a atitude da polícia, conforme esclarece Robert Reiner, impondo que é necessária uma distinção entre a cultura policial, que é a orientação dada aos policiais em seu trabalho, e a cultura cantineira, que são as crenças e valores que são disseminados fora do cumprimento do dever (REINER, 2004).

A questão que fica, portanto, é estabelecer o que são culturas. E, para isso, o próprio Reiner estabelece:

Culturas são complexos conjuntos de valores, atitudes, símbolos, regras e práticas, que emergem quando as pessoas reagem às exigências e situações que enfrentam, interpretadas através de estruturas cognitivas e de orientações que trazem consigo de experiências anteriores. As culturas são modeladas, mas não determinadas, pelas pressões estruturais dos ambientes dos atores. Elas se desenvolvem quando as pessoas respondem de várias maneiras significativas, que por sua vez, criam situações dentro das quais outros atuam. Em resumo, parafraseando Marx, pessoas podem criar suas culturas próprias, mas não sob condições que elas mesmas escolham (REINER, 2004, p. 132).

É nesta seara que a necessidade da polícia se estabelecer se reforça. É verdade que em cada localidade a cultura é capaz de interferir na sociedade, porém, no caso da cultura policial, Monet esclarece que essa cultura profissional se centrou em valores próximos. Isso decorre da natureza idêntica das tarefas exercidas pela polícia no mundo moderno (MONET, 2006).

A própria sociedade já percebeu que, quando há uma situação envolvendo algum policial, logo aparecem diversas viaturas e há um enxame de policiais. Manet determina que tal cultura se dá pela solidariedade interna, seja na América seja na Europa. Isso decorre do fato de que os policiais precisam se sentirem protegidos por eles mesmos, frente aos possíveis ataques sociais e até internos oriundos da hierarquia (MONET, 2006).

É, por isso, que, muitas vezes, o policial, no seu trabalho, demonstra uma atitude moralista, visando a proteção do conservadorismo social e, ao se ver longe de sua farda, demonstram suas fragilidades morais e, assim, um cinismo, conforme o próprio Monet ratifica (MONET, 2006).

Dado isso, Reiner esclarece, a partir de Skolnick, que “A ‘personalidade de trabalho’ não é um fenômeno psicológico individual [...], mas uma cultura socialmente gerada. É a resposta a uma combinação única de facetas do papel da polícia” (SKOLNICK, 1966, p. 44 apud REINER, 2004, p. 135).

A grande questão que paira, por ora, é essa cultura policial que está, muitas vezes, enraizada, no próprio policial, de combate ao crime (GOLDSTEIN, 2003). Isso decorre não do perigo simplesmente de sua atuação, mas de que ele, o policial, nunca sabe o que encontrar durante o seu trabalho (REINER, 2004).

Espera-se dos policiais, portanto, que resolvam todos os problemas sociais e, para tanto, aplicam a ele uma gama de pressões, de diversas ordens. O policial, muitas vezes, não sabe mais como responder os anseios. Pois, caso ele aja, se vê envolto de um sistema punitivo criminal que tende, muitas vezes, puni-lo também. Em não agindo, é tido como desnecessário e, na visão jurídica, prevaricador.

A questão central, portanto, é que “ao invés de tentar derivar o papel da polícia dos ideais pragmáticos, deveríamos procurar discernir esse papel olhando para aquelas condições da realidade e para as circunstâncias práticas em que, presumivelmente, as formas devem ser aplicadas” (BITTNER, 2017, p. 100).

Ora, como exigir, então, que os policiais atuem sempre na maior perfeição? Não é possível exigir de seres humanos, enraizados em uma cultura e uma sociedade a condição de perfeitos e verdadeiros robôs. É, neste sentido, que Bittner esclarece: “Embora se espere que os policiais vão ser justos e que a experiência e a habilidade vão guiá-los no desempenho de seu trabalho, é tolice esperar que eles possam sempre ser, ao mesmo tempo, rápidos e sutis” (BITTNER, 2017, p. 101).

Retornando a ideia de que os próprios policiais se colocam na condição de perpetradores das cadeias lotadas, há, na realidade diárias das instituições, aqueles policiais e/ou grupos que visam ranquear os que mais prendem e, assim, determinar sua eficiência pelo número de prisões realizadas. É, assim, que “muitos policiais veem sua luta com os vilões como um jogo ritualístico, um desafio divertido, sendo que

ganhar é prender, o que dá mais santificação pessoal do que qualquer sentido de serviço público (REINER, 2004).

Todavia, não é possível mais estabelecer que a polícia seja unicamente uma estrutura da justiça criminal e, portanto, atuante exclusiva no combate ao crime. É preciso entender e observar a polícia como um órgão que está para garantir uma sociedade equilibrada e organizada (GOLDSTEIN, 2003).

No Estatuto Geral das Guardas Municipais, Lei Federal nº 13.022/14 fica estabelecido diversas ações dessa força policial, dentre elas, a atuação na mediação de conflitos e atendimentos das ocorrências que se depararem (BRASIL, 2014). Isso se dá, afinal, porque, sendo a única Instituição de segurança pública a possuir uma lei orgânica em nível nacional perfaz que a conduta não é somente prender bandidos/criminosos, mas de estabelecer um contato ordinário e cotidiano com a Comunidade.

No dia a dia dos agentes da Guarda Municipal de Vila Velha, por exemplo, diversas situações são reportadas e realizadas, visando não a prisão, mas tornar a sociedade mais ordeira e, de certa forma, evitar a ocorrência de qualquer sinistro ou crime. Isso se dá quando um agente policial aciona a secretaria de serviços urbanos para a limpeza em determinada área, iluminação pública, informar buracos nas vias, evitando, assim, acidentes de trânsito, além de atuação na preservação do meio ambiente e proteção das crianças, quando, se deparando com menores perdidos ou sem rumo, acionam o conselho tutelar. Todas essas atividades, desempenhadas diariamente, muitas vezes nem relatadas e estimuladas, seja pela sociedade seja pelos próprios comandos internos das forças, são capazes de atingir quase 80% da atuação policial.

É por isso que Goldstein estabeleceu os padrões para as funções da polícia urbana da seguinte forma:

1. Prevenir e controlar condutas amplamente reconhecidas como atentatórias à vida e à propriedade (crimes graves).
2. Auxiliar pessoas que estão em risco de dano físico, como as vítimas de um ataque criminoso.
3. Proteger as garantias constitucionais, como o direito à liberdade de expressão e de reunião.
4. Facilitar o movimento de pessoas e veículos.

5. Dar assistência àqueles que não podem se cuidar sozinhos: os bêbados, os viciados, os deficientes mentais, os deficientes físicos e os menores.
6. Solucionar conflitos, sejam eles entre poucas pessoas, grupos ou pessoas em disputa contra seu governo.
7. Identificar os problemas que têm potencial de se tornarem mais sérios para o cidadão, para a polícia ou para o governo.
8. Criar e manter um sentimento de segurança na comunidade (GOLDSTEIN, 2003, p. 56-57).

É por isso que não é possível determinar que a função policial seja unicamente a prática de prisões ou estabelecer que sua cultura é de atuar no combate ao criminoso. É, de fato, uma de suas funções principais, contudo, tal conduta não se perfaz na prática total de suas atribuições. Como supramencionado, no estatuto das guardas municipais, a atuação se dá muito mais na conduta preventiva e na resolução de conflitos do que na própria prisão, fazendo uma observação de todo o aparato legal e de proteção aos Direitos Humanos relutando contra a ideia de que deva agir na guerra contra o crime.

A grande realidade no cotidiano da cultura policial é que, como já relatado, a eficácia policial é medida pelo número de apreensões e prisões. Ocorre que existem policiais que ficam turnos e plantões sem prender ninguém, contudo, atuando de forma ostensiva e preventiva pela Cidade garantem a não ocorrência de crimes. Atuando, conforme listado por Goldstein, na proteção dos deficientes mentais, dos bêbados e menores, por exemplo, acabam por mitigarem a ocorrência de eventos criminais e, assim, prisões. A questão é que a polícia acaba estando a mercê de decisões políticas e, portanto, submissa a essas estruturas.

O mapa social da polícia se diferencia de acordo com o poder de grupos específicos em causar problemas para a polícia, transformando-se em 'propriedade' da polícia aqueles que têm menos poder na sociedade. A estrutura de poder de uma comunidade e as perspectivas de suas elites são fontes importantes na variação dos estilos de policiamento (REINER, 2004, p. 159).

A grande questão, portanto, é que a polícia é uma instituição que, embora tenha a liberação e a função de utilizar a força para garantia da ordem e sua manutenção, não se coloca simplesmente nessa perspectiva, ao menos não deveria. Recrutar os policiais deve ser uma atividade que pressupõe a observância desse leque de atividades desempenhadas pelos agentes públicos. Assim, determina:

Recrutar pessoal para integrar a polícia precisamos de pessoas que não apenas possam vir a lidar bem com crimes graves, mas também sejam capazes de agir em muitas outras áreas: solucionar conflitos, proteger as garantias constitucionais, e cuidar de um espectro incrivelmente amplo de problemas sociais e pessoais. E, mais importante, essas pessoas de bem ter a habilidade de trafegar com naturalidade de uma função para a outra (GOLDSTEIN, 2003, p. 65).

A verdade é que não se pode esperar que a polícia resolva tudo, e, neste sentido “a polícia não é um instrumento universal e não pode resolver todas as carências dos serviços públicos e da organização social” (MONJARDET, 2012, p. 295).

Por fim, a polícia não desempenha o mesmo trabalho em todos os lugares. Há uma variação substancial no tempo e no espaço de sua atuação (BAYLEY, 2017). Porém, o trabalho da polícia é discernir quando utilizar a força e quando agir garantindo a resolução de um possível conflito através da mediação ou atuando de forma preventiva, impedindo, assim, a ocorrência de crime ou sinistro futuro.

Em forma de resumo, esclarece Bittner:

No começo, observamos que a polícia demonstra ser responsável por um caráter desfavorável que parece não diminuir de forma proporcional aos melhoramentos reconhecidos nas suas práticas. Para explicar esse fato intrigante, levamos em conta três características percebidas da polícia, que parecem ser substancialmente independentes dos métodos de trabalho particulares. Em primeiro lugar, um estigma ligado ao trabalho policial em razão de sua conexão com o mal, o crime, a perversidade e a desordem. Embora possa não ser razoável, é comum que aqueles que cometem a maldade terminem sendo eles próprios maus. Em segundo lugar, como os policiais devem agir rápida e frequentemente segundo a simples intuição, suas intervenções deixam a desejar em relação aos aspectos de sofisticação moral, o que apenas uma consideração mais extensa e mais escrupulosa pode permitir. Portanto, seus métodos, comparativamente, são sem refinamento. Em terceiro lugar, como é comumente assumido que os riscos dos tipos de distúrbios que exigem a ação policial estão concentrados, como peso muito maior, nas classes mais baixas do que em outros segmentos da sociedade, a vigilância policial é inerentemente discriminatória. Isto é, tudo sendo igual, algumas pessoas sentem o abraço da supervisão policial apenas em função de sua situação na vida. Na medida em que isso é sentido, o trabalho policial produz efeitos divididos na sociedade (BITTNER, 2017, p. 137).

A grande realidade é que entre as instituições modernas, a polícia é a mais conhecida, contudo, é a menos compreendida. E, portanto, se faz necessário um

estudo coerente e responsável, visando a sua efetiva compreensão.

3 REFERÊNCIAS

BAYLEY, D. **Padrões de policiamento**. Tradução: Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BRASIL, **Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014**. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm. Acesso em: 17 maio. 2020.

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução: Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

GOLDSTEIN, H. **Policiando uma sociedade livre**. Tradução: Marcello Rollemberg. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

KANT DE LIMA, R. Polícia e exclusão na cultura judiciária. **Revista Sociologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

MONET, J. **Polícias e Sociedades na Europa**. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia**. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

REINER, R. **A política da Polícia**. Tradução: Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

OPERAÇÕES DE CHOQUE: ORIGENS DA DOCTRINA BRASILEIRA

RIOT POLICE OPERATIONS: ORIGINS OF BRAZILIAN DOCTRINE

Steevan Oliveira

RESUMO

Uma noção enraizada no senso comum dentre os operadores de choque distingue a doutrina asiática (de atuação aproximada) da doutrina europeia (de atuação distante), associando as táticas brasileiras ao modelo da Europa continental. Todavia, a pesquisa demonstra que os conceitos, técnicas, táticas e teorias presentes nos manuais brasileiros de atuação policial em distúrbios têm como fonte os manuais das Forças Armadas dos Estados Unidos.

Palavras-chave: doutrina policial; operações de choque; policiamento de eventos multitudinários.

ABSTRACT

In Brazil, the popular knowledge among riot police officers differentiates the Asian doctrine (close contact) from the European doctrine (distant from rioters). Furthermore, very often they associate Brazilian tactics with the continental European model. However, the research shows that the concepts, techniques, tactics and theories present in Brazilian riot police manuals are lined to the manuals of the United States Army.

Keywords: police manuals; riot police; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Após muito tempo sem despertar o interesse de estudos mais aprofundados, a análise das intervenções policiais em eventos multitudinários tem sido foco de recentes estudos no Brasil. A título de exemplo, as manifestações de rua e o direito de reunião foram debatidos por, entre outros, Antunes Netto (2017b), Comparato (2015), Costa e Junqueira (2018), Langeani (2019), Mafra et al. (2019), Oliveira (2012; 2013; 2016; 2017; 2019b) e G. Silva (2019). Por sua vez, a violência e o policiamento de futebol e dos grandes eventos foram objeto de estudos de Amador (2006), Faria (2019), Maillo (2020), Schelavin et. al. (2020), Silva Neto (2015), Martinelli (2014), V. Silva (2019) e Ubiratan et. al. (2020). O emprego de semoventes em Controle de Distúrbios tem, entre outros trabalhos, Abadio (2004) e Albuquerque et al. (2019).

O interesse acadêmico que o tema tem alcançado vai além dos assuntos relacionados estritamente ao policiamento, já sendo possível encontrar textos que

discutem a formação de tais militares (ANTUNES NETTO, 2017a) ou os aspectos físicos de sua composição (FERREIRA JÚNIOR et al., 2015). Assim, é notório o recente incremento dos estudos sobre o policiamento de multidões, evidenciando a base substancial da literatura sobre o assunto.

Todavia, uma análise mais específica dos manuais das forças de segurança sobre a atuação em contextos de aglomeração de pessoas parece estar pendente. No contexto militar, os manuais carregam o que se chama de doutrina de uma Força, entendida como sendo seus princípios, técnicas e táticas, ou seja, estabelece como será realizada a missão institucional. Nesse sentido, verifica-se que os manuais das polícias brasileiras sobre eventos multitudinários ainda carecem de estudos mais específicos.

Costumeiramente, no Brasil, o policiamento de eventos ou praças desportivas, de manifestações e as reintegrações de posses são atribuídas ao que se denomina Batalhões de Choque (OLIVEIRA, 2013, p. 139). Assim, os documentos institucionais que definem os protocolos e a forma de atuação nas Operações de Choque, embora já mencionado direta ou indiretamente (COTTA, 2017; COSTA, JUNQUEIRA, 2017; 2019; OLIVEIRA, 2019a), não foram alvo de maior escrutínio e atenção.

Nas capacitações e debates entre militares geralmente se afirma que a doutrina das polícias brasileiras segue o padrão europeu continental (alemão). Contudo, não são conhecidas as fontes que comprovem tal relação. Uma peculiaridade dos manuais de controle de distúrbios é a limitada citação das fontes bibliográficas, as quais permitiriam avaliar as informações mencionadas. Outra consequência da ausência ou escassez de fontes é acerca das teorias expressas ou implícitas sobre o comportamento humano em coletividades. Por vezes referidas como psicologia das massas ou multidões, quase a totalidade dos manuais brasileiros traz capítulos sobre o comportamento do indivíduo em aglomerações. Todavia, as informações expostas não apontam a referência bibliográfica de qual seria a literatura científica que sustentaria as afirmações presentes nos manuais.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral despertar tal discussão e realizar observações gerais e introdutórias acerca dos manuais de

operações de choque por meio do breve resgate de suas origens.

2 RAÍZES DA DOUTRINA BRASILEIRA DE OPERAÇÕES DE CHOQUE

Poucas são as pesquisas sobre a história das primeiras técnicas e cursos, da evolução tática, da criação dos Batalhões e até mesmo das raízes do nome das Operações de Choque no Brasil. Nos cursos de Controle de Distúrbios ministrados no país, uma certa tradição distingue a tática asiática (de enfrentamento aproximado) e a europeia/alemã (de enfrentamento distante). Juntamente com essa categorização, associa-se a origem da doutrina brasileira à segunda alternativa. Contudo, não são conhecidos documentos ou levantamentos que possam confirmar essa genealogia. Assim, ainda que essa possa ser a origem mais remota, essa influência parece ter sido, no mínimo, mediada pelos Estados Unidos. Como se pretende demonstrar, há evidências substanciais que indicam as forças de segurança norte-americanas como fonte imediata da doutrina brasileira.

Entre outros aspectos, pelo menos três demonstram com razoável clareza essa proximidade com os Estados Unidos. O primeiro pode ser identificado por meio de narrativas de veteranos que mencionam cursos realizados naquele país ou sob sua influência, coincidindo com a chegada de muitas das técnicas e táticas hoje utilizadas. Consoante tais relatos, já identificados em estados como Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte, militares brasileiros na segunda metade do século XX participaram de capacitações ministradas por forças de segurança dos Estados Unidos e financiadas pelo próprio governo norte-americano.

Além do conhecimento técnico, esses pioneiros trouxeram manuais ainda hoje encontrados de posse dos militares reformados ou em acervo das próprias polícias. Os manuais das polícias do Rio Grande do Norte (2013, p. 5), Sergipe (2015, p. 9) e Maranhão (2018, p. 31) fazem menção expressa a estes intercâmbios. Embora já identificado em relatos de militares do nordeste e do sudeste do país, o tópico carece de pesquisas historiográficas mais elaboradas. Assim, tem-se como sugestão para futuras investigações a identificação de quais e quantas foram essas capacitações, suas durações, rol de cursados, as fontes de financiamento entre outros aspectos.

Um segundo argumento que pode indicar essa origem é a nomenclatura do curso que preparava os militares a atuarem em situações com aglomerações de

peessoas. Nos anos 1960 surgia nos Estados Unidos o *Civil Disturbance Orientation Course* (CDOC). Aqui no Brasil, esses treinamentos surgem no mesmo contexto da chegada dos militares das capacitações mencionadas anteriormente e com um nome que é praticamente a tradução do equivalente norte-americano: Controle de Distúrbios Cíveis (CDC). Ainda hoje, os manuais das polícias do Mato Grosso (2016) e Minas Gerais (2013) são designados como Manual de Controle de Distúrbios Cíveis ou de Operações de Controle de Distúrbios.

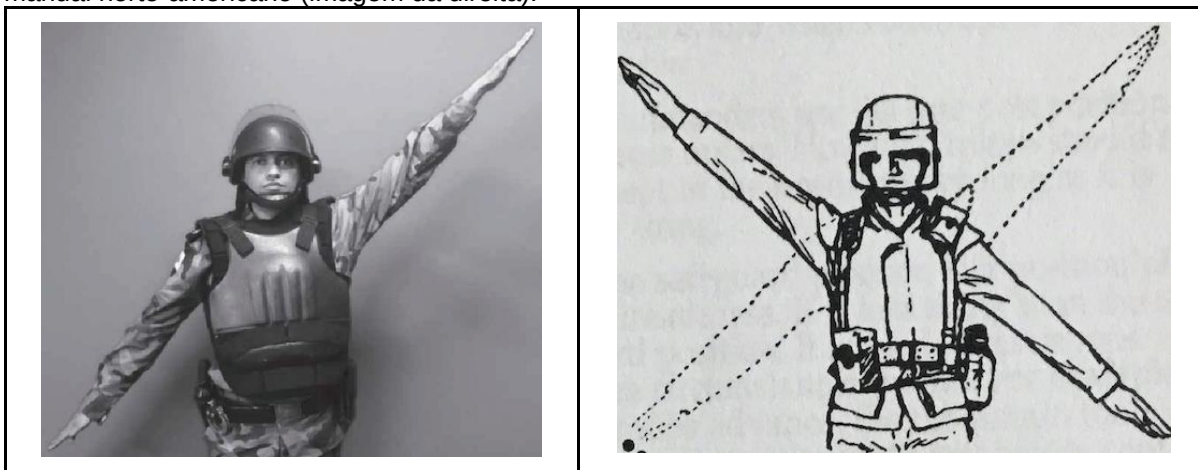
A comparação entre os manuais deixa ainda mais evidente a similaridade, que é muito pouco provável de ocorrer espontaneamente. Como mencionado, tais manuais não costumam trazer as referências utilizadas para sua elaboração. Todavia, numa análise mais sistemática do conjunto de manuais verifica-se que compartilham quase que a totalidade de conceitos, teorias, estratégias e técnicas. Remontando cronologicamente, chega-se a um denominador comum o Manual de Campanha (C) 19-15: Distúrbios Cíveis e Calamidades Públicas, do Exército Brasileiro (BRASIL, 1964). Nos Estados Unidos tais manuais eram designados como *Field Manual* (FM) 19-15, numeração que perdurou pelo menos de 1945 até 2005, quando foi alterada. Além disso, na década de 1940 o FM 19-15 surge com o nome de "*Domestic Disturbance*" e em 1958, oito anos da publicação do Manual do Exército Brasileiro, o FM 19-15 começa a se chamar "*Civil Disturbance and Disasters*".

Ao se comparar os respectivos conteúdos também é nítido o espelhamento em termos de assuntos abordados, conceitos, teorias, técnicas, táticas e estruturas dos textos. A título de exemplo, nas Figura 1 e 2 são cotejados um manual norte-americano de 1985 com os equivalentes brasileiros. Como mencionado, os manuais das polícias brasileiras replicam muito das teorias, técnicas e táticas do C 19-15 do Exército Brasileiro. Pela figura 1 se demonstra a identidade da existência de uma técnica específica, a igualdade no nome dessa técnica, e a utilização dos mesmos sinais de braços (membros superiores) para traduzir, em gestos, a técnica mencionada.

No mesmo sentido, em termos táticos, o emprego da tropa possui uma identidade de dispositivos que indicam que a doutrina brasileira é a tradução da doutrina das forças armadas americanas, conforme pode-se perceber na Figura 2. Diante desse contexto, torna-se praticamente impossível afirmar que sejam apenas

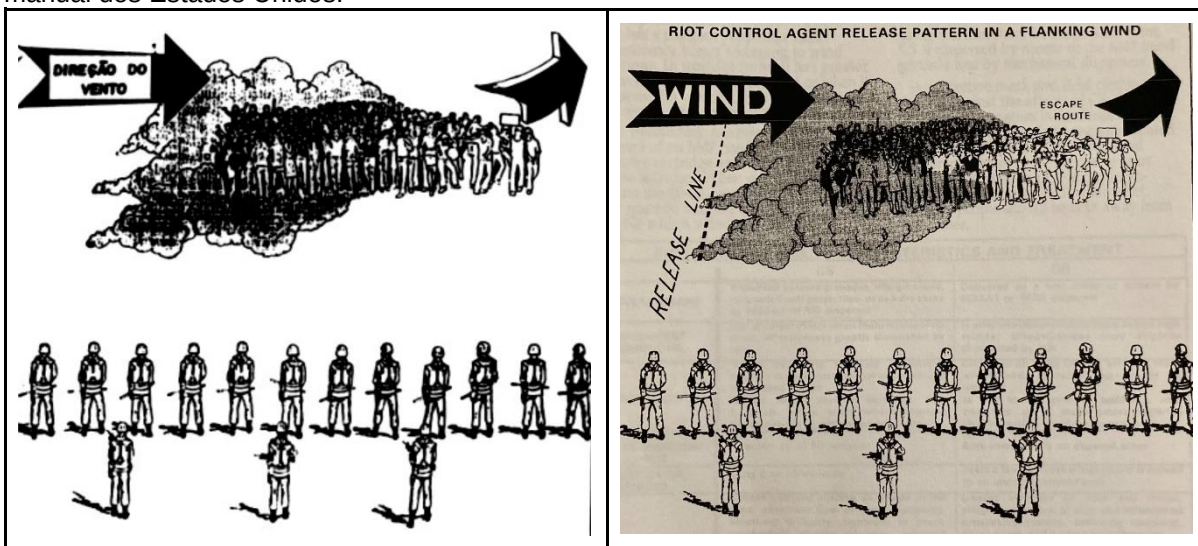
coincidências e que não tenha ocorrido influência dos Estados Unidos no desenvolvimento das táticas e técnicas utilizadas no Brasil.

Figura 1: Sinais de braço (membros superiores) para uma formação designada "Escalão à Esquerda" presente em manuais brasileiros (imagem da esquerda) e para as formações *Echelon Right/Left* no manual norte-americano (imagem da direita).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Minas Gerais (2013, p. 159) e USA (1985).

Figura 2. Disposição tática da tropa e direção do vento: à esquerda no manual brasileiro e à direita no manual dos Estados Unidos.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil (1997, p. 159) e USA (1985).

Essa utilização do *Field Manual* 19-15 como substrato para a criação do Manual de Campanha C 19-15 mostra-se coerente quando se analisa o contexto mais amplo da doutrina do Exército Brasileiro. Seguindo o exemplo do que hoje se denomina Polícia Militar do Estado de São Paulo, o Exército Brasileiro trouxe uma Missão Militar Francesa para instruir sua tropa, entre os anos 1920 até 1940 (BASTOS FILHO, 1993;

PELEGRINO FILHO, 2003; ALMEIDA, 2021). Posteriormente, com a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e durante a II Guerra Mundial, o Exército Brasileiro começa a adotar conceitos e definições do Exército Norte-Americano (SILVA, 2015). Portanto, o surgimento da doutrina sobre Controle de Distúrbios Civis com o C 19-15, com os mesmos nomes, técnicas e táticas dos equivalentes norte-americanos, insere-se em um contexto de mudança doutrinária mais ampla pela qual passou o Exército Brasileiro.

Assim, embora os manuais brasileiros não referenciem a doutrina norte-americana e seja ensinado nos cursos acerca de uma matriz europeia, evidências indicam que a origem imediata das técnicas e táticas utilizadas nas Operações de Choque no Brasil são os Estados Unidos e não a Alemanha. Portanto, assim como parece ter sido o caso da doutrina policial sobre atuação em incidentes críticos (MINAS GERAIS, 2018, p. 8), as Operações de Choque tiveram influência imediata das forças de segurança norte-americanas, e não da Europa continental.

3 PSICOLOGIA DAS MULTIDÕES PRESENTE NOS MANUAIS

Evidenciado o liame histórico, técnico e tático, torna-se possível avançar no debate acerca das teorias sobre o comportamento do indivíduo em coletividade que também constam em nossos manuais.

Conforme mencionado, institucionalmente o predecessor mais remoto que se tem conhecimento sobre distúrbios no Brasil é o Manual de Campanha C 19-15 – Polícia: Distúrbios Civis e Calamidades Públicas, publicado em 1964 pelo Exército Brasileiro (BRASIL, 1964). Seu impacto na doutrina policial é bastante significativo, o que se pode perceber por meio da comparação dos manuais de choque das polícias brasileiras com as três edições do C 19-15. Um dos motivos pelos quais o C 19-15 é marcante na doutrina policial sobre distúrbios decorre do fato que, durante um longo período, as orientações doutrinárias das Forças Armadas (FFAA) eram os principais veículos para a padronização dos procedimentos policiais no Brasil, tendo em vista a coordenação que a Inspetoria Geral de Polícia Militar (IGPM) exercia sobre as forças estaduais. Assim, o C 19-15 era referência obrigatória para todas as polícias do país. Posteriormente, esse manual foi replicado com adaptações pelos entes federados, que ainda hoje

trazem muito de seus conceitos, teorias, técnicas e táticas.

Em anos mais recentes, Distrito Federal (2019), Espírito Santo (2012), Goiás (2015), Maranhão (2018), Mato Grosso (2016), Minas Gerais (2013), Pará (2019), Paraná (DORECKI; LIMA, 2000), Rio de Janeiro (2020), Rio Grande do Norte (2013), Santa Catarina (2019), São Paulo (2018) e Sergipe (2015), atualizaram ou publicaram seus próprios manuais de CDC/OCD. No mesmo sentido, o Exército Brasileiro revisou seus protocolos (BRASIL. MD, 2013; 2014) e a Polícia Rodoviária Federal desenvolveu sua doutrina (Brasil. PRF, 2017). Tais manuais abriram a discussão sobre a temática em nosso país e estabeleceram os primeiros pilares para a atuação da polícia ante os distúrbios. Assim, propiciaram o avanço das técnicas e táticas policiais. A cada edição desses manuais é possível perceber avanços doutrinários e novas formulações.

Quadro 2. Comparação das teorias acerca do comportamento dos indivíduos/massas presente na doutrina brasileira e na doutrina norte-americana.

Doutrina Norte-americana (FM 19-15)	Doutrina Brasileira (C 19-15 e demais manuais)
Numbers Suggestion Contagion Novelty Anonymity Release from Repressed Emotions Imitation	Número Sugestão Contágio Novidade Anonimato Expansão das Emoções Reprimidas Imitação

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de USA (1958, p.8-9) e Brasil (1973, p.6; 2017, p. 31), Sergipe (2015, p. 22-24), Rio Grande do Norte (2013, p. 13-14), Santa Catarina (2019, p. 26-28).

Desde as primeiras versões, é comum ao menos um capítulo desses manuais ser destinado a apresentar teorias acerca do comportamento do indivíduo quando em grupo, muitas das vezes recebe o título de “Fatores Psicológicos que Influenciam o Comportamento do Indivíduo/Pessoa”. Trivialmente referida como psicologia das multidões ou das massas, um aspecto comum destas seções é não citar os trabalhos científicos que sustentariam as orientações ali presentes. Até mesmo as edições anglófonas raras vezes mencionam as fontes das teorias ali apresentadas. Assim, torna-se trabalhosa a identificação das orientações teóricas implícitas nesses manuais. Algumas exceções, no Brasil, são, por exemplo, o Manual da PMRN, que traz conceitos de

Maslow e os da PMDF, PMERJ e PMMG, que referenciam Gustave Le Bon.

Em quase totalidade desses manuais há uma descrição de elementos de ordem psicológica que influenciam o indivíduo. Ao comparar os manuais brasileiros vigentes com um manual norte-americano de 1958, verifica-se a identidade dos conceitos e definições, conforme se vê no Quadro 2.

Portanto, assim como a origem das técnicas e táticas previstas nos cursos e manuais brasileiros sobre CDC, a teoria sobre o comportamento do indivíduo presente nos manuais brasileiros parece também reproduzir o equivalente do norte-americano. Portanto, fica cada vez mais manifesta a ligação das Operações de Choque no Brasil com os Estados Unidos. Dessa forma, compreender a teoria presente nos manuais norte-americanos mostra-se como um primeiro e necessário passo para futuras investigações sobre a psicologia das multidões presente nos manuais brasileiros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho partiu da constatação da escassez de estudos acerca dos manuais de operações de choque no Brasil. Contrapondo-se ao conhecimento tradicional de que as técnicas de operações de choque do Brasil eram oriundas da Alemanha, demonstrou-se que, na verdade, a influência imediata das técnicas, táticas, conceitos e teorias presentes nas doutrinas das polícias brasileiras remete aos manuais do Exército norte-americano. Ainda que posteriormente consiga-se evidenciar uma relação mais remota com a Europa continental, até o presente momento essa relação não foi demonstrada. Assim, as fontes até hoje identificadas demonstram que a dicotomia entre uma doutrina de enfrentamento próximo (asiática) ou distante (europeia) pode ser no máximo entendida como convenção técnica e não uma comprovação historicamente das origens da doutrina brasileira.

REFERÊNCIAS

ABADIO, R. S. **O Emprego do Policiamento Montado em Operações de Controle de Distúrbios Cíveis em Área Urbana**. 2004. 81 f. Monografia (especialização em equitação) – Escola de Equitação do Exército, Rio de Janeiro, 2004.

ALMEIDA, K. S. Tropa de Choque em Minas Gerais: na linha da História e da Vivência. In: OLIVEIRA, S. (Org.). **Operações de Choque: estudos sobre a tropa de restauração da paz em contextos democráticos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. p. 25–46.

ALMEIDA, K. S. **Polícia de Segurança Pública/MG: construção no período republicano (1890/1970)**. Belo Horizonte: edição independente, 2021.

AMADOR, C. **Implicações da Lei no 10671/2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor) no policiamento de eventos futebolísticos realizados no estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão**. Monografia de Graduação em Ciências Militares — Belo Horizonte: Centro de Ensino de Graduação da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 2006.

ANTUNES NETTO, F. Capacitação em Operações de Distúrbios: restauração da ordem e garantia da paz. **O Alferes**, v. 70, n. 27, p. 51–78, 2017a.

ANTUNES NETTO, F. A Intervenção Policial em Manifestações Públicas Reivindicatórias. **O Alferes**, v. 71, n. 71, p. 13–31, 2017b. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/264>. Acesso em: 09 out. 2021.

BASTOS FILHO, J. A. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.

BRASIL. Ministério do Exército. **Manual de Campanha – Distúrbios Civis e Calamidades Públicas. C 19-15**. 1ª ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1964.

BRASIL. Ministério do Exército. **Manual de Campanha – Distúrbios Civis e Calamidades Públicas. C 19-15**. 2ª ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1973.

BRASIL. Ministério do Exército. **Manual de Campanha – Operações de Controle de Distúrbios. C 19-15**. 3ª ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1997.

BRASIL. Ministério da Defesa (MD). **Garantia da Lei e da Ordem. MD33-M10**. 1ª ed. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa (MD). **Garantia da Lei e da Ordem. MD33-M10**. 2ª ed. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2014.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal (PRF). **Operações de Controle de Distúrbios**. Brasília, PRF, 2017.

COMPARATO, B. O policiamento de manifestações e a qualidade da democracia na América Latina. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 39., 2015, Caxambu-MG. Anais... Caxambu-MG: Anpocs, 26 a 30 out. 2015.

COSTA, L. D.; JUNQUEIRA, I. A. A. Manuais de condutas de tropas de choque: fundamentos para a repressão. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 200–125, Ago/Set 2017.

COSTA, L. D.; JUNQUEIRA, I. A. A. Representações sociais: tropa de choque da Polícia Militar de Goiás e os vândalos. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 12, n. 1, p. 46–58, 6 ago. 2019.

COTTA, F. A. **Vozes das ruas**: ressentimentos sociais e manifestações populares em junho de 2013. Belo Horizonte: Edições Superiores, 2017.

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar. **Manual de Operações de Choque (M-2-PM)**. Brasília: Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), 2019.

DORECKI, A. C.; LIMA, A. R. R. **Manual de Controle de Distúrbios Civis**. 1ª. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2000.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar do Espírito Santo. **Manual de Operações de Choque**. Vitória: Comando de Policiamento Ostensivo Metropolitano, 2012.

FARIA, A. H. P. Planejamento Operacional de Forças de Segurança para Megaeventos: aspectos gerais a partir da experiência da Polícia Militar de Minas Gerais. In: OLIVEIRA, S. (Org.). **Operações de Choque**: estudos sobre a tropa de restauração da paz em contextos democráticos. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. p. 171–182.

FERREIRA JÚNIOR, A. C. C.; MOREIRA, J. D.; COERTJENS, M.; KRUEL, L. F. M. Características antropométricas e desempenho físico de soldados integrantes da tropa de choque. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 85, n. 1, p. 26-38, dez. 2015. Disponível em: <<https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/283>>. Acesso em: 09 out. 2021.

GOIÁS. Polícia Militar. **Manual de Operações de Choque**. Goiânia: PMGO, 2015

LANGEANI, B. Lições aprendidas da polícia inglesa na gestão de distúrbios civis. In: OLIVEIRA, S. (Org.). **Operações de Choque**: estudos sobre a tropa de restauração da paz em contextos democráticos. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. p. 271–288.

MAFRA, D. P.; COSTA, E. T. S.; SILVA, R. J. A Atuação Policial Militar em Manifestações de rua: Como garantir Direitos Humanos em um contexto de conflito de direitos? In: OLIVEIRA, S. (Org.). **Operações de Choque**: estudos sobre a tropa de restauração da paz em contextos democráticos. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. p. 107–126.

MAILLO, L. G. O. **Policiamento em Eventos Futebolísticos**: análise da forma de emprego das polícias militares brasileiras. Monografia de Especialização em

Segurança Pública—Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 2020.

MARANHÃO. Polícia Militar. **Manual de Operações de Choque**. São Luiz: PMMA, 2018.

MARTINELLI, A. **O Emprego das Tropas de Choque em Reuniões Públicas: Atuação da Brigada Militar durante a Copa do Mundo FIFA 2014**. Especialização em Curso Avançado em Administração Policial Militar - Porto Alegre: Academia de Polícia Militar da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, 2014.

MATO GROSSO. Polícia Militar. **Manual de Controle de Distúrbios Civis**. Cuiabá: PMMT, 2018.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Caderno Doutrinário n. 10: Operações de Controle de Distúrbios – Manual Técnico-Profissional n. 3.04.10/2013-CG**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2013.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Instrução 3.03.24/2018-CG**: Regula a atuação do primeiro interventor em ocorrências de incidentes críticos de segurança pública de natureza policial. Belo Horizonte: Assessoria Estratégica de Emprego Operacional (PM3), 2018.

OLIVEIRA, S. **A Relativização de Direitos Fundamentais no Contexto do Estado Democrático de Direito**: o direito de reunião e seus limites expressos e implícitos. Monografia de Graduação em Direito—Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

OLIVEIRA, S. O Uso da Força pela Tropa de Choque sob o Prisma do Direito Internacional dos Direitos Humanos. In: **Direito Internacional no Nosso Tempo: a proteção do indivíduo e da coletividade**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Direito Internacional/Arraes Editores, 2013. v. 2.

OLIVEIRA, S. Tropa de Choque e Polícia Comunitária: casamento possível? **Revista LEVS**, n. 17, maio de 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1983-2192.2016.v0n17.5976>. Acesso em: 09 out. 2021.

OLIVEIRA, S. **A Tropa de Choque e as Manifestações de rua**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

OLIVEIRA, S. Diálogos Sobre uma Polícia Democrática: Liberdade, Manifestações Públicas e Atuação Policial. In: ALMEIDA, K. (Org). **Encontro Rosiano em Prosa e Verso**. Belo Horizonte: Gráfica Editora Divina Providência, 2019a. p. 247–257.

OLIVEIRA, S. Doutrina de Operações de Choque no Brasil: um Panorama. In: OLIVEIRA, S. (org.). **Operações de Choque**: estudos sobre a tropa de restauração da paz em contextos democráticos. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019b. p. 13–23.

PARÁ. Polícia Militar. **Manual de Operações de Choque**. Belém: PMPA, 2019.

PELEGRINO FILHO, A. A influência da Missão Militar Francesa na ECEME. **A Defesa Nacional**, v. 89, n. 795, p. 10, 2003. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5892>. Acesso em: 9 out. 2021.

RIO DE JANEIRO. Polícia Militar. **Manual Técnico de Operações de Choque**. Rio de Janeiro: PMERJ, 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. Polícia Militar. **Manual Técnico: Operações de Choque** (M-03-PMRN). 1ª ed. Natal: PMRN, 2013.

SANTA CATARINA. Polícia Militar. **Manual Técnico de Operações de Choque**. Florianópolis: PMSC, 2019.

SÃO PAULO. Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Manual de Controle de Multidões**. São Paulo: PMESP, 2018.

SCHELAVIN, J. I.; STHANKE, A.; TIEMANN, C. **Gestão de Operações em Grandes Eventos, Crises e Desastres**. Florianópolis: Faculdade da Polícia Militar, 2020.

SERGIPE. Polícia Militar. **Manual de Operações de Choque**. Aracajú, 2015.

SILVA, D. A. **A Dialética de doutrinas francesa e norte-americana no Exército Brasileiro**: O caso da Força Expedicionária Brasileira. Dissertação de Mestrado em História Social—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, G. B. P. Primeiro interventor em Operações de Controle de Multidões – Operações de Choque com apoio motorizado. In: OLIVEIRA, S. (Org.). **Operações de Choque**: estudos sobre a tropa de restauração da paz em contextos democráticos. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. p. 353–394.

SILVA NETO, L. F. **Potencialidades da atividade de inteligência para a prevenção de crimes cometidos pelas torcidas organizadas em Minas Gerais**. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2015.

SILVA, V. A da. **Gerenciamento de Incidentes em Eventos Esportivos, Culturais, Artísticos e Religiosos**: proposta de subsídios doutrinários para a elaboração de protocolos na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública - São Paulo: Centro de Altos Estudos de Segurança, 2019.

TORRES, F. O. História das operações de choque. **A Força Policial**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 34-41, nov. 2017.

UBIRATAN, A. et al. Análise de Risco de Violência em Eventos Futebolísticos em Salvador. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 4, p. 14, 2020.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of the Army. **Civil Disturbances and Disasters**: field manual (FM 19-15 Army Field Manual). Washington, D.C.: Department of the Army, 1958.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of the Army. **Civil Disturbances**: field manual (FM 19-15 Army Field Manual). Washington, D.C.: Department of the Army, 1985.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of the Army. **Civil Disturbance Operations**: field manual (FM 3-19-15 Army Field Manual). Washington, D.C.: Headquarters, Department of the Army, 2005.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of the Army. **Civil Disturbances (ATP 3-39.33)**. Washington, D.C.: Headquarters, Department of the Army, 2014.

FEMINICÍDIOS EM SANTA CATARINA: CARACTERIZAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE DADOS DE 2020

FEMICIDES IN SANTA CATARINA: CHARACTERIZATIONS AND REFLECTIONS ON 2020 DATA

Verônica Bem dos Santos
Bibiana Beck Garbero
Adriano Beiras

RESUMO

O trabalho apresenta uma reflexão teórica produzida a partir de um levantamento estatístico dos casos de feminicídio ocorridos no ano de 2020, no Estado de Santa Catarina. Os dados são oriundos da Polícia Civil de Santa Catarina, obtidos a partir da instauração de procedimentos para apuração de mortes violentas de mulheres ocorridas naquele ano. As reflexões se baseiam em referenciais teóricos da Psicologia Social Jurídica e dos estudos de Gênero, além de produções acadêmicas sobre a temática da violência e do feminicídio. Por fim, foram identificadas peculiaridades nas mortes de mulheres que merecem ser observadas na proposição de ações de enfrentamento e investigação da violência: a alta ocorrência no meio rural; a dificuldade na definição do próprio feminicídio; os atravessamentos relacionados à raça/etnia; a relação com a violência doméstica; e a baixa procura das vítimas em relação aos serviços de proteção.

Palavras-chave: feminicídio; violência contra as mulheres; psicologia policial; Polícia Civil.

ABSTRACT

The work presents a theoretical reflection produced from a statistical survey of cases of femicide that occurred in 2020, in the State of Santa Catarina. The data come from the Polícia Civil of Santa Catarina, obtained from the establishment of procedures to investigate the violent deaths of women that occurred that year. The reflections are based on theoretical frameworks of legal social psychology and gender studies, as well as academic productions on the theme of violence and femicide. Finally, peculiarities that merit detailed consideration when proposing actions to confront and investigate violence were identified in the deaths of women: the high occurrence in rural areas; the difficulty in defining femicide itself; the crossings related to race/ethnicity; the relationship with domestic violence; and the low demand of victims for protection services.

Keywords: femicide; violence against women; police psychology; Polícia Civil.

1 INTRODUÇÃO

O feminicídio se apresenta como a forma mais extrema de manifestação da violência contra as mulheres. Enquanto um problema de segurança pública, o fenômeno tem ganhado maior atenção nos últimos anos, a partir da criação de legislação específica sobre o tema no contexto brasileiro. Mas, desde a década de

1980, a violência contra as mulheres em suas diferentes formas de manifestação, vem sendo abordada pelos movimentos feministas, que lutam pela implantação e aperfeiçoamento de políticas de enfrentamento à violência (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Seguindo a tendência de outros países da América Latina, em 2015, no Brasil foi promulgada a Lei nº 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio, que passou a reconhecer a especificidade de gênero presente em mortes de mulheres envolvendo violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A Lei, que representa um marco na conquista dos direitos das mulheres, definiu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, alterando o Decreto-Lei nº 2.848/40 do Código Penal. Incluiu-o, ainda, na lista de crimes hediondos, modificando a Lei nº 8.072/90 (BRASIL, 2015).

Os avanços legislativos e institucionais acompanham os significativos números apresentados pelos levantamentos oficiais. Segundo a publicação “Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil”, entre os anos de 2010 e 2013, o Brasil foi o 5º país com maior registro de homicídios de mulheres em um *ranking* de 83 países. Em 2015, a taxa de mulheres assassinadas era de 4,8 a cada 100 mil (WASELFSZ, 2015). Já entre 2007 e 2017, uma análise realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), registrou o aumento de 30,7% nos homicídios de mulheres no país.

Dados mais recentes do Atlas da Violência 2020, mostram que enquanto as taxas de homicídio de mulheres fora da residência seguiram a tendência geral da violência, a de homicídios de mulheres dentro da residência teve um aumento significativo (8,3%) entre 2013 e 2018 (IPEA, 2020). Levando em conta que as mortes em residência são, em geral, praticadas por pessoas de confiança da vítima, esse é um dado importante para a identificação de feminicídios. Especificamente em relação a Santa Catarina, embora o Estado figure com uma das menores taxas de homicídios de mulheres no país, com 2,6 casos por 100 mil habitantes, esse ainda é um problema grave de segurança e de saúde pública que precisa ser enfrentado.

Se até 2015, não era possível diferenciar as mortes de mulheres por questão de gênero, a partir da promulgação da Lei essa se tornou uma importante estratégia para dar visibilidade à temática. Apesar disso, ainda grande parte dos estudos na área

utilizam dados do sistema de saúde (BARUFALDI et al., 2017; GARCIA et al., 2015) que, diferentemente de dados do sistema de justiça, não são capazes de informar precisamente sobre as características do homicídio, tais como autoria e motivação.

Este estudo se baseia em dados da Polícia Civil de Santa Catarina, instituição responsável pela investigação criminal, e se valeu de um levantamento estatístico feito com a totalidade dos casos investigados como feminicídios no Estado em 2020. O trabalho foi realizado durante as atividades de estágio curricular de graduação em Psicologia de uma das autoras, na Coordenadoria das Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso, setor da Polícia Civil responsável pela coordenação das delegacias especializadas do Estado.

Como a maioria dos casos de violência contra as mulheres é reportado em contexto doméstico e familiar, torna-se particularmente importante analisar os dados referentes a 2020, ano em que se instalou a pandemia de coronavírus. Esse período exigiu uma série de reconfigurações no contexto das famílias e comunidades, impactando, dentre outros aspectos, na manifestação das violências e nas estratégias de proteção adotadas pelas pessoas.

O levantamento apresenta informações estatísticas sobre localização geográfica dos crimes de feminicídio ocorridos naquele período, dados demográficos das pessoas envolvidas (vítimas e acusados) e histórico dessas pessoas junto às instituições policiais. A partir daí, buscou-se analisar como o fenômeno se constrói em diferentes contextos, quais seus efeitos e quais as possibilidades de atuação para enfrentamento.

2 DESENVOLVIMENTO

Entre janeiro e dezembro de 2020, foram registrados 57 casos de feminicídio pela Polícia Civil de Santa Catarina. Esse número é um pouco menor que o ano anterior, 2019, quando foram registrados 59 casos. Porém, é importante considerar que entre 2018 e 2019, houve um aumento significativo de 40% nos casos de feminicídio no Estado. Tem-se em conta o fato de que a tipificação criminal pode sofrer alterações desde a instauração do procedimento investigativo até a conclusão do processo judicial, razão pela qual, mesmo dentro do sistema de justiça, os dados de feminicídio não são estáveis.

Além dos dados absolutos, foram analisados alguns atravessamentos da forma como o fenômeno se deu nesse período: o local onde o feminicídio aconteceu - se foi em zona urbana ou rural; a relação entre a vítima e o acusado; o histórico de violência e registros policiais; a etnia e a idade das mulheres mortas; a ocorrência ou não de suicídio após o homicídio. A seguir, são apresentadas as reflexões em diálogo com a literatura acadêmica e institucional sobre o assunto.

2.1 Feminicídio e território

Dos 57 casos de feminicídio registrados no período do levantamento, 15 (26,31%) ocorreram na zona rural. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são domicílios em situação rural todos aqueles situados em áreas externas aos perímetros urbanos, inclusive nos aglomerados rurais de extensão urbana, povoados, núcleos e outros. No último censo (IBGE, 2010), a população em zonas rurais de Santa Catarina correspondia a 16% e a população em zonas urbanas a 84%. Os dados por si já representam uma desproporção dos números de feminicídio em relação à população. Porém, se considerarmos que os dados disponíveis são de há mais de uma década e que existe uma tendência à migração das populações rurais aos centros urbanos, essa discrepância pode ser ainda maior.

A literatura consultada mostra a importância de se olhar com atenção para o fenômeno da violência em populações rurais (LOPES, 2015; PAZ, 2016; CARVALHO, 2019). A dificuldade de acesso e menor oferta de serviços da rede socioassistencial no campo faz com que a população rural utilize menos os serviços públicos do que a população urbana, recorrendo a eles somente em situações extremas (LOPES, 2015). A violência, até que se manifeste em sua forma letal, tende a ser tratada pelas pessoas no âmbito privado. Assim, é possível que muitas mulheres no meio rural não acessem os serviços de proteção diante de sinais de violência.

O fenômeno adota, ainda, uma configuração própria no território catarinense, marcado pela atividade econômica predominantemente no âmbito da monocultura e da policultura da agricultura familiar (LOZANO, 2018). As experiências de ruralidades são diferentes nos diversos estados brasileiros e até dentro de um mesmo estado, impactando na forma como se dão as relações, bem como o acesso a recursos e a

serviços públicos, dependendo da atividade econômica predominante, da proximidade em relação aos centros urbanos, e da própria constituição étnica da população.

2.2 Feminicídios e raça/etnia

O levantamento mostra que em 2020, foram mortas 48 mulheres brancas, representando 84,21% do total, seis mulheres negras e pardas (categoria do IBGE que representa pessoas pardas e pretas), representando 10,52% do total, e três mulheres de etnia não informada. Não há dados a respeito do feminicídio de mulheres indígenas. Se levarmos em conta os dados populacionais do último Censo (IBGE, 2010) segundo o qual 88,1% dos catarinenses se autodeclararam branco e 11,7% se autodeclarou negro, a proporção de feminicídios de mulheres negras, embora quase equivalente, é menor em relação ao de mulheres brancas.

Em nível nacional, de acordo com o IPEA (2019), houve um crescimento de 29,9% na taxa de homicídios de mulheres negras entre 2007 e 2017, enquanto a de mulheres brancas cresceu 4,5% no mesmo período. Com isso, nota-se uma expressiva influência da raça na configuração desses crimes e, mesmo que em Santa Catarina os números sejam diferentes, é importante olharmos para esses aspectos com atenção.

A pesquisa do IPEA (2019) utiliza dados de homicídios de mulheres, e o levantamento aqui apresentado utiliza dados específicos de feminicídio. Desse modo, cabe o questionamento sobre se as mulheres brancas tendem a morrer mais por razões de gênero do que as mulheres não brancas. Ou, ainda, se os critérios para definição de feminicídio estão sendo observados do mesmo modo quando se fala de morte de mulheres negras e indígenas. Santos e Castellano (2020) problematizam a produção da “vítima” em situações de violência contra mulheres, entendendo que se trata de um ideal, carregado de moralidades capazes de produzir uma cisão entre mulheres merecedoras e não merecedoras desse lugar. Neste caso, faz-se importante ampliar essa reflexão para as questões de raça/etnia, cultura, nível socioeconômico, que podem estar produzindo afetações no modo como as mortes de mulheres têm sido vistas pelas instituições.

2.3 Feminicídios e violência doméstica

O enfrentamento à violência contra as mulheres contou, nas últimas duas décadas, com avanços legislativos importantes: a Lei nº 11.340/06, Lei Maria da Penha, e a já referida Lei do Feminicídio. A primeira se volta para a violência praticada no âmbito doméstico e familiar. A segunda, por sua vez, tem um escopo mais amplo, considerando que o menosprezo ou discriminação à condição de mulher pode se dar dentro ou fora de relações íntimas de afeto.

É de evidente importância dar visibilidade às relações domésticas e familiares quando se trata da temática do feminicídio, considerando que grande parte das mortes violentas de mulheres acontecem no domicílio ou são praticadas por pessoas de convivência da vítima (IPEA, 2020). E essa tendência aparece também no levantamento feito junto à Polícia Civil de Santa Catarina, em que 51 das 57 mulheres (89,47%) assassinadas estavam ou haviam estado em alguma relação amorosa com o autor e as demais eram igualmente do círculo de convivência familiar: enteada, filha, mãe e sogra. Ademais, 50 dos 57 casos de feminicídio (87,71%) aconteceram em residências.

Esses dados oferecem pistas importantes sobre onde as políticas de enfrentamento devem intervir. Porém, devem ser analisados com cautela, posto que a inclusão ou não da qualificadora legal por feminicídio se dá a partir do olhar subjetivo das instituições e seus operadores. Corroborando com esse ponto, Meneghel e Margarites (2017) demonstram existir uma tendência a que a ideia de feminicídio seja mais comumente atrelada às relações entre parceiros íntimos. Desse modo, pode ser que sejam subestimadas razões de gênero presentes em homicídios de mulheres em outros contextos, tais como a prostituição, a migração caldestina ou o tráfico de drogas.

Ainda que a Lei do Feminicídio o defina de forma mais ampla, incluindo o menosprezo ou discriminação à condição de mulher, o que é considerado “menosprezo”, “discriminação” e até o que significa a “condição de mulher” fica aberto a interpretações de quem opera as instituições do sistema de justiça. Por isso, caracterizar um feminicídio com base no local de ocorrência e restringir a violência de gênero à violência doméstica e familiar pode se converter em impedimento de uma

real mensuração dos dados, pois pode invisibilizar violências e feminicídios que acontecem em outros âmbitos.

2.4 Feminicídio: tragédia anunciada?

As narrativas sobre feminicídio o indicam como um desfecho trágico de um ciclo de violências que podem ter acontecido algumas vezes ou até mesmo se repetir ao longo de toda a vida de uma mulher. No entanto, dentre os 57 casos de feminicídios ocorridos no ano de 2020, em Santa Catarina, apenas 11 das vítimas (19,29%) haviam registrado Boletim de Ocorrência por violência em desfavor do acusado. Ou seja, se essas mortes foram o resultado de violências praticadas anteriormente, não chegaram ao conhecimento do sistema de justiça e, portanto, não tiveram a oportunidade de uma intervenção institucional com o objetivo de proteger a vítima e evitar sua morte. Desse modo, perguntamo-nos sobre onde estão sendo anunciadas essas tragédias, se não no sistema de justiça e segurança pública. Ou ainda, sobre porquê mulheres em situação de violência não estão recorrendo ao Estado em busca de proteção.

Na mesma linha, Sadek (2014) reflete sobre o acesso à justiça, que se dá não apenas quando um direito é proclamado, mas quando ele de fato se efetiva, considerando três etapas: a porta de entrada, os encaminhamentos posteriores e a saída, que deve acontecer em um período de tempo razoável. Assim, é possível interpretar que devido às desigualdades sociais e econômicas, próprias do sistema social em que esta pesquisa se desenvolve, algumas camadas da população não têm plena informação de seus direitos, o que compromete a universalização do acesso à justiça e alimenta um sistema de exclusão e desigualdades.

Também é possível pensar nesta problemática a partir da teorização de Silveira, Nardi e Spindler (2014), que refletem sobre a pluralidade das mulheres e sobre como são invisibilizadas as diferentes opressões sofridas por parte dessa população, já que, muitas vezes, o sujeito “mulher” é tratado como único e estável. É necessário reconhecer as diferenças - marcadas por gênero, raça/etnia, idade, condição econômica - entre as mulheres, para que se possa alcançar políticas públicas de proteção efetivas a todas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, abordou-se a questão do feminicídio e suas complexidades. Até o ano de 2015, no Brasil, não existia uma delimitação conceitual no âmbito jurídico para as mortes de mulheres decorrentes de razões de gênero e, mesmo após a promulgação da Lei do Feminicídio, ainda existem atravessamentos que comprometem a efetividade das políticas de enfrentamento.

A partir de informações oriundas da Polícia Civil de Santa Catarina, foram apresentados dados de um levantamento sobre feminicídios ocorridos no Estado ao longo do ano de 2020. Paralelamente à apresentação dos dados, desenvolveu-se uma reflexão teórica com base em produções acadêmicas e institucionais.

Como características, pode-se dizer que o levantamento mostra que os feminicídios desse período são marcados por aspectos tais como: a ruralização das ocorrências; a predominância em casos de convivência doméstica e familiar entre os envolvidos; a baixa procura dos serviços de proteção pelas mulheres antes de sua morte; e a dificuldade na própria identificação do feminicídio. Ademais, refletiu-se sobre o fato de que os números de feminicídio não necessariamente correspondem aos casos em que a morte foi motivada por razão de gênero, já que essa interpretação pode sofrer atravessamentos.

As informações e reflexões apresentadas neste trabalho não se propuseram a esgotar o tema e nem mesmo a oferecer respostas categóricas às problemáticas associadas ao feminicídio, mas sim a abrir questionamentos e provocar novos olhares. É a partir de provocações próprias das produções acadêmicas que as ações de enfrentamento à violência poderão ser aperfeiçoadas. Por fim, recomenda-se o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre o tema em diferentes contextos geográficos e culturais, a partir de dados das instituições do sistema de justiça, de onde é possível se aproximar melhor das especificidades do feminicídio.

4 REFERÊNCIAS

BARUFALDI, L. A. et al. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 22, n. 9, p. 2929-2938, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12712017>. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República.

CARVALHO, A. Violência contra a mulher no meio rural brasileiro: uma revisão integrativa. **Aletheia**, v. 52, n. 2, p. 166-178, jul./dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942019000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 set. 2021.

GARCIA, L. P. et. al. Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. **Rev Panam Salud Publica**, v. 37, n. 4, p. 251–2577, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rpsp/2015.v37n4-5/251-257/#:~:text=No%20Brasil%2C%20no%20per%C3%ADodo%20de,%C3%B3bitos%20por%20100%20000%20mulheres>. Acesso em: 02 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 22 set. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2019**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2020**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em 19 set. 2020.

LOPES, M. Violência contra mulheres em áreas rurais sob o olhar da saúde. In: GERHARDT, T. E.; LOPES, M. J. M. (Orgs.). **O rural e a saúde**: compartilhando teoria e método. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 77-86.

LOZANO, M. A. S. P. L. **Políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais brasileiras**, 2018. 405 p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MENEGHEL, S.; MARGARITES, A. Feminicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: iniquidades de gênero ao morrer. **Cad. Saúde Pública** [online], v. 33, n. 12, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/VkyH8LSrRFvKdXMffRdV7XQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

PAZ, P. Feminicídios Rurais: Uma análise de gênero. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 30, n. 2, p. 1-11, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/15380/pdf_48. Acesso em 19 set. 2021.

SADEK, M. T. A. Acesso à justiça: um direito e seus obstáculos. **Revista USP**, v. 101, p. 55-66, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/87814>. Acesso em: 22 set. 2021.

SANTOS, V. B.; CASTELLANO, M. Q. Problematizações sobre o conceito de vítima em atendimentos a mulheres em situações de violência desde uma perspectiva interdisciplinar. In: BATISTA, A. P.; CADAN, D. (Orgs.). **Violências, vulnerabilidades e psicologia**: um olhar para o sistema de justiça, 1ª ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 143 - 156.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. **E.I.A.L. Estudos Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, v. 16, 2005. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

SILVEIRA, R.; NARDI, H.; SPINDLER, G. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n.2, p. 323-334, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309331732009>. Acesso em: 19 set. 2021.

WASELFISZ, J. **Mapa da violência 2015**: homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: DF, 2015. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

Modernização e Inovação Tecnológica

ESTUDO DA REPRODUÇÃO DE PESSOAS, OBJETOS EM AMBIENTES TRIDIMENSIONAIS ATRAVÉS DO USO DE TECNOLOGIAS DO CONTINUUM REALIDADE-VIRTUALIDADE E SUAS APLICAÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA

STUDY OF THE REPRODUCTION OF PEOPLE, OBJECTS IN THREE-DIMENSIONAL ENVIRONMENTS THROUGH THE USE OF TECHNOLOGIES FROM THE REALITY-VIRTUALITY CONTINUUM AND THEIR APPLICATIONS IN PUBLIC SAFETY

Gustavo Meneguini

RESUMO

Este trabalho visa explorar recursos de reprodução de pessoas, objetos e locais, através de modelos em 3D, por meio de nuvem de pontos obtidas através de fotogrametria. Explora-se ainda o registro de características biológicas como o padrão da marcha humana, obtido através de imagem computacional. A associação dos dois registros - modelo 3D e padrão de caminhada - possibilita a obtenção de um padrão único para cada indivíduo, o que proporciona uma grande facilidade na identificação e reconhecimento de pessoas. Foram abordadas neste material diversas técnicas de reconhecimento de indivíduos desde as mais simples como retratos falados, até técnicas como fotogrametria, estereoscopia, realidade virtual, virtual aumentada e mista, sensoriamento remoto por *Light Detection And Ranging* (LIDAR), através de veículos autônomos não tripulados e estudos de identificação do padrão da marcha humana. Os resultados preliminares deste experimento de baixo custo indicam que esta tecnologia pode ser utilizada com sucesso como técnica auxiliar de identificação de pessoas.

Palavras-chave: fotogrametria; reconhecimento de indivíduos; padrão da marcha humana; *continuum* realidade-virtualidade.

ABSTRACT

This work aims to explore resources of reproduction of people, objects and places, through 3D models, through a cloud of points obtained through photogrammetry. It also explores the registration of biological characteristics such as the human male pattern, obtained through computer imaging. The association of the two records – 3D model and walking pattern - makes it possible to obtain a unique pattern for each individual, which provides great ease in identifying and recognizing people. Several techniques for recognizing individuals were addressed in this material, from the simplest such as sketches, to techniques such as photogrammetry, stereoscopy, virtual reality, augmented and mixed virtual, remote sensing by *Light Detection And Ranging* (LIDAR), through unmanned autonomous vehicles and studies to identify the human gait pattern. Preliminary results from this low-cost experiment indicate that this technology can be successfully used as an auxiliary technique for identifying people.

Keywords: photogrammetry; individual recognition; human gait pattern; reality-virtuality continuum.

1 INTRODUÇÃO

A velocidade dos avanços tecnológicos dos dias atuais ditam o ritmo das mudanças que devemos ver nas mais variadas áreas do conhecimento humano e também na Segurança Pública. O emprego de novas tecnologias que auxiliem na busca por excelência na obtenção de resultados e em um menor espaço de tempo são a tônica deste estudo, que explora o emprego de novas tecnologias na identificação de objetos, pessoas e locais, através da reprodução destes em modelos tridimensionais. Inspirado em trabalhos executados com o emprego de recursos tecnológicos e estruturas que demandam grandes investimentos, o presente estudo busca alternativas de baixo custo no emprego das mesmas técnicas, e que possam se colocar à serviço da Segurança Pública.

2 DESENVOLVIMENTO

O reconhecimento de pessoas através de imagem passa por um processo de grande evolução. Os primeiros registros de emprego de técnicas de reconhecimento de pessoas por “retrato falado” remontam o século passado, com o uso de técnicas de reprodução por meio de desenhos, passando por fotos, até a chegada da era digital, em que se tornou possível a combinação de perfis com a catalogação de características raciais tornando possível com que o resultado de uma combinação de características se aproxime muito do que é relatado em uma descrição.

Existem na atualidade diversos sistemas de identificação ou reconhecimento facial disponíveis comercialmente. Junto aos órgãos de segurança pública, alguns sistemas de identificação estão disponíveis, como o sistema Hórus, utilizado pela Polícia Federal, que opera em alguns estados (figura 1).

Figura 1 - Exemplo.



Fonte: FENAPPI (2021).

A grande maioria dos sistemas de registro de ocorrência no âmbito da segurança pública possuem na sua base de dados, imagens estáticas, bidimensionais (2D), fotos registradas em órgãos vinculados ao sistema judiciário, como delegacias de polícia, institutos de identificação, e vídeos registrados por câmeras de circuitos de segurança instalados em órgãos públicos e/ou locais de grande circulação sob a administração privada como aeroportos, portos, estádios de futebol ou eventos com grande circulação de pessoas, como o carnaval de Salvador/BA, conforme a figura 2.

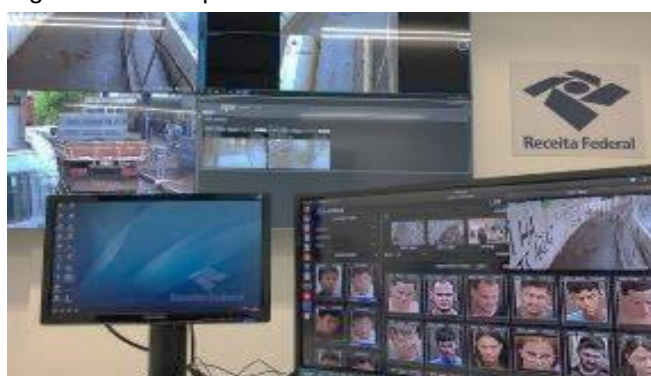
Figura 2 – Exemplo.



Fonte: Folha (2019).

Outro projeto a ser destacado é o Fronteira Tech, que parte da iniciativa Cidades Inteligentes comandada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ligada ao Ministério da Economia. Com um investimento de cerca de R\$ 5 milhões, conta com 30 câmeras de alta definição e um sistema de reconhecimento facial na Ponte da Amizade, fronteira do Brasil com o Paraguai, em Foz do Iguaçu, para auxiliar no controle aduaneiro naquele local, conforme Figura 3.

Figura 3 – Exemplo.



Fonte: Portal da Cidade (2019).

Como parte de todo processo evolutivo, os métodos de reconhecimento de indivíduos precisam ser constantemente revistos e aprimorados, por possuírem algumas limitações como: a baixa resolução de imagem das câmeras, ou ainda a dificuldade de identificação de indivíduos que fazem uso de todo tipo de disfarces ou outros subterfúgios que possam prejudicar o processo de identificação.

Algumas experiências com uso de recursos tecnológicos mais atuais têm sido feitas na Inglaterra em Londres com a *Metropolitan Police*, por meio do uso de realidade mista, recurso disponibilizado pela *Microsoft®* com a solução *HoloLens®*, que através da iniciativa *Mixed Reality Partner Program (MRPP)* estimula a criação de aplicações para o recurso de Realidade Mista, do qual faz uso a empresa britânica *Black Marble*. Através de um aplicativo desenvolvido pela empresa, o *tuServ*, agentes da polícia metropolitana de Londres fazem os registros de locais de crime, com as devidas marcações de objetos e situações que podem ser, posteriormente, analisados quando levados à delegacia, conforme demonstra a figura 4.

Figura 4 – Exemplo.



Fonte: HoloLens (2021).

Outras forças policiais fazem uso de tecnologias como visão computacional para a identificação de veículos, controle de fluxo, identificação facial e de objetos, bem como o uso da realidade virtual para o treinamento tático/operacional, simulando situações de combate policial com múltiplos agentes, entradas em ambientes hostis, resgate de reféns, neutralização de terroristas, de forma segura e totalmente

programável, ajustando os níveis de dificuldade conforme a necessidade que o treinamento exige, conforme ilustra a figura 5.

Figura 5 – exemplo.



Fonte: Unrealengine (2021).

O tema aqui abordado é objeto de proposição de aprimoramento e melhoria nos índices de acerto de sistemas automatizados, bem como nos processos desempenhados pelo ser humano, na busca pela elaboração de modelos em tridimensionais (3D) de pessoas.

2.1 Estudo de coordenadas espaciais, nuvem de pontos e marcha humana

Uma nuvem de pontos é um conjunto de pontos expresso em um mesmo sistema de coordenadas espaciais. Em um sistema de coordenadas tridimensional, estes pontos são geralmente definidos por coordenadas x , y , z e comumente têm o objetivo de representar a superfície externa de um objeto. Nuvens de pontos podem ser criadas por *scanners* 3D. Estes dispositivos medem um grande número de pontos na superfície de um objeto, e frequentemente geram um arquivo com dados da nuvem de pontos. A nuvem de pontos representa o conjunto de pontos que o dispositivo analisou (VOSSELMAN et al, 2004).

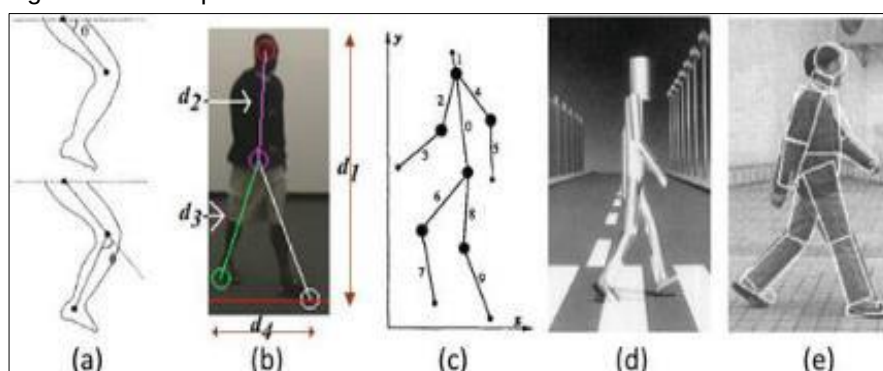
Produtos da digitalização 3D, as nuvens de pontos são utilizadas para vários fins, inclusive para criar modelos de desenhos industriais em 3D para peças manufaturadas, metrologia, inspeção de qualidade, e uma infinidade de visualizações, animações, renderizações e personalização em massa de aplicativos. Nuvens de

pontos também podem ser usadas para representar dados volumétricos, por exemplo, em imagens médicas, e aplicações de biometria.

O reconhecimento da marcha humana recebeu atenção crescente como uma tecnologia de identificação biométrica remota, ou seja, pode ser identificada a longa distância que poucas outras tecnologias de identificação podem funcionar. Este método mostra um enorme potencial a ser aplicado no campo da investigação criminal, tratamento médico, reconhecimento de identidade, Interface Homem Máquina (IHM), entre outros. Diferentemente de outras tecnologias de identificação biométrica, como o reconhecimento facial, o reconhecimento da marcha é amplamente conhecido como a mais importante tecnologia de identificação biométrica sem contato e não invasiva, também única. Assim, espera-se que o reconhecimento da marcha seja aplicado em cenários como investigação criminal e controle de acesso.

O uso das tecnologias 3D, associado com o registro do padrão de marcha humana (figura 6), únicos para cada indivíduo, torna possível a identificação de sujeitos mesmo em condições extremas de baixa luminosidade, pouca resolução de imagem, ou mesmo dificuldade de enquadramento do rosto ou características particulares do indivíduo.

Figura 6 – Exemplo.



Fonte: Intechopen (2021).

No estudo da marcha humana, são utilizadas algumas métricas, para a extração de distâncias características do indivíduo no padrão de sua caminhada. No exemplo em questão, as distâncias características entre juntas de um indivíduo, duas

a duas, como ombro, quadril, joelho, tornozelos, pulso, entre estes pontos, são chamados d_i , ou seja, d -iésima coordenada, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 - Distâncias cartesianas de referência entre juntas de indivíduo.

Coordenada	Junta 1	Junta 2
d_1	quadril direito	joelho direito
d_2	joelho direito	tornozelo direito
d_3	ombro direito	cotovelo direito
d_4	cotovelo direito	pulso direito
d_5	coluna/ombro	base da coluna
d_6	ombro direito	ombro esquerdo
d_7	coluna/ombro	pescoço
d_8	pescoço	cabeça

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Assim, pode ser definida a distância cartesiana d_i entre estas duas juntas de interesse duas a duas para um indivíduo, nos eixos das coordenadas x, y e z , tal que:

$$d_i = x_1 - x_2^2 + y_1 - y_2^2 + z_1 - z_2^2$$

A criação de modelos 3D de pessoas para compor bases de dados de identificação, torna possível a combinação de características únicas como o padrão de deslocamento individual, complexão, postura, peso, altura e outros detalhes únicos, como cicatrizes, pintas, sinais de nascença, tatuagens, formato e disposição de membros e partes do corpo, como: mãos, pescoço, cabeça, orelhas, entre outros, que podem ser decisivos para uma análise assertiva.

Muitos órgãos ligados à atividade de Segurança Pública não possuem um sistema automatizado eficiente de registro de imagens e coleta de dados biométricos para atualização sistemática das pessoas que frequentam esses ambientes, ou não incentivam a cultura de atualização sistemática desses dados. As instalações de Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, Delegacias e Fóruns recebem diariamente a presença de muitas pessoas ligadas às atividades ilícitas e/ou criminosas que

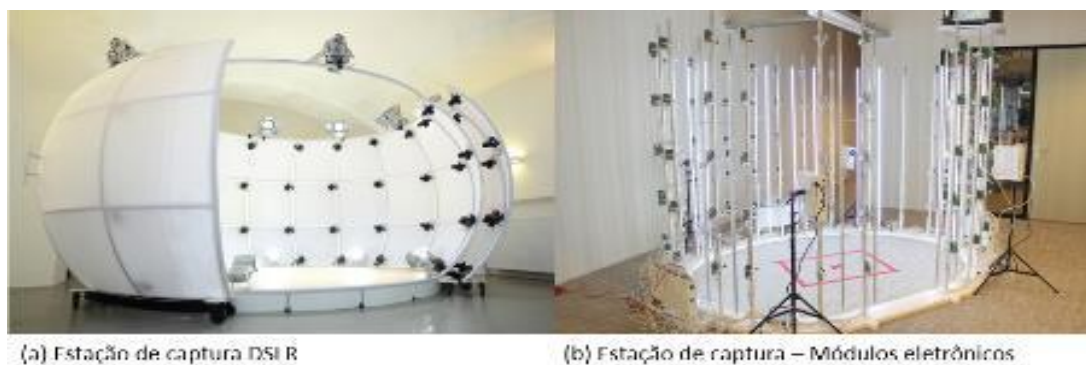
passam incólumes por esses locais, quando não estão diretamente envolvidas em processos que exijam a sua identificação, e acabam por não ter seus dados colhidos ou atualizados.

Dentro deste contexto, este trabalho propõe a aquisição de imagens de indivíduos, por meio da criação de uma estação de captura de imagens (*photogrammetry rig*) adaptada, de baixo custo, para a montagem de modelos 3D de pessoas, associado ao seu padrão de deslocamento humano, o que pode possibilitar grande fidelidade na reprodução das características únicas de um indivíduo, utilizando um software para processamento de imagens que utiliza algoritmo de nuvens de pontos, conceito que será abordado mais adiante neste texto.

Uma estação de captura ideal deve contar com uma estrutura, que dispõe de um conjunto de câmeras fotográficas dispostas em uma espécie de gaiola, tornando possível o registro, através do disparo simultâneo, imagens do mesmo objeto de captura por diferentes ângulos para posteriormente compor o modelo 3D do indivíduo, através de recurso computacional apropriado.

Esta estação de captura de imagens em questão, pode ser montada com diferentes configurações proporcionando diferentes níveis de detalhes de imagens. As câmeras utilizadas para a composição da estação podem ser do tipo DSLR (*Digital Single Lens Reflex*) (figura 7a), ou ainda uma estrutura mais simples, com câmeras de módulos eletrônicos com dispositivos microcontroladores integrados (*Arduíno*, *Atmel®* e similares) (figura 7b), equipamentos de menor custo, interfaceadas com computadores que recebem e processam imagens, convertendo-as em modelos 3D.

Figura 7(a) - Estação de captura DSLR; (b) estação de captura com módulos eletrônicos.



Fonte: (a) 3dprintingindustry (2021); (b) Replicad (2021).

A qualidade dos modelos 3D montados a partir destas imagens, bem como o nível de detalhes disponíveis no modelo dependerão da quantidade de fotos/câmeras, bem como da resolução das imagens capturadas.

O modelo 3D pode ser disponibilizado em arquivo no formato *Portable Document Format (PDF®)* 3D, e acessados por meio dos sistemas de consulta de base de dados de pessoas ou de registros de ocorrências já usados pelas forças policiais e órgãos de justiça dos estados, sem a necessidade de maiores ajustes ou adequações nesses sistemas, com o intuito de promover avanços na identificação de indivíduos. Para uma melhor compreensão dos recursos utilizados neste trabalho, se faz necessária a abordagem dos conceitos e técnicas utilizadas.

2.2 Realidade Virtual, Realidade Aumentada e Realidade Mista

2.2.1 Realidade Virtual (RV)

O conceito de realidade virtual é uma tecnologia de interface que ocorre por meio de um ambiente virtual, criado a partir de um sistema computacional. Esta tecnologia integra efeitos visuais, sonoros e até táteis, possibilitando a imersão completa de um indivíduo em um ambiente simulado, podendo ou não haver interação do usuário.

Vários exemplos se aplicam à esta tecnologia. É possível visitar ambientes como museus, ou por exemplo, um corretor de imóveis pode oferecer ao cliente uma visita ao interior de um imóvel via óculos de realidade virtual, estando o observador distante do local. Outro exemplo são as simulações de aviação, automobilismo e outros. Soldados norte-americanos, por exemplo, fazem exercícios de treinamento em ambientes simulados — muitos deles estão imersos em realidade virtual.

2.2.2 Realidade Aumentada (RA)

Realidade virtual e realidade virtual aumentada são dois termos que têm sido muito debatidos. Entretanto, apesar da semelhança do nome, as duas tecnologias possuem características diversas. A realidade virtual aumentada pode ser definida como a integração de elementos ou informações virtuais em situações do mundo real. O termo remonta a 1950, quando o cineasta Morton Heilig idealizou uma tecnologia denominada sensorama, para dar uma nova dimensão aos sentidos. Primeiramente, foi aplicada inicialmente no campo do teatro e, posteriormente, adaptada ao cinema.

O sensorama ou cinema 4DX brincava com os diferentes sentidos. O espectador via imagens em um ângulo maior e ao mesmo tempo com som estéreo e intervenção de aromas. Tudo isso proporcionava um efeito multiplicador, ou seja, uma realidade aumentada.

Atualmente, a aplicação da realidade aumentada é percebida em vários campos, como a publicidade. Neste sentido, o usuário pode interagir com o objeto, e percebê-lo de maneira mais próxima. Outra aplicação importante trata-se de projetos integrados a sistemas de imagens como novas formas de ver televisão, *games*, modificação de ambientes como decoração, aplicações em estruturas, no campo da engenharia ou ainda na medicina, podendo proporcionar ambientes de aprendizagem e auxílio em procedimentos de exames e cirúrgicos.

Figura 8 – Exemplo realidade aumentada.



Fonte: WIRED (2013).

Um dos exemplos mais populares e recentes do uso da tecnologia de realidade virtual aumentada surgiu com o *game Pokémon Go*. O jogo permite que o usuário fotografe e capture as criaturas do desenho em vários lugares pela cidade. Outras plataformas de *games*, como o Nintendo 3DS também oferecem jogos com esse conceito. Outros exemplos da realidade aumentada são os filtros do *Snapchat* e do

Instagram Stories — ferramentas integradas à rede social *Instagram*, as quais sobrepõem animações à visualização original da câmera do celular.

2.2.3 Realidade Mista (RM)

A realidade mista é percebida como uma combinação de realidade aumentada e realidade virtual. Realidade mista às vezes é considerada um termo genérico para sistemas que compreendem as características de RA e RV, em vez de um segmento específico de realidade ao longo do *Continuum Realidade - Virtualidade* (PAPAGIANNAKIS *et al.*, 2018). Estes dois segmentos são colocados afastados ao longo do *Continuum* e frequentemente percebidos como pontos finais deste *Continuum*. A RA está posicionada próximo à realidade física, enquanto o RV é o ponto final do lado da virtualidade. A RM combina algumas propriedades de ambos os segmentos, interatividade e imersão de RA e RV, respectivamente. Contudo, é apenas a RV que é um dos pontos finais do *Continuum*, a RA não se qualifica como tal, pois aprimora o mundo real (o outro ponto final do *Continuum*), (BEKELE; CHAMPION, 2019).

Figura 9 – *Continuum* realidade.



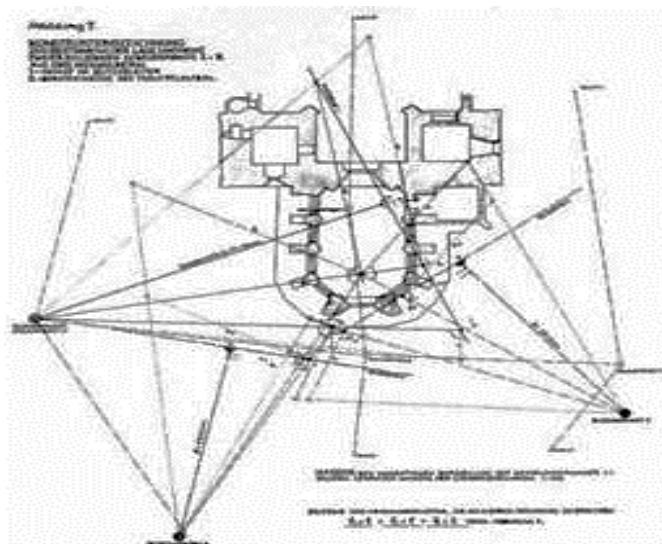
Fonte: Anticipatingarrevolution (2021).

2.2.4 Fotogrametria

A fotogrametria, cuja terminologia deriva do grego: luz, e metria - descrição e medidas, é definida como a ciência aplicada, a técnica e a arte de extrair de fotografias

métricas, a forma, as feições, as dimensões e a posição dos objetos nelas contidos (BEJA G, 2020). O termo fotogrametria remonta ao ano de 1867, foi introduzido por Albrecht Meydenbauer, inicialmente tendo chamado a técnica de fotometrografia, e surgiu do interesse em fotografar e documentar edificações de grande valor arquitetônico na Alemanha (ALBERTZ J, 2001). Na figura 10, é apresentada uma reprodução da gravura original do ano de 1885, com os primeiros registros de trabalhos sobre a fotogrametria em Berlim na Alemanha, através do *Royal Prussian Photogrammetric Institute*.

Figura 10 – Exemplo.



Fonte: Luthonium (2021).

A integração de métodos fotogramétricos, juntamente com os avanços da visão computacional tem permitido um crescimento do mercado interessado em imagens digitais obtidas em plataformas de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) cujos principais representantes são hoje conhecidos como *drones*.

A popularidade do equipamento cresceu no final da primeira década do século XXI, quando os *drones* começaram a ser bastante utilizados por civis para fins de entretenimento, passando a serem utilizado também por empresas por agentes de segurança pública. A figura 11 mostra exemplos da utilização destes equipamentos por forças policiais e de combate.

Figura 11 - Exemplo.



Fonte: Telegraph (2017).

Recentemente, equipes de peritos Polícia Federal Brasileira realizaram o trabalho de reprodução 3D do Museu Nacional do Rio de Janeiro, parcialmente destruído por um incêndio em 02 de setembro de 2018, utilizando a tecnologia de fotogrametria, combinando dados registrados por *scanners laser* e imagens registradas por drones, trabalho semelhante ao realizado no local da queda da aeronave que transportava o então candidato à presidência da República Eduardo Campos em agosto de 2014. Após a criação de um modelo e o ajuste da escala é possível, com uma margem mínima de erro, adequar o modelo em 3D às dimensões reais do ambiente ou objeto reproduzido. Mais do que isso, o uso de acessórios como os óculos de realidade virtual torna possível para um indivíduo projetar-se no ambiente reproduzido, e com o auxílio de sensores, deslocar-se pelo ambiente, explorando cada detalhe da reprodução.

A combinação de técnicas como a fotogrametria, realidade mista, visão computadorizada ampliam em muito os horizontes para uso no âmbito da Segurança Pública. Encontrando aplicação em reprodução simulada de crimes, perícia criminal, previsão de cenários, prevenção de catástrofes, treinamento de agentes de segurança, auxílio na investigação criminal e em planejamento de operações auxiliando a elaborar estimativas de custos e dimensionamento de equipes e meios para ações planejadas.

A seguir, será apresentada a metodologia utilizada neste trabalho experimental para aquisição de dados em cena de crime.

3 METODOLOGIA

O experimento proposto simulou a disposição de câmeras fotográficas no sentido de reproduzir ao máximo a condição alcançada com a estrutura de uma estação de captura de fotogrametria (*Photogrammetry rig*).

Apesar de não dispor de condições ideais e controladas de iluminância e local apropriado, foi utilizada uma câmera da marca Sony, modelo *Cybershot DSC-H300*, com a qual foram capturadas 42 fotos em ângulos e posições diferentes, circulando a modelo, que permaneceu estática durante todo o processo.

Após a conclusão do processo de criação do modelo da pessoa em 3D, é utilizado um outro programa que torna possível aplicar o padrão de caminhada da pessoa ao seu modelo em 3D, permitindo, portanto, a reprodução em 3D de um indivíduo com o seu próprio caminhar e todos os seus movimentos característicos, únicos.

No segundo experimento, feito em ambiente externo, utilizou um *Drone* modelo *DJI INSPIRE 1*, com uma câmera 4k para o registro da cena de uma colisão entre dois veículos para reproduzir o cenário em 3D, registrando todos os detalhes do local, permitindo que posteriormente esse “modelo” pudesse ser explorado e todos os componentes da cena pudessem ser verificados como pode ser observado nas imagens 16A, B, C, D.

As imagens foram registradas a uma altura de 10m, com um ângulo de 50°, sendo necessárias 29 fotos para composição do modelo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares do experimento 1 levam a inferência de que o recurso empregado, da fotogrametria por si só, pode proporcionar um avanço sem precedentes no auxílio ao processo de reconhecimento de pessoas. Em associação com o registro do padrão de deslocamento o resultado, pode ter altos índices de assertividade, pois combinam características únicas das pessoas, como compleição, disposição de membros (pescoço, ombros, comprimentos de braços, mãos) distâncias entre juntas, como descrito anteriormente.

Economia de meios foi outro fator de grande relevância percebido durante a execução do experimento, pois com o uso de apenas uma câmera digital simples, com

resolução de imagem de 20.1 *megapixels*, aliada a um *software* de processamento de imagens, permitiu alcançar resultados capazes de tornar possível a exploração em detalhes do modelo elaborado a partir das imagens registradas, exibindo grande similaridade entre a reconstrução da imagem do indivíduo a ser analisado e o modelo usado no experimento.

O experimento 2, realizado em ambiente externo, com a utilização de *drone*, permitiu analisar tanto os objetos, veículos colididos, como o ambiente em si. Todos os detalhes da cena podem ser acessados por diferentes ângulos e aproximações. O *software* utilizado na construção dos modelos torna possível a medição de distâncias, tamanhos, em escala para a posterior comparação com o ambiente real e possíveis constatações durante o processo investigativo, pericial ou forense.

Os resultados preliminares destes experimentos ora propostos reforçam a ideia de atualização de meios para registro de dados multi-biométricos, tornando possível sua aplicação no combate à criminalidade, no que tange a identificação de indivíduos, fazendo uso das mais novas tecnologias de captura e processamento de imagens atualmente disponíveis.

5 REFERÊNCIAS

GRUEN, A. Scientific-technological developments in photogrammetry and remote sensing between 2004 and 2008. In: **Advances in Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences: 2008 ISPRS Congress Book** – Li, Chen; Baltsavias (eds). Londres: Taylor & Francis. p. 21-25. 2008.

VALAVANIS, K. P. **Recent Developments in Unmanned Aircraft Systems**. Springer, 2012. 638 p.

VOSELMAN, G. et al. Recognising structure in laser scanner point clouds. **International archives of photogrammetry, remote sensing and spatial information sciences**, v. 46, n. 8, p. 33-38, 2004.

VILLA C.; JACOBSEN C. The Application of Photogrammetry for Forensic 3D Recording of Crime Scenes, Evidence and People. 2019. In: RUTTY, G. **Essentials of Autopsy Practice**. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-24330-2_1.

ESTABELECENDO PARÂMETROS PARA FABRICAÇÃO DE CAMBURÕES MAIS RESISTENTES

ESTABLISHING PARAMETERS FOR MANUFACTURING WEAR-RESISTANT RESTRAINT CAGES FOR POLICE CRUISERS

José Eleutério da Rocha Neto

Thiago A. S. Marquardt

André L. F. Rodacki

Cleonir C. Júnior

Elisangela F. Resende

Cintia L. N. Rodacki

Anderson C. Paulo

RESUMO

No cotidiano policial, são comuns danos em compartimentos para transporte de presos (camburão) de viaturas, causados por chutes desferidos por presos. Os danos causam riscos à segurança dos policiais e do detido, além de prejuízos ao erário e a indisponibilidade do veículo por algum tempo. Destarte, os camburões precisam ser construídos para resistir aos golpes que uma pessoa detida possa desferir. Isto posto, os objetivos deste estudo foram registrar os picos de força e calcular a energia cinética transferida por chutes bilaterais realizados por pessoas trancadas em um camburão. Homens treinados ($n=15$) foram confinados e desferiram chutes contra uma plataforma de força fixada na porta do camburão. O pico de força foi de $1949,1 \pm 397,5\text{N}$, enquanto a energia cinética transferida foi de $1584,5 \pm 1142,3\text{J}$. A análise preliminar dos dados aponta que, para evitar a deformação ou a ruptura do habitáculo, seus componentes devem resistir a uma força isométrica de 3200N e a um impacto de 5000J . A observância destes parâmetros para a aquisição de camburões para viaturas policiais contribuiria para reduzir os custos de manutenção da frota e para a segurança das equipes policiais edos detidos.

Palavras-chave: viatura policial; cela; camburão; segurança; fabricação; extensão universitária.

ABSTRACT

In police routine, damages to the restraint cages of police cruisers (RCs) are frequent, caused by kicks launched by detainees. Those damages bring risks to the safety of officers and detainees, as well as losses to the treasury and the unavailability of damaged cruisers for some time. Thus, RCs must be manufactured so that they can resist blows eventually launched by detainees. Therefore, this study's goals were to register peak force and to calculate kinetic energy (KE) of double-leg kicks from inside a RC. A force platform was attached to a RC's door. Trained men ($n=15$) were locked inside a RC, from where they threw kicks on the platform. Peak force was $1949,1 \pm 397,5\text{N}$ and KC was $1584,5 \pm 1142,3\text{J}$. Preliminary data analysis showed that, in order to avoid the deformation or the breach of the RC, its components must resist an isometric force up to 3200N and an impact of 5000J . Observing that parameter for acquiring RC for police cruisers would contribute to reducing the fleet's maintenance cost and to enhancing the safety of officers and detainees.

Keywords: police cruiser; car; cell; prisoner transport system; manufacturing; community-institutional.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa a terceira posição em números absolutos da população carcerária no mundo (AZEVEDO et al., 2018). Mesmo durante a pandemia do Covid-19, o número de prisões manteve-se alto. Foram registradas, em média, quarenta e sete prisões em flagrante diariamente no Estado do Rio de Janeiro durante 2020, sendo a maior parte delas realizadas por policiais militares, que fazem prisões em flagrante todos os dias (HABER; MOROSINI, 2021). O detido deve ser transportado até uma delegacia em uma viatura policial (SINHORETTO; LIMA, 2015). Geralmente, o detido é colocado em um compartimento especial da viatura policial, tecnicamente denominado cela ou compartimento para transporte de detidos, popularmente conhecido como camburão. No trajeto entre o local de prisão e a delegacia de polícia, é comum que o suspeito desfira chutes no interior da viatura, especialmente, quando se encontra sob influência de álcool ou de narcóticos, ou em surto psicótico.

O direito brasileiro impõe que todo dano a propriedades públicas seja formalmente apurado, visando à reparação. Na Polícia Militar do Paraná (PMPR), essa apuração é materializada no chamado “Inquérito Técnico”, que tem prazo para conclusão de até 40 (quarenta) dias úteis (PMPR, 2014). Durante esse período, a viatura danificada deve ficar parada, para avaliação dos danos e eventuais exames periciais. Concomitantemente com o prazo do Inquérito Técnico, há o tempo para a execução dos reparos, aí incluídas questões burocráticas, como a realização de orçamentos e a autorização para a execução da despesa. Na PMPR, ao longo do ano de 2020, a Diretoria de Apoio Logístico estimou os gastos decorrentes de danos em camburões de viaturas policiais em quase noventa mil reais (PMPR, 2021). O custo social de ter menos viaturas disponíveis, entretanto, é inestimável. Torna-se, assim, importante que se encontrem maneiras de reduzir o número de viaturas paradas em oficinas em virtude de danos dessa natureza.

Para além, há uma clara e importante questão de segurança. A depender do dano causado pelo preso no compartimento de transporte, ele pode fugir, pondo em risco a vida e a integridade física da equipe policial, de terceiros e do próprio detido, que pode cair durante o trajeto ou ficar preso dentro do compartimento, caso o

mecanismo de abertura finde danificado.

A aquisição de viaturas policiais segue um processo licitatório, iniciado por uma documentação que, entre outras coisas, prevê os requisitos técnicos mínimos a serem atendidos pelos veículos adquiridos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Os atuais requisitos previstos para camburões, diante do exposto, claramente não atendem às necessidades das corporações policiais. Assim, é necessário estabelecer novos parâmetros para a aquisição de camburões para viaturas policiais, considerando a força e a energia cinética transferidas por golpes eventualmente desferidos pelo detido no interior da cela.

A análise cinética de um chute desferido por pessoas já foi explorada em outras pesquisas (CARVALHO et al., 2021; CIMADORO; MAHAFFEY; BABAULT, 2019; DOEWES; ELUMALAI; AZMI, 2021; POZO; BASTIEN; DIERICK, 2011; WAŞIK, 2011; WAŞIK; SHAN, 2015), entretanto pesquisas envolvendo chutes para testar a resistência de materiais, são escassas. Stodulka (2009) e Mortimer (2013) submeteram janelas e telas de proteção a chutes, demonstrando que o valor padrão de resistência exigido não era suficiente para resistir aos chutes deferidos.

A literatura aponta que os valores experimentais relativos ao impacto devem balizar a construção de materiais e componentes de segurança (FALCO et al., 2009; STODULKA, 2009). Porém, nos casos mencionados, os golpes eram deferidos em ambientes que possibilitavam a livre movimentação do sujeito. Desta forma, não podem ser transferidos para os chutes realizados de dentro de um espaço confinado, como um camburão. Relatos policiais sugerem que, usualmente, os suspeitos desferem chutes a partir da posição sentada com a sola dos pés na porta do camburão. As características mecânicas desses golpes eram, até então, desconhecidas.

À luz do exposto, definiram-se como objetivos deste estudo registrar os picos de força (PF) e calcular a energia cinética (E_c) transferida por chutes bilaterais realizados por pessoas trancadas em um camburão policial, de forma a se estabelecerem parâmetros para a fabricação de camburões. Os parâmetros estabelecidos podem ser adotados para balizar os processos de aquisição deste tipo de material.

2 MATERIAIS E MÉTODO

Um total de 15 (quinze) voluntários do sexo masculino foram recrutados de um batalhão da PMPR, como uma amostra de conveniência (Tabela 1). Os critérios de inclusão foram: 1) ter entre 18 e 55 anos; 2) ser treinado em defesa pessoal militar; e 3) não apresentar lesão ou doença que comprometesse a realização dos testes físicos. O estudo fez parte das ações de ensino, pesquisa e extensão do Programa de Extensão do Treinamento Físico-Esportivo: Saúde e Performance (TFESP) junto a PMPR, foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade Tecnológica Federal do Paraná sob parecer 4.920.187 e sua condução foi autorizada pelo comandante imediato dos policiais voluntários. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a coleta das medidas antropométricas, os policiais estavam descalços e trajando, apenas, calções esportivos e em pé, no plano de Frankfurt. A estatura foi medida com um estadiômetro portátil (Sanny, São Paulo, Brasil), ao passo que a massa corpórea foi registrada por balança digital eletrônica (Garmin, São Paulo, Brasil). O Índice de Massa Corporal (IMC) foi calculado pela fórmula

$$IMC = \frac{\text{massa (kg)}}{(\text{altura (m)})^2}$$

Para as medidas de impacto, uma plataforma de força (EMG System, São José dos Campos, SP, Brazil) foi fixada na porta do camburão de uma viatura (vide Figura 1) pick-up Renault/Oroch, ano 2020, com peso total bruto de 2t (porte médio). O camburão foi instalado na caçamba da pick-up e mede: 95 cm de altura, 120 cm de largura e 90 cm de profundidade, com uma porta com 82 cm de largura. Após um aquecimento geral, os participantes, usando tênis próprios, foram instruídos a ficar sentados e manter a parte superior das costas apoiada no fundo da cela, com os pés sobre a plataforma de força (Figura 1). A partir da posição descrita, após comando verbal, o participante flexionava joelhos e quadril, retirando os pés da plataforma, e desferia um chute com os dois pés no dispositivo. Cada participante realizou três tentativas. O número de tentativas para que se obtivesse uma medida significativa foi determinado por estudo-piloto. O pico da força de impacto foi determinado com o registro do maior valor no *software* da plataforma. Durante a execução, os pesquisadores forneciam incentivo verbal aos participantes. Foram

concedidos intervalos de 30s entre as tentativas. A posição corporal a partir da qual eram desferidos os chutes era escolhida pelos próprios participantes, desde que mantivessem as costas apoiadas na parede e a posição inicial com os pés sobre a plataforma.

A energia cinética foi calculada indiretamente. Inicialmente, determinou-se o impulso gerado pelo impacto, através do cálculo da área sob o gráfico Força x Tempo, conforme Resnick e Halliday (1983, p. 197), com uso do *software Microsoft Excel*, a partir do somatório das áreas dos intervalos apresentados pelo equipamento de medição. Foram desconsiderados as medições cujos picos de força tivessem duração superior a 0,6s (seis décimos de segundo), pois indicaria que o participante realizara uma forma de isometria ao invés de um impacto simples - o que poderia interferir no resultado. A partir do impulso calculado e da massa segmentar estimada, calcularam-se a velocidade do segmento no momento do impacto e, a seguir, a energia cinética transferida (IBID.). A massa segmentar foi estimada em 16% da massa corporal por perna, seguindo estudo de Osterkamp (1995).

O desenho do estudo foi caracterizado como transversal. Os voluntários foram testados em um único dia, de acordo com a sequência de procedimentos a seguir: (1) Explicação dos procedimentos experimentais e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido; (2) Medidas antropométricas de peso, estatura, altura troncatérica, comprimento do pé dominante; (3) questionário histórico de treinamento; (4) aquecimento geral e familiarização com o camburão e o teste; (5) execução do teste. Foram realizadas análises estatísticas descritivas (média, mediana e desvio padrão).

Figura 1 – Vistas do camburão com a plataforma de força instalada e da posição inicial dos pés do participante.



Fonte: os autores (2021).

Tabela 1 – Características dos policiais que se voluntariaram para o estudo (n = 15).

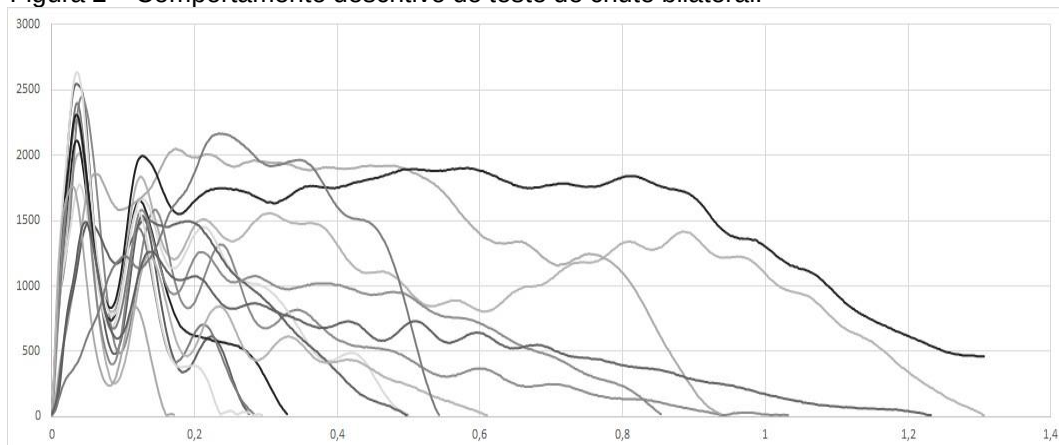
Sexo masculino	15 (100%)
Idade (anos)	34,60 ± 6,67
Massa corporal (kg)	82,47 ± 9,54
Altura (m)	1,77 ± 0,10
Altura trocantérica (cm)	92,87 ± 6,49
Comprimento do pé dominante (cm)	26,88 ± 1,53
IMC (kg.m ⁻²)	26,4 ± 2,83
Também treinados em Jiu-Jitsu	3 (20%)

Fonte: os autores (2021).

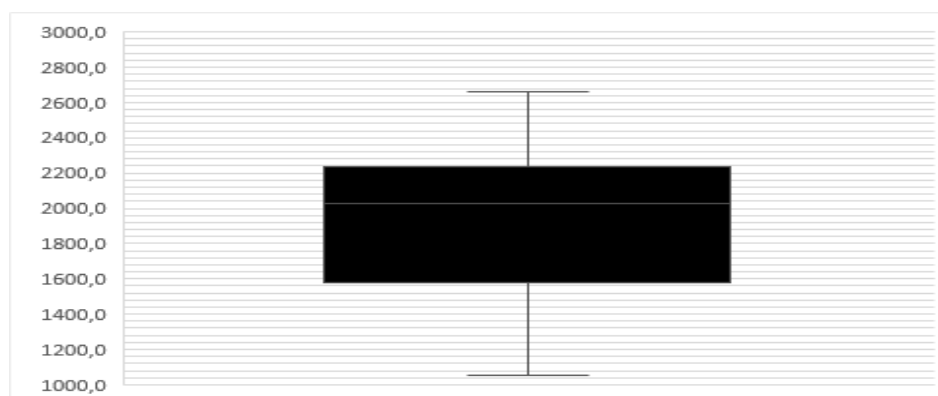
3 RESULTADOS

O comportamento descritivo do teste pode ser visualizado na Figura 2. O valor médio do PF desenvolvido foi de 1949,1 N, com desvio-padrão de 397,5 N e valor mediano 1.911,4 N. Os valores variaram de 1.051,9 N a 2.660,5 N, conforme exposto na Figura 3. Para a Ec, foi encontrado e descartado um valor *outlier* (5.552 J). Após o descarte, a média obtida para o chute bilateral foi de 1.584,5 J, com um desvio-padrão da amostra de 1.142,3 J e com a mediana dos dados localizada em 1.328,5 J. Os valores oscilaram entre 227,9 J e 4862,8 J (Figura 4).

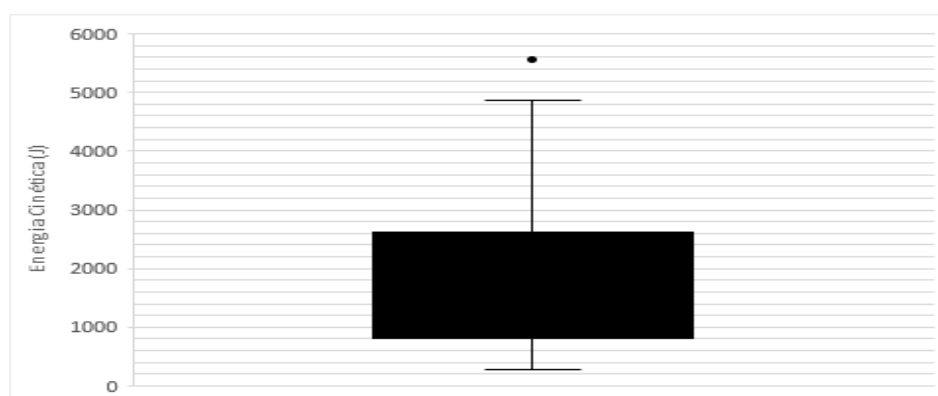
Figura 2 – Comportamento descritivo do teste de chute bilateral.



Fonte: os autores (2021).

Figura 3 – Pico de força desenvolvido durante os chutes bilaterais (em *Newtons*)

Fonte: os autores (2021).

Figura 4 – Energia cinética (em *Joules*) dos chutes bilaterais.

Fonte: os autores (2021).

4 DISCUSSÃO

Conforme a revisão conduzida, este é o primeiro estudo a quantificar a força de impacto de diferentes tipos de golpes dentro de um compartimento de transporte de detidos. Doewes, Elumalai e Azmi (2021) definiram chute como um ataque realizado com as pernas ou pés. A execução do chute envolve três eixos de rotação interconectados: joelho, tornozelo e quadril (IBID.). Sabe-se que as extensões de joelhos e quadril, particularmente a aceleração desses movimentos, são essenciais para produzir um chute potente (MIZIARA et al., 2019).

A análise do comportamento descritivo dos chutes dos participantes (Figura 2) revelou dois picos de força, do que se infere que há dois momentos de impacto: um do calcanhar e outro do antepé - ainda que não tenha sido possível determinar a ordem deles. Isso, somado ao fato de que os suspeitos alternam golpes balísticos e preensões isométricas, faz com que os chutes dados nos camburões tenham uma

característica única, diferente de outras modalidades de chutes já estudadas. (CARVALHO et al., 2021; CIMADORO; MAHAFFEY; BABAUULT, 2019; DOEWES; ELUMALAI; AZMI, 2021; POZO; BASTIEN; DIERICK, 2011; WAŞIK, 2011; WAŞIK; SHAN, 2015).

O experimento revelou significativos PF para os chutes desferidos de dentro do camburão, o que certamente pode causar danos ao equipamento. O chute bilateral atingiu valores superiores aos do chute circular de um praticante de *taekwondo* - estimado em 2089 N (FALCO et al., 2009). A diferença pode ser explicada pela quantidade de músculos envolvidos nos chutes, já que o chute bilateral, ao contrário do chute circular, envolve o impacto dos dois pés simultaneamente.

A grande variância encontrada na Ec dos chutes pode ser explicada pelo confinamento do espaço onde foram realizados. Com apenas 90 cm de profundidade, os participantes tinham que encontrar a melhor posição para desferirem os golpes. Em virtude disso, em algumas medições o chute desferido foi, visivelmente, pouco mais que um resvalo na plataforma de força. Parte da variância, em especial a presença de *outliers*, pode também decorrer do método empregado, que resultou em um cálculo indireto da Ec. Uma análise cinemática do movimento dos participantes, acompanhada da pesagem dos segmentos envolvidos, permitiria uma estimativa mais direta da Ec.

Nos Estados Unidos, cerca de 23% das prisões efetuadas demandam uso da força para colocar o suspeito no camburão (SMITH; PETROCELLI, 2002). Com o uso de força policial, aumenta-se a probabilidade do suspeito se debater no interior do camburão. Apesar de existirem diferentes tipos de viaturas e configurações de camburões, os nossos resultados contribuem com uma estimativa dos parâmetros para suas fabricação e testagem. Para evitar que a deformação ou ruptura do habitáculo ocorra, considerando uma distribuição normal que abranja 99,7% da população, recomenda-se que seja adotado como parâmetro a média do maior PF desenvolvido no teste realizado (~2000 N), acrescido três vezes o desvio padrão da nossa amostra (~400 N). Assim, estima-se como parâmetro de força para fabricação e testagem dos componentes de transporte de detidos o valor de 3.200 N. No nosso

estudo o maior valor atingido entre os voluntários foi 2.660,5 N. A partir dos valores de E_c (média aproximada de 1.590 J e desvio-padrão de 1.140 J), obteve-se como parâmetro de energia o valor de 5.000 J. O maior valor atingido neste experimento foi de 4.862,8 J - desconsiderando o valor de 5.552 J, como *outlier*.

O presente estudo não mediu diretamente a massa muscular dos membros inferiores e nem realizou a captura de vídeo (DOEWES; ELUMALAI; AZMI, 2021). Tais medições possibilitariam uma estimativa mais precisa da E_c e a análise de características cinemáticas. Apesar de golpes desferidos por membros superiores não terem sido testados, esperam-se valores menores, pois a perna humana é mais pesada que o braço e, portanto, este deve transferir menos energia para superfície (POORTMANS et al., 2005). Recomendam-se novos estudos com o objetivo de explorar as condições de chutes a partir da postura sentada e com limitação de espaço para movimentar os segmentos. São igualmente necessárias investigações que comparem os picos de força entre outros tipos de chutes, de outros tipos de golpes e de prensão isométrica. Caso o PF isométrica supere os valores balísticos, tornar-se-á desnecessária a avaliação da energia dos chutes. Mais um ponto a ser investigado é a correlação entre as medidas antropométricas e a produção de força e energia pelo sujeito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parâmetros sugeridos para a aquisição e fabricação de camburões são de 3.200 N para força e de 5.000 J para E_c de impacto. No tocante à testagem de materiais e equipamentos, recomenda-se considerar a área da fração do pé (calcanhar ou antepé) por que a força e a energia são distribuídas quando do impacto. As diretrizes apresentadas pelos processos de compra de camburões não se revelaram suficientemente rigorosas para eliminar materiais de qualidade inferior. O estabelecimento de parâmetros mecânicos para a fabricação pode contribuir para que os camburões sejam adequadamente construídos. Nesta esteira, recomendam-se novos estudos com o objetivo de explorar golpes e condições variadas, em especial de prensão isométrica com as pernas, bem como a relação entre as variáveis.

6 AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Polícia Militar do Paraná e seus integrantes, pelo apoio prestado. Este estudo foi parcialmente financiado pelo Fundo Paraná/SETI, Programa Universidade Sem Fronteiras.

7 REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, R. G. et al. **Direitos e Garantias Fundamentais**: audiência de custódia, prisão provisória e medidas cautelares - obstáculos institucionais e ideológicos a efetivação da liberdade como regra. Brasília: CNJ, 2018.
- CARVALHO, D. S. et al. The trunk is exploited for energy transfers of maximal instep soccer kick: A power flow study. **Journal of biomechanics**, v. 121, p.110425, maio 2021.
- CIMADORO, G.; MAHAFFEY, R.; BABAUT, N. Acuteneuromuscular responses to short and long roundhouse kick striking paces in professional Muay Thai fighters. **The Journal of sports medicine and physical fitness**, v. 59, n. 2, p. 204–209, fev. 2019.
- DOEWES, R.; ELUMALAI, G.; AZMI, S. Biomechanics analysis on jejag kick of pencak silat. **Annals of the Romanian Society for Cell Biology**, v. 25, n. 3, p. 4599–4609, 2021.
- FALCO, C. et al. Influence of the distance in a roundhouse kick's execution time and impact force in Taekwondo. **Journal of Biomechanics**, v. 42, n. 3, p. 242–248, fev. 2009.
- HABER, C.; MOROSINI, D. Análise do impacto da pandemia sobre as prisões em flagrante no estado do Rio de Janeiro. **Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, v. 2, n. 2, p. 9–38, 2021.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Aquisição de veículos policiais ostensivos** (Pregão eletrônico nº 24/2019). Processo SEI 08650.010286/2019-1. Brasília: 2019.
- MIZIARA, I. et al. Analysis of the biomechanical parameters of high-performance of the roundhouse kicks in Taekwondo athletes. **Research on Biomedical Engineering**, v. 35, n. 3–4, p. 193–201, dez. 2019.
- MORTIMER, S. Coupon Testing of Security Screens. **The UNSW Canberra at ADFA Journal of Undergraduate Engineering Research**, v. 6, n. 1, p.2–11, 2013.
- OSTERKAMP, L. K. Current Perspective on Assessment of Human Body Proportions of Relevance to Amputees. **Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics**, v. 95, n. 2, p. 215-218, fev. 1995.

PMPR (Polícia Militar do Paraná). Portaria n.º 1.129. **Regula o Inquérito Técnico**, 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/522890452/2014-11-21-Portaria-CG-1129-Regula-o-Inquerito-Tecnico>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PMPR (Polícia Militar do Paraná). Diretoria de Apoio Logístico. **Informação** (e-Protocolo nº 17.476.713-0). Curitiba: 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/522890268/Informacao-DAL-Camburoes-1>. Acesso em: 24 nov. 2021.

POORTMANS, J. et al. Estimation of total-body skeletal muscle mass in children and adolescents. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 37, n. 2, p. 316–322, 2005.

POZO, J.; BASTIEN, G.; DIERICK, F. Execution time, kinetics, and kinematics of the mae-geri kick: comparison of national and international standard karate athletes. **Journal of sports sciences**, v. 29, n. 14, p. 1553–1561, nov. 2011.

RESNICK, R.; HALLIDAY, D. **Física**. v. 1. 4 ed. Trad. Antonio Máximo R. Luz et al. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

SINHORETTO, J.; LIMA, R. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. **Contemporânea**, v. 5, n.1, p. 119–141, 2015.

SMITH, M.; PETROCELLI, M. The Effectiveness of Force Used by Police in Making Arrests. **Police Practice and Research**, v. 3, n. 3, p. 201–215, jan. 2002.

STODULKA, L. Measurement of Biomechanical Energy Delivered Through Human Kicks for Comparison with the Australian Standards for Security Screens and Windows. **The UNSW Canberra at ADFA Journal of Undergraduate Engineering Research**, v. 2, n. 2, p. 1–29, 2009.

WĄSIK, J. Kinematics and Kinetics of Taekwon-do Side Kick. **Journal of human kinetics**, v. 30, p. 13–20, dez. 2011.

WĄSIK, J.; SHAN, G. Target effect on the kinematics of Taekwondo Roundhouse Kick - is the presence of a physical target a stimulus, influencing muscle-power generation? **Acta of bioengineering and biomechanics**, v. 17, n. 4, p. 115–20, 2015.

**PADRONIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE COLETA,
ARMAZENAMENTO E TRATAMENTO DE DADOS BIOMÉTRICOS APLICADOS
À POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ**

**STANDARDIZATION AND MODERNIZATION OF THE COLLECTION, STORAGE
AND TREATMENT PROCESSES OF BIOMETRIC DATA APPLIED TO THE CIVIL
POLICE OF THE STATE OF PARÁ**

**Naiara Pereira dos Santos
Hugo Pereira Kuribayashi**

RESUMO

A personalidade é condição preliminar de todos os direitos e deveres, mesmo que o indivíduo não tenha consciência da realidade. Uma das formas de garantir a personalidade do indivíduo é por meio dos documentos, entre eles pode-se citar o registro civil de nascimento e a identidade ou Registro Geral (RG). Para que se realize a emissão das identidades no Brasil é necessária a coleta de dados biométricos, especificamente, as impressões digitais. No estado do Pará, atualmente, o processo de coleta das impressões digitais para efeitos de identificação civil, criminal e *post mortem*, processos estes, realizados pela Polícia Civil do Pará (PC-PA) são, em sua maioria, executados de forma manual, dada a utilização de fichas de identificações nas quais são coletadas as impressões digitais entintadas em ambos os processos. Diante do exposto, este trabalho propõe a concepção e desenvolvimento de uma plataforma que possa no todo ou em parte, garantir principalmente, a segurança das informações envolvidas, especialmente sob o aspecto da integridade e autenticidade dos documentos gerados a partir das identificações civis e criminais. Assim, a partir do projeto proposto, espera-se dinamizar o processo de identificação civil, criminal e *post mortem*.

Palavras-chave: identificação civil; impressões digitais; papiloscopia; sistema; segurança da informação.

ABSTRACT

Personality is a preliminary condition for all rights and obligations, even if the individual is not aware of reality. One of the ways to guarantee the individual's personality is through documents, including the civil registration of birth and the identity or General Registry (GR). In order to carry out the issuance of identities in Brazil it is necessary to collect biometric data, specifically fingerprints. In the state of Pará, currently, the process of collecting fingerprints for the purposes of civil, criminal and *post mortem* identification, processes carried out by the Civil Police of Pará (PC-PA), are mostly performed manually with the use of identification cards on which inked fingerprints are collected in both processes. Given the above, this paper proposes the design and development of a platform that can, in whole or in part, mainly guarantee the security of the information involved, especially under the aspect of integrity and authenticity of documents generated from civil and criminal identifications. Thus, from the proposed paper, it is expected to streamline the process of civil, criminal and *post mortem* identification.

Keywords: civil identification; fingerprints; papiloscopia; system; information security

1 INTRODUÇÃO

Qualquer pessoa é dotada de personalidade, pois esta é uma característica inerente ao homem, conceito básico da ordem jurídica, consagrado na legislação civil e nos princípios constitucionais de vida, liberdade e igualdade. A personalidade é condição preliminar de todos os direitos e deveres, mesmo que o indivíduo não tenha consciência da realidade, é dotado de personalidade pelo simples fato de ser humano (PEREIRA, 2001). Também é direito individual fundamental, em qualquer lugar, o reconhecimento da personalidade jurídica da pessoa. Esse princípio é consagrado no artigo 1º do Código Civil, que dispõe: “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”. Sendo assim, cada pessoa é sujeita de relações jurídicas, e a personalidade é a faculdade a ela admitida, portanto, toda e qualquer pessoa é dotada de personalidade (FIUZA, 2003).

A correta identificação do indivíduo garante os direitos inerentes à personalidade assegurada pelo Direito Civil, e é o ponto de partida da responsabilização da pessoa. Já se tratando da identificação criminal, sendo essa apenas subsidiária da civil, baseada na Lei nº 12037/2009 é realizada somente quando há indícios de suspeita da validade e veracidade dos documentos civis do indivíduo (LIECHOSCKI, 2018). Além disso, o registro civil é um direito em si, e também um garantidor de outros direitos e a partir dele se estruturam as diversas modalidades de identificação. Neste contexto, Kang (2016) inclusive afirma que brasileiros ou estrangeiros residentes no país possuem cerca de vinte documentos que podem ou devem utilizar para o pleno exercício dos seus direitos. O documento para dar início a emissão de todos os outros documentos citados acima é a certidão de nascimento.

2 DESENVOLVIMENTO

O nascimento deverá ser registrado dentro do prazo de quinze dias após o nascimento da criança, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório (Art. 50 da Lei nº 6.015/1973). Os Tribunais de Justiça são os órgãos competentes pela gerência do processo de

emissão de certidões de nascimento e os cartórios de Registros Civis, vinculados aos Tribunais de Justiça, expedem, de fato, a primeira certidão de nascimento de forma gratuita assegurando a letra da Lei nº 9534/1997 que diz em seu artigo 30: "Art. 30. Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva" (BRASIL, 1997, p. 1, grifo do autor).

A certidão de nascimento é o documento base para a elaboração de diversos outros documentos, como a carteira de identidade ou Registro Geral (RG) e o Cadastro de Pessoa Físicas (CPF) no caso dos menores de quatorze anos e título de eleitor para os cidadãos de dezesseis anos. Assim, a carteira de identidade passa a ser o documento base para a emissão dos outros como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), lembrando que ambos são estaduais. Além desses, tem-se ainda diversos outros documentos federais. Verificamos assim que hoje, para o exercício de direitos básicos como acesso à saúde, à educação, à justiça, o registro civil é indispensável (KANASHIRO, 2011).

De acordo com a legislação vigente, para que se realize a emissão de carteiras de identidades no território brasileiro é necessário a coleta de dados biométricos, especificamente, as impressões digitais. Em alguns estados brasileiros, o procedimento de coleta das digitais já é feito automaticamente em um leitor biométrico e armazenado em um sistema de manutenção e registro dos dados civis dos indivíduos. Por outro lado, em outros estados, o processo ainda é feito com entintamento dos dedos dos cidadãos e coletadas em prontuários civis de papel que posteriormente são armazenados em arquivos manuais.

Os dados biométricos são parâmetros utilizados para individualização dos indivíduos. No sentido apresentado, a identificação cumpre dupla finalidade: a de individualizar a pessoa e a de evitar problemas relacionados a homônimos (além de evitar fraudes do tipo que alguém se passe por outra). Para os agentes de Segurança Pública, principalmente os que trabalham com Inteligência, para produzir conhecimento útil, é sempre imprescindível saber sobre quem se busca, ter a possibilidade de identificar os "alvos" objeto de produção de conhecimento, bem como distingui-los de outros, até mesmo quando busquem impedir (PEREIRA, 2001; LIECHOSKI, 2018).

Nestes termos, faz-se necessária a concepção de uma nova plataforma de

Identificação Civil e Criminal, que garanta a modernização de um sistema antigo e ineficiente e principalmente a segurança dos dados dos cidadãos, certamente trará mudanças benéficas aos agentes e analistas da Atividade de Inteligência e de Segurança Pública de maneira geral (LIECHOSCKI, 2018). Em particular ao Estado do Pará, tal plataforma é ainda mais importante, dado que atualmente o processo de coleta das impressões digitais para efeitos de identificação civil e criminal, em sua maioria é executado de forma manual, pois utilizam-se de fichas de identificações nas quais são coletadas as impressões digitais entintadas em ambos os processos. Neste contexto, todos os municípios do interior do Estado que realizam o serviço de emissão de identidades e de identificação criminal, encaminham após a finalização dos processos os documentos gerados tanto do âmbito civil: prontuários civis, como no âmbito criminal: fichas de identificação criminal para a Delegacia Geral situada em Belém para arquivamento, ainda físico.

Desta forma, o processo de informatização dos processos de identificação está inerentemente associado a ganhos de agilidade e modernização nos sistemas de segurança pública, dada a criação de um banco de dados que deverá facilitar e aprimorar a busca de indivíduos pelas digitais de forma muito mais eficiente do que a habitual e não tão somente nominal, como acontece atualmente no Estado do Pará. Entre os diversos benefícios da informatização dos processos está a procura por indivíduos a partir das digitais ou até mesmo fragmentos das digitais coletadas, geralmente, em locais de crime.

Em adição, uma vez que tal documentação é armazenada em mídia física (em papel), tais documentos são potencialmente sujeitos a atos ilícitos de adulteração, destruição ou vazamentos de informações, dada a natureza inerente da mídia de armazenamento. Assim, além da necessidade informatização deste processo de identificação e coleta de informações, faz-se imprescindível a guarda digital de tais informações, de forma a garantir as propriedades da Segurança da Informação, em particular, as propriedades de Disponibilidade, Integridade e Autenticidade (DIA), dada a natureza dos processos de transferência e armazenamento de dados digitais. Assim, os princípios DIA relacionados à segurança da informação devem estar presentes em todas as etapas dos processos, desde a coleta das informações preliminares até o armazenamento final deste material.

Neste contexto cabe ressaltar que o princípio da Disponibilidade se refere à garantia de que a informação estará disponível para acesso a qualquer momento. Por outro lado, o princípio da Integridade garante que a informação não tenha sido alterada, violada ou manipulada de forma indevida, ou seja, verifica a exatidão da informação tanto quanto os métodos de modificação, manutenção e validade. O princípio da Autenticidade garante a identidade de quem está enviando a informação, ou seja, garante que a informação seja realmente proveniente da fonte anunciada.

Ainda assim cabe destacar que da forma que os processos de identificação civil e criminal ocorrem na atualidade (em mídia de papel), alguns dos princípios citados não estão sendo cumpridos, como por exemplo o da disponibilidade – pois as informações em sua totalidade não estão disponíveis a quem são devidas, já que o arquivo físico se encontra unicamente em uma cidade, sendo necessário a intermediação de terceiros para que os papiloscopistas que trabalham no interior do Estado do Pará tenham acesso à informação – integridade – por se tratar de papéis que passam por diversas pessoas não é possível garantir que as condições iniciais da informação coletada foram mantidas em todo o decorrer do processo (além de processos de deterioração, por exemplo) - autenticidade - é inviável assegurar a identidade da autoria da informação inicial assim como a de todos que fizeram parte do processo até a etapa de arquivamento.

Utiliza-se o Sistema de Identificação Civil (CCIVIL) para realização dos cadastros nominais no processo de identificação civil. O sistema atende com qualidade pequenas quantidades de cadastros, mas com o crescimento e expansão da população que procura, continuamente, o serviço de identificação civil a demanda aumenta significativamente a cada dia. Sendo assim o sistema utilizado já não atende com a qualidade esperada, deixando o profissional papiloscopista à mercê de erros e equívocos que não deveriam acontecer. Com um sistema que não garante a integridade da informação fica-se sujeito a diversos tipos de erros e falsificações, como por exemplo, inserção de dados adulterados por parte de quem tem acesso ao sistema sem punições posteriores, pois o rastreo da informação gerada torna-se frágil.

No que se tange às identificações necropapiloscópicas o problema está inteiramente relacionado ao resultado. A identificação cadavérica através das papilas

dérmicas é um procedimento rápido, de baixo custo e com garantia de segurança da identificação, pois as impressões digitais são imutáveis ao longo do tempo, pertencentes assim a um único indivíduo. A partir do momento que não se tem um banco de dados com digitais cadastradas o serviço de identificação cadavérica fica refém da necessidade de se encontrar um nome suspeito para realizar a comparação do desenho digital coletados do cadáver (documento questionado) com o datilograma do nome suspeito localizado no prontuário civil (documento padrão) confeccionado quando fora realizado o processo de identificação civil deste indivíduo, ou seja, muitos casos permanecem sem solução, pois nem sempre é possível identificar de quem se trata, principalmente, quando o indivíduo não é da região. Um exemplo dessa situação são as pessoas que vêm de todo país trabalhar nos garimpos da região Sul do Pará, em sua maioria, essas pessoas não possuem documento e estão longe de seus familiares, ocorrendo um óbito fica quase inviável a completa identificação, pois não existe um sistema de identificação interligado à nível nacional.

O presente trabalho tem como objetivo geral conceber uma plataforma de armazenamento seguro de informações e impressões digitais correlacionados as identificações civis e criminais da Polícia Civil do Estado do Pará na regional de Redenção-PA. E como objetivos específicos: a. Realizar a interoperação de bases dados diversas; b. Desenvolver uma solução de localização de prontuários biométricos por intermédio das impressões digitais; c. Executar confrontos biométricos a partir do banco de dados previamente estabelecido; e d. Garantir a segurança das informações pertencentes à Polícia Civil do Estado do Pará;

Para que o trabalho fosse executado foram definidas algumas fases de desenvolvimento que seguem abaixo:

1. **Levantamento bibliográfico** – executou-se a busca por artigos científicos nas bases de dados confiáveis – SCIELO, Periódico CAPES entre outros correlacionados ao tema proposto;
2. **Mapeamento dos sistemas de coleta em âmbito nacional** – buscou-se no território nacional quais os métodos e ferramentas utilizadas por cada estado para o desenvolvimento das identificações civis e criminais;
3. **Pesquisas de softwares e hardwares para coleta de dados biométricos** – realizou-se as pesquisas de softwares livres existentes para

saber até que ponto eles atendiam à necessidade da coleta de digitais e cadastros textuais e a qualidade envolvida no processo;

4. **Desenvolver o procedimento padronizado de coleta de dados biométricos** – iniciou-se o desenvolvimento das etapas sequenciais para a realização completa do processo de coleta dos dados biométricos;

5. **Delinear o mecanismo de armazenamento seguro** – delineou-se o mecanismo de armazenamento, desde o formato que foi salvo a cada dado biométrico coletado até a determinação do espaço que foi direcionado para o arquivo geral;

6. **Desenvolver o protótipo MVP*** – desenvolveu-se o produto mínimo viável para o funcionamento do sistema proposto;

7. **Coleta de informações em campo** – nesta fase coletou-se na cidade de Redenção-PA, as informações necessárias para a realização posterior dos testes do *software*;

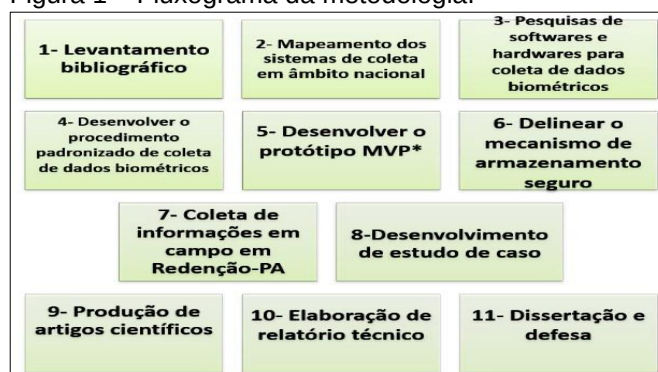
8. **Desenvolvimento de estudo de caso** – nesta fase foram testadas as informações coletadas juntamente com o MVP já desenvolvido para que após os testes fosse possível analisar a necessidade ou não de ajustes de execução e conclusão do desenvolvimento do *software*;

9. **Elaboração de relatório técnico** – confecção do relatório técnico com as informações quanto ao uso do *software*;

10. **Produção de artigos científicos** – no desenvolvimento do trabalho elaborou-se artigos científicos para publicações e

11. **Dissertação e defesa** – finalização da dissertação e defesa.

Figura 1 – Fluxograma da metodologia.



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Para o reconhecimento da impressão digital que foi realizado na quinta e sexta etapas da execução da metodologia foram realizados diversos procedimentos de comparação de uma imagem de digitais com resolução de no mínimo 500 dpi com uma base de dados pré-processada.

Para cada imagem de entrada contendo uma impressão digital foi realizado o processamento de forma a extrair e guardar as informações relativas às suas minúcias em um arquivo. Dada a imagem do datilograma de entrada ela foi comparada com todo o banco de dados e considerada igual àquela que possuir o maior nível de similaridade.

Nos casos em que apresentou um nível de similaridade inferior a um certo limiar para todo o banco, ela foi considerada não verificada. Para encontrar o nível de limiar adequado foram propostos testes envolvendo as distribuições obtidas para o banco de dados. Esses testes visaram encontrar um valor limiar adequado e o melhor valor para a diferença espacial entre as minúcias.

Várias etapas foram implementadas no sistema que foram definidas a partir dos critérios das principais funcionalidades que o sistema propiciou, por exemplo, na etapa de pré-processamento das digitais coletadas ou escaneadas alguns filtros foram incrementados, tais filtros só foram definidos a partir da necessidade de melhora da qualidade das digitais já coletadas com o intuito de diminuição de possíveis ruídos da imagem, além da melhora de contraste e brilho.

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados:

a. Software utilizado para coleta das digitais

- Desenvolvimento do *software*.

b. Pesquisa de campo

- Testes das digitais no *software* desenvolvido.

Até o presente momento foram definidas algumas funcionalidades essenciais ao sistema, são elas:

1. Tipos de Pesquisas:

- 1.1. Por nome, entre nome e sobrenome;
- 1.2. Por nome de pai ou mãe;
- 1.3. Por RG;

- 1.4. Por CPF;
- 1.5. Por código do rolo-fotograma – numeração aplicada aos prontuários civis após preenchidos com os dados dos cidadãos para catalogação no arquivo civil;
- 1.6. Por número de cédula – número este de identificação das cédulas de identidades que já vem impresso no papel moeda;
- 1.7. Por datilograma.
2. Armazenar os arquivos apresentados no início do processo (certidões, Cadastro de Pessoa Física (CPF), título de eleitor, comprovante de residência, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e todos os documentos que o cidadão apresentar);
3. Registrar os datilogramas com resolução mínima de 500 dpi; e
4. Registrar as fotos (tirada no momento ou escaneada a foto 3x4 apresentada pela pessoa, a discutir).

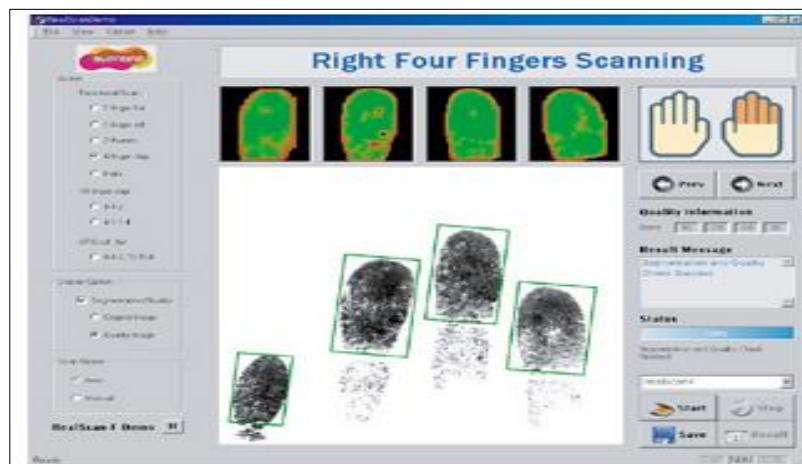
Dentre os diversos leitores biométricos que existem no mercado fora escolhido o *scanner* de digitais *Real Scan-SDK* da marca Suprema. O trabalho está em fase de testes e conhecimento do sistema para nortear as funcionalidades que serão implantadas no Produto Mínimo Viável (MVP).

Figura 2 - Coleta de uma digital no leitor biométrico Real Scan-SDK.



Fonte: www.suprema-id.com.

Figura 3 - Escaneamento dos 4 dedos da mão direita no leitor biométrico Real Scan-SDK.



Fonte: www.suprema-id.com.

Figura 4 - Tela apresentando a coleta de todas as digitais realizadas em procedimento.



Fonte: www.suprema-id.com.

Espera-se que o MVP melhore o tratamento dos dados inseridos a âmbito municipal nos sistemas de identificação civil/criminal da PC/PA – do termo tratamento infere-se automatizar parte do processo através do *software* preposto, melhorar a coleta das digitais e digitalizar as que já foram realizadas, mas que ainda são pertinentes assim como digitalizar todas que forem incluídas em determinado período. Tal melhoramento implica em benefícios como realizar a busca de pessoas somente pelas digitais. A partir do sistema implementado garante-se que o processo de segurança da informação seja respeitado assegurando assim que a cadeia de

custódia seja rigorosamente cumprida para elaboração de laudos posteriores advindos das identificações civis e criminais, o que ocasiona benefícios à Instituição Polícia Civil do Estado do Pará através do cumprimento da Lei nº 13964/2019 que rege sobre a cadeia de custódia na elaboração de laudos. O sistema também facilita a busca das pessoas através da biometria – criminal e necropapiloscópica – para que assim seja possível descobrir a identidade real de pessoas que venham a óbito na região e que não possuam nenhuma forma de identificação e auxiliar, se possível, na busca por desaparecidos. Eventual processo de inovação relacionado ao armazenamento de informações biométricas das impressões digitais proporcionará a criação de um processo que siga um padrão para a realização das identificações civis e criminais e armazenamento posterior.

A plataforma a ser concebida representa uma prova de conceito em relação a ideia proposta pelo trabalho. A implementação como um MVP poderá gerar resultados qualitativos e quantitativos em termos de eficácia no processo de identificação civil e criminal, resultados esses, a serem avaliados quanto as suas vantagens e benefícios gerados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base que o registro civil é um direito em si e um garantidor de outros direitos e a partir dele se estruturam as diversas modalidades de identificação, a correta identificação cumpre a finalidade de individualizar a pessoa.

A informatização dos processos de identificação está associada a ganhos de agilidade e modernização nos sistemas de segurança pública, dada a criação de um banco de dados que deverá facilitar e aprimorar a busca de indivíduos pelas digitais de forma muito mais eficiente do que a habitual e não tão somente nominal, como acontece atualmente no Estado do Pará.

Desta forma este trabalho propõe a concepção de uma plataforma de armazenamento seguro dos documentos apresentados para a confecção da carteira de identidade e, principalmente, de dados biométricos – impressões digitais – formando assim um banco de dados moderno e capaz de integrar com outros sistemas promovendo aos papiloscopistas uma ferramenta de trabalho capaz de assessorar com mais eficiência todo o processo investigativo no que se trata de identificações

civis, criminais e necropapiloscópicas.

4 REFERÊNCIAS

BUCKLETON, J.; TRIGGS, C. M.; WASH, S. J. **Forensic DNA Evidence Interpretation**. CRC Press, 2005.

CASTRO, T. S. **Identificação de Impressões Digitais Baseada na Extração de Minúcias**. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, Juiz de Fora-MG, 2008.

COSTA, S. M. F. **Classificação e Verificação de Impressões Digitais**. 2001. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Elétrica, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CUNHA, E. Devolvendo a identidade: a antropologia forense no Brasil. **Ciência e Cultura**, [S.L.], v. 71, n. 2, p. 30-34, abr. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000200011>.

DOLINSKY, L. C.; CAMPELO, L. M. DNA Forense: artigo de revisão. **Saúde e Ambiente em Revista**, Duque de Caxias, v. 2, n. 2, p. 11-22, jul. 2007.

FARIA, D. R. **Reconhecimento de Impressões Digitais com Baixo Custo Computacional para um Sistema de Controle de Acesso**. 2005. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Informática, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2005.

FIÚZA, R. (Coord). **Novo Código Civil comentado**. 1. ed., 8. tir. São Paulo: Saraiva, 2003.

KANASHIRO, M. M. **Biometria no Brasil: novos rumos para identidade e identificação**. 2011. 126 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KANG, M.; SANTOS, M. W.; DONEDA, D. Políticas de Identidade na Era Digital e o Registro Civil Nacional. **Em Debate**, Belo Horizonte, MG, v. 8, n. 6, p. 41-64, ago. 2016.

LIECHOSCKI, I. P. **A Adoção do Documento Único de Identificação Civil e Perspectivas de Impactos para o Sistema de Inteligência de Segurança Pública**. 2018. 61 f. Monografia (Especialização) - Curso de Inteligência de Segurança, Universidade do Sul de Santa Catarina, Porto Alegre, 2018.

PEREIRA, C. M. S. **Instituições de Direito Civil**. 19. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2001. v. 1.

SAMATELO, J. L. A. **Um sistema de classificação de digitais**. 2007. 113 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2007.

SANTOS, C. G. C. **Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais Peer-To-Peer (P2P)**. 2016. 66 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Elétrica, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2016.

SILVA, U. S. Arquivo Criminal e o Sistema de Classificação Vucetich Representação e Identificação por Impressão Digital. **Revista Analisando em Ciência da Informação: Racin**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 35-52, dez. 2018.

UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL: UM ESTUDO SOBRE O USO DE COLETES BALÍSTICOS NA VISÃO DE PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA

USE OF PERSONAL PROTECTIVE EQUIPMENT: A STUDY ABOUT USING BALLISTIC VESTS FROM THE VIEW OF PUBLIC SECURITY PROFESSIONALS

Neusa Rejane C. Haltenburg
Flávio Alves Carlos
Cristiano José Carlos A. Cunha

RESUMO

O objetivo, deste trabalho, é verificar a percepção no uso do colete balístico por policiais em instituição de segurança pública, a partir do seguinte questionamento: o que leva um policial a não o utilizar, expondo sua vida ao risco e ao perigo? Por meio da metodologia qualitativa, indicada para fenômenos sociais, foi aplicada entrevistas e, após, a análise de dados obtidos, o resultado foi que o desconforto, observado por alguns policiais, fez com que esses optassem por não utilizá-lo, mesmo conscientes, da proteção, da segurança e das chances de minimizar danos que os coletes balísticos oferecem. Foram identificados policiais que utilizam, independente do desconforto, por disciplina pessoal. Há unanimidade na importância de realizar treinamento com colete, bem como a percepção de desconforto durante o uso. A regra básica de uso obtida, foi de utilizar coletes nas operações policiais.

Palavras-chave: colete balístico; limitação de uso; segurança pública.

ABSTRACT

The objective of this work is to verify how is the perception about using ballistic vests by police officers in a public security institution, questioning what suggest a police officer not to use it, exposing themselves to the risk and to the danger situation? Through the qualitative methodology, appropriated for social phenomena, interviews were applied and after analyzing the data obtained, the result was that the discomfort observed by some police officers makes them choose not to use, despite of protection, safety and the chances of minimizing damage that ballistic vests offer. Some Police officers use it, regardless of felling uncomfortable, by their personal discipline. There is unanimity on the importance of training with a vest, as well as the perception of discomfort using it. The basic rule of wearing obtained were to use ballistic vests in police operations.

Keywords: ballistic vest; limitation of use; public security.

1 INTRODUÇÃO

A atividade policial desempenha papel de muita importância na sociedade, pois existe para garantir os direitos dos cidadãos e da sociedade, de forma geral. O exercício da profissão exige disciplina e a utilização de equipamentos de

segurança pode representar a diferença entre viver ou morrer. Para entender as motivações e os fatores que interferem na decisão de utilizar o colete de proteção balística, foi vislumbrado no presente estudo.

O tema de pesquisa está relacionado às experiências vividas por policiais ao se depararem com a possibilidade de utilizar equipamento de proteção individual em atividade, buscando o porquê de determinado comportamento. Para compreender as experiências, pretende-se obter histórias sob diferentes óticas, com a perspectiva de “juntar as experiências de outras pessoas, porque elas nos permitem tornar mais experientes” (VAN MANEN, 199, p. 62).

Por meio da coleta de experiências individuais, é possível evidenciar a regra individual de uso do Equipamentos e Proteção Individual (EPI), seus motivos de uso e não uso, sua percepção e disciplina a respeito do colete. A proteção é a proposta de um colete, reduzindo a vulnerabilidade do policial.

A questão problema desta pesquisa é: Sendo o colete um Equipamento de Proteção Individual o que leva um policial a não o utilizar, expondo sua vida ao risco e ao perigo?

A seguir, suplementarmente, foram formuladas as hipóteses:

- a) Seria o desconforto causado pela utilização?
- b) Seria negligenciar o risco e o perigo?

O problema da pesquisa exige uma metodologia que aborde o universo subjetivo de experiências vividas por policiais (com mais de 10 anos de profissão) na decisão de utilizar o colete. O conteúdo de experiências na decisão de utilização e acreditar na sobrevivência é subjetivo e individual. O conteúdo precisa emergir, para ser estudado e elaborado cientificamente. Neste sentido, foi necessário superar conclusões preconcebidas para buscar compreender de forma simples a realidade como é posta e experimentada por um ator social, no caso – o policial.

Na área de gestão de compras policiais, este estudo poderá contribuir com apontamentos e subsídios para características desejáveis ou indesejáveis dos coletes, na sensação do policial no uso desses equipamentos contemporâneos, assim como há contribuições na área de formação do policial e diretrizes estratégicas para projetos que contemplem o cenário de segurança do policial.

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho foi estruturado em três etapas. A primeira é o referencial teórico, quando se realiza o levantamento bibliográfico vislumbrando apresentar questões conceituais de risco e de perigo, bem como, descrever as características e os requisitos a respeito do colete.

A segunda etapa é a apresentação dos aspectos metodológicos, com destaque para as estratégias de coleta de dados e análise de conteúdo, de forma estruturada. A terceira etapa será de apresentação dos resultados obtidos e algumas considerações estabelecidas a partir do estudo sobre o objeto em análise. O debate não se encerra, e pode ser aprimorado em estudos futuros, especialmente quanto às diretrizes para estímulo do uso serem implementadas.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo Luhmann (2008) ao tratar de riscos, sempre haverá uma oposição: alternativamente entre risco e segurança ou entre risco e perigo. Risco significa a atribuição de perdas e danos a determinada decisão individual. Em oposição o conceito de segurança expressa ações individuais livres de consequências negativas. Perigo designa o contrário de risco, pois perdas e danos podem acontecer independente de decisão individual.

O conceito de prevenção está relacionado com o de risco, segurança e perigo, visto que a prevenção é a tentativa de se evitar perdas advindas de risco ou do perigo, privilegiando decisões seguras: “preparar-se para perdas futuras procurando reduzir tanto a probabilidade de ocorrência de perdas como sua extensão” (LUHMANN, 2008, p. 29).

A correlação da atividade policial com o perigo (ocorrências negativas fora do alcance das decisões de policiais) e o dano físico ao policial (inclusive a morte), eventualmente pode ser atribuída ao descuido do policial para sua autoproteção, privilegiando o conceito de risco em detrimento do perigo. A vida do policial corre risco e perigo, logo é preciso segurança e prevenção (SUASSUNA, 2011).

Na Norma Regulamentadora seis do Ministério do Trabalho e Emprego – Equipamento de Proteção Individual (NR 6), é descrito EPI como todo equipamento destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho. Sendo obrigatório o fornecimento gratuito pelos empregadores aos

empregados. A partir de 2006, o colete balístico foi incluído como EPI para todos vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, visando a proteção do tronco contra riscos de origem mecânica.

O mesmo normativo que regulamentou a utilização do colete balístico da segurança privada amparou, por analogia, a obrigatoriedade ao dirigente da instituição policial de comprar e fornecer aos policiais da segurança pública, que portem arma de fogo, o colete balístico com proteção equivalente ao calibre do armamento utilizado.

Com vistas a obtenção, e também, a basilar o conhecimento científico já produzido, no Brasil e em outros países, foi realizada busca para conhecer e agrupar os trabalhos desenvolvidos como ferramenta de avaliação da adequação do colete ao policial. Os aspectos com relação à fadiga pelo uso do colete, tamanho, conforto e mobilidade foram abordados nos estudos selecionados.

Pessoa (2017) conclui, na pesquisa com 26 policiais militares, que há necessidade de análise ergonômica e estudo antropométrico para definição do colete, de modo a evitar inadequações posturais e ampliar conforto sem reduzir proteção.

Santos (2017) realizou estudo para avaliar o conforto de 29 policiais em relação do uso do colete e concluiu que os policiais se mostraram insatisfeitos, queixando-se de fadiga e de dor.

Outros estudos também abordaram os prejuízos causados pela falta de ergonomia do colete à saúde. Santos (2016), concluiu, em seu estudo, a necessidade de levantamento de dados da tropa e de adequação de medidas dos coletes, após a análise eletromiográfica de 44 indivíduos, com questionário e avaliação.

Larsen (2011) fez uma revisão de literatura investigando o uso do colete e o estresse térmico e argumentou que embora o colete seja projetado para aumentar a segurança, essas vestimentas muitas vezes têm impacto negativo na capacidade de tolerar o calor. Os estudos mostraram aumento de 0,5° C na temperatura corporal com uso do colete, porém sem levar em conta atividades físicas e outras variáveis.

No exterior, verificou-se o estudo de Close (2010), que investigou a configuração do colete balístico sob a ótica da usabilidade em tarefas orientadas, para oito homens utilizando coletes discretos (sob a roupa) e de uso tático (externo) resultou em diferentes interferências em cada uma das configurações, especialmente restrição nos movimentos dos braços, dos ombros e do pescoço. Avaliações de peso,

ventilação e desconforto foram realizadas para cada modelo. A restrição nos movimentos foi considerada um moderado impacto na performance que podem resultar em ferimentos ou morte.

Outro diferente estudo observado a respeito dos tamanhos e ergonomia foi no estudo de Manfredini (2008). Neste trabalho as medidas da extensão do tronco dos 49 militares que participaram de um levantamento efetuado entre os cabos da Escola de Especialistas da Aeronáutica não correspondem, em média, ao padrão de tamanhos estabelecido pelo Exército Brasileiro aos fabricantes de coletes balísticos no Brasil. O resultado deste estudo foi corroborado pelo relato de desconforto quanto ao tamanho obtido na pesquisa de satisfação com o colete de 42% dos militares entrevistados.

Segundo Vasconcelos (2009), em relação ao design o colete deve ser repensado, as medidas redimensionadas. Embora não haja dúvidas em relação a sua eficácia, ele é alvo de frequentes reclamações em relação ao desconforto, excesso de peso, calor, e outros argumentos em contraponto à proteção que ele oferece. Assim como Santos (2017), sugere levantamento de dados do efetivo e uma abordagem ergonômica com participação do usuário.

Verifica-se a preocupação com conforto térmico, em um país de clima predominantemente tropical, a norma expedida pelo Exército Brasileiro, Especificação Técnica 88/2017, de 20 de junho de 2017, já estabelecendo requisitos mínimos para coletes de proteção balística nível IIIA, tal como tecido 3D, feito em malharia circular (item 5.2 na norma), com taxa mínima de permeabilidade ao vapor de umidade e controle da temperatura dentro do equipamento, além de tratamento antimicrobiano no tecido.

Conforme La Tourette (2010) e Tillery (2015), o uso de coletes à prova de balas triplica a chance de sobrevivência de um policial a um tiro no tronco; ademais, no mesmo estudo, registros obtidos do Federal Bureau of Investigation (FBI) de 1987 a 2012, dos policiais mortos assassinados ou em assaltos, verificou-se apenas uma morte fatal foi com uso do colete balístico, no caso o tiro penetrou pela borda do colete, local em que não há expectativa de proteção.

O estudo de Fullerton (2007) sobre a obrigatoriedade ou não do uso do colete em *Red Oak Police Department* (Texas), indica que não há resposta certa ou errada

sobre se deve ordenar o uso do colete (mandatório). O importante a perceber é que não importa qual seja a decisão, deve haver uma política bem escrita que faça diretrizes sólidas para os policiais seguirem com base nos fatos e informações da época.

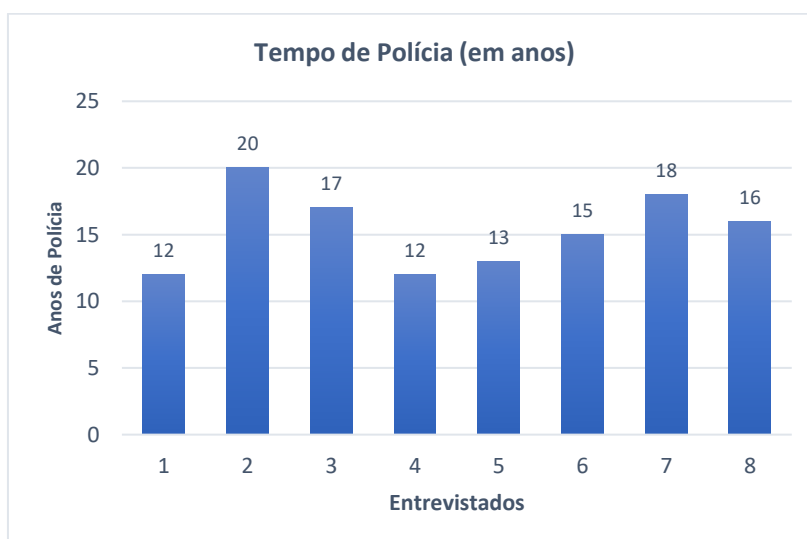
2.1 Metodologia

A análise dos dados será por meio da pesquisa qualitativa, buscando avaliar o fenômeno no grupo de policiais, na tentativa de constituir processos sociais a respeito do tema “relação com EPI” por meio da análise das entrevistas.

As pesquisas qualitativas são voltadas a significados, motivações, valores e crenças. Estes pontos não são podem ser abordados apenas de forma qualitativa, pois respondem à questões particulares (MINAYO, 1996).

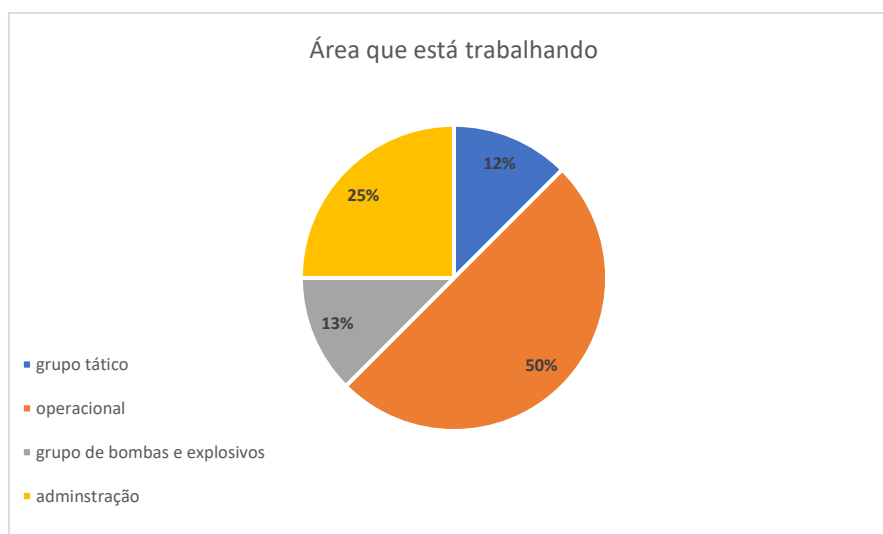
O requisito para amostra contemplou sujeitos que tivessem mais de 10 (dez) anos de experiência na atividade policial para aplicação da entrevista. Os entrevistados eram policiais federais de diversos cargos, de escolha não intencional, evitando a percepção por cargo, gênero ou chefia, e, por conveniência, lotados em Brasília (ou que já tenham sido), pela facilidade em realizar as entrevistas.

Figura 1 – Perfil dos entrevistados.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 2 – Perfil dos entrevistados.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Optou-se por fazer a entrevista em instituição de segurança pública que trabalha em razão da expectativa de receptividade para entrevista, visto que as informações serão destinadas a alguém da mesma profissão e que a obtenção de dados é melhor correspondida, se o pesquisador não for alheio ao ambiente policial. De acordo com Vickers (2002), o pesquisador ser de dentro da instituição pode ter empatia e estabelecer confiança com outros membros, obter insights sobre processos, fenômenos e indivíduos, aos quais outras pessoas podem não ter acesso.

Aplicou-se o roteiro de entrevista estruturada a 8 (oito) policiais. O roteiro de entrevista abordava conceitos de perigo, risco e segurança, relação com colete, percepção de conforto, motivação de uso, ausência de outro EPI, treinamento com colete e sensação de segurança usando o colete.

Quanto às limitações da pesquisa, Boni e Quaresma (2005) afirmam que o interesse pelo tema que um cientista se propõe a pesquisar, muitas vezes, parte da curiosidade do próprio pesquisador ou então de uma interrogação sobre um problema ou fenômeno. No entanto, a partir da escolha do objeto de pesquisa isso retira a neutralidade do pesquisador perante a sua pesquisa, já que na maioria das vezes, a escolha do objeto revela as preocupações científicas do pesquisador que seleciona os fatos a serem coletados, bem como o modo de recolhê-los.

A entrevista semi estruturada combina perguntas abertas e fechadas é adequada quando o pesquisador almeja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, na percepção do entrevistado, e, também, para obter um maior detalhamento e cobertura mais profunda de determinado assunto, compreensão de especificidades culturais e para fins de comparabilidade (BONI; QUARESMA, 2005).

De acordo com estudos de Sandes (2013, p. 41), os policiais operacionais são aqueles admirados, focados no trabalho, proativos e éticos. O policial operacional é o policial padrão, segundo o autor. Com base nessas características, buscou-se uma amostra teórica para este perfil profissional - policiais do tipo operacionais, e com amostra não intencional para cargo, gênero ou posição de chefia.

Todas as entrevistas foram transcritas ao final, já que a transcrição é parte da metodologia do trabalho de pesquisa, e não se trata apenas de ato mecânico, é necessário evidenciar sentimentos. A transcrição deve ser fiel ao que o informante disse (BOURDIE, 1999).

A análise dos dados obtidos foi feita de acordo com Taylor e Bogdan (2015), apresentando de forma descritiva a história de vida (com o colete) dos entrevistados, com detalhes do contexto e significado para os envolvidos no ambiente policial.

Foi realizada a codificação e análise simultânea dos dados, com amparo na literatura específica reunida na Revisão da Literatura, para este fim.

Coletaram-se os temas emergentes nas entrevistas, com intuito de relacioná-lo visando uma contribuição para o esclarecimento do fenômeno social estudado, por meio de uma indução analítica.

2.2 Resultados

A definição do fenômeno, foi, inicialmente: sendo o colete um Equipamento de Proteção Individual o que leva um policial a não o utilizar, expondo sua vida ao risco e ao perigo?

Hipóteses:

- a) Seria o desconforto causado pela utilização?
- b) Seria negligenciar o risco e o perigo?

Foi preciso captar a vivência de cada um, dada a abordagem descritiva de cada entrevistado, compreendendo os motivos para ocorrência do fenômeno “o que leva o policial a não utilizar o colete”, e assim responder às hipóteses supracitadas.

Em resposta: o desconforto causado interfere sim na utilização, fato ratificado pela percepção do colete na opinião dos entrevistados. Também não se trata de negligenciar o risco e o perigo visto que foi registrado que é realizada análise de risco e perigo, levantamento de local, previamente às operações.

Sem afastar o atendimento das questões acima, as entrevistas foram conduzidas para que cada respondente apresentasse a motivação para utilização ou não utilização. Foi possível obter uma regra de uso do colete, para cada entrevistado, coletar temas emergentes durante a entrevista e ferramentas que auxiliassem o estímulo ao uso.

Resgatando a relação dos estudos já apontados, vê-se, então, que as seguintes características como barreiras ou dificuldades enfrentadas para o uso do colete também foram observadas pelos entrevistados:

- Peso do colete (SANTOS, 2016; LARSEN, 2018);
- Tamanho inadequado (VASCONCELOS, 2009; SANTOS, 2016; PESSOA, 2017);
- Rigidez (CLOSE, 2010);
- Desconforto térmico (VASCONCELOS, 2009; LARSEN, 2011).

A preferência dos policiais por usar o colete em operação policial foi unânime, assim como a não utilização nos treinamentos de tiro. Todavia manifestaram o reconhecimento da importância de utilizar o colete nos treinamentos, inclusive com indicação de ser proposto alguma aula de defesa pessoal com colete, argumentou um dos entrevistados.

A percepção do colete pelo policial não negligencia risco e perigo, de acordo com as respostas às entrevistas. Pelo contrário, relatam praticamente em unanimidade, análise prévia de risco (levantamento do local) para cumprimento da atividade ou não retiram o colete nem durante o período de deslocamento para missão.

O estabelecimento de normativo, ou regra, para uso sistemático do colete foi apontado como de importância, inferindo-se a uma ferramenta para incentivo ao uso,

desde que aliado a estratégias organizacionais de conscientização (absorvida e assumida pelos altos escalões), programas e instrução continuada, desde a formação do policial.

Quando questionados a respeito das razões que circundam a decisão de utilizar o colete, os entrevistados responderam em maioria para aumentar as chances de viver/sobreviver, proteção.

Após angariar conhecimento advindo das experiências coletadas, foi percebido das entrevistas que alguns (37,5%) denegam a possibilidade de não utilizar, pela disciplina pessoal, enquanto que os demais (62,5%) enfatizam que realizam avaliam individualmente se há baixo risco e não usa para evitar a permanência em desconforto, até mesmo pelo desgaste físico de carregar o peso do colete por longo tempo de uso.

Observou-se nas declarações dos entrevistados – todos – informaram não utilizar com frequência o equipamento de proteção individual nos treinamentos de tiro. Todavia manifestaram o reconhecimento da importância de utilizar o colete nos treinamentos, inclusive levantou-se a ideia de ser proposto alguma aula de defesa pessoal com colete, argumentou um entrevistado.

Quanto ao uso padrão foi perceptível em toda amostra entrevistada a vinculação de arma + uniforme + operação = uso do colete. Alguns também incluíram a viatura ostensiva juntamente com a arma, uniforme, operação como padrão. Todavia, todos reconhecem a quantidade de atividades não ostensivas que são realizadas e ficou evidente a exposição ao risco e ao perigo quando descaracterizado, em trabalho velado.

Fullerton (2007), também apresenta que todas as condutas devem estar prescritas, em manual da instituição, direcionando as ações dos policiais em procedimentos reconhecidamente efetivos e aprovados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importa registrar que estudos utilizando métodos qualitativos são os mais adequados para desenvolver percepções e entendimentos que se aplicam a um determinado grupo de pessoas, em um determinado momento, e não são adequados

para chegar a generalizações sobre uma população mais ampla (TAYLOR; BOGDAN, 2015, p. 209).

Foi encontrado, no presente estudo, que a percepção dos policiais entrevistados quanto ao colete balístico é de desconforto, abrangendo fatores como peso, tamanho, calor e rigidez, que por sua vez afeta a mobilidade. Quanto à motivação para uso, foi destaque o entendimento de que o colete minimiza danos, aumentando as chances de sobrevivência. A importância do uso do colete em treinamentos também foi destaque.

Logo, para promover ferramentas para estímulo do uso do colete, esta prioridade deve constar do planejamento estratégico da instituição, com projetos aprovados e promovidos pelos líderes, visando implementar medidas que alterem a cultura organizacional, os hábitos e costumes, com cenários de curto, médio e longo prazo, envolvendo requisitos mínimos de especificação do colete, formação do efetivo, a conscientização do uso, o treinamento continuado e a maturidade institucional para o efetivo uso do colete.

4 REFERÊNCIAS

BONFIM, L. A. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.19, n. 3, p. 777-796, 2009.

BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. vol. 2, nº 1, p. 68-80, 2005.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BUNGE, M. **Teoria y realidade**. Barcelona: Ariel, 1972.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Especificação Técnica 88/2017**, de 20 de junho de 2017, expedida pela Diretoria de Abastecimento, que estabelece requisitos técnicos e demais condições para aquisição de colete de proteção balística nível III Exército Brasileiro. Brasília. Disponível em: <http://www.dabst.eb.mil.br/index.php/classes/category/4-equipamentos?download=399:16-colete-de-protecao-balistica-nivel-III>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CLOSE, D. et al. **Assessment of body armor design impacts on user perceptions.** Proceedings of the Human Factors and Ergonomics Society Annual Meeting. Vol. 53, Issue 14, Sage Publications, p. 912-916, 2009/2010.

COULDRICK C., IREMONGER M J. **Body Armour Ergonomic and Human Factors Considerations**, Conf. Proc. Personal Armour Systems Symposium (PASS) Colchester, UK. P. 90, 2000.

FULLERTON, D. **Body armor: Choice or mandatory.** Huntsville: The Bill Blackwood Law Enforcement Management Institute of Texas, 2007.

LARSEN, B. et al. **The effect of body armor on performance, thermal stress, and exertion: a critical review.** Mil Med. Nov, 176, p.1265-73, 2011.

LA TOURETTE, T. The Life-Saving Effectiveness of Body Armor for Police Officers. **Journal of Occupational and Environmental Hygiene**, 7:10, p. 557-562, 2010.

LUHMANN, N. **Risk: a sociological theory.** New Brunswick e Londres: Aldine Transaction, 2008.

MANFREDINI, M. I. **A Antropometria no Projeto de Coletes Balísticos.** Paraíba, 2008. Disponível em:
http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/RE_0359_0575_01.pdf. Acesso em: 22 set. 2018.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

PESSOA, D. Incidência de distúrbios musculoesqueléticos em policiais militares pelo impacto do uso de colete balístico. **Revista UniVap**, v. 22, p. 269, 2017.

SANTOS, M. **Análise eletromiográfica da sobrecarga postural causada pelo colete balístico em profissionais de segurança pública.** 85 fls. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Biomédica, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba-PR, p. 54-58, 2016.

SANTOS, M. et al. **Análise sobre a percepção de policiais militares sobre o conforto do colete balístico.** São Paulo, v. 24, n. 2, p. 157-162, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-29502017000200157&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 mar. 2018.

SUASSUNA, R. F. **O habitus dos policiais militares do Distrito Federal.** Dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade de Brasília. Sociedade e Estado, V.23, nº 3, 2011. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5445>. Acesso em: 14 nov. 2020.

TAYLOR, S. T.; BOGDAN, R.; DEVAULT, M. **Introduction to Qualitative Research Methods: A Guidebook and Resource**, 4th Edition, Ed. Wiley, New Jersey, 2015.

TILLERY, C. Body Armor Designed to Safeguard Officers' Lives. **The Police Chief Magazine**. Edição Maio, p. 14-16, 2015. Disponível em <https://www.policechiefmagazine.org/officer-safety-corner-body-armor-designed-to-safeguard-officers-lives/>. Acesso em: 14 nov. 2020.

VAN MANEN, M. **Researching lived experience**. New York: State University of New York Press, 1990.

VASCONCELOS, I. C.; PORTO, L. G. C. Análise ergonômica do colete à prova de balas para atividades policiais. In: **Design e ergonomia: aspectos tecnológicos**. PASCHOARELLI, L. C.; MENEZES, M. S. (org.). São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 236-238, 2009.

VICKERS, M. H. Researchers as Storytellers: Writing on the Edge-And Without a Safety Net. **Qualitative Inquiry**, vol. 8, p. 608–621, 2002.

WATSON, C. H. **Ergonomics**. Design and Reliability of Body Armour. PhD Thesis Cranfield University, p. 87-110. 2011.

IMPLEMENTAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE ANÁLISES FORENSES EM OBRAS DE ARTE ENVOLVIDAS EM CRIMES DE ESTELIONATO, VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS E LAVAGEM DE DINHEIRO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

IMPLEMENTATION OF A FORENSIC ANALYSIS METHODOLOGY IN WORKS OF ART INVOLVED IN CRIMES OF FRAUD, COPYRIGHT INFRINGEMENT AND MONEY LAUNDERING IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

Nilton Thaumaturgo Rocha Júnior

Cláudia R. F. Souza

Renato P. Freitas

André R. Pimenta

Válter S. Felix

Tito J. N. Abreu Fialho

RESUMO

O Serviço de Perícias de Merceologia e Jogos (SPMJ) do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE), da Secretaria de Polícia Civil (SEPOL) do Rio de Janeiro, realiza exames de avaliação e contrafação em bens de consumo de luxo, como obras de arte, envolvidos em crimes de lavagem de dinheiro, estelionato, corrupção e violação de direitos autorais. Devido à ausência de infraestrutura laboratorial no SPMJ, formalizou-se um Acordo de Cooperação Técnico-Científica com o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), possibilitando a implementação de metodologia mais abrangente na análise forense de obras de arte. Essa metodologia baseia-se em estudos grafotécnicos, físico-químicos (fluorescência de raios-x, espectroscopia de infravermelho e microscopia ótica) e merceológicos. Os primeiros resultados foram obtidos a partir do confronto de dois quadros autênticos do autor Ivan Serpa (padrões), com três quadros supostamente atribuídos ao artista, apreendidos em operação policial. Todos os resultados foram conclusivos em constatar que os quadros apreendidos eram objetos contrafeitos, demonstrando a eficiência da metodologia em solucionar questionamentos da Justiça. Portanto, a cooperação entre ICCE e IFRJ possibilita a resolução de parte da demanda do SPMJ. Os resultados obtidos a partir das análises de obras autênticas, foram utilizados na formação de um banco de dados para futuras comparações.

Palavras-chave: análises forenses; obras de arte; cooperação técnico-científica.

ABSTRACT

The *Serviço de Perícias de Merceologia e Jogos* (SPMJ) of the *Instituto de Criminalística Carlos Éboli* (ICCE), of the *Secretaria de Polícia Civil* (SEPOL) of Rio de Janeiro, conducts evaluations and counterfeiting tests on luxury consumer goods, such as works of art, involved in crimes of money laundering, fraud, corruption and copyright infringement. Due to the lack of laboratory infrastructure at the SPMJ, a Technical-Scientific Cooperation Agreement was formalized with the *Instituto Federal do Rio de Janeiro* (IFRJ), enabling the implementation of a more comprehensive methodology in the forensic analysis of works of art. This methodology is based on graphotechnical, physical-chemical (x-ray fluorescence, infrared spectroscopy and

optical microscopy) and merceological studies. The first results were obtained from the confrontation of two authentic paintings by the author Ivan Serpa (patterns), with three paintings supposedly attributed to the artist, seized in a police operation. All results were conclusive in verifying that the seized frames were counterfeit objects, demonstrating the efficiency of the methodology in solving questions of Justice. Therefore, the cooperation between ICCE and IFRJ makes it possible to resolve part of the SPMJ's demand. The results obtained from the analysis of authentic works were used in the formation of a database for future comparisons.

Keywords: forensic analysis; works of art; technical-scientific cooperation.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço de Perícias de Merceologia e Jogos (SPMJ) do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE), da Secretaria de Polícia Civil (SEPOL), do Rio de Janeiro, realiza exames de avaliação e contrafação em bens de consumo de luxo, como obras de arte, envolvidos em crimes de lavagem de dinheiro, estelionato, corrupção e violação de direitos autorais (RIO DE JANEIRO, 2019a).

Apesar dessas competências, o SPMJ jamais contou com uma estrutura laboratorial para análise, identificação, autenticação e avaliação dos bens mencionados. Sendo assim, os exames em obras de arte eram considerados prejudicados, devolvendo-se os materiais sem que fossem respondidos os quesitos elaborados pelas autoridades policiais ou pelos agentes do judiciário.

Em dezembro de 2019, foi aprovado o Planejamento Estratégico Institucional da SEPOL, denominado “Programa Virando o Jogo na SEPOL”, que orienta os projetos e identifica oportunidades de inovação da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2019b). Este Planejamento possui como um dos seus Objetivos Estratégicos (OE2): “Incrementar os mecanismos de combate à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro” (RIO DE JANEIRO, 2019b, p. 2).

Baseando-se no suporte conferido pelo Planejamento Estratégico, o SPMJ buscou parcerias institucionais que auxiliassem na resolução de suas demandas. Nesse âmbito, no primeiro semestre de 2021, formalizou-se um Acordo de Cooperação Técnico-Científica com o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Esta parceria se iniciou como fruto de um projeto conjunto, aprovado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ (RIO DE JANEIRO, 2021).

Este projeto possibilitou a implementação de uma metodologia mais abrangente na análise forense de obras de arte, permitindo a elaboração de laudos periciais cientificamente verificáveis e com resultados de maior confiabilidade. Sendo assim, as obras de arte recebidas atualmente pelo SPMJ passam a seguir um protocolo de análises que envolve o exame grafotécnico das assinaturas dos artistas, as análises laboratoriais físico-químicas e os estudos merceológicos.

O estudo grafotécnico, parte da Documentoscopia Forense, é a área da Criminalística responsável pela análise da escrita, objetivando verificar sua autenticidade ou não e determinar a autoria quando desconhecida (MENDES, 2010), mediante a metodologia de comparação entre as assinaturas questionada e padrão, utilizando-se instrumental óptico apropriado. A análise grafotécnica baseia-se na detecção de elementos denominados discriminadores da individualidade gráfica, como inclinação axial, forma, calibre, ataques e remates dos caracteres, relações de proporcionalidade, associados ao parâmetro relacionado à dinâmica e à qualidade das construções dos símbolos, denominado de gênese gráfica.

Os estudos físico-químicos foram realizados em cooperação com o IFRJ. A análise de fluorescência de raios-x (XRF) foi realizada empregando um sistema portátil de XRF, modelo TRACER da companhia Bruker, que possui um tubo de raios X com ânodo de Rh (ródio), que pode operar com tensão e corrente máxima de 40 kV e 200 μ A. Sendo as medidas realizadas com o tubo operando com tensão de 40 kV e corrente 10 μ A, com tempo de coleta de dados de 30 s. As análises de espectroscopia de infravermelho (FTIR) foram realizadas com um sistema portátil, modelo Alpha da Bruker, utilizando um acesso de reflectância externa, que permite realizar medidas na região do infravermelho médio (600-4000 cm^{-1}). Os dados foram coletados com a resolução espectral de 2 cm^{-1} e 2 minutos de varrimento. Já as imagens por microscopia ótica (MO), foram realizadas no estereoscópio da Olympus modelo SZX16 Zoom, que possibilita uma ampliação máxima de até 115 $\times$. Foram coletadas imagens em diferentes condições, com intuito de obter informações sobre o estilo de traçado empregado no quadro.

Os dados de XRF e FTIR, das telas suspeitas e autênticas, foram comparados estatisticamente, utilizando o método estatístico multivariado por Análise de Componentes Principais (PCA). Este método permite verificar semelhanças e

diferenças entre dados de técnicas físico-químicas (DE FREITAS, 2009; FELIX et al., 2020), sendo produzido um resultado na forma de um gráfico, que vai apresentar os dados semelhantes juntos, e separados os dados diferentes. O PCA foi realizado, empregados os dados espectrais brutos, das técnicas de XRF e FTIR, que foram aplicados no programa de análise estatística The Unscrambler.

Por fim, os estudos merceológicos, para a avaliação monetária de obras de arte, seguem metodologia baseada na ABNT NBR 14.653-7 (2009) - Avaliação de Bens - Parte 7: Bens de Patrimônios Históricos e Artísticos, de 26 de março de 2009.

A presente exposição visa apresentar os primeiros resultados de análises forenses em obras de arte, seguindo os procedimentos da nova metodologia implementada, obtidos pelo SPMJ e viabilizados pela colaboração institucional mencionada, apontando ainda, perspectivas de continuidade dos trabalhos.

2 DESENVOLVIMENTO

Utilizar obras de arte, joias, gemas, metais preciosos e antiguidades é uma das formas mais acessíveis e antigas para cometer o crime de lavagem de dinheiro. Além disso, estes bens de consumo de luxo podem ser utilizados em diversas modalidades de crimes de estelionato, evasão de divisas, corrupção e violação de direitos autorais (SANCTIS, 2015).

Ao analisar o mercado da arte, percebe-se que há uma série de fatores que o torna bastante atrativo para aqueles que desejam utilizá-lo para fins ilícitos (STOFFELS, 2018). Georgina Adam (2014), autora especialista no mercado da arte, elenca os seguintes fatores: a confidencialidade que envolve o mercado; os elevados valores das transações; a falta de experiência das autoridades em relação ao funcionamento do mercado e; a portabilidade, a facilidade que envolve o transporte e movimentação das obras.

É muito comum um dado artista ao longo de sua carreira selecionar um conjunto de materiais, que serão utilizados, durante certo período artístico. Além disso, é comum no processo criativo da obra, o artista realizar específicas misturas de pigmentos, para atingir certas tonalidades de cores. Esse conjunto de materiais e métodos de preparação dos pigmentos, empregados pelo artista, acabam se tornando padrões, repetidos em diferentes obras, que levam em consideração a escola de

formação do pintor e desenvolvimento de sua técnica e estilo, transformando sua paleta em uma impressão digital, que dificilmente pode ser reproduzida com exatidão. Logo, a caracterização da matriz química inorgânica e orgânica presente em uma obra de arte, pode ser empregada como uma metodologia de exame forense. Sendo necessário, comparar os resultados da matriz química da tela suspeita com uma autêntica do mesmo autor e de período próximo.

Diferentes técnicas físico-químicas podem ser utilizadas para caracterizar a matriz química de uma obra de arte. Entretanto, este é um tipo de artefato, que normalmente são espécimes únicas, que além de agregar valor histórico-cultural muitas das vezes possuem grande valor monetário. Logo, deve ser dada prioridade para empregar técnicas não invasivas e que permitam realizar análises *in situ*, pois a movimentação de obras de arte é por vezes um processo complexo, que pode gerar danos a sua materialidade, por isso é preferível, que os instrumentos de análise possam ser deslocados para realizar as análises onde os artefatos se encontram (DE FREITAS, 2014; FELIX et al., 2018; PEREIRA et al., 2021). As técnicas de XRF, FTIR e MO, respeitam esses requisitos e por isso estão sendo aplicadas na metodologia proposta neste trabalho.

2.1 Resultados

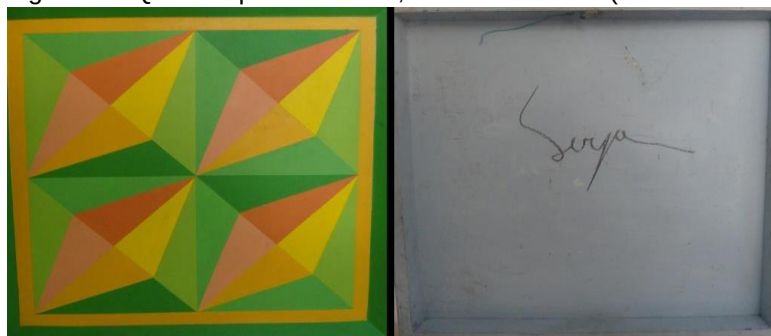
Conforme descrito no registro de ocorrência n.º 010-01185/2021 da 10ª DP/RJ e na requisição de exame pericial n.º 014715-1010/2021, foram apreendidos sete quadros suspeitos, sendo comercializados como obras dos seguintes artistas: a) Ivan Serpa (quatro); b) Ismael Nery (dois); c) Iberê Camargo (um). Os primeiros exames periciais foram realizados em três quadros questionados atribuídos ao artista Ivan Serpa, representados pelas Figuras 1, 2 e 3.

Figura 1 – Quadro questionado 1, anverso e verso (23cm x 35cm).



Fonte: ICCE/SPMJ (2021).

Figura 2 – Quadro questionado 2, anverso e verso (51cm x 51cm).



Fonte: ICCE/SPMJ (2021).

Figura 3 – Quadro questionado 3, anverso e verso (85cm x 85cm).



Fonte: ICCE/SPMJ (2021).

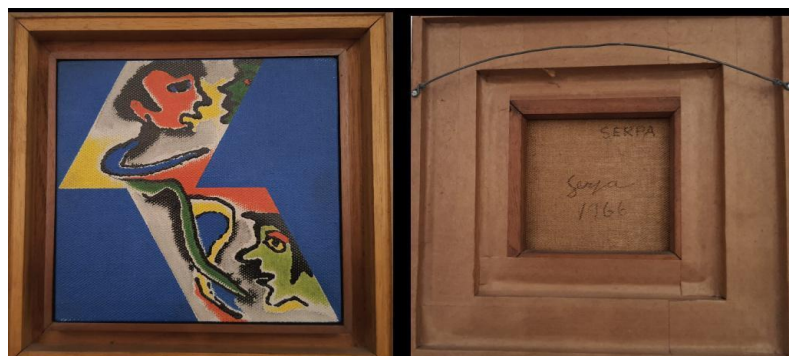
2.1.1 Estudos grafotécnicos

Na análise grafotécnica em obras de arte considera-se, em maior ou menor grau, os mesmos critérios utilizados na avaliação de um grafismo exarado no suporte convencional (papel) com uso de caneta esferográfica, por exemplo. De acordo com Samuel Feuerharmel (2017), a metodologia proposta envolve as etapas de análise, comparação e avaliação. O perito busca observar os elementos discriminadores do punho escritor, tanto nos padrões gráficos quanto nos grafismos questionados, quais sejam: ataques e remates, relação de proporcionalidade, inclinação axial, calibre, gênese gráfica e dinamismo. Tais elementos são considerados de grande relevância, principalmente se obedecerem os critérios de constância, raridade e imperceptibilidade.

Neste primeiro ensaio, em que foram analisadas as obras questionadas, atribuídas ao pintor Ivan Serpa, os padrões gráficos foram obtidos no acervo de uma galeria de arte localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, cujo proprietário, amigo pessoal da família do artista, possui catálogos com obras do pintor. As telas

com padrões gráficos são de data contemporânea aos questionados, figuras 4 e 5.

Figura 4 – Quadro padrão 1, anverso e verso (40cm x 40cm).



Fonte: Galeria Ipanema/RJ (2021).

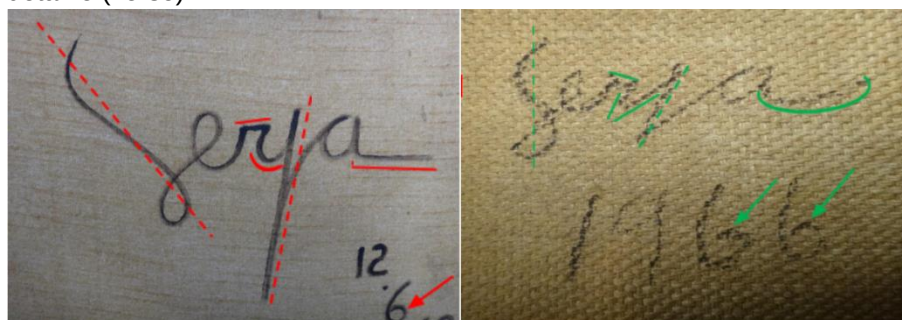
Figura 5 – Quadro padrão 2, anverso e verso (40cm x 40cm).



Fonte: Galeria Ipanema/RJ (2021).

Da análise comparativa dos elementos discriminadores vistos nos padrões em relação aos manuscritos questionados de uma das telas, foram encontradas divergências gráficas entre eles, assinaladas na Figura 6.

Figura 6 – Quadro questionado 3 - detalhe (verso) X Quadro padrão 1 - detalhe (verso).



Fontes: ICCE/SPMJ (2021) e Galeria Ipanema/RJ (2021).

As divergências assinaladas, somadas a outras incompatibilidades de importância grafoscópica, indicam que os grafismos discutidos não emanaram do punho escritor do artista Ivan Serpa.

2.1.2 Estudos físico-químicos

Em cada pintura foram realizadas análises em pontos de diferentes tonalidades, buscando investigar a composição química presente no material empregado como base de preparação, pigmentos e aglutinantes.

Nas telas questionadas (Figuras 1, 2 e 3), as análises por XRF permitiram caracterizar em todos os pontos os elementos K (potássio), Ca (cálcio), Ti (titânio) e Fe (ferro). Os espectros registrados em todos os pontos de cada tela são muito semelhantes, possuindo pequenas diferenças somente nas intensidades com que os elementos foram detectados. Em todos os espectros coletados o Ca e Ti são majoritários, podendo ser associados ao carbonato de cálcio (CaCO_3) e óxido de titânio (TiO_2), que são materiais utilizados como carga de pigmentos.

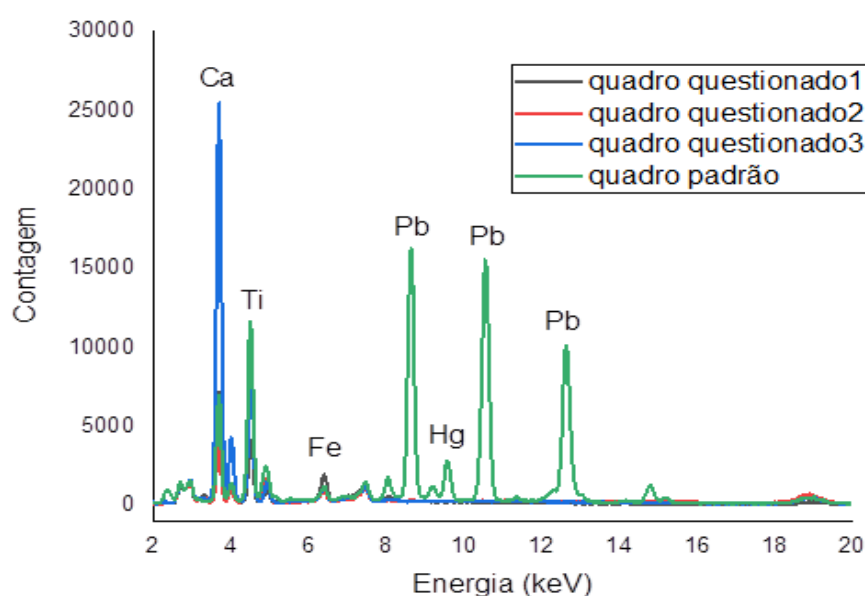
Outro ponto a ser destacado é que os espectros de XRF de diferentes tonalidades das telas, não possuem diferenças, indicando que os pigmentos empregados neste caso para obtenção de cada tonalidade são de natureza orgânica (Figura 7). Nas análises de FTIR, todos os espectros apresentam bandas em torno das posições 2964, 1738, 1605, 1272 cm^{-1} , que podem ser associados ao ligante PVA (acetato de polivinila). As imagens por MO de todas as telas questionadas também possuem grandes semelhanças, sendo visto traçados retos sem marcas de pincel.

Nas análises das telas-padrão (Figuras 4 e 5), foram detectados em todos os espectros de XRF os elementos Ca (cálcio), Ti (titânio) e Zn (zinco). Além disso, foram detectados outros elementos nos espectros de acordo com a tonalidade do ponto investigado. Por exemplo, nas regiões de tonalidade vermelha foi detectado Hg (mercúrio), indicando a presença do pigmento vermelhão (HgS). Nas regiões brancas e amarelas foram detectados respectivamente Pb (chumbo) e Cd (cádmio), que são associados aos pigmentos branco de chumbo ($(\text{PbCO}_3)_2 \cdot \text{Pb}(\text{OH})_2$) e amarelo de cádmio (CdS) (CALZA, 2009; DE FREITAS, 2014).

A partir dos resultados é possível concluir o uso de pigmentos inorgânicos na

criação destas telas (Figura 7). Já os espectros de FTIR de todos os pontos apresentam bandas ao redor das posições 2965, 2881, 1753 e 1466 cm^{-1} , indicando o uso de um ligante acrílico. As imagens por MO indicam traçados em zigue-zague, mostrando marcas de pincéis.

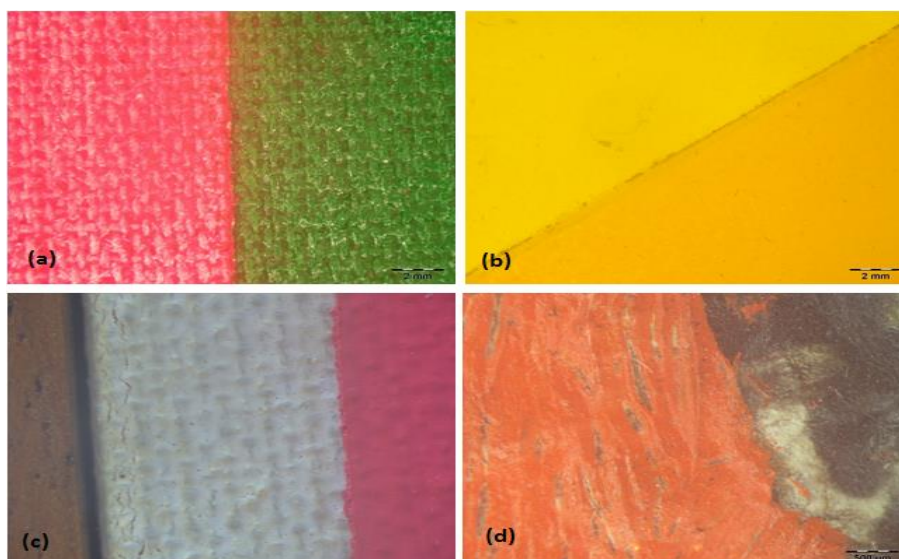
Figura 7 - Espectros de XRF coletados dos quadros questionados e do quadro padrão.



Fonte: IFRJ (2021).

A partir da comparação dos resultados das telas questionáveis com as padrões, é possível verificar que as matrizes químicas possuem grandes diferenças, como a base ligante e os pigmentos, que possuem diferentes naturezas. As imagens por MO ressaltam essas diferenças, pois na tela padrão é possível ver detalhes do processo do traçado do artista, que não é visto nas telas questionadas. Destaca-se também que os resultados das três telas questionáveis são muito semelhantes, indicando que tiveram uma mesma origem de produção, que se distingue das telas padrões (Figura 8).

Figura 8 - Imagens por microscopia ótica: (a) quadro questionado 1; (b) quadro questionado 2; (c) quadro questionado 3; (d) tela padrão.



Fonte: IFRJ (2021).

2.1.3 Estudos merceológicos

Os quadros questionados foram vendidos por preços muito abaixo dos valores de mercado de obras de arte equivalentes do mesmo artista, conforme observamos na Quadro 1:

Quadro 1 - Comparação entre os preços de vendas e os valores de mercado.

	Preço de venda	Valor de mercado	% do valor
Quadro 1	R\$2.000,00	R\$40.000,00	5%
Quadro 2	R\$3.000,00	R\$80.000,00	3,75%
Quadro 3	R\$3.000,00	R\$200.000,00	1,5%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Diante do exposto, a análise merceológica apresenta resultados compatíveis com os esperados na comercialização de bens contrafeitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados, conclui-se que os quadros questionados são peças contrafeitas, confeccionadas com intenção de imitar o estilo utilizado na década de

1960, pelo artista Ivan Serpa, no intuito de auferir vantagens financeiras mediante prejuízo de cidadãos do Estado do Rio de Janeiro.

Os resultados demonstram a eficiência da metodologia utilizada em solucionar questionamentos da Justiça relacionados à autenticidade e avaliação de obras de arte envolvidas em crimes de contrafação, violação de direitos autorais, corrupção e lavagem de dinheiro. Dessa forma, ressalta-se que a cooperação técnico-científica entre ICCE e IFRJ possibilita a resolução de parte da demanda do SPMJ.

Novos exames estão sendo realizados em quadros supostamente atribuídos aos autores Ismael Nery e Iberê Camargo. Todos os resultados, obtidos a partir das análises de obras de arte autênticas, serão utilizados na formação de um banco de dados para futuras comparações.

4 REFERÊNCIAS

ADAM, G. **Big bucks**: the explosion of the art market in the 21st century. Surrey: Lund Humphries, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14653-7**: Avaliação de Bens - Parte 7: Bens de Patrimônios Históricos e Artísticos. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

CALZA, C. **Desenvolvimento de sistema portátil de fluorescência de raios x com aplicações em arqueometria**. Programa de Engenharia Nuclear, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

FELIX, V. S. et al. **Analysis of a European cupboard by XRF, Raman and FT-IR**. Radiation Physics and Chemistry, v. 151, p. 198-204, 2018.

FELIX, V. S. et al. **Analysis of silver coins from colonial Brazil by hand held XRF and micro-XRF**. Applied Radiation and Isotopes, v. 166, p. 109409, 2020.

FEUERHARMEL, S. **Análise grafoscópica de assinaturas**. Campinas, SP: Millenium Editora, 2017.

DE FREITAS, R. P. **Análise de fragmentos de tangas de cerâmica marajoara utilizando sistema portátil de fluorescência de raios x e estatística multivariada**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

DE FREITAS, R. P. **Aplicações de técnicas nucleares e espectroscopia molecular em Arqueometria**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

MENDES, L. B. **Documentoscopia**. 3ª ed. Campinas/SP: Millennium, 2010.

PEREIRA, M. O. et al. **Investigating counterfeiting of an artwork by XRF, SEM-EDS, FTIR and synchrotron radiation induced MA-XRF at LNLS-BRAZIL**. Spectrochimica Acta Part A: Molecular and Biomolecular Spectroscopy, v. 246, p. 118925, 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 46.885, de 19 de dezembro de 2019. Altera e Consolida a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado de Polícia Civil. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**: ano XLV, n.º 241, Poder Executivo, Parte I, p. 07, 20 de dezembro de 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Resolução SEPOL nº 83, de 06 de dezembro de 2019. Aprova o Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**: ano XLV, n.º 236, Poder Executivo, Parte I, p. 19, 13 de dezembro de 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Edital nº 13/2021. Programa de Apoio a Projetos de Inovação no Campo da Segurança Pública - Ciências Forenses 2021. **Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro**: junho de 2021.

SANCTIS, F. M. **Lavagem de Dinheiro Por Meio de Obras de Arte**: uma perspectiva judicial criminal. 1ª. ed. Minas Gerais: Del Rey, 2015.

STOFFELS, W. C. **Direito, arte e mercado**: a lavagem de dinheiro por meio de obras de arte. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito). Universidade Federal do Paraná, 2018.

RASPBERRY PI E SUA UTILIZAÇÃO NO MAPEAMENTO DE REDES COM FILTROS *PROBE REQUEST*

RASPBERRY PI AND ITS USE IN NETWORK MAPPING WITH *PROBE REQUEST* FILTERS

Roberto Buery Guttoski Lemos

Jamil Darub Trelles

Gilberto Kummer Junior

Eduardo Fernandes Goncalves

RESUMO

Dispositivos com placa de rede *wireless*, como celulares, transmitem seu sinal de *wi-fi* a cada espaço de tempo, a fim de achar as conexões salvas em sua memória e conectar-se automaticamente, quando encontra a sua respectiva rede. O objetivo do trabalho é mostrar que esse sinal é passível de captura e que pode ser analisado. Dependendo do caso, essa análise pode individualizar o dispositivo, e por consequência, as redes que ele se conectou. Para isso, serão mostrados filtros nas capturas de *probe request* e sua respectiva análise com o Maltego Casefile.

Palavras-chave: rede *wi-fi*; dispositivos móveis; *probe request*; grafos.

ABSTRACT

Devices with a wireless network card, such as cell phones, transmit their signal periodically, in order to find the connection saved in its memory and make the automatic connection when it finds its respective network. The objective of the work is to show that this signal is catchable and that it can be analyzed. Depending on the case, this analysis can individualize the device and, consequently, the networks it has connected to. For this, filters will be shown in probe request captures and analysis of this capture with the maltego casefile.

Keywords: wi-fi networks; mobile devices; probe request; graphs.

1 INTRODUÇÃO

Antes de adentrar a pormenores, vale ressaltar que o *Probe Request* já foi (e ainda é) tema de debate sobre privacidade e alicerçou outros projetos, como o realizado no estado de Goiás, que usou o *Probe Request* em um estudo sobre usuários de transporte coletivo e, ainda, do estado do Rio de Janeiro, onde foi usado para realização de pesquisas sobre a temática do trânsito. Especificamente no presente trabalho, esta característica do protocolo *wi-fi* será usada para a segurança pública, buscando assim, contribuir para uma melhora nas operações de inteligência, sem ferir a privacidade. Outrossim, surge uma característica importante nesse projeto, que é a análise de vínculos e o uso de uma *raspberry*

pi. Até o fechamento dessa proposta de submissão, tal tema ainda não foi abordado ou encontrado em pesquisas de estado do conhecimento em periódicos científicos sumarizado em fontes abertas.

A proposta de trabalho aqui apresentada, sem a pretensão de esgotar o assunto, refere-se ao uso de uma característica das redes *wi-fi*, que é o *Probe Request*. Tal característica será utilizada como base para estimar o número de dispositivos em um determinado raio de atuação, e desta forma, estimar o número de pessoas, bem como descobrir vínculos entre dispositivos e desvelar quais redes *wi-fi* (SSID) estão vinculadas a um mesmo dispositivo (através de seu endereço MAC).

2 INDIVIDUALIZAÇÃO DO DISPOSITIVO POR MEIO DO *PROBE REQUEST*

Para melhor compreensão acerca da temática ora estudada, faz-se necessário ter conhecimento sobre alguns conceitos. Diante disso, passamos inicialmente a discorrer acerca de pontos relevantes, quais sejam: redes *wi-fi*; MAC address; captura passiva; captura do *Probe Request*. Em seguida, far-se-á explanação acerca da filtragem de tráfego e captura do identificador MAC e *Probe Request*. A partir desses pressupostos teóricos, será abordado o tema da montagem do equipamento e instalação do sistema operacional e *softwares* necessários, bem como será justificada a utilização do MAC e *Probe Request* como elementos auxiliares para a inteligência na segurança pública.

2.1 CONCEITOS BÁSICOS SOBRE REDES *WI-FI*

No que se refere a redes sem fio, em especial às redes *Wi-Fi*, são uma tecnologia que permite o tráfego de dados e conexões entre equipamentos, sem a necessidade de cabos. O vetor de transmissão é tão somente o ar. A conexão com a internet ocorre por meio de roteadores e *Acess Point* (AP). Para que um dispositivo se conecte ao AP, entre outras configurações, é delimitado um nome para o AP, o SSID, sem esse nome, ainda que seja possível ocultá-lo, os dispositivos não conseguirão achar o AP e se conectar a ele.

Por sua vez, *media access control* (MAC) é composto por 12 caracteres hexadecimais, no formato xx:xx:xx:xx:xx:xx. Ele está na camada física do modelo OSI

e é o que identifica uma máquina na rede. Apesar do endereço MAC poder ser manipulado por meio de softwares específicos, ele é único para cada placa de rede. Como o endereço MAC não se repete é possível identificar o aparelho correspondente, através de consulta em sites específicos, como por exemplo, o site <https://macvendors.com>, que faz buscas por endereço MAC, identificando, assim, o fabricante e o modelo do dispositivo.

Diferente de uma captura ativa, onde o dispositivo se conecta a uma rede em um ambiente controlado, a captura passiva não precisa do dispositivo conectado. Esse tipo de captura se aproveita do meio de transmissão das redes *wi-fi*, qual seja, via ar. Todos os dados, pacotes, criptografia, entre outras informações, trafegam via ar, por ondas de rádio. No meio desses dados, está o *probe request*. Como esses dados estão “disponíveis no ar”, eles são passíveis de captura. Esta pode ser feita de forma passiva, ou seja, o dispositivo não precisa estar em um ambiente controlado, como também não é necessário nenhum método intrusivo. Esse método de captura, nada mais é que “escutar” a rede, dessa forma, todo o tráfego pode ser lido e interpretado.

Como dito acima, todo o tráfego *wi-fi* pode ser passível de captura, para posterior leitura e interpretação. Uma dessas leituras é o quadro *Probe Request*, objeto de estudo para esse trabalho. O cabeçalho desse quadro possui, entre outras, a identificação SSID da rede, em outras palavras, o nome da rede, salva na memória interna do dispositivo. A respeito do tema, interessante a descrição efetuada por GAST, o qual menciona:

A Probe Request frame contains two fields: the SSID and the rates supported by the mobile station. Stations that receive Probe Requests use the information to determine whether the mobile station can join the network. To make a happy union, the mobile station must support all the data rates required by the network and must want to join the network identified by the SSID. This may be set to the SSID of a specific network or set to join any compatible network. Drivers that allow cards to join any network use the broadcast SSID in Probe Requests (GAST, 2005, n.p.).

Em tradução livre, segundo o autor alhures citado, um quadro *Probe Request* contém dois campos: o SSID e as taxas suportadas pela estação móvel. As estações que recebem Solicitações de Sonda usam as informações para determinar se a estação móvel pode ingressar na rede. Para fazer uma união feliz, a estação móvel

deve suportar todas as taxas de dados exigidas pela rede e deve querer entrar na rede identificada pelo SSID. Isso pode ser definido como o SSID de uma rede específica ou definido para se conectar a qualquer rede compatível. Os drivers que permitem que os cartões se conectem a qualquer rede usam o SSID de transmissão nas solicitações de investigação. Abaixo, segue exemplo de captura feito em um ambiente de testes. Em destaque, o frame *Probe Request* e a informação do SSID:

Figura 1 – *Printscreen* efetuado a partir da tela do programa *Wireshark*.

Time	Source	Destination	Protocol	Length	Info
52.3.584018	Motorola_e6:c0:c6	Broadcast	802.11	214	Beacon frame, SN=2172, FN=0, Flags=.....C, BI=100, SSID=kli
53.3.686495	Motorola_e6:c0:c6	Broadcast	802.11	214	Beacon frame, SN=2173, FN=0, Flags=.....C, BI=100, SSID=kli
54.3.739806	IntelCor_05:12:f2	Broadcast	802.11	134	Probe Request, SN=242, FN=0, Flags=...P....C, SSID=MJ-Corporativo
55.3.740745	IntelCor_05:12:f2	Broadcast	802.11	120	Probe Request, SN=243, FN=0, Flags=...P....C, SSID=Wildcard (Broa...
56.3.788828	Motorola_e6:c0:c6	Broadcast	802.11	214	Beacon frame, SN=2174, FN=0, Flags=.....C, BI=100, SSID=kli
57.3.891241	Motorola_e6:c0:c6	Broadcast	802.11	214	Beacon frame, SN=2175, FN=0, Flags=.....C, BI=100, SSID=kli
58.3.944678	HonHaiPr_6b:bc:a0	Cisco_a8:0a:f0	EAPOL	79	Start
59.3.945002	HonHaiPr_6b:bc:a0	HonHaiPr_6b:bc:a0	802.11	50	Acknowledgement, Flags=.....C
60.3.982919	SzDjiTec_30:b9:71	Broadcast	802.11	226	Beacon frame, SN=192, FN=0, Flags=.....C, BI=200, SSID=Mavic-3...
61.3.984250	Motorola_e6:c0:c6	Broadcast	802.11	214	Beacon frame, SN=2176, FN=0, Flags=.....C, BI=100, SSID=kli
Frame check sequence: 0x2df613c1 [unverified]					
[FCS Status: Unverified]					
IEEE 802.11 Wireless Management					
Tagged parameters (70 bytes)					
+ Tag: SSID parameter set: MJ-Corporativo					
Tag Number: SSID parameter set (0)					
Tag length: 14					
SSID: MJ-Corporativo					

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

2.2 Filtrando o tráfego e capturando MAC e *Probe Request*

Pode-se afirmar que o volume de dados trafegados via ondas *wi-fi* é relativamente grande e com muitas informações, criptografadas ou em texto puro. O MAC e o *Probe Request* trafegam em texto puro, porém, em frames diferentes. No entanto, podemos capturá-los individualmente ou juntos, usando ferramentas de rede como *tcpdump* (que será usado para este estudo) com auxílio de expressões regulares em um sistema operacional *Linux*.

A metodologia a ser usada será a captura do tráfego, utilizando uma placa de rede *wi-fi* em “modo monitor”. Uma vez nesse modo, a placa de rede *wi-fi* perde a propriedade de se conectar a um AP e passa então a “ouvir” todo o tráfego *wi-fi* e reproduz-lo em modo texto em programas específicos, que serão mostrados mais adiante. A fim de demonstrar este laboratório, teremos a seguinte especificação de hardware: Minicomputador *Raspberry Pi 3*; Mini Bateria Portátil (*PowerBank*); Antena *wi-fi* USB; Cabo de Alimentação; Modem GSM USB. Por sua vez, em relação a

software: Sistema Operacional *Raspbian* (*Linux*); *tcpdump*; *awk* (para expressões regulares); Maltego – para a análise dos dados.

2.3 Montagem do equipamento e instalação do Sistema Operacional e *Softwares* necessários

Julgamos não ser apropriado mostrar os passos de montagem do equipamento e instalação do sistema operacional por entendermos que isso possa ser deveras cansativo para o leitor. No entanto, cabe informar que todo o processo de instalação do sistema operacional foi feito conforme a documentação do *Raspbian*, que pode ser encontrada na URL <https://www.raspberrypi.org/documentation/computers/getting-started.html>. Após montagem do equipamento, sua forma discreta fica evidente, podendo até mesmo ser colocado dentro de um livro falso ou bolsa muito pequena.

Todo o controle após ser ligado é feito de forma remota, através de linha de comando, onde são seguidas as seguintes etapas: inicialização do *script*; modo monitor; opções de *script*; registro de captura e a análise de vínculos como resultado esperado. A seguir cada etapa será explicitada.

A automatização do processo foi realizada por um *script* em linguagem *Python*. Após iniciado o *script*, ele irá detectar as placas de rede *wi-fi* da *raspberry pi*. Para melhor performance, escolhemos conectar uma placa de rede *wi-fi* externa, modelo USB. Essa placa está representada como “*wlan1*”:

Figura 2 – Inicialização do script. *Printscreen* efetuado a partir da tela do *script*.

```
=====
                          Placas de Redes Wifi Detectadas
=====
PHY    Interface    Driver    Chipset
phy0    wlan0        iwlwifi   Intel Corporation Wireless 3160 (rev 83)
phy1    wlan1        ath9k_htc Qualcomm Atheros Communications AR9271 802.11n
0
=====
Colocar Placa em Modo Monitor? (s/n) ☐
```

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Uma vez em modo monitor (*wlan1mon*) a placa de rede *wi-fi* está apta a fazer a “escuta” e possibilitar as capturas. Observe:

Figura 3 – Modo monitor. *Printscreen* efetuado a partir da tela do modo monitor.

```
Colocar Placa em Modo Monitor? (s/n) s
Informe a Interface: wlan1

Found 2 processes that could cause trouble.
Kill them using 'airmon-ng check kill' before putting
the card in monitor mode, they will interfere by changing channels
and sometimes putting the interface back in managed mode

PID Name
627 NetworkManager
840 wpa_supplicant

PHY    Interface    Driver    Chipset
phy0   wlan0         iwlwifi   Intel Corporation Wireless 3160 (rev 83)
phy1   wlan1         ath9k_htc Qualcomm Atheros Communications AR9271 802.11n
      (mac80211 monitor mode vif enabled for [phy1]wlan1 on [phy1]wlan1mon)
      (mac80211 station mode vif disabled for [phy1]wlan1)
```

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Como o projeto ainda está em andamento, até o presente momento, existem quatro opções: a) Captura de redes salvas em dispositivos, opção esta que irá nos mostrar os SSIDs tentando se comunicar com o AP e seu respectivo Mac associado; b) Busca por SSID, a qual nos permite buscar um SSID específico; c) Captura MAC de dispositivos, momento em que serão listados as sequências MAC no raio de alcance da antena; e, finalmente; d) Pesquisa por MAC, permitindo-se com esta opção a filtragem por um MAC específico. Acompanhe:

Figura 4 – Opções de script. *Printscreen* efetuado a partir da tela de opções de script.

```
Interface em Modo Monitor:
wlan1mon
None

= Selecione uma Opção =

1 - Captura Redes Salvas em Dispositivos
2 - Busca por SSID
3 - Captura MAC de Dispositivos
4 - Pesquisar MAC
5 - Sair
>> 1
Interface: wlan1mon
```

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 5 – Início da captura.

```
- Seleccione uma Opção -

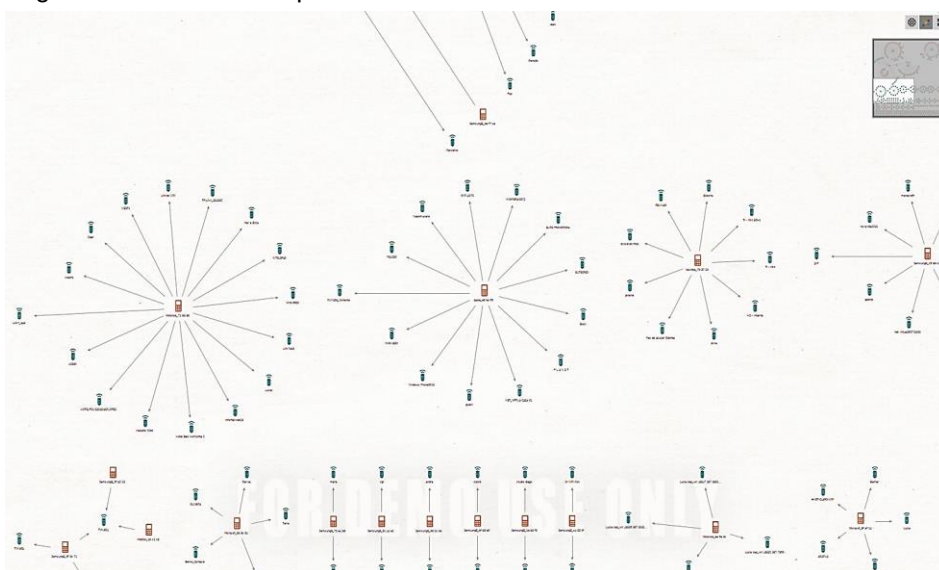
1 - Captura Redes Salvas em Dispositivos
2 - Busca por SSID
3 - Captura MAC de Dispositivos
4 - Pesquisar MAC
5 - Sair
>> 1
Interface: wlan1mon
tcpdump: verbose output suppressed, use -v[v]... for full protocol decode
listening on wlan1mon, link-type IEEE802_11_RADIO (802.11 plus radiotap header), snapshot length 256 bytes
22:11:44 -88dBm 00:16:63:30:b4:7c 4:7c
22:12:01 -87dBm 00:16:63:30:b4:7c 4:7c
22:12:07 -89dBm 00:16:63:30:b4:7c 4:7c
22:12:13 -87dBm 00:16:63:30:b4:7c 4:7c
22:12:17 -93dBm 00:16:63:30:b4:7c 4:7c
22:12:17 -86dBm 20:16:63:30:b4:7c a:10
22:12:17 -85dBm 20:16:63:30:b4:7c a:10
22:12:26 -87dBm 00:16:63:30:b4:7c 4:7c
22:12:30 -89dBm 00:16:63:30:b4:7c 4:7c
22:12:32 -92dBm 00:16:63:30:b4:7c 4:7c
22:12:35 -81dBm 90:16:63:30:b4:7c 7:a9
22:12:35 -80dBm 90:16:63:30:b4:7c 7:a9
22:12:35 -81dBm 90:16:63:30:b4:7c 7:a9
```

Figura 6 – Captura sendo salva, como o nome “test1”.

```
^C725 packets captured
725 packets received by filter
0 packets dropped by kernel
2
Salvar Captura? (s/n): s
Nome do Arquivo: test1
Salvo em /home/pi/test1
```

Efetuada-se todas as etapas acima explicitadas, o resultado esperado representa a existência de vínculos entre o SSID e o MAC (identificação do dispositivo). Observe:

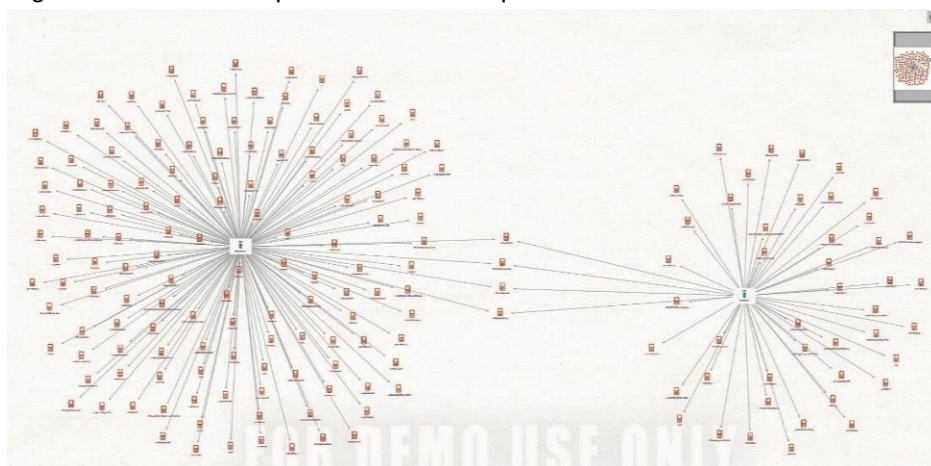
Figura 7 – Resultado esperado.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Na tela de resultado acima demonstrado, os ícones vermelhos representam o MAC do aparelho. Através dele é possível identificar, na maioria das vezes, a marca do dispositivo, nessa amostra, um telefone da marca Motorola, seguido do restante do endereço Mac. Por sua vez, os ícones verdes representam o SSID, vinculado ao MAC “Motorola_xx:xx:xx”, procurando o AP. Em outro exemplo, temos os MACs Capturados, representando o número de dispositivos no raio de alcance da antena Wi-Fi, por dedução, o número aproximado de pessoas:

Figura 8 – Outro exemplo de resultado esperado.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

2.4 MAC e *Probe Request* como elementos auxiliares para a inteligência na Segurança Pública

Como demonstrado as características apresentadas das redes *wi-fi* podem ser usadas de forma a representar uma alternativa a soluções proprietárias, as quais normalmente custam muito ao erário público. Entre os benefícios estudados destacamos: contar o número aproximado de pessoas em um determinado raio; analisar vínculos entre dispositivos que, porventura, tenham se conectado a mesma rede; quando devidamente autorizado, definir ou descobrir um perfil de usuário, através das redes *wi-fi* que este passou; quando devidamente autorizado, buscar um dispositivo em um determinado raio, através do número MAC da placa de rede.

Além de todos estes fatores, há de se destacar o baixo custo de implementação, bem como a facilidade de manuseio. Não obstante, como o equipamento é discreto, sendo mais leve e pequeno que muitos celulares, ele pode ser acoplado a um drone e realizar capturas aéreas. Finalmente, por ser de código aberto, possibilita que o projeto seja melhorado ou adequado a uma determinada realidade. Uma vez melhorado, a atualização pode ser implementada por outras agências

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como mencionado no início deste trabalho, o tema foi abordado no sentido de trazer algumas contribuições para o debate. Todavia, o que está sendo proposto é o esboço de um projeto ainda em andamento, muitos itens precisam ser melhorados e implementados, entre eles a criação de uma interface gráfica, a implementação de captura IMSI, o estudo e implementação de distâncias, sendo possível, deduzir uma distância entre alvos. Além disso, há necessidade de adaptação para voos em drone, em molde personalizado, para que o projeto possa ser aberto à comunidade de inteligência que demonstre interesse.

Hardware e *Softwares* proprietários, voltados para a análise de sinais, *wi-fi* ou GSM, normalmente são muito caros e, além disso, a continuidade e atualização do equipamento, por vezes, depende de adaptação de contrato. Assim, a proposta apresentada não tem a intenção de competir com grandes empresas do ramo, mas sim, oferecer uma proposta muito mais econômica, não ultrapassando o valor de R\$

2.000,00 (dois mil reais) e com um resultado semelhante ao que uma empresa poderia oferecer, ainda com a possibilidade de melhoria e atualização dos próprios agentes operadores.

Além do custo-benefício, a possibilidade de valorizar os agentes públicos, que tenham o mínimo de conhecimento técnico, para desenvolver projetos semelhantes é um dos maiores incentivos para o projeto. Acreditamos no potencial técnico das polícias como um todo e o projeto, além das capacidades já mencionadas, pode colaborar de forma positiva a despertar e incentivar essas capacidades.

4 REFERÊNCIAS

GAST, M. **802.11 Wireless Networks: The Definitive Guide**. 2nd Edition. Chapter 4. 802.11 Framing in Detail.

GNU. **Documentação AWK**. Disponível em:
<https://www.gnu.org/software/gawk/manual/gawk.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GNU. **The GNU Awk User's Guide**. Disponível em:
<https://www.gnu.org/software/gawk/manual/gawk.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

NAYARAS, C. **802.11 - Probe Request/Response**. Disponível em:
<https://mrncciew.com/2014/10/27/cwap-802-11-probe-requestresponse>. Acesso em: 24 set. 2021.

PEREIRA, L. F. **Um procedimento de apoio a decisão para escolha de sistemas de controle de tráfego considerando a coleta automatizada de dados**. Instituto Militar de Engenharia – RJ.

RASPBERRY PI FOUNDATION. **Instalação do Raspbian**. Disponível em:
<https://www.raspberrypi.org/documentation/computers/getting-started.html>. Acesso em: 24 set. 2021.

RASPBERRY PI FOUNDATION. **Minicomputador: Raspberry pi 3, modelo B+**. Disponível em: <https://www.raspberrypi.org/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SOUSA JÚNIOR, P. T. G.; RORIZ JUNIOR, M. P.; RODRIGUES, K. C.; MEDRANO, R. A. **Estimativa da viabilidade da reconstrução da matriz origem destino através de sinais wi-fi de passageiros**. Trabalho do 33º Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte da ANPET, Balneário Camboriú-SC. Universidade Federal e

Goiás, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Engenharia de Transportes. Novembro de 2019.

TCPDUMP. **Documentação do tcpdump**. Disponível em: <https://www.tcpdump.org/manpages/tcpdump.1.html> . Acesso em: 10 jun. 2021.

TCPDUMP. **Tcpdump - traffic on a network**. Disponível em: <https://www.tcpdump.org/manpages/tcpdump.1.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

TP-LINK. **Antena wifi**: Marca Tp-Link, referência TL-WN722N, Modelo USB Bateria: PINENG, modelo PN-905, 3.7V. Disponível em: <https://www.tp-link.com/br/support/download/tl-wn722n/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

XIAOLIN, G.; WENJIA, W.; XIAODAN, G.; ZHEN, L.; MING, Y.; AIBO, S. **Probe Request Based Device Identification Attack and Defense**. Disponível em: <https://www.oreilly.com/library/view/80211-wireless-networks/0596100523/ch04.html>. Acesso em: 24 set. 2021.

Gestão, Integração, Articulação e Governança

GESTÃO DE RISCOS EM AGÊNCIAS DE APLICAÇÃO DA LEI: PROPOSTA DE UM MODELO PARA ATIVIDADES OPERACIONAIS

RISK MANAGEMENT IN LAW ENFORCEMENT AGENCIES: PROPOSED MODEL FOR OPERATIONAL ACTIVITIES

Fábio Henrique Guttoski Lemos

RESUMO

Este artigo propõe um modelo de gestão de riscos para as atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal a partir de processos existentes em agências de aplicação da lei e em Forças Armadas. As agências policiais britânicas e as forças armadas pesquisadas realizam a gestão de riscos com uma abordagem holística e desenhada nas dimensões dos processos e das pessoas. De outro modo, as agências policiais norte-americanas estudadas focam em áreas específicas e de alto risco, a exemplo do uso da força e direção veicular, com uma abordagem voltada para a definição de normas de condutas a serem praticadas pelos seus integrantes. De modo a atingir o objetivo proposto, foram entrevistados seis policiais rodoviários federais a fim de extrair suas percepções em relação ao modelo teórico elaborado pelos autores, analisando o conteúdo das transcrições conforme Bardin (2016). Como resultados, as menções dos participantes sobre a gestão de riscos foram codificadas de acordo com os fundamentos de Hill e Dinsdale (2003), especialmente em relação às caracterizações empírica e intuitiva. Especificamente, os policiais manifestaram-se positivamente às premissas da adequabilidade e da exequibilidade do método proposto às necessidades das atividades operacionais da instituição, indicando a necessidade e a possibilidade de utilizá-lo durante o serviço operacional.

Palavras-chave: gestão de riscos; dimensões do risco; agências de aplicação da lei.

ABSTRACT

This paper proposes a risk management model for Brazilian Federal Highway Police Department's operational activities that is grounded in existing theories and processes from law enforcement agencies and armed forces around the world. The British law enforcement agencies and armed forces perform risk management using a holistic approach, which encompasses both the people and the processes dimensions. This is different from the US law enforcement agencies, which focus on specific high-risk areas, such as the use of force and driving, trying to achieve desired behaviors and decisions through a compliance approach. Six Brazilians federal highway police officers were interviewed in order to extract their perceptions about the theoretical model using the content analysis technique. As a result, the empirical and intuitive characterizations were identified in the way the respondents understand and perform risk management. In the proposed model, the participants reported the need to use it on-duty as well as the possibility of doing so, confirming its suitability and feasibility for the agency.

Keywords: risk management; risk dimensions; law enforcement agencies.

1 INTRODUÇÃO

Ser policial é um dos ofícios mais perigosos (FERNANDES, 2016; MELLO; NUMMER, 2017) tendo em vista o elevado número de mortes em serviço (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018) e os diversos riscos a que os policiais se expõem ao cumprir o seu dever (DEBOARD, 2015).

Nesse contexto, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), também está sujeita a diferentes perigos e riscos decorrentes da atividade policial, a exemplo de confrontos armados (GIAL, 2015), tentativas de invasão de instalações e acidentes rodoviários.

Assim, é fundamental que as agências de aplicação da lei realizem a gestão de riscos (GR) como forma de prevenir acidentes e diminuir ferimentos e óbitos (DEBOARD, 2015).

Aprofundando a discussão, DeBoard (2015) afirma que as estratégias de abordagem de riscos devem ser compreensivas e focadas nos perigos decorrentes do ambiente em que os policiais atuam e da natureza de suas atividades, almejando a redução de resultados indesejados em suas atividades laborais.

Face ao exposto e considerando as atividades operacionais da PRF, foi delineada a hipótese de que um modelo de GR para a PRF tende a ter características comuns aos métodos utilizados por organizações cujas atividades são semelhantes, como outras agências de aplicação da lei e as Forças Armadas (FFAA). Diante do estabelecimento da hipótese, a questão de pesquisa formulada para este trabalho foi: como a GR em agências de aplicação da lei, em organizações públicas, privadas e de defesa podem fundamentar o modelo de GR das atividades operacionais da PRF?

Abordando a questão de pesquisa, foi estabelecido o objetivo de propor um modelo de GR para as atividades operacionais da PRF, tomando por base modelos existentes em outras agências policiais e FFAA, considerando que são profissões que desempenham atividades operacionais semelhantes, uma vez que os policiais vivenciam situações bastante parecidas com a dos militares, tais como o sentimento constante de perigo ante um inimigo desconhecido, o testemunho de violência e de morte, a despersonalização das emoções e a falta de apoio público

(VIOLANTI; PATON, 1999).

Este artigo é classificado pela natureza como aplicado, no nível exploratório, delineado como um estudo de caso com análise qualitativa dos dados, conforme Gil (2008).

A população deste estudo foi composta por 116 policiais rodoviários federais em escala de serviço operacional, aptos para o serviço. Uma Superintendência Regional foi selecionada como unidade de estudo. A amostra da população obedeceu ao critério da conveniência (SERAKAN, 2003), resultando na participação de seis experientes policiais rodoviários federais.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado com o intuito de extrair percepções sobre o modelo proposto. Antecedendo as entrevistas, foi realizado um pré-teste do instrumento a fim de assegurar a aplicabilidade do roteiro elaborado. As transcrições das entrevistas foram interpretadas com o auxílio do *software* MAXQDA 2018©, tomando por base a análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

Considerando as condutas de ética em pesquisa, o projeto de pesquisa foi submetido para análise e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa.

Assim, as seguintes fases foram percorridas de forma a atingir o objetivo proposto: revisão da literatura; elaboração do modelo; entrevistas e ajustes finais.

Por fim, este presente artigo foi estruturado da seguinte forma: introdução; desenvolvimento, contemplando o referencial teórico, a apresentação e discussão dos resultados e a apresentação do modelo de GR proposto para a PRF; finalizando, são realizadas as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial Teórico

As bases que moldaram a GR praticada atualmente formaram-se a partir de publicações do *Committe of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* (COSO) e da norma técnica “ISO 31000 Risk Management – Principles and Guidelines”, pela *International Organization for Standardization* (ISO).

Tais metodologias são semelhantes, concentrando-se em definir princípios basilares para o processo de GR, estabelecer práticas e procedimentos de identificação, avaliação, respostas, monitoramento, controle e comunicação, bem

como designar funções e responsabilidades para os atores (COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION, 2007).

A despeito da metodologia adotada, Kaplan e Mikes (2012) afirmam que a identificação correta dos tipos de risco que a organização enfrenta é o ponto de partida para a GR. Sendo assim, os autores os classificam em três categorias (evitáveis, estratégicos e externos), indicando abordagens diferenciadas para cada categoria.

Abordando a GR no serviço público, Hill e Dinsdale (2003) afirmam que o risco é uma função de duas caracterizações – a empírica e a intuitiva. Nesse sentido, a GR no setor público deve contemplar duas dimensões para que seja eficaz: dos processos e das pessoas. Os sistemas, as estruturas e as estratégias que formam o ciclo da GR configuram a dimensão dos processos, ao passo que os conhecimentos, as habilidades, os aspectos culturais, as crenças e os valores que permitem os servidores gerenciar efetivamente os riscos compõem a dimensão as pessoas. Ambas devem fazer parte de um sistema de GR (HILL; DINSDALE, 2003).

Os militares consideram que o risco é inerente às operações, estando presente em quase todas as suas atividades. Apesar disso, não se pode aceitar todos os riscos, mas sim deliberar respostas e alternativas apropriadas para minimizá-los sempre que possível (MINISTRY OF DEFENSE, 2014).

De maneira geral, a GR nas FFAA pode ser conceituada como um processo contínuo e sistemático que identifica, avalia e responde adequadamente a riscos, figurando como uma ferramenta auxiliar à tomada de decisão (MINISTRY OF DEFENSE, 2014).

Os métodos estabelecidos apresentam semelhanças em suas estruturas e no emprego do pessoal. O estabelecimento de princípios, a divisão em níveis de risco, a definição de procedimentos de identificação, avaliação, resposta, monitoramento e controle de riscos compõem a dimensão dos processos, ao passo que declarações de papéis e responsabilidades entre os mais diversos graus hierárquicos das instituições, incentivo a atitudes e comportamentos proativos e ao desenvolvimento de competências integram a dimensão das pessoas.

Apesar da presença das duas dimensões nos métodos pesquisados, os militares norte-americanos e britânicos ressaltam o papel humano na GR, onde o bom senso e a intuição baseados na experiência e no conhecimento pessoal prevalecem

no processo de tomada de decisão de risco, conforme constatado por Trewin, Ojiako e Johnson (2010).

Assim como os militares, os policiais desempenham uma gama de atividades que são permeadas por riscos variados. Desse modo, reconhecer que fatores potencializam os riscos é imprescindível para a elaboração de estratégias de GR com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade dos profissionais (ACHIM, 2014). Apesar da sua importância, ainda é um tema de pouca repercussão na academia (FERNANDES, 2016).

DeBoard (2015), em ampla pesquisa sobre as agências de aplicação de lei nos EUA, constatou que não existem sistemas de gestão da segurança compreensivos, seja em atividades de rotina, de treinamento ou operacionais. Em vez disso, as abordagens são muito específicas e agem independentes umas das outras, normalmente abordando áreas de grande impacto negativo nas instituições, tais como direção veicular, uso da força, saúde ocupacional e bem-estar.

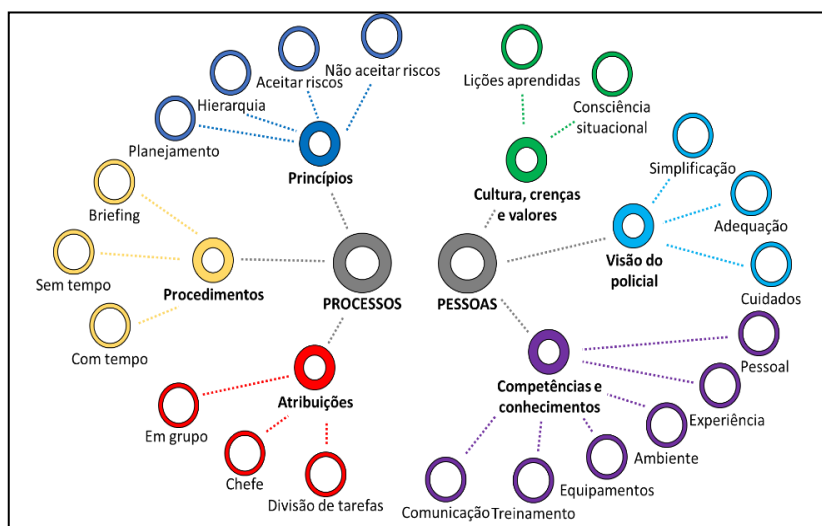
Por fim, foram identificadas duas abordagens nos métodos pesquisados: a primeira se aproxima dos métodos militares, com a definição de estruturas, procedimentos de análises de risco e definição de papéis, utilizando-se das caracterizações empíricas e intuitivas (HILL; DINSDALE, 2003), presente nas agências policiais britânicas (BRITISH TRANSPORT POLICE, 2018; METROPOLITAN POLICE SERVICE, 2012); a segunda concentra-se em áreas críticas com grande consequências financeiras, judiciais e operacionais, resultando no estabelecimento de procedimentos operacionais e normas reguladoras em determinadas atividades, à semelhança de abordagens correcionais ou da abordagem de *compliance* (KAPLAN; MIKES, 2012), presente nas agências policiais norte-americanas (CALIFORNIA HIGHWAY PATROL, 2018; NEW YORK CITY POLICE DEPARTMENT, 2017).

2.2 Resultados e Discussão

Foram localizadas, por meio da análise de conteúdo das falas dos entrevistados, duas categorias, cinco subcategorias e 21 unidades de registro (UR) referente às codificações no *corpus* de pesquisa, as quais estão representadas na figura 1.

As categorias **Processos** e **Pessoas** formam os dois principais grupos da análise, reunindo aspectos semelhantes mencionadas pelos entrevistados sobre a GR.

Figura 1 – Categorias, subcategorias e unidades de registro.



Fonte: Dos autores (2021).

A primeira categoria compreende as subcategorias **Princípios**, **Procedimentos** e **Atribuições**, enquanto a segunda é composta pelas subcategorias **Competências e conhecimentos**, **Visão do policial** e **Cultura, crenças e valores**. Por fim, 21 UR, já representadas anteriormente, compondo um sistema de GR consoante as dimensões e os fundamentos apresentados por Hill e Dinsdale (2003).

A categoria **Processos** refere-se ao *framework* necessário para execução da GR, como estruturas, sistemas e estratégias que conduzem à GR efetiva.

Como **Princípios**, as quatro ideias principais apresentadas foram bem aceitas pelos policiais. Durante a GR, interessa ao tomador de decisão discernir em quais situações ele deve aceitar o risco e quais ele não deve aceitar o risco, além de buscar sempre o planejamento de suas atividades dentro do limite de suas competências e do grau hierárquico, conforme afirmou o entrevistado 5:

Antecipar e gerenciar o risco por planejamento, é uma coisa que a gente no NOE faz muito, é um constante das nossas missões [...] esse lance de tomar decisões de risco no nível apropriado é uma coisa que tem que ser trabalhado, principalmente dentro da PRF [...].

Os **Princípios** são considerados pilares que devem conduzir os comportamentos dos profissionais (UNITED STATES ARMY, 2014). Também podem ser relacionados à forma de abordagem dos riscos estratégicos de Kaplan e Mikes (2012), uma vez que a aplicação correta deles conduz a decisões de risco mais sensatas, evitando exposições desnecessárias.

Em relação aos **Procedimentos**, três UR foram encontradas nas transcrições que foram agrupadas nesta subcategoria: **Briefing**, **Com tempo** e **Sem tempo**.

A primeira (**Briefing**), procedimento realizado pelas FFAA dos EUA (UNITED STATES ARMY, 2014), refere-se a um planejamento mental ou verbal realizado com a participação de todos os envolvidos na atividade antes do seu início. Apesar de não ser uma prática oficial, os policiais a executam frequentemente, conforme o entrevistado 7: “[...] a gente faz o *briefing* ‘né’, ‘aí’ mostra, faz o croqui do ambiente, como vai ser a chegada e a entrada e na hora [...]”.

As duas unidades de registro seguintes estão relacionadas aos passos a serem executados durante a GR considerando a disponibilidade de tempo. **Com tempo**, realiza-se um processo minucioso de GR ao passo que, **Sem tempo**, realiza-se um processo com ênfase na prática e na comunicação, nas palavras do entrevistado 7:

[...] ‘pode’ surgir demandas ali inesperadas que você vai ser obrigado a tomar decisões rápidas em frações de segundos e eficazes ‘né’ [...] principalmente quando você vai cumprir uma missão que você tem [...] tempo suficiente ‘pra’ fazer a Ordem de Missão, quem vai, quantas pessoas, o que vai ser feito, considerar os riscos, tudo isso aí faz parte da gestão [...]

Os policiais enfatizaram bastante a situação da tomada de decisão diante de situações perigosas, sob alto nível de estresse e pouco tempo para análise, classificando-as como corriqueiras, corroborando com os achados de Mello e Nummer (2017).

A identificação da definição de tarefas e responsabilidades entre os participantes foi denominada **Atribuições**, corroborando com Hill e Dinsdale (2003), assim afirmou o entrevistado 3:

[...] mas também acho que é muito importante que uma palavra, ‘sei lá’, final seja sempre centralizada no chefe da equipe [...] porque assim, as decisões no serviço ordinário, elas são como a gente viu aqui, muito rápidas, então eu acho que é importantíssimo que cada um tenha a sua função [...].

As três UR são encontradas em quase todos os manuais de GR pesquisados, militares ou de agências de aplicação da lei. A categoria **Pessoas** está relacionada aos aspectos ligados ao fator humano para uma efetiva GR.

Conhecimentos e competências significa o que os policiais devem saber e fazer ao realizarem a GR. Entender situações ou fatores que favorecem o risco ou desenvolver habilidades específicas pertencem à essa subcategoria que compreendeu as seguintes UR: **Ambiente, Equipamento, Pessoal, Treinamento, Experiência e Comunicação**.

Cada uma dessas UR podem ser relacionadas às categorias de risco evitáveis e externos (KAPLAN; MIKES, 2012), uma vez que os entrevistados ora se referiam a aspectos internos, ora se referiam a aspecto externos à PRF. O entrevistado 4 assim se referiu: “[...] ‘tá’ num local com uma quantidade de policiais insuficientes, com [...] treinamento insuficiente, em número insuficiente, com equipamentos ineficientes [...] é que pode levar a esses problemas [...]”.

Sobre a UR **Experiência**, esta reuniu falas dos participantes que remeteram a procedimentos de identificação, análise e avaliação de riscos intuitivos ou oriundos de conhecimento adquirido externamente à polícia ou com a prática na atividade operacional, conforme destacam Trewin, Ojiako e Johnson (2010), no ambiente militar, e Hill e Dinsdale (2003), no serviço público.

Por fim, a UR **Comunicação**, primordial para o sucesso da missão segundo as FFAA dos EUA (UNITED STATES ARMY, 2014; UNITED STATES NAVY, 2010), recebeu atenção devida dos entrevistados que forneceram exemplos da sua importância para o bom andamento da atividade, bem como das consequências quando não há. Assim afirmou o entrevistado 3:

Sim já, e é muito ruim porque às vezes, assim até em uma situação assim de uma troca de tiro ou alguma coisa que o colega visualizou ali e você ‘tá’ vendo a reação dele mas você não sabe nem porque, o que é que ele ‘tá’ combatendo ali por uma falta de comunicação [...].

Na segunda subcategoria – **Visão do policial**, foram destacadas as percepções e opiniões dos entrevistados em relação ao modelo teórico proposto na forma do “Manual de GR das atividades operacionais da PRF”.

A UR **Adequação** demonstra que é possível a utilização do modelo teórico no serviço operacional da PRF. Nesse sentido, os participantes reconheceram que conhecimentos em GR poderiam ter evitado acidentes ou minimizado suas gravidades durante os serviços.

Em relação aos **Cuidados**, os entrevistados externaram preocupações e dificuldades que visualizaram no emprego do modelo proposto. Ações como treinamentos, simulação de cenários ou de conscientização sobre a importância da GR seriam possíveis medidas para abordar tais preocupações e dificuldades.

Os participantes também destacaram a necessidade da **Simplificação** da GR a fim de que ela possa, ser utilizada pelos policiais rodoviários federais no serviço operacional.

A subcategoria **Cultura, crenças e valores** diz respeito a aspectos que os policiais devem ter internalizados para tomarem melhores decisões de risco.

Quanto mais próxima a percepção do policial sobre a situação ou o ambiente em que ele estiver envolvido for da realidade, maior será a sua **Consciência situacional** (UNITED STATES NAVY, 2010). No meio policial, pode ser traduzida como a “prontidão policial”, uma mentalidade em que os policiais estão, a todo momento, preparados para o perigo iminente e prontos para reagir, nas palavras do entrevistado 6: “[...] se a gente não ‘tiver’ preparado, de alguma forma, ‘pra’ estar preparado nessa hora ‘né’, a gente pode ser pego meio de surpresa [...]”.

Por fim, a UR **Lições aprendidas**, que se refere à capacidade de sintetizar erros e acertos de atividades através de análises com o objetivo de estabelecer melhores práticas e evitar a recorrência de erros, sendo imprescindível para uma boa GR (HILL; DINSDALE, 2003), prática esta incipiente na PRF. Trewin, Ojiako e Johnson (2010) constataram que os militares britânicos adotam este procedimento na forma de melhores práticas.

2.3 Modelo proposto

A análise do conteúdo das transcrições das entrevistas permitiu ampliar a visão das necessidades que os policiais rodoviários federais têm em relação à GR, consolidando a estrutura geral do modelo conforme representação na figura 2.

Conforme já mencionado na seção anterior, os policiais entenderam que o método de GR deve ser o mais simples possível, enfatizando a praticidade de sua utilização, visto que grande parte das atividades desenvolvidas em serviço operacional demandam tomadas de decisão muito rápidas.

Deste modo, após as modificações realizadas o modelo resultou em: quatro princípios, dois níveis de GR (um a cinco passos e outro a quatro passos), cinco níveis de risco e três tipos de resposta a riscos.

Figura 2 – Proposta final do Método de GR operacionais da PRF.



Fonte: Dos autores (2021).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo propor um modelo de GR para as atividades operacionais da PRF, tomando por base métodos existentes em outras agências policiais e FFAA.

A revisão da literatura identificou que tão importante quanto abordar os riscos, é crucial que as organizações saibam identificá-los e classificá-los corretamente de modo que possam traçar estratégias e procedimentos adequados para cada tipo de risco.

Prosseguindo a fundamentação, foram descritas duas formas de gerir os riscos, segundo as teorias de Hill e Dinsdale (2003) – das dimensões da GR, e de Kaplan e

Mikes (2012) – das categorias de riscos, as quais as identificamos nos métodos de GR das agências policiais e das FFAA dos EUA e do Reino Unido.

Diante da extensa pesquisa realizada nos manuais de GR e da percepção dos policiais rodoviários federais em relação à GR, foi proposto um modelo de GR para as atividades operacionais da PRF contemplando princípios, processos, responsabilidades e divisão de tarefas, considerando as caracterizações empíricas e intuitivas que se fazem necessárias em um sistema de GR. Impende destacar que o modelo atende às premissas do propósito, da comunicação e *feedback*, da adaptabilidade, da adequabilidade e da exequibilidade.

Encerrando, reafirma-se a caracterização exploratória e qualitativa deste trabalho, diante do qual reconhece-se a necessidade de continuar os estudos sobre o modelo proposto, buscando abordagens que permitam a generalização deste trabalho para toda a população considerada.

4 REFERÊNCIAS

ACHIM, A. C. Risk management issues in policing: from safety risks faced by law enforcement agents to occupational health. **Procedia Economics and Finance**, [s.l.] v. 15, p. 1671-1676, 2014. doi:10.1016/S2212-5671(14)00639-X. Acesso em: 18 jul. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 31000**: Gestão de riscos - Diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. 17 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 141 p. ISBN 978-85-62938-04-7.

BRITISH TRANSPORT POLICE. **Risk management guide 2018**. Londres: British Transport Police, 2018b. 38 p. Disponível em: <http://www.btp.police.uk/pdf/FOI%20RESPONSE%20962-18%20Risk%20Management%20Guide%202018%20Doc.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2018.

CALIFORNIA HIGHWAY PATROL. **HPM 100.86**: Risk management manual. Sacramento: California Highway Patrol, 2018. 84 p.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. **Gerenciamento de riscos corporativos**: estrutura integrada. New Jersey: PricewaterhouseCoopers, v. 2, 2007. 134 p.

DEBOARD, M. A. **Applying systems thinking to law enforcement safety: recommendation for a comprehensive safety management framework.** Master's thesis (Master of Arts in Security Studies)-Naval Postgraduate School. Monterey, p. 155. 2015.

FERNANDES, A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). **Revista brasileira de segurança pública**, São Paulo, 10, n. 2, set. 2016, p. 192-219. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/702/245>. Acesso em: 4 set. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2018**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

G1 AL. Policial rodoviário morre após ser baleado no Sertão de Alagoas. **G1 AL**, 5 maio 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/05/policial-rodoviario-morre-apos-ser-baleado-no-sertao-de-alagoas.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HILL, S.; DINSDALE, G. **Uma base para o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem para a gestão de riscos no serviço público**. Tradução de Luís Marcos B. L. de Vasconcelos. Brasília/DF: Escola Nacional de Administração Pública, 2003. 81 p. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/692>. Acesso em: 6 abr. 2019.

KAPLAN, R. S.; MIKES, A. Managing risks: a new framework. **Harvard Business Review**, v. 90, n. 6, jun. 2012. Disponível em: <https://hbr.org/2012/06/managing-risks-a-new-framework>. Acesso em: 02 abr. 2019.

MELLO, C. M. D. A.; NUMMER, F. V. Riscos da profissão militar: histórias de vida e resiliência. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 14, n. 27, jan./jun. 2017. ISSN 2236-9473. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/6409/4097>. Acesso em: 22 ago. 2018.

METROPOLITAN POLICE SERVICE. Risk assessments. In: METROPOLITAN POLICE SERVICE. **Health & safety manual**. London: Metropolitan Police Service, 2012b. Cap. 5, p. 9.

MINISTRY OF DEFENSE. **Army doctrine publication AC 71940: land operations**. Warminster: Ministry of Defense, 2014. 218 p. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/605298/Army_Field_Manual__AFM__A5_Master_ADP_Interactive_Gov_Web.pdf. Acesso em: 28 jun. 2018.

NEW YORK CITY POLICE DEPARTMENT. **Force guidelines**. New York: New York City Police Department, 2017a. 4 p.

SERAKAN, U. **Research methods for business: a skill building approach**. 4. ed. Carbondale: John Wiley & Sons, 2003.

TREWIN, N.; OJIAKO, U.; JOHNSON, J. Risk management and its practical application: lessons from the British Army. **Journal of Risk Research**, v. 13, n. 5, p. 669-686, 2010. Acesso em: 24 jul. 2018.

UNITED STATES ARMY. **Army Techniques Publication 5-19: Risk management**. Washington: United States Army, 2014. Disponível em: https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/atp5_19.pdf. Acesso em: 13 mar. 2018.

UNITED STATES NAVY. **OPNAV instruction 3500.39C: operational risk management**. Washington: United States Navy, 2010. 41 p. Disponível em: <http://www.public.navy.mil/airfor/nalo/Documents/SAFETY/OPNAVINST%203500.39C%20OPERATIONAL%20RISK%20MANEGEMENT.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2018.

VIOLANTI, J. M.; PATON, D. (ed.). Police trauma: **psychological aftermath of civilian combat**. Springfield, Illinois: Charles C Thomas Publisher LTD, 1999.

**A IMPORTÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA ÁREA
DA BALÍSTICA FORENSE NAS UNIDADES DO INTERIOR DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA DA BAHIA**

**THE IMPORTANCE OF STANDARDIZATION OF PROCEDURES IN
FORENSIC BALLISTIC AREA OF UNITS IN THE INTERIOR OF BAHIA'S
DEPARTMENT OF TECHNICAL POLICE**

**Luana Santos De Carvalho
Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho
Magali Lima Brito**

RESUMO

O Departamento de Polícia Técnica da Bahia (DPT) é órgão da administração pública direta, subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado. Tem por responsabilidade as atividades no campo da polícia técnico-científica, objetivando a prova material. O crescimento das demandas do interior e sobrecarga nas unidades da capital são fatores que fundamentam o processo de interiorização da perícia, aliados à necessidade de oferecer melhores serviços a sociedade. Dessa forma, o artigo teve como objetivo compreender a importância da implantação da padronização de procedimento para o desenvolvimento dos exames periciais de microcomparação a serem realizados nas Coordenadorias Regionais de Polícia Técnica (CRPT), através da identificação de procedimentos operacionais existentes na área forense destinada à Balística e dos benefícios da aplicação de uma padronização no desenvolvimento dos exames de microcomparação balística. Para tanto, a metodologia adotada para embasar foi a não-experimental, com uma abordagem hipotético-dedutiva e procedimentos metodológicos em pesquisa bibliográfica e documental, com pesquisa de campo através da aplicação de questionário aos peritos criminais lotados no interior do Estado da Bahia no período de agosto a setembro de 2021. O cenário local também deve ser estudado, favorecendo a ideias criativas geradoras de mais qualidade na produção da prova técnica e fortalecimento das unidades periciais.

Palavras-chave: Departamento de Polícia Técnica; processo de interiorização da perícia; procedimento operacional padrão.

ABSTRACT

The Department of Technical Police (DPT) is a direct public administration agency, subordinate to Public Security State Department. It is responsible for activities in the field of technical-scientific police, aiming at material evidence. The increased demand coming from the interior of the State and the overload of the units from the capital city are factors that underlie the process of internalization of the development of Forensic Science through the interior of the State, together with the need to offer better services to society. Thus, the article aimed to understand the importance of implementing the standardization of procedures for the development of microscopic comparison of bullets, to be carried out in the Regional Institution of Technical Police, through the identification of existing operational procedures in the forensic area intended for Ballistics and the benefits of applying standardization in the development of ballistic microcomparison exams. Therefore,

the methodology adopted to support it was non-experimental, with a hypothetical-deductive approach and methodological procedures in bibliographic and documental research, with field research through the application of a questionnaire to criminal experts located in the interior of the State of Bahia during the period from August to September 2021. The local scenario should also be studied, favoring creative ideas that generate more quality in the production of technical evidence and strengthening of the expert units.

Keywords: Department of Technical Police; forensic science in the interior of the State; standart operating procedure.

1 INTRODUÇÃO

O Departamento de Polícia Técnica da Bahia (DPT) é órgão da administração pública direta, subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado. Tem por responsabilidade as atividades no campo da polícia técnico-científica, objetivando a prova material. O quadro funcional é composto de especialistas aprovados em concurso público de provas e títulos: Perito Médico Legal, Perito Odonto Legal, Perito Criminal e Perito Técnico, com área de atuação na capital ou no interior do Estado, dependendo de sua lotação. Em sua composição, tem-se o Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto (ICAP), o Laboratório Central de Polícia Técnica (LCPT), a Diretoria do Interior (DI) Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR) e do Instituto de Identificação Pedro Mello (IIPM).

A presente pesquisa teve como recorte a Diretoria do Interior (DI), criada em 2004, com a competência de coordenar as ações de criminalística, medicina legal e odontologia legal executadas no interior do Estado. Atualmente, a DI está estruturada com seis macrorregiões: Recôncavo, Nordeste, Chapada, Planalto, Oeste e Mata Sul. Essa organização permite um melhor supervisionamento e controlam de 27 Coordenadorias Regionais de Polícia Técnica (CRPT), distribuídas em todo o interior da Bahia, além de quatro Postos Avançados (PA).

A escolha dessa delimitação territorial decorre do processo de interiorização da perícia baiana. O Plano Estratégico do DPT 2019 – 2025 (BAHIA, 2019a), apresenta o fortalecimento da interiorização da perícia como uma meta atribuída à eficácia operacional dos processos internos, conforme disposto no mapa estratégico do DPT/BA. A interiorização da Polícia Técnica da Bahia é um processo de descentralização, principalmente, das atividades de laboratório desenvolvidas nos

Institutos em Salvador para execução nas Coordenadorias, propiciando mais autonomia e garantindo a celeridade na produção da prova material (BAHIA, 2019a), posto que esses exames até então eram realizados exclusivamente na capital do estado.

Nesse contexto, estão ocorrendo investimentos nesses locais como aquisição de equipamentos para implementação de laboratórios e treinamento do efetivo. Considerando o recorrente problema no serviço público relacionado à defasagem no quadro de pessoal, torna-se necessário o estabelecimento de estratégias para que os novos desafios não atrapalhem o desempenho das atividades já existentes em cada coordenadoria.

Nesse viés, este trabalho abordou a aplicação do procedimento operacional padrão disciplinado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para as atividades de balística forense, desde 2013, e analisou os impactos que essa sistematização nos procedimentos pode acarretar o desempenho dos exames periciais de microcomparação. Com esse propósito, foram consideradas as nuances da balística interna, partindo de ensinamentos estabelecidos na literatura disponível, para realizar o exame de microcomparação balística e consequente produção de laudo pericial.

Nesse contexto, foi identificada a seguinte questão problema: **em que medida a implantação de uma padronização de procedimentos na área da balística forense pode contribuir para o desenvolvimento dos exames periciais de microcomparação pelos peritos criminais?**

Entende-se que a implementação efetiva de procedimentos na área pericial é de suma importância para realização de exames de forma mais céleres e com o padrão de qualidade desejado. Assim, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a importância da implantação da padronização de procedimentos para o desenvolvimento dos exames periciais de microcomparação a serem realizados nas Coordenadorias Regionais de Polícia Técnica. Já os objetivos específicos foram identificar os procedimentos operacionais existentes na área forense destinada à Balística; identificar os benefícios da aplicação de uma padronização no desenvolvimento dos exames de microcomparação balística; e analisar as peculiaridades das macrorregiões e regiões para o desempenho de exames periciais

em Balística e os impactos dos referidos exames e da aquisição de equipamentos no desenvolvimento da perícia local.

A metodologia adotada para embasar foi a não-experimental, com uma abordagem dedutiva, descritiva e qualitativa, com procedimentos metodológicos centrados em pesquisa bibliográfica e documental, com pesquisa de campo através da aplicação de questionário junto aos peritos criminais lotados no interior do Estado da Bahia, no período de agosto a setembro de 2021, com o intuito de ilustrar com mais propriedade as reflexões sobre o tema.

2 PERÍCIA CRIMINAL E CADEIA DE CUSTÓDIA

Sob o prisma de um Estado Democrático de Direito, a perícia apresenta um papel fundamental para a Justiça, proporcionando objetividade e imparcialidade na resolução de casos. A perícia é o exame feito por pessoa com conhecimentos técnicos e científicos em relação aos fatos ou circunstâncias apurados no processo, com fito de servir de prova para embasar a decisão judicial, proporcionando maior acessibilidade à cidadania. O exame pericial é aquele procedido por perito oficial, com autonomia científica e funcional na elaboração do laudo pericial. Segundo Reis (2011, p. 215):

O Laudo Pericial Criminalístico ou simplesmente Laudo Pericial deve, portanto, estar restrito a afirmações e conclusões ligadas às leis naturais, ou seja, às ciências naturais. Com isso, deve trazer a preocupação e a previsão das oposições do mundo jurídico, evitando a abrangência ou a injunção do mundo das leis jurídicas.

Vale ressaltar que para que os peritos desempenhem suas atividades é relevante a preservação do local de crime por meio do isolamento do local e preservação de tudo que esteja relacionado a ele, evitando que alterações ocorram. O isolamento do local é fundamental para garantir a segurança da equipe pericial e controlar o acesso de curiosos às informações obtidas durante os trabalhos. Nesse contexto, insere-se a cadeia de custódia que é conjunto de procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em local ou nas vítimas, proporcionando o rastreamento de sua posse, manuseio e descarte (TÁVORA; ALENCAR, 2020).

2.1 Balística forense e procedimento operacional padrão no âmbito da SENASP

A Balística Forense é uma ciência que estuda integralmente as armas de fogo, o alcance e a direção dos projéteis por elas expelidos e os efeitos que produzem (ALBARRACIN apud TOCCHETTO, 2018). Observando os efeitos produzidos pelas armas de fogo, a disciplina é dividida: balística interna, balística externa e balística terminal. Essa divisão permite estabelecer parâmetros no estudo da matéria, contudo, não se pode dissociar uma parte da outra. Em virtude da importância do exame de microcomparação para aporte nas investigações criminais e sua expansão para as algumas regiões do interior do Estado, esta pesquisa abordou os procedimentos inerentes a esse tipo de exame.

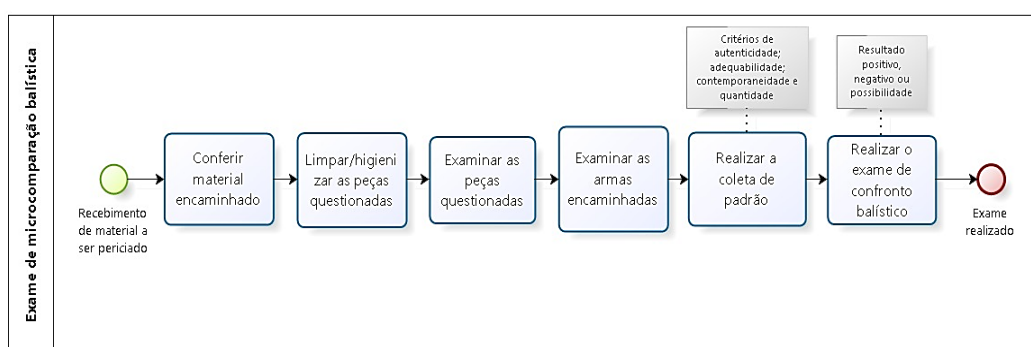
A SENASP, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, entende que “unidades de perícias bem equipadas, com profissionais capacitados e procedimentos padronizados são fundamentais para produção da prova técnica e, consequentemente para a qualificação da investigação criminal” (BRASIL, 2013, p. 08). Assim, formaram-se grupos de trabalho, com participação de Estados da Federação, para produzir POP através da análise da literatura sobre o tema, dentre eles, está o já referido POP da área da Balística Forense. Ressalta-se que, em seu manual, a SENASP ainda elencou equipamentos e materiais inerentes a segurança dos peritos e a execução do exame, como equipamentos de proteção individual (EPI), material de apoio (balança digital e paquímetro), local para coleta ou teste de arma de fogo e microcomparador, entre outros.

Analisando o exame de confronto balístico, entende-se que através desse exame será possível padronizar a coleta de projéteis e estojos, além de traçar diretrizes sobre o encaminhamento do material incriminado e de orientar a realização dos referidos exames (BRASIL, 2013). Ele tem por objetivo a identificação mediata de uma arma de fogo. Sendo assim, é um exame de suma importância em uma investigação criminal. Ocorre por meio da pesquisa indireta de características genéricas e específicas da arma encaminhada e das peças questionadas. As identificações indiretas se processam nas deformações produzidas nos elementos de munição por partes constituintes da arma de fogo. O estudo dessas deformações que estão presentes nos projéteis e nos estojos pode permitir a identificação da arma utilizada (SILVINO JUNIOR, 2019). Essas deformações são a base do exame,

podendo ser: normais/ repetitivas; periódicas; acidentais e propositais.

No confronto microcomparativo, seguindo as etapas elencadas na Figura 1, baseadas no POP da SENASP (BRASIL, 2013), é realizada a análise das peças, questionada e padrão, no equipamento específico, sendo que os exames têm natureza qualitativa e/ ou quantitativa e sequencial. Por fim, os resultados podem ser positivo, negativo ou possibilidade (TOCCHETTO, 2018).

Figura 1 - Etapas do exame de microcomparação balística.



Fonte: Elaboração própria das autoras (2021).

2.2 Processo de descentralização das atividades para o interior da Bahia

A expansão do Programa de Interiorização da Perícia está estabelecida como um dos projetos estratégicos de alavancagem do desempenho da Produção da Prova Material, trazendo, inclusive, impacto direto no indicador estratégico de números de Laboratórios especializados implantados no interior do Estado, observando um alinhamento ao Objetivo Estratégico do DPT de “Aprimorar a Efetividade da Produção da Prova Material” (BAHIA, 2019a, p. 37).

Essa iniciativa também está ancorada no Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública da Bahia (PLANESP) 2016 – 2025, 2ª Edição/2020, especificamente no objetivo estratégico 06 de “Elevar a capacidade de produção da prova material” (BAHIA, 2019b, p. 58), explícito no Mapa estratégico do SESP. A esse objetivo estão relacionados, entre outros, os fatores críticos de sucesso de aprimoramento dos protocolos de procedimentos para a produção de laudos periciais e de ampliação da capilaridade da produção da prova material e da identificação civil, aspectos que convergem para a interiorização da perícia.

Convém destacar que as CRPT já desempenham alguns exames balísticos em

suas unidades, como funcionamento das armas de fogo. No entanto, para outros exames, como a microcomparação, é necessário remeter, na maioria dos casos, os materiais para Coordenação de Balística em Salvador, capital do estado, gerando custo de deslocamento e demora na realização do exame e respectiva confecção do laudo. Segundo os dados obtidos na Coordenação de Balística, em 2020, foram recebidas 5.528 solicitações de exames periciais, dos quais 1.002 foram pedidos relacionados ao exame de microcomparação balística. Percebe-se uma sobrecarga de demanda em razão do quantitativo de requisições periciais recebidas, posto que essas não se resumem aos exames de confronto balístico, já que outros tipos de exames são realizados.

Em decorrência da expansão para o interior, a microcomparação balística, exame antes realizado apenas em Feira de Santana e em Salvador, foi adicionada ao rol de exames a serem realizados em mais duas cidades. Para tanto, em 2020, houve a aquisição de dois microcomparadores balísticos para as sedes das Macrorregiões do Nordeste e Planalto, com sedes nas cidades de Juazeiro e Vitória da Conquista, respectivamente. Uma estrutura física foi montada, isto é, local para limpeza das peças, local de coleta e aquisição de equipamentos (microcomparador balístico) para realização desses exames, além da capacitação de peritos criminais iniciada em 2017. Em Juazeiro, a microcomparação foi iniciada em 2020, e contabilizou 87 solicitações de exames de confronto balístico. Em 2021, até o mês de agosto, ocorreram 54 requisições. Em Vitória da Conquista, as atividades começaram no ano de 2021, e somam 10 solicitações até o mês de agosto. Desse modo, as demandas dessas regiões começarão a ser supridas por essas cidades, podendo trazer mais celeridade à investigação e à justiça.

2.3 Análise e discussão dos resultados

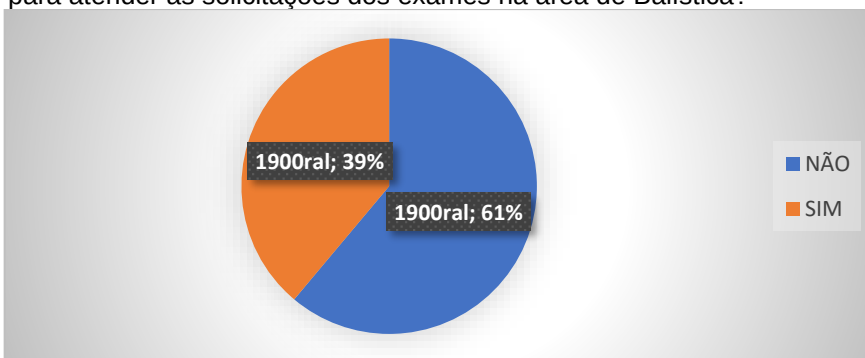
A busca por respostas à pergunta norteadora desta pesquisa, conduziu à constatação de que muito se tem investido na expansão dos serviços de perícias no interior do estado, seguindo o declarado no Plano Estratégico do DPT 2019 – 2025. Contudo, não foram observadas ações destinadas a potencializar a qualidade dos serviços, por meio da padronização de comportamentos técnicos.

A fim de avaliar a percepção do perito criminal lotado no interior da Bahia, em

um universo de 157 peritos criminais, foi aplicado um questionário virtual que foi respondido nos meses de agosto e setembro de 2021 por um total de 36 peritos, com representante das seis macrorregiões que atuam no interior da Bahia.

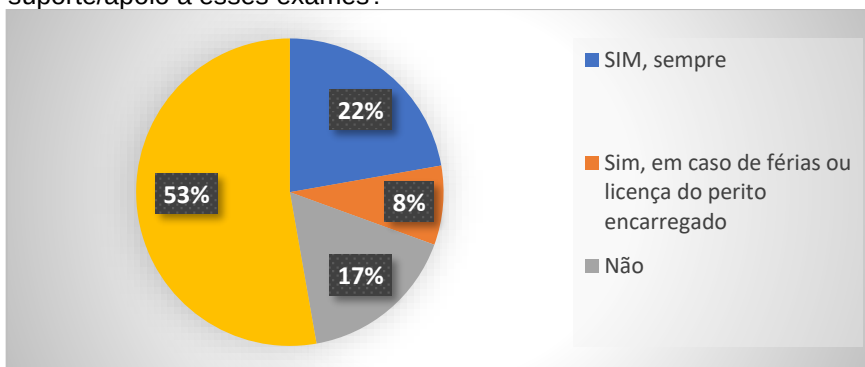
Foi questionado se no local em que está lotado, há perito criminal específico para atender às solicitações dos exames na área de Balística. Nessa questão, obteve-se 61% de respostas negativas, conforme explicita o gráfico 1. Relacionada a essa pergunta, questionou-se, em caso afirmativo, se os outros peritos que atuam na mesma localidade também dão suporte ou apoio a esses exames de balística sendo que a maioria afirmou que essa pergunta não se aplica, já que não há na CRPT divisão por especialidade. É de se destacar que desse recorte de afirmação positiva para a divisão dos trabalhos de balística, 30%, considerando as duas respostas positivas, quais sejam *sim, sempre* e *sim, em caso de férias ou licença do perito encarregado*, tenham afirmado que há participação de outros peritos na realização dos exames relacionados à balística gráfico 2.

Gráfico 1 - Na CRPT em que está lotado, há perito criminal destacado para atender às solicitações dos exames na área de Balística?



Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

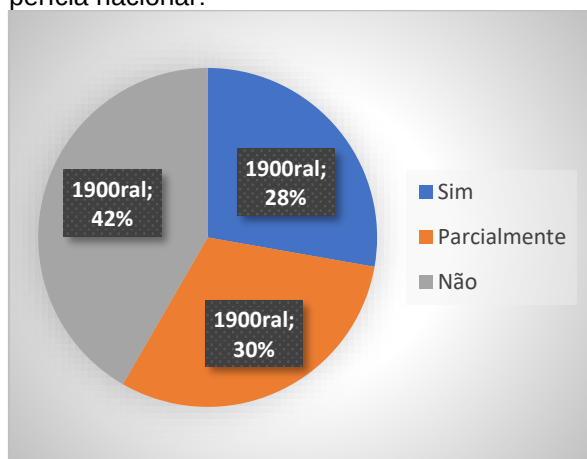
Gráfico 2 - Em caso afirmativo, os demais peritos também dão suporte/apoio a esses exames?



Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

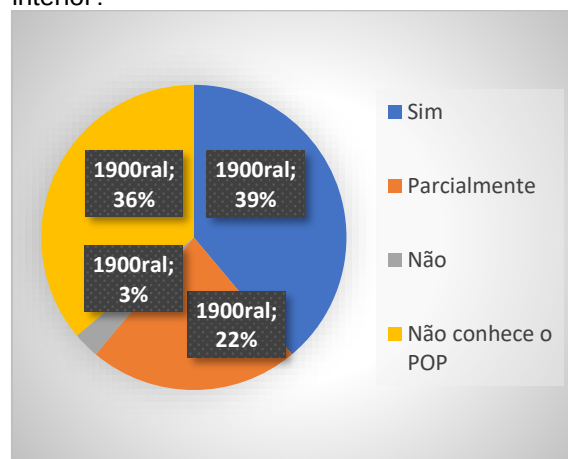
Quanto ao conhecimento acerca do POP elaborado pela SENASP, aplicado à área da balística, observou-se que há, em maioria, um desconhecimento, mesmo que parcialmente, por parte dos peritos criminais que responderam ao questionário, como demonstra o gráfico 3. Afirmaram ainda que há uma dificuldade na aplicação do POP em razão das atividades que os peritos do interior desempenham para além das atividades relacionadas à prática da balística forense, como se vê no gráfico 4.

Gráfico 3 - Tem conhecimento do Procedimento Operacional Padrão (POP) desenvolvido pela SENASP e disponibilizado para todos órgãos de perícia nacional?



Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

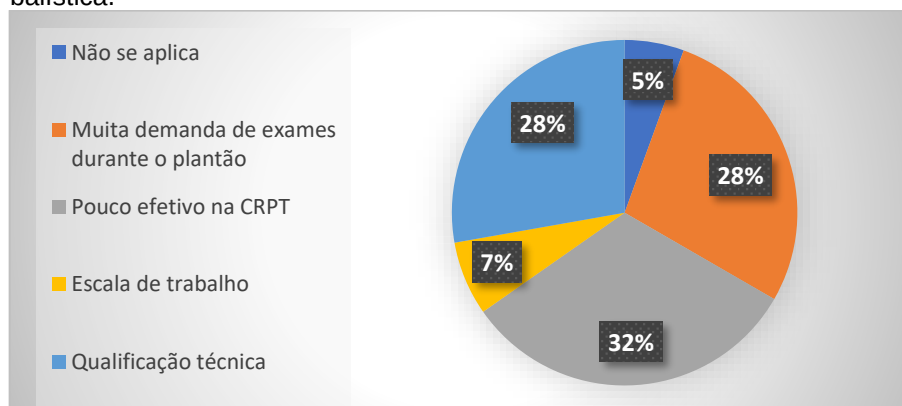
Gráfico 4 - Na sua opinião, a aplicação desse POP se torna mais difícil devido as atividades desempenhadas pelos peritos que atuam no interior?



Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

Em relação a causa dessa dificuldade na aplicação do POP, constatou-se que ocorre devido a pouco efetivo, demanda elevada e ausência de qualificação técnica, conforme gráfico 5.

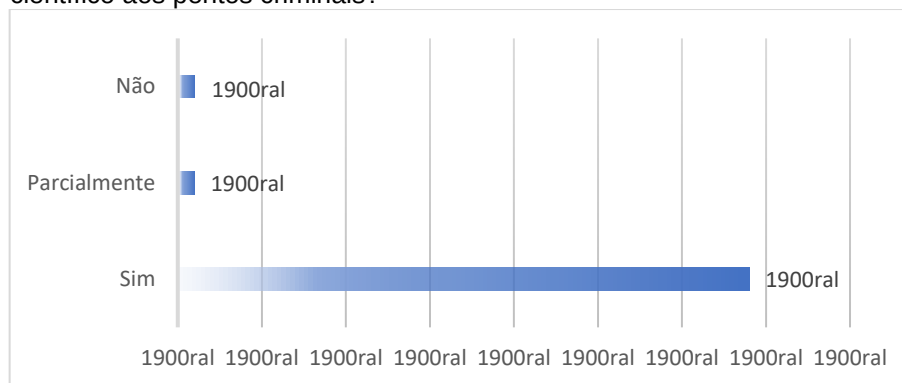
Gráfico 5 - Motivos geradores de dificuldade na aplicação do POP de balística.



Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

No entanto, acreditam que sua aplicação é importante para atribuir maior suporte técnico e científico na execução das atividades desempenhas, conforme resultado apresentado no gráfico 6. Responderam, ainda, em outro questionamento, de forma unânime, que é fundamental a divulgação dos conhecimentos e do procedimentos relacionados aos exames na área através de capacitações e por documentos.

Gráfico 6 - Na sua opinião, a aplicação de um POP é importante para o desempenho das atividades periciais de forma a dar maior suporte técnico e científico aos peritos criminais?



Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

Por fim, foi aberto aos peritos um espaço para sugestão de melhorias para o desenvolvimento dos exames balísticos a fim seguir o rigor técnico e evitar futuros questionamentos. Dentre as respostas, foram destacadas algumas:

1. **Criação/padronização** das áreas de coleta e testes balísticos, **capacitação** dos peritos do interior, criação/adequação de salas de armazenamento de armas e projéteis.
2. Cursos sobre o tema a fim de atualizar os peritos lotados nas CRPTs do interior da Bahia, além de **mais profissionais** para dividir as demandas internas e externas.
3. Melhorar a qualidade da estrutura/equipamentos do local de trabalho, atualização e **reciclagem** dos peritos e padronização dos exames periciais realizados na crpt
4. **Estabelecimentos de POPs** na área e posterior **capacitações dos servidores**. Revisão periódica dos POPs e **educação continuada** dos servidores.
5. **Divulgação** de procedimentos padronizados pela Coordenação de Balística dos exames realizados no interior de forma prática e resumida.
6. **Aproximação** com os Batalhões de Polícia Militar e Clubes de Tiros que tenham estrutura para a realização de testes balísticos.
7. **Capacitação** constante dos peritos criminais.
8. **Procedimento padrão em todas as unidades**

9. Criar equipe especializada em cada CRPT (Respostas ao questionário, 2021, grifo nosso).

Do revelado, depreende-se que o ajuste de condutas e o aprimoramento do conhecimento são importantes para superar dificuldades e proporcionar melhorias nos serviços ofertados para a sociedade. Não basta apenas elaborar procedimentos como forma de padronizar condutas, de forma a garantir o desempenho desejado. É fundamental que o cenário local também seja estudado, proporcionando o surgimento de ideias criativas geradoras de mais qualidade na produção da prova técnica e fortalecimento das unidades periciais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos estudos, observou-se que os procedimentos operacionais enquanto estudo técnico procura descrever os requisitos e atividades necessários para alcance de determinado resultado. No entanto, mesmo não sendo, por vezes, de aplicação obrigatória, é considerado um referencial de técnica aplicável a determinados contextos e operações peculiares da atividade de segurança pública, principalmente na área da perícia criminal.

O uso do POP disponibilizado pela SENASP é um recurso bem aceito na comunidade científica, uma vez que sua produção foi conduzida por autores e especialistas conceituados, além de ter contado com a participação de peritos criminais de vários estados do país. Ficou evidenciado, notadamente diante das respostas dos peritos criminais do interior ao questionário, que a adoção do POP de balística da SENASP, lançado em 2013, pode contribuir para o desenvolvimento dos exames periciais de microcomparação.

Desse modo, os resultados esperados para garantir uma melhor qualidade na gestão administrativa do Departamento de Polícia Técnica da Bahia são fundamentais e de grande importância na contribuição para justiça. Os impactos positivos com a aplicação do procedimento padrão na seara da balística forense em todas as unidades do Estado podem gerar uma mudança significativa no sistema organizacional para atendimento das demandas: há uma otimização do serviço, com redução de falhas e erros, assegurando a segurança no desempenho das atividades pelos servidores, maior qualidade e eficiência nos exames, aumento da produtividade e celeridade na

resposta.

É possível afirmar que a expansão de outros laboratórios para desenvolver o confronto balístico em outras unidades do interior irá proporcionar celeridade na condução da investigação, sendo um facilitador de vidas e fortalecendo a reputação e credibilidade da Instituição junto à sociedade.

Por derradeiro, sugere-se a realização de novas pesquisas, abrangendo a aplicabilidade de outros POP por ventura existentes com a mesma envergadura do POP da SENASP, para além dos exames periciais de balística, com o fito de potencializar as ações periciais em outras áreas. Novas pesquisas podem apresentar mais contribuições para com o tema discutido, especialmente se valendo do enfoque quantitativo, abrangendo um número maior de respondentes aos questionários, tendo em vista que este foi uma limitação deste trabalho, em razão da exiguidade de tempo para sua conclusão.

4 REFERÊNCIAS

BAHIA. Departamento de Polícia Técnica. **Plano Estratégico 2019-2025**. Secretaria da Segurança Pública, Departamento de Polícia Técnica, 1. ed. Salvador: Departamento de Polícia Técnica, 2019a. Disponível em: <http://www.dpt.ba.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BAHIA. Departamento de Polícia Técnica. Secretaria da Segurança Pública. Governo da Bahia. **Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública**. 2. ed. Salvador: Egba, 2019b.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Procedimento operacional padrão: perícia criminal**. Ministério da Justiça, 2013. Disponível em: <http://www.novo.justica.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2021.

REIS, A. B. **Metodologia científica em perícia criminal**. 2 ed. Campinas: Millennium Editora, 2011.

SILVINO JUNIOR, J. B. **Balística Aplicada aos locais de crime**. Campinas, SP: Millennium Editora, 2018.

TÁVORA, N.; ANTONNI, R. **Curso de Direito Processual Penal**. Salvador-Ba: JusPODIVM, 2020.

TOCHETTO, D. **Balística Forense: aspectos técnicos e jurídicos**. 9 ed. Campinas: Millenium Editora, 2018.

GOVERNANÇA EM POLÍCIA OSTENSIVA: AS LIÇÕES DO PLAN CUADRANTE DE SEGURIDAD PREVENTIVA DO CHILE

GOVERNANCE IN OSTENSIVE POLICE: LESSONS FROM THE PLAN CUADRANTE DE SEGURIDAD PREVENTIVA FROM CHILE

Alan Fernandes

RESUMO

O presente artigo busca contribuir com a discussão sobre governança em segurança pública, em especial em relação às atividades e processos ligados ao policiamento, realizado pelas polícias ostensivas. O argumento central é que, no Brasil, a oferta dessa atividade estatal requer alcançar melhores níveis de gestão política, seja para o controle da atividade policial, seja para uma definição em relação aos instrumentos colocados à disposição das corporações encarregadas do policiamento (Polícias Militares) e dos sentidos políticos de seu trabalho. Com esse propósito, o texto apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre uma política pública do Chile, intitulada *Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva*, implementada a partir do final da década de 1990. Ao cotejá-la com os modelos brasileiros, busca oferecer uma metodologia que possibilita conferir melhores níveis de governança sobre tais processos. Conclui que a definição governamental sobre os métodos de distribuição de recursos humanos e materiais, acompanhada de processos de avaliação sobre os resultados alcançados, permite a reorientação das ações promovidas pela polícia e em relação a ela e, assim, além de maior controle em relação a essas corporações, maior aderência às questões de efetividade, eficácia e eficiência.

Palavras-chave: governança em segurança pública; polícia ostensiva; policiamento; *Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva*.

ABSTRACT

This article seeks to contribute to the discussion on governance in public security, especially in relation to activities and processes related to policing, carried out by the ostensive police. The central argument is that, in Brazil, the offer of this state activity requires achieving better levels of political management, whether for the control of police activity or for a definition in relation to the instruments made available to the corporations in charge of ostensive policing (Military Police) and the political meanings of his work. With this purpose, the text presents a bibliographical research on a public policy in Chile, entitled *Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva*, implemented in the late 1990s. By comparing it with Brazilian models, it seeks to offer a methodology that makes it possible to check better levels of governance over such processes. It concludes that the governmental definition of the methods of distribution of human and material resources, accompanied by evaluation processes on the results achieved, allows the reorientation of actions promoted by the police and in relation to it, and thus, in addition to greater control in relation to these corporations, greater adherence to issues of effectiveness, effectiveness and efficiency.

Keywords: governance in public security; ostensive police; policing; *Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva*.

1 INTRODUÇÃO

Governança em segurança pública se insere tanto no eixo dos mecanismos de que a sociedade dispõe para definir os papéis, os métodos e instrumentos para a consecução dessa área da gestão pública, como os instrumentos de controle internos a cada um dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública (BALLESTEROS, 2012; MUNIZ; PROENÇA JR., 2014; PROENÇA JR.; MUNIZ; PONCIONI, 2009; TRINDADE, 2015). Dimensões aprioristicamente distintas, em razão dos direcionamentos a que apontam (Estado-sociedade ou regulamentações internas ao aparelho estatal), compõem, na verdade, em conjunto, o universo político e administrativo pelos quais, ao final e ao cabo, dá-se o direcionamento desejado às atividades em segurança pública. Aspecto duplamente problemático para a realidade brasileira, seja por seu excesso, seja por sua ausência: as polícias, órgãos centrais do exercício da segurança pública, em seus diálogos com a sociedade, ora são demandadas por seus excessos e abusos (LIMA; SINHORETTO, 2011), cuja dimensão é imprescindível quanto ao controle que a sociedade deve exercer sobre essas corporações, vetor que, pela altos números de mortes decorrentes das ações policiais, congregam a maior parte das atenções sobre as práticas policiais, mas que, por seu oposto, não trazem como as polícias devam realizar seu trabalho e, muito pior, o que devem as polícias realizar (FERNANDES, 2021). Esse cenário se concretiza em razão da precariedade dos instrumentos político-normativos que estabeleçam o papel das polícias militares em face da abrangência dos termos que dão sentido às práticas dessas corporações, quais sejam “polícia ostensiva” e “preservação da ordem pública”. Como consequência da fragilidade de uma arquitetura legal que estabeleça os fundamentos políticos a respeito do que, como e com quais sentidos as polícias ostensivas desempenharão seus papéis, o Estado brasileiro, em seus diferentes escalões federativos, pouco se aprofundou em estabelecer uma governança sobre esses processos e seus resultados, possibilitando maior ênfase ao que a polícia não deve fazer, ao sobre o que ela deva fazer. Nestes termos, dialogando com ambas as dimensões desse problema, constata-se uma precariedade na governança que tanto proporcione controle sobre a polícia (BALLESTEROS, 2012; LIMA; SINHORETTO, 2011; PROENÇA JR.; MUNIZ; PONCIONI, 2009), quanto a direcione para melhores níveis de eficiência e efetividade

(RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Como um dos principais mecanismos de governança sobre as ações estatais, houve significativos avanços no Brasil no tocante ao controle dos gastos públicos, sobretudo após a reforma administrativa da década de 1990 (BRESSER-PEREIRA, 2000, 2008). Controles que não somente recaem sobre a probidade e lisura dos gastos em si, mas, ainda que em menor nível, sobre se a destinação dos recursos, realizada pelo Poder Executivo, dialoga com as políticas aprovadas pelo Poder Legislativo. Nesse contexto, os Planos Plurianuais e as Leis Orçamentárias de cada ente federativo constituem importantes instrumentos de fiscalização da sociedade sobre a destinação dos recursos. Assim, os Tribunais de Contas, como órgãos ligados ao Poder Legislativo, ganham importância ao verificar se os gastos atendem ao propósito das políticas públicas (FILGUEIRAS, 2018).

Por excelência, os Tribunais de Conta desempenham, assim, um papel de fiscalizador dos gastos públicos; todavia, são incipientes os esforços que avaliam a efetividade, a eficácia e a eficiência desses gastos. Essa incerteza sobre os resultados dos investimentos públicos aumenta na medida em que as políticas adotadas nas diferentes áreas de atuação do Estado são formuladas pelas burocracias estatais, sem a participação social.

Neste ponto, emergem as questões de governança em segurança pública, pois, não obstante a aderência das polícias aos primados de legalidade dos gastos públicos, sujeitos ordinariamente às análises dos órgãos incumbidos da fiscalização da execução orçamentária, a governança sobre os processos desencadeados por elas, no que se relaciona ao policiamento, residem nas diretrizes construídas internamente a essas próprias instituições. Assim, passam ao largo desses órgãos de controle questões como os critérios para a distribuição do contingente (pessoas) e dos materiais (viaturas, armas, coletes), estratégias de policiamento desenvolvidos (operações, policiamento preventivo, policiamento repressivo, investigação de crimes e preponderância sobre quais infrações averiguar, etc.), metas e métricas de desempenho (BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2016; DURANTE; BORGES, 2000). Em uma atividade estatal de imensa discricionariedade, como é o trabalho da polícia, essa dimensão inicialmente mais interna ganha maior relevância pois a diferente alocação de recursos, ou ainda a sua carência, tem a potencialidade

de produzir distorções na oferta de segurança públicas à sociedade. Com isso, quer-se dizer que tais variáveis constituem pontos sensíveis da atividade policial, que, no Brasil, escapam aos projetos de governança em ação.

Com esse escopo, este artigo problematizará a questão da governança no que tange às polícias ostensivas no Brasil e apresentará uma metodologia implementada junto aos *Carabineros de Chile* que oferece ganhos de transparência e *accountability*, mas também de planejamento e acompanhamento das estratégias de policiamento e de distribuição de recursos policiais.

2 DESENVOLVIMENTO

Em sentido *latu*, governança pode ser entendida como a capacidade de prover direção e comando sobre processos e ações levadas a efeito por instituições quanto aos sentidos definidos pelos decisores com legitimidade para tal (BEVIR, 2011; CRAWFORD, 2006; LE GALÈS, 2011). Nesses termos, tanto se aplica a instituições privadas, quanto estatais, com sensíveis mudanças, quanto aos *decision makers*: enquanto, naquelas, a direção cabe, em rápida análise, ao dirigente ou ao corpo diretivo incumbido pelos proprietários, nessas, a governança cabe, em último grau, à sociedade, por meio dos agentes públicos que possuam a outorga de mandato para condução dessas instituições (governo) (OLIVIERI; NESTLEHNER; PAIVA JR, 2018). Por certo, em especial quanto às instituições públicas, uma série de questões que envolvem os processos de controle da sociedade sobre esses agentes públicos, tão mais profundos quanto democráticos forem os países nos quais se desenvolvem. Aqui, prestação de contas, transparência e uma arquitetura institucional que permita conectar os interesses da sociedade com as políticas promovidas pelo Estado, por meio de seus agentes, qualificam a democracia de um país.

A partir deste ponto, busca-se apresentar uma experiência na polícia uniformizada chilena, que oferece um modelo técnico-político com potencialidade de ganhos em governança em relação às polícias. O *Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva* (PCSP) é uma iniciativa que tem como início o ano de 1996, em que os *Carabineros de Chile*, pressionados por maior participação da sociedade e por crescentes exigências em relação aos problemas de insegurança (CARABINEROS DE CHILE, 2010), lançaram uma iniciativa-piloto na região de *Santiago Sur*, pela qual

estabeleceu-se um nível de oferta de policiamento ostensivo que fosse capaz de dar conta da demanda naquele território. Essas medidas foram alocadas governamentalmente em uma posição que alcançava esferas mais elevadas que a própria corporação policial na definição dos recursos humanos e materiais necessário para atingir um nível ótimo de oferta, com a consequente destinação orçamentária para tal. A definição desses parâmetros para a distribuição de recursos (criação de unidades de policiamento, distribuição de contingente, armas e viaturas) seguiu variáveis criminais e populacionais, tal qual outros modelos policiais encontrados (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2003), mas também incorporou a introdução de outras variáveis, tais como chamados de emergência, existência de espaços de aglomerações públicas (estádios, praças de manifestações públicas), apenas para citar alguns. A partir de 1999, o PCSP foi expandido para outras regiões ligadas à *Jefatura da Zona Metropolitana* de Santiago e, a partir de 2002, estendeu-se a outras partes do país. Chama a atenção que a expansão do PCSP se deu conforme novos planejamentos orçamentários passaram a ser elaborados pelo governo chileno, o que permitiu que tanto exigiu que a política fosse recorrentemente avaliada, quanto conferiu perenidade a ela.

Um dos avanços apresentados foi a metodologia de aferição das quantidades de alocação de efetivo policial e das modalidades de policiamento nas diferentes localidades chilenas. Elaborada em conjunto pela Faculdade de Economia e Administração da Pontificia Universidad Catolica (PUC) do Chile, constituiu o passo inicial que permitisse parametrizar a demanda exigida à polícia e a oferta dos serviços policiais em suas diferentes modalidades de policiamento ostensivo (policiais a pé, policiais em motocicleta, viaturas pequenas ou alocados em furgões policiais, por exemplo). Assim, foi criada a *Unidad de Vigilancia Equivalente* (UVE), que estabelece o grau de percepção que uma equipe tem em detectar possíveis problemas que requeiram intervenção policial, a oportunidade de reação, o efeito surpresa e o efeito presença, pelo qual se avalia a capacidade de prevenir delitos (CONTRERAS, 2017; GOBIERNO DE CHILE, 2007; GÓMEZ R., 2017).

Figura 1 - Unidades de Vigilância Equivalentes das patrulhas dos *Carabineros de Chile*.

TIPO DE VIGILANCIA	CAPACIDAD DE VIGILANCIA (UVE)
Radiopatrulla (3 PNI)	1,00
Radiopatrulla (2 PNI)	0,80
Furgón Z (3 PNI)	1,00
Moto todo terreno	0,45
Carabinero a pie	0,20
Carabinero montado	0,30
Retén Móvil (3 PNI)	1,20
Retén Móvil compuesto (3 PNI + 2 MTT)	2,10
Carabinero servicio tránsito	0,15
Punto fijo	0,10
Efecto cuartel fijo	Fuerza efectiva * 0,008

Fonte: Carabineros de Chile (2010, p. 29).

Conhecida a vigilância oferecida por cada uma dessas patrulhas, com seu correlato sobre qual a distância que cada modalidade percorre em um turno de serviço (segundo os *Carabineros de Chile*, em oito horas de serviço uma viatura percorre 82 quilômetros lineares), estabeleceu-se uma Metodologia para determinar o Nível de Vigilância que a polícia entrega em cada quadrante (CONTRERAS, 2017).

Já para a aferição da demanda, foram considerados quatro variáveis, que são:

- fatores de prevenção (população, quilômetros lineares, nível de crimes);
 - fatores de procedimentos (atendimentos gerados pela comunidade);
 - fatores de fiscalização (fiscalização de instituições bancárias, bares, feiras livres e escolas);
 - fatores de ordens judiciais (demandas originadas pelo Poder Judiciário);
 - fatores de serviços extraordinários (locais de concentração pública eventuais, como eventos esportivos e manifestações públicas)
- (GOBIERNO DE CHILE, 2007).

Segundo os *Carabineros de Chile*:

Neste 'Modelo de Funcionamento Ótimo de Unidades com Plano de Quadrante para Segurança Preventiva', são definidos os processos e produtos entregues pelas Unidades Territoriais, cuja oferta deve ser pelo menos igual à demanda, de modo que, se uma Unidade Policial possuir o recurso humano, logístico e tecnológico necessário, será necessário demonstrar resultados positivos em sua gestão. Portanto, quando se estabelece que os novos processos e subprocessos são definidos como atividades relevantes e fundamentais para o cumprimento da estratégia PCSP, serão atribuídos os respectivos indicadores de gestão, que poderão

monitorar permanentemente seus resultados (CARABINEROS DE CHILE, 2010, p. 37–38, tradução nossa).

O modelo de parametrização da alocação de recursos humanos e materiais chileno se apresenta bastante sofisticado ao incorporar, diferentemente ao de outras polícias no Brasil, outras variáveis que vão além das questões populacionais e das taxas de crimes, trazendo as demandas comunitárias e legais atribuída a essa corporação. Além disso, por meio da UVE, apresenta um cálculo bastante inovador ao buscar estabelecer uma quantidade de capacidade de vigilância pelas diferentes modalidades de patrulha, ao mesmo tempo em que busca estabelecer seu correlato em termos das demandas por serviço. Ainda que apresente algumas fragilidades (WINCHESTER; ZAMBRANO; JUAN, 2007), como pelo fato de que as métricas das UVE tenha como metodologia o julgamento dos próprios policiais quanto à oferta de vigilância de cada uma das modalidades, sem que fossem encontrados outros métodos que validassem essa avaliação, acrescido ao fato de que igualmente não ficam claros os métodos pelos quais foi feita a conversão das demandas (fatores de ordens judiciais e fatores de serviços judiciais, principalmente), pode-se afirmar que apresenta uma potência de responder à pergunta de quantos policiais são necessários para uma oferta ótima de policiamento.

Todavia, para as discussões que são trazidas no artigo, importa menos a discussão sobre a metodologia empregada, mas o potencial de transparência e governança que o PCSP oferece à sociedade. Isso porque a construção dos indicadores apresenta duas vantagens em relação às polícias no Brasil.

A primeira delas que reside na questão da transparência dos indicadores sobre os quais se dão as métricas para a distribuição dos recursos policiais. Elaborado pela universidade, sob coordenação do *Ministerio de Planificacion y Cooperacion*, a implantação do PCSP ocorreu consoante a definição dessa política pelo Poder Executivo, em suas instâncias mais superiores, representado pelo *Ministerio da Defensa* e *Ministerio do Interior*, além do próprio *Ministerio de Planificacion y Cooperacion* (ALBUERNO et al., 1996; POBLETE, 2011), das necessidades de contratação de pessoas e da aquisição de recursos materiais para a colocar a ação em curso. Assim, a alocação dos ativos deixa de ser uma deliberação interna, para compor uma agenda governamental mais ampla, e que, por contar com diferentes

atores, em especial de governança pública, como o Poder Legislativo, responsável pela aprovação dos orçamentos, confere a possibilidade de uma governança do provimento de policiamento nos diferentes territórios do Chile.

Um segundo aspecto de incremento na governança das polícias e pelas polícias é o fato de que a metodologia incorpora não somente o quanto destinar, mas quais modalidades de policiamento a serem empregadas. Os diferentes valores de vigilância de cada patrulha, representado pelas UVE, permite cotejar que diferentes formas de policiamento levam a diferentes resultados na entrega de polícia ostensiva.

Quadro 1 - Indicadores associados ao *Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva*.

Indicador	Memória de Cálculo	Fonte
Vitimização Geral e por tipo	% de vitimização obtido por comuna	Pesquisa Nacional de Vitimização
Taxa de detenção	$\text{detenções} / (\text{detenções} + \text{denúncias}) * 100$	Níveis operacionais
Quantidade de denúncias por tipo	soma das denúncias por tipo	Níveis operacionais
Efetivo Operacional	$\text{efetivo operacional} / \text{dotação total de efetivo} * 100$	Níveis operacionais
Delitos por 10 mil habitantes	$\text{detenções} + \text{denúncias} / \text{população local} * 10.000$	Níveis operacionais
Temor	% temor ao risco de ser vítima de um delito	Pesquisa Nacional de Vitimização

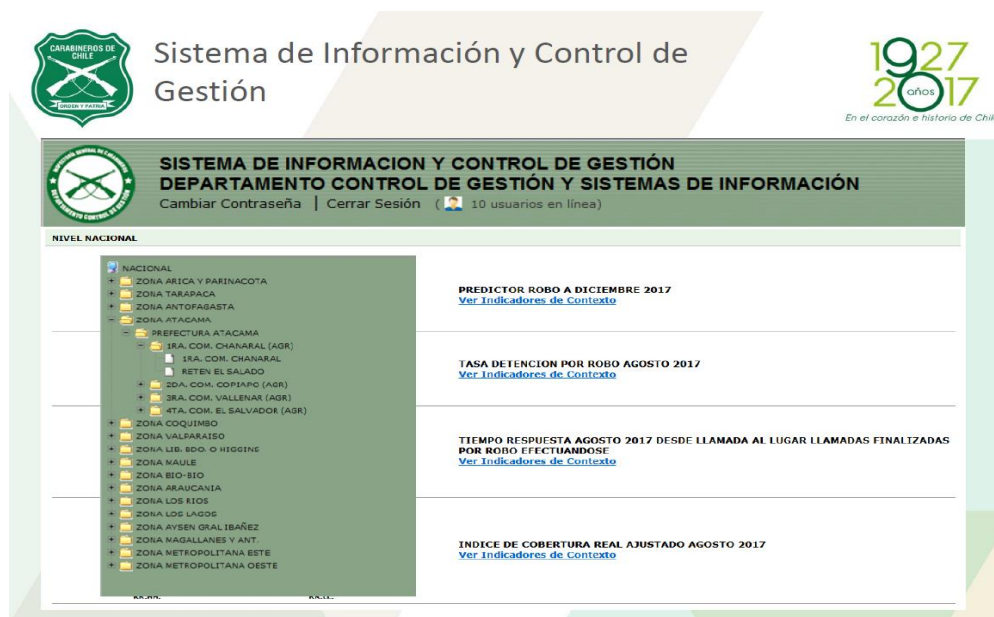
Fonte: Fernandes (2019); Carabineros de Chile (2010).

Um terceiro aspecto se dá no acompanhamento da oferta de serviço policial em face das dinâmicas sociais (população, crimes e outras demandas policiais), por meio da análise de indicadores mais amplos que aos clássicos modelos de acompanhamento de taxas de registros de crimes, como se vê a seguir. Com isso, as variáveis de desempenho policial extrapolam os ambientes institucionais internos e são apropriados na gestão governamental mais ampla, permitindo uma governança mais bem elaborada sobre os processos ligados ao policiamento e, consequentemente, à segurança pública, conforme Quadro 1.

Em 2017, foram incorporados ao modelo os indicadores Tempo-resposta de atendimento das chamadas de roubo e Índice de Cobertura Policial. Por meio de um

sistema interno aos *Carabineros de Chile*, esses indicadores são alimentados e acompanhados com a utilização do *Sistema de Información y Control de Gestión* (Figura 2).

Figura 2 - Software Sistema de Información y Control de Gestión.



Fonte: Gómez (2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo chileno de governança sobre as estratégias de policiamento e dos processos mais amplos que busquem dar conta das demandas sociais por segurança permite que a definição do papel da polícia ostensiva seja mais amplamente definida que as decisões burocráticas internas às corporações policiais. Como consequência, mesmo internamente à corporação, ocorrem ganhos de governança, na medida em que alavanca os instrumentos de gestão corporativa, mas também na relação polícia e sociedade. A gestão política da atuação policial, a começar pela importante questão de distribuição dos recursos humanos e materiais, concomitante à avaliação dos resultados alcançados, alça a questão da polícia a planos mais decisórios do governo e confere estatuto político (e não mais policial, portanto) às questões ligadas ao policiamento.

Objetivamente, o PCSP chileno, em relação à arquitetura de governança de polícia no Brasil, confere maior transparência sobre os indicadores que guiam a

distribuição dos recursos policiais, as estratégias de policiamento a serem empregadas conforme a demanda de cada território e estabelece metodologias de avaliação dos resultados da política em curso. Para isso, imprescindível uma arquitetura governamental que traga as questões de polícia ostensiva para o centro da política, assumindo a direção de uma atividade tão essencial para a definição do papel do Estado junto à sociedade.

4 REFERÊNCIAS

ALBUERNO, M. A. S. et. al. **Automatizacion e interconexion de unidades policiales (AUPOL)**. Programa de Adiestramiento en Preparación y Evaluation de Proyectos. Santiago. Disponível em: https://catalogo.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=3629&query_desc=su%3A%22POLICIA%22. Acesso em: 30 set. 2021.

BALLESTEROS, P. K. R. **Governança Democrática: por uma perspectiva de análise e construção das políticas de segurança pública no Brasil**. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

BEVIR, M. Governance as theory, practice, and dilemma. In: BEVIR, M. (org.). **The SAGE Handbook of Governance**. Londres: SAGE Publications Ltd, 2011. p. 1–16.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório Sistemático de Fiscalização da Segurança Pública**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2016. Disponível em: <https://tcu.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/753855089/relatorio-de-levantamento-rl-2521820158/inteiro-teor-753855225>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 7–26, 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6289>. Acesso em: 30 set. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O modelo estrutural de gerência pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 391–410, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6638>. Acesso em: 30 set. 2021.

CARABINEROS DE CHILE. **Nuevo Manual Operativo del Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva: Lo aprueba Y dispone medidas para su cumplimiento**, 2010. Disponível em: <https://www.carabineros.cl/transparencia/og/og1960.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

CONTRERAS, H. Eficiencia Policial: Cobertura policial para el control del delito.

Análisis, n. 13, p. 1–28, 2017. Disponível em: <https://repositorio.udd.cl/handle/11447/1399>. Acesso em: 25 set. 2021.

CRAWFORD, A. Networked governance and the post-regulatory state?: Steering, rowing and anchoring the provision of policing and security. **Theoretical Criminology**, v. 10, n. 4, p. 449–479, 2006.

DURANTE, M.; BORGES, D. Avaliação de Desempenho em Segurança Pública. **Segurança, Justiça e Cidadania**. Ministério da Justiça, ano 3, nº 5., Brasília, p. 63–86, 2000. Disponível em: https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume5/avaliacao_desmpenho_seguranca_publica.pdf. Acesso: em 30 set. 2021.

FERNANDES, A. **Governança Policial e Segurança Pública**: Análise a oferta de polícia ostensiva em São Paulo e proposta de aprofundamento da capacidade de Gestão Operacional da Polícia Militar Paulista. 2019. 154 p. Tese (Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública). Centro de Altos Estudos de Segurança, São Paulo, 2019.

FERNANDES, A. Entre a ausência e o excesso do mandato policial no Brasil: lições de governamentalidade em Michel Foucault. In: FRANÇA, F. G. (org.). **Questões de Segurança Pública**. João Pessoa/PB: Ideia, 2021. p. 116–137.

FILGUEIRAS, F. Burocracias do controle, controle da burocracia e accountability no Brasil. In: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: Ipea/Enap, 2018. p. 355–381.

GOBIERNO DE CHILE. **Programa Plan Cuadrante de Seguridad Preventiva**. Santiago, 2007. Disponível em: http://www.dipres.gob.cl/597/articles-140457_r_ejecutivo_institucional.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

GÓMEZ, F. **Carabineros de Chile, Seguridad Pública y Participación Ciudadana**. Seminário apresentado junto ao Instituto Sou da Paz. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos/documento/apresentacao-seminario-internacional-carabineros-de-chile-f-gomez-r>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LE GALÈS, P. Policy Instruments and Governance. In: **The SAGE Handbook of Governance**. Londres: SAGE Publications Ltd, 2011. p. 142–159. Disponível em: http://sk.sagepub.com/reference/hdbk_governance/n10.xml. Acesso em: 30 set. 2021.

LIMA, R. S.; SINHORETTO, J. Qualidade de democracia e polícias no Brasil. In: LIMA, R. S. (org.). **Entre palavras e números**: violência, democracia e segurança pública no Brasil. São Paulo: Alameda, 2011. p. 129–152.

MUNIZ, J.; PROENÇA JR., D. Mandato policial. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 491–502.

OLIVIERI, C.; NESTLEHNER, J.; PAIVA JR, P. C. A. Governança, Governança Corporativa e Governança Pública: os diferentes debates de um conceito em construção. **REA - Revista Eletrônica de Administração**, v. 17, n. 2, p. 230 a 247, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002935833>. Acesso em: 25 set. 2021.

POBLETE, P. T. La evaluación de la labor policial preventiva: logros e aprendizajes recientes en Chile. In: LUNECKE, A.; OLAVE, R. S. (org.). **Seguridad ciudadana y políticas de prevención local en America Latina**. Santiago, Chile: Asociación Chilena de Municipalidades, Centro Internacional para la Prevención de la Criminalidad, Universidad Alberto Hurtado, 2011. p. 243–294. Disponível em: <https://pdpa.georgetown.edu/Security/citizenssecurity/chile/evaluaciones/laborpolicial.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Instruções para a distribuição e o completamento do efetivo policial-militar territorial (I-28-PM)**. São Paulo: CSM/MInt, 2003.

PROENÇA JR., D.; MUNIZ, J.; PONCIONI, P. Da Governança de Polícia à Governança Policial: **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 14–50, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/55119/Downloads/50-Texto do artigo-85-1-10-20120921.pdf>. Acesso em: 20 abr 2019.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012. v. 46. DOI: 10.1590/S0034-76122012000500005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 jul. 2021.

TRINDADE, A. Estado, governança e segurança pública no Brasil: Uma análise das secretarias estaduais de Segurança Pública. **Dilemas**, v. 8, n. 4, p. 607–632, 2015.

WINCHESTER, L.; ZAMBRANO, G.; JUAN, L. **Informe Final De Evaluación Programa Plan Cuadrante De Seguridad**. Ministerio da Defensa, Subsecretaría de Carabineros, 2007. Disponível em: http://www.dipres.gob.cl/597/articles-140457_informe_final.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VERDE NA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

SUSTENTABILITY AND TECHNOLOGY: A STUDY ABOUT GREEN INFORMATION TECHNOLOGY IN THE FEDERAL DISTRICT STATE POLICE

**Aline Cabral Costa Andrade
Helder Arns Pedron
Mauro de Oliveira Alencar**

RESUMO

O objetivo do presente estudo é investigar a viabilidade de implantação de medidas de TI verde na Polícia Civil do Distrito Federal. Para isso, foi realizada pesquisa de campo, de caráter qualitativo, exploratório, descritivo e etnográfico, com entrevistas individuais semiestruturadas com 21 servidores. A partir da análise de conteúdo das entrevistas, com a categorização dos relatos dos participantes, não se evidenciou a existência de uma consciência ambiental entre servidores da instituição, bem como não há uma política institucional nesse sentido, embora haja uma recente adesão à Agenda Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Essa ausência de consciência ambiental, somada à ausência de uma política conduz a procedimentos indesejados em relação à sustentabilidade. No entanto, foram identificadas a existência de medidas pontuais de sustentabilidade. Embora desconhecido o conceito de Tecnologia da Informação Verde, quando os servidores referem economia na área de Tecnologia da Informação, referem medidas vinculadas a ela.

Palavras-chave: tecnologia da informação verde; Polícia Civil do Distrito Federal; qualitativa.

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the feasibility of implementing green IT measures in the Civil Police of the Federal District. To achieve this, field research was carried out, of qualitative, exploratory, descriptive and ethnographic nature, with semi-structured individual interviews with 21 servers. From the analysis of the content of the interviews, with the categorization of the participants' reports, there is no existence of an environmental awareness among employees of the institution, as well as there is no institutional policy in this regard, although there is a recent adherence to the Environmental Agenda of the Ministry of the Environment. This lack of environmental awareness, added to the absence of a policy, leads to unwanted procedures in relation to sustainability. However, the existence of specific sustainability measures was identified. Although the concept of Green Information Technology is unknown, when servers refer to savings in Information Technology, they refer to measures linked to it.

Keywords: Green information technology; Civil Police of the Federal District; qualitative.

1 INTRODUÇÃO

A revolução tecnológica elevou a Tecnologia da Informação nas organizações

a um patamar estratégico. No entanto, ao mesmo tempo em que garantiu benefícios às pessoas e organizações, o progresso tecnológico fomentou um comportamento social de desperdício e exagero (LUNARDI, ALVES E SALLES, 2012; SARTORI et al, 2014), além de gerar custo adicionais, relacionados, por exemplo, ao descarte e obsolescência dos itens.

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) é parte integrante da Administração Pública do Distrito Federal. Objetivando acompanhar a modernização do Poder Executivo, tem como desafio essencial prover infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação. Dividida em diversas unidades, com propósitos e competências específicas, tem atuado no sentido de promover melhorias constantes de Tecnologia da Informação Organizacional.

Em 2016, a Portaria nº 58 criou o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil do Distrito Federal (CGTIC/PCDF) e em 2020 a PCDF aderiu à Agenda do Ministério do Meio Ambiente (A3P), que visa, essencialmente, a redução do dano ambiental causado pela Administração Pública.

É nesse cenário que se inclui o questionamento essencial do presente trabalho: Quais seriam os desafios enfrentados pela PCDF na implantação de medidas de Tecnologia da Informação Verde (TIV) na PCDF?

Assim, o objetivo principal do presente trabalho foi investigar a realidade empírica da PCDF quanto ao uso da TIV. Já os objetivos específicos foram: a) investigar a percepção sobre sustentabilidade por parte dos policiais; b) descrever possíveis práticas sustentáveis, por parte dos policiais na área de tecnologia c) descrever possíveis ações institucionais referentes à sustentabilidade na área de tecnologia e d) descrever as vantagens apontadas pela literatura no uso da TIV.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial Teórico

2.1.1 Sustentabilidade e Inovação

A revolução tecnológica potencializou os riscos ao meio ambiente, com impacto direto sobre a vida útil dos recursos naturais, tornando-os cada vez mais escassos (LUNARDI, FRIO e BRUM, 2010). O rápido esgotamento dos recursos naturais e a crescente preocupação a respeito da disparidade da distribuição das riquezas, bem

como a responsabilidade social das organizações, tem tornado questões relacionadas à sustentabilidade cada vez mais significativas no que toca a pesquisa científica e práticas das organizações (DAO, LANGELLA e CARBO, 2011), inclusive a inovação.

Os objetivos que impulsionam as organizações a inovar estão relacionados à adoção de métodos que busquem melhorar o desempenho institucional e alcançar vantagem competitiva (SEEBODE et al., 2012).

2.2 Tecnologia da Informação Verde (TIV)

2.2.1 Conceito

Embora não haja um consenso, esse termo tem sido usado para indicar quaisquer atividades ou medidas de tecnologia da informação que tenham objetivos orientados pela sustentabilidade empresarial e pela responsabilidade social corporativa (CHEN et al., 2008; SCHIMIDT et al., 2010).

2.2.2 Desafios e vantagens da TIV

Conscientizar os gestores e indivíduos quanto aos benefícios de ações em prol do meio ambiente é essencial para criar processos e práticas mais sustentáveis nas organizações (MELVILLE, 2010).

Sob essa perspectiva, as organizações devem empregar práticas que estimulem seus colaboradores a aderir a políticas de responsabilidade ambiental (PELOZA, HASSAY, 2006). Assim, mesmo após verificar as vantagens da TIV e decidir por sua aplicação, cabe às organizações desenvolver políticas cristalinas, delineando objetivos e estabelecendo metas, planos de ação e prazos para implementação (OZTURK et al., 2011)

De acordo com Kim e Ko (2010), as organizações que não se preocupam com sustentabilidade possuem uma tendência de aumento de seus custos de produção e, nesse ponto, é importante salientar que sustentabilidade ambiental converge com o pensamento econômico (WATSON, BODREAU e CHEN, 2010).

2.3 Tecnologia da Informação Verde nas Organizações

Embora muitas organizações reconheçam o desenvolvimento sustentável como uma iniciativa estratégica relevante, esta ainda carece de respostas em vários

aspectos.

Deng e Ji (2015) indicaram que as pesquisas na área de TIV são bastante fragmentadas, carecendo de uma estrutura teórica holística. Assim, embora reconheçam os benefícios estratégicos da TIV, não é possível determinar quais seriam os fatores determinantes para sua implantação, sugerindo que podem atuar nesse sentido tanto fatores externos quanto motivações internas.

3 METODOLOGIA

3.1 Revisão de Literatura

Embora tenham sido inicialmente localizados 1.007 artigos, apenas 02 abordaram práticas de TIV em instituições policiais, ambos com desenho de estudo de caso. Tal circunstância evidencia a carência de estudos brasileiros nessa área do conhecimento

No primeiro deles de Adalberto Sacramento, em 2018, objetivou o desenho de um plano de ação para implantação de medidas de eficiência energética no Palácio da Polícia Civil do Estado da Bahia.

Marcelo Penha, em 2017, teve por objetivo relatar a implantação de ferramentas baseadas no conceito de TI Verde no setor de correios e arquivos do Departamento de Suporte Administrativo do Comando Geral (DSACG) da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), de forma a reduzir o consumo de insumos de impressão e os impactos ambientais decorrentes desta atividade.

3.2 Desenho de Pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se por abordagem qualitativa, descritiva e exploratória do contexto de TIV na PCDF.

O sucesso da implantação de medidas de TIV está relacionada com compreensão e modificação de comportamentos e rotinas em níveis organizacionais e depende da conjugação do comportamento real dos colaboradores e da entidade (JENKIN, 2011). Para investigar a realidade institucional e as práticas atuais a estratégia de pesquisa mais adequada é a qualitativa.

Além disso, não há instrumento validado em território nacional para realizar tal avaliação. Nesse sentido, uma ferramenta bastante apropriada é a entrevista

semiestruturada, visto que sua configuração permite flexibilidade e ampliação dos questionamentos.

3.3 Instrumento

Objetivando explorar o contexto de TIV na PCDF, foi construída uma entrevista semiestruturada, com base em aspectos considerados de interesse a partir da literatura, como familiaridade com o tema, práticas e resistências.

3.4 Procedimento

As entrevistas foram realizadas entre agosto e setembro de 2020, no ambiente de trabalho dos participantes. Os participantes foram cientificados do sigilo de seus dados pessoais e que a participação era voluntária. Autorizaram também gravação e transcrição das entrevistas, para fins de análise.

3.5 Participantes

Colaboraram com a pesquisa 21 servidores efetivos e em atividade no âmbito da PCDF. As idades variaram entre 33 e 55 anos e tempo de serviço entre 06 anos e 21 anos, ou seja, servidores pertencentes a segunda classe até a última classe das carreiras policiais civis, a classe especial. A maioria dos participantes possui escolaridade de nível de pós-graduação.

Tabela 1 - Caracterização da amostra.

CARACTERÍSTICA	PARTICIPANTES
SEXO	
Homens	13
Mulheres	08
IDADE	
30 a 40 anos	07
40 a 50 anos	10
> 50 anos	04
ESCOLARIDADE	
Nível Médio	01
Graduação	10
Pós-graduação	09
Mestrado	02
REGIME DE TRABALHO	
Expediente	18
Plantão	03
CARGO OU FUNÇÃO COMISSIONADA	

Ocupantes	12
Não Ocupantes	08
TEMPO NA PCDF	
03 a 05 anos	02
05 a 10 anos	03
10 a 15 anos	07
15 a 20 anos	05
> 20 anos	04
CLASSE	
3a Classe	-
2a Classe	03
1a Classe	05
Classe Especial	13
TOTAL GERAL	21

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Desses, 5 eram chefes de Seções de Apoio Administrativo e Análise Estatística, outros 5 eram chefes de Cartório, junto ao Departamento de Polícia Circunscrição ou ao Departamento de Polícia Especializada. Estes foram especificamente escolhidos visto que dependem diretamente dos sistemas informatizados da PCDF para execução do trabalho, bem como da internet para comunicação com os outros órgãos; 3 estavam lotados na Divisão de Tecnologia e 2 na Divisão de Telecomunicações. Outros 3 na Divisão de Recursos Materiais. Objetivando alcançar a diversidade de visões e experiências, foram selecionados servidores de diferentes áreas de atuação e unidades organizacionais.

Guerra (2014) indica que a representatividade dos entrevistados deve estar centrada na capacidade dos entrevistados em fornecer os dados necessários à pesquisa. Dessa forma, buscou-se amostra heterogênea e representativa do quantitativo total de servidores, por meio da visão de servidores ligados a atividades que dependem diretamente do uso da tecnologia da informação, na atividade finalística, assim como aqueles da atividade de suporte nos campos de tecnologia, telecomunicações e recursos materiais. Assim, embora a amostra seja pequena em relação a universalidade de servidores da organização, esta pode ser percebida como representativa.

3.6 Análise de dados

Após a transcrição, as entrevistas foram examinadas usando a técnica de análise de conteúdo e categorização das respostas. Esse tipo de análise consiste na

segmentação do texto em diversas unidades e categorias conforme reagrupamentos analíticos.

Foram 3 momentos: análise inicial, exploração do material e tratamento dos resultados. Na etapa final, de tratamento dos resultados, foram realizadas inferências e interpretação das entrevistas.

4 RESULTADOS

Após a coleta e análise dos dados conforme os procedimentos já descritos no capítulo anterior, foram identificadas as categorias de respostas relatadas e discutidas a seguir.

4.1 Uso de tecnologia da informação na Policial Civil do Distrito Federal

As entrevistas apontam, de forma unânime, a indispensabilidade do uso da Tecnologia da Informação para o exercício das atividades de polícia judiciária, indicando o progressivo estreitamento dessa relação.

Apesar da utilidade da TI na realização das atividades de polícia judiciária, 18 das 21 entrevistas relataram carência de capacitação do usuário, limitando o uso das tecnologias disponíveis.

Os resultados também indicam que os servidores da PCDF não possuem familiaridade com o termo TIV, visto que apenas 2 dos 21 participantes informaram ter ouvido falar, superficialmente, sobre esse tema em situações externas à atividade ou instituição policial.

Dessa maneira, os resultados indicam que a organização é altamente dependente da TI para realização de suas atividades.

4.2 Consciência Ambiental

Bedante e Slongo (2004) revelam que indivíduos com maiores níveis de consciência ambiental tendem a tomar decisões levando em consideração o impacto ambiental de suas posturas e ações.

Assim, 19 dos 21 das entrevistas informam não perceber atitudes de “consciência ambiental” na organização. Tendo alguns informado como sendo “retórica”, “ausente” e “irrelevante”.

Os resultados indicam que comportamentos indesejáveis no campo da sustentabilidade não se limitam ao uso da Tecnologia da Informação, havendo relato consistente sobre o desperdício de papel (16/21) e energia elétrica (10/21). Também foi relatado o uso o descarte inadequado do lixo, sem levar em consideração a separação em lixo orgânico ou reciclável por 3 (três) dos entrevistados.

Neste ponto, é importante mencionar que a promoção de comportamentos de conservação ambiental pode se dar tanto por meios de medidas de educação ambiental (LOKHORST et al., 2013) quanto por de normas (SCHULTZ et al., 2007). Penha (2017) indica que mesmo no âmbito policial, a capacitação conduz a redução do uso do papel e aumento de vida útil do toner.

Dessa forma, não só não foram localizados indícios de consciência ambiental, seja no discurso ou na prática diária, seja do ponto de vista individual ou organizacional. Os resultados sugerem práticas ambientalmente indesejáveis e desperdício de recursos, em especial relacionados à impressão e de energia elétrica.

4.3 Economia de Recursos e Sustentabilidade

Em relação à economia dos recursos materiais disponíveis, os resultados revelam indícios de que não há prática de controle sobre a quantidade de recursos materiais utilizadas, tanto quanto ao uso em si quanto ao controle de estoque.

Os resultados também indicam que as medidas de economia se dão mais em função de contingenciamento de recursos do que por uma questão de racionalização do consumo, havendo precariedade em ações preventivas e corretivas.

Questionados quanto a sugestões ou exemplos de medidas para economia de recursos na área de Tecnologia da Informação, os resultados indicaram que, apesar de desconhecerem conceitualmente a TIV, os exemplos estão relacionados com o uso de impressões, aspecto intimamente relacionado com a TIV.

Penha (2017) percebeu que, na medida em que os conhecimentos envolvendo sustentabilidade e práticas de TI Verde eram compartilhados com os colaboradores da instituição policial, notou-se maior engajamento destes na mudança de postura em relação às rotinas de impressão, com queda significativa do consumo de papel e nas folhas inutilizadas nos meses subsequentes à capacitação dos servidores.

Lunardi et al (2013) indica diversos benefícios quanto à adoção de práticas de Tecnologia da Informação Verde. E tais benefícios, como redução de custos e do desperdício, podem ser alcançados com medidas simples, de fácil adoção e baixo investimento, quando comparados com os benefícios e a conscientização do servidor é a mais relevante.

4.4 Percepção dos Servidores em relação à visão Institucional sobre sustentabilidade

Nessa seara, foram encontrados indícios que apontam para uma preocupação institucional incipiente quanto aspectos de sustentabilidade. As ações vivenciadas pelos servidores foram pontuais e decorrentes de iniciativas isoladas de alguns gestores em âmbito operacional.

Neste ponto, interessante mencionar que em 2020, a Polícia Civil do Distrito Federal aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), se comprometendo a integrar esforços para desenvolver, no âmbito da instituição, projetos destinados à implementação do Programa.

Nenhuma entrevista evidenciou conhecimento sobre a adesão da Polícia Civil do Distrito Federal a essa Agenda. No entanto, três deles mencionaram medidas recentes no tocante às licitações públicas no sentido de torná-las mais sustentáveis.

4.5 Evidências da Cultura Institucional

Neste ponto, é importante ressaltar que, para que haja resultados da implantação de TIV, a organização deve ser proativa na abordagem de questões ambientais, protegendo o meio ambiente, enquanto reduz seu impacto sobre ele (KO et al., 2011). Nesse aspecto, o posicionamento por parte dos gestores tem bastante relevância, vez que parte deles o direcionamento da organização (DICK E BURNS, 2011).

A maioria dos participantes do estudo (20) informaram não ter recebido de forma institucional qualquer “treinamento, determinação ou orientação” no sentido de tornar suas condutas mais sustentáveis, de forma que não evidenciam a percepção de uma política ou orientação institucional nesse sentido.

No entanto, relatam medidas pontuais, a depender do gestor de cada unidade.

No entanto, tais medidas não são decorrentes de uma política ou determinação geral, mas dependentes da visão do gestor da unidade.

É importante salientar que organizações que adotam práticas sustentáveis devem encorajar seus colaboradores a se envolverem no processo e, assim, aderirem às suas políticas de responsabilidade ambiental (PELOZA; HASSAY, 2006).

Neste ponto, é importante mencionar que 18 entrevistas evidenciaram que, institucionalmente, as mudanças de comportamento ou atitudinais encontram barreiras durante a implantação, em geral em função da cultura do meio policial de resistir à modificação de procedimentos e, assim, manter o *status quo*.

Ao investigar os valores de servidores da PCDF, Pedron (2017) encontrou indícios de que os valores predominantes dentro da carreira são os de conservação e de autopromoção. De acordo com o autor, tais resultados indicam que os servidores da PCDF enxergam mudanças como fatores de insegurança, enquanto se preocupam mais com aspectos individuais do que com aspectos coletivos, como o cuidado com a natureza. No mesmo sentido, Brito (2018) aponta que, na área de segurança pública, as mudanças de paradigmas são dificultadas pelos mitos institucionais.

Os resultados indicam necessidade de promoção da conscientização dos tomadores de decisão e dos subordinados sobre o impacto de suas ações sobre o meio ambiente e quais são os benefícios de atuar de maneira mais sustentável (MELVILLE, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, as organizações, sejam elas públicas ou privadas, estão sob intensa pressão por parte da legislação, usuários, órgãos reguladores e grupos comunitários, para que implementem práticas sustentáveis. Neste sentido, equilibrar desempenho econômico e ambiental é uma questão estratégica.

A demanda pela gestão ambiental cresce continuamente e a adoção de práticas verdes gera valor para as organizações e para a sociedade e os benefícios percebidos ultrapassam os custos para o planejamento e implantação de medidas de sustentabilidade ambiental em TI.

Por outro lado, para que a TI Verde traga resultados é primordial que a organização esteja consciente sobre a necessidade de se tornar pró-ativa.

O presente estudo é preliminar e tem como objetivo essencial investigar o nível de implementação de TIV na Polícia Civil do Distrito Federal. Para isso, precisou descrever a realidade empírica e identificar a existência ou não de práticas de TI verde, mesmo que inicialmente ela não fosse percebida dessa maneira pelos participantes, além de verificar a atitude dos servidores em relação a ela.

Neste sentido, verificou-se a Tecnologia da Informação permeia toda a atividade institucional, seja ela a atividade fim ou atividade meio. No entanto, os participantes referem uma carência na formação/capacitação do servidor.

Não ficou evidenciada a existência de consciência ambiental por parte dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal, inclusive com adoção de práticas indesejadas. Corroborando com a carência em capacitação, os servidores relataram desconhecer os conceitos de Tecnologia da Informação Verde ou Sustentável. No entanto, ainda que incipiente, já se percebe a adoção de medidas nessa área.

Relataram desconhecer qualquer norma ou orientação dos dirigentes da instituição no sentido de tornar os procedimentos sustentáveis. No entanto, embora seja percebida uma incipiência de política institucional, foi possível identificar medidas pontuais, dependentes de decisão de gestores de unidades.

Uma informação relevante é a adesão da Polícia Civil do Distrito Federal à Agenda Ambiental do Governo Federal, que demanda a modificação ou implantação de novos procedimentos, calcados na sustentabilidade. Embora tal adesão não tenha sido amplamente comunicada aos colaboradores, estes indicam um indício de movimentação institucional. Por outro lado, uma barreira potencial à implantação de medidas de Tecnologia da Informação Verde seria uma parcela de cultura institucional, que se mostra resistente à modificação de procedimentos.

A importância da presente pesquisa está essencialmente em seu ineditismo. A pesquisa nessa área do conhecimento é escassa quando relacionada com a atividade policial em geral. Neste sentido, esse trabalho fornece embasamento não só para pesquisas futuras, mas também pode auxiliar tomadas de decisões por parte dos gestores. Nesse ponto, é importante ressaltar que, embora ofereça um panorama sobre a temática nessa organização, este é um trabalho-piloto, realizado em prazo exíguo de tempo.

Por outro lado, a abordagem exclusivamente qualitativa emerge como uma

limitação do presente trabalho. No mais, embora o trabalho exploratório possa fornecer dados importantes de como a realidade é percebida pelo colaborador, seria necessário ampliar o número de participantes, para que a amostra se tornasse mais ampla e, conseqüentemente, mais representativa, para que a realidade seja captada com maiores nuances e assertividade. Outra questão a ser levantada é que a complementação com uma abordagem também quantitativa poderia conduzir a compreensão melhor sobre o fenômeno estudado.

6 REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2, p. 146-154, 2010.

CHEN, A.; BOUDREAU, M.; WATSON, R. **Information systems and ecological sustainability. Journal of Systems and Information Technology, Sustainability and Information Systems**, v. 10, n. 3, 2008, p. 186-201

CHEN, S. H.; LEE, K. P. The role of personality traits and perceived values in persuasion: An elaboration likelihood model perspective on online shopping. **Social Behavior and Personality: An international journal**, 36(10), 1379-1400. 2008.

DAO, V.; LANGELLA, I.; CARBO, J. **From Green to Sustainability: Information Technology and An Integrated Sustainability Framework**. J. Strateg. Inf. Syst. 2011

DICK, G.; BURNS, M. **Green IT in small business: an exploratory study**. Proceedings of the Southern Association for Information Systems Conference, Atlanta, USA. 2011.

GUERRA, E. L. A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014.

JENKIN, T. A.; WEBSTER, J.; MCSHANE, L. An agenda for “green” information technology systems research. **Information and Organization**, 21(1), p. 17-40. 2011.

KIM, Y. S.; KO, M. **Identifying Green IT leaders with financial and environmental performance indicators**. Proceedings of the Americas Conference on Information Systems (AMCIS), Lima, Peru, 2010.

LUNARDI, G. L.; FRIO, R. S.; BRUM, M. M. Tecnologia da informação e sustentabilidade: levantamento das principais práticas verdes aplicadas à área de tecnologia. **Rev. Interinst. Psicol.** [online]. 2011, vol. 4.

LUNARDI, G. L.; ALVES, A. P.; SALLES, A. C.. TI Verde e seu Impacto na Sustentabilidade Ambiental. In: **XXXVI EnANPAD, Anais...** Rio de Janeiro. 2012

MELVILLE, N. I. **Innovation for Environmental Sustainability**. MIS Quarterly. v. 34. n. 1, p. 1-21. Mar., 2010.

NIDUMOLU, R.; PRAHALAD, C. K.; RANGASWAMI, M. R. Why sustainability is now the key driver of innovation. **Harvard business review**, 87(9), 56-64. 2009.

OZTURK, A.; UMIT, K.; MEDENI, I. T.; UCUNCU, B.; CAYLAN, M.; AKBA, F.; MEDENI, T. D. Green ICT (Information and Communication Technologies): a review of academic and practitioner perspectives. **International Journal of eBusiness and eGovernment Studies**, 3(1), p. 1-16, 2011.

PEDRON, H. A. **Os Delegados Foram Alocados com Justiça? Valores Humanos como Preditores da Percepção de Justiça Organizacional na Distribuição da Alocação Funcional dos Delegados da Polícia Civil do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2017.

PELOZA, J.; HASSAY, D. N. Intra-organizational volunteerism: good soldiers, good deeds and good politics. **Journal of Business Ethics**, 2006.

PENHA, M.. **Adoção de Práticas de TI Verde em Procedimentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2017.

SARTORI, S. et al . **Mapeamento do estado da arte do tema sustentabilidade ambiental direcionado para a tecnologia de informação**. Transinformação, Campinas, v. 26, n. 1, p. 77-89, Abr. 2014.

SCHMIDT, N. H.; EREK, K.; KOLBE, L. M.; AND ZARNEKOW, R. **Predictors of Green IT Adoption**: Implications from an Empirical Investigation. AMCIS 2010 Proceedings. 367. 2010.

SEEBODE, D.; JEANRENAUD, S.; BESSANT, J. **Managing innovation for sustainability**. R&D Management. 2012.

ESTUDO DAS EMISSÕES DE ÓXIDO DE NITROGÊNIO (NO_x) E MATERIAL PARTICULADO (MP) DO TRANSPORTE MARÍTIMO

STUDY OF NITROGEN OXIDE (NO_x) AND MATERIAL EMISSIONS PARTICULATE (MP) OF MARITIME TRANSPORT

**Anderson da Silva Palmeira
Katty Santos da Silva Marques
Davidson Martins Moreira**

RESUMO

O transporte marítimo é amplamente utilizado e está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico da região. No Brasil, a Baía de Todos Santos (BTS) é a maior baía tropical do mundo, localizada no Estado da Bahia, que possui o maior litoral do país, onde está localizada a região portuária, área de atuação da Guarda Portuária. O Porto de Salvador é responsável por 57% das exportações do Estado. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi investigar a contribuição do transporte marítimo nas emissões de óxido de nitrogênio (NO_x) e material particulado (MP) no ano de 2015 no Porto de Salvador, uma proposta para segurança pública diante da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para isto, o modo de operação dos navios analisado foi referente ao momento de atracação quando estes operam em velocidade reduzida. Os resultados mostram que o transporte marítimo no Porto de Salvador em 2015, contribuiu com cerca de 61% do NO_x e 4% do MP nas emissões atmosféricas da região. Este estudo representa um avanço inicial para a construção de um inventário de emissões atmosféricas, considerando as principais fontes com potencial poluidor na Região Metropolitana de Salvador.

Palavras-chave: transporte marítimo; emissões atmosféricas; Nox; MP; Guarda Portuária.

ABSTRACT

Maritime transport is widely used and is directly related to the region's economic development. In Brazil, the Todos Santos Bay (BTS) is the largest tropical bay in the world, located in the State of Bahia, which has the longest coastline in the country, where the port region, the Port Guard's operating area, is located. The Port of Salvador is responsible for 57% of the State's exports. In this context, the aim of this study was to investigate the contribution of maritime transport in nitrogen oxide (NO_x) and material particulate (PM) emissions in 2015, in the Port of Salvador, a proposal for public safety in the light of the National Solid Waste Policy. For this, the operation mode of the analyzed ships was related to the mooring moment when they operate at reduced speed. The results show that maritime transport in the Port of Salvador in 2015, contributed about 61% of NO_x and 4% of PM in atmospheric emissions in the region. This study represents an initial advance towards the construction of an inventory of atmospheric emissions, considering the main sources with polluting potential in the Metropolitan Region of Salvador.

Keywords: Maritime transport, atmospheric emissions; NO_x; MP; Port Guard.

1 INTRODUÇÃO

O transporte marítimo está diretamente relacionado com o desenvolvimento econômico por se tratar de um meio de transporte eficiente e com alto potencial de contribuição do setor incluído (SARAÇOĞLU et al., 2013).

Entre os diversos segmentos que utilizam o transporte marítimo estão o comércio internacional, transporte a granel de diversos tipos de mercadorias, alimentação e transporte de pessoas. Em relação aos outros meios de transporte, os navios se destacam por transportar um volume de carga, materiais e pessoas em menos tempo e reduzir custos no longo prazo (DENIZ, KILIC, 2010; DENIZ et al., 2010).

No Brasil, a Baía de Todos Santos (BTS) é a maior baía tropical do mundo, localizada no Estado da Bahia, que possui o maior litoral do país, onde estão os portos de Salvador e Aratu-Candeias. Apesar da pandemia COVID-19, o Porto de Salvador registrou crescimento de 8,12% na movimentação acumulada neste ano em maio, em relação ao ano anterior (ICS, 2014).

No transporte marítimo, os combustíveis usados são classificados em dois tipos principais: Bunker ou óleo combustível intermediário (IFO) ou óleo combustível marinho (MFO), que é usado em grandes motores principais em sistemas de navios de grande porte.

No Brasil, a Resolução ANP nº 52/2010 estabelece o limite máximo de enxofre de 3,5%. Para Diesel Marítimo (DMA) ou Gasóleo Marítimo (MGO) utilizado nos motores principais, propulsão, em embarcações médias e pequenas, por exemplo, barcos de passageiros e de passageiros, estabelece o limite máximo do teor de enxofre de 0,5% em massa para o diesel marítimo (CODEBA, 2020).

O monitoramento ambiental deve ser feito pela Guarda Portuária, que exerce uma função de segurança pública nos Portos Organizados sendo Agente Operacional do Sistema Único de Segurança Pública e órgão interno das Autoridades Portuárias. A Guarda Portuária é integrante estratégico do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), conforme Lei nº 13.675, no art. 9º, § 2º, XVI.

Recomendação nº 3/2021 – Ministério Público do Trabalho - Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário (CONATPA). E o Word Bank (2003) faz referência às principais funções da polícia da autoridade portuária: (1) a

aplicação do estatuto do porto - modelo brasileiro de forma análoga utiliza o plano nacional de segurança pública portuária da CONPORTOS que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) conforme a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; (2) o plano de segurança pública portuária de cada porto organizado, em conformidade com a Lei nº 12.815/13, art. 17, XV; especialmente no que diz respeito às regras de trânsito (CTB - art. 7 A); e (3) proteção do meio ambiente, no Brasil por meio da Lei nº 12.815/13, art. 17, VI; Superintendência de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade (ANTAQ) e prevenção de acidentes (NR-29 item 29.6.3.4, “a”).

Neste sentido, as emissões do transporte marítimo representam, de forma significativa, as emissões totais nas regiões portuárias. Isso porque utilizam motores potentes e utilizam combustíveis pesados, ricos em elementos que reagem, interagem e se acumulam, aumentando sua concentração na atmosfera (EYRING et al., 2010; YAU et al., 2012).

Os cruzeiros são os tipos de navios que mais consomem combustíveis devido à propulsão necessária para atender às necessidades do hotel (SOUSA et al., 2020; HOWITT et al., 2010). Neste contexto, o transporte marítimo ainda carece de estudos que visem a sua contribuição para as emissões atmosféricas e o seu impacto na qualidade do ar. Assim, é essencial desenvolver metodologias confiáveis que possam quantificar essas emissões.

Uma estimativa precisa requer uma base de informações confiável sobre o consumo de combustível nos diferentes modos de operação de um navio, bem como as características do próprio combustível (ICCT, 2007). Portanto, o objetivo deste estudo é quantificar as emissões de NOx e MP no Porto de Salvador, considerando o modo de operação como atracação (os navios operam em marcha baixa), para o ano de 2015, considerando o teor de enxofre no óleo combustível utilizado em 3%, uma proposta para segurança pública diante da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2 METODOLOGIA

2.1 Procedimento executado para calcular as emissões

Inicialmente foram obtidos os dados referentes às entradas e saídas de navios

no ano de 2015, através do anuário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

A metodologia adotada para o cálculo das emissões segue a abordagem *Bottom-up* por ser mais precisa no cálculo emissões em relação a metodologias baseadas no consumo de combustível. A metodologia foi baseada no estudo Entec (ENTEC, 2010; DIAS, 2016) em função da base de dados, modo de operação, fator de carga (FE) permitindo uma melhor avaliação da área de estudo.

O cálculo das emissões dos navios do Porto de Salvador no momento da atracação para o ano de 2015, considerando o teor de enxofre do óleo combustível utilizado a 3%, foi realizado conforme a Eq. (1) dado por:

$$E_{atr}(g) = T(h) \left[\left(MP(kW) FC_{MP}(\%) FE\left(\frac{g}{kWh}\right) \right) + \left(MA(kW) FC_{MA}(\%) FE\left(\frac{g}{kWh}\right) \right) \right] \quad (1)$$

Na Eq. (1), E_{atr} representa a massa (g) de um poluente emitido quando atracado num porto; T representa o tempo que um navio passa atracado em um porto (h); MP representa o valor da potência do motor principal (kW); FCMP representa o fator de carga do motor principal quando o navio está atracado (%); FE representa o fator de emissão atribuído a cada navio em modo navegação, em função do tipo de combustível utilizado e do tipo de motor (g / kWh); MA representa o valor da potência do motor auxiliar (kW) e FCMA representa o fator de carga do motor auxiliar quando o navio está atracado (%). As emissões calculadas serão obtidas em gramas e convertidas em toneladas.

Para cada categoria de navios (graneleiro, contêineres, carga geral, navios de cruzeiro, outros), foi utilizado um determinado valor de potência MP (motor principal) e MA (motor auxiliar), o tipo de combustível utilizado por eles e o valor da velocidade média.

Os navios possuem motores movidos a um combustível que é formulado a partir de uma fração do petróleo e uma mistura de diluentes, composta por óleo diesel pesado e óleo leve de reciclagem (LCO), do processo de craqueamento catalítico.

O mercado segue a especificação contida na norma ISO8217. O tempo de permanência de cada navio atracado em um porto foi determinado pelo cálculo da

Assim, optou-se por não considerar os horários de entrada neste porto e, para os navios que entram e saem do porto no mesmo dia, assume-se um tempo de atracação de 12 horas. Para as demais, foi calculada a diferença entre a data de saída e a data de entrada.

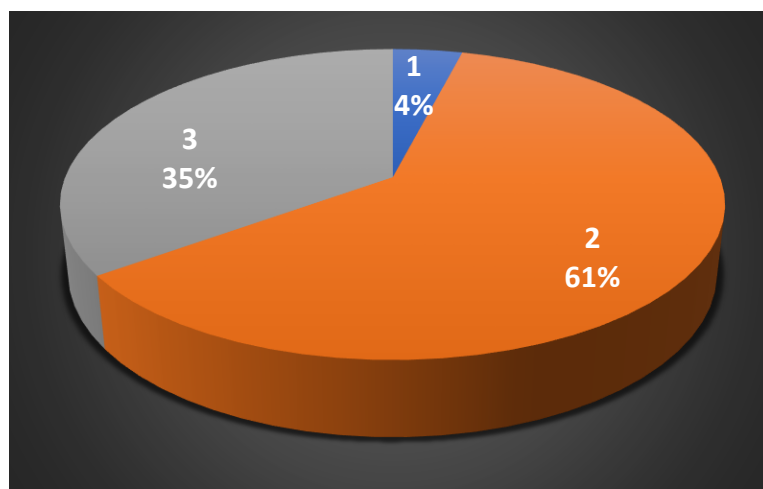
A Figura 1, representa a área de estudo, onde tem-se a localização geográfica do Porto de Salvador. O Porto de Salvador está inserido na maior Baía tropical do mundo e destaca-se na estrutura portuária nacional. Sendo responsável por cerca de 57% das exportações do Estado, com 2.092 m de berços de atracação e profundidade que varia de 8 m (armazéns 1 e 2) a 15 m (terminal de contêineres e píer de conexão), com a capacidade de atracar oito navios simultaneamente.

A média de navios atracados no mês é de 75 que operam principalmente com carga geral containerizada, carga geral, trigo, celulose e frutas. Além disto, o Porto de Salvador é um dos principais destinos das rotas de cruzeiros pela costa brasileira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Figura 2, têm-se as emissões totais de NO_x e MP no porto marítimo de Salvador em 2015 referentes aos navios no modo operacional definido como atracação. Neste modo os navios operam com velocidade reduzida. As emissões de NO_x são destacadas em laranja e as emissões de MP em azul.

Figura 2. Emissões de NO_x e MP no porto marítimo de Salvador.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Os parâmetros regulamentados referentes as emissões atmosféricas provenientes de portos marítimos são: CO₂, SO₂, NO_x, COV e MP. No entanto, há liberação de outros compostos químicos como o óxido nitroso (N₂O), monóxido de carbono (CO) e hidrocarbonetos (HC). No entanto, o foco deste estudo foi investigar a contribuição de NO_x e MP. E isto é justificado nos impactos gerados pela emissões destes compostos a saúde pública e ao meio ambiente quando comparada a outros.

O NO_x ou óxidos de nitrogênio são resultado do processo de combustão em diferentes motores. O NO_x ao reagir com COV's na presença de luz solar, dá origem ao ozônio troposférico, que é um dos principais componentes do 'smog' ou névoa fotoquímica. A exposição a estes nevoeiros pode causar problemas cardíacos e respiratórios, segundo a Agência de Proteção do Ambiente dos Estados Unidos da América (USEPA) (ENTEC, 2005; USEPA, 2000).

O MP ou material particulado refere-se a mistura de partículas no ar, incluindo combustível não queimado e fuligem e elementos incombustíveis, resultantes de combustão do petróleo ou diesel que ocorre nos motores e queima de combustíveis

fósseis (lignite, biomassa, carvão) (HULSKOTTE, HAC, 2010; DRAGOVIĆ et al., 2015). E são classificados conforme a granulometria das partículas em suspensão sendo que quanto menor o diâmetro aerodinâmico mais nocivos se tornam a saúde pública.

As emissões atmosféricas em portos marítimos de navios atracados em portos são as mais críticas quando comparadas a outros modos de operação. Isso pode ser explicado pelo tempo que os navios se aproximaram, manobraram, permaneceram atracados no porto e um consumo considerável de RO (Óleo Residual) em relação à fração destilada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi estimar as emissões de NOx e MP referentes aos navios que atracaram no Porto de Salvador em 2015, utilizando metodologia desenvolvida pela *Entec UK Limited*, uma proposta para segurança pública diante da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Por se tratar de uma região onde se concentra o maior litoral do país, responsável por cerca de 57% das exportações, estudos como este são essenciais.

Além disto, as emissões de navios podem ser transportadas por longas distâncias na atmosfera, do mar para a terra e de um continente para outro, com impactos de escalas regionais a globais. E em centros urbanos e áreas de alta densidade populacional, essas emissões afetam diretamente a população residente no entorno dos portos.

Os resultados obtidos mostraram que as contribuições dos poluentes NOx e MP foram, respectivamente, 61% e 4%. Isso demonstra a importância desta investigação quanto aos efeitos do aumento desses poluentes na composição atmosférica local.

Por se tratar de uma metodologia de estimativa, existem incertezas associadas à categoria dos navios e ao combustível consumido por cada categoria. Assim, sugere-se que para trabalhos futuros sejam utilizados programas baseados no Sistema de Identificação Automática (AIS), implementado em navios, que é um sistema automático de identificação de embarcações.

5 REFERÊNCIAS

ANTAQ, Agência Nacional De Transporte Aquaviário. **Raio X da frota brasileira na navegação de apoio marítimo – principais empresas e suas frotas**. 2011.

BRASIL. **Lei nº 12815, de 5 de junho de 2013**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12815-5-junho-2013-776175-publicacaooriginal-140048-pl.html>. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de Junho de 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **Recomendação nº 3/2021 – Ministério Público Do Trabalho**. Disponível em: <https://mpt.mp.br/>. Acesso em: 24 set. 2021.

CODEBA. **Companhia Docas do estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodedba/pt-br/home.php>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CORBETT, J. J. et al. Lauer, Mortality from Ship Emissions: A Global Assessment. **Environ. Sci. Technol**, v. 41, 2007.

DENIZ, C.; KILIC, A. Estimation and assessment of shipping emissions in the region of Ambarlı Port, Turkey. **Environmental progress & sustainable energy**, v. 29, n. 1, p. 107-115, 2010.

DENIZ, C.; KILIC, A.; CIVKAROGLU, G. Estimation of shipping emissions in Candarli Gulf, Turkey. **Environmental monitoring and assessment**, v. 171, n. 1, p. 219-228, 2010.

DIAS, J. M. G. **Cálculo das Emissões de Navios que Atracaram em Portos Portugueses**. 2016.

DRAGOVIĆ, B. et al. Ship emissions and their externalities in cruise ports. **Transportation Research Part D: Transport and Environment**, v. 61, p. 289-300, 2018.

ENTEC. Creating the environmental for business. **Defra UK Ship Emissions Inventory**. Disponível em: https://uk-air.defra.gov.uk/assets/documents/reports/cat15/1012131459_21897_Final_Report_291110.pdf. 1–268. 2010. Acesso em: 24 set. 2021.

ENTEC. European Commission Directorate General Environment Service Contract on Ship Emissions: Assignment. **Abatement and Market-based Instruments**. 2005.

FUGLESTVEDT, J. S. et al. Transport impacts on atmosphere and climate: Metrics. **Atmospheric Environment**, v. 44, n. 37, p. 4648-4677, 2010.

HOWITT, O. J. A. et al. Carbon emissions from international cruise ship passengers' travel to and from New Zealand. **Energy Policy**, v. 38, n. 5, p. 2552-2560, 2010.

HULSKOTTE, J. H. J.; HAC Denier. Fuel consumption and associated emissions from seagoing ships at berth derived from an on-board survey. **Atmospheric Environment**, v. 44, n. 9, p. 1229-1236, 2010.

ICCT. The International Council on Clean Transportation 2007. **Air Pollution and Greenhouse Gas Emissions from Ships: Impacts, Mitigation Options and Opportunities for Managing Growth**.

ICS. International Chamber of Shipping 2014. **Shipping, World Trade, and the Reduction of CO₂, Safety4sea, in Emissions**, Dez. 3, 2014.

INTERNATIONAL CONVENTION FOR THE PREVENTION OF POLLUTION FROM SHIPS - MARPOL 73/78. **Regras para a prevenção da poluição do ar por navios**, Anexo VI. 1997.

PORT REFORM TOOLKIT, **The World Bank. 2003, p. 80-81**. Disponível em: <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/library/port-reform-toolkit-ppiaf-world-bank-2nd-edition>. Acesso em: 24 set. 2021.

SARAÇOĞLU, H.; DENİZ, C.; KILIÇ, A. An investigation on the effects of ship sourced emissions in Izmir Port, Turkey. **The Scientific World Journal**, v. 2013, 2013.

SHARMA, D. C. 2006. Ports in a storm. **Environmental health perspectives**, vol. 114,4: A222-31. DOI:10.1289/ehp.114-a222.

SONG, S. Ship emissions inventory, social cost and eco-efficiency in Shanghai Yangshan port. **Atmospheric Environment**, v. 82, p. 288-297, 2014.

SOUSA, C. et al. 2020. Distribuição de combustíveis marítimos no Brasil, em conformidade com o IMO 2020: oportunidades e desafios para o Brasil. **FGV Digital Repository**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30505>

TAMADDONI, M. et al. Experimental study of the VOC emitted from crude oil tankers. **Process Safety and Environmental Protection**, v. 92, n. 6, p. 929-937, 2014.

USEPA, Environmental Protection Agency. Analysis of Commercial Marine Vessels Emissions and Fuel Consumption Data. **Office of Transportation and Air Quality U.S.**, 420-R-00-002. 2000.

YAU, P. S. et al. Estimation of exhaust emission from ocean-going vessels in Hong Kong. **Science of the total environment**, v. 431, p. 299-306, 2012.

IDENTIFICAÇÃO DAS VULNERABILIDADES A DESASTRES POR INUNDAÇÕES RELACIONADAS AO CANAL DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO - PARAÍBA/BRASIL

IDENTIFICATION OF VULNERABILITIES TO DISASTERS DUE TO FLOODS RELATED TO THE SÃO FRANCISCO RIVER TRANSPOSITION CHANNEL - PARAÍBA/BRAZIL

Arthur Tibério de Lacerda Vieira
Hamilcar José A. Filgueira
Angela Amorim de Araujo

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar as vulnerabilidades a risco de desastres por inundação relacionadas ao transbordamento das águas do canal da transposição do rio São Francisco no município de Monteiro-PB, utilizando o modelo descritor do terreno *Height Above the Nearest Drainage* (HAND). O MDE utilizado da área de estudo foi obtido de imagens de satélites disponíveis da missão ALOS PALSAR. Como parâmetros de estudo, foram estabelecidas projeções de transbordamento do canal, graduadas em 0,5 m, 3 m e 5 m, acima da sua bordadura. Como resultado, as imagens demonstraram um grau de segurança aceitável da estrutura do canal, onde os danos causados por uma possível inundação decorrente do transbordamento não afetam severamente a zona urbana. O estudo foi capaz de delimitar as zonas afetadas pelas simulações de inundação, graduando as áreas em níveis de risco, podendo subsidiar o poder público na tomada de decisões em ações de prevenção e mitigação de danos.

Palavras-chave: planejamento e gestão; modelo descritor do terreno; redução de risco de desastres; inundação.

ABSTRACT

This research aimed to identify as vulnerabilities a risk of flood disasters related to the overflow of water from the São Francisco river transposition channel in the municipality of Monteiro-PB, using the terrain descriptor model *Height Above the Nearest Drainage* (HAND). The DEM used in the study area was published from available satellite images from the ALOS PALSAR mission. As study parameters, channel overflow projections were defined, graduated at 0.5 m, 3 m and 5 m above its border. As a result, the images demonstrated an acceptable degree of safety of the canal structure, where damage caused by possible flooding resulting from the overflow does not severely affect the urban area. The study was able to delimit the areas affected by the flood simulations, grading them as areas in risk levels, which can support the public in decision-making in actions to prevent and mitigate damages.

Keywords: planning and management; terrain descriptor model; disaster risk reduction; inundation.

1 INTRODUÇÃO

O Rio São Francisco tem a sua nascente na região mineira da Serra da Canastra e sua bacia hidrográfica é composta por cinco estados, sendo eles Minas Gerais, Goiás, Bahia, Alagoas, Sergipe, além do Distrito Federal. A área de drenagem de sua bacia hidrográfica contempla 639.220 km². Com 2.700 quilômetros de extensão o seu fluxo de água pode variar de 2.100 m³/s, chegando até 3.000 m³/s em alguns trechos mais próximos à foz entre os estados de Alagoas e Sergipe, culminando no litoral do Atlântico (PIRES, 2019).

A localização do rio e seu volume de vazão, foram pontos discutidos para desenvolver um projeto que iria manter diversas regiões do Nordeste com irrigação. Fatores ambientais e discussões a respeito da efetivação do projeto fizeram com que a execução demorasse a ser implantada (FERREIRA, 2021).

Com o intuito de transportar 1,4% da água do Rio São Francisco, foi idealizado e executado um projeto com 478 km de extensão, que incluem a construção de canais, aquedutos, túneis, estações elevatórias, reservatórios e subestações de energia elétrica. A obra foi dividida em dois eixos, Norte e Leste, que levariam água para a população de 390 municípios distribuídos em quatro estados nordestinos. Em março de 2017, a presença de suas águas na região paraibana do município de Monteiro tornou-se realidade (RODRIGUES, 2020).

No início do período de funcionamento do eixo Leste, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) notificou sobre o rompimento da estrutura do canal adutor no município de Salgueiro-PE que resultou em uma erosão hídrica. A notícia foi veiculada em âmbito nacional, evidenciando o problema de que caso houvesse outro incidente, e a região não estivesse preparada para uma situação de desastre, devido ao grande volume de água, danos estruturais causariam impactos significativos na região beneficiada pela transposição (PEIXINHO, 2018).

Apesar dos desastres climatológicos serem os mais comuns, de acordo com a publicação do *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais - 2013*, os desastres hidrológicos despontam como os mais danosos economicamente, representando prejuízos aproximados de três a quatro vezes maiores quando comparados aos desastres geológicos e meteorológicos. Somando-se os registros de enxurradas e inundações, no período do ano de 1991 a 2012, obtêm-se 12.750 ocorrências, que equivalem a

32,6% de todos os desastres naturais computados no período (CEMADEN, 2016). Na contabilização dos registros de desastres e mensuração de danos humanos, a região brasileira mais atingida foi a Nordeste, com 15.210 ocorrências e 56 milhões de pessoas afetadas. Os eventos naturais na Paraíba afetaram, naquele mesmo período, mais de 9 milhões de pessoas. O impacto sobre a população em geral chegou à marca de 127 milhões de pessoas afetadas nas 39 mil ocorrências computadas no período do estudo (COSTA et al., 2018).

Em estudos para a estimativa de áreas passíveis de inundação entorno de obras hidráulicas o poder público normalmente utiliza medidas não-estruturais, como a delimitação espacial de áreas susceptíveis a inundações (VANELLI et al., 2020). Outros modelos podem ser utilizados, porém, os Modelos Digitais de Elevação (MDE), por meio de suas características morfológicas, se apresentam como uma alternativa prática e economicamente viável, principalmente quando os dados hidrológicos forem indisponíveis (DA SILVA et al., 2020).

Desenvolvido no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o modelo descritor de terreno denominado *Height Above the Nearest Drainage* (HAND, projeta o saldo da altura de cada ponto (*pixel*) de um MDE com o ponto (*pixel*) de drenagem mais próximo. Dentre as diversas aplicações desse modelo, tem-se a mensuração das áreas susceptíveis a inundação. Uma das características que diferencia o modelo HAND de outros modelos hidrodinâmicos já estabelecidos, é que esse não necessita de dados específicos como a batimetria e fluxo de vazão do corpo hídrico, sendo necessário apenas um modelo digital de elevação (MDE) com informações hidrológicas consistentes para a execução de um mapa de inundação (NOBRE et al., 2016).

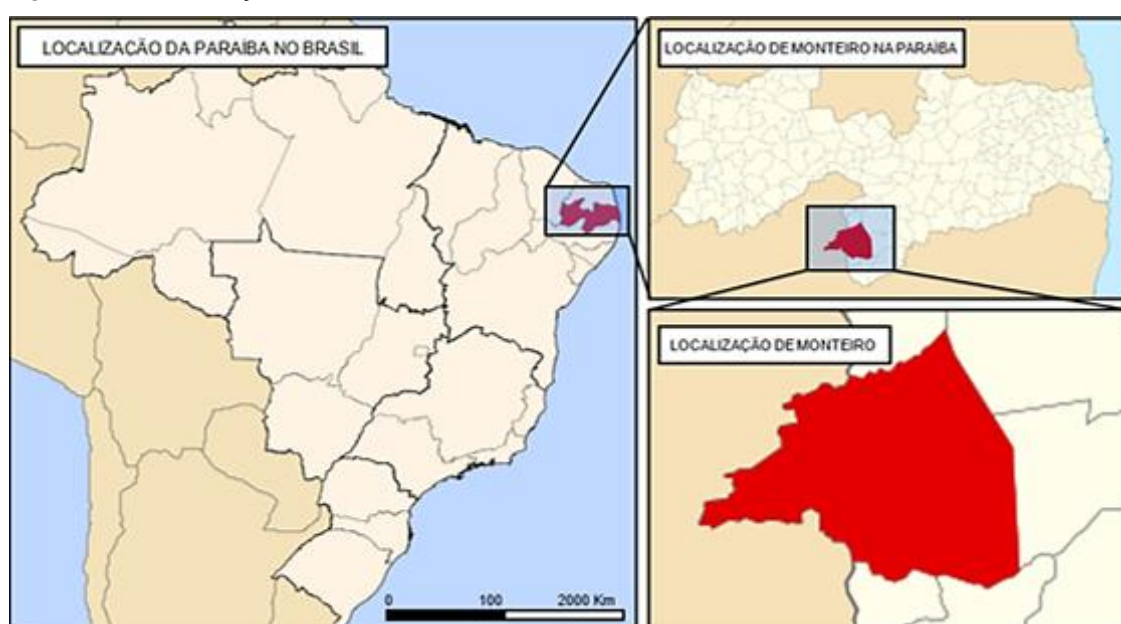
De acordo com Momo et al. (2016) através da acessibilidade para obtenção de dados topográficos, o HAND se torna um promissor recurso de gestão de risco de desastres por inundação, principalmente para a comunidade acadêmica e entidades públicas. O desempenho do método HAND na geração de mapas de áreas com suscetibilidade à inundação, por meio de pesquisas topográficas e mapeamentos de áreas de inundações acessíveis para as cidades catarinenses de Brusque e Blumenau, auxiliou de modo positivo o modelo HAND, que demonstrou ser eficaz na aplicação de modelos hidrodinâmicos que utilizam dados de entrada mais específicos

e complexos. Identificar as vulnerabilidades a risco de desastres por inundação utilizando o método HAND, na correlação do transbordamento das águas do canal da transposição das águas do Rio São Francisco no município de Monteiro no estado da Paraíba foi o principal objetivo do artigo.

O estudo realizado foi o transversal quantitativo descritivo, com deslocamento exploratório em solo e registro fotográfico. Como área de estudo a região da zona urbana do município de Monteiro, estado da Paraíba, que contém parte das obras do eixo Leste da transposição do Rio São Francisco. O município fica localizado na Região Geográfica Imediata de Monteiro, da Região Geográfica Intermediária de Campina Grande (IBGE, 2017). Sua população é estimada em 33.433 pessoas, com densidade demográfica de 31,28 habitantes por quilômetro quadrado. Têm como municípios limítrofes: ao Norte, o município de Prata; a Oeste, os municípios de Sertânia, Iguaraci e Tuparetama (estado de Pernambuco); ao Sul, os municípios de Zabelê e São Sebastião do Umbuzeiro; e a Leste, Sumé e Camalaú (IBGE, 2020) (, com busca a dados de domínio público, sem envolvimento de seres humanos durante a pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

Figura 10 - Localização da cidade de Monteiro/PB – Brasil.



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

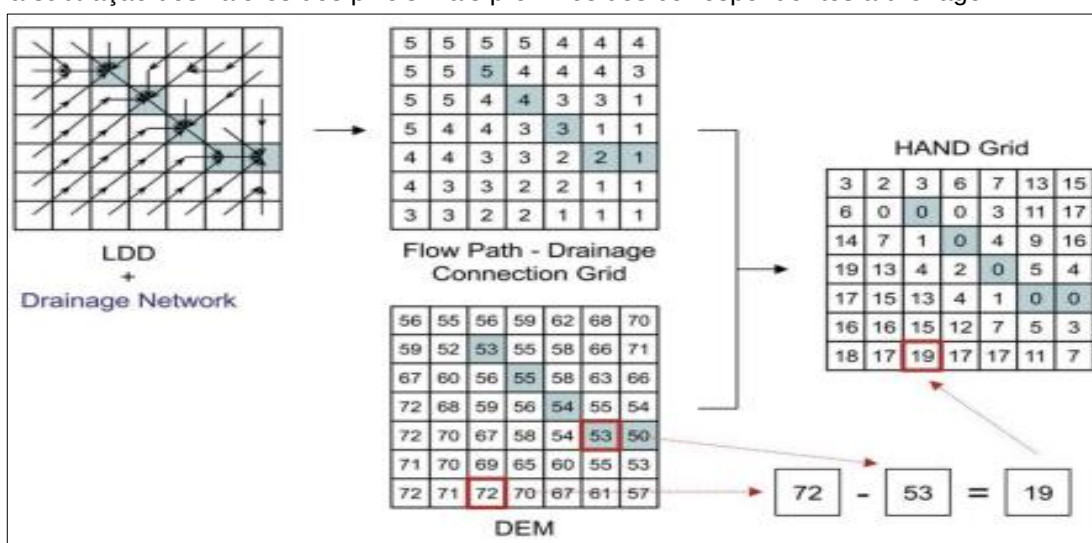
A coleta de dados foi realizada no período do mês de abril de 2020, através de deslocamentos exploratórios pelas estruturas dos canais da obra da transposição, no perímetro urbano do município paraibano de Monteiro, com registros fotográficos e verificação in loco das condições estruturais dos canais, com busca a dados de domínio público, sem envolvimento de seres humanos durante a pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Aplicação do Modelo Hand

A aplicação do modelo HAND, para áreas de inundação em zonas definidas, faz dele um algoritmo, cujo uso associado do MDE como dado de entrada para estimá-la. Acrescido ao MDE, se faz necessário determinar um limiar de área mínima de drenagem coeso com a rede de drenagem da zona de recorte do estudo. Ele foi projetado para tornar nula a altitude do canal de drenagem, fazendo com que sua referência de cota deixe de ser o nível do mar e passe a ser definida pela drenagem principal. Esses pontos definidos no MDE são representados por um *pixel*. Dessa forma, um *pixel* de valor menor se torna mais suscetível a inundações, uma vez que ele se encontra em um ponto de altitude mais baixa em comparação a rede de drenagem mais próxima (Figura 11).

Figura 11 – Identificação automática da rede de drenagem pelo Modelo HAND, promovendo a subtração dos valores dos pixels mais próximos dos correspondentes a drenagem.



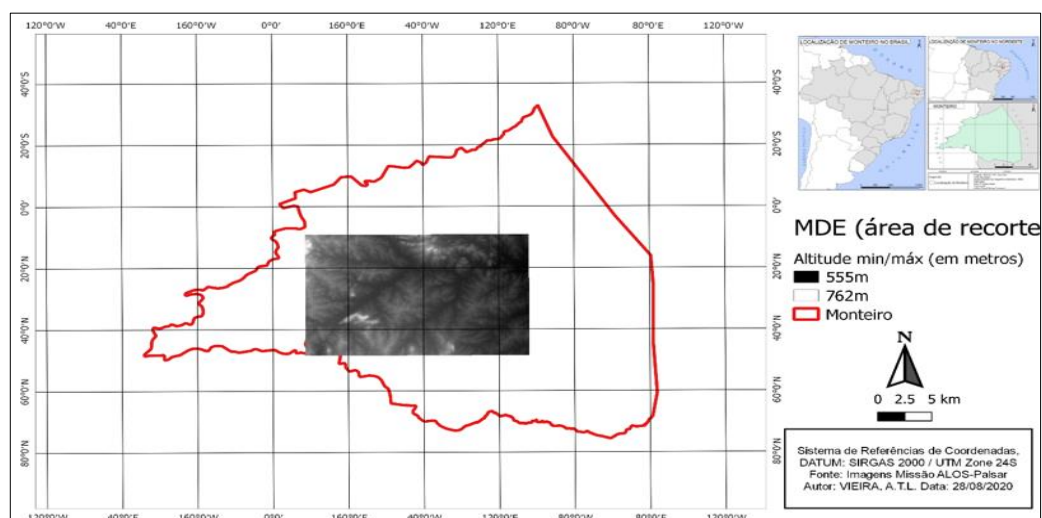
Fonte: (CONCEIÇÃO et al., 2021).

Tais características o tornam uma ferramenta versátil por ser aplicável em qualquer área com dados topográficos acessíveis e pelo seu baixo custo. Para tanto os seguintes passos são utilizados: delimitar a área de interesse, obter imagens de alta resolução espacial, obter o MDE, corrigir imagem, extrair a direção de fluxo, calcular o fluxo acumulado, extrair a rede de drenagem, aplicar o método HAND e mapear áreas suscetíveis a inundações (GOERL et al., 2017).

2.2 Modelos hidrológicos e modelo descritor do terreno

Para a composição dos mapas de vulnerabilidades ou zoneamentos das áreas propensas a risco de desastres por inundação da área de estudo, foi necessário a pesquisa detalhada das missões espaciais que disponibilizam gratuitamente imagens de satélites com boas resoluções espaciais. Para este trabalho, as imagens escolhidas foram do ALOS Palsar, captadas em 2011, e geradas através de 7.020 quadros (*frames*), por fornecer imagens de qualidade com resolução espacial de 12,5 metros x 12,5 metros. O mapa, demonstrado na (Figura 12) mostra o total de cobertura do produto de polarização única de feixe fino de nível 1.5 do ALOS PALSAR disponíveis no acervo do site da *Alaska Satellite Facility*, para que a estrutura do canal pudesse ser visualizada no MDE desse arquivo, foi utilizado o *software* livre de código-fonte aberto QGIS para criar um dado matricial (*raster*) do polígono da área de recorte sobrepondo o canal da transposição do rio São Francisco na área de estudo (JUSTINO, 2019).

Figura 12 - Recorte do modelo digital de elevação da área de estudo.



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Para a representação da estrutura do canal no MDE da área de estudo (Figura 12), utilizou-se o método denominado *stream burning*, que se trata de um procedimento para rebaixamento da rede de drenagem, onde foi subtraído um valor de 3,7 metros referente a profundidade do canal da transposição em relação a sua borda, dos *pixels* sobrepostos ao vetor de drenagem criado, simulando o rebaixamento proveniente do canal (LINDSAY et al., 2019).

Na aplicação do programa computacional de código aberto *TerraView*, na versão 4.2.2 do software, foram importados os dados matriciais da imagem obtida do ALOS Palsar, por meio da importação do arquivo *Raster*, ajustando as características geográficas para UTM (projeção) e *SIRGAS 2000* (Datum), respectivamente. Para o georreferenciamento das imagens produzidas pelo *TerraView* foi utilizado o software livre QGIS 3.10.7, por meio da sobreposição de imagens em sua correta localização geográfica, produzindo os mapas utilizados nesta pesquisa.

Esses dados matriciais foram ajustados para apenas um único nível em sua característica de multiresolução. O próximo passo realizado foi a extração dos direcionamentos do fluxo *Local Drain Direction* (LDD), através da aba *Flow Extraction* da ferramenta *Hydrological Tools* contida no *TerraView*. Posteriormente, foi calculada a área acumulada (*Contributing Area*), seguida da extração da rede de drenagem (*Drainage Extraction*) obtendo-se como produto o limiar de drenagem. O limiar de drenagem foi, em princípio, configurado discricionariamente e em seguida ajustado de forma a ser mensurado um valor que produza uma rede de drenagem similar à rede

hidrográfica real. Nesse intuito, foram tomadas como padrão as bases cartográficas de hidrologia da localidade para detectar a rede de drenagem real da região (FILGUEIRA et al., 2021).

Como parâmetros de entrada foram informados os arquivos gerados anteriormente para a obtenção do HAND. Para otimizar a visualização das zonas de alcance das águas, foi realizado o fatiamento do *Raster* definindo em três classes, com uma precisão de duas casas decimais, realizando a simulação do valor máximo da lâmina de água em três momentos distintos, sendo eles com 0,5 m, 3 m e 5 m, o que representam baixa suscetibilidade, média suscetibilidade e alta suscetibilidade a inundações, respectivamente, acima da linha limítrofe da bordadura do canal da transposição, ilustrando em cores distintas conforme suas classes (ALVES et al., 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

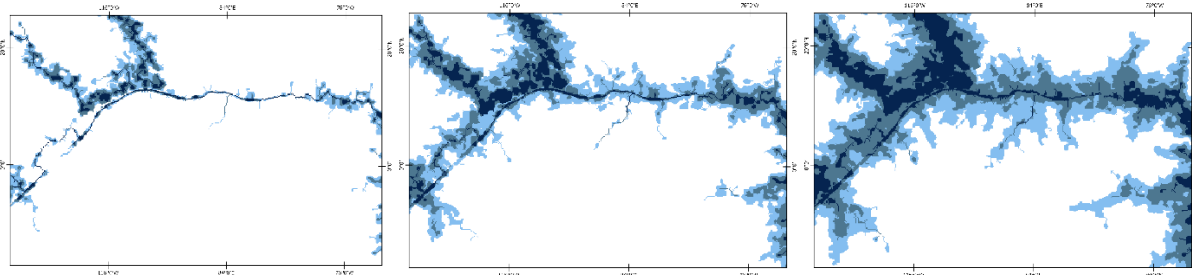
Na fase de mensuração da mancha da área inundável HAND, de forma mais específica na fase de processamento da matriz da malha de escoamento hídrico, foi aplicado o valor do limiar de drenagem, à princípio, de 53.326 *pixels*, de acordo com a configuração pré-estabelecida automaticamente pelo *software Terra Hidro*. Dessa forma, todos os valores que foram superiores a 53.326 *pixels* em relação aos *pixels* da zona de contribuição, passaram a ser classificados como canais de drenagem. Com isso, o resultado obtido não se equiparou a rede de drenagem real do local, apresentando uma rede de drenagem com uma densidade bastante elevada, que, após a devida comparação, constatou-se a discrepância com a realidade (GODBOUT et al., 2019).

Para subsidiar este trabalho, foram utilizados arquivos oriundos da base de dados da Agência Executiva de Gestão de Águas da Paraíba (AESPA) que continham a rede de drenagem efetiva da área de estudo. Dessa forma, o resultado do número que representou o limiar de drenagem foi produto do mecanismo de resolução de problemas de aplicação de tentativas para obter uma solução, partindo de 60.000 *pixels* e avaliando a cada 10.000 *pixels*, chegando ao valor que mais se aproxima do limiar de drenagem real o valor de 100.000 *pixels*, conforme demonstrado anteriormente.

Neste trabalho fica evidente a não utilização de dados sobre manchas de inundações históricas, pois o escopo do estudo foi observar as áreas susceptíveis a inundações causadas pelo colapso da estrutura do canal da transposição, simulando o rompimento da estrutura por uma ação antrópica e não por uma ação natural.

Verifica-se que houve uma tendência da mancha de suscetibilidade à inundação se apresentar na margem Noroeste do canal, fora da malha urbana principal do município (Figura 13). No entanto, apesar de ter sido verificado essa tendência, isso pode trazer transtornos econômicos e de integridade física para os proprietários dessas áreas, atingindo áreas agricultáveis ou Áreas de Preservação Permanente (APP).

Figura 13 - Aplicação do modelo HAND na área de estudo em gradações de 0,5 m, 3 m e 5 m, respectivamente, acima do limite da borda do canal.



Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Métodos para delimitação de áreas susceptíveis a inundações podem ser encontrados na literatura, e discutidos quanto a sua aplicabilidade cuja eficácia traz à baila os dados necessários à identificação dessas zonas de suscetibilidade, como o método escolhido no presente estudo o HAND. Segundo Chaves (2021)**Erro! Fonte de referência não encontrada.**, para mapearem a suscetibilidade à inundação de uma bacia hidrográfica, utilizaram a metodologia estatística bimodal razão de frequência, onde 12 fatores de influência foram levados em consideração, sendo eles: declividade, curvatura, aspecto, hipsometria, distância dos rios, índice de potência de escoamento, índice de transporte de sedimento, índice topográfico de umidade, índice de rugosidade do terreno, índice de escoamento superficial, uso e cobertura do solo e geologia.

Por sua vez, Menezes (2021) com o intuito de zonear e classificar as áreas propensas a risco a inundação de um município do Rio Grande do Sul, utilizou

imagens de um aplicativo *Opensource* de origem russa, com resolução espacial de 50 cm por 50 cm. As imagens foram processadas, georreferenciadas e vetorizadas no *software* ArcGIS, realizando a observação de tempos de recuo das áreas inundadas, de acordo com a série histórica das cotas do principal rio da região, possibilitando graduar os eventos a partir da probabilidade acumulada e excedente.

Dias et al. (2021) realizaram um mapeamento de áreas com suscetibilidade a inundações no município de Marabá-PA, utilizando o Processo de Análise Hierárquica (AHP), onde foram atribuídos pesos aos valores que não puderam ser obtidos de forma direta, e o processo de identificação de inundação por cotas. Para obterem uma previsão de áreas com perigo de inundação na bacia hidrográfica do Rio da Pedra, no município catarinense de Jacinto Machado, Valdati (2021) aplicou o mapeamento geomorfológico de detalhe em seu trabalho e concluiu que parâmetros de morfometria não dispõem de elementos bastantes para o entendimento da dinâmica fluvial, sendo necessário a complementação de feições coletadas em trabalhos de campo.

Após ser identificado que a estrutura do canal apresenta condições de segurança aceitáveis, no que tange ao extravasamento de água pela sua bordadura, quando relacionadas aos mapas gerados pelo modelo HAND a partir do MDE do satélite ALOS Palsar, através da simulação de extravasamento das águas ocasionado por obstrução por fatores antrópicos (lançamento de resíduos sólidos no canal, por exemplo) ou por causas naturais (vegetação, animais, etc.) em 0,5 metro acima de sua bordadura, o perímetro urbano foi minimamente afetado. Em uma simulação de situação intermediária, com extravasamento da água com 3 metros acima da linha limítrofe da borda, a extensão da inundação aumenta, mas com consequências moderadas em relação à zona habitada do município.

A hipótese mais preocupante se dá pela ocasião de um derramamento das águas em 5 (cinco) metros acima da borda do canal, onde há consequências mais severas decorrentes de uma inundação mais extensa da zona urbana de Monteiro, atingindo inclusive vias públicas e residências. A aplicação do método Hand nas circunstâncias descritas neste estudo aponta um novo processo de mapeamento para zonas áridas do Brasil ao qual o processo de mapeamento pode ser replicado, com a diversidade de transposições, assim como elevação de canais.

Ao tratar-se de desastres relacionados com fenômenos naturais, sobretudo

aqueles inseridos em contextos urbanos, é sabido que esses ocorrem de forma abrupta e intempestiva, e possuem alto poder destrutivo, geralmente implicando em danos e prejuízos, ou ainda ocasionando mortes. Desta forma, o emprego de gestão de riscos e ações de mitigação de danos deve levar em consideração medidas preventivas como a produção de mapas de vulnerabilidades à inundação, por exemplo.

Observamos que com o trabalho, e os dados consolidados, o poder público poderá adotar medidas mitigadoras, delimitando as zonas propensas a risco de desastres por inundação baseadas nas informações aqui apresentadas, minimizando prejuízos econômicos e sociais daquela população. Os órgãos responsáveis pela segurança pública e defesa civil também poderão basear suas ações de busca, salvamento e ajuda humanitária em consonância com os mapas apresentados.

Este artigo desenvolveu um estudo sobre uma hipótese de inundação específica, cuja aplicação se restringiu ao município de Monteiro-PB. Ainda que os resultados da pesquisa apresentados tenham sido alcançados e seus objetivos contemplados, um exame mais extenso sobre todo o percurso da obra de transposição das águas do rio São Francisco traria mais informações acerca dos possíveis riscos a inundações sobre outras áreas habitadas. Compreende-se que a replicação destes resultados pode ser extensiva a outras áreas com características semelhantes ao semiárido do Brasil.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, M. L. P. R.; FILGUEIRA, H. J. A. **Aplicação do modelo Height Above the Nearest Drainage (HAND) para análise de inundação na bacia hidrográfica do Rio Cuiá, João Pessoa, Paraíba, Brasil.** V International Congress on Risks. **Anais.** Coimbra: RISCOS, 12 out. 2020. Acesso em: 26 set. 2021

CEMADEN. **Situação atual da seca no Semiárido e impactos em setembro de 2016**<http://www.cemaden.gov.br>. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www2.cemaden.gov.br/situacao-atual-da-seca-no-semiarido-e-impactos-setembro-de-2016/>. Acesso em: 26 set. 2021.

CHAVES, H. L. O. et al. Mapeamento de suscetibilidade à inundação utilizando o método da razão de frequência aplicado à bacia do Riacho Fundo - Distrito Federal. **Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais**, v. 9, n. 1, p. 148–166, 26 abr. 2021.

CONCEIÇÃO, R. A. C.; SIMÕES, P. M. L. **Nota técnica para elaboração de modelagens de inundação**. [s.l: s.n.].

COSTA, J. N.; SILVA, A.; ARAÚJO, S. M. S. DE. Riscos e vulnerabilidades a desastres naturais no estado da Paraíba: Relação entre fatores geoambientais, registros e ações. **Revista Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco**, v. 04, p. 143–172, 2018.

DA SILVA, R. M. et al. High-accuracy methodological proposal for delimitation of urban flooding areas: A case study in the Itaquí-RS, Brazil. **Anuario do Instituto de Geociencias**, v. 43, n. 2, p. 263–276, 2020.

DIAS, M. B.; GALINA, N. R.; ALVES, C. N. Mapeamento da suscetibilidade a inundações em áreas urbanas: estudo de caso no município de Marabá, sudeste do estado do Pará, região Norte do Brasil.
<http://sustenere.co/index.php/rica/article/view/5684>, jun. 2021.

FERREIRA, J. G. A transposição das águas do rio São Francisco na resposta à seca do Nordeste brasileiro. Cronologia da transformação da ideia em obra. **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 1, n. 2, p. 53–72, 26 abr. 2021.

FILGUEIRA, H. J. A. et al. Novas abordagens para redução de risco de desastres (RDD) por seca e por inundação. **Northeast Geosciences Journal v**, v. 7, p. 1, 2021.

GODBOUT, L. et al. Error Assessment for Height Above the Nearest Drainage Inundation Mapping. **JAWRA Journal of the American Water Resources Association**, v. 55, 1 jul. 2019.

GOERL, R. F.; MICHEL, G. P.; KOBAYAMA, M. Mapeamento de áreas susceptíveis a inundação com o modelo HAND e análise de seu desempenho em diferentes resoluções espaciais. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 69, n. 1, 22 jan. 2017.

IBGE. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2020**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=o->.

JUSTINO, L. E. L. **Análise da eficiência do dique de Cruz do Espírito Santo, PB, por meio do modelo HAND**. João Pessoa: [s.n.].

LINDSAY, J. B.; YANG, W.; HORNBY, D. D. Drainage Network Analysis and Structuring of Topologically Noisy Vector Stream Data. **ISPRS International Journal of Geo-Information**, v. 8, n. 9, 2019.

MENEZES, D. J.; DE SOUZA ROBAINA, L. E.; TRENTIN, R. Zoning and classification of the risk areas in flood Alegrete, RS. **RA'E GA - O Espaço Geografico em Analise**, v. 50, p. 136–152, 2021.

MOMO, M. R. et al. Desempenho do modelo hand no mapeamento de áreas suscetíveis à inundação usando dados de alta resolução espacial. **Revista Brasileira de Recursos Hidricos**, v. 21, n. 1, p. 200–208, 2016.

NOBRE, A. D. et al. HAND contour: a new proxy predictor of inundation extent. **Hydrological Processes**, v. 30, n. 2, p. 320–333, 15 jan. 2016.

PEIXINHO, J. **Canal da transposição do São Francisco rompe em Salgueiro, PE.**

PIRES, A. P. N. Estrutura e objetivos da transposição do rio São Francisco: versões de uma mesma história. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 1, p. 182–197, 27 mar. 2019.

RODRIGUES, L. C. **A transposição do rio São Francisco na federação brasileira: Planejamento do território e materialidades do eixo norte.** Natal: [s.n.].

VALDATI, J.; FERREIRA, D. R.; VILLAÇA GOMES, M. C. Determinação do perigo de inundação a partir do mapeamento geomorfológico de detalhe. **Geosul**, v. 36, n. 78, p. 496–515, 8 abr. 2021.

VANELLI, F. M.; KOBIYAMA, M.; MONTEIRO, L. R. **Dicotomias associadas aos desastres.** [s.l: s.n.].

VIGILÂNCIA EM SAÚDE OCUPACIONAL PARA POLICIAIS MILITARES: GERENCIAMENTO PELO MÉTODO PDCA

OCCUPATIONAL HEALTH SURVEILLANCE FOR MILITARY POLICE: MANAGEMENT BY THE PDCA METHOD

Letícia Pinto Gomes
Isabel Cristina dos Santos Martins

RESUMO

O artigo aborda a crítica reflexiva a respeito dos aspectos relacionados à atividade policial-militar que podem afetar a saúde desses trabalhadores, bem como as implicações dessa temática para a segurança pública e para a sociedade em geral, contextualizando a importância da vigilância em saúde para esse grupo laboral. Sobre essa perspectiva, é apresentada a constituição da estratégia de gestão da vigilância em saúde para os policiais militares a partir do ciclo *Plan-Do-Check-Act* (PDCA), como instrumento de planejamento e gerenciamento do processo. A relevância desse estudo está pautada na perspectiva de valorização dos recursos humanos das organizações policiais-militares, e propõe uma estruturação metodológica de um modelo de gestão em saúde alicerçado na informação, no conhecimento científico, em dados mensuráveis e indicadores de saúde, que permitem a análise dos fatores relacionados ao processo produtivo que afetam a saúde desses profissionais de segurança pública. Essa dinâmica permite a elaboração adequada de intervenções e ações promotoras de saúde; estabelecendo o bem-estar como finalidade precípua à qualidade de vida do policial militar.

Palavras-chave: vigilância em saúde; policial militar; planejamento estratégico.

ABSTRACT

The article addresses the reflexive criticism regarding aspects related to military police activity that can affect the health of these workers, as well as the implications of this theme for public safety and for society in general, contextualizing the importance of health surveillance for this working group. From this perspective, the study presents the constitution of the management strategy for military police officer's health surveillance from the *Plan-Do-Check-Act* (PDCA) cycle, as a planning and process management tool. The relevance of this study is based on the perspective of valuing human resources of military police organizations and proposes a methodological structuring of a health management model based on information, scientific knowledge, measurable data and health indicators, which allow the analysis of factors related to the production process that affect the health of these workers. This dynamic allows the adequate elaboration of interventions and health promotion actions, establishing welfare as the main purpose for the quality of life of the military police.

Keywords: health surveillance; military police; strategic planning.

1 INTRODUÇÃO

A vigilância em saúde ocupacional é um processo de controle sanitário e

monitoramento de saúde de grupos laborais. Ela consiste em analisar o perfil epidemiológico de uma coletividade laboral, identificar os fatores relacionados ao exercício da função que impactam a saúde dos trabalhadores e promover as intervenções necessárias para melhorar a qualidade de vida e a saúde desses indivíduos. O estudo epidemiológico aplicado à coletividade de trabalhadores permite, através da análise de dados estatísticos, a geração de informações baseadas em evidências (BEAGLEHOLE, 2003), que fornecem os meios para o estabelecimento de medidas necessárias e prioritárias para a tomada de decisão por parte dos gestores, para valorizar os recursos humanos e aumentar a motivação dos indivíduos no exercício da atividade laboral.

Nesse contexto, empresas e organizações têm aderido à programas de bem-estar dos trabalhadores, com emprego de estratégias de vigilância em saúde ocupacional como forma de promover a qualidade de vida e valorização de seus colaboradores. Dentre os benefícios dessa estratégia, observa-se a redução do absenteísmo, e o aumento da produtividade e competitividade das organizações (CHIAVENATO, 2004).

A segurança pública é um serviço essencial à organização social. Entretanto, os profissionais que se dedicam à prestação desses serviços podem desenvolver vulnerabilidades em saúde em função da constante exposição às situações de conflito e violência, que pode comprometer a qualidade de vida, a autoestima e o desempenho desses trabalhadores (MINAYO, 2008).

O desenvolvimento de políticas públicas de valorização de recursos humanos, para esse seguimento, deve ser prioridade na gestão dos recursos públicos, posto que, a motivação dos trabalhadores na atividade de segurança pública resulta na qualidade da prestação desse serviço à sociedade. Dessa forma, esse artigo apresenta a metodologia de elaboração e gerenciamento de uma estratégia de vigilância em saúde ocupacional para policiais militares, conforme o modelo PDCA de gestão.

Pautado em uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, propõe-se uma dinâmica de abordagem, limitada ao espaço disponível neste artigo, que conduza à resposta da seguinte questão: Como pode ser elaborado um planejamento estratégico de vigilância em saúde para policiais militares?

2 DESENVOLVIMENTO

Vigilância em Saúde do Trabalhador é o campo da vigilância em saúde que visa a promoção de saúde e a redução da morbimortalidade da população trabalhadora no âmbito do Sistema Único de saúde (SUS), integrando práticas e conhecimentos no campo da epidemiologia, a fim de intervir nos fatores determinantes dos riscos e agravos à saúde da população trabalhadora, decorrentes da função em que se inserem nos processos produtivos (BRASIL, 2010).

Entretanto, ao estabelecer práticas de “vigilância em saúde para trabalhadores” nas organizações, sejam de natureza pública ou privada, surge o que se entende por “vigilância em saúde ocupacional”. A distinção entre essas práticas não é meramente uma divergência semântica. Embora se origine da saúde coletiva e tenham o trabalhador como protagonista e sujeito nos processos de intervenção (STRAUSZ, GULIAM, OLIVEIRA, 2019), elas são diferentes quanto ao âmbito em que ocorrem.

As práticas de “vigilância em saúde ocupacional”, realizam-se no contexto organizacional, cuja esfera não considera tão somente o benefício à saúde dos colaboradores, mas também a relevância de fatores extrínsecos ambientais, que afetam a saúde e qualidade de vida dos indivíduos e que interferem no processo de produção. Nesse contexto, os programas de bem-estar nas organizações devem ajudar na identificação e monitoramento dos riscos potenciais à saúde dos funcionários, educando-os nos comportamentos adequados à evitabilidade de risco à própria saúde (CHIAVENATO, 2014). Enquanto, no âmbito da saúde do trabalhador as práticas de intervenção têm expressão máxima na Vigilância em Saúde do Trabalhador (STRAUSZ, GULIAM, OLIVEIRA, 2019).

A coletividade adstrita a uma comunidade, população ou grupo específico, é observada como um organismo sujeito aos fatores extrínsecos e intrínsecos que afetam sua saúde. E as intervenções que impactam positivamente na saúde das coletividades devem ser realizadas no nível de atenção primária à saúde, caracterizadas pelo conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo (BRASIL, 2010).

A atividade de segurança pública apresenta características inerentes à função policial-militar, que podem impactar negativamente a saúde e qualidade de vida dos

integrantes desse grupo laboral (SOUZA, MINAYO, 2005) e prejudicar a tomada de decisão rápida e eficiente, que é exigida no exercício da profissão policial (LIPP, KELIA, NUNES, 2017). Nesse contexto, as políticas públicas envolvendo a saúde do trabalhador policial são relevantes, pois essa problemática em última instância, afeta a sociedade geral (WAGNER, STANKIEVICH, PEDROSO, 2012).

O constante estado de vigília e estresse, a imprevisibilidade da rotina, o alto nível de controle, tanto na corporação quanto na sociedade, a frequente exposição à situações de conflito e à violência social constituem risco para a saúde do policial. Embora o exercício da função pressuponha a necessidade de que o policial militar esteja sempre saudável e apto ao serviço, a condição de saúde desses trabalhadores pode apresentar vulnerabilidades de acordo com esses motivos (MINAYO, ASSIS, OLIVEIRA, 2011; FERREIRA, BONFIM, AUGUSTO, 2012).

Falconi (1994), assevera que o gerenciamento por diretrizes requer a análise criteriosa dos fenômenos e dos processos necessários à solução de problemas prioritários das organizações. A morbidade (SOUZA, MINAYO, 2005; MINAYO, ASSIS, OLIVEIRA, 2011; FERREIRA, BONFIM, AUGUSTO, 2012) e o absenteísmo (DIMEN, PINTO, DICK, 2019; SOUZA, MINAYO, 2005; BRAVO, BARBOSA, CALAMITA, 2016) são fenômenos que causam prejuízos às instituições policiais-militares e necessitam de ações que intervenham nesse processo. Nesse sentido, o estabelecimento de medidas estratégicas é essencial para o rompimento de antigos paradigmas e a criação de novas perspectivas para a gestão em saúde de policiais militares.

É importante, ainda, considerar a necessidade de estabelecer um eixo de saúde ocupacional com equipes multidisciplinares em unidades de atenção primária nas unidades operacionais, que podem ser fixas ou móveis-itinerantes, e que possibilitem o controle de doenças crônicas e agravos psicossociais, que são as principais causas de absenteísmo e morbidade nas instituições policiais-militares (DIMEN, PINTO, DICK, 2019; SOUZA, MINAYO, 2005; BRAVO, BARBOSA, CALAMITA, 2016).

A vigilância em saúde ocupacional, através das inspeções sistemáticas de saúde da tropa, promove o monitoramento e controle dos fatores de risco à saúde dos policiais-militares. Estabelecer uma rotina de atenção primária em saúde, dentro das

unidades operacionais, reduz o absenteísmo por consultas médicas e odontológicas realizadas fora do ambiente laboral e o agravamento das doenças, uma vez que essas podem ser precocemente diagnosticadas no plano interno das organizações, apresentando um melhor prognóstico, motivação e valorização do efetivo.

Nesse sentido, é importante que se estabeleça uma estratégia de gestão em saúde para policiais militares, que atenda não somente às demandas assistencialistas e curativas, mas também à promoção da saúde sob uma perspectiva de integralidade do processo saúde-doença, abrangendo as práticas de vigilância em saúde ocupacional, na atenção primária. Essa abordagem não se sustenta em uma base empírica, mas requer o planejamento estratégico, estabelecendo medidas e planos de ação sustentáveis e necessários para atingir os objetivos da organização.

O planejamento estratégico exige a análise criteriosa e sistemática de todos os agentes envolvidos nesse processo, a fim de orientar a melhor alocação de recursos físicos, humanos, financeiros e tecnológicos; determinando a minimização dos problemas e maximização de resultados. Nesse sentido, é imprescindível a análise dos fatores relacionados ao ambiente externo da organização, determinando as ameaças e oportunidades; assim como o estudo do ambiente interno, levando em conta as forças e fraquezas da organização (FALCONI, 2004).

A implementação da gestão estratégica deve apresentar métodos de desdobramento e monitoramento estratégico. Para tanto é imprescindível que se estabeleçam indicadores confiáveis para avaliação de processos e de resultados (FALCONI, 2004). Os indicadores devem ser apropriados ao nível hierárquico de saúde da gestão e devem estabelecer, a partir da análise de dados, as informações necessárias para a orientação de intervenções em saúde, avaliação de estratégias, verificação de demandas e alocação de recursos.

O Ciclo PDCA é uma ferramenta de gestão que facilita a tomada de decisões a partir do planejamento eficaz. A sigla é formada pelas iniciais: P (*Plan*) que consiste em planejar, estabelecendo os objetivos e processos necessários para alcançar os resultados desejados; D (*Do*), que é a implementação das ações necessárias; C (*Check*), a partir do qual se estabelece o monitoramento e a mensuração dos processos, bem como a análise e relato de resultados; e A (*Act*), agir, que promove os meios para a continuidade e melhorias dos processos (CAMPOS, 2004).

A gestão estratégica orienta a alocação responsável dos recursos a partir do planejamento em saúde e análise de indicadores. Os investimentos em tecnologia e aquisição de equipamentos, por exemplo, devem estar alinhados às demandas do serviço e às necessidades do mercado. Nesse sentido, sugere-se o emprego do ciclo PDCA para o gerenciamento da vigilância em saúde ocupacional para policiais militares, conforme a seguinte sistemática:

I – Planejamento / *Plain*

1 - Estabelecer uma equipe multidisciplinar.

É importante compreender o conceito de saúde em sua integralidade, reunir saberes e competências, envolvendo profissionais de diversas áreas no campo da saúde, sobretudo para a definição de indicadores adequados ao propósito de avaliação da saúde dos policiais militares no contexto laboral.

2 - Determinar o público alvo.

A determinação do público alvo para a metodologia requer a percepção dos objetivos a serem alcançados. Apesar de o objetivo, a longo prazo, ser a abrangência total de policiais militares em serviço ativo; em uma primeira etapa, pode-se apresentar um percentual viável de alcance, no qual se observa o perfil de saúde do efetivo, por amostra, e se avalia os fatores associados à atividade laboral que afetam a sua saúde a partir de análises estatísticas. Dessa forma, na continuidade do processo, as intervenções necessárias à aptidão de saúde dos policiais militares podem ser desenvolvidas e aplicadas.

3 - Estabelecer uma normatização e logística para a captação do público-alvo e incentivar a adesão ao processo.

É importante que a avaliação da saúde do efetivo se realize num contexto de atenção primária à saúde, de forma descentralizada, preferencialmente em unidade operacional. As ações em saúde realizadas em ambiente laboral permitem ao observador uma melhor percepção do contexto do trabalho e as possíveis implicações à saúde do trabalhador. Conforme a complexidade da atenção em saúde, não havendo a disponibilidade de estrutura física para o processo, é possível a adequação da atenção em saúde em unidades móveis, que apresentem os equipamentos e tecnologia necessária à execução das ações promotoras de saúde.

Deve-se determinar também o critério para a convocação e a periodicidade. O critério pode ser individual, como por exemplo, a data de aniversário. Nesse caso há a necessidade de que a estratégia seja mantida permanentemente na unidade de atenção à saúde. O critério de convocação sistemática e compulsória em unidades operacionais pode ser realizado por equipes itinerantes. Esse método permite um maior controle sobre a abrangência do efetivo. E, ainda que não se alcance o efetivo total disponível para o serviço, permite a análise do perfil epidemiológico e do planejamento de ações de intervenção específicas, conforme as necessidades desse grupo laboral. Conforme o estudo da prevalência dos agravos na população, identifica-se a periodicidade das ações promotoras de saúde. Na continuidade do processo, a periodicidade pode ser ajustada conforme a necessidade coletiva.

4 - Identificar os recursos disponíveis e necessidades de aquisição.

Conforme o tamanho do efetivo e a abrangência da proposta de intervenção, é necessária a identificação da necessidade de recursos humanos, disponibilidade de equipamento, estrutura física e insumos.

A solicitação de exames complementares deve ser padronizada. Em saúde coletiva é necessária a seleção criteriosa e planejamento prévio para a seleção dos exames de rastreamento dos agravos. Nesse sentido, é importante considerar a relação custo-benefício, a origem de recurso de custeio e o risco biológico de exposição à radiação, por exemplo.

5 - Identificar os instrumentos mais adequados à coleta e análise dos dados.

Devem ser selecionados indicadores de saúde adequados. Não se aplica, nesse caso, os indicadores relacionados aos procedimentos curativos, pois não se deseja avaliar a produção assistencial e a capacidade da demanda curativa do sistema de saúde, e sim a condição de saúde da população. Os indicadores, nesse caso, devem expressar a condição de saúde do efetivo.

A coleta de dados e indicadores referentes à saúde pode ser feita através de fichas de anamnese, questionários estruturados, exames clínicos e complementares. Os critérios para avaliação e seleção de indicadores de saúde, devem considerar a validade, reprodutibilidade, representatividade (cobertura), obediência aos preceitos éticos, oportunidade, simplicidade, facilidade de obtenção e custo compatível (PEREIRA, 1995). É igualmente necessária a avaliação dos recursos relacionados a

tecnologia de informação, armazenamento e análise de dados.

6 - Identificar os fatores de risco ocupacional.

Deve-se determinar o risco ocupacional, ou seja, os fatores relacionados à atividade laboral associados aos agravos de maior prevalência e morbidade na população. O serviço policial militar apresenta diversos fatores inerentes a função que podem estar associados a agravos à saúde. Desta forma, é importante perceber o indivíduo num contexto multidimensional.

Os policiais operacionais estão mais suscetíveis aos riscos e aos agravos provenientes do trabalho, assim como aqueles que trabalham no serviço noturno (MINAYO, ASSIS, OLIVEIRA, 2011). A hierarquia também pode afetar a saúde dos policiais militares de forma distinta. Os praças trabalham com maior frequência na linha de frente, no contato social, comparados aos oficiais, e podem apresentar maior risco de lesões permanentes e maior frequência de afastamento do serviço por motivo de agravos à saúde (SOUZA, MINAYO, 2005).

A análise contextual para tomada de decisão deve identificar os fatores relacionados à atividade e ao ambiente laboral que podem ser associados ao maior risco à saúde. Esses fatores podem atingir diretamente a saúde dos policiais militares, como também podem influenciar hábitos comportamentais com maior risco à saúde, como o sedentarismo e o alcoolismo (MINAYO, 2008).

Entre os fatores de diferenciação laboral podemos citar o tipo de atividade de policiamento ostensivo ou serviço administrativo, o turno de serviço, o grau hierárquico, tempo de serviço na corporação, entre outros. A epidemiologia é essencial no processo de vigilância em saúde ocupacional, uma vez que ela permite a percepção interdisciplinar dos fatores laborais relacionados ao processo saúde/doença, determinando as variáveis de exposição e efeito. A modelagem analítica e o controle de fatores confundidores permite a identificação de fatores independentes associados à morbimortalidade de trabalhadores (MACHADO, 1997).

A epidemiologia é usada frequentemente para descrever o estado de saúde de grupos populacionais. O conhecimento da carga de doenças que subsiste na comunidade é essencial para as autoridades em saúde. Tal conhecimento permite que recursos limitados possam ser usados da melhor forma possível através da identificação de programas de saúde curativos e preventivos que sejam prioritários. Em algumas áreas especializadas como a epidemiologia ocupacional e ambiental, a ênfase está no estudo de tipos especiais de

exposição ambiental (BEAGLEHOLE, 2003, p. 4).

7- Divulgação interna da estratégia e medidas de adesão ao processo.

É importante a divulgação da estratégia no ambiente laboral, seja por meio de mídias sociais ou comunicado interno; bem como participar ao efetivo sobre a necessidade de adesão ao processo de valorização dos recursos humanos. É necessária a conscientização do coletivo sobre a importância da sua saúde e qualidade de vida, de forma que os indivíduos se tornem protagonistas de cuidados com a própria saúde; seguindo os princípios da Carta de Ottawa: "um processo de capacitação das pessoas para aumentar o controle sobre sua saúde e melhorá-la" (WHO, 1986, n.p.).

II – Implementação das ações necessárias / Do

Estabelecimento da rotina. Deve-se estabelecer a rotina de exames e coleta de dados, priorizando o diagnóstico precoce dos agravos e a resolução dos mesmos no nível de atenção primária, ou, se necessário, o encaminhamento dos indivíduos às unidades de atenção à saúde de maior nível de complexidade. Nessa etapa, podem ser propostas as adequações necessárias e melhorias ao processo, sendo imprescindível o ordenamento da equipe. O *brainstorming*, que constitui o levantamento de ideias e hipóteses inovadoras entre os agentes envolvidos é essencial ao desdobramento do processo, pois conduz a discussão construtiva para a definição das principais áreas de estudo e problemas (BURMESTER, AIDAR, 2015).

III – Monitoramento e análise de resultados / Check

Determinada a amostra representativa para a análise estatística, o estudo dos dados deve ser realizado para avaliação estatística e definição de intervenções necessárias. Nessa fase, é importante o correto processamento de dados. É fundamental a categorização adequada das variáveis, para que a informação seja pertinente à elaboração de práticas de intervenção. As informações referentes as características demográficas da população devem ser observadas para ajuste estatístico e avaliação de fatores independentemente associados. Igualmente, é importante evitar viéses metodológicos, conforme o quadro:

Quadro – Viéses metodológicos na análise estatística.

Viés de seleção Amostra inadequada para os objetivos da investigação Tamanho da amostra insuficiente Comparação entre grupos desiguais quanto às características importantes
Viés de aferição Definição inadequada das variáveis Uso de instrumentos inadequados Uso inadequado de instrumentos apropriados
Viés de confundimento Não levar em consideração possíveis fatores de confundimento Não levar em consideração a interação entre as variáveis Análise estatística inadequada

Fonte: Pereira (1995 apud SUSIN, ROSIN, 1999, p. 41).

IV – Continuidade e melhorias dos processos / Act

Na continuidade do processo, a avaliação do efetivo e as medidas de intervenção devem ser aplicadas simultaneamente. É importante salientar que a vigilância em saúde é um processo contínuo e sistemático de análise e coleta de dados e eventos relacionados à saúde essenciais ao planejamento, implementação e avaliação da prática de saúde coletiva, estando integrada com a rápida disseminação das informações para todos os responsáveis pela prevenção e controle dos mesmos (ARREAZA, MORAES, 2010). As medidas de intervenção devem considerar as necessidades da população avaliada e propor mudanças comportamentais, ambientais, estruturais e relacionais, conforme a orientação dos dados estatísticos. Portanto, essa dinâmica permite a melhor gestão de recursos em saúde coletiva (ALMEIDA, VIANNA, 2005).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração da vigilância em saúde no nível de atenção primária é condição necessária para o cumprimento das responsabilidades sanitárias, o que implica construção da integralidade das ações em saúde (BRASIL, 2009). Destaca-se, nesse contexto, a missão dos profissionais de saúde no exercício estratégico de suas funções nas organizações policiais-militares, contribuindo para o desenvolvimento

científico, tecnológico e organizacional de práticas de vigilância em saúde ocupacional, visando conhecer e atuar sobre os níveis de saúde do efetivo.

A partir do exposto, sugere-se a articulação dos gestores em segurança pública, no sentido de viabilizar a realização de estudos regionais para desenvolvimento do planejamento que materialize a proposta de vigilância em saúde ocupacional para policiais-militares, tendo em vista os benefícios que ela pode promover para os profissionais, à sociedade e às instituições.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. F.; VIANNA, M. I. P. O Papel da Epidemiologia no Planejamento das Ações de Saúde Bucal do Trabalhador. São Paulo, **Saúde e Sociedade**, v. 14, n. 3, p. 144–154, 2005.

ARREAZA, A. L. V.; MORAES, J. C. Vigilância Da Saúde: Fundamentos, Interfaces e Tendências. Rio de Janeiro, **Ciência & Saúde Coletiva**, v.15, n. 4, p. 2215–2228, 2010.

BEAGLEHOLE, R.; BONITA, R.; KJELLSTRON, T. **Epidemiologia Básica**. 2. Ed. São Paulo: Santos, 2007.

BURMESTER, H.; AIDAR M. M. **Planejamento estratégico e competitividade em saúde**. 1. Ed. Saraiva: São Paulo, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde**. Brasília; 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_volume13. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Ações Transversais Da Vigilância Em Saúde - Promoção, Integração e Análise: gestão 2007/2008** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância e Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, Projetos, Programas e Relatórios, Série C, p. 200, 2009.

BRAVO, D. S.; BARBOSA P. M. K.; CALAMITA, Z. Absenteeism and aging in the military police workforce. **Rev Bras Med Trab**. 2016; 14(2): 134-142.

CAMPOS, V. F. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. 8. ed. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2004.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas** - 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas Organizações**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

DIEMEN, V. D.; PINTO, J. N.; DICK, N. R. M. Principais Causas de Absenteísmo nas Organizações Policiais Militares Atendidas na FSR-APM em 2013 e 2014. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**. v. 7, n. 1, p. 25-36, 2019.

FALCONI, V. **Gerenciamento pelas Diretrizes**, Nova Lima – MG: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2004.

FERREIRA, D. K. S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. S. Working Conditions and Referred Morbidity in Military Police Officers, Recife-PE, Brazil. São Paulo, **Saúde Soc.**, v. 21, n. 4, p. 989–1000, dezembro 2012.

LIPP, M. E. N.; KELIA, R. S. N.; NUNES, V. O. Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, 17(1), 46-53, 2017.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde de policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das Atividades Profissionais na Saúde Física e Mental dos Policiais Cíveis e Militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n. 4, p. 2199–2209, abril 2011.

MACHADO, J. M. H. Processo de vigilância em saúde do trabalhador. **Cadernos de Saúde Pública**; v. 13; 1997.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Kooan, 1995.

WAGNER, L. C.; STANKIEVICH, R. A. P.; PEDROSO, F. Saúde mental e qualidade de vida de policiais civis da região metropolitana de Porto Alegre. **Rev Bras Med Trab.** 2012; 10(2):64-71.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho - **Ciência & Saúde Coletiva**. SciELO. Brasil, 2005.

STRAUSZ, M. C.; GULIAM, M. C. R.; OLIVEIRA, S. S. A intervenção em saúde do trabalhador na perspectiva dos atores históricos do campo. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44; 2019.

SUSIN, C.; ROSING, C. K. **Praticando odontologia baseada em evidências**. 1ª ed. Canoas: ULBRA; 1999.

WHO/OCH. **Carta de Ottawa - Primeira Conferência Internacional de Promoção Da Saúde**. Ottawa, 1986.

A ATUAÇÃO INTEGRADA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E SEUS IMPACTOS A PARTIR DE 2019

THE INTEGRATED PERFORMANCE OF PUBLIC SECURITY FORCES IN BRAZIL AND ITS IMPACTS SINCE 2019

Henrique de Souza Lima Júnior
Carlos Augusto do Prado Bock

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral estudar os impactos na ordem pública a partir de 2019 com a atuação integrada das forças de segurança pública no Brasil. Como referencial teórico, foi utilizada uma abordagem qualitativa, fundada em pesquisa bibliográfica sobre os temas relacionados e pesquisa documental, leis, doutrinas e planos, com foco direcionado a analisar, descrever, avaliar e propor medidas que proporcionem o aperfeiçoamento da atuação integrada das forças de segurança pública no Brasil; sendo uma boa-prática em política pública que garanta a preservação da ordem pública e contribua com o desenvolvimento e a segurança nacional. Teve como resultado uma junção das doutrinas do Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo isso de fundamental importância, pois temos várias operações conjuntas entre esses ministérios em benefício da sociedade brasileira. Por fim, concluiu-se pela elaboração de uma doutrina conjunta de defesa nacional, construída pelos vários Ministérios que envolvam a Defesa e a Segurança Pública, mediada por outro ministério que tenha ascendência sobre os demais. Sugere-se elaborar uma doutrina interministerial sobre operações interagências/integradas.

Palavras-chave: integração; operações interagências; segurança; desenvolvimento; Brasil.

ABSTRACT

This paper aims to study the impacts on public order from 2019 onwards with the integrated action of public security forces in Brazil. As a theoretical framework, a qualitative approach was used, based on bibliographical research on related topics and documentary research, laws, doctrines and plans, with a focus on analyzing, describing, evaluating and proposing measures that provide the improvement of the integrated performance of the forces of public security in Brazil; being a good practice in public policy that guarantees the preservation of public order and contributes to development and national security. The result was a combination of the doctrines of the Ministry of Defense and the Ministry of Justice and Public Security, which is of fundamental importance, as we have several joint operations between these ministries for the benefit of Brazilian society. Finally, it was concluded by the elaboration of a joint doctrine of national defense, built by the various Ministries that involve Defense and Public Security, mediated by another ministry that has ascendancy over the others. It is suggested to develop an inter-ministerial doctrine on interagency/integrated operations.

Keywords: integration; interagency operations; safety; development; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Desde o advento da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a sociedade brasileira vive momentos de evolução com relação aos direitos individuais e coletivos. No artigo 37 da Constituição Federal estão esculpidos os princípios da administração pública, que são: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (BRASIL, 1988).

A partir do objeto, qual seja, “a atuação integrada das forças de segurança pública no Brasil e seus impactos a partir de 2019”, vamos explorar qualitativamente a importância dessa junção de esforços rumo à melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira, com vista ao cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública e à promoção da dignidade humana e da cidadania.

Face aos problemas na segurança pública, sobretudo nos grandes centros urbanos e à degradação dos espaços públicos, dentre outros; é possível, portanto, avaliar os impactos da atuação integrada das forças de segurança pública no Brasil a partir de 2019? A resposta a esse questionamento encontra-se nas considerações finais.

Este trabalho é parte de um estudo dos autores no Curso de Altos Estudos em Defesa, na Escola Superior de Defesa – ESD/MD, sob a orientação do Cel (EB) R1 Fernando César Hernandes.

O estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, fundada em pesquisa bibliográfica sobre os temas relacionados e pesquisa documental, leis, doutrinas e planos, com foco direcionado a analisar, descrever, avaliar e propor medidas que proporcionem o aperfeiçoamento da atuação integrada das forças de segurança pública no Brasil como uma boa-prática em política pública que garanta a preservação da ordem pública e contribua com o desenvolvimento, a segurança e a defesa nacional.

Por fim, serão apresentadas as principais conclusões deste estudo, destacando-se suas limitações e possibilidades de aperfeiçoamento em pesquisas futuras.

2 DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, conceituou que “segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

O artigo também enumera em seu *caput* quais são os órgãos que a compõe, a saber: “I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.”. Registre-se que as polícias penais foram inseridas a partir da redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019.

Face ao grande número de instituições de segurança pública no país, insculpidos na nossa CF/1988, há de levar em consideração a contribuição dos megaeventos esportivos como promotores históricos de uma integração tão almejada pela sociedade, o que é considerado como um “legado”, pois, segundo Bruno de Vasconcelos Cardoso (2013), “Surge então uma situação aparentemente paradoxal: a partir do momento em que os megaeventos tornam-se muito mais custosos”, e ainda continua o autor a dizer que “o paradoxo é desfeito pelo discurso que associa os imensos gastos dos anfitriões com a contrapartida do ‘legado’ de infraestrutura a ser deixado. Com a questão da segurança acontece o mesmo” (p. 123).

Os investimentos aos megaeventos esportivos são de fundamental importância ao amadurecimento da segurança pública, pois, mesmo em países que tenham recursos escassos, essas estruturas resultam em verdadeiros legados, ou seja, forçam um investimento público e privado em estruturas e tecnologias que ficam para um futuro mais promissor em matéria de segurança pública. No caso do Brasil, os investimentos nesses megaeventos tinham como propósito a promoção da segurança durante as competições internacionais, que, observados os variados megaeventos no decurso das duas últimas décadas, notabiliza-se num significativo aperfeiçoamento dos investimentos e das políticas públicas em segurança pública e defesa social.

Para Adriana Vasconcelos (2018), quando escreve sobre o legado dos grandes eventos para a segurança pública no Brasil, faz uma análise que: “[...] maior legado, a coordenação entre as instituições de segurança pública e não a integração em seu sentido estrito, [...] a pretensão do Governo é que as organizações permaneçam autônomas, porém, que trabalhem de forma coordenada (VASCONCELOS, 2018, p.

18).

Esses grandes eventos são representados pela Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016), onde o governo brasileiro enviou todos os esforços no sentido de proporcionar segurança e tranquilidade a todos os participantes a partir de um planejamento, da coordenação e da integração, mesmo respeitando a autonomia de cada órgão ou instituição.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou em 2018 uma orientação que contribuiu sobremaneira para as decisões relacionadas às políticas públicas no âmbito federal, numa busca por alternativas mais efetivas, eficazes e eficientes. Através de seus guias práticos de análise *ex ante* e *ex post* (BRASIL, 2018), buscou-se alinhar as propostas para criação, expansão e aperfeiçoamento de políticas públicas a partir do seguinte conceito:

Entende-se por políticas públicas o conjunto de programas ou ações governamentais necessárias e suficientes, integradas e articuladas para a provisão de bens ou serviços à sociedade, dotada de recursos orçamentários ou de recursos oriundos de renúncia de receitas e benefícios de natureza financeira e creditícia (BRASIL, 2018b, p. 13).

Com isso, o IPEA definiu que as etapas da análise *ex ante*, devem seguir as seguintes formulações:

[...] i) diagnóstico do problema; ii) caracterização da política: objetivos, ações, público-alvo e resultados esperados; iii) desenho da política; iv) estratégia de construção de confiabilidade e credibilidade; v) estratégia de implementação; vi) estratégias de monitoramento, de avaliação e de controle; vii) análise de custo-benefício; e viii) impacto orçamentário e financeiro (BRASIL, 2018b, p. 11).

O IPEA também define no seu guia de análise *ex post* que “O exame dos impactos da política pública analisa se há evidências de que ela cumpre os seus objetivos definidos anteriormente” (BRASIL, 2018a, p. 65), sendo assim, há a necessidade de acompanhar a evolução das ações governamentais para o seu aperfeiçoamento.

No mesmo ano foi publicada a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), onde o estado brasileiro normatiza as políticas públicas voltadas a uma segurança pública mais eficiente e

integrada, conforme texto a seguir:

Art. 3º Compete à União estabelecer a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios [...] Art. 5º São diretrizes da PNSPDS: [...] IV - **atuação integrada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações de segurança pública e políticas transversais para a preservação da vida, do meio ambiente e da dignidade da pessoa humana** (BRASIL, 2018, n.p., grifo nosso).

O SUSP é composto pelos órgãos de segurança pública federais, estaduais e municipais, integrado pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal, que atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica, conforme preceitua o seu artigo 9º.

A partir daí, com o advento do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, cria-se a Secretaria de Operações Integradas (Seopi) no Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem como uma das principais atividades, a promoção da integração das forças de segurança pública no Brasil em todas as suas esferas: federal, estadual e municipal.

Portanto, o alinhamento integrado, cooperativo, sistêmico e harmônico entre as forças de segurança pública com todos os integrantes operacionais do SUSP, de acordo com o que determina o artigo 9º da Lei nº 13.675/2018, é essencial para o funcionamento eficiente do sistema criminal brasileiro e para a preservação da ordem pública.

Para tanto, foi elaborada a Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP) em 2019, que norteia essa integração, a qual foi construída a partir da efetiva participação de todos os Estados e o Governo Federal, através dos seus operadores de segurança pública.

Vamos ainda explorar as orientações contidas na Política Nacional de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa e na Doutrina de Operações Conjuntas, todos do Ministério da Defesa (MD), bem como, alguns registros dos grandes eventos ocorridos nos últimos anos em operações integradas como: Copa do Mundo (2014), Olimpíadas (2016), Copa América (2019), Copa do Mundo Sub-17 (2019), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Eleições etc.

As operações integradas realizadas a partir da elaboração de planos

estratégicos e operacionais, baseados em análises de risco e protocolos bem definidos, tecnicamente delineados pelos operadores de segurança pública, podem proporcionar maior eficiência nas atividades e resultar na promoção da dignidade humana e na paz social (DNAISP, 2019).

Nesse sentido, o anuário brasileiro de segurança pública 2020, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança pública (FBSP), reconhece que “é fundamental que exista articulação e integração entre as instituições policiais em nível federal e estadual para que os fatores de risco sejam atenuados” (FBSP, 2020, p. 27). Essa articulação e a consequente articulação entre as forças vão atender as demandas internacionais dos direitos humanos (ONU, 1948) e promover a dignidade humana e a cidadania (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, Christiane de Holanda Camilo (2014) nos ensina sobre a interdisciplinaridade como uma das principais características dos Direitos Humanos, permitindo-lhes uma permeabilidade relevante no aprimoramento das legislações brasileiras, conforme a seguir:

Dessa forma, vale considerar que, em que pese a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos, herança da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e de uma compreensão ampla de que as dimensões da vida são interligadas, ou seja, o direito à vida se realiza à medida que as condições satisfatórias e necessárias são garantidas pelo Estado e atingidas por cada ser humano, cabe ressaltar que, cada sociedade, e cada país, tem história própria e especificidades a serem consideradas ao se tentar construir uma fundamentação em Direitos Humanos (HOLANDA CAMILO, 2014, p. 36).

Sendo assim, o direito à vida deve ser garantido pelo Estado, a partir da execução de políticas públicas que viabilizem uma segurança pública eficiente e que tenham resultados que garantam os direitos fundamentais constitucionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU), define em seu Artigo 3º que “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (ONU, 1948, p. 1).

Para Paul J. Gertler, Sebastián Martínez, Patrick Premand, Laura B. Rawlings e Christel M. J. Vermeersch (2018, p. 38), “uma cadeia de resultados estabelece a lógica causal a partir do início do programa, começando pelos recursos disponíveis, até o seu final, analisando as metas de longo prazo”, com isso, segundo os autores,

estabelecer um esquema lógico é plausível para explicar se um programa é viável e interage para estabelecer caminhos através dos quais os impactos são alcançados. Para isso, apresentam uma cadeia de resultados básicos a serem avaliados, que podem revelar se uma política pública, ou programa, infere em impactos:

Insumos. Os recursos à disposição do projeto, incluindo pessoal e orçamento. **Atividades.** As ações adotadas ou o trabalho realizado para converter insumos em produtos. **Produtos.** Os bens tangíveis e os serviços que as atividades do projeto produzem. [...] **Resultados.** Os resultados que são provavelmente obtidos após a população beneficiária utilizar os produtos do projeto. [...] **Resultados finais.** Os resultados finais alcançados indicam se os objetivos do projeto foram cumpridos. Podem, normalmente, ser influenciados por múltiplos fatores e são alcançados após um período de tempo mais longo (GERTLER et al, 2018, p. 38-39, grifo nosso).

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) está desenvolvendo ações que podem ser mensuradas a partir da criação da Secretaria de Operações Integradas (2019), o que pode levantar os impactos de suas ações, a partir dessas informações orientadas pelos autores acima e pelo IPEA (2018), tais como: os insumos, as atividades, os produtos, os resultados e os resultados finais. O Sistema Único de Segurança Pública (2018) já prevê o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (2021), dentre várias iniciativas de avaliação de impacto, produção de evidências sobre o desempenho de um programa para o uso de autoridades governamentais e seus gestores, ou até mesmo, para conhecimento dos membros da sociedade civil e outras partes interessadas.

Há de ser ressaltar a atuação dos diversos órgãos que operam na segurança pública, desde o exercício de polícia ostensiva e preventiva até ao exercício da polícia judiciária.

A Operação *Vetus*¹⁰⁰ teve como base denúncias de maus tratos contra idosos recebidas via disque 100, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH). Essa operação integrada entre as polícias civis estaduais ocorreu entre 1º de outubro (Dia Internacional do Idoso) e 31 de outubro de 2020, resultando na apuração de 13.265 denúncias, com o atendimento de 13.862 vítimas, cumpridas 872 medidas protetivas e de 275 mandados judiciais, com a prisão de 567 agressores em

¹⁰⁰ <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/operacao-vetus-201cproteger-os-idosos-e-preocupacao-do-governo201d-afirma-andre-mendonca>.

1.410 municípios em todo o país.

A Operação Resguardo¹⁰¹ teve como base crimes de violência contra a mulher (como ameaças, tentativas de feminicídio, lesão corporal, descumprimentos de medidas protetivas, estupro, importunação etc.) por meio da apuração de denúncias, análise de procedência dessas denúncias, instauração de inquéritos policiais, levantamento de mandados de prisão e cumprimento de mandados judiciais pelas polícias civis, que aderiram ao expressivamente em todos os estados e o DF. Ocorreu entre 1º de janeiro e 8 de março de 2021 (Dia Internacional da Mulher). Envolveu o emprego de 16 mil policiais civis e resultou na prisão de mais de 9,1 mil investigados, decorrentes de flagrantes e mandados de prisão, cumpridos cerca de 56 mil medidas protetivas, com mais de 168 mil vítimas atendidas, 1.226 armas apreendidas e cerca de 70 mil visitas e diligências realizadas.

A Operação Acalento¹⁰², por sua vez, teve como base crimes de violência contra crianças e adolescentes (estupro de vulnerável, tortura, maus-tratos etc.). Ocorreu entre 04 de junho e 16 de julho de 2021 e envolveu a participação de mais de 9 mil agentes da Polícia Civil e resultou no cumprimento de 365 mandados judiciais de busca domiciliar e de 505 mandados de prisão, com mais de mil pessoas presas e 339 menores apreendidos, atendimento de mais de 18 mil vítimas e a solicitação de cerca de 1.700 medidas protetivas.

O Programa VIGIA¹⁰³ é uma das ações estratégicas do MJSP e conta atualmente com várias operações diárias nas fronteiras e divisas do país. O trabalho é realizado desde 2019, com resultados vultosos no combate ao crime organizado e aos crimes transfronteiriços. Há uma forte integração na fronteira, pois conta com a atuação de agentes de segurança pública e instituições que atuam nas regiões

Com o advento do Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021, que institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, o governo federal apresenta alguns objetivos para a matéria de segurança pública e defesa social no próximo decênio, a saber:

¹⁰¹ <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/operacao-resguardo-mira-combate-a-crimes-de-violencia-contr-a-mulher-no-brasil>.

¹⁰² <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/acao-inedita-de-combate-a-crimes-de-violencia-contr-criancas-e-adolescentes-prende-mais-de-mil-pessoas-no-pais>.

¹⁰³ <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1568409245.88>

I - definir ações estratégicas, metas e indicadores para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; [...] III - estabelecer estratégias de governança e de gerenciamento de riscos que possibilitem a execução, o monitoramento e a avaliação; e IV - orientar os entes federativos quanto ao diagnóstico prévio e à elaboração dos planos de segurança pública e defesa social, que deverão estar alinhados com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (BRASIL, 2021, p. 1).

A política nacional de segurança pública contida na Lei nº 13.675/2018, vai ganhando forma quando direciona ao alinhamento dos entes federativos a realizarem uma política pública que tenham ações estratégicas com uma governança harmoniosa e que contemplem ciclos de implementação, monitoramento e avaliação.

O plano nacional ainda estipula metas específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e prazos determinados, visando alcançar os objetivos, os resultados que impactam positivamente o cotidiano das pessoas e o desenvolvimento do País, conforme consta em seu artigo 4º.

Toda essa evolução das políticas públicas voltadas à integração e à cooperação é resultado de variados esforços públicos e privados, no sentido de alcançar um *status* de país mais seguro para se viver, com um conjunto de ações que proporcionem o aperfeiçoamento do desenvolvimento sustentável da nação brasileira.

As operações interagências possuem a seguinte definição básica:

Operações interagências: interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos (BRASIL, 2017, p. 14).

Da mesma forma e seguindo o mesmo raciocínio, conforme o mesmo referencial teórico, o MD33-M-12 descreve uma “Agência” como uma “Organização, instituição ou entidade, fundamentada em instrumentos legais e/ou normativos, que tem competências específicas, podendo ser governamental ou não, militar ou civil, pública ou privada, nacional ou internacional” (BRASIL, 2017, p. 14).

Desse entendimento, considerando que as operações interagências buscam conciliar interesse e coordenar esforços no atendimento do bem comum, com eficiência, eficácia e efetividade com economia de meios, as agências podem ser

públicas, privadas, nacionais e internacionais.

As operações interagências têm como princípios norteadores a colaboração, a capacidade, o consenso, o conhecimento, a priorização, a unidade de esforços, a flexibilidade, a objetividade e a integração (2017, p. 17-18).

Dentre os princípios citados, destacamos a integração como um esforço coordenado que representa um desafio a ser superado, pois, há de se destacar a diversidade de objetivos e de políticas de cada órgão envolvido, bem como, diferentes procedimentos e processos decisórios. A integração é definida, primeiramente, como “ação de ligar um conjunto de subsistemas num todo lógico, de tal forma que as relações entre eles sejam mais importantes do que os próprios subsistemas, ou que as relações entre eles possam gerar um efeito sinérgico” (p. 57), depois, também é definida como “ação de colocar uma unidade ou elemento, temporariamente, numa organização de constituição variável” (p. 57-58). Destaca-se, portanto, que as relações sinérgicas desses subsistemas são a essência dessa integração.

Os planejamentos das operações devem ser conduzidos nos níveis político, estratégico, operacional e tático, e ainda, considerar a crescente complexidade dos meios dos órgãos envolvidos, o que exige uma maior integração das estruturas de comando e controle, de inteligência e de logística.

Os fundamentos das operações conjuntas do Ministério da Defesa possuem algumas similaridades com os princípios da DNAISP (2019) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que assim os define como: coordenação, comunicação, comando e controle (c4); continuidade; consenso; eficiência; flexibilidade; integração; interoperabilidade; liderança situacional; oportunidade; objetividade; priorização e segurança (p. 14-16).

Esses princípios da DNAISP refletem as premissas da atuação integrada em matéria de segurança pública, devidamente alinhadas às competências e atribuições da Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e obedecendo aos objetivos e as estratégias instituídos pela Política Nacional de Segurança Pública (2018), conforme conteúdo a seguir:

I) Respeito à autonomia dos entes federativos e atribuições legais dos órgãos de segurança pública e defesa social; II) Respeito à cultura organizacional de cada agência/instituição, otimizando a habilidade e conhecimento técnico; III)

Integração dos órgãos de segurança pública e interoperabilidade dos sistemas; IV) Utilização de um ambiente, preferencialmente, comum para gestão e monitoramento das ações e operações integradas; e V) Avaliação sistemática das ações integradas de segurança pública e defesa social. (DNAISP, 2019, p. 14).

Portanto, integrar as forças de segurança, sejam elas consideradas agências, órgãos ou instituições, além de ser um desafio para o Estado brasileiro, reporta à obediência da premissas que respeite a autonomia dos entes federativos e de seus órgãos de segurança pública e defesa social. Há de levar em consideração o respeito à cultura organizacional e ao aprimoramento da integração a partir de um ambiente preferencialmente comum, a fim de promover a integração e a interoperabilidade dos respectivos sistemas. Todo esse esforço deve resultar em uma avaliação sistemática que produza uma memória dessa integração, contribuindo para o aperfeiçoamento das próximas atuações.

O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (2021), prevê, em seu Anexo, várias as ações estratégicas, dentre elas podemos destacar a integração, que está no centro de todas as ações para viabilizar a execução do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e suas políticas de segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, ficou evidente ser possível avaliar os impactos da atuação integrada das forças de segurança pública no Brasil a partir de 2019, pois, a partir da criação da SEOPI/MJSP, a atuação integrada tornou-se uma boa-prática na segurança pública, com uma memória complementar e intensa, fortalecendo os elos que faltavam nessa temática. Vale ressaltar a necessidade de ampliar os estudos a respeito.

Este estudo teve como resultado uma junção das doutrinas do MD e do MJSP, sendo isso de fundamental importância, pois temos várias operações conjuntas entre esses ministérios em benefício da sociedade brasileira.

Analisamos que as doutrinas e os princípios do MD e do MJSP são similares na essência, contudo, não visam uma atuação interministerial, sendo assim, um limitador para haver uma maior e mais ampla cooperação.

Propõe-se, a partir deste estudo, a elaboração de uma doutrina conjunta ou de atuação integrada de defesa nacional, construída pelos vários ministérios que envolvam a Defesa e a Segurança Pública, respeitadas as respectivas competências, capacidades e responsabilidades. Sugere-se que a Casa Civil da Presidência da República autorize ou determine as operações integradas ou missões conjuntas que tenham vários ministérios envolvidos. E, finalmente, propõe-se que seja discutida, através de um amplo debate interministerial, a elaboração de uma doutrina interministerial sobre operações interagências/integradas, para posterior apreciação e aprovação do Comitê Interministerial de Governança – CIG, em conformidade com Decreto nº 9.203/2017.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**, volume 2. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.203**, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**, volume 1. Brasília: Ipea, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.822**, de 28 de setembro de 2021. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.822-de-28-de-setembro-de-2021-348271076>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.662**, de 1º de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MJSP [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9662.htm. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Doutrina de operações conjuntas 2020**. 2º vol. Disponível em:

<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/o-estado-maior-conjunto-das-forcas-armadas/doutrina-militar/publicacoes/md30-m-01-vol-2-2a-edicao-2020-pub-intranet-fev-21.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. **Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública – DNAISP**. 2ª Ed. 2019. Disponível em:

http://www.pm.pi.gov.br/download/202002/PM11_5d300e81d1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Operações interagências - MD33-M-12**. Disponível em:

https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/operacoes/md33a_ma_12a_opa_interagenciasa_2a_eda_2017.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

CARDOSO, B. V. **Megaeventos Esportivos e Modernização Tecnológica: Planos e Discursos sobre o Legado em Segurança Pública**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 19, p. 119-148, Jul/Dez 2013.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário brasileiro de segurança pública 2020**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

GERTLER, P. J. et al. **Avaliação de Impacto na Prática**, segunda edição. Washington DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial, 2018.

HOLANDA CAMILO, C. **Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Rede Municipal de Educação de Goiânia – Goiás**. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar de Direitos Humanos – UFG). Universidade Federal de Goiás. 2014.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948.

VASCONCELOS, A. C. D. A. **O legado dos grandes eventos para a segurança pública no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018.

UMA METODOLOGIA MULTICRITÉRIO DE APOIO A DECISÃO COM POTENCIAL PARA GERENCIAR O SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP)

A MULTI-CRITERIA DECISION SUPPORT METHODOLOGY WITH THE POTENTIAL TO MANAGE THE UNIFIED PUBLIC SECURITY SYSTEM (SUSP)

Nazareno Marcineiro

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar conceitos e definições para evidenciar a potencialidade da Metodologia Multicritério de Apoio a Decisão – Construtivista como modelo de gestão e integração dos princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, estabelecidos na Política Nacional de Segurança Pública, no Sistema Único de Segurança Pública e no Plano Nacional de Segurança pública e mensurar o desempenho das múltiplas agências que são interessadas na preservação da ordem pública e garantia da incolumidade das pessoas e do patrimônio no Brasil. Para tanto, foram apresentados conceitos e definições de ordem pública, de complexidade e da metodologia que, pelas evidências, melhor se adequa a gerenciar os processos complexos de preservar a ordem pública e gerenciar o desempenho das instituições encarregadas do mister.

Palavras-chave: SUSP; gestão de segurança pública; multicritérios em apoio à decisão.

ABSTRACT

The present work aims to present concepts and definitions to show the potential of the Multicriteria Decision Support Methodology – Constructivist as a management model and integration of the principles, guidelines, objectives and strategies, established in the National Public Security Policy, in the Unified Public Security System and in the National Public Security Plan and measure the performance of the multiple agencies that are interested in preserving public order and guaranteeing the safety of people and property in Brazil. To this end, concepts and definitions of public order, complexity and methodology were presented that, according to the evidence, is best suited to managing the complex processes of preserving public order and managing the performance of institutions in charge of the task.

Keywords: SUSP; public security management; multicriteria in decision support

1 INTRODUÇÃO

A Lei 13.675 (BRASIL, 2018, p. 4), de 11 de junho de 2018, que visa disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal, cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o sistema Único de Segurança

Pública (SUSP), com o objetivo gerar parâmetros para a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade.

Ela se constitui de princípios, diretrizes, objetivos e estratégias. Dentre os princípios consta 16 itens de diversas naturezas e compostos por múltiplos critérios de observação; são 26 diretrizes elencadas, das quais duas foram vetadas, que se destinam a orientar atenção para as múltiplas facetas da atuação e constituição das organizações que compõem o sistema; também são definidos 26 objetivos, dos quais um foi vetado, que retratam a complexidade da constituição da paz social num Estado Democrático de Direito, de um país continental; dentre as estratégias se destaca a avaliação continuada dos resultados. Na SEÇÃO VI, são apresentados os meios e instrumentos de implementação do PNSPDC, elencando um conjunto de planos e sistemas, entretanto, desarticulados sistemicamente dos objetivos elencados acima. Na Seção II do SUSP, onde se trata das Diretrizes Gerais de elaboração e execução de planos para cada agente público do sistema lê-se expressões como: “estratégias de articulação”, “integração de programas”, “viabilizar ampla participação social”, “atividades e projetos articulados”, “incentivar a inclusão”, “ampliar as alternativas de inserção”, “garantir a efetividade dos programas”, “promover o monitoramento”, “fomentar a harmonização”, dentre outros, expressões estas prenhes de subjetividade e, embora com importância estratégica mas sem articulação entre elas e padecendo da necessidade de uma ferramenta gerencial que dê mensurabilidade e integre esses objetivos, deixando claro a cadeia de valores pretendida pelo dispositivo legal e seu autor.

Dentre as inúmeras ferramentas de Gestão de processos complexos o que possui maior aderência à gestão e tomada de decisão de processos de preservação da ordem pública é a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão – Construtivista (MARCINEIRO, 2020)

Disso decorre a questão orientadora do presente trabalho: A Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão – Construtivista (MCDA-C) é instrumento adequado e suficiente para dar mensurabilidade e integração aos objetivos definidos na Lei do SUSP?

Busca-se, como objetivo geral, evidenciar uma relação direta de eficiência do MCDA-C com a necessidade de dar objetividade e integração de interesses complexos e díspares que compõem o rol de objetivos das diversas organizações que integram o SUSP. Como objetivos específicos, busca-se: (i) identificar elementos que configurem a complexidade do SUSP para preservação da ordem pública; (ii) apresentar elementos de conhecimento do MCDA-C; (iii) fazer uma correlação entre MCDA-C e SUSP.

A pesquisa será delimitada pela busca da identificação de definições e conceitos que permitam caracterizar o MCDA-C como metodologia adequada para uma apropriada gestão dos objetivos definidos pelo SUSP, visto que eles são fortemente influenciados pela evolução histórica dos parâmetros econômicos, culturais e sociais do país, além dos interesses próprios das organizações e de suas unidades federativas.

O procedimento metodológico foi o de pesquisa bibliográfica e documental, pelo método dedutivo e de abordagem qualitativa, tudo sustentada no criticismo, como possibilidade do conhecimento, e no intelectualismo, como origem do conhecimento (HESSEN, 2000), seguindo os cânones da novel Ciências Policiais.

Um primeiro desafio é entender o que é complexidade, a qual se atribui ao processo de preservação da ordem pública.

2 A COMPLEXIDADE QUE DIFICULTA A OBJETIVIDADE

Segundo Edgar Morin (MORIN, 2005), complexidade é um tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados, no paradoxo do uno e do múltiplo. O autor diz que a negação do que é complexo conduz ao reducionismo e o abandono de partes do que é indissociável. Para ele, dois fatores podem desviar a mente do entendimento do pensamento complexo: (i) acreditar que a complexidade elimina a simplicidade e (ii) confusão entre complexidade e completude. No primeiro, admite que a complexidade surja da falha da simplicidade, mas “integra tudo aquilo que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento” (MORIN, 2005, p. 6), agregando os modos simplificadores, mas sem dar espaço para medidas redutoras, unidimensionais e mutiladoras. No segundo, admite que o desejo maior da complexidade é o de manejar as articulações entre os diferentes campos disciplinares

que são desmembrados pelo pensamento disjuntivo e que pode fragmentar e isolar determinados conhecimentos, ocultando possíveis relações.

Este é o pensamento fundante das Ciências Policiais e da Gestão da Preservação da ordem pública, em particular. Observa-se nas PNSPDC, no SUSP e no recentemente lançado Plano Nacional de Segurança (BRASIL, 2021) que o complexo problema da segurança pública no Brasil é fragmentado, num pensamento disjuntivo, mas não há a preocupação de reagrupá-los, admitindo a complexidade da matéria, porém sem apresentar uma abordagem que possa ser aglutinadora e inteligível.

A MCDA-C admite que o conhecimento gerado no decisor é complexo (ENSSLIN, MONTIBELLER NETO, NORONHA, 2001), porquanto subjetivo no mais das vezes, e apresenta metodologia que conduz do subjetivo para o objetivo, ao tempo que fragmenta para gerar simplicidade e, ao final e ao cabo, reintegra os elementos numa análise global, atribuindo a cada um uma taxa de substituição que dará o seu grau de importância na consecução dos objetivos gerais.

O fato é que a segurança pública tem sido tema recorrente nos principais ambientes de debates de interesse público, reunindo divergentes opiniões e estratégias de enfrentamento do problema. Nesses momentos, fica evidenciado o isolamento das agências que deveriam agir sistematicamente para dar bom encaminhamento a este complexo problema social, cujo enfrentamento apriorístico tem se mostrado tão desfocado da realidade socioeconômica-cultural-política brasileira quanto ineficiente. Percebe-se, nestas ocasiões, que falta uma ferramenta com credibilidade científica, conforme evidência (MARCINEIRO, 2020), para dar suporte aos decisores na escolha das melhores linhas de ações para alcançar os objetivos almejados. Algumas definições de preservação da ordem pública contribuem com a melhor compreensão do tema.

3 A PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A prática do crime e da violência, que se agiganta e compromete cada vez mais a tranquilidade e a convivência social, tem sido um dos problemas que mais preocupam a sociedade contemporânea. O quadro desperta na população uma

sensação de fragilidade e desproteção, dado o descrédito na capacidade do Estado em dominar a situação, fartamente noticiado nos meios de comunicação de massa.

Aprioristicamente, a responsabilidade pela situação vigente é atribuída aos organismos policiais do País. Entretanto, tal afirmação não resiste a uma análise mais detalhada. A ordem pública deve ser decorrente da participação de todos os entes sociais e tem um status construído pela evolução histórica dos fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros, sendo responsabilidade de todos, como é insculpido no caput do art. 144 da Constituição Federal vigente no Brasil. A prática do crime e da violência é decorrente de uma interação caótica de fatores, que não pode ser reduzida a algumas poucas causas nem ser atribuída a um único responsável.

Diogo de Figueiredo Moreira Neto (*apud* MENDES, 2001) diz que ordem pública é a “disposição pacífica e harmoniosa da convivência pública”, cujo referencial obrigatório não se restringe apenas à lei. Diz ele que ordem pública tem uma “dimensão moral”, que está *"diretamente referida às vigências sociais", aos "princípios éticos vigentes na sociedade"*, próprios de cada grupo social. Sintetiza, então, dizendo que a ordem pública deve ser “legal, legítima e moral”.

A ordem pública, portanto, não é algo que se impõe. Ela deve ser construída numa parceria sinérgica de todos os atores sociais, onde os agentes públicos de segurança participam como catalisadores do sistema, valendo-se do conhecimento técnico-profissional de que dispõem e das informações do ambiente em que estão inseridos e onde devem agir.

A definição acima dá conta da diversidade de ações necessárias para a preservação da ordem pública, evidenciando sua complexidade, ao tempo que demanda procedimentos cientificamente definidos e instrumentos de gestão e controle de processos complexos.

Ao ente público, cabe a definição de diretrizes e objetivos, conforme se constata na PNSPDC e nos SUSP e PNSPDC, para integrar e direcionar as diversas instituições com interesse no assunto. Além disso, deve propor ações a serem realizadas de forma coordenada e sinérgica, devidamente mensuradas para permitir que os resultados sejam avaliados e os rumos corrigidos, caso haja necessidade.

Algumas definições e conceitos do MCDA-C, embora aprioristicamente

apresentados, permitem um vislumbre do potencial da metodologia para gerenciar processos produtivos de grande complexidade.

4 MULTICRITÉRIOS EM APOIO À DECISÃO CONSTRUTIVISTA

A relação do homem com a tomada de decisão remonta à história da humanidade, entretanto, a decisão foi se tornando cada vez mais complexa na medida em que o cenário de tomada de decisão foi se fazendo mais complexo pela escassez dos recursos, imprevisibilidade do futuro, competitividade, preocupação com o meio ambiente, entre outros fatores. A decisão deixou de ser a escolha entre uma ou outra alternativa apresentada ao tomador da decisão. Múltiplas variáveis passaram a ser consideradas para que a decisão não resultasse em grave prejuízo para o processo produtivo em que estava inserido o decisor.

Na década de 70 surgem as metodologias otimizantes de pesquisa operacional, onde as resoluções dos problemas consistiam em determinar uma solução ótima para ser escolhida, dentre um conjunto de soluções previamente identificadas. Porém, logo se mostrou insuficiente, porquanto, os problemas tornaram-se mais complexos, abrangendo múltiplas dimensões, com diversos objetivos conflitantes e diferentes perspectivas e interesses individuais. A busca da solução ótima não permitia a flexibilidade necessária para contemplar a evolução do ambiente competitivo e a dinâmica do comportamento humano, que são fundamentais nas decisões.

Pereira e Fonseca (1997, p. 28) apresentam uma reflexão de fundamental importância para os objetivos do presente trabalho, caracterizando a inadequação da pesquisa operacional para a tomada de decisão onde o comportamento humano, subjetivo, exerce influência significativa. Nessas ocasiões, a tomada de decisão carece de uma metodologia para tornar o complexo o mais simples possível para os decisores. Diz ele que:

Os sistemas biológicos são complexos porque são formados por bilhões de células igualmente complexas. Os sistemas sociais são mais complexos ainda. Quanto mais organizado for o sistema, maior a sua complexidade. A ordem é um fator preponderante nos sistemas complexos; por isso, a rotina, a padronização, as regras, os regulamentos ajudam a administrar a complexidade nos sistemas sociais, criando limites, definindo o campo de ação e estabelecendo a latitude decisória de cada pessoa. Não há como gerir a complexidade sem antes torná-la simples.

Os novos desafios e o reconhecimento da necessidade de uma metodologia que contemplasse toda a gama de interveniência e que gerasse resultados decisórios legitimados pelos impactados da decisão, levaram à busca e desenvolvimento de muitas metodologias multicritérios para a tomada de decisão, dentre as quais duas escolas se destacaram e exercem grande influência nos pesquisadores desta área do conhecimento. São elas: o "*Multiple Criteria Decision Making*" – MCDM, da Escola Americana; e o "*Multiple Criteria Decision Aid*" – MCDA, da Escola Européia.

Não obstante as diversas características comuns às duas escolas, algumas diferenças são marcantes entre elas.

Santos Neto (2001) identifica como importante diferença entre as escolas o resultado da aplicação da metodologia. Diz ele que a escola Americana se caracteriza por fazer prescrições com referência a um ideal, buscando estar o mais próximo possível deste. Tal ideal é baseado em um grupo de axiomas os quais, se examinados separadamente, podem ser aceitos naturalmente como normas ou hipóteses de trabalho.

Portanto, esta escola segue o caminho *prescritivista*, no qual o facilitador faz uma descrição do problema e estabelece prescrições baseadas em hipóteses normativas, as quais são validadas pela realidade descrita. Na escola Européia, por sua vez, busca-se desenvolver recomendações nas quais se considera a melhor solução uma construção relativa às crenças e valores de um ou alguns dos envolvidos no processo de decisão, não sendo, portanto, necessariamente o ideal para todos.

Esta escola trabalha sob a abordagem *construtivista*, na qual se busca ao longo do processo, junto com os atores, construir um modelo mais ou menos formalizado que permitirá a evolução do processo de apoio à decisão em concordância com os objetivos e os sistemas de valores de todos os atores. Esta escola leva em consideração que no processo de tomada de decisão não influem somente os aspectos de natureza objetiva. Entende que os aspectos de natureza objetiva interagem com os aspectos de natureza subjetiva, sendo fortemente influenciados por estes.

Neste sentido, Angeloni (2003) diz que a decisão é considerada um processo essencialmente coletivo onde impera a multirracionalidade ou a anti-racionalidade, caracterizada pela interferência das diferenças individuais na coleta e interpretação

das informações, impossibilitando a existência de apenas uma decisão considerada a correta.

O referencial geral que orienta as pesquisas dos principais pesquisadores da Metodologia Multicritério em Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C) é o de que o processo de tomada de decisão construtivista não busca escolher uma das opções de decisão já existente e apresentada por um dos atores, mas criar algo que por definição ainda não existia, que contemple pelo menos parte dos interesses de todos os envolvidos.

Para a construção dessa entidade são envolvidos conceitos, modelos, axiomas, propriedades e procedimentos que têm o objetivo de serem utilizados para os propósitos de extrair ou elaborar, a partir das informações disponíveis, aquilo que realmente é significativo, e ajudar a clarear o comportamento do(s) decisor(es) através de argumentos que sejam capazes de fortalecer ou enfraquecer suas convicções.

A linha da escola Européia se configura como a linha que melhor se adequa à pretensão de tornar objetivo e integrar os vários elementos constitutivos da Política Nacional de Segurança pública, do Sistema Único de Segurança Pública e do Plano Nacional de segurança pública, permitindo uma mensuração de suas partes e integrando-as numa avaliação global.

4.1 Participantes do processo de tomada de decisão

Para Ensslin, *et alli* (2001) a tomada de decisão se dá através de um processo ao longo do tempo e não em um ponto específico no tempo, como crêem os defensores da pesquisa operacional tradicional. Ela se desenvolve de maneira caótica, envolvendo confrontações e interações entre as crenças e valores das pessoas envolvidas no processo decisório.

Estas pessoas são denominadas de atores do processo de decisão. Esses atores formam três grandes grupos: (i) agidos – pessoas ou grupos que direta ou indiretamente são impactados pela tomada de decisão; (ii) intervenientes – pessoas ou grupos de pessoas que participam diretamente da tomada de decisão e visam influenciar o resultado final, e; (iii) facilitador, que é aquele que aplica a metodologia e auxilia no processo de tomada de decisão.

4.2 Definição do problema e a busca de soluções

A Metodologia Multicritério em Apoio à Decisão - Construtivista se presta a resolver problemas complexos, considerando que um problema é complexo quando necessita de um grande esforço na sua fase de estruturação porque envolve diversos atores com distintas relações de poder, cada um com diferentes valores, percepções e objetivos, como sói ser a integração de múltiplas agências para a preservação da ordem pública.

Os problemas são decorrentes de circunstâncias que variam desde situações triviais até situações críticas, onde expomos a vida, nossas e/ou de outras pessoas. Para cada caso, o processo de tomada de decisão exige uma metodologia específica, que possibilite enfrentar devidamente as especificidades da situação. Schoemaker e Russo (1993, *apud* BRANDALISE, 2004 p. 33) dizem que os tipos de decisões podem ser classificados em quatro abordagens gerais, cujo uso nos casos concretos varia de um uso rotineiro ao uso eventual, dependendo da complexidade do problema e do custo envolvido. São eles: a) *Julgamento intuitivo*, mais usado para decisões emergenciais de pouca complexidade, com pouca informação; b) *Regras (procedimentos heurísticos)*, fornecem mais velocidade e acuracidade que o julgamento intuitivo e são fáceis de aplicar, embora não utilizem todas as informações relevantes; c) *Ponderação de importância*, usada em decisões de alta qualidade, clareza e transparência e em situações em que não se quer negligenciar qualquer informação importante; e d) *Análise de valor*, que é considerada como uma técnica altamente sofisticada e aplicada por metodologias multicritérios de apoio a decisão.

Estas técnicas possuem um grau de importância e complexidade crescente, ou seja, a primeira é mais simples e a última é mais complexa. Também nesta ordem elas têm frequência de uso, ou seja, as primeiras são usadas mais frequentemente, ao passo que as últimas são usadas eventualmente.

Finalmente, na visão construtivista, segundo Brandalise (2004 p. 41), a construção de medidas de solução de um problema se dá em três fases básicas: (a) *Estruturação do Problema* - onde se estabelecem as fronteiras e atores envolvidos e o tipo de preocupação existente, e em conjunto com o responsável se identifica e organiza os objetivos que segundo sua percepção estão presentes no contexto. Ao final desta etapa o responsável terá uma compreensão da situação em termos do perfil

da situação atual e das conseqüências das possíveis soluções, sobre o que ele considera como relevante; (b) *Avaliação* - onde os objetivos são mensurados e integrados, valendo-se dos julgamentos preferenciais do responsável. Ao final desta etapa ter-se-á um modelo compensatório para ajudar o responsável a melhor entender as conseqüências de seus juízos de valor e preferências integradas; (c) *Recomendações* - onde os resultados serão analisados, quanto à robustez e sugestões de como utilizar o modelo.

É nas etapas de *avaliação* e *recomendações* que se vislumbra uma grande relevância da metodologia para apoiar União, Estados e Municípios na tomada de decisão relacionadas às Políticas Públicas de Segurança Pública consubstanciadas nos documentos legais objetos deste artigo.

4.3 Aspectos relevantes da Metodologia de Multicritério de Apoio à Decisão – Construtivista

A gestão de processo complexo, como o de preservação da ordem pública e da integração dos diversos entes com interesse direto no assunto, num Sistema Único de Segurança Pública, demanda uma metodologia que apresente especificidades da Metodologia Multicritério de Apoio a Decisão – Construtivista, a saber.

4.3.1 Abordagem

Este aspecto busca identificar a harmonia existente entre o modelo de avaliação de desempenho construído e a sua filiação teórica de origem.

Azevedo et al (2011) apresentam essas abordagens e seus pressupostos, como sendo: (i) normativistas: Existência de um decisor racional e universal; Análise relacionada diretamente às propriedades do objeto; Seleção de modelos teóricos pré-existentes; Busca de soluções ótimas para o modelo. (ii) descritivistas: existência de um decisor racional e universal; busca entender as decisões bem sucedidas do passado; considera comportamento passado do decisor; descreve como o sistema de sucesso se comporta (estabelece correlações); replica padrão de comportamento para outros contextos. (iii) prescritivistas: decisor possui valores e preferências; Incorpora sistema de valores do decisor no modelo de avaliação de desempenho; procura coerência entre o discurso do decisor e o modelo de avaliação de

desempenho; foca na geração de conhecimento no facilitador; e (iv) construtivistas: decisor possui valores e preferências; Incorpora sistemas de valores do decisor no modelo de avaliação de desempenho; Incoerências entre discurso do decisor e modelo de avaliação de desempenho são percebidas como oportunidades de geração de conhecimento; foco na geração de conhecimento no decisor; reconhecimento da entidade social.

4.3.2 Singularidade

A MCDA-C entende que os problemas para os quais se busca solução são singulares, pertence aos atores envolvidos no processo de gestão de desempenho e/ou ao ambiente (contexto), portanto, não se trata de um modelo genérico, que se aplica a qualquer ato ou contexto.

4.3.3 Processo para Identificar

Este atributo busca identificar se a metodologia possui processo para identificar os objetivos segundo a percepção do decisor, levando em consideração que é preciso reconhecer os limites de conhecimento dos decisores e que ele possui valores que não serão desprezados.

4.3.4 Mensuração

O modelo leva em consideração se as escalas (descritivas, nominais, ordinais e cardinais) utilizadas, atendem à Teoria da Mensuração e suas propriedades (mensurabilidade, operacionalidade, homogeneidade, inteligibilidade, permite distinguir melhor e pior).

4.3.5 Integração

A metodologia busca realizar a integração dos critérios, com vistas a possibilitar a visualização de uma avaliação global do desempenho, definindo taxas de substituição para os diversos pontos de vistas fundamentais de composição do modelo.

4.3.6 Gestão

O MCDA-C apresenta processo que permitem realizar o diagnóstico dos pontos fortes e fracos da situação atual (status quo), de maneira que possibilite gerar ações de aperfeiçoamento no modelo de desempenho.

O MCDA-C, portanto, é uma metodologia de tomada de decisão cujo modelo tem uma abordagem construtivista, é singular, pois entende que cada pessoa e demanda são únicos, possui processo para identificar os objetivos segundo a perspectiva do decisor, é vinculado à teoria da mensuração e propõe escalas cardinais, onde é reconhecido que fazer evolução para quem tem um bom desempenho exige mais esforço do que àqueles que possuem um desempenho inferior, permite, individualmente e globalmente, identificar a performance dos objetivos estratégicos e integrá-los, gerenciando conforme o status de cada objetivo.

Mostra-se, portanto, como um modelo de gestão robusto e capaz de atender à complexidade de compreender e avaliar globalmente o desempenho dos objetivos da Política Nacional de Segurança Pública, do Sistema Único de Segurança Pública e do Plano Nacional de Segurança Pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ordem pública tem sido tema recorrente nos mais variados espaços de debate do mundo todo. O crime e a violência praticados por motivos religiosos, políticos, sócio-econômicos ou outros quaisquer, têm causado os mais calorosos posicionamentos e as mais controvertidas propostas de enfrentamento da problemática.

No Brasil, especificamente, o tema tem ocupado o primeiro lugar na agenda dos debates na mídia, nas Academias Universitárias e no Congresso Nacional, além de se destacar como assunto de grande relevância no dia a dia do cidadão comum.

O Governo Federal, com o afã de liderar o processo de preservação da ordem pública em todo o território nacional, criou uma Política Nacional, um Sistema Único para integrar e coordenar o esforço das múltiplas agências públicas e um Plano Nacional, onde as diretrizes e objetivos dos documentos anteriores são perseguidos com estratégias e métricas de avaliação. Entretanto, tanto num quanto noutro documento, os objetivos são isolados e não podem ser avaliados num contexto global,

onde o impacto de cada ação seja aferida no resultado do todo. Também, quando um objetivo recebe uma métrica de avaliação, essa métrica visa simplesmente descrever um resultado, não permitindo uma avaliação de desempenho em conformidade com a potencialidade do executor, e eventual gestão de melhoria.

O presente trabalho teve como objetivo evidenciar uma relação direta de eficiência do MCDA-C com a necessidade de dar objetividade e integração de interesses complexos e díspares que compõem o rol de objetivos das diversas organizações que integram o SUSP, apresentando o potencial da metodologia para gerenciar processos complexos. Ficou claro, portanto, que a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista, evidenciado principalmente pelos aspectos relevantes da metodologia, que ela possui características que abrangem de forma robusta e suficientes as demandas de gestão de processos complexos como o que este trabalho buscou abordar.

Ademais, como relatado em Marcineiro (2020), o modelo foi constituído e aplicado na gestão da Polícia Militar de Santa Catarina a partir de 2011, com atualizações a cada 2 anos, gerando um modelo gerencial que grande repercussão e eficácia, dando mostra de que, embora num ambiente mais limitado do que o proposto neste trabalho, é capaz de gerir processos complexos como o de preservação da ordem pública. Dentre os resultados alcançados nessa experiência, destaca-se o potencial da metodologia para definir objetivos estratégicos e estabelecer critérios de mensuração e compartilhar com os escalões subordinados, de forma clara e objetiva os objetivos de gestão definidos pelo decisor, permitindo que todos os integrantes da corporação pudessem conhecer e se unir ao esforço coletivo de melhoria da performance global da Instituição.

Finalmente, pode-se responder a questão de pesquisa formulada dizendo que sim, a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão – Construtivista (MCDA-C) é instrumento adequado e suficiente para dar mensurabilidade e integração aos objetivos definidos na Lei do SUSP.

6 REFERÊNCIAS

ANGELONI, M. T. **Elementos intervenientes na tomada de decisão**. Brasília: arquivo PDF. 2003.

BRANDALISE, K. C. A., **Metodologia de apoio à decisão construtivista para aperfeiçoamento de processos de faturamento em uma organização.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - UFSC. Florianópolis. 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988.** 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021.** Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Diário Oficial da União de 29/09/2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.822-de-28-de-setembro-de-2021-348271076>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.** Regulamenta o SUSP e cria a PNSPDC, Diário Oficial da União de 12 de junho de 2018.

ENSSLIN, L. et al. **ProKnow-C, Knowledge Development Process-Constructivist.** Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. Brasil. 2010a.

ENSSLIN, L.; MONTIBELLER NETO, G.; NORONHA, S. M. **Apoio à decisão:** metodologia para estruturação de problemas e avaliação multicritério de alternativas. Florianópolis-SC: Insular. 2001. 295 p.

HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento.** São Paulo: Martins Fontes. 2000.

MARCINEIRO, N. **A melhoria do desempenho Policial:** uma metodologia multicritério para aprimorar a tomada de decisão. 1ª ed. Florianópolis: Habitus. 2020.

MARCINEIRO, N. **Implantação do gerenciamento pela qualidade total na Polícia Militar de Santa Catarina:** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado de Engenharia da Produção e Sistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001.

MONTIBELLER NETO, G. **Mapas cognitivos:** uma ferramenta de apoio à estruturação de problemas. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005. 120 p.

PEREIRA, M. J. C. B.; FONSECA, J. G. M. **Faces da decisão – As mudanças de paradigmas e o poder da decisão.** São Paulo: Makron, 1997.

SANTOS NETO, W. **Avaliação de recursos humanos, utilizando o sysmcd, sistema informatizado de suporte à aplicação da metodologia multicritério de apoio à decisão.** Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2001.

FATORES DE RISCOS PSICOSSOCIAIS AO SUICÍDIO POLICIAL E A AMBIÊNCIA PROTETIVA INSTITUCIONAL: ANÁLISE TEMÁTICA ENTRE INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS

PSYCHOSOCIAL RISK FACTORS TO POLICE SUICIDE AND THE INSTITUTIONAL PROTECTIVE ENVIRONMENT: THEMATIC ANALYSIS AMONG MEMBERS OF THE MILITARY POLICE OF STATE OF ALAGOAS, BRAZIL

Patrícia Soares de Lima

Wagner S. Lima

Larissa P. Omena Soares

José Arthur da S. Santos

RESUMO

Episódios de comportamento suicida são considerados fenômenos multifatoriais. As vítimas sofrem a influência de um conjunto de fatores, alguns relacionados à vida privada e alguns advindos do ambiente laboral. Problema: Analisando as circunstâncias das ideações manifestas (IM), tentativas de suicídio (TC), suicídio consumado (SC) e homicídio seguido de suicídio (H/S) dentro de uma organização, é possível identificar quais fatores de riscos possam ser prevenidos pela ação consciente de chefias e colegas de trabalho? Objetivo: Este estudo buscou identificar tais fatores de risco preveníveis a partir da recorrência de temas nos registros de comportamento autolesivo entre os(as) policiais militares alagoanos(as), no período de 2001 a 2020. Metodologia: Tratou-se de uma pesquisa quali-quantitativa, exploratória básica, realizada por análise temática a partir da base de dados construída pelo Centro de Assistência Social da Polícia Militar de Alagoas (CAS-PMAL). Resultados: Tal análise apontou como resultado o seguinte recorte de interesse: natureza do local do fato, uso associado de álcool no momento do fato, escolaridade, sexo/gênero, vínculo do(a) companheiro(a) com a Corporação, tempo de serviço (momento da carreira), histórico de depressão e término de relacionamento. Conclusões: a partir dos temas recorrentes identificados é possível articular ações institucionais e sensibilização dos integrantes da Corporação para a construção de ambiência protetiva.

Palavras-chave: suicídio policial; saúde do trabalhador; segurança pública.

ABSTRACT

Episodes of self-injurious behavior are considered multifactorial phenomena. Victims are influenced by a set of factors, some related to private life and some arising from the work environment. Problem: Analyzing the circumstances of overt ideations, suicide attempts, completed suicide and homicide followed by suicide within an organization, it is possible to identify which risk factors can be prevented by conscious action of bosses and co-workers? Objective: This study sought to identify such preventable risk factors from the recurrence of themes in the records of self-injurious behavior among police officers from Alagoas, in the period 2001 to 2020. Methodology: This was a qualitative and quantitative research, basic

exploratory, performed by thematic analysis from the database built by the Social Assistance Center of the Military Police of Alagoas. Results: This analysis showed the following interest as a result: nature of the location of the fact, associated use of alcohol at the time of the fact, education, sex/gender, partner's relationship with the Corporation, length of service (career time), history of depression, relationship termination. Conclusions: Based on the recurrent themes identified, it is possible to articulate institutional actions and sensitize the members of the Corporation to the construction of a protective environment.

Keywords: police suicide; occupational health; public safety.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente laboral pela própria natureza de cada atividade profissional ou missão organizacional traz riscos à saúde dos trabalhadores. Os fatores de risco podem ser classificados e a categoria mais recentemente estudada e abordada é a dos riscos psicossociais (RUIZ, ARAUJO, 2012). Os registros de episódios do espectro do comportamento suicida, com ou sem resultado morte, surgem dentro do sistema de cuidado de uma organização como um sinal de alerta (RIBEIRO, 2018). Somados aos infortúnios da vida privada dos trabalhadores, esses sinais de alerta podem apontar para disfunções da responsabilidade social que as instituições têm para com o cuidado dos trabalhadores.

O problema que se impõe como articulador deste estudo pode ser refletido pelos seguintes questionamentos: Tendo acesso aos dados das circunstâncias em que policiais se tornaram vítimas/agentes de ideações manifestas (IM), de tentativas de suicídio (TC), suicídio consumado (SC) e homicídio seguido de suicídio (H/S) é possível mensurar temas recorrentes que indiquem fatores de risco ao agravamento do sofrimento psíquico? E, entre tais fatores, é possível destacar aqueles em que as chefias e os colegas de trabalho tenham capacidade de influir e, portanto, participarem dos processos de prevenção de forma colaborativa?

Considerando tal declaração de problema de estudo, o objetivo deste passou a ser identificar os fatores de riscos psicossociais a partir da recorrência de temas nos registros de comportamento autolesivo entre os(as) policiais militares alagoanos(as), no período de 2001 a 2020, de tal forma a destacar aqueles que seriam minimamente preveníveis pela ambiência protetiva instalada

pela cultura do cuidado mútuo.

Em vista disso, aplicou-se a análise temática sobre um recorte de interesse da base de dados do Centro de Assistência Social (CAS) da Polícia Militar de Alagoas (PMAL), com 79 registros de diferentes tipos de eventos do espectro suicida, gerando uma rede de contextos que evidenciam fatores de riscos interconectados.

2 CONSTRUÇÃO DA AMBIÊNCIA PROTETIVA

Nesta seção, serão brevemente refletidos conceitos que, quando postos em ação, propiciam a ambiência protetiva. Por conseguinte, faz-se necessário distinguir ações de responsabilidade institucional, daquelas que são tecidas como teias de amparo mútuo entre as pessoas. Quando dinamizadas em conjunto potencializam a cultura de cuidado.

2.1 Suicídio: multifatorialidade e coping

É sempre oportuno evidenciar que o suicídio se trata de um fenômeno humano multifatorial e multidimensional. Estudos sobre o tema têm demonstrado que as vítimas sofrem a influência de um conjunto de fatores, alguns relacionados à vida privada e alguns advindos do ambiente laboral (BOTEGA, 2010; MIRANDA, GUIMARÃES, 2016). Tais fatores podem paulatinamente se acumularem na trajetória da vida das pessoas, ou surgirem como episódios súbitos. Pessoas diferentes terão reações diversas, dependendo de sua capacidade de elaboração interna para resolução de conflitos interpessoais e intrassubjetivos, o que é denominado de *coping* (COLETA, COLETA, 2008).

2.2 Ambiência protetiva

O que estamos denominando de ambiência protetiva institucional é o contexto de gestão organizacional em conjunto com a cultura organizacional e/ou típica da atividade profissional que propicia fatores protetivos à saúde integral do trabalhador. Nogueira (2016) esclarece essa constituição mediante a percepção que os trabalhadores têm da experiência do trabalho. Em termos mais restritos aos serviços de assistência, é a aplicação daquilo que se espera na

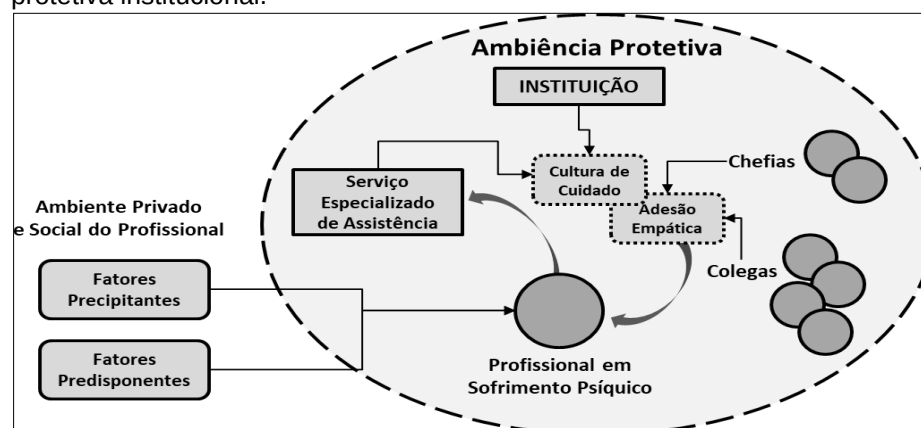
humanização em serviços de saúde (BRASIL, 2017) aplicado ao contexto de gestão em outros tipos de organização, como ampliação da rede de cuidado ao trabalhador. Para tanto, tais fatores precisam ser capazes de (1) diminuir os efeitos doseporépodos súbitos que ocorrem fora do ambiente laboral; (2) evitar a produção defatores acumulativos e precipitantes no próprio ambiente de trabalho e (3) oferecer serviços de assistência que identifiquem fatores de risco antecedentes ou que transcendam o ambiente laboral para que possam ser devidamente tratados.

2.3 Cultura de Cuidado: responsabilidade institucional e adesão empática

Essa construção protetiva, nesse sentido, tem participação da entidade institucional com sua prerrogativa normativa; assim como das ações individuais por adesão empática das chefias e dos colegas de trabalho.

Tal adesão empática tem sido denominada de “cultura de cuidado”, em si, e tem sido a base de programas exitosos de prevenção ao suicídio. Geralmente o peso do esforço pela construção da ambiência protetiva fica legado às equipes e ao sistema de cuidado e atenção à segurança e saúde ocupacional. Os serviços especializados realmente desempenham um importante papel nessa construção e operam ações que só eles têm a *expertise* necessária. Na Figura 1, podem ser observados a representação gráfica de todas essas forças e agentes interagindo com (e sobre) o profissional em sofrimento psíquico.

Figura 1 – Representação gráfica das dinâmicas e agentes da ambiência protetiva institucional.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A reflexão trazida pela observação da Figura 1, está no cerne do objetivo deste estudo: mediante um exercício de imaginação, se retiramos do gráfico a “cultura de cuidado”, ainda que as instâncias institucionais formalizem projetos e programas, sem a “adesão empática” a interação das chefias e dos colegas de trabalho para com o profissional em sofrimento psíquico não seria continuidade do cuidado dos serviços especializados. Ao contrário, constituíram-se em vetores, sendo eles mesmos produtores de mais fatores precipitantes e predisponentes, que se somariam aos percalços da vida pessoal.

Contudo, sem a colaboração do restante da organização e dos integrantes dela, a proteção pretendida como segurança psicológica não se consubstancia, na capilaridade e persistência temporal necessária, para cobrir justamente os momentos críticos pelos quais as pessoas passam. Tais momentos são aqueles, os quais sua capacidade interna de elaboração dos conflitos não suporta todos os fatores de risco em conjunto que se somam.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, exploratória básica e foi realizada por análise temática sobre aquilo que havia sido coletado primariamente pela equipe do Centro de Assistência Social (CAS-PMAL), quando das ações de pós-venção; pelo formato de autópsia psicossocial, nos casos dos eventos com resultado morte e pelo registro qualificado e sigiloso, quando do atendimento aos policiais, nos casos das tentativas e ideações manifestas.

As categorias de análise foram distribuídas em 4 tipos de eventos que guardam correlação com o espectro geral do comportamento suicida, dois com resultado morte e dois com possíveis outros agravos que não seja o óbito. Segue a convenção utilizada neste estudo como adaptação de Reis et al. (2019, p. 76):

- **Ideação Manifesta (IM):** é a expressão exteriorizada do desejo de pôr em prática plano de morte autoprovocada, considerado comumente como uma ameaça, na qual o sujeito pode ou não dispor dos meios reais para a execução. Alternativamente usa-se o termo ‘comunicação suicida’.
- **Tentativa de Suicídio (TC):** aquele que se predispõe à morte autoprovocada e só não atinge o resultado de óbito por fatores ou agente alheios a sua vontade.
- **Suicídio Consumado (SC):** consiste na morte autoprovocada intencionalmente.

- **Homicídio seguido de Suicídio (H/S):** também conhecido como suicídio estendido, consiste no evento, em desencadeamento único, no qual o sujeito comete homicídio com uma intencionalidade autodestrutiva, considerando que queira matar a pessoa que representa parte de si mesmo projetada e cindida; logo em seguida, completa a autodestruição cometendo o suicídio, propriamente dito.

Sobre o H/S, cabe refletir que o envolvimento do outro como vítima pode afetar filhos(as) e companheira(o). Há debates sobre o tema, considerando que o H/S pode concomitantemente representar expressão violenta de misoginia e constituir-se em feminicídio (ARAGONESES, DEL PRADO, 2018). Assim como a intencionalidade estendida do suicídio pode figurar como elemento de eventos semo resultado morte ou ter feito parte do planejamento de quem concretizou o autoflagelo.

Quanto aos suicídios consumados e a intencionalidade; exclui-se, portanto, os acidentes. No entanto, o registro de evento como acidente pode figurar um suicídio camuflado, tendo em vista questões morais e pecuniárias (VIOLANTI, 2007; SANTOS, 2007). Neste estudo não foram identificados concretamente casos deste tipo, mas um alerta figurou-se: a possibilidade de conexão entre um acidente de serviço (ou de folga) dentro da trajetória de uma vítima que, porventura, já tivesse caso de ideação manifesta.

A análise se deu mediante a operação de 79 (setenta e nove) registros, dos quais 25 (vinte e cinco) eram de ideações manifestas, 31 (trinta e um) eram de tentativas de suicídio, 22 (vinte e dois) eram de suicídios consumados e 01 (um) caso era de homicídio seguido de suicídio, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Contagem dos registros de eventos do comportamento autolesivo entre policiais militares de Alagoas, por tipo de evento (2001-2020).

Tipo de evento	Contagem
Ideação Manifesta (IM)	25
Tentativa de Suicídio (TS)	31
Suicídio Consumado (SC)	22
Homicídio seguido de Suicídio (H/S)	01
TOTAL	79

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas seções que se seguem, serão apresentados os dados analisados; a diferenciação entre o mundo masculino e feminino e, por fim, as “ambiências” que se configuraram como “lugar-situação” de gatilho de valor negativo.

4.1 Panorama descritivo dos dados

Cabe salientar que uma análise descritiva dos registros não corresponderia ao todo de episódios ocorridos no período determinado. Primeiramente, porque há uma evidente subnotificação das tentativas de suicídio (TC), as quais podem ocorrer sem que a unidade especializada em assistência psicossocial tenha conhecimento. O mesmo vem a ocorrer com as ideações manifestas (IM) que podem ser tratadas como eventos que não mereceriam registro e/ou cuidados. Por fim, a distribuição ano a ano encontrada se expressa tal como na Tabela 2:

Tabela 2 – Distribuição anual registros de eventos do comportamento autolesivo entre policiais militares de Alagoas, por tipo de evento (2001-2020).

Tipo de Evento	Ano do Evento																	Total Geral
	2001	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Ideação Manifesta	-	-	-	-	1	-	1	1	1	-	1	2	-	2	2	12	2	25
Tentativa de Suicídio	-	1	1	-	-	1	2	-	3	1	1	5	1	1	4	8	2	31
Suicídio Consumado	1	-	1	2	-	1	-	1	-	1	1	2	1	2	4	3	2	22
Homicídio/Suicídio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Total Geral	1	1	2	2	1	2	3	2	4	2	4	9	2	5	10	23	6	79

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Notas: 1. Os registros não correspondem ao total de eventos ocorridos no período, refletem apenas aqueles que foram passíveis de registro. 2. Entre 2012 a 2019, os números de eventos com resultado morte estão mais próximos à realidade. 3. Há um acréscimo na incidência dos eventos sem resultado morte, a partir de 2015, devido a mudanças na postura institucional para inibir a subnotificação e estimular o cuidado.

Essa realidade de subnotificação começou a mudar após o envolvimento das chefias na notificação prevista em normatização interna, em decorrência das ações institucionais que se seguiram aos picos de incidência de 2017 a 2019. A presente amostra de estudo possui recorrência de eventos vinculados à mesma pessoa, portanto, os 79 eventos registrados correspondem ao envolvimento de 68 vítimas/agentes, das quais 11 eram mulheres (16%). Portanto, 59 pessoas estiveram vinculadas a um único evento; enquanto, 7 pessoas se envolveram com 2 eventos e

2 pessoas possuem 3 registros de eventos.

Selecionados preliminarmente como recorte de interesse para a análise temática, apresentaram-se como conjunto propício ao estudo em profundidade os seguintes parâmetros: natureza do local do fato, uso associado de álcool no momento do fato, escolaridade, sexo/gênero, vínculo do(a) companheiro(a) com a Corporação, tempo de serviço (momento da carreira), histórico de depressão, término de relacionamento.

4.2 “Ambiência negativa” e gatilho situacional

Considerando a prevalência masculina, típica do suicídio e da predominância no efetivo da Corporação, a compreensão sobre alguns temas perpassa por contingências de políticas de atendimento à Saúde do Homem (SCHRAIBER et al., 2005; MINAYO et al., 2012). Não obstante, o entendimento sobre o mundo feminino, apesar de dialogar tanto quanto os homens com as características comuns da profissão, possui propriedades peculiares que precisam de outro prisma de interpretação, tal como foi exposto em Soares *et al.* (2021, p. 34-37).

Somente após os achados da análise, pode-se confirmar a necessidade de aporte teórico da Psicologia Ambiental e da Ecologia Mental, devido à prevalência de um tipo de categoria temática: a “ambiência”, como soma de local (espaço físico) e situação (contexto de significados). Tomando as lições de Thibaud (2018), é possível inferir que determinadas ambiências, ao contrário do que se espera em espaços de cuidado humano, estão irreparavelmente associadas à percepção interna como gatilho de valoração negativa.

A amostra estudada tem casos da mesma pessoa submetida ao longo da carreira ao mesmo local-situação, como ambiência capaz de gerar gatilho; isso foi observado em relação ao estabelecimento de ensino, na condição de aluno e na transferência para unidades do Interior, que se configuram como distantes para residentes na Capital. Entrelaçado a esses casos, estava a adoção (ou não) de uma postura de sensibilidade humana para a comunicação de atos administrativos, tais como a despromoção, a transferência e saída de grupo especializado.

Foi observado, na esteira da síntese de Reis et al. (2019), que o “*continuum*” é dinâmica real. Por isso, as condições registradas nas ideias manifestas (IM) são

de crucial valor analítico, pois fornecem um panorama de fatores, tais quais podem ser encontrados entre os demais eventos do espectro suicida. A amostra possui repetição de pessoas em eventos que seguem a progressão de gravidade do resultado.

A ocorrência envolvendo a ambiência do Centro de Operações (Copom) surgiu como *locus* escolhido pela vítima, na qual pudesse ser “ouvida pela corporação”. Também se registraram episódios com os operadores/atendentes que são inundados pelas histórias do Outro. Outra ambiência que deve suscitar cautelas aos colegas de trabalho é a associação do local de entretenimento, uso de álcool e isolamento repentino no veículo ou no banheiro, sobretudo, quando o sentimento interno é destoante, gerando tentativa de alegria dissimulada; nessa ambiência a vítima tem acesso velado à arma de fogo.

Outro ambiente que precisa de um olhar de cuidado é o alojamento, sobretudo, em três condições precipitantes: (1) o recente divórcio, (2) a condição prolongada de distanciamento da família e o (3) cumprimento de pena ou medida disciplinar. É plausível ponderar, que além do sofrimento inerente à condição socioafetiva do policial, deva ser comprometedor a abordagem dos colegas que julgam ou das chefias que não são sensíveis a tais dificuldades. Ainda, foram observadas as ocorrências associadas ao momento da prisão e acusação de corrupção ou violência policial, nas quais a ameaça de perder o cargo e o porte de arma destacam-se como amplificadores do dilema.

Entre outros temas levantados, a transferência para local distante da residência sem o devido suporte, como punição ou sem o tempo necessário para a adaptação surgiu como elemento desencadeador ou associado a casos com e sem resultado morte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente de trabalho e a organização que tem dominância sobre esse ambiente pode ou não incorrer em desajustes internos que deem causa imediata ao episódio violento autoprovocado. Por outro lado, pode propiciar fatores acumulativos predisponentes ou protetivos que incidam no sujeito progressivamente estimulando ou não a conduta suicida.

Como foi possível observar neste estudo, no estrito contexto da Corporação policial militar alagoana, naquele dado período, alguns temas surgiram de forma, recorrente, para os quais a instituição e os colegas de trabalho têm capacidades de interferir. A partir dos temas recorrentes identificados é possível articular ações institucionais e sensibilização dos integrantes da Corporação para a construção de ambiência protetiva.

O presente estudo deixa a contribuição da identificação de tais temas como articuladores para ações de prevenção. Assim como que tais fatores sejam observados para inclusão proposital de parâmetros nos protocolos de coleta/registro dos eventos. Assim sendo sugere-se que em futuras pesquisas, com maior representatividade numérica, tais fatores sejam considerados em suas interveniências com outras variáveis de pesquisa.

6 REFERÊNCIAS

ARAGONESES, C. B.; DEL PRADO, C. El suicidio de los feminicidas, unarevisión. **Revista de Victimología** (Universidad Complutense de Madrid), nº 8, 2018, pp. 81-102.

BOTEGA, N. Comportamento suicida em números. **Revista Debates - Associação Brasileira de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, ano 2, n.1, p. 11-15, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **A experiência da diretriz de Ambiência da Política Nacional de Humanização**. Brasília, DF: 2017.

COLETA, A. S. M. D.; COLETA, M. F. D. Fatores de estresse ocupacional e coping entre policiais civis. **Psico-USF** [online]. 2008, v. 13, n. 1, pp. 59-68. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712008000100008>.

MINAYO, M. C. S. et al. Suicídio de homens idosos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2012, v. 17, n. 10, pp. 2665-2674. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000016>.

MIRANDA, D.; GUIMARÃES, T. O suicídio policial: O que sabemos? **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 9, n.º 01, jan-abr. 2016, p. 3.

NOGUEIRA, J. V. S. **Ambiência e condições de trabalho na indústria do petróleo em regime de embarque e confinamento**: um estudo de caso da Província Petrolífera do Urucu. 2016. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de

Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza/CE, 2016.

REIS, A. G. M. et al. Comportamento suicida: uma revisão narrativa da literatura. **Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo**, São Paulo, v. 64, nº 2, p. 136-141, mai./ago. 2019. <https://doi.org/10.26432/1809-3019.2019.64.2.136>.

RIBEIRO, A. C. S. F. **Os riscos psicossociais e o suicídio dos trabalhadores**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica Portuguesa, Cidade do Porto, 2018.

RUIZ, V. S.; ARAUJO, A. L. L. Saúde e segurança e a subjetividade no trabalho: os riscos psicossociais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** [online]. 2012, v. 37, n. 125, pp. 170-180. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000100020>.

SANTOS, S. M. S. F. M. **Suicídio nas forças policiais**: um estudo comparativo na PSP, GNR e PJ. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal), Universidade do Porto, Cidade do Porto, 2007.

SCHRAIBER, L. B. et al. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2005, v. 10, n. 1, pp. 7-17. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100002>.

SOARES, L. P. O. et al. Vitimização policial - Suicídios: Levantamento de mortes autoprovocadas entre os integrantes da Polícia Militar de Alagoas (2012 - 2020). **Boletim n.º 02 do Estudo sobre Vitimização Policial**. Centro de Assistência Social da Polícia Militar de Alagoas. Maceió-AL: CAS/PMAL, ago. 2021.

THIBAUD, J. Ambiência. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A.(Org.). **Psicologia ambiental**: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2018.

VIOLANTI, J. M. **Police Suicide**: Epidemic in Blue. 2a. Ed. Springfield-USA, Charles Thomas Publisher, 2007.

POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA E DE ABORDAGEM EDUCACIONAL: FORÇA VERDE MIRIM DA PMPR

PUBLIC POLICY ON SAFETY AND EDUCATIONAL APPROACH: MIRIM GREEN FORCE OF PMPR

**Rafael Gomes Sentone
Mario Sérgio Michaliszyn**

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar o Projeto Força Verde Mirim da Polícia Militar Ambiental (BPamb) da Polícia Militar do Paraná (PMPR) como política pública em favor do meio ambiente. Os resultados demonstram que o Força Verde Mirim foi executado de 2007 a 2019, no estado do Paraná, atingindo mais de 2 mil crianças com idade entre 10 e 14 anos, de escolas públicas, formando 70 turmas em mais de 20 municípios, por meio de parcerias público privadas, capitaneadas pela Polícia Militar do Paraná, por meio do Batalhão Ambiental. Verifica-se que esta política pública de segurança e abordagem educacional é uma ação exequível e eficiente para ser espreiada em outras unidades federativas do Brasil.

Palavras-chave: gestão ambiental; política pública; educação militar; polícia.

ABSTRACT

This research aims to investigate the Junior Green Force Project of the environmental Military Police (BPamb) of the Paraná Military Police (PMPR) as a public policy in favor of the environment. The results show that the Junior Green Force was carried out from 2007 to 2019, in the state of Paraná, reaching more than 2 thousand children aged between 10 and 14 years, from public schools, forming 70 classes in more than 20 municipalities through public partnerships private, captained by the Military Police of Paraná, through the environmental Batalhão. It appears tha this public security policy and educational approach is a feasible and eficiente action to be spread in othes federative units in Brazil.

Keywords: Environmental Management; public policy; military education; police.

1 INTRODUÇÃO

O ciclo de criação de uma política pública é composto por três partes: realidade, análise e *policy* (UNICAMP, 2002). Pode partir de uma necessidade que, após analisada, se transforma em uma política pública ou uma ação já existente que é aperfeiçoada e recebe uma roupagem de política pública ou uma concepção política que se transforma numa política pública com um propósito específico. Quando falamos de administração pública e as inúmeras ramificações que possuem, o construir um plano de ação se torna fundamental para que as

ações sejam mais eficientes. Neste sentido Caetano e Sampaio (2016) evidenciam que o trinômio: planejamento, estratégia e planejamento estratégico, devem estar presentes nas ações promovidas pelo ente público quando ensejam mais assertividade e benefícios para a sociedade.

Em uma destas atividades governamentais está presente as ações de preservação ambiental, a qual os governos estaduais individualizam em uma secretaria de estado, devido sua importância. A Polícia Militar do Paraná (PMPR), responsável pela preservação da ordem pública (PARANÁ, 1954) é o órgão do estado responsável pela segurança pública, tendo como uma de suas atividades as ações de fiscalização ambiental. Outra atividade desenvolvida pela PMPR está alicerçada nas atividades escolares, desenvolvidas pelo Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC), aproximando dos jovens e se inserindo no campo educacional.

Tendo em vista que as ações de segurança pública impactam a rotina da sociedade e que a PMPR está envolvida diretamente com ações de segurança pública e educacionais, a presente pesquisa tem como objetivo investigar o Projeto Força Verde Mirim da Polícia Militar Ambiental (BPAmb) da Polícia Militar do Paraná (PMPR) como política pública em favor do meio ambiente.

A presente pesquisa é de natureza histórica, de cunho documental e bibliográfica, tendo como fonte legislações e dados (MARCONI, LAKATOS, 2008). A pesquisa compreende a investigação do período de 2007 a 2019 referente as ações do projeto Força Verde Mirim executados no Paraná.

São limitações da pesquisa não ter sido executado o projeto no ano 2020 e 2021 em razão da pandemia ocasionada pelo vírus Corona SARS-9, não sendo possível a obtenção de dados mais recentes, bem como a observação *in loco* do referido projeto.

O estudo abrange diversos municípios do Paraná que receberam a execução do projeto Força Verde Mirim por um período contínuo de 13 anos. Foram analisados os documentos de execução do projeto, elencando seus objetivos, etapas e cronograma. Os dados referentes aos resultados do projeto compreendem o número de municípios, escolas e crianças atingidas diretamente, assim como o número de policiais militares e empresas participantes.

2 DESENVOLVIMENTO

A polícia militar do Paraná é o órgão do estado que exerce ativamente o papel de segurança pública na sociedade, tendo como missão dentre as diversas previstas na Constituição Federal (BRASIL, 1988) a preservação da ordem pública. Dentre suas inúmeras atividades (policciamento de trânsito urbano e rodoviário, policiamento em eventos, portuário, prisional, guarda e escolta, radiopatrulha, operações especiais, com semoventes, aquático, salvamento, busca e resgate, etc) a PMPR possui uma atividade de fiscalização específica para ações de controle ambiental (PARANA, 1954), executadas pelo Batalhão de Polícia Ambiental (BPAmb) que realiza a proteção direta, dentre outras, da maior área nativa de floresta tropical do Brasil.

Além das instituições não-governamentais que atuam na proteção do meio ambiente do Paraná (ACEVEDO, SAUTTER, MICHALISZYN, BALLIANA, 2013), o BPAmb foi criado na década de 50 (PARANÁ, 1957) sendo um dos únicos órgãos do estado, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest), que exerce ativamente a proteção da fauna, da flora e do meio ambiente. No ano de 2007 o Batalhão criou uma atividade que propunha se inserir em escolas públicas para ensinar as crianças educação ambiental por meio da mudança de comportamento e apresentação do meio ambiente (SOUZA, CAMPOS, SOUZA, 2017), proporcionando uma intervenção socioeducativa (PINTO, MICHALISZYN, MARANHO, 2013). O projeto veio a ser denominado Força Verde Mirim e compõe uma parceria público/privado para financiar as atividades, tendo sido realizada, por exemplo, nas cidades de Telêmaco Borba e Ortigueira juntamente com a empresa Klabin S. A. (KLABIN, 2017), além das cidades de Foz do Iguaçu, Pitanga, Ponta Grossa, Maringá e outras.

O Projeto Força Verde Mirim do Batalhão de Polícia Ambiental (BPAmb) da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) é uma política pública executada pelos policiais militares que atuam no BPAmb. Foi uma ação pioneira no Brasil com foco no processo educacional de crianças visando a apresentação, entendimento e conscientização ambiental. Desta forma a presente pesquisa também se apresenta como pioneira no campo acadêmico ao apresentar uma ação governamental com resultados que impactam diretamente na sociedade e no meio ambiente, havendo benefícios diretos para ambos os componentes do processo. Sendo policial militar,

este pesquisador tem familiaridade e interesse que o Projeto Força Verde Mirim seja divulgado academicamente e espraído para outras entidades de Segurança Pública estaduais no Brasil com possibilidades de aumentar o campo de atuação e alcance de mais crianças. Além disto os resultados do projeto são de interesse da sociedade uma vez que inserem as crianças no processo de preservação do meio ambiente, atingindo a criança em uma fase de maior sensibilidade no processo de ensino e aprendizado para compreender que a preservação do meio ambiente é de responsabilidade de todo indivíduo.

Na igreja Adventista do Sétimo dia existe um clube chamado Desbravadores, muito parecido com as características dos escoteiros. Naquele clube pode fazer parte crianças de 10 a 14 anos de idade, reúnem-se aos domingos, fazem acampamentos, são ensinadas, dentre algumas atividades, a fazer nós, amarras, fogueiras, excursionismo, ordem unida e diversas atividades com os jovens. Numa destas igrejas um policial militar do Paraná era o líder dos desbravadores. No processo das atividades que são desenvolvidas existe algumas especialidades que, ao serem cumpridas, garantem ao jovem o recebimento de um bôtom por ter cumprido com determinada tarefa (especialidade), que será utilizada em uma faixa por cima do uniforme de desbravador, para que saibam a quantidade e tipo de especialidade que cada um possui. Quanto mais especialidades, mais habilidades e conhecimento o desbravador possui.

Dentre as especialidades existe “árvores e arbustos”, “ecologia”, “excursionismo de pedestre com mochila”, “fogueiras” e algumas especialidades que foram percebidas como mais voltadas ao meio ambiente. Quando o policial começou a trabalhar no Batalhão de Polícia Ambiental (BPAmb) em outubro de 2005 e se assenhorou das atividades profissionais da unidade, percebeu já em 2006 que existia uma carência e demanda referente a educação ambiental, porém sem algo que a unidade pudesse ofertar. Certa oportunidade solicitou ao seu chefe imediato que autorizasse trazer ao BPAmb o clube de desbravadores. Quando esta iniciativa passou a pesquisar e se informar a respeito dos conceitos de educação ambiental para os desbravadores, que fossem possíveis de encaixar em alguma das especialidades que são ensinadas a eles, sendo possível conceder aos jovens o bôtom.

Com o passar do tempo seu chefe imediato percebeu potencial na atividade de desbravador quando, indo para uma reunião com a empresa Klabin na cidade de Telêmaco Borba/PR, resolveu apresentar para a empresa uma proposta. O clube do desbravador estava consolidado, possuía normas estabelecidas, uniforme, local de funcionamento, regras, etc. Bastaria incrementar e tornar específico um projeto voltado para atividades ambientais que estivesse atrelado ao BPAmb, sendo sugerido que fosse apresentado em uma escola como projeto pioneiro.

As primeiras dificuldades percebidas foram em relação a disponibilizar para os jovens participantes alimentação, uniforme e outras coisas menores. Neste panorama a empresa Klabin passa a fazer parte do projeto para suprir tais necessidades. Apresentaram para a empresa o denominado Projeto Força Verde Mirim em sua fase mais crua, idealizado e organizado com base no clube desbravador. Nos encontros com os jovens os primeiros trinta minutos tem como objetivo ensinar movimentos de ordem unida e por conseguinte aplicar conceitos de disciplina no projeto, com a diferença que a ordem unida repassada não possui aspectos rígidos e disciplinares do militarismo, caracterizada pelo Alexandre como uma ordem unida “brincada”, dinâmica e didática. Esta ordem unida foi amoldada com conceitos da pedagogia da esposa do policial militar, especialista em neuro-aprendizado, orientadora educacional por muitos anos. A ordem unida foi sendo lapidada com o passar dos tempos, sendo ajustada conforme as fases do desenvolvimento motor e cognitivo dos jovens de 10 a 14 anos de idade que fazem parte do clube desbravador e projeto força verde mirim.

No ano de 2007, após apresentar o projeto força verde mirim, a empresa Klabin apoiou financeiramente a execução, com ou sem sucesso do projeto. A empresa indicou um colégio público em uma comunidade fragilizada da cidade de Telêmaco Borba/PR. Foram à escola, conversaram com a diretora, explicaram o projeto e para iniciar foram indicados os alunos que possuíam desvios de conduta, uma grande barreira e provação do projeto, tendo em vista que estava iniciando. A dinâmica do projeto funciona com a indicação do colégio pela empresa, posteriormente a direção e corpo docente indicam os alunos que iram participar, desta forma os policiais militares do BPAmb não interferem na escolha (mesmo que seja pedido dos próprios policiais militares ou pessoas da comunidade, a escolha é exclusiva da direção do colégio e corpo docente).

Assim, escolhidos os alunos, foi marcada a primeira reunião com os pais/responsáveis por eles, sendo explicado a todos que a cada quinze dias, em um sábado, pela manhã, o policial estaria em frente ao colégio e embarcaria os jovens em um ônibus fornecido pela Klabin, levando-os a um local, sempre que possível, fora do colégio, visando proporcionar vivências diferentes do que possuem diariamente, seja pelo espaço físico ou pelas pessoas de convivência. Além destes fatores soma-se o fato de que os policiais militares do BPamb não são docentes e a estratégia de retirá-los do ambiente escolar é dissociar a figura do professor com a do líder do projeto.

Os pais foram informados que os jovens passariam a manhã toda em atividade do projeto na Klabin, seria fornecido alimentação e uniforme, sendo necessário que os pais consentissem e assinassem uma autorização. Sem esta autorização nenhum jovem poderia participar. Com os passar dos anos do projeto foi acrescentado, ainda, um termo que autoriza o uso de imagem para divulgação do projeto. Os jovens foram levados para o Centro de Estudos de Animais Silvestres da Klabin, local que possuía um auditório para as atividades. A primeira turma foi marcada por alunos com comportamentos reprováveis no colégio, alunos que recebiam suspensões, estavam constantemente na sala da direção por mal comportamento. Eram crianças que iam para a escola obrigados, pois se ficassem em casa recebiam reprimendas dos pais ou tinham que trabalhar com a família para terem sustento. Neste panorama estes jovens frequentavam o colégio por obrigação.

Após iniciarem as atividades no projeto força verde mirim os jovens passaram a mudar seu comportamento e daqueles ao seu redor. Passaram a ser os alunos de confiança do professor em sala de aula, eram delegados como responsáveis na ausência do docente, buscar materiais didáticos, pelo simples fato de serem do projeto força verde mirim. Reprimiam outros alunos quando, por exemplo, jogavam lixo no chão, pregando conceitos ambientais na comunidade em que viviam. Tais mudanças comportamentais passaram a ser percebidas pelos próprios docentes, como por exemplo pelo fato de nenhum deles ter a perspectiva de passar de ano, o que mudou ao final do primeiro projeto em 2007, quando todos foram aprovados. Outra característica é que o grêmio estudantil do colégio passou a ser composto, em sua maior parte, por alunos advindos do projeto força verde mirim.

Após a implementação do primeiro projeto, outras parcerias público/privada passaram a surgir, em diversas cidades do Paraná, sendo necessário que mais policiais militares passassem a compor o projeto. Nesta perspectiva foi construído um plano de nivelamento para os militares estaduais do BPamb poderem dialogar com a mesma linguagem e propósito. Após 13 anos consecutivos de consolidação do projeto Força Verde Mirim os resultados são expressos no quadro a seguir:

Quadro 1 - Resultados das atividades do Força Verde Mirim da PMPR, por meio do Batalhão de Patrulha Ambiental.

Município	Alunos	Turmas
Arapongas	122	4
Cambé	40	1
Cianorte	40	1
Curitiba	97	3
Foz do Iguaçu	160	5
Goixin	30	1
Guarapuava	149	4
Guaraqueçaba	140	5
Jacarezinho	150	4
Londrina	78	2
Maringá	216	6
Matinhos	40	1
Ortigueira	30	1
Paraíso do Norte	37	1
Pinhalão	78	2
Piraquara	20	1
Ponta Grossa	96	3
Porto Santana	30	1
Pontal do Paraná	68	2
Quedas do Iguaçu	188	5
Santa Isabel do Ivaí	40	1
São José dos Pinhais	80	2
Sarandi	33	1
Telêmaco Borba	226	6
Tibagi	95	3
Turvo	57	2
Umuarama	70	2
	2410	70

Fonte: BPamb (2021).

Foram inúmeras parcerias públicas e privadas que puderam alcançar mais de duas mil crianças de escolas públicas no estado do Paraná por meio de uma política pública de segurança pública de abordagem educacional. A PMPR como órgão de segurança pública contemplou três campos importantes de atuação estatal sendo a da segurança, educação e gestão ambiental, formando um trinômio, tal qual o da administração pública, altamente eficiente em sua ação. Nas dez semanas em que o projeto é executado para cada turma, são desenvolvidas atividades aos finais de semana, compostas por disciplinas de: Meio Ambiente; Flora - Fauna; Preservação dos Recursos Hídricos; Coleta Seletiva, Reciclagem e correto armazenamento do lixo; Pesca; Compostagem; Poluição - Ordem unida; Palestras diversas sobre assuntos ambientais.

Figura 1 - Da esquerda para direita, de cima para baixo, fotos da primeira turma do Força Verde Mirim, município de Telêmaco Borba: aula inaugural, formatura, último encontro e reunião com os pais.



Fonte: BPAmb (2021).

Após o primeiro ano de atividades desenvolvidas pelo BPAmb com o Força Verde Mirim, concorreu ao Prêmio Expressão de Ecologia 2008, projeto idealizado em parceria com **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA/PR**, Instituto Ambiental do Paraná - IAP, SANEPAR e a Empresa KLABIN S/A, sendo premiado na Categoria Educação Ambiental - Parceria Público-Privada.

O Prêmio Expressão de Ecologia surgiu em 1993, um ano após a Rio Eco-92, e consolidou-se ao longo dos anos como a maior premiação ambiental da região Sul. A edição de 2008 teve o recorde histórico de 164 projetos participantes, a maior marca de inscrições em uma única edição dos 16 anos anteriores a 2008.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do objetivo desta pesquisa evidenciou-se que a Polícia Militar do Paraná executou uma política pública de segurança de abordagem educacional que pode interferir diretamente na vida de jovens e conseqüentemente no seu futuro como adultos. Sendo um projeto pioneiro no Brasil o Força Verde Mirim é solidamente um projeto exequível de ser aplicado em outras unidades federativas e espreado para que mais entidades públicas e privadas estabeleçam parcerias em prol da sociedade e em apoio ao estado, o qual todos fazemos parte.

A presente investigação pode ser verificada em outras polícias militares estaduais, bem como associadas a pesquisas sobre políticas públicas ambientais executados pelas secretarias de estado do meio ambiente, visando comparar os resultados dos trabalhos desenvolvidos em outras áreas.

4 REFERÊNCIAS

ACEVEDO, L. E. D. A. et al. A proteção ambiental, as unidades de conservação públicas do estado do Paraná [...]. **Rev. Bras. Ciências Ambientais**, n. 27, 2013. Disponível em: http://rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/297/251. Acesso em: 7 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 mar. 2021.

CAETANO, C. I.; SAMPAIO, P. P. P. **Planejamento estratégico e administração de segurança**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

CAMPOS, M. A.; SOUZA, M. **Projeto Força Verde Mirim: análise e proposta de revisão do material didático**. TCC. UFPR, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61089/MADSON%20ALVES%20CAMPOS%20E%20MARINA%20DE%20SOUZA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 mar. 2021.

KLABIN. **Projeto Força Verde Mirim da Klabin contempla crianças de Telêmaco Borba e Ortigueira**. Disponível em: <https://klabin.com.br/sala-de-noticias/press-release/projeto-forca-verde-mirim-da-klabin-contempla-criancas-de-telemaco-borba-e-ortigueira/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2008.

PARANA. Código da PMPR. Lei Estadual nº. 1943, de 23 de junho de 1954. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=14555&codItemAto=157326>. Acesso em: 5 ago. 2021.

PARANA. **Código da Polícia Militar do Paraná**. Lei Estadual nº 1943, 23 de junho de 1954.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 16.575, 28 de setembro de 2010**. Lei de Organização Básica da PMPR. 2010. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56275&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 7 mar. 2021.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 3076**, regulamentada pelo Decreto nº. 5651 de 19 de julho de 1957.

PINTO, G. L. B.; MICHALISZYN, M. S.; MARANHÃO, L. T. Diagnóstico das necessidades de intervenção socioeducativa: um estudo de caso. **Rev. Bras. Ciências Ambientais**, nº 28. Disponível em: http://www.rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/287/241. Acesso em: 7 mar. 2021.

SOUZA, M.; CAMPOS, M. A.; SOUZA, C. E. **Projeto Força Verde Mirim: análise e proposta de revisão do material didático**. In: XVI Encontro Nacional de Educação Ambiental. Anais... Disponível em: <http://www.epea2017.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/05/825-E6-S5-PROJETO-FORÇA-VERDE-MIRIM.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2021.

UNICAMP. **Grupo de Análise de Políticas Públicas de Inovação**. Metodologia de Análise de Políticas Públicas. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm>. Acesso em: 1 ago. 2021.

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR APLICADO À DOCTRINA DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE AUTORIDADES: DESDOBRAMENTOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLO DE ATUAÇÃO

PRE-HOSPITAL CARE APPLIED TO THE DOCTRINE OF SAFETY AND PROTECTION OF AUTHORITIES: INSTITUTIONAL DEVELOPMENTS FOR IMPLEMENTATION OF A PROTOCOL OF ACTION

**Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho
Caio Moinhos M. Muniz
Marcus Teixeira Santos**

RESUMO

Durante a história da humanidade, desde um acidente de trânsito, atentados e até assassinatos estremecem o mundo quando relacionados a pessoa socialmente considerada como muito importante e ilustre, designada como Very Important Person (VIP) pela doutrina de segurança e proteção de autoridades e dignitários. Esta pesquisa teve por objetivo analisar a aplicabilidade do estabelecimento de um protocolo direcionado para atendimento pré-hospitalar (APH) na atividade de proteção e segurança de autoridades. Buscou-se discorrer sobre a atividade de segurança de autoridades, bem como do APH voltado à essa missão. A metodologia adotada se valeu de uma abordagem descritiva, com enfoque quali-quantitativo, dedutivo com pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa de campo permitiu realizar entrevistas semiestruturadas e a aplicação de questionários, em 2019, junto às equipes de proteção e segurança de autoridades em atuação na Casa Militar do Governador. Apurou-se a importância de implementação de um protocolo específico na área, observando-se o ambiente de confrontos advindos de possíveis atentados contra as autoridades protegidas. Este estudo pode revelar as especificidades da atividade de segurança de autoridades, bem como do atendimento pré-hospitalar e como é de vital importância que ambas as atividades sejam exercidas com domínio e segurança em benefício das autoridades assistidas.

Palavras-chave: segurança; proteção; autoridade; atendimento pré-hospitalar; protocolo.

ABSTRACT

During human history, since a traffic accident, attacks and even murders shake the world when related to a person socially considered as very important and distinguished, designated as a Very Important Person (VIP) by the security and protection doctrine of authorities and dignitaries. This research aimed to analyze the applicability of establishing a protocol aimed at pre-hospital care (PHC) in the activity of protection and security of authorities. We sought to discuss the security activity of authorities, as well as the APH aimed at this mission. The adopted methodology used a descriptive approach, with a qualitative-quantitative, deductive approach with bibliographical and documentary research. The common field research was to carry out the semi-structured interview and the application of questionnaires, in 2019, with the protection and security teams of authorities working at the Casa Militar do Governador. The importance of implementing a

specific protocol in the area was found, observing the environment of confrontations arising from possible attacks against the protected authorities. This study can reveal how specificities of the security activity of authorities, as well as pre-hospital care, and how vital it is that both activities are carried out with mastery and security for the benefit of the assisted authorities.

Keywords: safety; protection; authority; pre-hospital care; protocol.

1 INTRODUÇÃO

Durante a história da humanidade, desde um mal súbito, acidente de trânsito, atentados e até assassinatos estremecem o mundo quando relacionados a reis e rainhas, chefes de estados em geral, líderes religiosos e grandes celebridades. Uma pessoa socialmente considerada como muito importante e ilustre, designada como *Very Important Person* (VIP) pela doutrina de segurança e proteção de autoridades e dignitários, encontra-se sujeita a todos esses tipos de incidentes.

Um exemplo clássico historicamente conhecido, ocorrido em 44 a.C., é o do General Estadista Romano Caio Júlio Cesar, que fora apunhalado várias vezes pelos seus algozes, dentre eles, seu próprio filho, Marco Bruto, em pleno senado romano. Outro fato notório ocorreu em 1981, na praça de São Pedro, no Vaticano. Nesta ocasião, o Papa João Paulo II sofreu uma tentativa de assassinato, quando fora baleado e gravemente ferido por dois disparos de arma de fogo.

A adoção de práticas de segurança voltadas à preservação da vida de um VIP não é uma atividade fácil, pois são inúmeros os fatores de risco a serem considerados resultantes da exposição dessas personalidades. Na doutrina de segurança e proteção de autoridades, por exemplo, no que tange a formação do comboio das autoridades há a necessidade da presença de uma ambulância com Unidade de Terapia Intensiva (UTI) móvel e uma equipe médica. Contudo, esta não é a realidade de muitas autoridades no Brasil, incluindo autoridades baianas.

Um ponto a ser considerado diz respeito a própria formação do agente de segurança. Durante o curso de Proteção e Segurança de Autoridades, ministrados por diferentes órgão e instituições no Brasil e que tem por objetivo capacitar os agentes para o exercício dessa atividade, é comum observar-se que a carga horária da disciplina relativa ao atendimento de primeiros socorros é ínfima, quando comparada às outras disciplinas do curso.

O atendimento pré-hospitalar (APH) passou por atualizações em seu protocolo no decorrer do tempo, inclusive com a criação de novas doutrinas voltadas para o ambiente militar em zonas de conflito, a exemplo do APH Tático, mundialmente denominado *Tactical Combat Casualty Care* (TCCC). Considerando-se as múltiplas possibilidades de atuação de um policial militar, a sua capacidade de operar um atendimento pré-hospitalar torna-se imprescindível.

Deste modo, considerando-se a realidade do Estado da Bahia, notadamente no âmbito da Casa Militar do Governador (CMG) e demais assistências militares, o estudo aqui apresentado buscou subsídios para responder ao seguinte problema de pesquisa: as equipes de segurança de autoridades, em ocorrendo quaisquer dos incidentes mencionados, encontram-se habilitadas a, com eficiência, prestar atendimento pré-hospitalar de urgência até que seja possível o encaminhamento ao atendimento médico adequado?

Para a construção do conhecimento, este trabalho teve por objetivo geral analisar a aplicabilidade do estabelecimento de um protocolo direcionado para APH na atividade de proteção e segurança de autoridades. E nesse contexto, buscou-se discorrer sobre a atividade de segurança de autoridades, bem como do APH voltado à essa missão.

A aplicação dos protocolos de APH Tático em ambientes de confronto foi direcionada especificamente para situação de confronto militar. Contudo, este protocolo apresenta grande possibilidade de ser aplicável também à atividade de segurança e proteção de autoridade, em razão desta atividade está susceptível a situações de combate envolvendo armas de fogo e até mesmo explosivos, bem como os ambientes e as causas de traumas das possíveis vítimas, no caso específico os VIP, se assemelham muito aos de uma zona de guerra, como mostram os inúmeros exemplos de atentados perpetrados contra as autoridades ao longo da história.

O presente trabalho se propôs a apresentar uma abordagem descritiva dos fatos em análise, com vistas a familiarizar o leitor com o tema objeto de estudo. O enfoque metodológico utilizado foi o misto (quali-quantitativa) em razão da proposta de análise descritiva e interpretativa. Para Creswell e Clark (2013, p. 12) “a combinação dos métodos proporciona um melhor entendimento do que os métodos quantitativos ou os métodos qualitativos isoladamente”. O fluxo metodológico adotado

foi o dedutivo. Para a construção dos dados primários foi realizada pesquisa de campo junto às equipes de proteção e segurança de autoridades em atuação nos órgãos que compõem a CMG e as respectivas assistências, inclusive com a aplicação de questionários que subsidiaram também o enfoque quantitativo da pesquisa e realização de entrevista semiestruturada.

Sobre os procedimentos de coleta de dados secundários foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, por meio de material já publicado, constituído basicamente de livros, monografias, manuais, artigos e periódicos, complementada com informações disponibilizadas na *internet* sobre os protocolos em APH que melhor se adequam à doutrina de segurança e proteção a autoridades, objetivando demonstrar a importância do estabelecimento de requisitos para APH para os agentes de segurança.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Atividade de segurança de dignitários

Ao longo da história dos sistemas políticos pelo mundo, inúmeros foram aqueles que, contrários a uma determinada ideologia política, entre outros motivos, atentaram contra o Estado e seus representantes. Esses atos possuem o objetivo de desestabilizar ou aniquilar o sistema vigente, muitas vezes com o intuito de substituí-lo por outros modelos de sistemas, ocasionalmente por sistemas totalitários, como se observa no oriente médio ou no leste europeu.

Atualmente em nosso país observa-se um acirramento nunca visto no seio da sociedade brasileira no tocante a polarização de ideologias políticas. O Brasil do ano de 2019, está claramente dividido em relação aos pensamentos de cunho político que encabeçam as grandes representações políticas brasileiras desde as últimas eleições no ano de 2018.

Corroborando com essa linha de pensamento aqui apresentada, toma-se como real exemplo desse acirramento, o atentado perpetrado ao então candidato à presidência da república, o hoje Presidente Jair Messias Bolsonaro. Fato ocorrido no dia 06 de setembro de 2018, na cidade de Juiz de Fora no Estado de Minas Geras. Adélio Bispo de Oliveira desferiu um golpe de faca na região abdominal do então candidato Bolsonaro no momento que este participava de um evento de campanha

pelas ruas da cidade mineira. Esse fato demonstra que o Brasil não está a salvo de atentados contra figuras públicas ligadas diretamente ao contexto político do país.

A atividade de segurança e proteção de dignitários abrange uma gama de atribuições e áreas de atuação que compõem um sistema variado de ações e dimensões, formando um aparato complexo composto de subáreas dentro da atividade como um todo. A proteção pessoal da autoridade, segurança de instalações, segurança de área em eventos, deslocamento motorizado (esquema de trânsito) e o sistema de prevenção e combate a incêndios (em eventos oficiais e particulares e operações envolvendo transporte aéreo) são algumas das atividades desempenhadas.

A atividade de segurança e proteção do chefe do poder executivo do Estado da Bahia está regulamentada no Decreto nº 9.525 de 24 de agosto de 2005, que versa sobre o Regimento Interno da Casa Militar do Governador (CMG), bem como das assistências militares, cujo regimento próprio ratifica fazer parte da estrutura orgânica da CMG, a exemplo da Assistência Militar da Câmara de Vereadores de Salvador. Percebe-se que o Estado assume a responsabilidade de prevenir eventuais danos, acidentais ou premeditados, à incolumidade física ou moral daquele que, em razão do cargo legalmente investido, representa o próprio Estado, neste caso, o chefe do executivo baiano.

2.2 Atendimento pré-hospitalar

O atendimento pré-hospitalar caracteriza-se como a assistência adequada com um pouco mais de complexidade prestada à vítima, bem como o seu transporte para uma unidade de pronto atendimento. O Ministério da Saúde define APH como segue.

O atendimento pré-hospitalar é definido como a assistência prestada, em um primeiro nível de atenção, aos portadores de quadros agudos, sejam eles de natureza clínica, traumática ou psiquiátrica, com ocorrência fora do âmbito hospitalar (BRASIL, 2002, n.p.).

O conceito e a base teórica em APH que serão abordados no presente trabalho partiram da doutrina apregoada pela *National Association of Emergency Medical Technicians* - Associação Nacional dos Técnicos em Emergências Médicas - tradução própria (NAEMT) fundada por socorristas e médicos em 1975, nos Estados Unidos.

Atualmente, é considerado um dos mais importantes e respeitados institutos no mundo, sua atuação na área alcança em torno de 65 países (NAEMT, 2013).

Em 1980, o NAEMT publicou o protocolo *Prehospital Trauma Life Support* - Suporte Pré-Hospitalar de Trauma e Vida - tradução própria (PHTLS) e, em seguida no ano de 1999, do *Advanced Medical Life Support* - Suporte Médico Avançado de Vida - tradução própria (AMLS), grandes obras de referência na temática. O NAEMT ainda desenvolve pesquisas e padroniza protocolos em urgência e emergência no atendimento pré-hospitalar e possui um grande número de publicações e cursos, especificamente voltados para a área de APH.

A elaboração e o desenvolvimento do PHTLS são supervisionados pelo *American College of Surgeons* (Comitê Americano de Cirurgiões) e *American Committee on Trauma* (Comitê Americano de Trauma) e, tem como objetivo, oferecer ao paciente traumatizado um atendimento de qualidade visando diminuir todo e qualquer tipo de risco, bem como a aumentar a efetividade do resgate, considerando que “o período entre o reconhecimento e resposta quando o indivíduo está em risco, fará diferença entre ‘vida e morte’ e entre ‘sobrevivência intacta e sem seqüelas” (TIMERMAN et al., 2006).

Devido à complexidade do assunto abordado, uma das produções de grande relevância do NAEMT é a versão militar do protocolo PHTLS, o *Tactical Combat Casualty Care* (TCCC), esta obra foi uma das inspirações para a criação no Brasil do conhecido APH Tático.

Este é considerado por muitos como o protocolo que mais se adequa às especificidades inerentes à doutrina de segurança e proteção de autoridades, visto que a maioria dos atentados contra dignitários e autoridades pelo mundo ocorreram com arma de fogo, instrumentos perfurocortante ou explosivos, instrumentos bastante comuns em cenários de conflito ou de guerra, ambiente abordado no TCCC (NAEMT, 2018).

2.2.1 APH Aplicado à Doutrina de Segurança de Dignitários

Referência no mundo em segurança de dignitários no ramo privado, *The Security Industry Authority* (Indústria de Segurança de Autoridade - tradução própria) e *The Security Training Authority* (Autoridade em Treinamento de Segurança),

instituições internacionais responsáveis pela emissão de carteira internacional de *Close Protection Operative* - Operador de Proteção Aproximada - tradução própria (CPO) para os agentes de segurança que desejam atuar no exterior, só realizam o respectivo credenciamento se o curso de formação do agente for aprovado pela *Association of First Aiders* - Associação de Socorristas - tradução própria (AoFA) ou por outra entidade de certificação e reconhecimento internacional em primeiros socorros.

Caso a formação não possua essa certificação, o agente terá que realizar curso de primeiros socorros devidamente reconhecido, de modo a obter habilitação para trabalhar, no exterior, na área de segurança de dignitários, tanto na iniciativa privada, quanto em órgãos públicos.

Outro exemplo de referência em segurança de dignitários no mundo, atuando tanto na iniciativa privada quanto na pública, é a *The International Foundation for Protection Officers* - Fundação Internacional para os Agentes de Proteção (IFPO). Esta instituição cria padrões internacionais de treinamento e certificação. Dentre esses, na sua grade de treinamento, certificação e qualificação para os seus membros e associados, que atuam na proteção e segurança de dignitários, encontramos o curso de primeiros socorros.

Na esfera governamental, a *Escuela de Policía e Proteccion y Seguridad* - Escola de Polícia de Proteção e Segurança a Pessoas (ESPRO) da Polícia Nacional da Colômbia, é uma das instituições mais importantes em termos de segurança de dignitários. No curso que ministra de *Protección Y Seguridad a Personas* (Segurança e Proteção a Pessoas), além da inclusão de matéria atinente a primeiros socorros, inclui também o curso de salvamento em convênio com a Cruz Vermelha Colombiana.

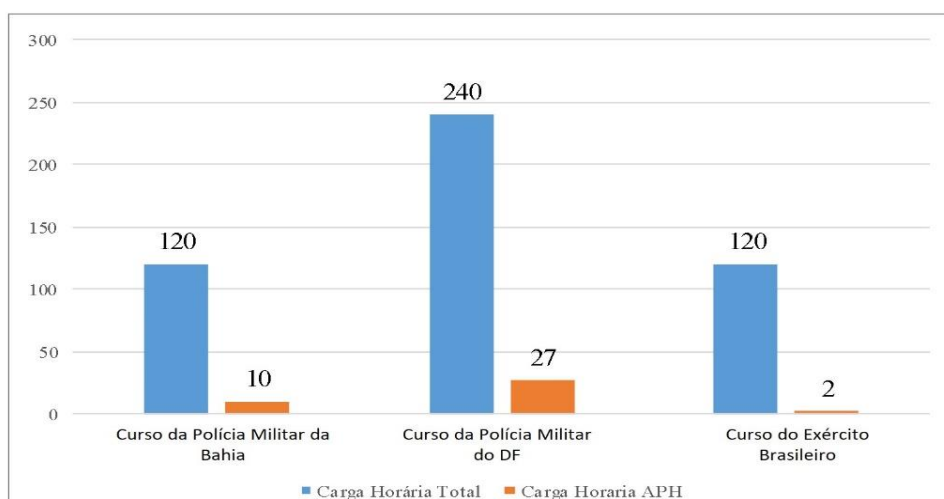
Note-se ainda que a doutrina de atendimento pré-hospitalar passa por constantes atualizações em seus protocolos internacionais, o que gera a necessidade de permanente reciclagem por parte dos profissionais da área. Portanto, a discussão do tema envolve mais do que uma análise da atual capacidade de atuação, ela avança pela busca da uniformização entre as premissas de uma doutrina mundialmente utilizada e as práticas em execução na CMG e nas Assistências Militares, de forma a possibilitar a ampliação do valor agregado ao serviço fornecido às autoridades.

2.3 RESULTADOS E ANÁLISE

Para aprofundar essa reflexão, foram analisados os currículos de três cursos de diferentes instituições no país, quais sejam a Polícia Militar da Bahia, a Polícia Militar do Distrito Federal e o Exército Brasileiro, organizações com notório conhecimento na área de segurança e proteção de autoridades. Debruçando-se sobre suas respectivas grades curriculares, com a descrição da carga horária de cada disciplina ministrada em um curso de segurança e proteção de autoridades, foi possível construir um panorama sobre a estruturação dos cursos mencionados.

Ao se analisar os três currículos, conforme ilustra o gráfico 1, identificou-se o volume de conhecimentos e habilidades necessárias para formar um agente de segurança de autoridades. Partindo-se da carga horária dispensada à matéria “Atendimento Pré-hospitalar” ou “Primeiros Socorros” fica evidente o conflito entre a carga horária depreendida e a complexidade dos conhecimentos necessários para o agente estar apto a proceder com todas as técnicas que envolvem um atendimento pré-hospitalar de urgência.

Gráfico 1 - Comparativo da carga horária entre os cursos de segurança de autoridades.



Fonte: Elaboração própria.

Fazendo um contraponto à baixa carga horária no que tange a disciplina atendimento pré-hospitalar no Brasil nos cursos de segurança de autoridades, ao analisar a carga horária de um curso específico APH Tático, ministrado pelo Ministério da Justiça, constatou-se que um curso completo nessa área possui um total de 48

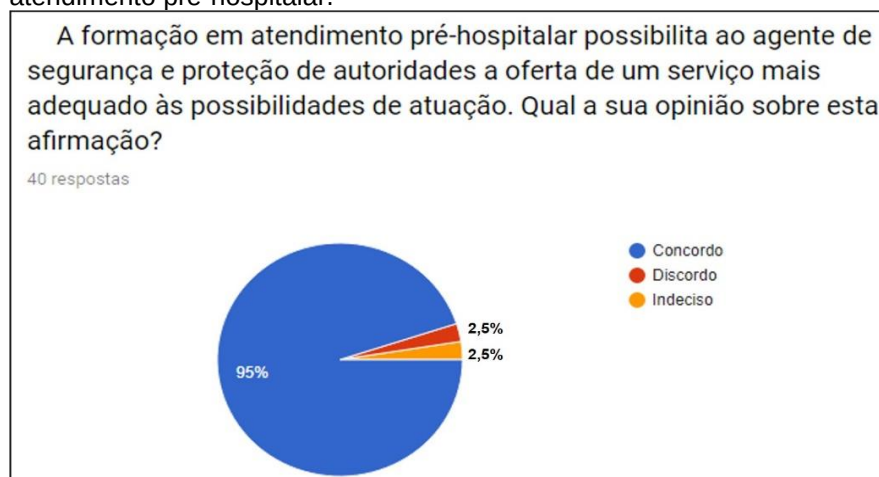
horas/aulas.

O questionário de pesquisa fora aplicado no ano de 2019 junto aos integrantes da Casa Militar e suas assistências militares, bem como junto à Assistência Militar da Secretaria de Segurança Pública (SSP), tendo sido formulado com o objetivo de verificar e comprovar a importância da aplicação e preparação do APH Tático, no âmbito da doutrina de segurança e proteção de autoridades.

Na pesquisa realizada, o público respondente era composto em sua totalidade de policiais militares que exerciam na época a atividade de segurança de autoridades (principalmente aqueles agentes de segurança que atuam mais aproximados dos seus respectivos protegidos), no âmbito da Casa Militar do Governador (e suas respectivas Assistências Militares) e da Assistência Militar da Secretaria de Segurança Pública.

Foram enviados 70 questionários, dos quais 40 foram respondidos, correspondendo a uma amostra em torno de 57%. No gráfico 2, é observado que quase a totalidade dos respondentes (95%) concorda que a habilitação dos agentes de segurança no atendimento pré-hospitalar irá proporcionar uma melhora na prestação do serviço e consequentemente no exercício da atividade.

Gráfico 2 - Questionamento quanto a necessidade de formação em atendimento pré-hospitalar.

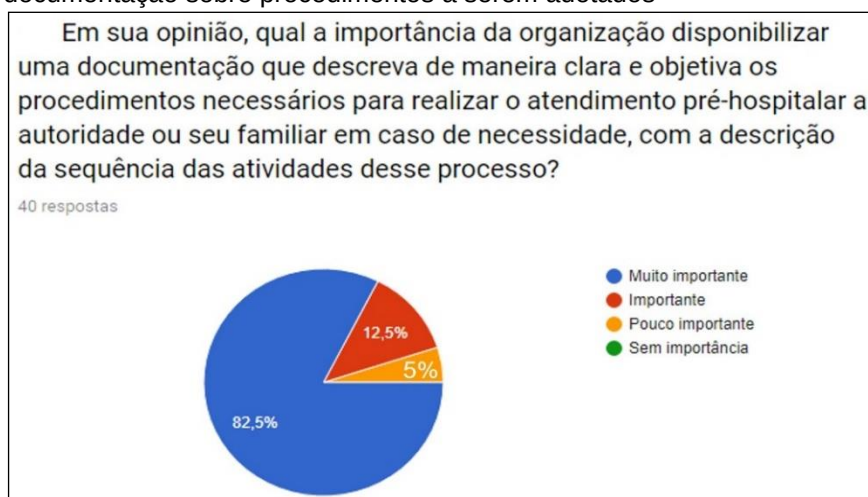


Fonte: elaboração própria baseada nos dados dos questionários aplicados (2019).

O gráfico 3, apresenta que mais de 80% dos respondentes afirmaram ser muito importante a existência de um documento (protocolo) que descreva todos os procedimentos necessários para o agente de segurança em casos de acidentes ou

incidentes envolvendo a integridade física da autoridade sob sua responsabilidade, corroborando com percepção desta pesquisa.

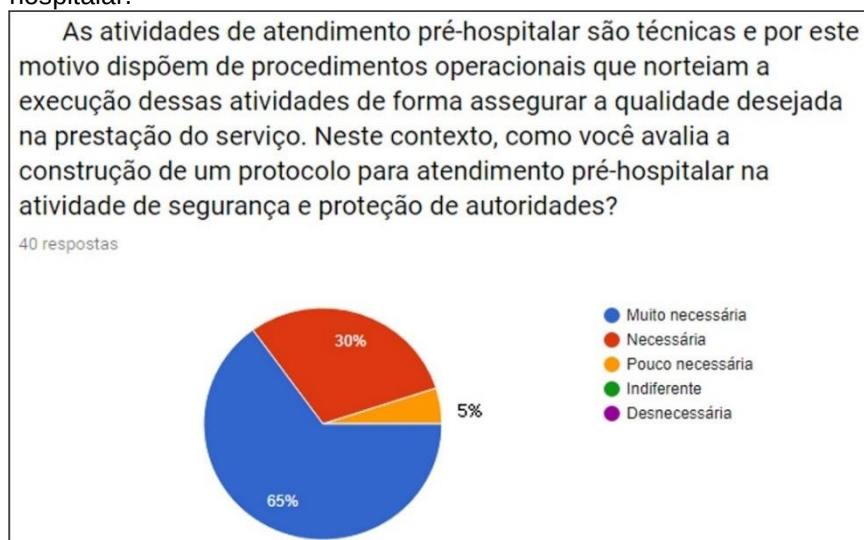
Gráfico 3 - Questionamento quanto a importância na divulgação de documentação sobre procedimentos a serem adotados



Fonte: elaboração dos autores baseada nos dados dos questionários aplicados. (2019).

No gráfico 4, é apresentado que quase a totalidade dos agentes de segurança respondentes, ou seja, 95% concordam com a necessidade de implantação de um protocolo de atendimento pré-hospitalar dentro da atividade de segurança e proteção de autoridades.

Gráfico 4 - Importância da construção de protocolo para atendimento pré-hospitalar.

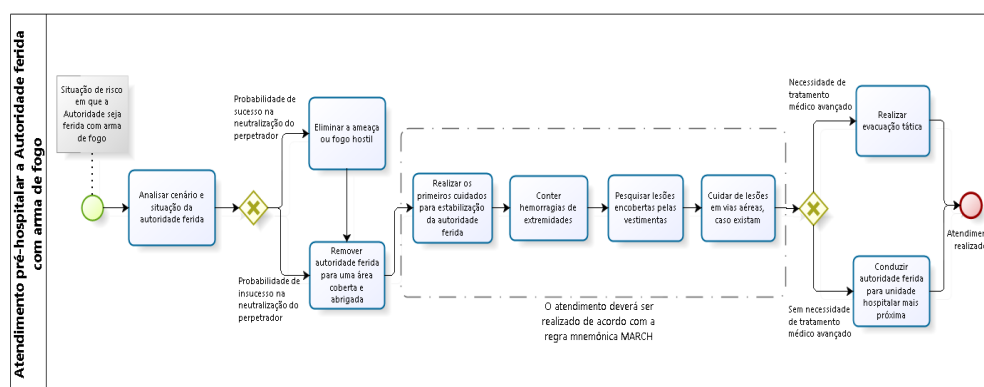


Fonte: elaboração dos autores (2019).

Neste contexto, apropriando-se da revisão bibliográfica deste trabalho, foi possível construir uma representação gráfica de uma proposta de processo de Atendimento pré-hospitalar a autoridade ferida com arma de fogo, com o intuito de ilustrar de forma mais precisa a possibilidade de formalização de um protocolo que norteie as ações necessárias para a realização de um atendimento pré-hospitalar durante infortúnios na atividade de segurança de autoridades.

Em que pese a evidente contribuição da figura 1, para a correta execução do APH em uma situação de risco durante a atividade de segurança de autoridade, convém destacar a necessidade de um aprofundamento na elaboração do protocolo para se chegar a sua versão final e também na elaboração de toda a documentação pertinente ao estabelecimento de um protocolo.

Figura 1 - Atendimento pré-hospitalar a autoridade ferida com arma de fogo.



Fonte: elaboração dos autores. (2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste presente trabalho buscou-se analisar a aplicabilidade do estabelecimento de um protocolo direcionado para APH na atividade de proteção e segurança de autoridades, trazendo uma reflexão sobre a importância do atendimento pré-hospitalar como ferramenta de atuação por parte dos que exercem a atividade de segurança e proteção de autoridades.

Este estudo pode revelar as especificidades da atividade de segurança de autoridades, bem como do atendimento pré-hospitalar e como é de vital importância que ambas as atividades sejam exercidas com domínio e segurança em benefício das autoridades assistidas. Desse modo, exsurge a premente necessidade da criação de

um protocolo de atuação em casos de incidentes e acidentes envolvendo autoridades e dignitários, incluindo, ainda, os materiais e instrumentos que devem estar à disposição dos referidos agentes, seja a nível individual, seja garantindo os veículos oficiais e repartições, como o kit de primeiros socorros.

Ademais, o presente trabalho poderá lançar novas luzes, servindo de base e inspiração para o aprofundamento de estudos acerca da importância do Atendimento Pré-Hospitalar Tático, não apenas na doutrina de segurança de autoridades, mas também para a sua expansão, com aplicabilidade na própria atividade fim da Polícia Militar da Bahia.

4 REFERÊNCIAS

BAHIA. Decreto 9.525, de 24 de agosto de 2005, **Regimento da Casa Militar do Governador**. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2048/GM** de 5 de novembro de 2002. Regulamenta o atendimento das urgências e emergências. Brasília (Brasil): Ministério da Saúde, 2002.

CRESWELL, J. W; PLANO CLARK, V. L.; **Pesquisa de métodos misto**. Porto Alegre: Penso, 2013.

NAEMT. **PHTLS** – Atendimento Pré-hospitalar ao traumatizado. Tradução André Gusmão Cunha; et al. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

NAEMT. **Prehospital Trauma Life Support (Military)**. Disponível em: <http://www.naemt.org/education/phtls>. Acesso em: 21 nov. 2018.

TIMERMAN, S. et al. Aliança Internacional dos Comitês de Ressuscitação (ILCOR): papel nas novas diretrizes de ressuscitação cardiopulmonar e cuidados cardiovasculares de emergência 2005-2010. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo, v. 87, n. 5, p. e201-e208, nov. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2006001800029&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 nov. 2018

DESCENTRALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS LABORATORIAIS NO ÂMBITO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DE GOIÁS: EXAMES DE CONSTATAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE DROGAS E SUBSTÂNCIAS CORRELATAS

DECENTRALIZATION OF LABORATORY TESTS IN THE SCOPE OF THE TECHNICAL-SCIENTIFIC POLICE OF GOIÁS: TESTS FOR VERIFICATION AND IDENTIFICATION OF DRUGS AND RELATED SUBSTANCES

**Tiago Alves Gomes
Pedro Arcanjo Rozenfeld Rodrigues**

RESUMO

Este artigo trata da descentralização das perícias laboratoriais de constatação e identificação de drogas no âmbito da Polícia Técnico-Científica de Goiás. O objetivo da pesquisa foi analisar o impacto que a descentralização das perícias laboratoriais causa na prestação do serviço público, em especial no que tange aos exames de constatação preliminar e identificação de substâncias entorpecentes, no âmbito da Polícia Técnico-Científica de Goiás. Foi realizada uma pesquisa junto a três Coordenações Regionais de Polícia Técnico-Científica, sendo uma em que já foi implantada a Seção de Drogas, uma em que tal processo encontra-se em fase inicial e outra em que não há previsão da instalação da Seção de Drogas. A coleta de dados foi feita mediante aplicação de questionários junto aos peritos criminais que trabalham nas referidas unidades visando conhecer sua percepção a respeito das vantagens e limitações da implantação de uma seção de drogas descentralizada. Os resultados demonstram que a implantação da referida seção nas unidades otimiza o trabalho de perícia criminal, impactando tanto os exames periciais de constatação de drogas, como também a emissão de demais laudos periciais, tendo em vista a redução da sobrecarga de trabalho a ser realizado pelos profissionais que atuam nas perícias externas.

Palavras-chave: descentralização; perícia criminal; Polícia Técnico-Científica; constatação preliminar e identificação de Drogas.

ABSTRACT

This article deals with the decentralization of laboratory tests for the verification and identification of drugs in the scope of the Technical and Scientific Police of Goiás. The objective of the research was to analyze the impact that the decentralization of laboratory tests has on public service provision, especially with regard to the preliminary verification and identification of narcotic substances in the scope of the Technical and Scientific Police of Goiás. A survey was carried out in three Regional Coordinations of the Technical and Scientific Police, one in which the Drug Section has already been implemented, another in which such process is in its initial phase, and another in which there is no forecast for the installation of the Drug Section. The data collection was made through the application of questionnaires with the criminal experts who work in the preferred units, aiming to know their perception about the advantages and limitations of the implantation of a decentralized drug section. The results show that the implementation of such a section in the units optimizes the work of criminal investigation, impacting not only

the expert examinations for the detection of drugs, but also the issuance of other expert reports, in view of the reduction of the workload to be performed by professionals who work in external examinations.

Keywords: decentralization; criminal forensics; Technical and Scientific Police; preliminary verification and identification of drugs.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito da Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC) de Goiás, é possível perceber que em coordenações regionais de médio e grande porte, há uma grande demanda por perícias de cunho especializado, as quais normalmente são realizadas no Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues (ICLR), em Goiânia/GO.

Este artigo trata da descentralização das perícias laboratoriais no âmbito da Polícia Técnico-Científica de Goiás, com ênfase nos exames periciais de constatação preliminar e definitiva de drogas, sobretudo, em coordenações regionais consideradas de grande demanda.

Nesta perspectiva, a pesquisa buscou responder à seguinte indagação: Como a descentralização das perícias laboratoriais de constatação preliminar e de identificação de drogas, no âmbito da Polícia Técnico-Científica de Goiás, impacta na prestação do serviço em coordenações regionais consideradas de médio e grande porte?

O objetivo geral foi analisar o impacto que a descentralização das perícias laboratoriais causa na prestação do serviço público, em especial no que tange aos exames de constatação preliminar e identificação de substâncias entorpecentes. Em relação aos objetivos específicos, buscou-se descrever a estrutura existente no campo das perícias laboratoriais da Polícia Técnico-Científica de Goiás, das coordenações analisadas; identificar os principais aspectos referentes à descentralização das perícias laboratoriais de constatação preliminar e identificação de drogas no estado de Goiás; analisar a realidade de Anápolis para verificar a demanda e as possibilidades para a implementação de um laboratório descentralizado de drogas; e discutir a eficiência e a efetividade da descentralização das atividades laboratoriais de constatação e identificação de drogas em coordenações regionais de média e grande demanda.

No aspecto metodológico, foi realizado um estudo de caso tendo como objeto as perícias laboratoriais relacionadas a exames em drogas realizadas pela Polícia Técnico-Científica de Goiás, sobretudo, em coordenações regionais consideradas de médio e grande porte. A coleta de dados foi realizada mediante aplicação de questionário aos peritos criminais que atuam em unidades da Polícia Técnico-Científica de Goiás, sendo uma em que foi implantada a seção de drogas descentralizada, uma em que a implantação está em fase inicial e outra em que não há previsão de tal implantação.

2 DA DESCENTRALIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

A administração pública abrange o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo bem como o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral. Na organização política e administrativa brasileira as entidades classificam-se em estatais, autárquicas, fundacionais, empresariais e paraestatais. As entidades estatais são pessoas jurídicas de Direito Público que integram a estrutura constitucional do Estado e tem poderes políticos e administrativos, tais como a União, os Estados-membros, os Municípios e o Distrito Federal (MEIRELLES, 2004).

Na definição de Kettl (2005, p. 108) “descentralização é a redistribuição de funções e tarefas de unidades centrais da organização para unidades mais periféricas, ou seja, diz respeito à ‘onde’ em uma organização as ‘funções são mais bem desempenhadas’”. De acordo com Oganauskas Filho (2016, p. 56) a descentralização pode ter como objeto competências, recursos ou poderes. As competências são aquientendidas como as responsabilidades legais, os recursos como as formas de financiamento e poderes tratam da autonomia política. O mesmo autor argumenta que a descentralização tem como alvo a eficácia e eficiência na provisão e produção de bens e serviços públicos, tendo por base o interesse público.

A descentralização traz à Administração Pública diversas vantagens, mas também alguns limites. Azevedo et al (2014) propõem desmistificar a ideia de que a descentralização seja a solução de problemas historicamente fundados na sociedade brasileira. Entre os obstáculos à descentralização o autor destaca a resistência do poder central à perda de poder bem como a sensação de desregulação e/ou

descontrole por parte do Estado. Por outro lado, o sentido da descentralização é o estabelecimento de novas relações entre os diversos níveis, limitando-se as zonas de responsabilidade exclusiva e ampliando-se as de responsabilidade conjunta, numa relação de cooperação onde cada um tenha um papel definido a desempenhar.

3 DOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO EXAME PERICIAL DE CONSTATAÇÃO PRELIMINAR E DE IDENTIFICAÇÃO DE DROGAS

Há diversos métodos de identificação de drogas ilícitas: eletroforese capilar, espectrometria de absorção atômica, técnica de imunoensaios, espectrometria de massas (EM), espectrometria Raman, espectrometria de absorção UV-VIS e no infravermelho, de ressonância magnética nuclear – RMN, cromatografia líquida de alta eficiência – HPLC, cromatografia em camada delgada (CDD), cromatografia gasosa (CG), testes de ponto de fusão e de ebulição; reações colorimétricas e outros (DEA, 2003).

Devido ao custo baixo de reagentes, fácil reprodução e interpretação dos resultados, as técnicas colorimétricas são as mais utilizadas em exames de constatação preliminar de drogas, inclusive trata-se da técnica utilizada pela SPTC-GO; todavia, devido à possibilidade de se ocorrer resultados falso-positivos, deve-se posteriormente ser realizado o exame de identificação definitiva, pois estes utilizam de técnicas analíticas mais sofisticadas, a fim de se confirmar os resultados. Quando da realização do exame preliminar, deverá ser retirada amostra contraprova do material examinado, a qual, caso a coordenação não ofereça condições para a realização do Exame definitivo, deverá ser encaminhada ao Instituto de Criminalística Leonardo Rodrigues (ICLR), em Goiânia, ou à coordenação regional mais próxima - que realize o definitivo (GOIÁS, 2019). Importante salientar que tais exames, no âmbito da SPTC-GO, são realizados seguindo recomendações internacionais de órgãos como o *Scientific Working Group for the Analysis of Seized Drugs* (SWGDRUG) e *United Nations Office on Drugs and Crimes* (UNODC), que oferecem padrões mínimos para os exames forenses de drogas, garantindo, assim, a fundamentação científica necessária ao laudo pericial (CAMPOS, 2018).

No âmbito da Polícia Técnico-Científica de Goiás, a Portaria nº 03/2019

regulamenta os procedimentos de apreensão, movimentação, exames, acondicionamento, armazenamento e destruição de drogas, bem como de insumos e objetos relacionados. Tal norma determina que após apresentada ao Delegado de Polícia, a droga será formalmente apreendida, o qual também procederá à requisição de exame de constatação preliminar de drogas. Caso esteja em situação de flagrante delito, o policial que apreendeu o material o encaminhará imediatamente ao ICLR ou às respectivas coordenações regionais, no interior do estado, para realização do exame de constatação (GOIÁS, 2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: DA DESCENTRALIZAÇÃO DAS SEÇÕES DE DROGAS NA SPTC-GO

A pesquisa empírica tratou de estudo de caso, em que foram investigadas três Regionais de Polícia Técnico-Científica de Goiás, sendo a 10ª CRPTC de Anápolis, que até o momento não apresenta previsão para instalação de uma Seção de Drogas; a 1ª CRPTC de Aparecida de Goiânia, que no momento já possui, em determinados dias e horários, peritos exclusivos para a realização de exames de constatação, contudo a Seção de Drogas ainda não foi de fato oficializada; e por fim, a 14ª CRPTC de Luziânia, que já possui uma Seção de Drogas oficialmente, mesmo que em fase de implantação.

Os dados foram coletados mediante aplicação de questionários junto aos peritos criminais que atuam nas referidas unidades. Participaram da pesquisa 26 peritos criminais que trabalham na seção de perícias externas sendo 12 de Anápolis, 8 de Luziânia e 6 de Aparecida de Goiânia, além de 4 peritos criminais que trabalham na seção de drogas na regional de Luziânia. As CRPTC pesquisadas apresentam alta demanda de exames periciais de constatação de drogas, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

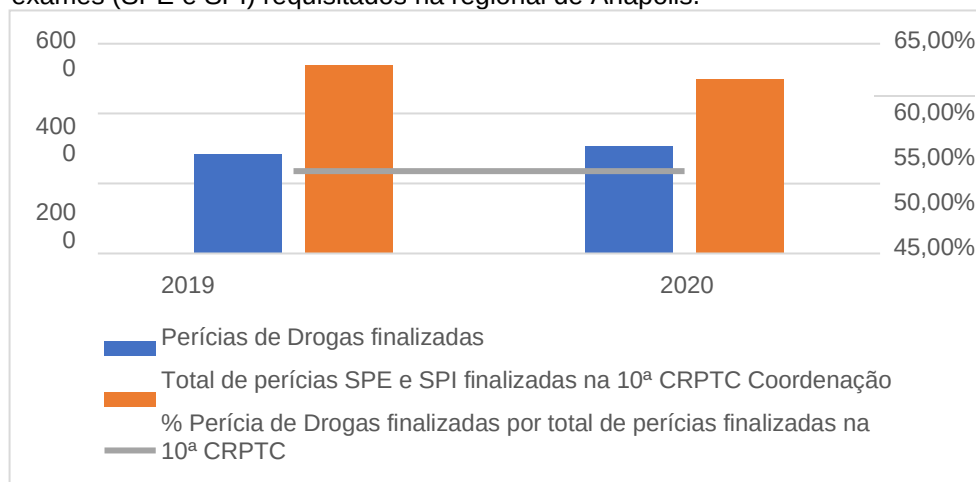
Quadro 1 - Demanda de exames em drogas das regionais analisadas.

Unidade	2019		2020		Total
	Preliminar	Definitivo	Preliminar	Definitivo	
1ª CRPTC	2528	0	4746	0	7274
10ª CRPTC	2840	0	3065	0	5905
14ª CRPTC	400	0	2922	22	3344

Fonte: SPTC (2021).

As perícias de constatação de drogas ocupam grande parte dos trabalhos realizados pelos peritos criminais, chegando a atingir mais de 50% do total das perícias realizadas, por exemplo, na unidade de Anápolis.

Gráfico 1 - Demanda de exames de constatação de drogas em relação aos demais exames (SPE e SPI) requisitados na regional de Anápolis.



Fonte: ODIN (2021).

Durante a realização da pesquisa, foram aplicados questionários junto aos peritos das unidades investigadas, as quais se encontram em diferentes etapas no que diz respeito ao processo de descentralização de perícias laboratoriais. Os dados foram agrupados e analisados por unidade, tendo em vista suas peculiaridades advindas da instalação ou não da seção descentralizada. Sendo assim, foi interessante observar que, embora as coordenações estejam em diferentes estágios do processo de descentralização, muitas das respostas ao questionário foram, no geral, convergentes.

Na Regional de Anápolis, os peritos informam que a unidade não tem uma Seção de Drogas e não há no momento previsão para sua implantação. Desta forma, o perito responsável pela constatação preliminar é o perito plantonista no caso de APF e, eventualmente, a Seção de Perícias Internas no caso de TCO. Os peritos informam ainda que caso o perito plantonista esteja em atendimento externo e chegue requisição de exame de constatação preliminar, o policial responsável pelo transporte da droga precisa aguardar o retorno do perito na unidade. Para 91,7% dos peritos que responderam à pesquisa, a implementação da Seção de Drogas na unidade melhoraria o tempo de espera dos policiais que fazem o transporte da droga para

realização da perícia.

Todos os peritos informaram considerar que após a implementação da Seção de Drogas poderão se dedicar melhor aos laudos referentes a atendimentos externos e, com isso, haverá uma melhora na produção de laudos. Também são unânimes em considerar que a implantação da Seção de Drogas na unidade deveria acontecer e que, de um modo geral, a qualidade dos serviços prestados pela perícia melhoraria após tal implantação.

Com relação à regional de Aparecida de Goiânia (1ª CRPTC), existe, em determinados dias, peritos exclusivos para realização de perícias de drogas sem que, contudo, tenha sido implantada oficialmente a Seção de Drogas. Neste contexto, 50% dos peritos que responderam à pesquisa consideram que tal seção já existe na unidade e 50% que não existe. Entre os que relatam que existe, declaram que isto ocorre há menos de um ano.

Informam de maneira unânime que, na ausência do perito da Seção de Drogas, a realização de tais perícias fica a cargo do mesmo perito que realiza exames periciais externos, sendo comum que o policial responsável pelo transporte da droga aguarde seu retorno de perícias externas. Consideram que com a implementação da Seção de Drogas (mesmo que ainda não oficial) houve uma melhora no tempo de espera dos policiais que fazem o transporte da droga até a coordenação, bem como possibilitou que os peritos possam se dedicar melhor aos laudos referentes a atendimentos externos com consequente melhora na produção de laudos.

Os peritos não souberam informar com segurança o regime de trabalho dos peritos responsáveis exclusivamente pelos exames de constatação (variando entre plantões de 24h e alguns em horário administrativo e outros em horário de plantão) e também divergem quanto a este regime de trabalho atender às necessidades da Coordenação (um terço dos respondentes considera que não atende, por não haver peritos suficientes para fechar escala).

Os respondentes ainda consideram que com o trabalho dos peritos exclusivos para constatação de drogas a qualidade dos serviços da perícia melhorou e que a descentralização da Seção de Drogas deve continuar.

Quanto aos peritos da 14ª CRPTC (Luziânia), onde já existe a Seção de Drogas oficialmente, funcionando há pouco mais de um ano, também relatam que antes da

implantação desta seção, as perícias de constatação eram feitas pelas mesmas equipes de perícias externas, o que acarretava demora no atendimento e espera por parte do policial que transportava a droga.

Relatam que houve melhorias no atendimento a partir da implantação da seção, mas o problema não foi resolvido por completo, tendo em vista que o quantitativo de peritos não é suficiente principalmente para atendimento à noite e durante os finais de semana. Atualmente trabalham na Seção de Drogas de forma exclusiva 2 peritos, conforme respostas ao questionário.

Na questão que pergunta se o regime de horário adotado pelos peritos que realizam exame de constatação de drogas atende bem às necessidades da coordenação, para 33,3% dos peritos da 1ª CRPTC e 75% dos peritos da SPE da 14ª CRPTC, bem como 100% dos peritos lotados na Seção de Drogas da 14ª CRPTC responderam que, no momento, não atende às necessidades, sendo o principal motivo citado na 1ª CRPTC, a falta de peritos para fechar a escala; e na 14ª CRPTC, no geral, deve-se ao fato de não trabalharem nos finais de semana e feriados; e não trabalharem em regime de plantão de 24h, encerrando-se o expediente normalmente às 19h, ficando a demanda após este horário, para os peritos plantonistas lotados na SPE.

Tais considerações estão em consonância às respostas dos peritos quando perguntados qual seria o horário ideal para os peritos da Seção de Drogas trabalharem, sendo que 100% dos peritos da 1ª CRPTC responderam que o horário ideal seria o regime de plantões de 24h; e para 83,4% dos peritos da 10ª CRPTC o horário ideal seria o de plantões de 12h tanto de dia quanto de noite (41,7%) e/ou plantões de 24h (41,7%); ou seja, no geral, o horário ideal seria aquele em que a seção funcionasse de forma ininterrupta.

Deste modo, apesar de desafogar um pouco o trabalho dos profissionais que trabalham em perícias externas na 14ª CRPTC, a Seção de Drogas ainda não atende plenamente às necessidades da unidade. Neste contexto, foi questionado quais equipamentos faltam e cuja aquisição possibilitaria que a Seção de Drogas chegasse ao pleno funcionamento, ao que se chegou aos seguintes resultados:

Gráfico 2 – Equipamentos necessários para melhor funcionamento da Seção de Drogas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Nota-se que, além do número de profissionais insuficiente para cobrir a demanda de funcionamento ininterrupto da Seção de Drogas, os profissionais apontam carência em determinados equipamentos considerados essenciais. Eles inclusive mencionam que determinadas substâncias não são passíveis de realização de exames na unidade em decorrência de: ausência de reagentes e local próprio para realização; falta de insumos, equipamentos e pessoal; falta de exame/equipamento específico (comprimidos) e/ou equipamento de laboratório (capela/câmara de exaustão) para o correto manuseio e segurança do operador.

Ademais, tem-se que um dos fatores que impacta na prestação de serviço das coordenações regionais está relacionado ao tempo de espera dos agentes de segurança que fazem o transporte da droga até a coordenação, haja vista que quanto maior o tempo de espera do agente, maior é o tempo que este fica fora de suas atribuições principais (geralmente investigação ou patrulhamento ostensivo), situação que pode prejudicar a segurança pública como um todo. Um ponto a se analisar sobre isso deve-se ao fato das situações em que são encaminhadas requisições de perícias de forma concomitante, situação em que o perito deve dar prioridade àquelas consideradas mais sensíveis.

Neste sentido, foi solicitado aos peritos que indicassem qual a ordem de prioridade no caso de requisições periciais encaminhadas de forma concomitante. Os mesmos deveriam enumerar de 1 a 7, sendo 1 as perícias de maior prioridade e 7 as perícias de menor prioridade. Os dados evidenciam a seguinte ordem de prioridade, considerando as respostas de todas as regionais: 1ª: Perícias de acidente de trânsito;

2ª: Perícias de morte violenta, acidentais ou a esclarecer; 3ª: Perícias de locais de incêndio; 4ª: Perícias de reprodução simulada; 5ª: Perícias de constatação de drogas; 6ª: Perícias patrimoniais; 7ª: Perícias veiculares. Os dados evidenciam que as perícias de maior prioridade estão ligadas àquelas que geralmente envolvem vítimas fatais. Com relação às perícias de constatação de drogas, estas ocupam posição 5 (numa escala de 1 a 7) na ordem de prioridades, de acordo com os profissionais. Tal fato representa que no caso de não haver peritos na coordenação responsáveis por realizar exclusivamente exames em drogas, o policial deverá aguardar a chegada do perito após concluir a perícia de maior prioridade, o que inevitavelmente aumenta o tempo de espera do agente.

Tem-se que a descentralização das Seções de Drogas atenderia a um dos sentidos da descentralização que, conforme Azevedo et al (2014), é o estabelecimento de novas relações entre os diversos níveis, limitando as zonas de responsabilidade exclusiva (no caso concentra-se no ICLR, em Goiânia) e ampliando as de responsabilidade conjunta, ou seja, para as coordenações regionais.

Ainda, conforme Azevedo et al (2014), a descentralização envolve a transferência de autoridade e as respectivas competências legais e administrativas para outras instâncias; nesse caso, para as coordenações regionais de Polícia Técnico-Científica de Goiás. Por consequência, permite também a transferência de poder e recursos a níveis mais próximos dos cidadãos e suas demandas. Tal fato tem potencial de melhorar a eficiência da prestação do serviço público, conforme ficou evidenciado nas regionais em que houve a descentralização da Seção de Drogas, mesmo que ainda em estágio inicial.

Quanto à possibilidade de instalação de uma Seção de Drogas descentralizada na regional de Anápolis, tem-se que Vasconcellos (1979) propõem um modelo para se verificar a viabilidade da descentralização de organizações, para isso utiliza de condicionantes que ele chama de fatores da descentralização, os quais, se em consonância, podem favorecer uma estrutura descentralizada. Os fatores, segundo o autor, que podem favorecer a descentralização são: I. Clareza de objetivo e facilidade de medir resultados (há possibilidade de a alta administração medir resultados); II. Grau de diversificação tecnológica (os serviços exigidos por uma unidade são especializados e diferentes daqueles exigidos por outras unidades);

III. Grau de interdependência entre as atividades (raramente aparecem tarefas de cooperação entre os laboratórios das unidades); IV. Volume da demanda de serviço (pouca flutuação na demanda de serviços, a capacidade ociosa é minimizada e os picos são inexistentes); V. Turbulência do ambiente (mudanças constantes no trabalho que as unidades solicitam aos seus laboratórios e exigência de rápidas adaptações); VI. Dispersão geográfica, dificuldade de acesso e comunicação (unidades dispersas geograficamente, havendo dificuldade de acesso e comunicação); VII. Capacidade técnica e administrativa (existência de elevada capacidade técnica e administrativa na equipe); VIII. Estrutura informal e clima organizacional (estrutura informal voltada para os objetivos da organização e existência de clima de colaboração entre as unidades). A partir dos fatores descritos e fazendo-se uma correlação com a regional de Anápolis, percebe-se que apenas 2 dos 8 fatores citados não seriam favoráveis à descentralização na regional, sendo: “II. Grau de diversificação tecnológica”, tendo em vista que os serviços demandados nas diferentes unidades não se diferenciam; e “VI. Dispersão geográfica, dificuldade de acesso e comunicação”, tendo em vista a proximidade da cidade com a capital e facilidade de comunicação que atualmente não é um problema.

Sendo assim, apesar dos fatores citados por Vasconcellos (1979) se tratarem de uma orientação inicial, a qual deve ser melhor estudada ponto a ponto, percebe-se como favorável a viabilidade de se ter uma Seção de Drogas descentralizada na 10ª CRPTC e, assim, conforme cita Saldanha (2009), proporcionar uma das vantagens da descentralização: o aumento da eficiência e eficácia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu evidenciar que a descentralização das perícias laboratoriais de constatação e identificação de drogas causa impacto positivo na prestação de serviços no âmbito da Polícia Técnico-Científica de Goiás. Isto porque, com a destinação de profissionais exclusivos para realização dos exames em entorpecentes, ocorre a redução do tempo de espera dos agentes que transportam a droga, o que acarreta em uma melhora na segurança pública como um todo. Além disso, a descentralização da Seção de Drogas proporciona uma otimização das demais perícias, pois ao reduzir a sobrecarga de trabalho dos profissionais, estes

podem se dedicar aos exames de maior complexidade, o que traz mais agilidade no processo de emissão de laudos periciais.

O processo de descentralização das Seções de Drogas no estado de Goiás é ainda incipiente. Nas unidades pesquisadas onde esta seção já foi instalada, ainda que de forma inicial, nota-se a carência de profissionais em número suficiente para atender às necessidades, bem como de estrutura física e material adequados para a realização dos exames de forma a atender a demanda. Entretanto, mesmo que atualmente as seções não funcionem de forma plena, tendo em vista ainda não serem realizados os exames de identificação definitiva de drogas, já se constatou alguns avanços, na percepção dos peritos participantes da pesquisa, no que se refere à melhoria dos serviços prestados pelas unidades. Demonstrando que quando as seções passarem ao pleno funcionamento, a qualidade dos serviços tende a evoluir ainda mais.

No caso específico de Anápolis, mesmo apresentando alta demanda de exames em entorpecentes, não há previsão de instalação da Seção de Drogas na unidade, ainda que os profissionais que ali trabalham considerem que a mesma pudesse trazer benefícios. Os profissionais relatam, além dos benefícios já citados, que com a implantação da seção também se diminuiria os erros burocráticos, bem como a necessidade de retrabalhos, melhorando, desta forma, a eficiência do serviço prestado.

Por fim, ficou evidente que, para que a descentralização possa atingir seus objetivos de forma plena, faz-se necessário um maior investimento por parte da Administração Pública, tanto em pessoal, como em estrutura em geral.

6 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A.; PASQUIS, R.; BURSZTYN, M. A reforma do Estado, a emergência da descentralização e as políticas ambientais. **Revista do Serviço Público**, v. 58, n. 1, p.p. 37-55, 2014.

CAMPOS, J. P. **Análise Criminal na Polícia Técnico-Científica: Estudos sobre Apreensão de Drogas e Exame de Constatação Preliminar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Goiânia, 2018.

GOIÁS. **Portaria nº 0003/2019/SSP**. Goiânia: Secretaria de Segurança Pública, 2019.

KETTL, D. F. A revolução global: reforma da administração do setor público. *In*: PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. (orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 75-121.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

OGANAUSKAS FILHO, V. **Descentralização administrativa do estado de Santa Catarina**: caracterização e resultados (2003-2015). Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2016.

SALDANHA, A. Estado Federal e Descentralização: uma visão crítica do federalismo brasileiro. **Revista Sequência**, Florianópolis, p. 327-360, dez. 2009.

VASCONCELLOS, E. Centralização x Descentralização: Uma aplicação para laboratórios de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento. *In*: **Ref. Adm. IA** – USP. São Paulo, Vol. 14 (2), pag. 101-121, abr/jun 1979.

GUARDA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENTRE POTENCIALIDADES E DESAFIOS

CITY GUARD AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: BETWEEN POTENTIALS AND CHALLENGES

**Willame Santos Andrade Marques
Maicon Oliveira Alves**

RESUMO

A Constituição de 1988, incumbe ao Poder Público a promoção da Educação Ambiental (EA), a ser desenvolvida em todos os setores da sociedade. Considerando-se que às guardas municipais é atribuída a proteção do patrimônio ecológico, inclusive com medidas educativas e preventivas, objetiva-se construir uma investigação pautada jurídica e institucionalmente acerca do papel, das potencialidades e dos desafios das guardas municipais diante das demandas sociais e ambientais atuais e da EA. O estudo possui uma abordagem qualitativa e se caracteriza como uma revisão de literatura do tipo estado do conhecimento. Verificou-se que as guardas municipais são legitimadas para atuarem frente a uma EA aliada à segurança pública, entendida numa perspectiva integral. Entre as potencialidades para essa atuação, está a proximidade com o público e o espaço socioambientalmente favorável das Unidades de Conservação (UCs). No entanto, desafios como a falta de orientação e de qualificação específicas para esse trabalho precisam ser superados, de forma que algumas iniciativas pontuais começaram a ser desenvolvidas, inclusive em pesquisas acadêmicas. É preciso parcerias entre os órgãos da Administração Pública, para que haja uniformidade e efetividade na atuação em EA das guardas municipais.

Palavras-chave: educação ambiental; meio ambiente; guarda municipal; segurança pública.

ABSTRACT

The 1988, Constitution mandates the Public Power to promote Environmental Education (EE), to be developed in all sectors of society. Considering that the municipal guards are assigned the protection of the ecological heritage, including educational and preventive measures, the objective is to build a legal and institutionally based investigation on the role, potentials, and challenges of municipal guards in the face of social and environmental demands current and EA. The study has a qualitative approach and is characterized as a state of knowledge literature review. It was found that the municipal guards are legitimated to act in front of an EE allied to public security, understood in an integral perspective. Among the potential for this action is the proximity to the public and the socio-environmentally favorable space of the Conservation Units. However, challenges such as the lack of specific guidance and qualification for this work need to be overcome, so that some specific initiatives have started to be developed, including in academic research. Partnerships between Public Administration bodies are needed, so that there is uniformity and effectiveness in the performance of environmental education by the municipal guards.

Keywords: environmental education; environment; city guard; public security.

1 INTRODUÇÃO

São graves e recorrentes os problemas ambientais e sociais que assolam o planeta, numa perspectiva ampla, e as comunidades humanas, em uma visão particular. Desde a poluição dos ambientes naturais e das áreas ocupadas pelos seres humanos até os problemas de infraestrutura, segurança e outras condições necessárias à vida e à convivência humanas, encontram-se inúmeros desafios que demandam a atuação conjunta de todas as esferas da sociedade brasileira e, sobretudo, do Poder Público, tendo-se em vista os direitos dos cidadãos preconizados pela Constituição Federal de 1988, que, no art. 225, garante o direito “[...] ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo [...]” (BRASIL, [1988] 2018, p. 91).

Vê-se que predomina a concepção de meio ambiente como patrimônio público a ser absolutamente garantido à coletividade e protegido. Esse mesmo artigo, no parágrafo 1º, inciso VI, incumbiu ao Poder Público a promoção da Educação Ambiental (EA) em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. A partir disso, a EA passou a ser princípio norteador das políticas públicas preventivas referentes às problemáticas ambientais, evidenciando a dimensão social do meio ambiente e estabelecendo conexões desse com o exercício da cidadania (SILVA, 2015). Nesse sentido, cada setor social é responsável pelo bem-estar e pela preservação do meio ambiente e da sociedade como um todo, conforme aponta o inciso VI do art. 3º da Lei n.º 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Exemplo disso pode ser encontrado nas disposições constitucionais referentes à segurança pública, inserida no art. 144 como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e destinada à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, [1988] 2018). Observa-se uma preocupação em assegurar tanto a integralidade do ser humano quanto a do espaço que ele ocupa, tomando os espaços naturais e urbanos enquanto patrimônio a ser preservado e protegido coletivamente. Trata-se de uma

segurança pública para além do combate à violência entre seres humanos, na medida em que, conciliando a manutenção da pacificidade social às ações de proteção e preservação, a Constituição de 1988 inaugura uma perspectiva integral de combate a atos que ferem a lei, reunindo políticas de segurança, sociais e ações comunitárias (CAMPOS, 2013).

Às instituições de segurança pública enumeradas nos incisos do art. 144, que possuem, entre suas atribuições, a tarefa de salvaguardar o meio ambiente urbano, somam-se as guardas municipais, estabelecidas no parágrafo 8º desse artigo como uma instituição constituída pelos Municípios e voltada à proteção de seus bens, serviços e instalações (BRASIL, [1988] 2018). É de se refletir, então, sobre a presença das questões ambientais no contexto de atuação das guardas municipais, perguntando-se: 1- De que forma as guardas municipais podem atuar diante das relações existentes entre a sociedade e o meio ambiente? 2- O que vem sendo proposto no sentido de promover uma guarda municipal, como instituição de segurança pública presente em todo o país, ativa ambientalmente? 3- Quais as potencialidades e desafios inerentes ao desenvolvimento de uma educação ambiental (EA) pelas guardas municipais?

Assim, o objetivo geral é construir uma investigação pautada jurídica e institucionalmente acerca do papel, das potencialidades e dos desafios das guardas municipais diante das demandas sociais e ambientais atuais e da EA. Como objetivos específicos, tem-se: identificar, entre os delineamentos jurídicos e institucionais das guardas municipais, aqueles que as legitimam a atuar na relação entre sociedade e meio ambiente; descrever propostas atuais voltadas à atuação ambiental das guardas municipais nos diferentes estados do país; investigar as potencialidades e os desafios inerentes à atuação das guardas municipais como agentes de uma EA aliada à promoção e à manutenção da segurança pública.

Ao abordar a temática socioambiental no contexto das guardas municipais, que são instituições essenciais à manutenção da pacificidade social nas cidades brasileiras, esta pesquisa contribui com reflexões sobre a importância de avançar nas iniciativas de capacitação e de possibilidade de atuação necessárias a uma EA integral dentro e fora das escolas, de modo a favorecer o desenvolvimento de

conscientização ambiental nos diferentes setores da sociedade, em favorecimento da coletividade. É nesse âmbito que se encontra sua justificativa.

O estudo possui abordagem qualitativa e se caracteriza como uma revisão de literatura do tipo estado do conhecimento, procedida a partir da busca, seleção e leitura de textos oficiais e de produções científicas. Trata-se de um estudo de revisão direcionado a um mapeamento, visando, como objetivo primordial, “[...] levantar indicadores que fornecem caminhos ou referências teóricas para novas pesquisas” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 174-175). Em outras palavras, esses estudos “[...] atuam na recuperação da memória daquilo que está sendo pesquisado” (MOROSINI; KOHLS-SANTOS; BITTENCOURT, 2021, p. 22).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Guarda municipal: atribuições nas relações entre sociedade e meio ambiente

Graças à atuação preventiva da Administração Pública, por meio da implementação de políticas, programas e legislações, as questões ambientais que permeiam a sociedade são tratadas sob a perspectiva da informação e da conscientização. Desse modo, emerge o trabalho de profissionais que possam agir pela segurança das pessoas e dos lugares sem focar exclusivamente na repressão daqueles que contrariam a lei, mas também na prevenção desse tipo de atitude. Esse é o caso das guardas municipais, cujos contornos e atribuições estão na Lei n.º 13.022/2014, o Estatuto Geral das Guardas Municipais. No art. 4º, essa lei aponta “[...] a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município” (BRASIL, 2014, n.p.) como competência geral, e essa função deve ser exercida de acordo com princípios mínimos, presentes no art. 3º, a saber:

Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:
I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
III - patrulhamento preventivo;
IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e
V - uso progressivo da força (BRASIL, 2014, n.p.).

Observa-se que a essas corporações é atribuído o compromisso de atuar pela proteção e preservação da vida de uma maneira geral, porquanto, no texto acima citado, não se menciona especificamente a vida das pessoas. Logo, incluem-se as

vidas de outros seres vivos que, direta ou indiretamente, convivem e dividem espaço com o ser humano, e isso revela uma visão sistêmica da atuação das guardas municipais.

Ainda, o art. 5º cita as competências específicas na forma de diferentes tipos de ação, como zelar, proteger, prevenir, inibir, colaborar, entre outras, tanto em relação aos bens e serviços quanto às pessoas que deles se utilizam (BRASIL, 2014). Entre essas ações, uma está voltada ao meio ambiente e à EA: “VII – proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas” (BRASIL, 2014, n.p.). Dessa maneira, as guardas municipais são legitimadas para atuar frente às questões ambientais que afetam a população local, não apenas na prevenção e na repressão de atitudes prejudiciais como também na construção de conhecimentos, saberes e informações pela via educacional.

Apesar da regulamentação trazida pela Lei nº 13.022/2014, os municípios podem organizar as suas guardas de acordo com as suas necessidades, utilizando as leis orgânicas municipais como aparato legislativo que formaliza e estrutura essas corporações. Com isso, ocorrem diferenças significativas entre municípios e estados, bem como entre o que está posto na lei e a realidade de atuação nas muitas localidades.

Pelos dados apresentados na mais recente Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC – 2019), um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca da estrutura, da dinâmica e do funcionamento das instituições públicas de todos os municípios brasileiros, constata-se que a atividade mais realizada pelas guardas municipais é a proteção de bens, equipamentos e prédios do Município, numa porcentagem de 93,3%, enquanto a proteção ao patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental é desenvolvida em 78,6% e as ações educativas junto à população em 69,2% (BRASIL, 2020). Ainda, não foi mencionada a preservação.

Assim, há um desequilíbrio entre as funções de proteger, preservar e educar atribuídas às guardas municipais, com a competência voltada aos bens, equipamentos e prédios se sobressaindo em relação ao meio ambiente. Nesse contexto, torna-se essencial a discussão sobre a atuação ambiental como uma

atribuição intrinsecamente presente na proteção do município como um todo e de sua população, devendo ser desenvolvida com igual esmero. A EA é a via própria para isso, pois é um conjunto de conhecimentos de suma relevância para a formação dos indivíduos e para a melhora das relações entre eles e o meio ambiente.

Apesar de ter sido apresentada na Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), a EA teve seu conceito explicitado somente na Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que fixa a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). No art. 1º, essa lei conceitua a EA como “[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente [...]” (BRASIL, 1999, n.p.).

Destaca-se, nessa conceituação, a presença de valores relacionados à convivência social no processo entendido como EA. Ainda, observa-se que esse processo não se restringe ao âmbito escolar, devendo ser promovido nos diferentes espaços da sociedade, que abrigam uma multiplicidade de relações e de olhares a serem trabalhados sob uma perspectiva socioambiental. Isso pode ser depreendido dos oito princípios da EA dispostos no art. 4º da Lei n.º 9.795/1999, por aproximarmos-na de um “[...] enfoque humanista, holístico, democrático e participativo” motivado por uma “[...] concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico (sic) e o cultural” (BRASIL, 1999, n.p.), tal como consta nos dois primeiros incisos desse artigo.

Dessa forma, não se está falando de um componente curricular, e sim de um processo educativo com amplitude para englobar toda a complexidade da sociedade humana, em sua pluralidade que marca tanto seu desenvolvimento quanto suas relações com o meio ao redor. Trata-se de um procedimento de fortalecimento dos saberes sociais e ambientais a partir da interdisciplinaridade, que pressupõe o envolvimento de atos, conhecimentos e instituições diversas, entre as quais os agentes da segurança pública se destacam pela interação contínua e próxima com a comunidade (SILVA, 2015).

Portanto, é necessário que a EA ultrapasse os limites dos documentos legislativos e penetre as guardas municipais como mais do que uma temática de

qualificação profissional: uma vivência individual e coletiva que se refletirá em seu trabalho junto à população.

2.2 Potencialidades, desafios e propostas para a atuação das guardas municipais em educação ambiental

Pelo explanado anteriormente, é possível observar que há uma demanda por uma abordagem ambiental que não se restrinja às escolas, e sim tome os diversos espaços públicos e as interações com o patrimônio municipal. Aqui, a proximidade com a comunidade que as guardas municipais essencialmente possuem (ALMEIDA; BRASIL, 2011) é um agregador importante, pois possibilita o conhecimento e as trocas de saberes com a população, consequentemente permitindo ter maior ciência sobre as problemáticas enfrentadas, as lacunas a serem preenchidas no entendimento sobre a preservação ambiental e os crimes contra o patrimônio, bem como opiniões, hábitos e crenças relacionados.

Nesse âmbito, são fundamentais as Unidades de Conservação (UCs), criadas pela Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, enquanto espaços com características naturais relevantes legalmente protegidos e conservados (BRASIL, 2000). O conhecimento prático construído por novos atores da Administração Pública, aliado às estratégias e estruturas educacionais presentes nas UCs, constituem uma forma de otimizar a atuação pela defesa do meio ambiente por parte da segurança pública, ao passo que o trabalho dos agentes capacitados nesses locais possibilita o combate à degradação ambiental, pela via repressiva, e “[...] uma maior credibilidade na construção de uma educação ambiental, com linguagens acessíveis e ferramentais mais eficientes na relação entre agente público e cidadão” (SILVA, 2015, p. 11).

Pode-se afirmar, então, que o delineamento dessas unidades se revela como uma potencialidade de atuação das guardas municipais para além da vigilância e da repressão, pois se constituem como lugares, tidos como patrimônio urbano ecológico, em que o elemento social está profundamente relacionado ao elemento ambiental, considerando-se a proximidade com os espaços urbanos e a presença das pessoas nesses espaços, na forma de visitação, e isso favorece sobremaneira o desenvolvimento de um trabalho educacional.

No entanto, segundo Silva (2015), é insuficiente o quantitativo operacional presente nas UCs, fato agravado pelo foco na ação de repressão e pela falta de preparo para a atuação educacional. Em relação a essa observação, aponta-se o desafio de desvencilhar-se da perspectiva tradicional de segurança pública, calcada sobretudo na ideia de vigiar e punir e distante do ideal de conscientização e de educação, profundamente necessários à prevenção de atitudes degradantes (ALMEIDA; BRASIL, 2011). Frente a isso, identificam-se algumas propostas e iniciativas voltadas à capacitação e à possibilidade de agentes das guardas municipais atuarem como educadores ambientais, em uma perspectiva que une o elemento social ao elemento ambiental.

Primeiramente, apesar de não se direcionar especificamente à EA, cita-se a promulgação da Lei nº 18.211/2016 da cidade de Recife/PE, a qual fixa sanções administrativas em caso de atividade que gere danos ao meio ambiente, bem como os procedimentos relativos à sua apuração. Essa lei, em seu art. 1º, parágrafo único, concede autonomia para a guarda municipal do município “lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo”, com a possibilidade de integrarem atividade de fiscalização ambiental (RECIFE, 2016, n.p.), o que se coaduna com as funções frente ao meio ambiente atribuídas pelo Estatuto a essas instituições.

Porém é imprescindível que os agentes possuam condições estruturais e recebam capacitação própria para atuarem nessa frente, sendo essa necessidade mais um desafio a ser enfrentado. Em pesquisas que unem teoria e prática ao se debruçarem sobre a realidade de atuação da guarda municipal e ao promoverem programas de capacitação dessa corporação em EA, no contexto de diferentes localidades, encontra-se uma forma de visualizar alguns aspectos inerentes a esse contexto. Na cidade de Manaus/AM, que tem 4,75% do seu território ocupado por UCs, constituindo uma área total de 45.064,07 m² (SILVA; SILVA; MIRANDA, 2020), foi realizado um estudo por Silva (2015), que entrevistou representantes de órgãos municipais, o diretor da Guarda Municipal de Manaus e agentes da corporação.

Nessas entrevistas, foram relatados, pelos primeiros, o desafio de dar visibilidade às áreas de proteção ambiental e a necessidade de mecanismos de revitalização e de atividades educativas, porém, pela voz dos guardas e do diretor, fica clara a ausência de orientação ou de curso de atualização voltado às questões

ambientais, pois a ênfase se encontra somente na proteção do patrimônio público. Esse quadro é agravado por barreiras que, segundo Silva (2015), dizem respeito à desproporção entre a quantidade de UCs e a de órgãos responsáveis e efetivamente atuantes ambientalmente.

Forma-se, assim, um quadro que revela o quão desafiador é transformar as potencialidades das guardas municipais em ações de EA efetivas e contínuas. Mobilizado por isso, Silva (2015) propôs o Programa Educar é Proteger, um projeto composto por um Curso de Formação da Guarda de Patrulhamento e Apoio ao Turista e Meio Ambiente de Manaus e pela obtenção de materiais importantes para que seja operacionalizado (SILVA; SILVA; MIRANDA, 2020), com destaque para a estrutura curricular do curso, que une diversos conhecimentos à EA. Essa iniciativa seria realizada por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade e a Guarda Municipal de Manaus.

Esse estudo gera uma dupla contribuição, sem prejuízo de outras: produz e divulga o conhecimento acerca de aspecto jurídicos, institucionais e técnicos relacionados à temática guarda-municipal/EA e promove ideias para que os agentes tenham um preparo suficiente à atuação socioambiental. Ao realizar uma conexão entre a teoria que baseia a segurança pública brasileira, as políticas públicas voltadas à proteção ambiental e o potencial de atuação dos profissionais, cujo contato com a comunidade favorece a conscientização e a aquisição de conhecimentos junto à realidade local, estimula o surgimento de outras iniciativas semelhantes.

Em Belém/PA, no município de Ananindeua, que é o segundo mais populoso do estado e terceiro da Região Amazônica, foi instituído, em 2017, o Programa Ananindeua Mais Sustentável (ANANINDEUA+S), do qual faz parte a atuação do corpo especializado da guarda civil municipal, o Grupamento de Policiamento Ambiental (GPA), o qual vem agindo em prol da conscientização da comunidade local, “[...] mediante uma metodologia interdisciplinar, aglutinando esforços na construção da cidadania e do exercício participativo de valoração do meio ambiente e do ser humano” (SILVA, 2019, p. 16).

Explorando os relatórios dessa atuação, Silva (2019) constatou que são diversas e recorrentes as atividades de EA realizadas pelo grupamento no Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva, com a utilização de técnicas e de

materiais diferentes, principalmente as trilhas ecológicas, que favorecem o contato e a vivência do público com a natureza. Dessa maneira, essa pesquisa contribui para evidenciar a importância e a viabilidade de ações de cooperação entre as instâncias governamentais e as guardas municipais, com vistas ao avanço da proteção ambiental alinhada à segurança pública, respeitando-se a capacidade institucional.

Decerto outras ações e programas poderiam ser citados aqui, como o trabalho realizado pela guarda municipal da cidade de Estância, no estado de Sergipe, o Grupamento de Apoio ao Meio Ambiente (GAMA), que, embora venha enfrentando desafios relacionados à falta de pessoal, segue fazendo inspeções das águas, fiscalizando as ocupações de espaços naturais, procedendo ao resgate de animais, entre outras demandas ambientais. Essa é uma das únicas guardas municipais de Sergipe que atuam no contexto ambiental de modo consistente, sendo a outra a da cidade de Nossa Senhora do Socorro.

Tal como essas corporações, outras espalhadas pelo país concretizam a atribuição de proteger e de preservar o patrimônio ambiental, porém falta uniformidade, principalmente no que tange à tarefa de educar. Para isso, os acordos e parcerias entre os órgãos e as guardas municipais não são apenas necessários, mas sim a única possibilidade de realização efetiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa de estado do conhecimento, observou-se que as guardas municipais são incumbidas da proteção, preservação e educação sobre o meio ambiente junto à sociedade, sendo, então, legitimadas para atuarem frente a uma EA aliada à segurança pública, entendida numa perspectiva integral. Para isso, aspectos se revelam potencialidades que essa instituição possui, como a proximidade com a comunidade, que lhe permite entender seus hábitos, costumes e crenças e, por conseguinte, atuar sobre lacunas e problemáticas no dia a dia. As UCs também trazem uma potencialidade de atuação das guardas municipais com foco educacional e de conscientização, por favorecerem a proximidade entre sociedade e meio ambiente e se revelarem como um espaço próprio a atividades de EA.

Contudo, há desafios a serem superados nessa busca por uma atuação socioambientalmente constituída, podendo-se citar a incidência da perspectiva

tradicional de segurança pública, focada na ideia de repressão e pouco afeita à educação e à prevenção; a ênfase na proteção do patrimônio público, a qual pode ser mais um indício das dificuldades de as guardas municipais agirem na relação entre sociedade e meio ambiente de forma consistente; e a falta de preparo suficiente para a visualização e para o exercício das atribuições voltadas à dimensão socioambiental.

Nesse contexto, a EA emerge como um fio condutor a ser estendido continuamente, iniciando-se pelo processo educacional dos agentes das guardas e disseminando-se à comunidade. Isso é demonstrado em algumas iniciativas pontuais que começaram a ser desenvolvidas, as quais unem teoria e prática em pesquisas acadêmicas e têm o mérito de agir incidentemente sobre o conhecimento dos guardas, ao tempo em que apontam caminhos que podem ser formalizados através da celebração de parcerias que visem à qualificação profissional e à atuação socioambiental desses profissionais. São necessários um permanente diálogo e uma relação de proximidade entre as instituições governamentais, no desenvolvimento e na aplicação de cursos e de programas em todo o país.

Enfim, ultrapassar o lugar-comum em que recaiu a competência da guarda municipal, a ideia de que precisa única e exclusivamente repreender crimes contra o patrimônio público, é o maior desafio que se impõe ao desenvolvimento de uma EA por essa corporação. Que deixe de ser apenas potência e se transforme em ato!

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. O.; BRASIL, G. M. Formação da Guarda Municipal: Uma aventura. **DILEMAS. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 4, p. 601-628, out./nov./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7271>. Acesso em: 23 out. 2021.

BRASIL. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 ago. 2014. Seção 1.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 53. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. 168 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros**: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 90 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101770>. Acesso em: 10 set. 2021.

CAMPOS, W. S. A. **A guarda municipal no contexto da segurança pública integrada**: desafios e perspectivas no exercício funcional frente à demanda por segurança e proteção do cidadão. 2013. 102 f. TCC (Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

MATTAR, E. P. L. et al. Federal conservation units in Brazil: the situation of biomes and regions. **Floresta e Ambiente**, v. 25, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/loram/a/KGMxnywmVWDrWvF7p7yDyfc/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 02 set. 2021.

MOROSINI, M.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. **Estado do Conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

RECIFE. Lei nº 18.211, de 15 de janeiro de 2016. Estabelece infrações e sanções administrativas relativas a atividades lesivas ao meio ambiente [...]. **Diário Oficial**, Recife, PE, 2016.

SILVA, Y. F. T. **A potencialidade da guarda municipal como agente de educação ambiental**: a formação de um programa piloto no Parque Nascentes do Mindu e Parque do Mindu. 2015. 38 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia) - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Manaus, 2015.

SILVA, D. C. **Educação ambiental e a guarda civil municipal de Ananindeua**: um estudo de caso no Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2019.

SILVA, A. J. B.; SILVA, Y. F. T.; MIRANDA, I. P. A. A atribuição da guarda municipal em ações ambientais efetivas nas unidades de conservação de Manaus. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 2, p. 409-421, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/6035>. Acesso em: 02 set. 2021.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 09 set. 2021.

Políticas de Segurança Pública

**GARANTISMO HIPERBÓLICO MONOCULAR X SEGURANÇA PÚBLICA:
TRANSMISSIBILIDADE E IMPLICAÇÕES DAS DECISÕES JUDICIAIS NO
COTIDIANO E NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**MONOCULAR HYPERBOLIC GUARANTEE X PUBLIC SAFETY:
TRANSFERABILITY AND IMPLICATIONS OF JUDICIAL DECISIONS IN
EVERYDAY LIFE AND IN THE PROVISION OF SERVICE**

Éverton Bruno Pereira

RESUMO

O cotidiano da prestação do serviço de segurança pública, constitucionalmente previsto no art. 6º e 144ª da Constituição Federal do Brasil de 1988, é diretamente influenciado pelas decisões judiciais proferidas e embasadas na teoria garantista hiperbólica monocular, descrita pelo procurador da república Douglas Fisher no seu livro *Garantismo Integral*. Trata-se de uma deturpação teórica produzida por juristas brasileiros, em que a matriz deste pensamento jurídico é a teoria do Garantismo Penal desenvolvida pelo jurista italiano Luigi Ferrajoli, capitulada no livro *Direito e Razão*. A finalidade é apresentar os impactos destas decisões através de uma análise crítica-argumentativa das implicações trazidas por decisões garantistas, pois buscam proteger os direitos penais e processuais do réu; hiperbólica, tendo em vista a superlativização destes direitos e garantias através de interpretações criativas que transcendem os limites legais; e monocular por retirar a vítima do protecionismo proposto e levar o criminoso para o centro da atenção e dos esforços da atuação penal e processual penal. A apresentação de exemplos e a demonstração destes efeitos permitirão uma visão nítida dos obstáculos enfrentados pela segurança pública e como as soluções devem surgir através da vontade político/legislativa e não através de ativismos judiciais eivados de convicções pessoais por parte de alguns membros do poder judiciário.

Palavras-chave: garantismo hiperbólico monocular; garantismo penal; garantismo integral; segurança pública.

ABSTRACT

The daily provision of public security services, constitutionally provided for in art. 6 and 144 of the Federal Constitution of Brazil of 1988, is directly influenced by the court decisions rendered and based on the monocular hyperbolic guarantee theory, described by the Attorney of the Republic Douglas Fisher in his *Integral Guaranty* book. It is a theoretical distortion produced by Brazilian jurists, where the matrix of this legal thought is the Penal Garantism theory developed by the Italian jurist Luigi Ferrajoli, chaptered in the book *Direito e Razão*. The purpose is to present the impacts of these decisions through a critical-argumentative analysis of the implications brought by guarantee decisions, as they seek to protect the criminal and procedural rights of the defendant; hyperbolic, in view of the superlativization of these rights and guarantees through creative interpretations that transcend legal limits; and monocular, for removing the victim from the proposed protectionism and placing the criminal at the center of attention and efforts in criminal and criminal procedural actions. The presentation of examples and the demonstration of these effects will allow a clear vision of the

obstacles faced by public safety and how solutions must come about through political/legislative will and not through judicial activism filled with personal convictions on the part of some members of the judiciary.

Keywords: monocular hyperbolic guarantee; criminal guarantee; full warranty; public security.

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Pública, direito basilar de qualquer sociedade organizada, é a prestação estatal que visa garantir a incolumidade das pessoas e do patrimônio através de práticas diárias positivas e intermitentes, respeitando o ordenamento jurídico, realizando ações preventivas e repressivas, pautadas no respeito à dignidade da pessoa humana em busca de uma sociedade justa e pacífica. A obediência a estes princípios na atuação diária por parte dos órgãos de segurança pública, uma atuação balizada pelos limites legais e o respeito aos direitos humanos, fazem desta prestação estatal uma atividade extremamente sensível, em que a atuação dos seus agentes está a cada dia e em diversas vezes no limite fronteiro do legal e do ilegal.

Esta atuação limítrofe exige do sistema normativo uma segurança jurídica sólida, para que os agentes prestadores do serviço possam atuar respeitando de maneira técnica e garantindo os direitos processuais e penais de cada cidadão no exercício de suas funções. A apreciação judicial dos atos praticados por agentes públicos no exercício de suas funções é de importância indiscutível dentro de um sistema democrático de direito, e não é a desqualificação desta apreciação, objetivo deste trabalho, mas sim, realizar uma crítica direcionada aos excessos jurisdicionais materializados em decisões que provocam inovações no sistema jurídico/normativo que acabam dificultando e, por muitas vezes, inviabilizando uma prestação de segurança pública de qualidade por parte de órgãos e agentes, cujas missões fundamentais são garantir e executar um bom serviço, que é tão caro para a sociedade brasileira.

Decisões judiciais que superlativam a inviolabilidade domiciliar, que impedem a utilização em determinados locais de meios de transporte mais eficientes como helicópteros e até mesmo impedem a execução de operações em comunidades em face da garantia de direitos individuais, são a materialização do objeto deste estudo, decisões garantistas hiperbólicas monoculares, que chama a atenção por impor novos

limites na atuação estatal, não previstas em normas constitucionais ou legais previstas no ordenamento jurídico brasileiro. Estas decisões causam feridas no contrato social? O Estado atua contra o Estado no exercício dos freios e contrapesos ou são apenas convicções pessoais de magistrados transvertidos de caráter epistemológico/filosóficos?

2 GARANTISMO HIPERBÓLICO MONOCULAR X SEGURANÇA PÚBLICA

A prestação do serviço de segurança pública é fundamentada no ordenamento jurídico brasileiro como um direito social, uma obrigação de fazer, possui um caráter positivo na relação com os administrados, deve ser, portanto, efetivo. O problema existente nas decisões judiciais que são proferidas de acordo com a teoria do garantismo hiperbólico monocular, é que estas decisões afetam diretamente os órgãos de segurança pública no desenvolvimento dos seus papéis em face de garantias individuais que são interpretadas a pouquíssima distância do absoluto.

No entanto, devemos compreender que os direitos e garantias individuais devem ser resguardados na mesma proporção que os direitos e garantias coletivos e também com os deveres, explícitos e implícitos na Constituição Federal, não podemos analisar os direitos de 1ª geração como um grupo de direitos que sejam a quaisquer custos viabilizados e preservados em detrimento aos direitos de 2ª e 3ª gerações, seja no processo penal ou na investigação, os dispositivos devem ser analisados sistematicamente e sopesados de maneira que garanta o melhor resultado ou prestação jurisdicional no caso concreto.

O modelo jurídico destas decisões é hiperbólico, pois assevera um olhar protetivo exacerbado em favor do réu ou investigado e monocular, pois excluem da sua visão as vítimas, tanto a imediata que é a pessoa que teve o bem jurídico violado, como a mediata que é o Estado que sofre os efeitos indiretamente dos danos causados pela ação ou omissão que violou o ordenamento jurídico vigente. De acordo com a doutrina de Douglas Fisher (2017, p. 69):

Daí que falamos, em nossa crítica, que se tem difundido um *garantismo penal* unicamente *monocular* e hiperbólico: evidencia-se desproporcionalmente e de forma isolada (monocular) a necessidade de proteção apenas dos direitos fundamentais individuais dos cidadãos que se vêm investigados, processados ou condenados. Jamais propusemos ou proporemos a

desconsideração dos direitos fundamentais individuais previstos na Constituição. Não é disso que se trata. Quer-se, unicamente, uma visão sistêmica do Direito, para além de visualizar exclusivamente direitos individuais.

A problemática alcança a Segurança Pública a partir de decisões que revelam explicitamente a incidência desta teoria em suas decisões, como é o caso da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no dia 17 de agosto de 2021, que restringiu durante a pandemia causada pelo Coronavírus, o uso de helicópteros em operações no Rio de Janeiro. O combate ao crime organizado, cujos efeitos são tão caros a sociedade, e sua implicação resulta em grandes esforços por parte do Estado, dos órgãos e dos seus agentes, em que os limites legais só funcionam para o lado estatal, fica ainda mais fragilizado sobre os efeitos de decisões como esta, em que fica restringido a utilização de meios operacionais mais eficientes, que proporcionarão um serviço mais qualificado e com menor probabilidade de efeitos colaterais, o que se tem, é justamente o contrário, é a restrição de meios, como seno exercício de suas atribuições os agentes de segurança estivessem predispostos a cometerem ilegalidades e abusos, quando a realidade aponta justamente o contrário, cursos de formações cada vez mais voltados para a defesa dos direitos humanos, zelo pela obediência ao ordenamento jurídico e responsabilidades social e funcional cada vez mais evidente nos servidores pertencentes aos quadros da Segurança Pública.

Outra decisão judicial que atingiu diretamente a prestação do serviço e o cotidiano das corporações policiais foi o *Habeas Corpus* (HC) nº 598.051/SP que trouxe inovações à garantia da inviolabilidade domiciliar previsto no art. 5º, XI da CF/88, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência).

A decisão do magistrado no referido *Habeas Corpus* representa inequivocamente uma decisão garantista hiperbólica monocular, exigindo além dos requisitos constitucionais previstos, outros que julga como necessários para autorizar

a violabilidade domiciliar, como é o caso do consentimento filmado do morador, assinatura por duas testemunhas do ato que consentiu a entrada dos policiais na casa, além de determinar o ônus probatório ao Estado em caso de dúvidas sobre a inexistência de coação na ação praticada pelos agentes estatais.

Da decisão constam os seguintes termos:

As considerações e os argumentos expostos neste voto facilitam responder aos questionamentos feitos de início, de modo a concluir que: 1. Na hipótese de suspeita de crime em flagrante, exige-se, em termos de standard probatório para ingresso no domicílio do suspeito sem mandado judicial, a existência de fundadas razões (justa causa), aferidas de modo objetivo e devidamente justificadas, de maneira a indicar que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito. 2. O tráfico ilícito de entorpecentes, em que pese ser classificado como crime de natureza permanente, nem sempre autoriza a entrada sem mandado no domicílio onde supostamente se encontra a droga. Apenas será permitido o ingresso em situações de urgência, quando se concluir que do atraso decorrente da obtenção de mandado judicial se possa objetiva e concretamente inferir que a prova do crime (ou a própria droga) será destruída ou ocultada. 3. O consentimento do morador, para validar o ingresso de agentes estatais em sua casa e a busca e apreensão de objetos relacionados ao crime, precisa ser voluntário e livre de qualquer tipo de constrangimento ou coação. 4. A prova da legalidade e da voluntariedade do consentimento para o ingresso na residência do suspeito incumbe, em caso de dúvida, ao Estado, e deve ser feita com declaração assinada pela pessoa que autorizou o ingresso domiciliar, indicando-se, sempre que possível, testemunhas do ato. Em todo caso, a operação deve ser registrada em áudio-vídeo e preservada tal prova enquanto durar o processo. 5. A violação a essas regras e condições legais e constitucionais para o ingresso no domicílio alheio resulta na ilicitude das provas obtidas em decorrência da medida, bem como das demais provas que dela decorrerem em relação de causalidade, sem prejuízo de eventual responsabilização penal do(s) agente(s) público(s) que tenha(m) realizado diligência. XV. Dispositivo À vista de todo o exposto, considerando que não houve comprovação de consentimento válido para o ingresso no domicílio do paciente, voto pela concessão da ordem de Habeas Corpus, de sorte a reconhecer a ilicitude das provas por tal meio obtidas, bem como de todas as que delas decorreram, e, por conseguinte, absolver o paciente. Dê-se ciência desta decisão aos Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados e aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, bem como às Defensorias Públicas dos Estados e da União, ao Procurador-Geral da República e aos Procuradores-Gerais dos Estados, aos Conselhos Nacionais da Justiça e do Ministério Público, à Ordem dos Advogados do Brasil, ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, ao Ministro da Justiça e Segurança Pública e aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, encarecendo a estes últimos que deem conhecimento do teor do julgado a todos os órgãos e agentes da segurança pública federal, estadual e distrital. Proponho se fixe o prazo de 1 (um) ano para permitir o aparelhamento das polícias, treinamento e demais providências necessárias para a adaptação às diretrizes da presente decisão, de modo a evitar situações de ilicitude, que, entre outros efeitos, poderá implicar responsabilidade administrativa, civil e/ou penal do agente estatal, à luz da legislação vigente (art. 22 da Lei 13.869/2019), sem prejuízo do eventual reconhecimento, no exame de casos a serem julgados, da ilegalidade de diligências pretéritas. É o voto.

Exigir o ônus da prova para o Estado é um evidente desrespeito à presunção de legitimidade ou de veracidade que assevera aos atos praticados por agentes públicos no exercício funcional uma presunção que o ato foi praticado em consonância com o ordenamento jurídico, até que se prove o contrário. Portanto, é dever do particular realizar o *standart probatório mínimo* para uma possível responsabilização dos agentes estatais.

Como resultado desta prerrogativa podemos estabelecer algumas premissas da atividade pública no ordenamento jurídico brasileiro, quais sejam: a) em regra as decisões administrativas podem ser executadas imediatamente; b) as decisões administrativas poderão gerar obrigações aos particulares, mesmo sem sua concordância; c) em algumas situações a Administração Pública poderá executar suas próprias decisões.

Além da presunção de legitimidade, a decisão do magistrado fere outro dispositivo administrativo, classificado pela doutrina como supra princípio do Direito Administrativo, que é a Supremacia do Interesse Público sobre o Privado, os professores Ricardo Alexandre e João de Deus (2018, p. 170 apud DI PIETRO, 2014, p. 65) nos ensinam que o princípio da supremacia do interesse público “está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública”. Este princípio existiria como inspiração legislativa e vincularia os atos das autoridades administrativas no seu exercício funcional, trata-se, portanto, de um poder-dever que deve ser executado dentro dos limites e na forma estabelecida pela lei.

2.1 Decisões garantistas hiperbólicas monoculares causam uma “ferida no contrato social”

No início da humanidade, os conflitos eram inerentes à natureza humana, violentas e sangrentas disputas por alimentos ou ferramentas levavam indivíduos à morte, a capacidade física determinava o vencedor e o perdedor, o ser humano era em essência violento. Com o desenvolvimento cognitivo do passar dos anos, o ser humano passou a perceber que precisaria dispor de algumas liberdades em prol de um ente que fosse capaz de garantir uma segurança mínima para viabilizar a pacificação das relações interpessoais, surge então à figura do Estado.

O Estado para suprir o anseio por segurança do ser humano, passa então, a mitigar liberdades e prever sanções para quem descumprissem as regras impostas em seu ordenamento. Esta prestação e contraprestação entre homens e o ente Estatal foi denominada de contrato social por filósofos conhecidos como contratualistas como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Não é objeto deste trabalho o aprofundamento teórico das ideias desta corrente filosófica, mas sim, mostrar as implicações ocasionadas por decisões hiperbólicas monoculares na relação entre administrador e administrado e mostrar o caráter prejudicial ao sistema de segurança pública brasileiro, que foi denominado neste artigo de “ferida no contrato social”.

O *caput* do art. 144 da CF/88, preconiza que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, ou seja, é uma das espécies do núcleo do contrato social, é a contraprestação do ente estatal para a prestação realizada por todas as pessoas quando abrem mão de liberdades em prol do convívio social harmônico, mas não é só dever, é também direito e responsabilidade, portanto o Estado tem obrigação de prestar um serviço de qualidade para as pessoas com o objetivo de garantir um direito emanado dos mandamentos constitucionais. Desta feita, mitigações na atuação dos órgãos que prestam o serviço fim de segurança, são também limitações no exercício do direito coletivo de ter uma segurança pública compatíveis com os anseios da sociedade.

Analisaremos o seguinte exemplo: durante uma patrulha realizada por policiais militares em uma área conhecida pela ocorrência de tráfico de drogas, o policial Tício identificou dois homens em atitudes suspeitas em uma esquina de um beco, ao perceberem a aproximação dos policiais, os indivíduos correram e foram perseguidos até uma residência, que foi violada pelos policiais e lá dentro encontraram 500g de drogas embaladas em pequenos papелotes e uma arma de fogo.

No caso em tela haverá um conflito de interesses, de um lado a sociedade, que espera uma punição adequada para a prática delituosa (direito coletivo) e do outro, os indivíduos que tiveram sua inviolabilidade domiciliar desrespeitada, motivada por uma possível prática do crime de tráfico de drogas (direito individual).

Uma decisão que torna a ação policial ilegal por motivos objetivos, por exemplo, tornar a entrada no domicílio ilegítima por não ter sido comprovado lastro probatório

mínimo da ocorrência da atividade criminosa do tráfico de drogas no momento da aproximação policial que ensejou a perseguição, no entanto, resultou na constatação e apreensão tanto da arma de fogo, como da substância entorpecente, é claramente superlativizar uma garantia individual em detrimento do anseio social, que é coibir e punir de acordo com a legislação e o devido processo legal a prática de crimes. Nesta ótica, é que este tipo de decisão causa uma “ferida no contrato social”, pois a prestação foi cumprida pela sociedade, as liberdades foram mitigadas, porém a contra prestação estatal não foi cumprida por limitações impostas pelo íntimo cognitivo do magistrado e por suas convicções políticas/filosóficas.

Ainda dos ensinamentos de Douglas Fisher (2017, p. 70) podemos extrair o seguinte ensinamento:

Nesse momento do silogismo, é digno de nota que, também como imperativo constitucional (art.144, caput, CF), o dever de garantir segurança (que se desdobra em direitos subjetivos individuais e coletivos) não está em apenas evitar condutas criminosas que atinjam direitos fundamentais de terceiros, mas também na devida apuração (com respeito aos direitos dos investigados ou processados) do ato ilícito e, em sendo o caso, da punição do responsável.

No caso narrado fica ainda mais evidente a mitigação da atuação estatal ser motivada pela prática de crimes permanentes, em que sua flagrância delitiva se protraí no tempo enquanto durar a conduta delitiva, segundo Rogério Sanches Cunha (2019, p. 202) “Crime permanente é aquele em que a execução se protraí no tempo por determinação do sujeito ativo”. A legislação penal assim descreve as condutas descritas como crime no exemplo narrado:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa [...] (BRASIL, 2006, p. 7).

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. Parágrafo único. O crime previsto neste artigo é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente. (Vide Adin 3.112-1) [...] (BRASIL, 2003, p. 3).

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa (BRASIL, 2003, 4).

Nos dispositivos da Lei de Drogas (BRASIL, 2006) e do Estatuto do Desarmamento (BRASIL, 2003) fica evidenciado em algumas hipóteses dos tipos mistos alternativos citados, um encaixe perfeito no conceito de crime permanente, como: ter em depósito, fabricar, transportar, trazer consigo e guardar, estas condutas seriam suficientes para a entrada de qualquer pessoa do povo e traria para os agentes garantidores da lei o dever constitucional de impedir a prática de tais condutas, executando a entrada domiciliar e realizando a prisão dos agentes da conduta criminosa. Além do dever de agir por parte dos agentes, a omissão praticada por quem tem por obrigação funcional o dever de agir em caso de flagrante delitivo, poderá acarretar a este profissional a imputação da conduta criminosa na qual se omitiu, recaindo sobre si as penas do crime que deveria evitar.

Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) [...].

§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) (BRASIL, 1940, p. 2).

O professor Rogério Sanches Cunha (2019, p. 205), traz o seguinte ensinamento sobre a omissão imprópria:

A norma mandamental (que determina a ação valiosa) pode decorrer do próprio tipo penal, quando o tipo descreve a omissão (exemplo: deixar de prestar assistência – omissão de socorro) ou de cláusula geral, quando o dever de agir está descrito em norma geral, e não no tipo (art.13, § 2º do CP).

Portanto, não é facultado aos agentes de segurança pública agir ou não para coibirem a prática delituosa, e sim um dever, que se não for executado pode sofrer

imputação penal relativo ao próprio crime que não foi evitado em decorrência de uma prática omissiva.

3 ESTADO X ESTADO

A tripartição de poderes no Estado Brasileiro está consagrada no art. 2º da carta política e dispõe que são poderes harmônicos e independentes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, impondo a esta separação, o *status* de cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4º, III da CF/88: Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a separação dos Poderes. Esta separação permite a fragmentação de competências e permite uma melhor fiscalização entre os poderes da União. A fiscalização de um poder sobre o outro é chamada de exercício da teoria de freios e contrapesos, que assegura a harmonia entre os três poderes e diminui a possibilidade de abusos por qualquer um deles.

O controle das ações administrativas realizado pelo poder judiciário é fundamental para o bom desempenho desta separação de funções do Estado, resguarda a normatividade e contribui para um serviço de qualidade executado pelos órgãos de segurança pública. O problema aparece, quando decisões proferidas excedendo os limites constitucionais e legais limitam de maneira substancial a atuação do próprio Estado, neste caso, retira o equilíbrio da separação funcional entre os poderes.

É evidente que o juiz no exercício de suas funções não consegue ser totalmente imparcial, seria uma utopia metajurídica, exigir que magistrados se desprendam totalmente de suas convicções e experiências no exercício de suas atividades, porém este julgamento não pode trazer inovações ao ordenamento jurídico, não pode restringir direitos, nem expandi-los, sejam individuais ou coletivos. É neste espectro interno, na alocação de suas convicções pessoais no julgamento de casos concretos que aparecem as decisões garantistas hiperbólicas monoculares, o Estado limitando o próprio Estado no exercício de suas atribuições fora dos limites permitidos pelo sistema jurídico pátrio.

O prejuízo para a segurança pública é enorme, ações realizadas pelos agentes públicos, passam a ultrapassar os limites legais com mais facilidade, o serviço rotineiro passa a ser exercido de forma burocrática, que acaba de certa forma, inviabilizando

um serviço eficiente para os executores da atividade fim.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prestação do serviço de segurança pública fica cada dia mais desafiadora, novas técnicas de práticas delituosas surgem na proporção dos avanços tecnológicos, dificuldades sanitárias impostas pela Covid-19, limitação de investimentos na área, ampliação do desemprego, são vetores de crescimento da violência por todo o país. A harmonia funcional desempenhada entre os poderes de Estado é essencial para melhorar o desempenho da prestação estatal, ações integradas entre executivo, legislativo e judiciário que realmente proporcione a integração dos agentes públicos na soma de esforços para a busca do bem comumé premissa que deve sair do campo teórico para a prática o mais rápido possível.

Os direitos e garantias individuais devem ser respeitados nos limites constitucionais e legais, nem a mais, nem a menos, para que haja condições reais de uma boa prestação de serviços no âmbito da segurança pública. O limite da legalidade deve ser respeitado e conhecido pelos agentes públicos, sejam eles de qualquer ente federativo ou poder que exerçam suas funções.

O incentivo a produção científica deve ser contínuo, para proporcionar crescimento profissional e cognitivo dos agentes de segurança pública, sempre buscando o aprimoramento profissional e o melhor desempenho de suas atribuições. Inovações jurídicas devem ser trazidas pelo legislativo, que é o poder competente para elaborar leis e materializar a vontade social através de seus representantes.

Alinhamento operacional entre membros do judiciário, ministério público, defensoria pública e órgãos de segurança devem ser propostos e fomentados pelo Estado, de forma a proporcionar um estreitamento de ideias e o compartilhamento de limitações entre si.

5 REFERÊNCIAS

ALEXANDRE. R. **Direito Administrativo**. 4 Ed. São Paulo: Forense, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 03 out. 1941.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal** (RHC: 90376 RJ, Relator: Ministro Celso de Mello. Data de Julgamento: 03/04/2007, Segunda Turma. Data de Publicação: DJe-018. Divulg.: 17/05/2007, public.: 18/05/2007, DJ: 18/05/2007, PP-00113). Ement: VOL-02276-02, PP-00321, RTJ VOL-00202-02, PP-00764 RT, v. 96, n. 864, 2007, p. 510-525. RCJ, v. 21, n. 136, 2007, p. 145-147.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça** (STJ - HC: 598051 SP 2020/0176244-9, Relator: Ministro João Otávio de Noronha. Data de Publicação: DJ 04/08/2020)

CUNHA, R. S. **Manual de Direito Penal Parte Geral**. 7 Ed. Salvador: JusPodivm, 2019.

FISHER, D. **Garantismo Penal Integral**. 4 Ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2017.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 23 Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

NUCCI, G. S. **Curso de Direito Processual Penal**. 17 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

A INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM GOIÁS

THE INTEGRATION OF PUBLIC POLICIES AT THE END OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN GOIÁS

Glauco Leão Ferreira Alves

RESUMO

Em maio de 2021, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizou uma pesquisa sobre a preponderância de situações de violência e assédio contra as mulheres no Brasil, divulgando dados sobre vitimização, principalmente no contexto da pandemia da Covid-19. Em Goiás, houve uma intensificação desde 2018, com articulação de planos de políticas públicas de segurança visando o fim da violência contra a mulher. As Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) fazem parte da Rede Estadual a fim de mitigar a ocorrência desses crimes a partir de várias ações conjuntas com órgãos estatais e com a sociedade civil. A partir dessa constatação, é apresentado este estudo que analisa o papel da DEAM face sua importância na Rede Estadual pelo Fim da Violência Contra a Mulher e a integração das políticas de segurança pública em Goiás. Trata-se de pesquisa com revisão de literatura que apresenta o modelo teórico sobre políticas públicas em defesa dos direitos humanos, decretos e planos, bem como as ações goianas com atenção voltadas a essa vulnerabilidade social em um Estado Democrático. O procedimento metodológico inclui análise bibliométrica na base de dados *Web of Science* sobre violência contra a mulher e políticas públicas.

Palavras-chave: políticas públicas; violência; mulher; direitos humanos.

ABSTRACT

In May 2021, the Brazilian Public Security Forum conducted a survey on the prevalence of situations of violence and harassment against women in Brazil, disclosing data on victimization, especially in the context of the Covid-19 pandemic. In Goiás, there has been an intensification since 2018, with the articulation of public security policy plans aimed at ending violence against women. The Police Stations Specialized in Assistance to Women - DEAMs are part of the State Network in order to mitigate the occurrence of these crimes through various joint actions with state agencies and civil society. From this finding, this study is presented that analyzes the role of DEAM in view of its importance in the State Network for the End of Violence Against Women and the integration of public security policies in Goiás. This is a research with a literature review that presents the theoretical model on public policies in defense of human rights, decrees and plans, as well as Goiás actions with attention to this social vulnerability in a Democratic State. The methodological procedure includes bibliometric analysis in the Web of Science databases on violence against women and public policies.

Keywords: public policies; violence; woman; human rights.

1 INTRODUÇÃO

Esse texto reflete alguns resultados da investigação científica realizada por este pesquisador no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (PPGIDH/ UFG), objeto de convênio entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP/GO) e a UFG. Dessa forma, no desenvolvimento do texto, é imprescindível abordar a Portaria nº 790, de 24 de outubro de 2019, do Ministério da Justiça e o Edital de Seleção Discente PPGIDH/ UFG nº 2, de 24 de março de 2020 - Turma Especial de Doutorado SSP/GO.

A violência contra as mulheres continua sendo objeto de pesquisa, principalmente nessa época pandêmica em que a vítima permaneceu mais tempo no lar, devido ao isolamento social, com seu companheiro/agressor.

As Políticas Públicas e a Gestão em Segurança Pública do Estado de Goiás foram intensificadas, desde 2018, visando o fim da violência contra a mulher. Dessa forma, este estudo analisa o papel da DEAM integrada na Rede Estadual pelo Fim da Violência Contra a Mulher, bem como a articulação das políticas de segurança pública em Goiás em relação a esse tema.

A pesquisa foi realizada com base em revisão de literatura que apresenta o aporte teórico sobre políticas públicas em defesa dos direitos humanos e o procedimento metodológico visa analisar os decretos e planos, contextualizando com o registro de ocorrência nas DEAMs.

Além disso, esse texto relatará uma análise bibliométrica descritiva do tema que contribuirá para a verificação dos pontos de conexão entre políticas públicas e a violência contra a mulher.

Faz-se necessário uma maior conscientização por parte dos policiais, que investigam qualquer modalidade de crime, de que a melhoria da credibilidade da instituição Polícia Civil depende da segurança e proteção ofertadas às vítimas e, para isso, políticas públicas precisam ser implementadas para melhor promover uma acolhida humana, no momento do registro de ocorrência, apoiando o ser vulnerável.

A pesquisa no Doutorado ainda está em andamento e visa responder a seguinte pergunta: qual a percepção das mulheres vítimas de violência doméstica sobre a notificação do crime em uma delegacia de polícia especializada?

2 CONVÊNIO ENTRE A SSP/GO E A UFG

Em 20 de março de 2020, é publicado no Diário Oficial da União nº 55, o extrato de convênio entre a SSP/GO e a UFG sobre a execução de Doutorado previsto como custeio no Eixo Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, no campo de ação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, previstos no inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, conforme demonstra a Figura 1. Ressalta-se que o convênio é a efetivação de uma política pública na área de segurança pública.

Figura 1 – Extrato de convênio.

Espécie: Convênio UFG 48/2020. Processo 23070.002081/2020-14. Objeto: Cooperação mútua entre os partícipes para a realização de uma turma do curso de Doutorado em Direitos Humanos. Partícipes: UFG e Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Assinatura: 17/03/2020. Validade: 17/03/2020 a 16/03/2023.

Fonte: DOU (2020).

O Doutorado foi resultado da proposta da realização de Pós-Graduação em Direitos Humanos desenvolvida pela Capitã da Polícia Militar do Estado de Goiás Tatiane Ferreira Vilarinho, na época, gestora do convênio, contribuindo na elaboração do plano de trabalho em conjunto com a Universidade Federal de Goiás em que os discentes seriam policiais militares, civis, penais, técnico científicos e bombeiros militares.

O Edital de Seleção Discente PPGIDH/ UFG nº 2, de 24 de março de 2020, estabeleceu alguns critérios, os quais foram inseridos no projeto deste pesquisador e ratificados pela banca:

- a) Linha de pesquisa do PPGIDH - **Práticas e Representações Sociais de Promoção e Defesa de Direitos Humanos;**
- b) Eixo Temático do PPGIDH – **Interseccionalidades** (inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado);
- c) Metas/Objetivos/Impactos estabelecidos na **Portaria Nº 790, de 24 de outubro de 2019** do Ministério da Justiça (inserir em uma das...) e/ou
- d) Temas de estudos priorizados pela **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018** (que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social/PNSPDS e institui o Sistema Único de Segurança Pública/SUSP) (PPGIDH, 2020, p. 1, grifo nosso).

A Portaria nº 790, de 24 de outubro de 2019, regulamenta o estímulo financeiro

das **ações** do Eixo Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, contando com os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, no campo de ação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

No Capítulo III da portaria em tese, em seu art. 8º, são abordados os objetivos, indicadores, metas, resultados e impactos esperados:

Constituem impactos esperados em relação aos programas, projetos e ações a serem desenvolvidas pelos Estados e Distrito Federal: I - aumento da credibilidade das pessoas no serviço prestado pelas instituições de segurança pública; II - redução dos impactos econômicos originados pela criminalidade; III - diminuição do gasto público em saúde com os profissionais de segurança pública; IV - melhoria na qualidade de vida das pessoas com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio; e V - melhoria da prestação de serviço de segurança pública (BRASIL, 2019, p. 4).

A Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 que institui o Sistema Único de Segurança Pública, em seu artigo 12, inciso I, ressalta que “um dos parâmetros de aferição anual de metas é que as **atividades de polícia judiciária** e de apuração das infrações penais serão aferidas, entre outros fatores, pelos **índices de elucidação dos delitos, a partir dos registros de ocorrências policiais [...]**” (BRASIL, 2018, p. 6, grifo nosso).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A política pública como campo multidisciplinar- conceitos, campo de pesquisa e aplicação é apresentada por Secchi, Coelho, Pires (2019, p. 10) que mencionam que política pública – *public policy* está ligada à obtenção e manutenção de recursos para enfrentar um problema público, possuindo dois elementos essenciais: intencionalidade pública e resposta a esse problema que “só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema (**situação inadequada**) e público (**relevante para a coletividade**)”.

Nesse viés, a violência contra a mulher é um problema de política pública, sendo situação inadequada e de extrema relevância para a coletividade em que o poder estatal tem que implementar alternativas para a solução dessa demanda.

Dessa forma, os autores ressaltam que a abordagem multicêntrica em que o Estado não é o único a protagonizar a elaboração de políticas públicas, **redes de**

políticas públicas – *policy networks*, dentre outras organizações, converge para que as mulheres vítimas de violência, destinatárias de políticas públicas, sejam ouvidas sobre as demandas a serem consideradas no momento do registro da ocorrência – Registro de Atendimento Integrado - RAI, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 – Política pública como campo multidisciplinar na vitimização de mulheres no Brasil.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, adaptado pelo autor (2021).

Acima, temos a correlação entre a importância do Registro de Ocorrência Policial nas atividades de polícia judiciária prevista na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e o impacto vislumbrado pela Portaria nº 790, de 24 de outubro de 2019, que é o aumento da credibilidade dos destinatários das políticas públicas no serviço prestado pelos órgãos de segurança pública.

Em maio de 2021, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizou uma pesquisa sobre a prevalência de situações de violência contra as mulheres, divulgando que 5,6% das mulheres que responderam ao questionário afirmaram que não procuraram a polícia por afirmarem não crer nas instituições policiais.

Marques e Faria (2013) destacam a multiplicidade de métodos ao se buscar uma solução para os problemas sociais via políticas públicas, havendo a necessidade de se produzir um diálogo fluido, além de um reconhecimento recíproco entre analistas acadêmicos, gestores governamentais e tomadores de decisão.

Na Análise de Políticas Públicas (APP) *Policy Sciences*, é fundamental a

interdisciplinaridade na pesquisa, como um colóquio acadêmico. Kelly (2009, p. 49) reflete que na APP, espera-se que essa interdisciplinaridade “determine a maneira como as questões devem ser problematizadas, as opções de políticas disponíveis para o governo e a narrativa utilizada para descrever o comportamento daquelas pessoas afetadas”.

Souza (2006) menciona que a essência da política pública é o embate em torno de ideias e interesses, sendo importante haver cooperação entre o governo, outras instituições e grupos sociais, produzindo resultados ou mudanças no mundo real, conforme ocorre na Rede de Atendimento e Proteção à Mulher do Estado de Goiás:

Conjunto de equipamentos sociais mantidos com recursos públicos, privados e da organização civil com o objetivo de acolher, orientar e encaminhar a população feminina em situação de vulnerabilidade social. A rede é coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás (Seds). A Rede é composta por agentes governamentais e não governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres, tais como: Organismos de Políticas para as Mulheres – OPM; Movimentos de mulheres; Conselhos dos direitos das mulheres e de controle social; Núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres; Serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; Instituições de Ensino Superior; Instituições federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos e que prestam serviços especializados e não especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (GOIÁS, 2019, n.p.).

Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 4) mencionam que “os maiores *insights* sobre os conteúdos e processos políticos são produzidos pelo estudo da inter-relação entre três elementos de problemas públicos” que são os atores, as instituições (estruturas) e as ideias.

Nesse viés, o Decreto nº 9.490, de 08 de agosto de 2019 – Proc. SEI nº 201910319001610 introduz alterações no Decreto nº 9.252, de 25 de junho de 2018, que institui o Pacto Goiano pelo Fim da Violência contra a Mulher e a Rede Estadual pelo Fim da Violência contra a Mulher, enfatizando a importância da articulação entre atores, instituições e ideias.

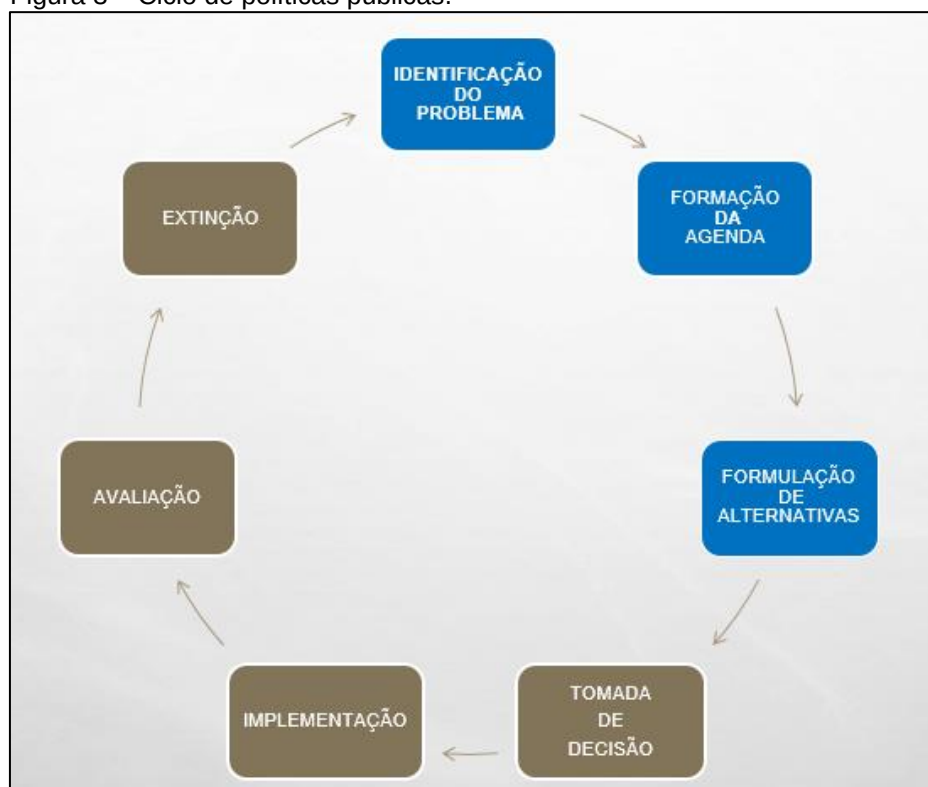
Art. 1º Fica instituído o Pacto Goiano pelo fim da Violência Contra a Mulher, tendo como finalidade a articulação e integração de políticas públicas desenvolvidas por diversos órgãos e entidades governamentais, da sociedade civil e organizações religiosas, contemplando as mulheres em suas diversidades racial, étnica, classe social, orientação sexual, identidade de gênero, geracional ou deficiência.

Art. 3º O Pacto Goiano pelo Fim da Violência Contra a Mulher será coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDS, à qual compete adotar as medidas necessárias à implementação, ao acompanhamento e ao funcionamento da Rede Estadual pelo Fim da Violência Contra a Mulher (GOIÁS, 2019, p. 1).

Em relação ao Ciclo de Políticas Públicas, a proposta para a tese é transitar nos estágios de identificação de problema, formação da agenda e formulação de alternativas. É fundamental que o Estado de Goiás continue a implementar programas que incentive e garanta segurança para que a mulher vítima de violência doméstica e familiar registre a ocorrência no intuito de serem tomadas todas as medidas protetivas para sua integridade psicológica, física, moral e patrimonial.

Em relação ao modelo teórico de Políticas Públicas e Gestão da Segurança Pública, há uma consolidação majoritária sobre as fases/ estágios do Ciclo de Políticas Públicas e a Figura 3 ilustra todo esse ciclo, ressaltando, em azul, as fases que contemplarão o objeto de pesquisa.

Figura 3 – Ciclo de políticas públicas.



Fonte: Elaborado e adaptado pelo autor a partir do modelo teórico (2021).

apontam que a *policy analysis* participatória é desejável, não somente porque é mais democrática, redundando em políticas melhores e em uma implementação mais eficaz, já que traz um número maior de perspectivas (necessidades do público).

O **participativo** – analista/ pesquisador é um advogado de defesa que agrega e articula os interesses dos atores silenciosos no processo político, pois o problema público é intersubjetivo: afeta a percepção de muitos atores relevantes. Dessa forma, vamos procurar ouvir todos os atores envolvidos no ciclo da violência doméstica e familiar contra a mulher, principalmente os policiais civis que trabalham na DEAM, bem como as mulheres vítimas que são as destinatárias de políticas públicas ao qual a tese procura alcançar.

Na **Formulação de Agenda**, Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 45) ressaltam que “se um problema é identificado por algum ator político, e esse ator tem interesse na sua resolução, este poderá lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação. Essa lista de prioridades é conhecida como **agenda**.” Há dois tipos de agendas: a formal e a política.

A Agenda Formal (Institucional) relaciona os temas ou problemas que a administração pública já deliberou combater, enquanto a Agenda Política (Sistêmica) reflete um conjunto de temas ou problemas que a sociedade política percebe como digna de manifestação concreta na seara pública. A proposta final do capítulo Violência e Políticas Públicas da tese será de inserir pautas da agenda política diagnosticada durante a pesquisa na agenda formal, de forma que realmente as mulheres violentadas que ainda não têm voz na administração pública ou caladas pelo agressor possam explicitar os gargalos ou entraves que ainda existem dentro de uma Delegacia de Polícia no momento do registro de ocorrência.

Em relação à **Formulação de Alternativas**, Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 48) refletem que é esse o “[...] momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos [...] a definição de alternativas é a escolha dos conflitos, e a escolha dos conflitos aloca poder”, as conjecturas se baseiam nos atores de linha de frente, pois têm experiência suficiente para entender as nuances de dada área de política pública. A pesquisa visa propor um programa ao Estado de Goiás para que o problema de política pública da *não notificação da violência doméstica e familiar contra a mulher* seja equacionado.

4 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Bibliometria é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso das informações registradas, sendo que esse termo foi usado pela primeira vez em 1969, por Alan Pritchard, o qual enfatizou que a técnica desenvolve modelos e medições matemáticas para esses processos e usa seus resultados para elaborar previsões e tomada de decisões (PRITCHARD, 1969).

O levantamento realizado sobre o tema utilizou os descritores violência contra a mulher e políticas públicas, sendo importante ressaltar que a busca de referências consolidadas no aporte bibliográfico é mais bem sistematizada a partir de uma abordagem bibliométrica. As bases de dados utilizadas na pesquisa para a tese foram *Web of Science* e *Scopus*. Houve também uma pesquisa na base de dados Capes, porém, há de ser enfatizar que a *Web of Science* e o *Scopus* possuem maior capacidade de busca.

Não houve restrições quanto ao idioma de publicação nem quanto ao ano de publicação sendo de 1987 a 2020. As estratégias de busca utilizadas na *Web of Science* foram (TI = (*Violence Women or Violence Woman*)) AND TI = (*Public* Policy**), sendo encontrados 13 artigos. A estratégia de busca desenvolvida no *Scopus* foi TITLE-ABS-KEY (*wom?n AND violence AND public* AND policy**), sendo encontrados 1.704 artigos.

A Tabela 1 mostra essa disparidade entre a quantidade de artigos:

Tabela 1 – Comparativo entre *Web of Science* e *Scopus* em relação à análise bibliométrica.

Web of Science	Scopus
Atualizado semanalmente;	Atualizado diariamente;
Conta com mais de 34.502 periódicos, livros, procedimentos, patentes e conjuntos de dados que fornece acesso a índices de citação multidisciplinares e regionais, de família de patentes, e para conjuntos de dados científicos;	Cobre todas as áreas do conhecimento, oferecendo mais de 18.000 periódicos especializados de mais de 5.000 editores, 23 milhões de patentes em cinco escritórios de patentes;
Oferece uma vasta visão da produção científica mundial.	Maior base de dados de resumos e citações.

Fonte: *Web of Science* e *Scopus*, adaptado pelo autor (2021).

Como exemplificação da importância da realização de uma bibliometria em uma pesquisa científica, será considerada, para este trabalho, somente a base de dados *Web of Science*, em que foram analisadas 6 categorias: áreas temáticas, autores, países, anos, revistas e idiomas de publicação. Porém, para essa apresentação, somente serão divulgadas as duas primeiras.

Na busca por áreas temáticas na *Web of Science*, os 13 artigos foram enquadrados em mais de 38% na área Saúde Pública Ambiental Ocupacional e 23% em Sociologia e aproximadamente 15% em Humanidades Multidisciplinar, sendo que, dependendo do artigo, ele pode transitar em mais de uma área temática, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Áreas Temáticas.

Categories	Record Count	% of 13
<i>Public Environmental Occupational Health</i>	5	38.462
<i>Sociology</i>	3	23.077
<i>Humanities Multidisciplinary</i>	2	15.385
<i>Area Studies</i>	1	7.692
<i>Medicine General Internal</i>	1	7.692
<i>Obstetrics Gynecology</i>	1	7.692
<i>Psychology Clinical</i>	1	7.692
<i>PsychologyMultidisciplinary</i>	1	7.692
<i>PublicAdministration</i>	1	7.692
<i>Social Issues</i>	1	7.692
<i>Social SciencesBiomedical</i>	1	7.692
<i>Social SciencesInterdisciplinary</i>	1	7.692
<i>Social Work</i>	1	7.692

Fonte: *Web of Science* (2021).

Na busca por países de publicação na *Web of Science*, os Estados Unidos obtiveram maior porcentagem (mais de 30%) e na sequência Inglaterra (mais de 15%), conforme visualizados na Tabela 3. Há de se ressaltar que 3 registros (23.077%) da busca não geraram dados nesse campo de análise, ou seja, somente 10 artigos foram contabilizados para a bibliometria.

Tabela 3 – Países de Publicação.

<i>Countries/Regions</i>	<i>Record Count</i>	<i>% of 13</i>
<i>USA</i>	4	30.769
<i>England</i>	2	15.385
<i>Brazil</i>	1	7.692
<i>Canada</i>	1	7.692
<i>Colombia</i>	1	7.692
<i>Mexico</i>	1	7.692

Fonte: Web of Science (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas Públicas e a Gestão da Segurança Pública são basilares para melhor observarmos as necessidades dos contribuintes que pagam tributos em prol de uma prestação de serviço que se deve, a todo momento, buscar a excelência.

Há a necessidade de pesquisarmos artigos científicos publicados em revistas consolidadas, no nosso caso, o tema violência contra mulheres e políticas públicas. Nesse viés, a análise bibliométrica eleva o nível da pesquisa e nos direciona a buscar uma discussão entre autores que tenham referência em publicações e que possam contribuir efetivamente com a proposta de um programa ao Estado de Goiás para que o problema de política pública da não notificação da violência doméstica e familiar contra a mulher em uma delegacia de polícia, especializada ou não, seja mitigado ao longo dos anos e, se possível, fundamentado em um planejamento estratégico no setor público.

É primordial que tenhamos políticas públicas também que fortaleçam as instituições, dentre elas, as que promovem segurança pública, articulando agentes, atores e políticas. As políticas no setor público não podem inferir subjetividades no ciclo de políticas públicas, com consequências negativas como a ingerência e a disfunção burocrática.

Ainda falta para a pesquisa no Doutorado a realização de grupos focais de policiais civis que trabalham nas DEAMs, bem como das mulheres vítimas de violência para vislumbrarmos a percepção das destinatárias de políticas públicas sobre a notificação do crime em uma delegacia de polícia especializada.

As **Políticas Públicas** “nasceram para ajudar no diagnóstico e no tratamento de problemas públicos, assim como a **Medicina** o faz com problemas do organismo e a **Engenharia**, com problemas técnicos” (SECCHI, 2019).

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria nº 790, de 24 de outubro de 2019. **Incentivo financeiro das ações do Eixo Enfrentamento à Criminalidade Violenta**. Ministério da Justiça e Segurança Pública – Gabinete do Ministro. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-793-de-24-de-outubro-de-2019-223853575>. Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018. **Sistema Único de Segurança Pública**. Presidência da República – Secretaria Geral – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13675.htm. Acesso em: 02 jun. 2021.

BUENO et al. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 3ª Edição, 2021.
CAPES, homepage: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em 8 de jul. 2021.

GOIÁS. Decreto nº 9.490, de 08 agosto de 2019. **Pacto Goiano pelo Fim da Violência contra a Mulher e a Rede Estadual pelo Fim da Violência contra a Mulher**. Secretaria de Estado da Casa Civil. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/72403/decreto-9490. Acesso em: 02 jun. 2021.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas - uma abordagem integradora**. Tradução: HEIDEMANN, F. G. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KELLY, J. **What Can Interdisciplinarity Offer to Policy Problems?** Understanding the Public Policy of Obesity. *European Political Science*, [S.l.], v.8, n.1, p.47-56, Feb. 2009.

MARQUES, E.; FARIA A. P. (orgs.) **A política pública como campo multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

PRITCHARD, A. Statistical Bibliography or Bibliometrics. **Journal of Documentation**, 25, 348-349, 1969.

REDE DE ATENDIMENTO E PROTEÇÃO À MULHER. **Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás**, 2019. Disponível em:

<https://www.social.go.gov.br/acesso-a-informacao/27-a%C3%A7%C3%B5es/mulher/73-rede-de-atendimento-e-prote%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-mulher.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas**: Conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº-16, jul/dez, p.20-45, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Edital de Seleção Discente nº 2/2020**. PPGIDH. Disponível em: 24 mar. 2020. Acesso em: 5 jun. 2021.

WEB OF SCIENCE. **Periódicos CAPES**. Disponível em: <https://apps-webofknowledge.ez49.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 9 jul. 2021.

PORNOGRAFIA DE VINGANÇA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO PARÁ: UM OLHAR PARA O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

REVENGE PORN AGAINST WOMEN IN THE STATE OF PARÁ: A LOOK AT THE SPECIALISED PROCEDURES

**Karina Correia Figueiredo
Emmanuelle Pantoja Silva**

RESUMO

O presente artigo teve como objeto de estudo os casos de pornografia de vingança na *Internet*, a partir da compreensão destes como uma das manifestações da violência de gênero, e a atuação da Polícia Civil do Pará frente às vítimas que buscam atendimento na Divisão de Combate a Crimes contra Vulneráveis (DCCV). O objetivo foi o de identificar os procedimentos adotados e se existe um padrão de atendimento direcionado às vítimas, em sua maioria mulheres. Buscou-se, ainda, saber se os policiais desta unidade policial receberam capacitação voltada ao atendimento de casos envolvendo exposição íntima. Para isso, foi aplicado questionário semiestruturado, com questões abertas e fechadas, aos policiais lotados na DCCV. A metodologia adotada foi qualitativa, exploratória e descritiva, sendo a coleta dos dados realizada por meio de formulário do *Google Forms*, em razão da pandemia pelo COVID-19. Os resultados indicam que não há procedimento padronizado, entretanto são adotadas providências básicas para o atendimento de vítimas de pornografia de vingança. Observou-se que os policiais atuam segundo orientações da Autoridade Policial e que não houve capacitação voltada ao atendimento dessas vítimas. Assim, destaca-se a importância de criação de protocolo de atendimento a ser aplicado por policiais civis previamente capacitados para recepcionar vítimas dessa nova modalidade criminosa.

Palavras-chave: violência de gênero; pornografia de vingança; internet; divulgação não autorizada de conteúdo íntimo; violência contra a mulher.

ABSTRACT

This paper intends to study the cases of revenge porn in the internet, through the comprehension of that as a form of gender violence, this article also will study the action of the Polícia Civil do Pará (Civil Police of Pará) towards the victims who seek police assistance at the Divisão de Combate a Crimes Contra Vulneráveis - DCCV (Combat Division against Crimes against Vulnerable People). The objective of the article was to identify the procedures of assistance towards the victims, most of them women, and also, if there are standards of procedure. In addition, we sought to investigate if the policemen of this police unity have been given appropriate training for leading with cases involving intimal exposure. For the matter, there has been applied a semi-structured questionnaire containing open and closed questions to the police officers of DCCV. The methodology adopted was qualitative, exploratory and descriptive, the data collect was made through a Google Docs form due to the COVID-19 pandemics. The results show that there is no standardised procedure, however basic moves to deal with victims of revenge porn have been commonly adopted. There has been observed that the policemen

act according to orientations of the Police Authority and that there was no capacitation directed to assist victims of this new criminal modality.

Keywords: gender violence; revenge porn; internet; unauthorised intimal content sharing; violence against women.

1 INTRODUÇÃO

A Sociedade da Informação e do Conhecimento estabeleceu uma série de transformações nas relações sociais, pautadas pela velocidade da informação e pela facilidade de acesso ao que está disponível no ciberespaço. E o surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possibilitou que as interações entre as pessoas passem a ocorrer também em ambientes virtuais, principalmente, após a popularização das mídias sociais e dos aplicativos de envio e recebimento de mensagens e de mensagens de textos, áudios e de mídias, de forma instantânea (RODRIGUÉZ, 2018).

De acordo com Viegas *et al.* (2021) e Fiorio e Zaganelli (2020), nesse novo padrão de interação vivenciado aliado ao uso das TIC, é observada uma intensidade na produção e divulgação de imagens, seja por meio de fotos, vídeos, GIFs ou qualquer outro registro audiovisual captado por dispositivo tecnológico, podendo ser visualizado pelos representados nas imagens ou por qualquer outra pessoa ou grupo de pessoas, chegando ser incalculáveis as possibilidades de alcance em razão do compartilhamento.

Nesse contexto surge uma nova modalidade de violência em que a vítima, predominantemente mulher, tem sua intimidade sexual exposta na *Internet* por pessoas motivadas por “vingança” ou por sentimento de retaliação, com intenção de constranger e humilhar publicamente a vítima (VIEGAS *et al.* 2021; SILVEIRA, 2016). Essa publicização não consentida de imagens íntimas, seja de nudez ou contendo cena de sexo, no campo virtual, passou a ser conhecida como pornografia de vingança ou pornografia de revanche (SILVEIRA, 2016).

Do ponto de vista histórico-social, Bourdieu (2019) traz a ideia da dominação masculina como violência simbólica, tendo em vista que há uma divisão entre os sexos no plano da “ordem das coisas”, em que a diferença biológica entre homem e mulher foi base de construção da diferença social, com o enraizamento nas práticas culturais e reconhecimento às condutas dominantes. Partindo de um sentido androcêntrico, na

diferenciação sexual há a dominação do masculino sobre o feminino pela ideia de que se utiliza o corpo feminino como instrumento de controle.

Diante da premissa de dominação do corpo da mulher e do surgimento das TIC, é observada a reprodução no ciberespaço dos relacionamentos entre gêneros com a inferioridade do feminino face ao masculino, principalmente acerca de práticas violentas contra a mulher, como na pornografia de vingança (PV), em que há um sentimento de posse e de apoderamento por parte do agressor, o qual viola a intimidade da pessoa com quem manteve relacionamento afetivo-sexual (VIEGAS *et al.*, 2021; FIORIO, ZAGANELLI, 2020).

A dinâmica que, geralmente, leva a esse contexto é um relacionamento afetivo-sexual anterior entre vítima e agressor, momento em que as imagens são produzidas com o consentimento dos envolvidos, em um contexto privado. Entretanto, com o término do relacionamento e a insatisfação de um dos parceiros, esse conteúdo íntimo passa a ser disseminado sem autorização do outro, com o intuito de causar constrangimento e humilhação, chegando até ao ponto de o agressor divulgar de maneira conjunta as informações pessoais da vítima, como nome completo, telefone e endereço, além dos seus perfis nas redes sociais, o que potencializa o transtorno causado pela exposição (BARRETO; BRASIL, 2016).

Antes da criminalização da divulgação não autorizada de conteúdo íntimo, as vítimas viviam uma espécie de limbo legislativo. Somente após o aumento do número de casos e com a temática tomando cada vez mais repercussão nacional e internacional é que em setembro de 2018, foi publicada a Lei nº 13.718/2018 (BRASIL, 2018), a qual inseriu no Código Penal brasileiro um novo tipo penal, de ação múltipla, denominado “Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia”, com pena de 1 a 5 anos. Além disso, importante previsão foi a causa de aumento da pena quando o agente “mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação”, o que atende a uma circunstância muito recorrente nesse tipo de crime (VIEGAS *et al.* 2021).

Um aspecto muito pesquisado sobre a temática é a repercussão da PV e os seus efeitos na vida das vítimas. Além do desconforto e constrangimento, a exposição íntima não consentida também causa transtornos de ordens material,

moral e psicológica. Como assevera Silva e Souza (2020), “as consequências do ato geram danos emocionais, físicos e sociais às vítimas, esses muitas vezes irreversíveis”.

Muitas vítimas recorrem ao suicídio como forma de acabarem com o sofrimento causado pela exposição de sua intimidade na rede, outras passam a desenvolver transtornos psicológicos graves. Porém, existem outras implicações da PV que não são noticiadas na mídia, como o ostracismo social, evasão escolar, perda de emprego, mudança de domicílio e outros desdobramentos (FRANÇA, 2018).

Em razão desse abalo psicológico e fragilidade ocasionados pela exposição sexual da vítima, é importante que o seu atendimento seja pensado de maneira diferenciada, não somente evitando a revitimização, mas visando o acolhimento e proporcionando conforto à vítima quando busca uma unidade policial.

Considerando o contexto supramencionado e relacionando-o ao atendimento das vítimas nas delegacias especializadas, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: De que forma ocorrem os atendimentos das vítimas de pornografia de vingança? Qual a percepção dos policiais civis acerca da sua capacitação profissional para atuar nesta linha? Sendo assim, o presente estudo buscou analisar a percepção de policiais civis da DCCV acerca do atendimento especializado de vítimas de PV e da capacitação para atuar no atendimento dessa vítima.

Com fins de embasamento, foi realizada uma breve revisão da literatura, que após levantamento dos estudos balizadores, em que foram utilizados diretórios de busca conhecidos mundialmente, bem como descritores específicos como “pornografia de vingança”, “pornografia de revanche”, “*revenge porn*” e “violência contra a mulher na *Internet*”, observou-se um campo de pesquisa lacunar no que diz respeito à capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento à vítima.

Deste modo, partiu-se para a atuação da Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos (DECC) da Polícia Civil do Pará, por meio da Divisão de Combate a Crimes Contra Vulneráveis (DCCV) praticados por meio cibernético, a fim de se aproximar, apesar de participar ativamente, do procedimento adotado para

atendimento das vítimas de PV e à capacitação dos policiais lotados nesta unidade para a realização desse atendimento.

Quanto à metodologia, optou-se por um estudo de natureza qualitativa, que buscou analisar de forma subjetiva as informações em que os participantes proporcionaram (FLICK, 2009). Quanto aos objetivos, é de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de se aproximar e dimensionar, de modo claro e objetivo, o objeto de estudo (BUSSAB; MORETTIN, 2010). Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de campo, mais especificamente de um *e-survey* (FRANCISCO; MARTINEZ, 2020). Para este tipo de levantamento se utilizou um questionário *online*, de autoria própria, semiestruturado com questões abertas e fechadas, por meio de um *link* do *Google Forms* (aplicativo gratuito de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google).

A amostra foi por conveniência (MAROTTI *et al.*, 2008, p.187), sendo que participaram da pesquisa seis policiais lotados na DCCV, e com experiência em casos deste teor. Ressalta-se, que se optou por este tipo de levantamento com fins de evitar reuniões não recomendadas em razão da pandemia da COVID-19. A análise dos dados se deu por meio de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), em que foram analisadas as respostas dos participantes.

Com o intuito de situar o leitor, no percurso do presente artigo, elaborou-se uma breve discussão com a legislação vigente, considerando o conhecimento da temática. E, por conseguinte, foram analisados os resultados dos questionários.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Breve discussão com dispositivos de Lei e mecanismos de proteção para o atendimento da vítima de pornografia de vingança

Partindo do entendimento da vulnerabilidade das vítimas de PV, compreende-se que é de suma importância que não ocorra a sua revitimização ou potencialização dos danos já suportados, durante seu atendimento em uma Delegacia de Polícia. Ao contrário das vítimas que optam pelo suicídio, as vítimas que chegam às unidades policiais buscam conforto e esperança, depositando nos policiais, que fazem o primeiro atendimento, a confiança de ter seu direito reparado, seja pela retirada do conteúdo íntimo de determinada página, seja pela

elucidação da autoria (RODRIGUÉZ, 2018).

No que diz respeito ao atendimento da vítima de PV, inicialmente, prioriza-se a retirada do conteúdo da *web*, momento em que o policial necessita de conhecimentos básicos da Lei do Marco Civil da Internet. A qual possibilita a retirada do material íntimo da aplicação de internet em que foi feita a publicação, podendo a própria vítima formular o pedido de retirada ao provedor de aplicação de internet, conforme disposto no artigo 21.

Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela **violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado** quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo. Parágrafo único. A notificação prevista no caput deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido (BRASIL, 2014, p. 8-9, grifo nosso).

Vale esclarecer que tal medida, embora importante, não é garantia de que fotos ou vídeos íntimos da vítima não estejam mais disponíveis na *Internet*, pois muitos conteúdos de pornografia são replicados em outros *sites*, inclusive com provedores estrangeiros, o que dificulta a retirada do conteúdo, tendo em vista que o Brasil ainda não é signatário da Convenção de Budapeste (MPF, 2001), a qual prevê a Cooperação Internacional necessária para o enfrentamento dos cibercrimes.

Outra expectativa da vítima é que a Polícia Civil, por meio da investigação, desvende a identidade de quem cometeu o crime e que possa ser responsabilizado criminalmente pela conduta praticada. Esclarecimentos como estes devem fazer parte do conhecimento básico e específico dos policiais que atuam no enfrentamento da pornografia de vingança, não podendo a capacitação destes policiais ser voltada única e exclusivamente para as técnicas de investigação policial em ambiente cibernético.

Seguindo essa lógica, é observado que no caso de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, a Lei nº 13.431/2017 trouxe os institutos do

depoimento especial e da escuta especializada, estabelecendo critérios e protocolos para a realização dos atos. Um exemplo interessante está no artigo 10 da Lei supracitada, que abrange que a escuta especializada e o depoimento especial ocorram em ambiente “seguro e acolhedor”, que possua a infraestrutura necessária para que a vítima menor esteja garantida em seus direitos de privacidade (BRASIL, 2017).

Tais critérios se adequam perfeitamente às vítimas de PV que necessitam de “local apropriado e acolhedor” para serem ouvidas pela equipe policial. Dificilmente, uma vítima que teve sua intimidade sexual exposta na *Internet* se sentirá confortável em fazer os relatos do boletim de ocorrência ou prestar seu depoimento, em uma sala aberta ao público. É primordial, para o conforto e a segurança dessa vítima, que o atendimento seja feito por policiais preparados, preferencialmente do sexo feminino, e em ambiente privativo.

Além de caracterizar a violação da intimidade sexual da mulher como violência psicológica, a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, também prevê dispositivos afetos ao acolhimento da vítima e mecanismos que visam prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Seguindo a mesma linha do presente estudo, o capítulo III da mencionada lei menciona que o atendimento da mulher deve ocorrer nos seguintes termos.

Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o **atendimento policial** e pericial **especializado**, ininterrupto e prestado por **servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados**.

§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes:

I - salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar;

II - garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas;

III - **não revitimização da depoente**, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada.

§ 2º Na inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de delitos de que trata esta Lei, adotar-se-á, preferencialmente, o seguinte procedimento:

I - **a inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim**, o qual conterá os equipamentos próprios e adequados à idade da mulher

em situação de violência doméstica e familiar ou testemunha e ao tipo e à gravidade da violência sofrida;

II - quando for o caso, a inquirição será intermediada por **profissional especializado** em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial;

III - o depoimento será registrado em meio eletrônico ou magnético, devendo a gravação e a mídia integrar o inquérito (BRASIL, 2006, p. 4, grifo nosso).

Pode-se depreender desse dispositivo que o legislador busca assegurar um atendimento especializado e por profissionais previamente capacitados, sendo, preferencialmente, do sexo feminino. Além disso, trouxe como diretrizes para o depoimento da vítima a salvaguarda da sua integridade física, psíquica e emocional e sua não revitimização. Por fim, destaca-se um importante procedimento a ser adotado para o depoimento da vítima que é o seu atendimento em espaço destinado para esse fim.

Nos casos de PV, no momento em que a vítima toma conhecimento que teve sua intimidade sexual exposta em ambiente virtual, o autor do crime ainda não consta identificado, seja porque recorre a perfis falsos ou ao anonimato propiciado no ciberespaço.

Sendo assim, no primeiro atendimento da vítima-mulher, sendo desconhecida a autoria delitiva e não havendo indícios suficientes para a identificação do autor, não há como assegurar que o caso está em um contexto doméstico e familiar, para que a vítima seja beneficiada pelos mecanismos de proteção previstos na Lei Maria da Penha. Por outro lado, nos estados em que a Polícia Civil possui em sua estrutura organizacional unidade especializada em investigação cibernética, é possível que a vítima de PV busque essa em razão da especialidade no campo cibernético.

Independente do crime ter sido cometido em ambiente virtual, quando se fala em vítimas vulneráveis, é importante estar atento ao atendimento adequado dessas vítimas para que não sejam alvos de novas violações. Assim, a partir do entendimento acerca da lei e da importância do atendimento especializado às vítimas de VP, buscou-se analisar a percepção de policiais civis acerca do tema, com o intuito de verificar a existência de um atendimento padronizado, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.

2.2 Percepção dos policiais civis do Pará sobre o atendimento das vítimas de pornografia de vingança

A Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos (DECC) da Polícia Civil do Pará foi criada em 2019, e conta em sua estrutura a Divisão de Combate a Crimes contra Grupos Vulneráveis (DCCV) praticados por meio cibernético, a qual é a responsável pelas apurações de fatos envolvendo violência cibernética contra pessoas consideradas vulneráveis, tais como mulheres, idosos, crianças, adolescentes e outros. Esta unidade policial é a principal responsável pelas investigações dos crimes de divulgação de conteúdo íntimos na *Internet*.

Participaram da pesquisa 5 mulheres e 1 homem, ambos com 1 ou 2 anos de experiência em casos de VP, entre eles, delegados, investigadores e escrivães. Os resultados da pesquisa revelaram que, de acordo com a percepção dos participantes, a maioria dos atendimentos são direcionados às vítimas mulheres.

Quanto aos atendimentos, os policiais informaram que as vítimas são acompanhadas por policiais femininas e, embora não haja uma padronização formal, os policiais são orientados a realizar o atendimento das vítimas de PV, por agentes específicos como investigadora, escrivã e delegada. No que diz respeito à formação, os participantes declararam não possuir nenhum curso de capacitação técnica ou qualquer treinamento formal voltado ao atendimento especializado dessas vítimas, o que proporciona um atendimento sem cunho científico e com base para amenizar os traumas vividos pela vítima, contando apenas com a empiria dos agentes envolvidos.

Quanto à existência de procedimento específico para atendimento das vítimas de PV, a maioria dos participantes respondeu de havia procedimento específico, mas no momento de especificar qual seria, observou-se que eram voltados às diligências iniciais da investigação e não específico para o atendimento da vítima. Apenas um participante fez uma breve especificação de medidas adotadas para o atendimento da vítima de PV, conforme mostra o trecho a seguir.

[sic] Sim, o atendimento é realizado preferencialmente por uma policial feminina e o conteúdo exposto é analisado durante o atendimento. O

conteúdo envolvendo vp não é apresentado durante o registro de ocorrência, mas sim durante o atendimento pela equipe policial. (Participante 3).

Além disso, o resultado revelou que há prioridade de atendimento para a vítima de PV, em sua maioria, sendo oportunizado que a vítima fique em contato com a Delegada de Polícia que irá presidir a investigação do seu caso, entretanto, não há espaço reservado, especificamente, para o atendimento da vítima de PV.

Quanto à preparação dos participantes para o tratamento da vítima de PV e o manuseio dos conteúdos, a maioria mencionou apenas possuir orientação para atuação nos casos apresentados. Sobre esse aspecto, vale destacar a resposta da Participante 3, que revela a importância de evitar a revitimização da vítima.

[sic] Existe orientação acerca do manuseio do conteúdo a fim de evitar a revitimização da vítima. Em relação a treinamento, os policiais não tiveram treinamento específico para tratamento de vítimas de VP. (Participante 3).

Outras informações importantes foram conhecidas nesta pesquisa. A primeira é a predominância de vítimas do sexo feminino do crime analisado, corroborando a ideia de que a pornografia de vingança é uma violência de gênero, corroborando outros estudos científicos sobre esse aspecto (RODRIGUÉZ, 2018; CAVALCANTE; LELIS, 2016). A segunda foi que a DCCV não possui nenhuma parceria com qualquer órgão do Estado para a prestação de suporte psicológico às vítimas de PV, o que seria interessante dentro de uma política pública voltada ao amparo de mulheres vítimas de violência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente temática tem ganhado notoriedade, principalmente nos debates sobre o enfrentamento da violência contra a mulher, e se apresenta de forma multifacetada, uma vez que envolve privacidade, intimidade, moralidade, gênero e a era das novas tecnologias. Evidente também é o fato de que a PV é uma prática oriunda de uma cultura androcêntrica e opressora onde a mulher possui um compromisso moral com sua sexualidade e, em caso da não preservação da sua intimidade sexual, está sujeita aos perigos da rede, ideia essa que revela a PV como expressão de violência de gênero.

Quando um delito é noticiado em uma Delegacia de Polícia, é de suma importância que a oitiva seja rica em informações que auxiliarão a equipe na condução da investigação adotada. No entanto, não se pode perder de vista que a vítima que teve sua intimidade sexual exposta em *sites* e em redes sociais já se apresenta na Delegacia com extremo abalo moral e psicológico. Em razão desta fragilidade, é indispensável que o seu atendimento seja humanizado e direcionado, não podendo o policial lidar com os fatos e materiais apresentados com displicência e falta de sensibilidade.

Portanto, o atendimento dessas vítimas não pode ser conduzido com empirismo, sendo necessária a criação de mecanismos de proteção, visando à redução dos danos psicológicos sofridos pela vítima, seja por meio do acolhimento feito pelo policial capacitado, seja pelo atendimento em ambiente onde a vítima tenha a sua imagem e sua privacidade ou qualquer outra medida de proteção, como em outros tipos de crime com vítimas vulneráveis.

Na pesquisa de campo, constatou-se que a maioria dos policiais civis lotados na DCCV é do sexo feminino, sendo importante ser uma policial que primeiro entrará em contato com a vítima de PV, se revelando um importante aspecto acerca do atendimento. Embora tenham sido identificadas algumas medidas durante o atendimento das vítimas, como atendimento prioritário e conversa reservada com a Autoridade Policial, não restou constatada a adoção de um procedimento padronizado para o atendimento das vítimas de PV.

Quanto à capacitação dos policiais civis, os dados revelaram que não houve nenhum treinamento específico para o atendimento das vítimas de PV, no entanto, são adotados procedimentos básicos baseados em orientações repassadas pela Autoridade Policial da DCCV.

O resultado desta pesquisa releva a importância do despertar para a criação de diretrizes e procedimentos a serem adotados para o atendimento das vítimas da PV visando à redução dos danos psicológicos e demais impactos prejudiciais suportados por estas vítimas.

No mais, recomenda-se futuras pesquisas sobre mecanismos de proteção e amparo à vítima que teve sua intimidade sexual exposta e disseminada no ciberespaço, com a sugestão de elaboração de um Protocolo de Atendimento para

estas vítimas para futura aplicação por policiais civis. Aliado a isso, recomenda-se a elaboração de projetos pedagógicos pelas instituições de ensino policial para a promoção de cursos e de treinamentos voltados ao atendimento de vítimas de pornografia de vingança.

4 REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: RETO, L. A.; PINHEIRO, A. Lisboa: Edições 70. Publicação original, 1977.

BARRETO, A. G.; BRASIL, B. S. **Manual de Investigação Cibernética**: à luz do Marco Civil da Internet. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução: KUHNER, M. H. 15ª ed. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Lei do Marco Civil da Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em 22 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm . Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm . Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018**. Altera o Código Penal, para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável [...]; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688/1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm . Acesso em: 22 set. 2021.

BUSSAB, W. de O.; MORETTIN, P. A. Estatística básica. *In*: **Estatística básica**. 2010. p. xvi, 540-xvi, 540.

CAVALCANTE, V. A. P.; LELIS, A. G. S.. Violência de gênero contemporâneo: Uma

Nova Modalidade através da Pornografia da Vingança. **Interfaces Científicas-Direito**, v. 4, n. 3, p. 59-68, 2016.

CONVENÇÃO DE BUDAPESTE, 2001. Convenção sobre o cibercrime Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/normas-e-legislacao/legislacao/legislacoes-pertinentes-do-brasil/docs_legislacao/convencao_cibercrime.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.

FRANCISCO, Q. A.; MARTINEZ, M. R. Concepção e divulgação de um e-survey para pesquisa em administração aplicada em enfermagem. **Revista de Administração em Saúde**, v. 20, n. 80, 2020.

FIORIO, K.; ZAGANELLI, M.V. Pornografia de vingança: violência de gênero na internet e tutela da intimidade sexual-Um estudo comparado (Itália e Brasil). **Derecho y Cambio Social**, n. 59, p. 198 - 216, janeiro-março, 2020.

FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. *In*: **Desenho da pesquisa qualitativa**. 2009. p. 164-164.

FRANÇA, L. A. Projeto Vazou: uma pesquisa sobre o vazamento não consentido de imagens íntimas. **Canal Ciências Criminais**, 2018.

MARIAS DA INTERNET. **ONG dedicada a orientação jurídica, psicológica e de perícia digital a vítima de Disseminação Indevida de Material Íntimo**. Maringá: [s. n., 2014]. Disponível em: <http://www.mariasdainternet.com.br/>. Acesso em 24 set. 2021.

POLÍCIA CIVIL DO PARÁ. **PC deflagra operação contra crimes de divulgação de fotos íntimas, em Belém**. 2021. Disponível em: <https://www.policiacivil.pa.gov.br/pc-deflagra-opera%C3%A7%C3%A3o-contra-crimes-de-divulga%C3%A7%C3%A3o-de-fotos-%C3%Adntimas-em-bel%C3%A9m>. Acesso em: 16 set. 2021.

RODRÍGUEZ, L. S. **Pornografia de vingança: vulnerabilidades femininas e poder punitivo**. 2018. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SILVA, R.C.; SOUZA, L.C. S. “Pornografia de vingança”: uma análise acerca das consequências da violência psicológica para a intimidade da mulher. **Interfaces Científicas-Direito**, v. 8, n. 2, p. 103-116, 2020.

SILVEIRA, D. O. **(Ex)posta: pornografia de vingança e a intimidade das mulheres na Internet**. XXIV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp, 2016. DOI: 10.19146/pibic-2016-51900.

VIEGAS, C. M. A. R.; RIBEIRO, J. S. M.; VILAÇA, W. F. M. Pornografia de vingança: a necessidade de criação de novos mecanismos repressivos e preventivos. **Revista de Estudos Jurídicos**. UNA, v. 8, n. 1, p. 166-187, 2021.

A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS

EDUCATION AS A PUBLIC POLICY EDUCATION FOR THE RESOCIALIZATION OF PRISONER

Patricia Picolotto

RESUMO

As políticas públicas aparecem no ambiente prisional como um programa de ressocialização na execução da pena, sendo a educação o início para uma adequação cultural, social e uma perspectiva segura de um futuro digno às pessoas privadas de liberdade. O objetivo desta pesquisa é identificar, dentro da 4ª Região Penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul, se com a implantação de políticas públicas voltadas a educação dentro do sistema penitenciário, é possível a ressocialização dos apenados. A pesquisa trata de uma abordagem qualitativa, com alguns aspectos de análise quantitativa. A abordagem quantitativa ocorreu por meio de uma pesquisa de levantamento de dados secundários, entre os anos de 2014 a 2017, e a abordagem qualitativa foi realizada através de uma pesquisa exploratória, caracterizada como um estudo de caso do tipo único incorporado, sendo realizada uma entrevista estruturada à diretores de casas prisionais de regime fechado, que possuem a educação implantada, dentro da 4ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul. Através dos dados coletados foi evidenciado que a implantação da educação, de alguma forma, contribui para a ressocialização dos apenados da Região Penitenciária.

Palavras-chave: educação; sistema prisional; ressocialização; apenados.

ABSTRACT

Public policies appear in the prison environment as a resocialization program in the execution of the sentence, with education being the beginning of a cultural and social adequacy and a secure perspective of a decent future for people deprived of liberty. The objective of this research is to identify, within the 4th Penitentiary Region of the State of Rio Grande do Sul, if with the implementation of public policies aimed at education within the penitentiary system, it is possible to resocialize inmates. The research is a qualitative approach, with some aspects of quantitative analysis. The quantitative approach took place through a survey of secondary data, between the years 2014 to 2017, and the qualitative approach was carried out through an exploratory research, characterized as a case study of the single type incorporated, with an interview being carried out. structured to directors of closed prison houses, which have implemented education, within the 4th Penitentiary Region of Rio Grandedo Sul.

Keywords: Education; p rison system; resocialization; prisoner.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem vivenciado nas últimas décadas um aumento considerável de encarcerados, possuindo a terceira maior população penitenciária do Mundo, conforme dados do Ministério da Justiça (2020) e mantendo-se atrás apenas dos Estados Unidos (11,3%) e China (9,22%). De acordo com o *Institute for Criminal Policy Research* (ICPS, 2020), a população carcerária mundial chegou a 18,5 milhões de pessoas, ou seja, a população brasileira no cárcere equivale a 4,07% dessa população, sem contar a população prisional da Coreia do Norte, Eritreia, Guiné-Bissau e Somália, que não fornecem esses dados.

A superlotação, além de ocasionar a desumanização e o descontrole prisional (ZANIN; OLIVEIRA, 2006; AGUIRRE, 2009), prejudica e desestrutura o estado emocional do apenado, causando uma desculturalização deste para com a sociedade (BITENCOURT, 2015). Em face disso, se faz urgente iniciar propostas de desencarceramento, principalmente, no que se refere à promoção de ações que beneficiem a progressão de pena (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016).

De acordo com Sander (1995), o desempenho da administração da educação pode ser qualificado em termos substantivos, onde se busca os fins sociais e políticos; instrumentais, que objetiva descobrir o grau de eficiência e eficácia dos meios e técnicas empregados no processo educacional; individuais, que vislumbra a contribuição da educação no desenvolvimento da liberdade subjetiva e do interesse pessoal; e, coletivos, que visualizam a educação como uma forma de bemestar social e igualitária a todos os indivíduos. Ainda, segundo o autor, quando se refere à qualidade da educação, não se pode utilizar apenas os 3 E's - eficiência, eficácia e efetividade - mas sim, estabelece quatro modelos educacionais, a fim de orientar e avaliar o desempenho dos atos e fatos administrativos: a eficiência, que se relaciona a racionalidade econômica; a eficácia, que analisa a natureza pedagógica; a efetividade, que explora a situação política; e, a relevância, que observa a dimensão cultural, sendo este último, explicado de acordo com o Paradigma Multidimensional de Administração da Educação (SANDER, 1995; BROTTI; LAPA, 2007).

A educação dentro do sistema prisional possui a tarefa de incluir quem a sociedade excluiu e que a escola não conseguiu acompanhar (MIRANDA, 2016).

Mesmo a Lei de Execução Penal prevendo o direito à educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação o direito de ensino gratuito ao indivíduo privado de liberdade, sequer 13% dos apenados têm acesso a essa atividade (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018).

A compreensão da educação como direito é fundamental no âmbito das políticas públicas, no sentido de promover a democratização educacional, uma vez que, não existindo ligação entre direito e educação, esta ficará comprometida (ARAÚJO, 2007a). No âmbito prisional, os reclusos não perdem esse direito, mas também, não possuem condições de buscá-lo como qualquer cidadão comum e, por consequência, necessitam de uma (re)orientação das políticas públicas reproduzidas para si (ROCHA, 2016).

Buscando a efetividade da política pública de educação dentro do sistema prisional, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) até 2017, conseguiu implantar 26 (vinte e seis) Núcleos Estaduais de Jovens e Adultos (NEEJAs), além, de 21 (vinte e uma) turmas descentralizadas, a fim de contemplar o maior número de apenados, tendo como abrangência as 10 (dez) Regiões Penitenciárias (SUSEPE, 2018).

Todavia, considerando o corte temporal já citado, apenas 2 (dois) estão localizados na 4ª Região Penitenciária, região esta, com maior déficit de vagas do Estado e possuindo o maior número de apenados recolhidos em regime fechado do interior do Estado. Neste contexto, esta pesquisa visa responder: qual a magnitude da aplicação do ensino, dentro do ambiente prisional, nas casas de regime fechado, na 4ª Região Penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul, para a ressocialização de apenados?

Há algum tempo “os estabelecimentos penitenciários estão cada vez mais se caracterizando como instâncias de socialização de jovens que não puderam completar este processo quando em liberdade” (SILVA, 2010a, p. 210). Avaliar a qualidade dessa educação acaba sendo uma tarefa complicada, pois o próprio local acaba possuindo inúmeros empecilhos para tornar o ambiente sociável.

Pensando na ressocialização e na redução da desigualdade social a partir do conhecimento, foi criado o Decreto nº 7.626/2011, estabelecendo o Plano Estratégico da Educação no Sistema Prisional, buscando alcançar o maior

número de pessoas dentro do cárcere para serem qualificadas (BRASIL, 2011). A escola, dessa forma, dentro e fora do cárcere, é responsável em formar indivíduos cidadãos, com capacidade de ver, transformar a realidade e conquistar seu espaço social, além, neste caso, de evitar a exclusão social (MORI, 1997).

O estudo justifica-se como uma iniciativa de investigar se a inclusão da educação no sistema penitenciário pode colaborar para uma redução da criminalidade dentro do próprio sistema e uma possível diminuição de reincidência, servindo assim, como um mecanismo eficiente na ressocialização. Como método de pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa, com alguns aspectos de análise quantitativa.

A abordagem quantitativa ocorreu por meio de uma pesquisa de levantamento, de caráter descritivo, utilizando o levantamento de dados secundários, com intuito de classificar o perfil dos apenados em situação de regime fechado, dos presídios da 4ª Região Penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul, que passaram pelas atividades educacionais fornecidas dentro destes, e identificar se estes tiveram índices de reincidência.

Já a abordagem qualitativa, foi realizada através de uma pesquisa exploratória, caracterizada como um estudo de caso do tipo único incorporado, uma vez que se trata de unidades múltiplas de análise e um único caso (YIN, 2001). Nesta abordagem, foram utilizadas técnicas de coleta de dados, como, por exemplo, entrevista estruturada a 06 (seis) diretores de casas prisionais pertencentes a 4ª Delegacia Penitenciária Regional (DPR) que possuíam o estudo implantado, entretanto, importante mencionar, que apenas 04 (quatro) retornaram o e-mail. Os dados, por sua vez, foram processados para o *Software* SPSS 22.0, para estruturar, calcular e cruzar as variáveis identificadas.

Os estudos já realizados entre outros autores demonstram que a escola, assim como todas as práticas sociais aplicadas dentro do sistema penitenciário, colabora para reconquista da cidadania das pessoas privadas de liberdade e, vários pesquisadores como Silva (2001), Onofre (2002), Leme (2002), Penna (2003), Serrado Júnior (2009), Julião (2009), Lourenço (2011), Andriola (2013), Monteiro e Cardoso (2013), Carvalho (2014), Campos (2015), entre outros, defendem a escola como prática social imprescindível no ambiente prisional.

Assim, fica evidente a importância da pesquisa, uma vez que esta buscará demonstrar a que ponto a implantação efetiva da educação, dentro do sistema prisional, como política pública, contribui para a redução da criminalidade e reincidência, colaborando na ressocialização dos apenados. Ressalva-se o importante papel da administração pública neste tema, principalmente, na criação e implantação legal dessas políticas públicas, a fim de garantir os direitos básicos ao indivíduo privado de liberdade.

2 DESENVOLVIMENTO

A realidade de atividades no sistema penitenciário pode ser analisada através de dois aspectos: tanto quanto ao aspecto da eficiência do serviço público, quanto a implantação dessa eficiência através de práticas inovadoras, lembrando que, inovar é concretizar novos meios de alcançar um resultado, incorporando elementos já existentes ou os modificando (ALBERTI; BERTUCCI, 2006).

A prisão preexiste com o objetivo de punição do sujeito desviante com a perda de sua liberdade, exercendo um papel de disciplinamento dos indivíduos, regulando e padronizando as atividades cotidianas, a fim de modificar a personalidade individual infracional (GOFFMAN, 2005). Todavia, as prisões começaram a sofrer problemas que são conhecidos atualmente, como superlotação, índices elevados de periculosidade e insalubridade (MEDEIROS, 2017).

Conforme explica Wacquant (2001), as prisões brasileiras são “campos de concentração para pobres” que mais se identificam com empresas públicas de “depósito industrial de dejetos sociais”, do que uma instituição que busca a reinserção de uma pessoa à sociedade. Corrobora isso, o Brasil ser o terceiro país no mundo em número de encarcerados, atrás apenas dos Estados Unidos e da China (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

A fim de melhorar esses indicativos, o trabalho e a educação tornaram-se formas de disciplinamento essenciais para contribuir na reinserção dos indivíduos residentes no cárcere (ROSSINI, 2014). Os primeiros registros sobre a implantação da educação nas prisões gaúchas ocorreram na década de 1970, entretanto, os registros mais ricos e documentados foram evidenciados apenas a

partir de 2002, com a criação dos primeiros Núcleos Estaduais de Jovens e Adultos (NEEJAs) - (PEEPRS, 2012).

Instrui Laswell (1958) que políticas públicas são providências que o Estado fornece a situações pontuais, ou seja, ele ensina que as decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder questionamentos como: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. Elas podem ser consideradas conjuntos de programas governamentais que buscam coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para realização de objetivos sociais e políticos; normas e processos que são utilizadas para as relações entre o poder público e a sociedade; além, de uma relação social que envolve atores com pensamentos distintos, mas que há a necessidade de se obter um consenso para que se tornem legítimas e eficazes (BUCCI, 2002; TEIXEIRA, 2002; RODRIGUES, 2010).

Pensar em políticas públicas relacionadas à implantação de atividades educacionais dentro de um ambiente prisional significa ter como referência a peculiaridade do espaço, a rigidez de normas e regras a fim de resguardar a segurança, tanto dos docentes que lá estarão, quanto de todos os profissionais que se envolvem nesse trabalho e, as especificidades dos indivíduos que usufruirão dessa política (ONOFRE; JULIÃO, 2013). Mas também, pensar essa educação dentro de uma prisão constitui aplicar uma das políticas públicas já elencadas em lei própria, ou seja, a Lei de Execução Penal (LEP).

A escola na prisão vai além da escola “normal”, uma vez que, ela não procura socializar o sujeito para viver em sociedade como esta, mas sim, atribui ao apenado conhecimentos, valores e competências que lhe possibilitam caracterizar-se como sujeito de direitos, oportunizando-lhe uma proposta de vida futura (ONOFRE; JULIÃO, 2013; VIEIRA, 2013). Estudos sobre o tema como os de Leme (2002), Onofre (2002), Penna (2003), Julião (2009), Lourenço (2011) e Onofre (2011), realçam que a educação na prisão, assim como as demais demandas sociais aplicadas, promove situações mais agradáveis e qualificadas, consolidando, novamente, a identidade das pessoas ali existentes. Inclusive, possibilitando uma (re)conquista da cidadania (CUNHA; LÉPORE; ROSSATO, 2011).

A re(conquista) da cidadania acaba não sendo apenas ao recluso, ora,

aplicando a política pública educação dentro do sistema prisional, permite benefícios ao apenado, mas também, ao Governo que exerce em plenitude o fornecimento de bem-estar igualitário a toda população, seja ela intra ou extramuros. E, ainda, proporciona à sociedade uma possível redução da criminalidade e, por consequência, segurança no cotidiano.

Essa educação dentro do cárcere se torna um meio de reduzir o desemprego, a falta de oportunidades que essas pessoas podem sofrer quando saírem do mundo intramuros, além, de criar um mecanismo pelo qual as contradições sociais possam ser reanalisadas a partir da aquisição do conhecimento (PRADO, 2015). Simplesmente soltá-los, sem nenhuma perspectiva de vida e de futuro, não colaborará para uma sociedade igualitária (VARELLA, 1999).

Dessa forma, vários são os casos que a escola prisional ultrapassa os limites da simples transmissão de conhecimento e passa a proporcionar um certo sossego em face da vida no cárcere (NOVELLI; LOUZADA, 2012). Sendo assim, a melhora no sistema prisional necessita, com urgência, da intervenção da administração pública, seja por meio de políticas públicas, seja por meio de intervenções mais severas, sob pena de propagar o caos e a criminalidade no Brasil (QUEIROZ NETO, 2015).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa limitou-se na 4ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2014 a 2017, que possuía a maior população carcerária do interior do estado e a segunda região que abrangia mais coordenadorias de educação do Estado. Na parte quantitativa verificou-se o perfil do apenado na 4ª Região Penitenciária, e constatou-se que a maioria dos apenados, tanto homens (25,1%) quanto mulheres (1,7%) possuem entre 35 e 45 anos, são brancos (61,2% e 3%), respectivamente, são solteiros (51,4% e 2%) e com ensino fundamental incompleto (58,4% e 2,5%).

Quanto a realidade educacional da região percebeu-se que não há uma igualdade da implantação da educação em todos os presídios, face vários fatores, como falta de estrutura, ausência de professores, avarias nos estabelecimentos

prisionais, entre outros. Dos 11 presídios que abrangem a 4ª DPR, 6 possuem o ensino implantado (Presídio Regional de Passo Fundo, Presídio Estadual de Lagoa Vermelha, Presídio Estadual de Sarandi, Presídio Estadual de Palmeira das Missões, Presídio Estadual de Carazinho e Presídio Estadual de Frederico Westphalen) e destes, apenas 3,8% da população carcerária frequentou aula dentro dos estabelecimentos prisionais. O Presídio Estadual de Frederico Westphalen é o mais ativo, possuindo 22,1% dos apenados frequentadores de aulas.

Mesmo com a diversidade de implantação de estudo, considerando os presídios que possuem essa política pública implantada, os resultados evidenciaram que a educação, de alguma forma, contribuiu para a ressocialização dos apenados da 4ª Região Penitenciária. Nota-se que 60,7% dos apenados tiveram algum benefício para se ressocializar – progressões e/ou concessões de liberdades – e apenas 15,3% reincidiram ou retornaram para o sistema penitenciário.

Quanto a parte qualitativa, os resultados da pesquisa indicam, na perspectiva dos entrevistados, que a educação, dentro do estabelecimento prisional, é de grande importância. Verificou-se que todos a consideram como uma política pública positiva para a ressocialização dos apenados e significativa para o desenvolvimento extramuros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no ambiente prisional é uma política pública que pode ser implementada para ressocialização, qualidade de vida social e dignidade do apenado intra e extramuros (HOFMEISTER, 2002; LEME, 2002; PENNA, 2003; JULIÃO, 2006; JULIÃO, 2009; ONOFRE; JULIÃO, 2013; JULIÃO; PAIVA, 2015).

A pesquisa justificou-se como uma iniciativa de incluir a educação de forma totalitária no sistema penitenciário e na redução da criminalidade e da reincidência.

Assim, pode-se perceber que os resultados da pesquisa foram positivos quanto a aplicação da política pública educação no sistema penitenciário. Entende-se que ainda é necessário uma evolução e maior imposição para a sua

implantação, mas a primeira resposta é que realmente funciona.

As principais contribuições dizem respeito ao fornecimento de elementos e ferramentas para estudos futuros que tendem a estudar a educação dentro do sistema penitenciário. Como limitações do estudo, destaca-se a ausência de implantação da educação na maioria dos presídios estudados, ocasionando uma falta de dados. Outra limitação foi o tempo de implantação, que limitou a pesquisa num lapso menor que o esperado, ora, alguns estabelecimentos prisionais só possuíam dados a partir dos anos de 2014, 2015 e 2016.

Quanto a entrevista, esta só foi possível realizar aos diretores das casas prisionais, tendo em vista a vivência da autora como agente penitenciária, por questões de segurança. Além do mais, muitos apenados que frequentaram aula, sequer continuavam reclusos, reduzindo a possibilidade de aplicar uma entrevista a estes.

Por fim, face os resultados obtidos percebeu-se que houve uma redução da reincidência com a implantação da educação, entretanto, é necessário uma organização dessa implantação, a fim de torná-la eficiente e eficaz. Ainda, constatou-se que devem ser executadas políticas públicas para inserir a educação de forma mais efetiva e eficaz e assim, incentivar a vida pós-muros.

5 REFERÊNCIAS

AGUIRRE, C. Cárcere e Sociedade na América Latina, 1800 – 1940. *In*: MAIA, C. N.(Org.). **História das Prisões no Brasil**, v. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ALBERTI, A.; BERTUCCI, G. Replicating innovations in governance: an overview. *In*: United Nations. **Innovations in governance and public administration: replicating what works**. New York, 2006.

ANDRIOLA, W. B. Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará?. **Educ. Real**. [online]. v. 38, n.1, pp.179-204, 2013.

ARAÚJO, D. A. C. Educação Escolar entre grades e gaiolas: considerações e recomendações sobre os resultados de uma pesquisa no sistema prisional. *In*: ARAÚJO, D. A. C. (Org.). **Pesquisa em Educação: política, sociedade e tecnologia**. Campo Grande, MS: UNIDERP, 2007a.

BITTENCOURT, C. R. **Falência da pena de prisão**. 2 ed. Revista dos

Tribunais. São Paulo, 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.626/2011. **Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7626.htm.

Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em:

http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2020/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em:

20 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.210/84. Lei de Execução Penal**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Relatórios**

Estatísticos: Analíticos do Sistema Prisional do Rio Grande do Sul (INFOPEN). Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/relatorios-estatisticos-analiticos-do-sistema-prisional-do-estado-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).

Relatório INFOPEN. Disponível em:

http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=34. Acesso em: 08 jan. 2021.

BROTTI, M. G.; LAPA, J. S. Modelo de avaliação do desempenho da administração da escola sob os critérios de eficiência, eficácia, efetividade e relevância. **Avaliação**, Campinas, v. 12, n. 4, 2007.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMPOS, A. **Educação, escola e prisão: o espaço de voz de educandos do centro de ressocialização de Rio Claro/SP**. São Carlos: UFSCar, 2015.

CARVALHO, O. F. **Entre celas e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no sistema prisional paulista**. 2014, 279 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia-MG, 2014.

CUNHA, R. S.; LEPORE, P. E.; ROSSATO, L. A. **Estatuto da Criança e do**

Adolescente comentado. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

HOFMEISTER, C. F. **A pena privativa de liberdade e a inclusão social do preso perspectiva dos direitos humanos.** 2002. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2002.

ICPR. Institute for Criminal Policy Research - Centro Internacional de Estudos Penitenciários. **Highest to Lowest** – Prison Population Total. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All. Acesso em: 01 fev. 2021.

JULIÃO, E. F. Educação e trabalho como propostas políticas de execução penal. **Alfabetização e cidadania:** revista de educação de jovens e adultos. Brasília: RAAAB, UNESCO, 2006.

JULIÃO, E. F. **A Ressocialização Através do Estudo e do Trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro.** 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

LASWELL, H. D. **Politics:** Who Gets What, When, How. Cleveland, New York: Meridian Books, 1958.

LEME, J. A. G. **A Cela de Aula:** tirando a pena com letras. Uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2002.

LOURENÇO, A. S. **O Espaço de Vida do Agente Segurança Penitenciária no Cárcere:** entre gaiolas, ratoeiras e aquários. Curitiba: Juruá, 2011.

MEDEIROS, J. C. C. **O colapso do sistema prisional e a mercantilização do cárcere.** Brasília: IDP/EDB, 2017.

MIRANDA, J. M. C. **Educação de jovens e adultos:** escola no cárcere e ressocialização de mulheres cearenses no regime semiaberto. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará. Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016.

MONTEIRO, F. M; CARDOSO, G. R. A seletividade do sistema prisional brasileiro eo perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas Revista de Ciências Socias.**, v. 13, n. 1, jan-abr. Porto Alegre: PUCRS, 2013.

MORI, J. O processo de exclusão na educação: o ensino de segundo grau. In: BONETI, L. W. (Coord.) **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí: UNIJUI, 1997.

NOVELLI, J.; LOUZADA, S. S. S. O trabalho do professor dentro das penitenciárias. **Revista Trajetória Multicursos**. Osório, v. 5, jul. 2012.

ONOFRE, E. M. C. **Educação escolar na prisão**. Para além das grades: a essenciada escola e a possibilidade de resgate da identidade do homem aprisionado. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, 2002.

ONOFRE, E. M. C; JULIÃO, E. F. A educação da prisão como política pública: entredesafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013.

PENNA, M. G. O. **O Ofício de Professor**: ambiguidades do exercício da docência por monitores-presos. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2003.

PRADO, A. S. **Educação nas prisões**: desafios e possibilidades do ensino praticado nas Unidades Prisionais de Manaus. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas. Pós-Graduação em Sociologia, Manaus, 2015.

QUEIROZ NETO, L. **A ineficiente gestão pública e o carente sistema prisional pátrio**. Minas Gerais, 2015. Disponível em: <https://levindoneto.jusbrasil.com.br/artigos/174086823/a-ineficiente-gestao-publica-e-o-carente-sistema-prisional-patrio>. Acesso em: 04 dez. 2020.

ROCHA, F. V. **A escola por trás das grades**: educação escolar no sistema prisional do estado do Paraná, 1990-2016. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Maringá. Pós-Graduação em Ciências Sociais, Maringá, 2016.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROSSINI, T. R. D. O sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização do preso. **Direito net**, 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/33578/o-sistema-prisional-brasileiro-e-as-dificuldades-de-ressocializacao-do-preso>. Acesso em: 06 jan. 2021.

SANDER, B. **Gestão da educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas: Autores Associados, 1995.

SERRADO JUNIOR, J. V. **Políticas públicas educacionais no âmbito do**

sistema penitenciário: aplicações e implicações no processo de (re)inserção social do apenado. 2009, 103 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2009.

SILVA, R. O Direito à Educação de Pessoas em Regimes de Privação da Liberdade. *In: Revista de Ciências da Educação*, São Paulo, Ano XII, n. 22. p. 199-222, 2010a.

SILVA, R. **A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação da liberdade.** 2001,161 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

TEIXEIRA, E. C. **Políticas Públicas:** O papel das políticas públicas. Bahia: AATR, 2002.

VARELA, D. **Estação Carandiru.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VIEIRA, E. L. G. A cultura da Escola Prisional: entre o instituído e o instituinte. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 93-112, jan./mar. 2013.

WACQUANT, L. A. **O lugar da prisão na nova administração da pobreza.** São Paulo, n. 80, p. 9-19, 2008, 25 nov. 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman,2001.

ZANIN, J. E.; OLIVEIRA, R. C. da S. Penitenciárias privatizadas: educação e ressocialização. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, jul./dez. 2006.

**O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA PELO CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDO DE CASO
DECORRENTE DA ANÁLISE DA ADI Nº 70072533011/TJRS**

**THE PRACTICE OF POLICE POWER BY THE MILITARY FIRE DEPARTMENT
OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL: CASE STUDY RESULTING FROM
ADI ANALYSIS Nº 70072533011 / TJRS**

**Vinícius Oliveira Braz Deprá
Elisandro Machado
Sandra Mara G. Neto**

RESUMO

Quais os fundamentos jurídicos que embasam o exercício do poder de polícia que podem ser aferidos a partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 70072533011/TJRS no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul (CBMRS)? É por meio desse problema que se desenvolve a proposta da presente pesquisa. E, para essa finalidade, em relação à metodologia empregada, adota-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. O método de procedimento utilizado será o monográfico. Ainda, as técnicas de pesquisa utilizadas são essencialmente a pesquisa bibliográfica. Ao final, observou-se que o poder de polícia como um limitador da atuação individual em observância ao interesse público, sendo que no âmbito da atuação do Corpo de Bombeiros, há disposições constitucionais e legais atinentes ao seu escopo de atribuições. Outrossim, feito o resgate histórico da referida instituição, analisa-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei Complementar nº. 14.376/13, em que foram discutidas as atribuições do Corpo de Bombeiros Militar, garantida pelo Tribunal de Justiça sua higidez, haja vista demonstradas a legalidade de sua atuação, bem como sua preocupação com a prestação de serviço público mais efetiva, célere, imperativa aos particulares, sem descuidar-se, da coercibilidade de suas ações em prol da segurança da sociedade.

Palavras-chave: poder de polícia; Corpo de Bombeiros Militar; estudo de caso.

ABSTRACT

What are the legal grounds that support the exercise of police power that can be assessed from the Direct Action of Unconstitutionality (ADI) Nº. 70072533011/TJRS within the scope of the Military Fire Department of the State of Rio Grande do Sul (CBMRS)? It is from this problem that the proposal of this research is developed. And, for this purpose, in relation to the methodology used, the method of hypothetical-deductive approach is adopted. The method of procedure used will be monographic. Still, the research techniques used are essentially bibliographic research. In the end, it was observed that the police power as a limitation of individual performance in observance of the public interest, and within the scope of the Fire Department, there are constitutional and legal provisions relating to its scope of attributions. Also, after the historical rescue of the referred institution, the Direct Action of Unconstitutionality of Complementary Law no. 14.376/13, in which the attributions of the Military Fire Department were discussed, guaranteed by the Court of Justice its health, as the

legality of its performance was demonstrated, as well as its concern with the provision of a more effective, quick, imperative public service to individuals, without neglecting the coercibility of their actions in favor of the safety of society.

Keywords: police power; Military Fire Department; case study.

1 INTRODUÇÃO

A acepção a respeito do exercício do poder de polícia passa, sobretudo, pela contextualização de sua perspectiva histórica e etimológica. Outrossim, nesse contexto é mister aferir a dimensão do exercício do referido poder com a atividade desempenhada pelo Corpo de Bombeiros Militar, notadamente em virtude da ação desenvolvida no âmbito da segurança contra incêndios, em prol da sociedade.

É com tal pano de fundo que exsurge o problema da presente pesquisa: quais os fundamentos jurídicos que embasam o exercício do poder de polícia que podem ser aferidas a partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 70072533011/TJRS no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul (CBMRS)?

Quanto à metodologia da pesquisa, adota-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. O método de procedimento utilizado será o monográfico. Ainda, as técnicas de pesquisa utilizadas são essencialmente a pesquisa bibliográfica.

Nesse contexto, parte-se inicialmente sobre a abordagem da perspectiva dos conceitos fundamentais atrelados ao tema, passando então aos aspectos institucionais e jurídicos relacionados ao CBMRS para, na sequência e ao final, serem analisados os fundamentos que embasam o exercício do Poder de Polícia pelo CBMRS, a partir de um estudo de caso conforme julgamento prolatado na ADI Nº 70072533011/TJRS.

2 O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

Inicialmente, faz-se mister resgatar a acepção da etimologia da palavra polícia, a qual tem sua origem no grego, em decorrência do termo “*politeia*”, associada ao direito de cidadão, à política e administração do Estado, termo deriva da palavra “*polis*”, entendida como cidade, reunião dos cidadãos (PEREIRA, 1988, p. 467). A perspectiva de “*politeia*” remete sobretudo a uma ideia de organização social. Veja-se:

A politeia, na Grécia clássica, designava primariamente tanto a esfera da vida privada, quanto a vida pública dos cidadãos. Secundariamente, ela era a organização das diferentes magistraturas no sentido antigo, isto é, dos agentes públicos aos quais o povo devia obediência. O fundamento dessa organização constitutiva da pólis era a autoridade da tradição e das leis fundadoras (COMPARATO, 1998, n.p.).

A despeito da construção etimológica, registra-se que a ideia de “politeia”, de onde advém o termo “polícia”, não guarda relação com a ideia atual que se agrega à última, na medida em que a noção jurídica da expressão polícia está amparada em um contexto que reflete o Estado em sua acepção atual, calcada no amparo aos direitos e garantias individuais (BEZNOS, 1979, p. 4).

Muito embora o termo “polícia” seja remetido à origem grega, com ela não guarda relação estrita, mas traz a ideia de Estado. Em relação a seu histórico, a expressão remonta-se ao desenvolvimento das relações privadas romanas, cuja “elasticidade do conceito de propriedade impôs, então, restrições ao seu exercício” (BEZNOS, 1979, p. 7). Tais restrições estavam afetas a razões de interesse público ou privado quando impostas “pela moral e pela autoridade pública ou, ainda, pela autoridade jurisdicional” (BEZNOS, 1979, p. 8).

A perspectiva histórica revela sobretudo essa perspectiva para se resguardar o equilíbrio entre a reação indivíduo e bem comum. Veja-se:

Apesar de todas essas contradições da história romana, a função policial se mostra como guardião do equilíbrio entre a relação indivíduo e bem comum. Necessário é, entretanto, registrar-se que o direito romano atribui maior valor às riquezas privadas adquiridas do que o merecido respeito ao indivíduo como pessoa humana (BEZNOS, 1979, p. 12).

Já na Idade Média, é assente que o “*ius politiae*” esteve associado com a autoridade do Estado, na medida da distinção perante a autoridade eclesiástica, porquanto aquela tratava da vida civil e esta da vida moral e religiosa. Com isso, “o termo polícia era utilizado amplamente para designar os fins do Estado e as atividades que este exerce visando tais fins” (VIDIGAL, 2012, p. 38).

Agora, portanto, o “*ius politiae*” estava relacionado ao poder do soberano, no sentido de que poderia adotar as medidas que entendesse necessárias para atingir a sua finalidade. Neste momento, portanto, o Estado absoluto se confundia com o Estado de polícia. Com efeito, “dá-se o nome de Estado de Polícia a este Estado

absoluto justamente por sua fundamentação, baseada na ideia de um Estado que [...] se auto atribui as prerrogativas para este fim” (VIDIGAL, 2012, p. 38).

Nesta ocasião, o poder de polícia “aparece como um processo governativo, eminentemente discricionário, alheio ao princípio da legalidade e guiado pelas vicissitudes e circunstâncias do bem comum e da segurança pública para o qual utilizavam meios arbitrários” (BATISTA JÚNIOR, 2001, p. 32).

Mais recentemente, no âmbito do Estado Democrático de Direito, reverbera a existência e manutenção do Estado por meio do poder que emana do povo, por meio do sufrágio universal, momento em que há uma força que promove um equilíbrio diante da pluralidade política, buscando com isso, o desenvolvimento da polícia como atividade inerente à garantia da boa ordem em favor da coletividade.

Com isso, o termo polícia está afeto à necessidade de preservação das condições indelévels ao convívio social, conforme se observa:

O termo polícia guarda relação com uma atividade administrativa, exercida pelo Estado, tendo em vista um fim determinado, qual seja, preservar, ou mesmo possibilitar, as condições necessárias ao convívio social (dito de outra forma, proteger os interesses da coletividade), harmonizando interesses particulares com interesses públicos. (VIDIGAL, 2012, p. 55).

E é justamente nesse emaranhado de concepções que exsurge a perspectiva do poder de polícia, calcado numa visão pluralista de significado sem uma definição restrita e unânime. Com efeito, são diversas as definições de poder de polícia. Veja algumas a seguir.

Segundo Mayer:

El poder de policia consiste en la accion de la autoridade por haver cumplir el deber, que se supone general, de no perturbar em modo alguno el buen orden de la cosa publica. Su actuación se determina de diferentes maneras em las formas propias del régimen de derecho. Pero es el fundamento de esse poder em el derecho natural, el que da la medida y la dirección de lo que se considera como su potestade y de lo que le es lícito realizar sin autorización especial; él proporciona el marco dentro del cual se originan sus instituciones jurídicas (MAYER, 1950, p. 19).

Já para Caetano, o “poder de polícia (*police power*), é poder de promover o bem público pela limitação e regulação da liberdade, do interesse e da propriedade” (1992, p. 238).

Meirelles, a seu turno, sustenta que “o poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado” (1997, p. 115).

A propósito, Cretella Júnior apresenta uma importante distinção entre polícia e poder de polícia:

Poder de Polícia e Polícia são palavras que traduzem duas noções relacionadas e interpenetráveis, inconfundíveis, porque o poder de polícia é o pressuposto ou antecedente lógico da polícia, sendo o primeiro algo *in potentia* e o segundo algo *in actu*. Abstrato, o poder de polícia concretiza-se na polícia, força organizada visível, cuja ação se faz sentir no mundo e no mundo jurídico (CRETELLA JÚNIOR, 1999, p. 3).

A perspectiva do poder de polícia se decompõe em três relevantes perspectivas perante a sociedade, a saber: segurança pública, tranquilidade pública e salubridade pública (BATISTA JÚNIOR, 2001, p. 67). A escorreita harmonização do conceito em face do Estado Democrático de Direito recai sobretudo pela contabilidade com o seu exercício em face dos pressupostos fundamentais do nosso Estado, especialmente o exercício em obediência aos ditames da legalidade e sobretudo observância do respeito aos direitos e garantias individuais. No mesmo sentido:

A noção de poder de polícia permite expressar a realidade de um poder de Administração de limitar, de modo direto e com base legal, liberdades fundamentais, em prol do bem-comum; essa realidade inquestionável é reconhecida pelos próprios estudiosos que pregam a eliminação do conceito. [...] O que se deve exigir, pois, não é a sua eliminação, mas sim que a Administração o exerça com observância ao que manda a lei, nem extrapolando as raías de sua competência para atuar arbitrariamente, nem se omitindo, permitindo que se instale um clima de desconfiança, medo, pânico, um rastro de tragédia, insegurança e morte (MADEIRA, 2000, p. 15).

Essa harmonização se propala por um duplo viés: de um lado a Administração implementa limitações aos direitos individuais, porém de outro lado limita igualmente o abuso do poder político estatal, adequando os interesses da Administração ao precípua interesse público. No ordenamento jurídico brasileiro, o conceito de poder de polícia vem insculpido no artigo 78 do Código Tributário Nacional, nestes termos:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de

ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 1966).

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder (BRASIL, 1966, p. 9).

Como pode ser observado, a norma tributária define o poder de polícia como uma função da Administração Pública em limitar ou disciplinar direitos, com vistas a consagrar o interesse da coletividade para regular a prática ou abstenção de fatos alusivos à segurança, higiene, ordem, costumes, produção e mercado, inclusive à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Além disso, seu parágrafo único traz a ideia de que o exercício regular do poder de polícia pressupõe a observância do órgão competente e o respeito ao devido processo legal, sem abuso ou desvio de poder, subordinando o agir da administração ao princípio da legalidade. Lastreado na lei, ensina Seabra Fagundes, a autoridade administrativa impõe aos particulares, “uma série de restrições à liberdade de comércio, de profissão, de residência, de reunião” (2010, p. 256).

Apresentados os conceitos fundamentais, necessários ao entendimento do tema, passa-se à sucinta apresentação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul para, ao final, analisar os fundamentos jurídicos que embasam o exercício do Poder de Polícia pelo CBMRS, o que se faz por meio da análise do julgado na ADI Nº 70072533011/TJRS.

3 O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul (CBMRS) é o órgão da administração pública direta que possui competência para atuar na prevenção e no combate a incêndios, nas buscas e salvamentos, nas ações de defesa civil e na polícia judiciária militar. Tais atribuições, derivadas do exposto no art. 130 da Constituição Estadual de 1989, são reflexo de um contexto histórico que remonta

a diversas atuações desse órgão, em especial nos eventos relacionados a grandes sinistros.

O serviço de combate a incêndios no Rio Grande do Sul foi atribuído, em 1852, ao Corpo Policial (SILVA, 2006, p. 21), sendo que a origem do CBMRS como Instituição data do final do século XIX, mais precisamente do ano de 1895, quando as Companhias de Seguros instaladas na cidade de Porto Alegre, preocupadas com a quantidade de incêndios ocorridos na cidade, tomaram a iniciativa de fundar, estruturar e administrar uma Companhia de Bombeiros, equipado de modo semelhante às demais capitais brasileiras.

Sendo assim, em 1º de março de 1895 foi inaugurada a Companhia de Bombeiros de Porto Alegre, ficando localizada na confluência da Av. Mauá com a Rua Dr. Flores tendo, por efetivo, 17 (dezessete) funcionários, sendo 10 (dez) deles os chamados “soldados do fogo”, sob o comando do Sr. Norberto Garrido da Silva (SILVA, 2006, p. 21).

Com a expansão da cidade, formou-se, em 1912, o Destacamento do Leste, situado na Av. Cristóvão Colombo. A partir desse ano, outros municípios do Estado também criaram Serviços de Bombeiros visando a prevenção e combate a incêndios, que tantos prejuízos causavam ao comércio, cofres públicos e seguradoras, bem como à população em geral (MORAES apud SILVA, 2006, p. 22)

Inicialmente tais organizações municipais eram bastante modestas, sendo que com o progressivo aumento do número de municípios, e as carências de algumas comunidades, houve a necessidade de uma melhor organização dos serviços de combate a incêndio no Estado, fazendo com que as autoridades constatassem a falta de organização no antigo Corpo de Bombeiros Militar e, conseqüentemente, uma deficiente prestação de serviços (MORAES apud SILVA, 2006, p. 22).

Durante o período em que Getúlio Vargas esteve no poder, mais precisamente em 27 de junho de 1935, o General Flores da Cunha, assinou um decreto transferindo o Corpo de Bombeiros Militar Particular de Porto Alegre para a Brigada Militar. Sendo assim, naquele ano “a responsabilidade de manter o Corpo de Bombeiros Militar deixou de pertencer ao Município passando ao Estado. [...] Posteriormente, essa incorporação deu-se em todo o Estado” (SILVA, 2006, p. 22).

Tal situação perdurou por aproximadamente 79 anos, sendo que, em 17 de

junho de 2014 a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul votou, em segundo turno, o Projeto de Emenda à Constituição (PEC 232/14), desvinculando o Corpo de Bombeiros da Brigada Militar (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

A desvinculação do Corpo de Bombeiros Militar se justifica pelo fato de que, em que pese façam parte do sistema de segurança pública, os Corpos de Bombeiros possuem certas peculiaridades que os distinguem dos demais órgãos referidos no art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil. Tal artigo, além de enumerar os órgãos que compõe o sistema de segurança pública em âmbito nacional, atribui aos corpos de bombeiros a competência para a execução de ações de defesa civil, bem como outras atribuições definidas em lei.

Neste ponto, é preciso dizer que uma das competências mais importantes do Corpo de Bombeiros Militar está relacionado à prevenção contra incêndios. Especialmente após a tragédia da Boate Kiss, ocorrida na madrugada de 27 de janeiro de 2013, no município de Santa Maria - RS, o tema passou a ter destaque em âmbito nacional, iniciando-se um amplo processo de revisão e atualização da Lei nº 10.987/97, norma que tratava da segurança contra incêndios no Estado do Rio Grande do Sul na época.

Verificou-se que os avanços científicos e tecnológicos tornaram, em parte, obsoleta a norma aplicada até 2013 e, nos meses que seguiram à tragédia, iniciou-se um estudo, mediado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, entre técnicos e sociedade civil, que culminou na publicação da Lei Complementar nº. 14.376/13, norma que estabelece as regras *sobre Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Rio Grande do Sul*, e que entrou em vigor em 26 de dezembro de 2013, revogando a legislação anterior.

A referida Lei Complementar está dividida em 13 capítulos, nos quais são apresentados os seguintes temas: conceitos e definições relativas à segurança contra incêndios, abrangência e aplicação da referida norma, instituição do Conselho Estadual de Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndios – COESPCCI, distribuição de competências, atribuições e responsabilidades dos profissionais que atuam na segurança contra incêndios no Estado, apresentação dos procedimentos administrativos para tramitação dos PPCIs, critérios de classificação das edificações

e as principais medidas de segurança contra incêndios.

Irresignado com a forma com que a Lei Complementar apresenta o compartilhamento de responsabilidades, ao especificar a quem dos partícipes – Estado, engenheiros e arquitetos, e particulares – compete cada um dos papéis relativos à segurança contra incêndios, o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul – SENGE - ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade, tombada sob o número 70072533011/TJRS, no qual buscava que alguns dispositivos da norma fossem retirados do ordenamento jurídico sendo que, neste momento, passa-se à análise dos argumentos presentes no julgado.

4 A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 70072533011/TJRS: Da (In)constitucionalidade da Lei Complementar nº 14.376/13

Conforme exposto, a citada Ação Direta de Inconstitucionalidade foi proposta pelo SENGE objetivando a retirada do ordenamento jurídico dos artigos 4º, 5º, 10º e 21º da Lei Complementar nº 14.376/13. Em apertada síntese, tais artigos tratam da possibilidade de licenciamento por meio mais simplificado, seja pela emissão de um Certificado de Licenciamento, ou mesmo por meio do encaminhamento de um Plano Simplificado de Prevenção Contra Incêndios, processos de licenciamento que, para edificações de baixo risco de incêndios, não exigem a contratação de um profissional da área de engenharia ou da arquitetura.

Na inicial, o referido Sindicato sustentou ofensa à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, no que tange à obrigação constitucional do Estado referente a atuar na preservação da segurança e da ordem pública, além de afronta aos princípios constitucionais referentes às atribuições dos profissionais da Engenharia e a consequente delimitação das atividades de competência do Corpo de Bombeiros. Referiu, por ocasião do ingresso com a ADI, que a norma trouxe significativas alterações nas normas de segurança, prevenção e proteção contra o risco de incêndios, instituindo procedimento mais célere e menos rigoroso no licenciamento.

Ainda, defendeu que a não exigência de profissional legalmente habilitado para prestar informações, bem como o fato de o Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB) ser emitido por tempo indeterminado, traziam risco à segurança pública, enfatizando que a ampliação dos prazos de validade dos alvarás de Plano de

Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI) traziam risco à sociedade, frisando que as flexibilizações de segurança, com o intuito de dar celeridade procedimental, trariam retrocesso legal, requerendo a imediata suspensão cautelar dos dispositivos atacados.

Ouvida, a Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul sustentou a legalidade da norma. Também o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul se manifestou, enfatizando a constitucionalidade dos dispositivos atacados, especialmente porque o exercício do poder de polícia, que se constitui no condicionamento ou na restrição do uso de bens e exercício de direitos visando a proteger os interesses gerais da coletividade, exige a dedicação exclusiva do agente fiscalizador, sendo neste sentido o regime jurídico dos militares estaduais.

O Chefe do Poder Executivo estadual defendeu, ainda, a existência de licenciamentos simplificados para edificações de menor risco em se tratando de incêndios em outros ordenamentos, referindo que também o Estado de São Paulo possui legislação semelhante no que toca a este ponto. A Procuradoria-Geral do Estado repisou os argumentos apresentados pelo Governo do Estado sendo que, por fim, o Ministério Público manifestou-se pela improcedência da ação.

O Tribunal de Justiça do Estado, ao julgar a ação improcedente, o fez por diversos motivos, enfatizando que a Lei Complementar nº 14.376/13 trouxe avanços significativos em termos de prevenção e proteção sendo que, as modificações legislativas posteriores, que trouxeram as regras atacadas pela ADI, vieram para adequar os procedimentos, facilitando a liberação de alvarás para locais de baixo e médio risco mas mantendo, contudo, exigências mais rigorosas para aqueles que apresentem maior risco à vida, à segurança ou ao patrimônio.

O Poder Judiciário acolheu os argumentos do Ministério Público, o qual entende que a existência de procedimento mais simplificado de licenciamento não resulta, por si só, em risco à segurança pública, na medida em que o procedimento está resguardado por diversas exigências, não tendo ocorrido alteração no tocante ao licenciamento das edificações classificadas como de alto risco.

De acordo com o TJRS, não está caracterizado qualquer risco à segurança pública no fato de as informações serem prestadas pelo proprietário ou pelo responsável durante o licenciamento, já que as medidas de segurança contra

incêndios continuam a ser exigidas, sendo atribuída maior responsabilidade aos particulares o que, no entender dos julgadores, contribui para um atendimento mais efetivo das normas de segurança.

Ainda, de acordo com o TJRS, não é cabível a interpretação de que as alterações normativas teriam retirado dos engenheiros atribuições que competem à sua profissão, nem extrapolado a competência constitucional no Corpo de Bombeiros, já que o órgão é responsável pelas atividades de prevenção e combate a incêndios, e as atividades de fiscalização das medidas de segurança contra incêndios está intrinsecamente ligada ao poder de polícia do CBMRS, no tocante a aplicar multas administrativas, bem como embargar e interditar estabelecimentos.

Por fim, o julgador cita a Lei Federal nº 13.425/17, a qual estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações, e áreas de reunião de público, a qual permite o licenciamento simplificado para edificações de pequeno porte, cuja atividade não ofereça risco de incêndios, enfatizando a ausência de qualquer inconstitucionalidade nos dispositivos legais invocados como violados pelo SENGE, já que as atividades exercidas pelo CBMRS e pelos engenheiros e arquitetos não são excludentes, mas complementares, terminando por julgar totalmente improcedente a ação.

Tanto do ponto técnico como do ponto de vista jurídico a decisão ora estudada é impecável. De fato, as alterações legislativas trazidas nos últimos anos em relação à segurança contra incêndios vieram para, ao mesmo tempo, possibilitar um licenciamento célere sem, contudo, descuidar da segurança, respeitando as competências de cada um dos partícipes do sistema de segurança.

Além disso, sendo a fiscalização contra incêndios a competência jurídica do CBMRS, este poderá, a qualquer tempo, e lastreado no poder de policial, realizar vistorias extraordinárias tanto nas edificações licenciadas via plano completo quanto naquelas regularizadas sem a vistoria ordinária do Corpo de Bombeiros, aplicando notificações, autos de infração, ou mesmo interditando os estabelecimentos e, assim, as alterações trazidas à norma não trouxeram qualquer prejuízo à segurança pública no Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou trazer ênfase às atribuições do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei Complementar nº 14.376/13, em razão do poder de polícia, analisando o julgamento, pelo TJRS, da Ação Direta de Inconstitucionalidade promovida pelo SENGE.

De início, foi relevante trazer, na esfera da administração pública, o poder de polícia como um limitador da atuação individual em observância ao interesse público a fim de demonstrar que a atuação do Corpo de Bombeiros está pautada em disposições constitucionais e legais atinentes ao seu escopo de atribuições.

Para tanto, importante o contexto histórico do surgimento da instituição até sua desvinculação da Brigada Militar, bem como a delimitação de sua base de atribuições atinentes a prestação de serviço público vinculada à segurança pública, na execução de ações de defesa civil e prevenção de incêndios, observando-se, assim, seu poder polícia.

Assim, foi analisada a Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei Complementar nº. 14.376/13, em que restaram discutidas as atribuições do CBMRS, garantida pelo TJRS sua higidez, haja vista demonstradas a legalidade de sua atuação, pautada no texto constitucional, bem como sua preocupação com a prestação de serviço público mais efetiva, célere, imperativa aos particulares, sem descuidar-se, contudo, da segurança da sociedade.

6 REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Projetos de Lei**. PEC 232 2014. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PEC/NroProposicao/232/AnoProposicao/2014/Origem/Px/Default.aspx>. Acesso em: 07 Set. 21.

BATISTA JÚNIOR, O. A. **O Poder de Polícia Fiscal**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

BEZNOS, C. Poder de Polícia. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1979.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em: 29 Jan. 2021.

CARVALHO, M. **Manual de Direito Administrativo**. Salvador: Juspodivm, 2018.
COMPARATO, F. K. Requiém para uma Constituição. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo**. 1998.

CRETELLA JÚNIOR, J. **Do poder de Polícia**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

FAGUNDES, M. S. **O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário**. 1. ed. São Paulo: Forense, 2010.

MADEIRA, J. M. P. **Reconceituando o Poder de Polícia**. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2000.

MAYER, O. Derecho **Administrativo Alemán** – Tomo II – Parte Especial – Poder de Polícia y Poder Tributario. Buenos Aires: Palma, 1950.

PEREIRA, I. **Dicionário grego** – português e português – grego. Braga: Livraria A. I., 1988.

SILVA, H. V. L. **Bombeiro Comunitário** – análise e visão estratégica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

VIDIGAL, Edson José Travassos. **Poder de Polícia**: uma leitura adequada ao Estado Democrático de Direito. Brasília: Penélope, 2012.